

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

VOLUME II — Tomo 2

A Metafísica do Latifúndio:
O Ultra-reacionário Oliveira Viana

PADRÃO

LIVRARIA EDITORA

R. Miguel Couto, 40 - Rio

T. 221-1784 - 221-1756

BRASILIANA
(GRANDE FORMATO)

Volume 24

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Coordenação editorial

Ana Cândida Costa

Preparação de originais

Vicente Cechelero

Revisão

Maria Aparecida Amaral

Leni Marchi Boriero

Maria de Lourdes N. E. R. Rubio

Gladys Knoch

Maria Luiza Favret

Elaboração do índice remissivo

Lêda Boechat Rodrigues

Secretária

Sandra Shirley Silva Oliveira

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

História da História do Brasil

VOLUME II — Tomo 2

**A Metafísica do Latifúndio:
O Ultra-reacionário Oliveira Viana**

Com o apoio técnico e financeiro do
MinC/PRÓ-MEMÓRIA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

R613h
v.1-2
Rodrigues, José Honório, 1913-1987.
História da história do Brasil / José Honório Rodrigues. -- São Paulo : Editora Nacional ; [Brasília, DF] : INL, 1978-1988.
(Brasiliiana. Grande formato ; v. 21
23-24)

Bibliografia.

Conteúdo: v. 1. Historiografia colonial -- v. 2., t. 1. A historiografia conservadora -- v. 2., t. 2. A metafísica do latifúndio ; O ultra-reacionário Oliveira Viana.
ISBN 85-04-00214-4 (obra completa)

1. Brasil - História - Historiografia 2. Vianna, Oliveira, 1883-1951 I. Instituto Nacional do Livro (Brasil). II. Título. III. Título: Historiografia colonial. IV. Título: A historiografia conservadora. V. Título: A metafísica do latifúndio. VI. Título: O ultra-reacionário Oliveira Viana. VII. Série.

87-1616

CDD-981.0072
-907.202
CDU-930(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Historiadores : Biografia e obra 907.202
2. Historiografia : Brasil 981.0072

ISBN 85-04-00214-4
85-04-00216-0
Foi feito o depósito legal

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Distribuição e promoção:

Rua Joli, 294 - Fone: 291-2355 (PABX)

Caixa Postal 5.312 - CEP 03016 São Paulo, SP - Brasil
1988.

Impresso no Brasil

OBRAS DO AUTOR

Livros

- Civilização Holandesa no Brasil*. 1º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Ed. Nacional, 1940. (Em colaboração com Joaquim Ribeiro.)
- Teoria da História do Brasil*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949; 2ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1957, 2 vols. (Brasiliense Grande Formato); 3ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1969; 4ª e 5ª eds., id., id., 1978.
- Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.
- As Fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951.
- A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua Evolução e Problemas Atuais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952; 2ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1969; 3ª ed., id., id., 1978, 4ª ed., id., 1982.
- Brasil. Período Colonial*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.
- O Continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Edições São José, 1954.
- Historiografía del Brasil. Siglo XVI*. México, Instituto Panamericano de Geografía e História, 1957.
- A Situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- Brasil e África. Outro Horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961; 2ª edição id., id., 1964, 2 vols, 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*. São Paulo, Fulgor, 1963; 2ª edição, id., id., 1965; 3ª ed., id., id., 1965; 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- Historiografía del Brasil. Siglo XVII*. México, Instituto Panamericano de Geografía e História, 1963.
- Conciliação e Reforma no Brasil. Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- História e Historiadores do Brasil*. São Paulo, Fulgor, 1965.
- Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Vida e História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- História e Historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- O Parlamento e a Evolução Nacional. Introdução Histórica, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972. 1º vol. da série "O Parlamento e a Evolução Nacional. Seleção de Textos Parlamentares", 3 vols. em 6 tomos, e 1 vol. de "Índice e Personalidade". (Organizados com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octaviano Nogueira.)
- A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 5 vols.

- História, Corpo do Tempo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
O Conselho de Estado. O Quinto Poder? Senado Federal, Brasília, 1978.
História da História do Brasil. 1ª Parte. A Historiografia Colonial. São Paulo. Ed. Nacional, 1979, 2 edições.
Filosofia e História. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982.
História Combatente. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
História e Historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970.
O Parlamento e a Consolidação do Império (1840-1861) – Contribuição à História do Congresso Nacional do Brasil, no Período da Monarquia. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.

Livros traduzidos

- Brazil and Africa*. Traduzido por Richard A. Mazzara e Sam Hileman. "Introduction" por Alan K. Manchester. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1965.
The Brazilians. Their Character and Aspiration. Traduzido por Ralph Edward Dimmick. "Foreword" e "Additional Notes" por E. Bradford Burns. Austin e Londres, University of Texas Press, 1967.

Opúsculos

- "Capitalismo e Protestantismo. Estado Atual do Problema." Sep. de *Digesto Económico*, São Paulo, 1946.
"Alfredo do Vale Cabral." Rio de Janeiro, 1954. Traduzido para o inglês. Sep. da *Revista Interamericana de Bibliografia*, Washington, 1958.
"Capistrano de Abreu, ein Freund Deutschlands." Sep. do *Staden Jahrbuch*. São Paulo, 1958.
"Antônio Vieira, Doutrinador do Imperialismo Português." Sep. da *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, 1958.
"La Historiografía Brasileña y el Actual Proceso Historico." Sep. do *Anuario de Estudios Americanos, Sevilla*, 1958, t. XIV.
"Algumas Idéias Políticas de Gilberto Amado." Sep. da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1959.
"D. Henrique a Abertura da Fronteira Mundial." Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1961.
"Nueva Actitud Exterior del Brasil." Sep. do *Foro Internacional*, México, janeiro e março de 1962.
"The Influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa." Sep. de *Journal of African History*, Londres, 1962, vol. 3.
"The Foundation of Brazil's Foreign Policy." Sep. de *International Affairs*, Londres, 1963, vol. 3.
"Alfredo de Carvalho. Vida e Obra." Sep. dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1963, vol. 77.
"Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras." Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1970, nº 81.

- “O Livro e a Civilização Brasileira.” Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, abril de 1971, vol. 67, nº 3.
- “O Liberalismo no Brasil”. Sep. dos *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1972, vol. 20.
- “O Clero e a Independência.” Sep. da *Revista Eclesiástica Brasileira*, junho de 1972, vol. 32, fasc. 126.
- “Mattoso Câmara.” Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, junho/julho de 1973, vol. LXVII.
- “O Sentido da História do Brasil.” Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1974, nº 100.
- “África, Angola e Brasil.” Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, maio de 1976.
- “Toynbee e a História das Civilizações.” Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1976, nº 105.
- “Os Estudos Brasileiros e os Brazilianists.” Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1976, nº 107.
- “A Revolução Americana e a Revolução Brasileira da Independência (1776-1822).” Sep. da *Revista de História da América*, México, janeiro-junho de 1977, nº 83.
- “O Tempo e a Sociedade.” Sep. da *Revista de História da América*, México, julho-dezembro de 1977, nº 84.
- “Taunay e a História do Brasil.” Sep. da *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1977, nº 189.
- “O Centenário da Morte de Pimenta Bueno, 1803-1878”. Sep. da *Revista de América*, México, enero-junio, 1978, nº 87.
- “Centenário da Morte de José Tomás Nabuco de Araújo”. Sep. da *Revista de História de América*, México, julio-diciembre, 1978, nº 88.
- “O Bravo e Liberal Osório”. *Carta Mensal*. Janeiro, 1980.
- “História e Cliometria. Métodos Quantitativos”. *Carta Mensal*, julho, 1980.
- “Candido Mendes de Almeida”, *Carta Mensal*, março, 1982.
- “O Centenário de Guilherme Guinle, 1882-1982”. *Carta Mensal*, setembro, 1982.

Colaboração em livros coletivos

- “Webb’s Great Frontier and the Interpretation of Modern History.” In A. R. Lewis e T. F. McGann (eds.), *The New World looks at its History*. University of Texas Press, 1963.
- “Brazil and China. The Varying Fortunes of Independent Diplomacy.” In A. M. Halpern (ed.), *Polices Toward China. Views from Six Continents*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1965.
- “Brazilian Historiography, Present Trends and Research. Requirements.” In Manuel Diégues Júnior e Bryce Wood (eds.), *Social Science in Latin America*. Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.
- “As Tendências da Historiografia Brasileira e as Necessidades da Pesquisa.” In Centro

Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, *As Ciências Sociais na América Latina*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

“Problems in Brazilian History” e “Capistrano de Abreu and Brazilian Historiography”. In *Perspectives on Brazilian History*. (“Introduction” e “Bibliographical Essay” por E. Bradford Burns.), Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.

“History Belongs to our Own Generation.” In Lewis Hanke (ed.), *History of Latin American Civilization*. Little Brown, 1967, vol. II (The Modern Age).

“José Bonifácio et la Direction du Mouvement d’Indépendance.” In *Études offertes à Jacques Lambert*. Paris, Édition Cujas, 1975.

Índices anotados

“Índice Anotado” da Revista do *Instituto do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

“Índice Anotado” da Revista do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1961.

Edições críticas

Johan Nieuhof. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. Confronto com a Edição Holandesa de 1682*. Introdução e nota, crítica bibliográfica e bibliografia. São Paulo, Livraria Martins, 1942. 2ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial*. 4ª edição, Revisão, Notas e Prefácio. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1954; 5ª edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963; 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

Direção e Prefácio de publicações oficiais

Os Holandeses no Brasil. Prefácio, Notas e Bibliografia. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948-1963, vols. 66 a 74.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1955, vols. 71 a 110.

Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.

José Maria da Silva Paranhos. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.

Correspondência de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.

Publicações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1960-1962, vols. 43 a 50.

O Parlamento e a Evolução Nacional. Seleção de Textos Parlamentares, 1826-1840. Brasília, Senado Federal, 1972, 3 vols., 6 tomos, 1 vol. de Índice. (com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octaviano Nogueira.)

Atas do Conselho de Estado. Brasília, Senado Federal, 1973, vols. 1, 2 e 9.

Atas do Conselho de Estado. Brasília, Senado Federal, 1978. 13 vols.

Prefácios

J. E. Pohl. *Viagem ao Interior do Brasil Empreendida nos Anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

Daniel de Carvalho. *Estudos e depoimentos*. 1ª série. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

Guilherme Piso. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957 (Prefácio e bibliografia).

J. Capistrano de Abreu. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

J. Capistrano de Abreu. *Ensaios e Estudos*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

J. Capistrano de Abreu. *Ensaios e Estudos*. 2ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

J. Capistrano de Abreu. *Ensaios e Estudos*. 3ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

J. Capistrano de Abreu. *Ensaios e Estudos*. 4ª série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

J. Capistrano de Abreu. *O Descobrimento do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

Eduardo Hoonaert, Riolando Azzi e outros. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.

Thales de Azevedo. *Igreja e Estado em Tensão e Crise*. São Paulo, Ática, 1978.

José Gonçalves Salvador. *Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, Pioneira, 1978.

José Gonçalves Salvador. *Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, Pioneira, 1978.

Discursos Parlamentares de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

Cândido Mendes. *Pronunciamentos Parlamentares, 1871-1873*. Senado Federal, Brasília, 1982, 2 vols.

Catálogo da Exposição de História do Brasil. Biblioteca Nacional, 2ª ed. Universidade de Brasília, 1982, 3 vols.

Riolando Azzi. *Os Salesianos no Rio de Janeiro*. Editora Salesiana Dom Bosco, São Paulo, 1982.

SUMÁRIO

Prefácio

Capítulo 1:	Nascimento e Formação	1
Capítulo 2:	<i>Populações Meridionais do Brasil</i>	17
Capítulo 3:	<i>Populações Meridionais. O Campeador Rio-grandense</i>	43
Capítulo 4:	<i>O Tipo Brasileiro: Seus Elementos Formadores</i>	67
Capítulo 5:	<i>Pequenos Estudos de Psicologia Social</i>	74
Capítulo 6:	<i>A Evolução do Povo Brasileiro</i>	110
Capítulo 7:	<i>O Ocaso do Império</i>	162
Capítulo 8:	O Movimento Abolicionista e a Monarquia	171
Capítulo 9:	<i>Gênese e Evolução do Ideal Republicano</i>	174
Capítulo 10:	O Papel do Elemento Militar na Queda do Império ..	181
Capítulo 11:	A Queda do Império	190
Capítulo 12:	<i>O Idealismo da Constituição</i>	197
Capítulo 13:	“D. Pedro e Seus Ministros”	226
Capítulo 14:	<i>Raça e Assimilação</i>	227
Capítulo 15:	A Obra Jurídica	229
Capítulo 16:	<i>Problemas de Política Objetiva</i>	230
Capítulo 17:	<i>Instituições Políticas Brasileiras</i>	248
Capítulo 18:	<i>Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil</i>	266
	<i>Conclusão</i>	273
	<i>Índice remissivo</i>	275

APRESENTAÇÃO

O 2º volume da *História da História do Brasil*, mais uma grande contribuição de José Honório Rodrigues à moderna historiografia brasileira, que a Companhia Editora Nacional lança em co-edição com o Instituto Nacional do Livro, é fruto de uma vida dedicada ao estudo e à pesquisa, da qual sempre resultaram trabalhos direcionados para uma nova visão dos acontecimentos e dos homens que fizeram a história do nosso país.

É uma honra para o Instituto Nacional do Livro ter ligado à sua história o nome de José Honório Rodrigues que trabalhou com Augusto Meyer, primeiro Diretor do INL, na Seção da Enciclopédia e do Dicionário, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Um de seus primeiros livros, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, foi lançado pelo INL em 1949, quando o historiador era Chefe da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Em 1952, o INL publicou também a 1ª edição de sua obra *A Pesquisa Histórica no Brasil: Sua Evolução e Problemas Atuais* e, em convênio com a Editora Nacional, participou de sua 3ª edição (1978). Com a mesma editora publicou a 5ª edição de sua *Teoria da História do Brasil* (1978) e o 1º volume da *História do Brasil* (1972).

De 1954 a 1956, o INL lançou os três volumes da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, coletada e organizada pacientemente por José Honório Rodrigues. Participou também, juntamente com a Editora Civilização Brasileira, do lançamento das quatro séries dos *Ensaio e Estudos* e outras obras de Capistrano de Abreu, preparadas por José Honório Rodrigues, além da reedição da *Correspondência*.

Do INL, em 1982, o nosso moderno historiador, tão grande como Varnhagem e Capistrano de Abreu, recebeu o Prêmio Literário Nacional de História. Em 1986, quando já se achava enfermo, foi agraciado, pelo conjunto de sua obra, com o Prêmio Rafael Heliodoro Valle, da Universidade do México, destinado aos maiores historiadores da América.

Responsável pela mudança dos rumos da historiografia brasileira, José Honório, infelizmente, desapareceu do nosso meio sem poder completar a extensa obra a que se havia proposto, mas não sem ter delineado métodos para a escrita e a compreensão de nossa história.

Esperamos ver em breve editados seus *Ensaio Livres*, artigos publicados desde 1940 até 1980, bem como outras duas obras inéditas, *Capítulos da História do Açúcar no Brasil* e *Capítulos das Relações Internacionais no Brasil*.

Esta edição, neste momento, quando seu autor já não está entre nós, deixa de ser a simples realização de uma obra no programa de co-edições do INL para tornar-se também a homenagem póstuma deste Instituto ao grande historiador.

Wladimir Murinho
Diretor do INL

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

José Honório Rodrigues nasceu em 20 de setembro de 1913. Morou na Glória até casar-se em 1941. Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, começou a freqüentá-lo nos idos de 30, nas terças-feiras à tarde, para ouvir as tertúlias de Tavares de Lyra, Max Fleiuss e Oliveira Viana, arriscando audaciosamente uma ou outra pergunta. Praticou natação e remo, a conselho médico, no Clube do Flamengo. Era um jovem franzino, que ali criou corpo. Mas não apenas corpo. Apaixonou-se desvairadamente pelo futebol do Flamengo. Formou-se em Direito em 1937 e nesse mesmo ano conquistou o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, concedido por Roquette-Pinto. Viveu uma intensa vida de trabalho e de muitas viagens pelo Brasil e o estrangeiro. Tais viagens nunca foram pagas pelos cofres públicos brasileiros e sim financiadas por bolsas da Fundação Rockefeller (1943-44) e Conselho Britânico (1950, 1968) ou pelas instituições que o convidavam. Aos 4 de setembro de 1969 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e tomou posse a 5 de dezembro do mesmo ano. Coube-lhe a Cadeira nº 35, que tem como patrono Tavares Bastos e como antecessores Rodrigo Otávio e Rodrigo Otávio Filho. Seu Discurso, pronunciado em plena vigência do Ato Institucional nº 5, versou os temas da Liberdade e do Liberalismo. Teve muita repercussão na imprensa: o *Correio da Manhã* publicou, na véspera, na página 3 do caderno principal, grande parte do texto e alguns jornais o publicaram na íntegra no dia seguinte. Respiravam todos através das palavras de JHR. Liberal e adepto do Liberalismo político, conservou até morrer essa concepção, que se refletiu em vários dos seus livros. Tinha consciência do valor da sua Obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras. A elas dedicou sua desmarcada inteligência, sua enorme criatividade e seu indomável e incessante esforço.

Em carta, o Professor C. R. Boxer escreveu que o País perdeu um "Historiador Emérito" e o Professor Frédéric Mauro comunicou que havia proposto o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Paris a JHR, mas esse processo era demorado e não se concluíra antes da morte do recipiendário. Nos Estados Unidos a *Hispanic American*

Historical Review já incumbiu o Professor Stanley Stein, da Princeton University, de redigir o Necrológio de JHR.

Seu primeiro livro foi a *Civilização Holandesa no Brasil* (1940), em colaboração com Joaquim Ribeiro. Em 1942 saiu a edição crítica da *Viagem* de Johan Nieuhof, que lhe consumiu um ano inteiro de trabalho. De 1949 são a *Bibliografia e Historiografia do Período Holandês no Brasil* e a *Teoria da História do Brasil* (5.^a ed. 1978), que inicia um tríptico cuja segunda obra é *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1950, 3.^a ed. 1978). A terceira obra, planejada em 5 volumes, é a *História da História do Brasil*, volume I, *Historiografia Colonial* (1979, 534 pp.). O volume II está a sair, com 2 tomos: t. 1, *A Historiografia Conservadora* e t. 2, *A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana*. Em espanhol, no México, saíram a *Historiografia del Brasil, Siglos XVI e XVII* (1957, 1963).

A bibliografia completa do Autor figura neste volume e naquele que o antecede. E sua obra foi objeto de tese de doutoramento na Universidade de São Paulo: Raquel Glezer, *O Fazer e o Saber na Obra de José Honório Rodrigues: Um Modelo de Análise Historiográfica*, 1977.

Afora outros livros é autor de 30 opúsculos, 6 colaborações em livros coletivos em inglês e francês, preparou e prefaciou inúmeros volumes de publicações oficiais da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Instituto Rio Branco, do Instituto Nacional do Livro e do Senado Federal. São numerosos os seus Prefácios para obras individuais, solicitados pelos autores. Muito tempo foi consumido na Correspondência de mais de 3.200 cartas; 101 delas foram trocadas com o Professor Boxer, que recebeu em dezembro de 1986 a Medalha de Ouro do Instituto. Visitou então JHR e ao sair exclamou penalizado: "Que lástima! Só um milagre". Não houve milagre, JHR faleceu em 6 de abril de 1987. Deixou também uma biblioteca de mais de 27.000 volumes.

No dia 17 do mês de julho de 1986, o México concedera-lhe o Prêmio Rafael Heliodoro Valle, "em atenção a que a obra do historiador brasileiro José Honório Rodrigues tem singular importância na historiografia da América". JHR não pôde viajar para receber a honraria; convidada, foi-me impossível representá-lo, pois como poderia ausentar-me no decorrer de sua fatal enfermidade?*

Lêda Boechat Rodrigues

(*) Este texto, com pequenas modificações, foi lido na sessão de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como "Necrológio de José Honório Rodrigues", em 21 de outubro de 1987.

PREFÁCIO

Infelizmente não posso ir adiante examinando as variedades da concepção conservadora: a linha monarquista, a reacionária e a contra-revolucionária, a tradicionalista e saudosista, e, finalmente, a integralista.

Mas todas têm um fundo comum: todas seguem moderada ou extremamente os mesmos princípios que se resumem na razão de Estado, nos direitos e privilégios da minoria dominadora, na opressão e subjugação da maioria nacional, no recurso à conciliação quando as horas exigem união nacional, uma escamoteação para manter o *status quo* da minoria, ou a força, a maior necessária, para intimidar aqueles da minoria que têm muita opinião.

Nesse sentido, o povo brasileiro é uma vítima, um derrotado no processo histórico brasileiro. Mas o que o nutre é a esperança de que, na luta entre liberticidas e libertários, estes acabem vitoriosos. O enredo da História do Brasil é a luta pela vitória da maioria contra os abusos, os desmandos, o impatriotismo da minoria dominante.

Junho de 1985.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

ABREVIATURAS

- ACD* — Anais da Câmara dos Deputados
Carta Mensal — Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (Rio de Janeiro)
IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
JHR — José Honório Rodrigues
RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UnBrasília — Universidade de Brasília

CAPÍTULO 1

NASCIMENTO E FORMAÇÃO

A historiografia ultra-reacionária, a verdadeira inspiradora dos movimentos autoritários de 1930 e contra-revolucionários de 1964, é especialmente representada por Oliveira Viana.

Nascido aos 20 de junho de 1883 em Palmital do Saquarema — berço dos grandes chefes conservadores fluminenses —, filho de Francisco José de Oliveira Viana e de Balbina Rosa de Azeredo Viana, Francisco José foi educado no Colégio Carlos Alberto, em Niterói, e formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1906.

Sua carreira — a qual importa menos que sua decisiva e influente obra — resume-se no exercício de professor de Direito Criminal, na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, (não é a antigamente chamada Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil) em 1916, diretor do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926), membro do Conselho Consultivo do mesmo Estado (1931), consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932), membro da Comissão Especial para rever a Constituição Federal, membro do Tribunal de Contas da União, sócio-benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras. Nesta última foi eleito por 19 votos em 1937, vaga de seu conterrâneo Alberto de Oliveira, e recebido a 20 de julho de 1940. Demorou 3 anos para tomar posse, o que parece ter sido um sinal de timidez, que não revela na obra, audaciosa, autoritária, especulativa e defensora intransigente dos privilégios da classe dominante.

A personalidade

Pessoalmente, Oliveira Viana era tímido, reservado, discreto, austero, grave, e não revelava nenhum sinal aparente pela enorme contradição de, sendo um mulato, defender o arianismo, favorecer o embranquecimento da população brasileira e desprezar negros, índios e mestiços.

Era um mulato róseo, muito bem trajado, muito limpo, muito calmo, sereno, que defendia suas teses com lucidez, argúcia e calma. Nunca o vi exaltar-se e sempre mantinha a voz no mesmo tom sereno, convencido da sua verdade, da grande verdade que guardava na sua inteligência, na sua cabeça, no seu coração.

Ouvi e aprendi muito nas conversas que mantinha com ele na secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eram reuniões informais — Oliveira Viana era avesso ao discurso — em torno de Max Fleiuss e de Augusto Tavares de Lyra, ambos profundos conhecedores factuais da história do Brasil. Jovem estudante da Faculdade de Direito, mas atraído pelo estudo da História, comparecia sempre ao Instituto e sabia que às terças-feiras eles se reuniam, com um ou outro a mais, e discutiam fatos e acontecimentos da história do Brasil. Pessoalmente eu não interferia, a não ser para levantar questões, fazer perguntas e aprender o que diziam especialmente os três. Max Fleiuss e Tavares de Lyra sempre se circunscreviam aos acontecimentos factuais e Oliveira Viana era o intérprete, aquele que buscava compreender os motivos, descobrir as conexões, fazer, enfim, uma filosofia da História.

Sua obra já revelava uma concepção nova da história do Brasil, singular e fora dos padrões dos historiadores comuns da história brasileira.

A historiografia reacionária de Oliveira Viana

A dissidência conservadora que Oliveira Viana representa — muito diferente de Cairu, Eduardo Prado ou qualquer outro estudioso aqui examinado — era bastante consciente de seus princípios e aliada incondicional das forças dominadoras da sociedade. Adversária consciente das tendências rebeldes, latentes e reveladas da história do Brasil, louvadora dos grandes homens — os heróis — ou, melhor ainda, das elites e lideranças, e escarnekedora da plebe, da canalha, como se pode observar nos escritos de Oliveira Viana. Para ele, a Constituição brasileira era obra de uma elite, de um pequeno grupo, que ele não se cansa de chamar a “nobreza” ou “aristocracia” rural. Sua interpretação é coerente do princípio ao fim, orgânica, homogênea, e só quebra essa unidade quando escreve o segundo volume das *Populações Meridionais* e trata dos gaúchos, volume esse que se choca com o primeiro, o qual cuida das populações do Centro-Sul — fluminenses, mineiros e paulistas — em questões fundamentais, conforme veremos.

Oliveira Viana produziu obras de interpretação muito louvadas e aceitas pela classe dominante, embora sejam passíveis de crítica pela sua posição política ultraconservadora, a favor da “nobreza” ou “aristocracia” rural, quer pelo desprezo pelo povo, quer pelo racismo arianista.

Ao contrário da corrente conservadora, que se origina em Varnhagen, Oliveira Viana não possui o fetichismo dos fatos e dos documentos, nem o respeito pelas divisões temporais ou periódicas. Em sua obra não há cronologia. Ele não pesquisa, não traz uma novidade documental ou factual, mas sim se distingue pela originalidade da interpretação baseada nos mesmos documentos que Varnhagen usou. Da compilação parte para a análise. Para ele, a interpretação é tudo, pois os fatos podem ser manipulados de acordo com os objetivos visados.

Sua historiografia — que tem hoje novos e afamados cultores, cujos nomes não declaramos pelo princípio de só tratar dos mortos e não dos vivos — pretende usar o passado para orientação política do presente. Foi isso que fez Oliveira Viana e com um êxito inigualado no Brasil. Ele é o responsável intelectual pelo movimento estado-novista de 1937, de inspiração nazifascista, e pela contra-revolução de 1964, generalismo presidencial de caráter autoritário e repressivo.

Admira e respeita *in totum* o passado — tanto o latifúndio, que quer conservar contra todas as investidas dos reformistas agrários, como o “coronel”, o senhor rural, chefe autoritário que domina, subjuga, submete, explora e esfomeia as populações rurais. Admira e, se pudesse, faria reviver a casa-grande e a senzala, o senhor e os escravos, a exploração do trabalho e do harém das escravas, produtoras de novos filhos da incontinência, da corrupção, da depravação senhoril.

Oliveira Viana representa uma historiografia antidemocrática, antiliberal, que não é propriamente conservadora, mas uma degeneração do conservadorismo, reatora, reacionária ou, como se dizia no Império, regressiva ou regressora. É a historiografia de retaguarda que almeja constituir uma sociedade segundo modelos históricos, considerados ideais, embora ultrapassados. Viana foi o líder, o chefe dessa corrente de pensamento regressista, um papel mais extremado que o de Bernardo Pereira de Vasconcelos na reação conservadora de 1837.

*Populações Meridionais*¹

Populações Meridionais do Brasil: História, Organização, Psicologia, no primeiro volume, *Populações Rurais do Centro-Sul: Paulistas, Fluminenses, Mineiros*, abre com uma citação de José Ingenieros, esse subpensador argentino, o que mais rebaixa sua obra do que a eleva.

A propósito de um conflito de duas facções locais no interior do Estado do Rio de Janeiro, ouviu dizer que iam apelar para o governo da Bahia, o que levou Oliveira Viana a extrair uma lição metodológica, que já devera ter aprendido antes de propor-se a escrever o livro e que os nossos mestres que o antecederam — especialmente Varnhagen e Capistrano de Abreu — já sabiam e já haviam ensinado.

“Esse incidente” — escreve ele com gravidade — “fez-me compreender o valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos. Nós todos não somos senão uma coleção de almas, que nos vêm do infinito do tempo”. E explica, a seguir, o objetivo de sua obra: “empreeendi desde então uma obra,

1. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1930. Várias edições posteriores.

árida às vezes, às vezes cheia de inefável encanto: investigar na poeira do nosso passado os germens das nossas idéias atuais, os primeiros albos da nossa psíquê nacional. O passado vive em nós, latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com sua influência invisível, mas inevitável e fatal”.

Viana acha claro que, embora nossa história seja muito curta, os reflexos históricos dos períodos iniciais ainda se fazem sentir muito vivamente no nosso povo, em sua organização social e mentalidade coletiva. Esse passado, tão novo ainda, é para nós do mais alto interesse. Afirma, então, que nós nos extremamos e singularizamos como povo entre todas as nações da terra e define como vê a ciência histórica e seus métodos. Acha que para “a perfeita compreensão do passado a investigação arma hoje os estudiosos com um sistema de métodos e uma variedade de instrumentos que lhes dão meios para dele fazerem uma reconstituição, tanto quanto possível, rigorosa e exata”.

Todo o trecho que, adiante, vamos reproduzir para comentar, é o texto básico de sua metodologia, que serviu para todos os seus livros de interpretação histórica, social e antropológica do Brasil. Pouco escreveu sobre a economia brasileira: seus livros pairam no alto, na elite, nas classes aristocráticas e nobres que formaram a minoria dirigente, nos tipos antropológicos do alto, do meio e do baixo povo, seus cotumes, seus hábitos, sua sociedade, enfim e, sobretudo, o comportamento político da elite mais que do povo — este sempre para reprová-lo, amesquinhá-lo, depreciá-lo. Por tudo isso, esse texto é importante e merece reflexão para a compreensão de toda a sua obra. Os acréscimos metodológicos são mínimos e ele escreveu durante 30 anos (1920-1951), sempre sob a mesma inspiração que nesse primeiro livro aparece. Vejamos:

“No estado atual da ciência histórica, o texto dos documentos não basta só por si para fazer reviver uma época, ou compreender a evolução particular de um agregado humano.” É estranho que ele fale no *estado atual da ciência histórica*, cujo estado de então ou anterior ele desconhecia, pois uma única vez citou Ranke e Mommsen. Além disso, seus inspiradores diretos, como veremos adiante, nada têm a ver com a historiografia ocidental e são sociólogos, antropogeógrafos e antropólogos, todos de modesta qualificação científica, reconhecida pelos seus pares e alguns negados peremptoriamente como verdadeiros cultores dessas disciplinas, antes como desviados da tradição disciplinar antiga e corrente.

“É preciso que várias ciências auxiliares da exegese histórica completem com os seus dados as insuficiências e obscuridades dos textos documentários, ou expliquem pelo mecanismo das suas leis poderosas aquilo que estes não podem fixar nas suas páginas mortas.

“O culto do documento escrito, o fetichismo literatista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pelas contribuições que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade.”

É uma posição louvável a de dar importância às ciências auxiliares, sejam as mais modestas (paleografia, diplomática, genealogia, cronologia, nobiliarquia, de que tratamos na *Teoria da História do Brasil*)², sejam as mais elevadas (sociologia, antropologia, ciência política, economia), como o é também reduzir o culto do documento, pois ele é fundamental mas depende da interpretação e esta da concepção do mundo e da filosofia que se tenha.

Oliveira Viana é contraditório na sua formação teórica, porque, sendo um pragmatista, queria que a História explicasse e orientasse o futuro, pouco cuidou de economia e não revelou conhecimentos maiores da história econômica brasileira. Também é estranho vê-lo falar de filosofia da história, uma disciplina que aborrece os pragmatistas e que ele nunca igualmente revelou cultivar. Não cita um único filósofo ou pensador da história. Pensador que o instrui é o secundário Le Play.

Ele achava, como revela sua frase final citada, que as ciências da natureza e as da sociedade “principalmente abrem à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão às ciências históricas um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adstrita ao campo da pura exegese documentária”. E aí vem o trecho de ouro que revela sua formação e as teorias que o orientaram:

“Há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico. É a antropogeografia, cujos fundamentos lançou-as o grande Ratzel. É a antropossociologia, recente e *formosa* [!] ciência, em cujas substruções trabalharam Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes, fecundos e originais [!]. É a psicofisiologia dos Ribots, dos Sergi, dos Langes, dos James. É a psicologia coletiva dos Le Bons, dos Sigheles e principalmente dos Tardes. É essa admirável ciência social fundada pelo gênio [!] de Le Play, remodelada por Henri de Tourville, auxiliado por investigadores brilhantes, Demoulin, Poinard, Descamps, Roussiers, Préville, cujas análises minuciosas da fisiologia [!] e da estrutura das sociedades humanas, de um tão perfeito rigor, dão aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana [!]”.

Ora, essa concisa citação dos mestres que o orientaram constitui um trecho modelar da mediocridade da inspiração oliveira-vianista.

Friederich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão, foi um dos precursores da geopolítica e criou a noção do sentido do espaço, espécie de aptidão natural de certos povos em organizar politicamente um espaço dado. Constitui com suas obras *Anthropogeographie* (1882-1891), *Völkerkunde* (1885-1888) e *Politische Geographie* (1891), uma das exceções de honra da lista dos seus mestres, embora dela advenham os geopolíticos do Nazismo, sem esquecer que está ho-

je ultrapassado; outro que se eleva deste quadro de nomes mortos no campo de suas disciplinas, que poderiam ser valiosos para uma revisão histórica, é Gabriel Tarde (1843-1904), um dos mais versáteis e produtivos cientistas sociais da França, que foi magistrado e serviu como diretor do serviço de estatística do Ministério da Justiça. A seqüência da invenção, repetição, conflito e adaptação acentuada pela filosofia social de Tarde parece apoiar uma íntima relação com Hegel — o que seria uma estranha influência repelida com despreço por Oliveira Viana, que dela não se apercebeu.

Gabriel Tarde sustentou que uma em cem pessoas é inventiva — no entanto, a invenção é a fonte de todo o progresso. As invenções são imitadas, mas diferem em grau e tipo das imitações e isto provoca a oposição entre variadas imitações e entre as novas e as velhas na cultura. A conseqüência dessa oposição é uma adaptação final que se torna uma invenção em si mesma. Ele via essa seqüência como um ciclo infundável constituindo o processo da História e a experiência social. Tudo isso aparece em *Les Lois de l'Imitation* (1890).

Oliveira Viana o coloca como um de seus mestres na psicologia coletiva — mas eu não vejo traço algum dele em toda a sua obra, pelo menos aparente. Mais grave é situar Tarde ao lado de Le Bon e Sighele, autores menores, ou citar Ribot (1839-1916), um psicólogo francês fundador da *Revue Philosophique*, professor da Sorbonne e do Collège de France, dedicado à psicologia experimental e sobretudo à psicologia patológica, que aparece nas suas obras *Les Maladies de la Mémoire* (1881), *Les Maladies de la Volonté* (1883) ou ainda em *Les Maladies de la Personnalité* (1885), cuja relação com os estudos de história do povo brasileiro parece não existir, nem utilidade apresentar. Que relação encontrou Oliveira Viana para buscar em Ribot uma compreensão de nosso povo? Embora tenha mostrado a importância das tendências inconscientes na vida afetiva antes de Freud, não sei em que sentido ele poderia ter contribuído para o estudo renovador da história do Brasil.

Mais grave ainda pelas implicações racistas que dominam sua obra — influenciada não pela antropologia científica mundial, mas por charlatães de uma falsa antropologia racista, arianista, tais como Gobineau, Toppinard, Lapouge. Deles o chefe é Gobineau, sendo os outros figuras secundárias. Basta lembrar Gobineau para ver como andava mal a suposta ciência de Oliveira Viana e como esta única influência desprestigia sua obra, invalida seus conceitos antropológicos. Sobretudo quando se pensa que Oliveira Viana era mulato, mulato róseo, que detestava o povo mestiço do Brasil e queria vê-lo arianizado, embranquecido. A contradição dialética, consciente ou inconsciente, entre sua figura física e intelectual e suas teses elitistas é o cerne da sua invalidade. Se ele pudesse, ou se não fosse um ato de loucura, proporia a substituição do povo brasileiro mestiço por um povo germânico, ou teria, como o Marquês de Resende, renovado a proposta deste a D. Pedro I de que era “da Alemanha

donde havemos mister tirar homens e mulheres para nos fazerem gente, de que fazemos mister”³.

Joseph Arthur, Conde de Gobineau (1816-1882), fez carreira diplomática e formulou idéias sobre a conduta social e racial que se refletem na sua obra etnológica, histórica e de ficção. Ele pertencia à pequena nobreza e era ardentemente legitimista. Seu livro mais célebre e pouco lido, *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*⁴, é uma pretensa reflexão sobre a decadência da humanidade. Gobineau considerava a raça o elemento essencial das civilizações, dizia existir uma hierarquia das raças e, no topo delas, se achava a raça ariana, a única realmente civilizadora — mas ele próprio mostrava quanto essa hierarquia era frágil porque a história obedece à lei inelutável e funesta da mistura das raças. Ele professava uma filosofia da história inteiramente pessimista, pois sabia que a raça ariana ou indo-européia, em sua época, não era mais que uma raça bastarda e mestiça, destinada à morte. As simpatias arianistas de Gobineau facilitaram a difusão de suas idéias na Alemanha e sua deformação por certas doutrinas pangermanistas. Na Alemanha contribuiu-se muito para o desenvolvimento dos estudos sobre Gobineau, mas também para a politização das doutrinas do *Essai*.

Não é realmente estranho que um mulato brasileiro, de grande leitura, rico no poder do pensamento, além de grande e fluente escritor, tentasse aplicar as idéias de superioridade da raça ariana num país de mestiços, de todas as misturas? Não é surpreendente que Gobineau tivesse exercido tanta influência sobre Oliveira Viana, principalmente nos seus capítulos sobre raça?

O escritor francês exerceu funções diplomáticas aqui (1869-1870) e suas idéias se aplicavam diretamente ao Brasil, que ele tanto desprezava, como se pode ver em *D. Pedro II e os Sábios Franceses*⁵ e em *D. Pedro II e o Conde de Gobineau - Correspondência Inédita*⁶, chegando a escrever que todo o círculo palaciano de D. Pedro era composto de mulatos — que ele desprezava — e manifestou sua descrença no futuro do Brasil devido a isso⁷.

Não satisfeito com a influência de Gobineau, Oliveira Viana foi buscar a de outro racista, Paul Toppinard (1830-1911), médico e antropólogo francês que escreveu *Elements d'Anthropologie* (1885). Mas a maior influência lhe veio do campo das ciências sociais, apareceu-lhe como na das raças — vinda não de um especialista reconhecido, mas de um curioso, despreparado e reacionário — de um sociólogo amador, cuja influência, já na própria época de Oliveira Viana, era bem diminuta.

3. Do Marquês de Resende a Pedro I, Viena, 1º de dezembro de 1827, in “Correspondência do Marquês de Resende, 1823-1854”, *RIHGB*, t. 80, 1917, p.190.

4. 1852-1855, reeditado em 1967.

5. Atlântica Editora, Rio de Janeiro, s.d.

6. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

7. Vide “Gobineau et le Gobinisme”, in *Nouvelle Revue Française*, fev. 1934.

Le Play, um engenheiro da Escola Politécnica, professor de Minas, conselheiro de Estado, senador, organizador das exposições universais de Paris (1855 e 1867) e de Londres (1862), viajara através da Europa com o fim de estudar as condições de vida dos trabalhadores, notadamente na indústria mineral. Partindo sempre de observações minuciosas e seguindo uma generalização ele chegava à conclusão de que o desaparecimento da paz social na Europa se devia aos falsos dogmas de 1789, à crença na perfeição original do homem e na igualdade natural. A ciência social devia, ao contrário, basear-se na concepção cristã do homem e sobre o Decálogo.

A sociedade europeia será reorganizada sobre o tríplice fundamento da moral religiosa, da propriedade e liberdade de testar da família enquanto “célula social” fundamental, à imagem da qual se deve modelar a organização profissional na qual os grandes proprietários e patrões representam um papel patriarcal. As tendências paternalistas de Le Play exerceram uma grande influência sobre certos católicos sociais e sobre a escola da Action Française.

Vê-se aí, nesse resumo, o gérmen das idéias de Oliveira Viana, de seus retrocessos sociais, que vão torná-lo, dos anos 20 em diante neste século, no maior retrógrado brasileiro, tanto no campo social como político. Le Play é o pai espiritual de Oliveira Viana, o maior ultraconservador político que o Brasil produziu em todos os tempos e, ainda que se considere Francisco Campos e Santiago Dantas, este na sua fase integralista, nenhum deles sequer se aproxima da consciência social e política de Oliveira Viana, pai espiritual de tudo o que nasce daí em diante de mais reacionário, como 1930, com seu autoritarismo, desapareço pela legalidade democrática e garantias individuais (1937), com Francisco Campos e seu Estado Novo, construindo, representando o grande retrocesso político brasileiro e, finalmente, o modelo máximo, o exemplo perfeito, que vários militares, principalmente Golbery do Couto e Silva, seguem e convencem a que sigam seus companheiros de armas, o de um regime autoritário militar, ilegítimo, abusivo, que se caracterizou pela presidência de generais, o generalismo, como o qualifiquei em *História Combatente*⁸, que resultou na sua execução por vinte nefastos anos. Nem cinquenta anos limparão o Brasil das páginas sujas que a contra-revolução de 1964, com a repulsa geral da nação, infamou e aviltou.

A obra principal de Le Play foi *La Reforme Sociale en France* (1864), que Oliveira Viana assimilou tão bem que pouco a cita, embora suas páginas estejam repletas das idéias do sociólogo francês. Como Le Play, Oliveira Viana era um conservador convicto, sem nenhum sentimento pelos desapiedados, pelos pobres, pelos miseráveis, pelos negros, pelos índios, pelos mestiços, do qual era um membro renegado. Traidor de sua gente, era moralmente desprezível.

8. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.

Le Play ficara deprimido pelas constantes revoluções na França e rejeitou as idéias “errôneas” de Rousseau em *Du Contrat Social*. Ele tentou, nas bases de seus estudos sociais, persuadir Napoleão III e sua corte a recriar e preservar o sistema familiar francês. Seus estudos sócio-políticos foram de tão pouca valia e persuasão que ele abandonou a política depois de 1870 e devotou sua vida ao estudo da sociologia (que sociologia! — mortinha da Silva, hoje em dia!) e a educar pessoas dirigentes de empresas por meio de encontros de intelectuais franceses da sua roda. Esses intelectuais não foram também levados em conta, na França e no estrangeiro. Le Play influenciou em Oliveira Viana, como Comte estimulou Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, um grupo restrito, fiel, acanhado, que pouco produziu de efetivo para o Brasil, enquanto o grupo influenciado por Oliveira Viana foi o mais negativo conjunto influente de toda a história do Brasil. Tanto que produziu os 20 anos mais infamados de toda a nossa história. Sem contar os das disciplinas psico e antropológicas, que não representavam a primeira linha destes estudos — e Le Play já vinha inspirado por autores secundários — os seus discípulos sociais não fizeram carreira, tal como o mestre deles. Le Play não merece maior consideração hoje. É um pensador de segunda ordem, que mesmo em sua época não alcançou renome ou reputação indiscutível. A diferença essencial entre Le Play e Oliveira Viana é que o primeiro não mudou nada no mundo da organização política e social, enquanto Oliveira Viana encontrou os Golbery, que por sua meia-ciência se deixaram empolgar pelo ultrapassado e ultra-reacionário sócio-psico-antropólogo-geógrafo pensador, que não encontrou no meio civil uma única expressão intelectual que o seguisse, exceto de certo modo, mais pela admiração que pela adesão, o velho e confuso jurista Levi Carneiro, e o velho moço Marcos Almir Madeira.

Não vou repetir os nomes estrangeiros que aparecem nas páginas das suas *Populações Meridionais*. Só estranho que tanto nome arrevezado tenha sustentado o crítico segundo o qual os estudiosos brasileiros sabiam o que diziam os estrangeiros, mas não tinham os pés no chão da realidade brasileira. Ele, baseando-se em estrangeiros, tinha. E escrevera, fundado nesses autores e outros ainda mais secundários — cuja contribuição desapareceu do rol social-histórico-científico — que especialmente “nas análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedades humanas, de um perfeito rigor, dão aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana”. Vejam só a fisiologia desta gente clareando o texto histórico brasileiro. A contradição não tem medida.

Só a simulação permite que um historiador ou sociólogo, ou cientista social, fale em análises minuciosas da fisiologia e que estas, aplicadas com rigor, dêem claridade aos mais obscuros textos históricos. Se não era charlatanice, era ignorância. E nem uma, nem outra permitiria continuar afirmando que “este livro é uma tentativa de aplicação desses critérios novos [!] à interpretação da nossa história e ao estudo de nossa formação nacional”. Que critérios novos

são esses, advindos de autores secundários — e o tempo provou isso — de disciplinas não-históricas?

Não era necessário buscar inspiração e métodos neles para dizer essa verdade elementar que tantos autores brasileiros, antes de Oliveira Viana e antes dos autores estrangeiros por ele citados, afirmaram, a de que “somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original”. Nem se poderia escrever que éramos “um dos povos que menos estudam a si mesmos e que quase tudo ignorávamos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas regiões, às nossas tradições, à nossa vida, enfim como agregado humano”. Era o desapareço, a negação a tudo que se fizera antes, e ele, Oliveira Viana, sozinho, sem a companhia de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, construíra.

Afirma que nesses estudos passa de leve sobre os fatores cósmicos[!] e antropológicos, mas se detinha com rigor nos fatores sociais e políticos da nossa formação coletiva, acentuando os que eram de maior força e autenticidade. Fatores cósmicos? Fatores antropológicos? Estes últimos Oliveira Viana tratou e mal, pois se baseou na corja que deformava essa disciplina. E deter-se nos fatores sociais e políticos não era senão seu dever.

O resultado de seus estudos regionais do Norte e Sul levou-o à convicção contrária ao preconceito da uniformidade atual do nosso povo. Não concorda com a idéia de “uma massa homogênea e única, guardando toda ela a mesma densidade social e a mesma unidade de composição e de estrutura”. Sustenta Oliveira Viana a diversidade, contraria os que levam em conta a unidade da raça, da civilização e da língua, mas não querem levar em conta a diversidade dos habitats a sua ação durante três ou quatro séculos, as variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e principalmente a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa social.

Com a soltura e liberdade com que generaliza, reafirma Viana que, mesmo se fossem homogêneos os habitats e idêntica em todo o país a composição étnica do povo, ainda assim a diferenciação era inevitável, levando-se em conta somente os fatores sociais e históricos, o que o levava a distinguir pelo menos três histórias diferentes: a do Norte (o seu “Norte” é o Nordeste), a do Centro-Sul, a do Extremo-Sul, que geram três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os três tipos específicos: o sertanejo, o matuto e o gaúcho.

Além de ser insustentável a tese da heterogeneidade da população brasileira, composta em sua maioria de um grande número de mestiços, como tentei demonstrar em *Brasil e África: Outro Horizonte*⁹, Charles Wagley, um verdadeiro antropólogo e não um amador como Oliveira Viana, assegurava que o povô brasileiro era um dos mais homogêneos do mundo¹⁰.

9. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982. 1.ª ed., 1961. Ed. americana, 1965.

10. *An Introduction to Brazil*, Columbia University Press, Nova York e Londres, 1963.

Viana reafirmava a distinção tríplice da população brasileira, que ele reconheceu desde cedo, estudando as populações do Norte e do Sul, sua história, organização e psicologia, e assim considerou necessário mudar de método, e renunciar a uma só síntese geral de toda a evolução da nacionalidade. Daí ter cindido o trabalho, que planejara único e global, em dois ensaios, versando um só a formação das populações meridionais e outro sobre a formação das populações setentrionais.

Ora, em primeiro lugar, desde Martius até João Ribeiro, se reconheceu que havia diferenças regionais¹¹. Esse critério geográfico não se poderia aceitar levando em conta que seria reduzir o regionalismo a muito pouco, Norte e Sul, especialmente quando se confunde Norte com Nordeste. O regionalismo tinha e tem, desde os mais antigos e argutos observadores, variações mais sutis, especialmente quando se considera o Brasil legal ou oficial e o real, cuja primeira identificação devemos a Luís J. Carvalho Melo Matos nas suas *Páginas de História Constitucional*¹². E sobretudo quando o simplismo chega ao ponto de dividir o Brasil em Norte e Sul — aquele confundido com o Nordeste, e tão desconhecido que sobre ele se desiste de escrever.

Oliveira Viana foi o historiador e sociólogo mais incapaz de conhecer o Nordeste, por isso tão mal dele falou. E o que agravou a interpretação de sua obra — que é harmoniosa e coerente — é a incoerência que se choca e se conflita quando no final da vida — depois de vasta obra diferente — retorna às *Populações* para escrever *O Campeador Rio-grandense*¹³ e nele vemos que se quebra o equilíbrio do primeiro volume das *Populações Meridionais* e de todo o conjunto da obra, para louvar o gaúcho, suas qualidades militares, sua disciplina, o autoritarismo, tudo aquilo que não é brasileiro e que mereceu do grande fluminense reprovação, quando elogiou o equilíbrio, a harmonia, a estabilidade do homem do Centro-Sul. Bajulação aos gaúchos, ou ao gaúcho-maior Getúlio Vargas, que lhe dera tudo e lhe reconheceu os méritos, dele, o gagá mole (o livro é póstumo, provavelmente foi escrito nos últimos anos de sua vida). Nele prefere a disciplina à estabilidade, a lei à força, esta ao direito, e assim se rebaixavam todos os valores do homem do Centro-Sul que organizara, segundo ele, este país, os conservadores fluminenses, mineiros e paulistas, pelos autoritários e militarizados gaúchos. Difundia-se, pasmem!, a militarização do Rio Grande do Sul, considerado um modelo para o Brasil. Tivemos a infelicidade de ver essa militarização gaúcha por 20 anos levar o Brasil ao maior desastre de sua história, incluindo a colonial. E na verdade não se tratava de

11. “Como se deve escrever a História do Brasil - Dissertação de C.F. Ph. von Martius”, *RIHGB*, t. 6, 1844, pp. 389-411, e *História do Brasil - Curso Superior*, 1ª ed. 1900, especialmente o capítulo “O Espírito de Autonomia - Os Antecedentes”, de João Ribeiro, 12ª ed., 1952, pp. 366 e seguintes.

12. Escritas anonimamente e publicadas no Rio de Janeiro, Garnier, 1870.

13. José Olympio, Rio de Janeiro, 1952.

militarização, mas de *generalização* presidencial, incompetente, ineficiente, incapaz, inepta, mórbida, decrépita, ineficaz, que vai exigir grandes esforços para corrigir seus grandes males. Não foi o Exército, como instituição, o responsável pelo acúmulo de erros, mas seus chefes, os grandes culpados pela entreação, enervação, colapso deste gigante que não pode — essa a lição histórica — nunca mais em sua história admitir generais gaúchos liberticidas ou educados no Sul, ou simplesmente tão cedo não devemos aceitar nenhum gaúcho liberticida no poder supremo. O Império não os conheceu no Poder, e só Silveira Martins se destacou pela sua inexcedível oratória, mas depois de Pinheiro Machado, que serviu de ensaio, de Getúlio a Castelo Branco e deste aos demais generais, Deus nos livre, é preferível mantê-los afastados, como sempre quis Capistrano de Abreu desde 1900, no seu artigo sobre “A Colônia do Sacramento¹⁴”.

Em seu prefácio às *Populações Meridionais*, que serve de explicação metodológica de toda a obra histórico-sociológica, afirma Oliveira Viana que ela contém os estudos monográficos sobre os dois tipos sociais formados nos hábitos do Sul — “o matuto e o gaúcho”, que são os mais característicos.

“O gaúcho” — escreve ele — “é um produto histórico de três fatores principais: o *habitat* dos pampas, o regime pastoril e as guerras platinas. Estes três fatores modelam esse tipo social que é o pastor rio-grandense, cuja psicologia é particularíssima, excepcionalmente no seu aspecto político”.

Já o matuto é formado nas regiões montanhosas do Estado do Rio, no grande maciço continental de Minas e nos platôs agrícolas de São Paulo; ele constitui uma outra diferenciação social que resulta de “reações mezológicas [notem a influência geográfica ou geopolítica] e da preponderância do regime agrícola e por certos fatores políticos e administrativos, que não chegam a atuar com eficiência sobre o grupo rio-grandense e sobre o grupo setentrional”. Reparem bem o determinismo geográfico de que se serve Oliveira Viana para caracterizar seus povos.

Declara, então, que o volume primeiro das *Populações Meridionais* — o único que publicou em vida — é dedicado ao matuto, cuja influência é das maiores, das mais acentuadas e das mais flagrantes. Esse volume é inteiramente dedicado a ele, à investigação da sua história, à análise da sua estrutura, à definição da sua mentalidade. O estudo desse tipo não podia deixar de ser um estudo central. Por dois motivos sobre ele devia recair todo o rigor da análise e da crítica. *Primeiro*, porque o peso específico da massa social é dado pelo homem de formação agrícola, o matuto do Centro-Sul. O gaúcho e o sertanejo, ambos de formação pastoril, são tipos muito regionais, localizados em zonas limitadas e cuja história tem um campo de ação restrito às raias de seu *habitat* gerador. Os tipos urbanos não passam de variantes, de reflexos do meio

14. *Ensaio e Estudos, Civilização Brasileira* / MEC, Rio de Janeiro, 1976.

a que pertencem — variantes do sertanejo, variantes do gaúcho, variantes do matuto. Mas para ele sua posição é secundária, “porque, na realidade, o tipo rural que os defronta, praticamente os subordina”. Segundo, porque o grande centro de gravitação da política nacional, depois da Independência, se fixa justamente dentro da zona de elaboração do tipo matuto.

Considero uma generalização descabida atribuir ao tipo matuto a elaboração da Independência, pois suas principais figuras nada têm com o tipo matuto. Imagine-se um José Bonifácio um tipo matuto! Só rindo dessa ingenuidade pseudocientífica. Bem, homens saídos do Sul e do Norte urbanos, principalmente, colaboraram muito na construção e organização da Independência¹⁵.

Promete Oliveira Viana estudar no volume *Populações Setentrionais* o tipo social formado nas regiões secas do Nordeste, o tipo social do sertanejo, cujo espécime mais representativo é o “homem das caatingas cearenses”. Este tipo era para ele, como o gaúcho, de formação pastoril, mas não só o seu *habitat* particular, que é o sertão do Norte, atua como agente diferenciador específico, como mesmo as circunstâncias históricas e sociais, dentro das quais o tipo sertanejo evolui e se constitui, tornam distintos os dois pastores, o do Norte e o do Sul, o “pastor das caatingas” e o “pastor dos pampas”. E prometia ainda mais completar a análise das populações setentrionais em outro pequeno ensaio, no qual faria o estudo do tipo sertanejo na sua expansão pela hiléia amazônica, onde se mostra sob a feição caucheiro e explorador de seringais. Primeiro, ele não escreveu e dificilmente escreveria sobre as populações setentrionais, pois não parece compreender o nordestino, e sua obra revela bem essa faceta da sua incompreensão brasileira; segundo, porque é comum nele confundir o nordestino com o nortista; terceiro, porque aponta o homem da caatinga cearense como o espécime mais representativo do nordestino, o que é outro sinal da sua incapacidade de compreender o homem regional nordestino.

Esse fluminense mal compreendeu o fluminense, pois só viu o fluminense conservador, o que nasce e vive no latifúndio do Estado do Rio. O que ele sabe do carioca? Onde aparece o carioca? E o gaúcho que surgiu depois de sua morte era confundido com o liberticida do Rio Grande do Sul, com Getúlio Vargas, seu benfeitor, que conheceu de 1930-1945 — e não o de 1951-1954, que era outro, era o inverso, era libertador, este ele não o conheceu, pois Oliveira Viana faleceu em 1951.

Difícilimo seria estudar o sertanejo da hiléia amazônica, o caucheiro e o explorador de seringais, pois toda a sua compreensão nasce e se desenvolve partindo do latifúndio e do dono do latifúndio, e não do homem nômade, movedição, andarilho. Daí os despautérios que Viana afirma sobre os bandeirantes (trataremos deles mais adiante).

15. Vide meu livro *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, 5 vols.

Aceita que os tipos não são fixos e imutáveis, e que haja um relacionamento entre os vários tipos. Afirma mesmo que “em suma, não há tipos sociais fixos, e sim ambientes sociais fixos”. Assevera que se limitou às populações rurais nesses ensaios sobre a caracterologia dos brasileiros e que deixou de parte as populações urbanas, o que diminui a importância de seu livro, já que atualmente a gente urbana domina a rural.

Na sua louvação às populações rurais, é sobre elas que escreve, pois elas são “as matrizes da nacionalidade, e que delas, do seu espírito, da sua laboriosidade e, de seu afluxo humano é que vivem as cidades do *hinterland* ou da costa e crescem, e se desenvolvem”.

“Silenciosa, obscura, subterrânea a sua influência hoje, é no passado, principalmente nos três primeiros séculos, poderosa, incontestável, decisiva”. Acentua que o peso dessa massa colossal não pode ser desprezado. E, num equívoco grave, afirma que elas têm sido “esquecidas até agora pelos nossos publicistas, historiadores e estadistas, é tempo de fazer justiça a essas gentes obscuras do nosso interior, que tão abnegadamente construíram a nossa nacionalidade e ainda a mantêm na sua solidez e na sua grandeza”.

Oliveira Viana ou cometia um grave erro histórico ou uma desagradável injustiça. João Ribeiro, na sua *História do Brasil* (1ª ed., 1900), Euclides da Cunha nos *Sertões* (1ª ed., 1902), José Francisco Rocha Pombo na *História do Brasil* (6º vol., 1905), Capistrano de Abreu nos *Capítulos de História Colonial* (1ª ed., 1906), Basílio de Magalhães em *Expansão do Brasil Colonial* (1ª ed., 1914), todos haviam acentuado a conquista dos Sertões e o papel das populações rurais nessa conquista e na sua ação construtiva nacional. O que não se fizera era estudá-las desde a expansão territorial até a República.

Sua investigação abrange um período que se estende desde os primeiros séculos coloniais até os fins do Segundo Império. “Daí em diante”, acrescenta Oliveira Viana, “depois da abolição do trabalho servil em 88, o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas (...) O período republicano, perturbadíssimo por crises sociais, econômicas e políticas da maior relevância, exige um estudo à parte, minucioso, preciso, complexo, capaz de permitir uma síntese segura da evolução brasileira nestes últimos decênios”. Por isso sua história não ultrapassa o fim do período imperial.

Declara então que, nesse livro, há falhas, acentua defeitos, mostra linhas de inferioridade, desfaz com certa franqueza um sem-número de ilusões nossas a nosso respeito, a respeito de nossas capacidades como povo. Depois confronta nossa gente com outros grandes povos que são nossos *mestres* e *paradigmas* — o que surpreende para quem acusava a elite de imitar o estrangeiro e desconhecer a inferioridade do nosso povo. Nesse confronto, diz que evidenciam muitas deficiências da nossa organização social e política. Considera que vivemos numa perfeita ilusão sobre nós mesmos. Revela, a seguir, todo o seu sentimen-

to colonialista, que gera o absolutismo político, de que se fez o mais completo defensor ao escrever que “o sentimento de nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães-generais, desapareceu com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho. Os métodos objetivos e práticos foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o país depois de sua independência.

Para ele, um reacionário nato, o movimento democrático da Revolução Francesa, as agitações parlamentares inglesas, o espírito liberal das instituições que regem a república americana, tudo isso exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação mágica, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas.

Oliveira Viana, que usou toda essa doutrinação estrangeira de nível secundário, do chefe Le Play aos discípulos piores, ainda acusa os nossos políticos, estadistas e estudiosos de perderem a noção objetiva do Brasil real e criarem para uso deles um Brasil artificial e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, *made in Europe*.

E escreve ainda que esse feito ingenuamente ditirâmico, bem como aquele com que acarinhamos o nosso melindroso patriotismo e para o qual o “nosso céu tem mais estrelas e a nossa terra mais amores”, nos tem “entretido numa radiante teia de presunções sobre as nossas aptidões e grandezas, muito caprichosa e bela na sua trama de prata e ouro, não há dúvida — e não fora ela trabalhada por poetas! — mas que as duras realidades com que temos que defrontar dentro em breve futuro, hão de romper com impiedade e bruteza, se não tivermos a previdência de nós mesmos espanejá-las quanto antes, no desejo muito honesto de ver claro o que se passa dentro de nós e em torno de nós para maior segurança da nossa própria existência coletiva”.

Esse trecho final permite enquadrá-lo como um profeta do inferno nacional de 1964, quando o Brasil se tornou o paraíso dos generais e banqueiros, o purgatório da classe média e o inferno dos assalariados. E volta ao seu realismo, que é tão irreal quanto os dos que o antecederam. Nunca Oliveira Viana tomou a posição de José Bonifácio que repetia sempre que, no Brasil, o real ia além do possível.

Assim continua Oliveira Viana afirmando que “a mais superficial observação assinalada no campo da concorrência internacional é a preponderância absorvente dos povos que se organizaram sob critérios objetivos, das raças [sempre as raças] nutridas pelo senso das realidades, de homens que não se pagam de teorias nem de ficções, e que sabem encarar, com serenidade e frieza, a vida como ela é nas suas fealdades e egoísmos, nos seus instintos e paixões — porque crêem no poder transfigurador da vontade, quando aplicada com tenacidade, continuidade, energia, na obra da salvação”.

Aí está, e nas linhas que se seguem, o sociólogo ou o historiador — sociólogo do poder da vontade, tão ao gosto do norte-americano, o *poder da vontade*, da vontade nacional capaz de transformar o Brasil em potência mun-

dial. Os outros povos, os que praticam o culto consciente e sistemático da própria ilusão, estão condenados a perecer. E louva os vencedores que serão os povos práticos e experimentalistas, com senso objetivo.

Então vem a censura mortal com que inicia sua obra, marca-a indelevelmente e resume a tese de todos os nossos maiores reacionários: o povo brasileiro não presta, é um desastrado e quem o salva, a duras penas, é a minoria dirigente. Melhor fora que tivéssemos outro povo, outra gente, branca, ariana, educada, alfabetizada, senão culta. Por isso ele escreve este trecho fantástico: “Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio das raças ativas, audazes e progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão decente de homens de ação e de preta, que, por toda parte, em todas as regiões do globo vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões de sua soberania”.

Tudo isso, em síntese, deveria ser um alerta dirigido não a nós todos como povo e como nação, mas à classe dirigente, que usou e abusou deste país, como quis e fingiu crer nesses sonhos e ficções, apenas para iludir o povo, que foi o único sério e objetivo construtor real do Brasil. Escreve, a seguir, que para fugir à fatalidade desse destino só existe um caminho: o de mudar de métodos, de educação, de política, de legislação e de governo. Esquece-se do principal: mudar a classe dirigente, que em sucessivas gerações, como tenho procurado mostrar em vários livros, é a grande responsável pelas perdas de arrancos progressistas e de avanços econômicos, sociais e políticos.

A questão não consiste em jogar com fatos e não com hipóteses, com realidades e não com ficções — o povo procede assim, e cabe à minoria, e não ao povo, “por um esforço de vontade heróica, renovar nossas idéias, refazer nossa cultura, reeducar nosso caráter”. E tudo isso com a força de vontade que é o método do sociólogo Oliveira Viana. E tudo isso, além da força de vontade, depende de sujeitarmos o nosso povo a uma análise fria e severa na sua composição, na sua estrutura, nas tendências particulares da sua mentalidade e do seu caráter. Ora, para nós, quem mais precisa dessa análise é a classe dominante, que em sucessivas gerações, desde a Independência, explora o povo e o país. E Viana tem a audácia de escrever que é com esse intuito — de trazer aos responsáveis pela direção do país, para o conhecimento objetivo do nosso povo, uma pequena contribuição — que empreende esses seus ensaios.

Seus ensaios estudam e revelam as incapacidades e deficiências da classe dirigente ou, como ele prefere, os responsáveis pela direção do país, e o povo aparece como deuteragonistas, figurantes, que pouco importam na construção do país. Quem pensa assim, invalida desde o começo a elaboração de sua análise.

CAPÍTULO 2

POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL

Nas próprias *Populações Meridionais* há muito a criticar, e sempre ou porque Oliveira Viana revela um conhecimento menos amplo do que a obra exige, ou pela interpretação, que é sempre a favor da minoria dominante. A suntuosidade da “nobreza” é uma balela que foi sustentada desde Fernão Cardim e hoje se suspeita tenha sido incomum. Viana mesmo adverte sobre o contraste entre a civilização do Far West e os costumes sociais luxuosos que aparecem também nas “Nobiliarquias” e nos cronistas dos primeiros séculos¹. Sustenta que o Brasil recebeu um escol considerável de fidalgos de sangue, descendentes autênticos de ilustres casas da península, e considera uma das mais absurdas alusões o preconceito de que, entre os formadores do nosso povo, estavam criminosos e degredados. Sabemos todos que tanto a legislação filipina quanto as leis extravagantes determinavam que o Brasil era lugar de degredo — variavam os lugares — e de castigo para criminosos. E que a legislação era aplicada. Houve muito louvor nos primeiros cronistas, levados pelo ideal de seduzir colonos, e nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* se lê que o Brasil era “academia de bom falar”.

No primeiro capítulo, “Formação do Tipo Rural”, Viana observa que, no Brasil, a minoria dominante brasileira era constituída de elementos aristocráticos vindos de Portugal. Nela surge um conflito — muito bem arquivado na sua cabeça — entre parte da aristocracia, atraída para a cidade, e uma outra impelida para o campo, ambas rurais. Tal conflito só se compreende se se repara que essa nobreza rural se forma de dupla camada — a camada de latifundiários de origem fidalga e a de origem plebéia.

A sociabilidade, a opulência, o tratamento, a urbanidade, são então acentuadas por Oliveira Viana, tal qual nos antigos cronistas, como se o Brasil do tempo colonial pudesse ostentar senão como hoje fatias reduzidas de ostentação e luxo. Um exagero que não tem nem merece a crítica do historiador-sociólogo, e que o assemelha aos antigos cronistas deslumbrados com a riqueza que viam em uma ou outra casa. Viana não pesquisa. Sua obra é compilada de autores de primeira fonte e as suas citações não obedecem às normas usuais entre os melhores estudiosos. Com o latifúndio imperando — o que já sabia-

1. Vide José Honório Rodrigues, *História do Brasil. A Historiografia Colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

mos, e Gilberto Freyre veio dar maior ênfase na sua *Casa-Grande & Senzala*, em melhores bases porque com maior autoridade metodológica — a opulência se mostrou aqui ou ali, surgindo o que Oliveira Viana denominou de “conformismo rural”, ou seja a obra de ruralização da população colonial, durante o século III, o XVIII, rápida, vasta e profunda. Sua obra não respeita, tal como todos os que tiveram mais formação sociológica, histórica e cronológica, uma seqüência lógica. Vai para adiante e para trás, para trás e para adiante. Essa ruralização significa uma queda e empobrecimento da grande aristocracia para a pequena nobreza rural.

Vão surgindo no campo, também, figuras mais ou menos obscuras, sem nobreza de sangue, sem tradições aristocráticas, às vezes mesmo os genuínos representantes dessa pequena nobreza rural que vemos formar-se, crescer e prosperar ao lado da grande nobreza. Viana sustenta que famílias houve que, fiéis aos seus instintos aristocráticos e voluptuários, resistem à transformação e conservam com orgulho essas tradições de opulência e conforto em que se educaram e viveram. Excetuada essa pequena minoria de fidalgos, a nobreza territorial apresenta-se, durante o século IV (ou XIX) perfeitamente rural na sua quase totalidade, pelos hábitos, costumes e principalmente por seu espírito e caráter.

A obra de ruralização da população colonial dura três séculos e se completa e integraliza no século IV. Quando se faz a Independência, o elemento autenticamente fidalgo já rareava na sociedade e no governo. Essa necessidade forçada pela presença permanente no latifúndio agrícola acaba gerando no seio da sociedade colonial um estado de espírito em que o viver rural não é mais uma provação para a alta classe, mas um sinal mesmo da existência nobre, uma prova até de distinção e importância.

Depois de desenvolver a tendência para o campo, Oliveira Viana afirma que o traço fundamental da nossa psicologia nacional é ser agricultor: “Pelos seus costumes, pelas suas maneiras, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se afirma, um homem do campo, à maneira antiga”. Faz comparações forçadas, descabidas ou impróprias, quando afirma que a vocação rural do brasileiro não tem a energia da vocação rural do saxão puro, mas é superior à do romano antigo. Nem os prende o fito puramente comercial, a ambição material de explorar a terra, e sim os prende e fixa no campo a beleza e doçura da vida rural. Esse temperamento rural é de pura formação americana e os lusos a não possuem.

Em síntese: expansão pastoril, expansão agrícola, expansão mineradora e por fim emersão, no IV século, do latifúndio cafeeiro nos planaltos, tudo isso acaba por fazer prevalecer, em nossa sociedade meridional sobre o tipo peninsular e europeu do homem urbano ou do colono, o tipo especificamente natural do homem do campo — o fazendeiro. E chega então à conclusão final, de que esse possante senhor de latifúndios e escravos obscurecido longamente, entregue aos seus labores agrícolas, “somente depois da transmigração da fa-

mília imperial, ou melhor, somente depois da independência nacional, desce das suas solidões rurais para expulsar o luso dominador, dirigir o país”.

Não é exato que Oliveira Viana tenha esquecido a luta de classes na história do Brasil, pois, ao contar como os brasileiros fazendeiros passaram a dirigir o país, ele relembra que o patriciado rural, ao descer de Minas, São Paulo e do interior fluminense, encontrou, envolvendo o rei, uma burguesia formada de comerciantes enriquecidos com a intensificação comercial, derivada da lei de abertura dos portos, uma multidão aristocrática de fidalgos lusitanos que vieram com o rei e os nobres da terra. Para Oliveira Viana, os nossos ricos potentados vencem simultaneamente uns e outros, e, antes mesmo de proclamarem-se a Independência, estão senhores da terra.

Não aceitei essa tese. Os portugueses cercaram e influíram não só em D. João VI como no próprio D. Pedro I; a eles se deve a queda de José Bonifácio, e o Almirante Cochrane quando voltou, em 1823, de sua campanha naval vitoriosa, surpreendeu-se ao ver D. Pedro I cercado dos inimigos da Independência².

O livro é uma louvação ao nascimento e crescimento da chamada *nobreza territorial*, à qual se atribui tudo de bom no Brasil, e tão bom que acabou no país em desenvolvimento que possuímos hoje. Pensa e sustenta que as bandeiras são movimentos reais, tal como virá sustentar mais tarde Jaime Cortezão, quando elas são um movimento próprio, brasileiro, nada tendo a ver com a Corte, como sustentou Sérgio Buarque de Holanda; e os próprios bandeirantes, com seus limpos nomes portugueses, não são senão mestiços de índios, que nem português falavam e que têm costumes e hábitos indígenas³.

Usa indevidamente a expressão *caudilho* desde esse primeiro livro, que nada tem com o Norte e Nordeste; a palavra tem uso restrito ao Sul, à autoridade civil ou militar a que se presta total obediência e que comanda milhões de subordinados disciplinados, na guerra e na paz.

Seu primeiro livro tenta dar à classe rural a riqueza principal, valoriza a burguesia comercial e mostra seu desprezo pela plebe rural ou urbana e o papel que lhe cabe. Ele reconhece a função de cada classe, embora demonstre sempre um profundo desdém pela plebe. Chega mesmo a usar, nesse primeiro livro, também da expressão *peão*, com conotação restrita ao Sul. Fala, ainda, de uma classe urbana, que entre 1809-1831 foi uma das forças determinantes da nossa história.

2. José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Livraria Francisco Alves, 1976, 1º vol. *A Evolução Política*.

3. Vide José Honório Rodrigues, “A Vitória da Língua Portuguesa no Brasil Colonial”, tese apresentada na Universidade da Flórida e que será publicada em inglês pela referida Universidade em Gainesville. Publicada in *História Viva*, São Paulo, Global Universitária, 1985, pp. 11-48.

Oliveira Viana afirmava que a luta entre partidários da liberdade nacional se dera entre burgueses e rurais, ou entre uma nobreza urbana lusitana e a velha nobreza brasileira, e que entre estas duas classes em luta se colocara outra, influente e prestigiosa, a dos fidalgos e parasitas lusos fugidos do exército de Junot. As três classes buscam preponderar e essa luta se prolonga até depois da Abdicação, só cessando com a morte de D. Pedro I em 1834 e a conseqüente extinção do partido recolonizador, representado na Sociedade Militar, onde predominam os portugueses. Na Sociedade Defensora, com ramificações por todo o país, agregam-se os mais genuínos elementos brasileiros, entre os quais acentua Oliveira Viana as grandes influências territoriais.

Esse capítulo de Oliveira Viana é objetivo e muito esclarecido, pois vê a luta de classes pelo poder, anota que, por segurança, os principais e mais altos lugares pertencem aos lusitanos. Observa que os grandes senhores rurais acabam por predominar e vencer todos os seus concorrentes. Ele próprio, que chamou de *desquite amigável* a separação entre o Brasil e Portugal, tal como Oliveira Lima, afirmou que os velhos amigos e servidores de D. João VI abandonam o Rio, e o pretexto principal é o pressentimento da revolução próxima; defrontando o elemento rural poderoso fluminense, mineiro e paulista está apenas a burguesia comercial. Sintetiza a luta que assegura a derrota do elemento estrangeiro representado no fidalgo adventício ou no luso comerciante, e o triunfo completo do elemento nacional, representado principalmente na alta nobreza fazendeira. O louvor supremo a essa classe, que é a triunfante na história do Brasil e que mereceu de Oliveira Viana os livros principais de sua obra, a grande, a principal, está nestes parágrafos das *Populações Meridionais*:

“Este triunfo é, aliás, perfeitamente lógico. É essa massa de grandes proprietários rurais que forma a única classe realmente superior do país, aquela em que se concentra a maior soma de autoridade social. Os próprios elementos intelectuais existentes, representados nas altas profissões liberais, vinculam-se estreitamente a ela, ou dela provêm diretamente.”

“Emancipado o país; expulso o elemento forasteiro; repelida a burguesia comercial; nada mais lógico que a essa aristocracia territorial caiba o supremo encargo da organização e da direção geral da nacionalidade”. E conclui categórico: “Depois de três séculos de paciente elaboração, a mais poderosa nobreza rural atinge, assim, a sua culminância: nas suas mãos está agora o governo do país. É ele quem vai daqui por diante dirigi-la. É esta sua última função em nossa história”. Ele acrescenta, aos seus triunfos, que da nobreza rural tenham partido todos os movimentos criadores de nossa história, o pastoril e agrícola, o sertanista e minerador, o político da Independência, o da fundação do Império. Não creio nesse simplismo histórico. A nobreza rural nada tem a ver com o movimento sertanista e minerador, e é parte do movimento político da Independência e da fundação do Império.

A visão elitista de Oliveira Viana esquece o papel capital das classes médias e populares, e mesmo que elas fossem um centro polarizador de todas as

classes sociais, sua entrada — acrescenta Oliveira Viana — no cenário da alta política nacional é o maior acontecimento do século IV. Sua entrada na história do Brasil tem uma importância capital na elaboração de nossa história, mas seria empobrecê-la diminuir o papel das classes médias e populares, cuja atividade foi essencial.

Quando afirma que essa aristocracia se constitui em um centro de polarização de elementos arianos da nacionalidade, Viana desvirtua com o conceito de raça todo o curso da nossa História, que não é ariana — conceito já em sua época desacreditado — e sim mestiça. Quando diz que “a alta classe rural é a que mais legitimamente representa o nosso povo e sua mentalidade social”, quando pensa que o bandeirante é um luso-ariano — quando é um mestiço, que nem português fala — quando afirma que nas camadas plebéias, pela sua profusa mistura de sangues inferiores, opera-se uma desorganização sensível na moralidade de seus elementos componentes, Viana cai nas suas constantes e inadequadas contradições, que, em conjunto, invalidam sua obra.

Mas Viana tem suas verdades, como quando afirma numa bela página que o meio rural é, por toda parte, um admirável conformador de almas, sem a variabilidade dos grandes centros, nem a instabilidade própria dos elementos urbanos. No campo vivem as grandes famílias, as grandes tradições, e essa estabilidade dos grupos sociais superiores permite que se forme uma trama de relações estáveis, permanentes e tradicionais. O erro consiste em afirmar, com toda a ênfase, que o “rural é luso, mas o luso pouco conhece a grande propriedade, formada na imensidão do novo mundo. É o homem do pequeno domínio, filho de uma sociedade densa, concentrada, compacta, que pratica a solidariedade vicinal e urbaniza a aldeia”. “Nós somos o latifúndio” (p. 50), escreve ele. Ora, primeiro o luso é também o homem do latifúndio e as várias reformas agrárias que se praticaram em Portugal, como no Brasil ficaram no papel, embora a zona do Minho seja de pequena propriedade e o Alentejo de latifúndio. Esta história, que Oliveira Viana parece desconhecer, foi contada — e bem contada — por Virgínia Rau em sua obra singular *Sesmarías Medievais Portuguesas*⁴.

A afirmação de Oliveira Viana, indispensável à sustentação de sua tese, põe em dúvida seus conhecimentos históricos portugueses. E mais ainda, ao escrever “Nós somos o latifúndio”, propõe uma tese totalmente deturpadora da história do Brasil, porque nós, e aí entendo o povo brasileiro, nunca fomos o latifúndio. O latifúndio pertenceu a uma insignificante e poderosa minoria que desviou, com esse domínio da terra, o caminho histórico brasileiro.

Vem, então, como é hábito em todo bom conservador e ultraconservador, o louvor à moralidade e rigor da família rural, que num excesso pouco histórico, e meramente especulativo, ele compara à maneira austera e autoritá-

4. Lisboa, 1946.

ria da família romana. E como sempre afirma, sem pejo de erro, que “a família fazendeira se distingue nitidamente da organização da família nas classes inferiores, na plebe rural”. E compara uma e outra, nesta a mancebia, a ligação transitória, a poliandria difusa, o embranquecimento do páter-família e a estrutura instabilíssima.

Na alta classe, louva a ação educadora do páter-família sobre os filhos, seu poder imenso e geral sobre todos, que os disciplina desde menores, tendo os filhos pelos pais um respeito que raia o terror. Chega mesmo a denominar de organização *cesarista* a antiga família fazendeira, obedecendo aos seus instintos autoritários. Esquece, primeiro, que sem nenhum resquício conservador, adstrito apenas à descrição factual-interpretativa, Capistrano de Abreu descrevera a família brasileira nesta frase concisa: “pai soturno, mãe submissa, filhos aterrados”. E mais, essa família nobre é uma instituição rara no Brasil, um exemplo que não medra, pois a grande, a imensa maioria vive na mancebia e pouca importância dá à nobreza.

Assim, descrever tal organização da aristocracia rural, suas virtudes, como se o Brasil se tivesse constituído sobre sua base e inspiração, é uma falsificação histórica, que pode embelezar a história, maquiá-la para gosto de Oliveira Viana, Levy Carneiro e seus adeptos boquiabertos. A plebe é sempre maltratada no seu livro, desdenhada, quando foi ela que construiu o Brasil ao longo de seus quatro séculos. Seria ridículo pensar que o Brasil de hoje é fruto de uma pequena “nobreza” rural.

O livro se estende na descrição pormenorizada das qualidades e virtudes dessa nobreza, no desdém pela plebe e no acento sobre as diferenças sociais que separam uns poucos e uns muitos. Foi um equívoco dos marxistas pensarem que Oliveira Viana negou a existência de classes, as diferenças e as lutas de classe. Seu livro está repleto de tudo isso, e é disso que trata, mas como um ultraconservador mantém o apreço pela classe alta, e o desdém pelas médias e inferiores, como chama. Chega mesmo a afirmar que o respeito à palavra dada é um pundonor da classe alta. Quem conhece a história brasileira sabe que muita gente humilde tem mais respeito à palavra dada que os da classe alta, que são os que faltam a ela e são os mais corrompidos.

Oliveira Viana, em seu excesso de adulação à “nobreza” rural, chega ao ponto de escrever que “os homens só se sentem realmente responsáveis entre si quando se conhecem mutuamente como “compatriotas sociais” (p. 54). Aí estão nesses compatriotas sociais os homens da mesma classe que se unem pelos seus interesses.

Nos louvores à “nobreza” rural, respeito à palavra dada, sentimento de probidade, respeitabilidade, decoro pessoal, ele usa uma linguagem fluente e concisa, revelando ser um grande senhor da língua; mas sempre desrespeita as classes “inferiores”, a plebe, como chama, filha da mestiçagem, que ele abomina. Capadócius, moleques, são os apelidos que dá aos grupos mais modestos da sociedade, e seria lastimável se alguém construísse o caráter nacional bra-

siheiro tendo como base as preconceituações de Oliveira Viana, racista empedernido, arianista, antinegro, mais que antiíndio, mas sobretudo considerando inferior tudo o que não é branco, ariano.

Para ele todos os grandes atributos — independência, hombridade, altivez discreta e digna — vêm da herança de sangue ariano e do regime de latifúndio. Não pode fazer nada de mais reacionário que julgar que os melhores são os brancos arianos e proprietários de grandes latifúndios. Estes habituam-se a exercer um poder considerável sobre uma massa de homens, e assim é e deve ser, achava Oliveira Viana. Cita, sem nenhum cuidado cronológico, o Marquês de Olinda como um exemplo de altivez e hombridade, e se esquece de que ele é um exemplo do servilismo mais baixo, da bajulação mais reles, ao recriar o beija-mão real. As rebeldias não são de senhores — exceção dos Farrapos e de 1842 em Minas e São Paulo — mas dos humildes, que foram sempre, como escreveu Capistrano de Abreu, castrados e recastrados, sangrados e ressangrados.

Viana usa indevidamente desde o primeiro livro a expressão *caudilho* (p. 59) que aplica a chefes de homens, paulistas, mineiros e fluminenses. A palavra originariamente significa capitão de cavalaria, vindo de *coudel*, chefe de coudelaria. É de origem castelhana e passou ao Rio Grande do Sul, onde pertenceu à linguagem corrente vinda da zona platina⁵.

Como se vê, Oliveira Viana, que em toda a sua obra vai usar a expressão *caudilho* nesse sentido de chefe militar, abusou de seu emprego, pois ela é desconhecida e não utilizada em todo o Brasil, a partir de Santa Catarina até o Norte. É uma expressão gaúcha, platina, que calhou bem, de acordo com a definição de Robert, para os generais brasileiros que tomaram o poder. Dá muita e minuciosa atenção a essa minoria dirigente, o chamado *patriciado rural*, acentuando a diversidade de temperamento político de mineiros, paulistas e fluminenses. Valoriza muito os fluminenses, que não têm o orgulho paulista, nem o democratismo mineiro: “São mais finos, mais polidos, mais socialmente cultos pela proximidade, convívio e hegemonia da Corte, cuja ação como que os absorve e despersonaliza”. Chama-os de *atenienses da política brasileira* — comparação inapropriada, que um verdadeiro historiador, por mais interpretativo que seja, não usa, nem pratica, porque é a-histórica (p. 62). Huizinga condenava esse abuso inflacionário das palavras. Acentua que a ascendência do poder dessa “nobreza rural” se assenta no latifúndio, o que já não era novidade

5. Vide Antônio Geraldo da Cunha, *Novo Dicionário Etimológico - Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982; dá-lhe também o sentido figurativo de “mandachuva”, que é como chefe militar, cabo-de-guerra, chefe, o que lhe dá o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975. Já Robert, em seu *Dictionnaire de la Langue Française*, Paris, 1972, registra o *caudilho* como palavra espanhola significando capitão ou general espanhol que tomou o poder, título retomado pelo General Franco em 1936.

interpretativa à sua época e vem a ser enfatizada por Gilberto Freyre em sua *Casa-Grande & Senzala* (1ª ed., 1933)⁶.

Suas citações não obedecem às normas usuais, e os cronistas escolhidos muitas vezes não são os mais próprios. É comum a citação da citação e não a fonte primária. Repete sempre ao longo do livro, não para pleitear uma reforma agrária, que corrigisse os desajustamentos econômicos e sociais, mas para acentuar que da posse do latifúndio decorre a força, o prestígio e a respeitabilidade, e os que não conseguem ficam à margem, num grupo indefinido de plebe, entre a escravaria e a mestiçagem.

Viana enche páginas de grande fluência verbal, ricas de pensamentos e de beleza literária, para louvar a instituição latifundiária, seus valores econômicos, sociais e psicológicos. Essas páginas não obedecem, como já acentuamos, a nenhum critério cronológico, vão e voltam, seguem e retornam, o que nenhum historiador se permitiria fazer. Para nós prova que ele não era historiador, mas um pseudocientista social, que tinha à sua mão uma construção histórica, porque, como vimos, seus mestres ficaram sempre à margem das linhas fundamentais da cultura ocidental.

Ele desconhece que os bandeirantes são mestiços, não falam a língua portuguesa, e não fazem parte do grupo superior, ariano. Desconhece que sangue puro no Brasil é exceção e não marca da classe superior branca ariana.

As *Populações Meridionais* apresentam um quadro conjunto e complexo de grande falsificação histórica. Ao lado da nobreza territorial, dos colonos livres, dos negros, dos índios, dos mestiços, ele examina a posição dos agregados, dos imigrantes alemães e italianos, e sempre maldiz da plebe, essa massa imensa composta de mamelucos, cafuzos, mulatos, negros livres, enfim, de um quadro étnico de mistura confundível, dos quais, como escreveu Capistrano de Abreu, só olhos muito perspicazes poderiam afirmar qual a mistura constituinte. Foi o latifúndio o campo de experiência étnica do Brasil. Os tais senhores brancos, arianos, foram os ganhadores da negralhada, como Viana os descreveu (p. 86), que geraram a multidão de mestiços. Daí surge a frase perfeita: “Os mestiços são, pois, um produto histórico dos latifúndios” (p. 87).

Usou indevidamente a expressão escocesa *clan* (clã) que significa, em termos gerais, um grupo de fundamental importância na estrutura de muitas sociedades nas quais o membro é socialmente definido em termos de descendência unilinear, seja matrilinear ou patrilinear. Normalmente os clãs são exógamos, isto é, o casamento é proibido dentro do clã e olhado como incesto. A terminologia empregada para clã sofreu numerosas modificações no século passado. No fim do século passado o termo clã foi empregado para uma ampla variedade de grupos, alguns baseados em descendência unilinear, outros caracterizados por crenças totêmicas ou ocupações de um mesmo território. Acon-

6. Inúmeras edições e traduções depois disso.

tece que Oliveira Viana usou a expressão sem defini-la ou ao menos explicar por que a usava no mundo étnico e social brasileiro, onde é pouco utilizada. É também surpreendente não tivessem nossos marxistas notado que ele fala muitas vezes de lutas sociais e raciais. O seu reacionarismo não o impediu de ver ou negar o que era evidente. Fala mesmo de bandidos sociais, na turbulência dos guardiães dos currais. Não usa nunca, pela sua falta de contato com os cronistas, a palavra *régulos*, os que assaltavam os poderosos e protegiam os humildes.

O livro é repleto de expressões que não estão na tradição historiográfica ou sociográfica brasileira, seja porque não nos pertencam, como *caudilho*, que só é rio-grandense porque antes é platino, ou *clãs*, que nada tem a ver com a formação racial e social brasileira. Mas ele reconhece que são mais ou menos complexas e definidas em certas e determinadas sociedades e zonas. Reconhece também que o tipo brasileiro, formado na região Sul, tem características próprias. O tipo do Sul é complexo, sólido, esplendidamente enquadrado na sua organização autocrática e marcial. Notem bem, a “organização autocrática e marcial” é a do gaúcho liberticida, amaldiçoado por Capistrano de Abreu em página famosa⁷. Ela nos deu todos os ditadores, de Getúlio Vargas aos generais-presidentes, que, mesmo quando não eram gaúchos, foram lá educados e aprenderam a defender o excesso de autoridade, ou a autoridade acima da lei, e a disciplina militar, indispensável aos submetidos (p. 95). Essa linha de interpretação do autoritarismo e militarismo gaúcho vai ser reforçada em grande extensão no segundo volume das *Populações Meridionais*, sobre o campeador rio-grandense, obra póstuma.

Não há tolice maior nesse livro que escrever que a “bandeira é um fragmento do latifúndio”, mesmo no Rio Grande do Sul (p. 100). A falsidade está implícita no mau emprego de bandeira e latifúndio, de forma tão pervertida. Todo o capítulo sobre a dispersão dos paulistas — que é sobre o bandeirismo — é inteiramente errôneo, falso, falaz. Primeiro, eles não faziam parte da porção mais eugênica da massa peninsular, já que eram mestiços de índios. Nem eram flores da nobreza peninsular, cavalheiros cheios de pundonor e hombridade. Eram polígamos, não eram puros, matavam a sangue-frio, não eram cavalheirescos, nem tinham intatas as qualidades nobres e heróicas da raça (!). Nem faziam nada em nome real, porque a bandeira é de iniciativa privada. Viana sustentou o insustentável, que foi mais tarde retomado pró-Portugal, por Jaime Cortezão: a tese da oficialidade do bandeirismo. Eram grandes servidores de Sua Majestade, porque incorporavam ao domínio real vastas extensões territoriais e criavam com o pastoreio grandes riquezas. Mas o movimento é espontâneo.

A divisão em três períodos que Oliveira Viana propõe para o bandeirismo

7. “Colônia do Sacramento”, 3ª ed., Civilização Brasileira, 1976.

mo é insatisfatória (p. 105) e melhor fora se tivesse adotado o “Schema das bandeiras”, esboçado por Capistrano de Abreu, autor que Viana pouco segue e pouco cita, para a sua adversidade⁸. Sua interpretação livre e original sobre os dois tipos de bandeiras, sobre a sua composição, todas as classes, todas as raças, todas as armas, foi tão pouco sujeita à documentação factual que escassamente foi aproveitada, porque no fundo, como escreveu Afonso Taunay, acompanhara Oliveira Viana um pouco mais aos cronistas, autores inspirados mais pela tradição oral do que pela lição dos arquivos⁹.

É pena que nesse trecho original, novo, se infiltre, como prova documental, um testemunho falso, o *Roteiro dos Sete Capitães* de Miguel Ayres Maldonado, obra dita como escrita em 1664, mas que o Vieira Fazenda demonstrou ser uma falsificação documental, afirmação desconhecida por Oliveira Viana¹⁰.

Para exemplificar contra o erro de considerar ariano e representante da eugenia da aristocracia rural o bandeirante, citemos o exemplo de Domingos Jorge Velho, que com todo seu nome português não oculta um mestiço étnico e cultural. Segundo a carta do bispo de Pernambuco ao Rei, “este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado; quando se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia, mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem 7 índias concubinas e daqui se pode inferir, como procede no mais, tendo sido a sua vida desde que teve uso da razão (se é que teve, porque se assim foi de sorte a perdeu, que entendo a não achará com facilidade) até o presente andar metido pelos matos à caça de índios e índias, estas para o exercício de suas torpezas e aqueles para os granjeios dos seus interesses”¹¹.

De qualquer forma Oliveira Viana destaca as características dos bandeirantes, a generalização do meio pastoril, a descoberta e utilização dos campos rio-grandenses e platinos, a contribuição do meio geográfico, os rios valendo aos aventureiros paulistas como verdadeiras estradas duplas, a capacidade de expansão e mobilidade migratória, a exploração da terra, a poligamia, a fecundidade das mulheres — o grande fator do aumento da população brasileira. Escreve ele que é a organização poligâmica da família, reforçada pela colaboração de outras causas sociais, econômicas e geográficas, que dão a esses núcleos uma estupenda expansibilidade, a maior que nossa história registra (p. 118).

8. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1975, pp. 111-12.

9. Resposta do Sr. Afonso de E. Taunay in *Discursos Acadêmicos (1938-1943)*, Rio de Janeiro, 1944, p. 245.

10. Vide, sobre a falsificação, José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 5ª ed., 1978, p. 329.

11. Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares - Subsídios Para a Sua História*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933, p. 353.

Fala bem dessa expansão paulista e de seus três focos de irradiação: Itu, Sorocaba e Taubaté. Deles partem as correntes para o Sul e para o Norte, e acentua uma corrente para o Sul, “silenciosa, tranqüila, obscura, sem heróicidade deslumbrante, mas não menos bela na sua marcha e nos seus efeitos”. Nesta corrente influi a marcha de Maldonado, baseada em documento espúrio cuja falsidade o historiador-sociólogo desconhece. E, ao final, Viana louva o que fizeram os paulistas “que em dois séculos dispersaram-se por quase todo o Brasil” e considera maravilhosa a amplitude de suas zonas de fixação, o que não surpreende, pois muitos antes dele exaltaram a obra bandeirante. Ao entrar no capítulo sobre a etnologia das classes rurais, volta de novo aos seus preconceitos raciais, dignos da subsciência que cultivava, e indignos dos bandeirantes e do povo brasileiro.

Escreve que, para compreender a nossa aristocracia territorial e sua exata psicologia social e política, é preciso reparar que “nem todos os elementos inferiores que as compõem são mestiços degradados e mamelucos forros, afeitos às tropelias”. As bandeiras misturam esses elementos e os futuros proprietários agrícolas ou fundadores de currais. Para Oliveira Viana, primeiro vêm os aventureiros transitórios e instáveis: “Os rebeldes orgânicos, deprimidos pela predominância de sangue [!] inferiores, os valentões de estrada, os vadios habituais, os sicários assalariáveis”. Dá então uma explicação inteiramente especulativa, sem base documental, tal como em grande parte de seu livro, sua conclusão também preconceituosa é de que “certos fatores de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica — visíveis uns, sutis outros — atuam num sentido francamente seletivo, de tal modo que a propriedade da terra vai caber, quase exclusivamente, aos elementos etnicamente superiores. Afinal, a raça superior é a explicação de tudo, a velha nobreza latifundiária é branca ariana, e por isso dirige tudo e tudo deve dirigir. Escreve mesmo que “em síntese, tanto para o sul como para o norte são os membros das grandes casas paulistas os que primeiro se apoderam das terras novamente abertas à colonização” (p. 131).

Essa síntese, que é uma deturpação histórica, pois esquece as bandeiras baianas, pernambucanas, e outras já estudadas, ainda se desfigura mais quando, citando a Carta Régia de 1794, relembra que “esses descobridores ficam com direito aos fôros de fidalgos e ao hábito de ordens honoríficas”, o que prova como neles são persistentes os preconceitos aristocráticos: “Esses preconceitos exercem sobre a integridade moral desses *caudilhos* [!], bem como sua *pureza* étnica, uma função principal e eficientíssima de tutela e resguardo — o que vai ter sobre nossa evolução nacional uma influência inestimável”. Os aristocratas latifundiários revelam tendências oligárquicas.

Tudo isso é uma conjugação de elementos sem base histórica, criação imaginativa do sociólogo-historiador. É certo que os latifundiários são os senhores da terra, por direito econômico e não racial, e que os mercadores protestam contra essa oligarquia. Ele mesmo reconhece que “os elementos populares são

excluídos do governo: a capacidade política vai fundir-se diretamente ao domínio rural”. Para Oliveira Viana, mulato discriminatório, traidor racial, a aquisição da terra é menos fácil, menos acessível — mais seletiva, portanto. A *ralé*, expressão sua, está excluída da posse da terra. Sua discriminação está bem clara nesta frase: “É sobre tais bases, é sob a ação seletiva de tão *salutares* preconceitos, que se funda a nossa nobreza territorial ou fazendeira”.

Sua interpretação dos Emboabas é um primor reacionário, que começa modestamente mas vai-se modificando até chegar à mais completa interpretação racial. A vitória lusa dos Emboabas se deve a que são brancos genuínos, emigrados diretamente da península. São na sua totalidade arianos puros, vindos do Minho e das duas Beiras, onde a imigração celta, romana e goda sobrelevava o afluxo mourisco e donde saem os mais típicos representantes da raça lusa. Corrupção essa limitada às classes inferiores: “Toda a classe superior se esforça e luta, ao contrário, por manter intactas a pureza do sangue e a pureza do caráter” (p. 139).

Essa é a colocação social à base de elementos raciais, hipótese que domina toda a sua interpretação da história do Brasil. A *escorralha* [!] de mestiços de toda ordem vive como desclassificados, numa condição de patente inferioridade: “Os preconceitos são inflexíveis para com eles e os condenam a uma subalternidade humilhante. O distintivo da nobreza, da superioridade social e moral é, segundo as idéias do tempo, o ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra. Mesmo entre os homens do baixo povo, o fato de ser branco é o mesmo que ser nobre” (p. 139). Acentua então a marginalização dos mestiços, no exército, na justiça, na Igreja e no serviço público. Estão igualmente afastados da propriedade da terra.

Não há dúvida de que a política oficial portuguesa foi assim mesmo preconceituosa e que no Brasil os preconceitos dominam a sociedade colonial. Mas em Oliveira Viana tudo isso é francamente aprovado e louvado, como se essa fora a única forma de organizar o país. E organizaram tão bem que o presente é testemunha desse acerto...

Os atritos têm caráter nativista, ele descobre que os conflitos se originam da contradição entre o ambiente social, cheio de preconceitos de raça e fidalguia, que dominam a alta classe colonial, e a tendência ascensional dos mestiços superiores, que lutam, sem êxito, dentro deste ambiente hostil, para se classificarem (p. 141). Escreve depois sobre o negro e suas variedades e revela mau e pobre conhecimento antropológico, já que conhecia apenas a caricatura, o arremedo da antropologia exposta pelos Gobineau e Lapouge.

Transformado em cronista social, fala em tribos de inominável fealdade, com faces simiescas. O mais absurdo consiste em contraditar o que nunca se afirmou, ou seja a unidade psicológica do mulato, bem como sua unidade antropológica: “O mulato como tipo único, tal como o branco, ou o negro, é pura abstração; não tem realidade objetiva”. Sua definição do que é o mulato,

o ser mulato, é um primor de suposição subjetiva, sem nenhuma base antropológica e histórica: “Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degredado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do-branco com negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, *arianos pelo caráter* [!] e pela inteligência [!], capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país” (p. 143). Eram estes os mestiços de escol, entre os quais o próprio Viana devia colocar-se. E sai-se com esta afirmação inteiramente gratuita, a de que “entre as várias funções da bandeira [!], uma das mais importantes é esta: a de permitir, pela posse de terra, a classificação social desses mestiços superiores, que os preconceitos de cor e de raça subalternizam nos seus meios de origem” (p. 144). Em síntese: “da mestiçagem dos latifúndios só a nata, a gema é que se incorpora — ou por meio do casamento, ou pela posse direta da terra nos novos núcleos — à classe superior, à nobreza territorial”. Para ele, os que se identificam “sobem”, e os mestiços inferiores — os “cabras”, os “pardos”, os “mulatos”, os “fulos”, os “cafuzos” — estes estão irremediavelmente eliminados.

Os preconceitos de cor são admiráveis aparelhos seletivos que impedem a ascensão. E, assim, com essa espúria depuração e eliminação, Oliveira Viana vai afastando os homens de cor das posições sociais. Chega até a falar em seleção regressiva dos atavismos étnicos. As mestiçagens múltiplas podem promover os retornos aos tipos das raças originárias, o que ele considera uma lei antropológica, como se houvesse leis em matéria social. Todas as suas considerações sobre os mestiços, caráter moral, impulsividade, são meras especulações, sem nenhuma base nas correntes científicas da antropologia.

Afirma — o que já se sabia — que os índios, e os mestiços deles, não provindo de raça servil, sua capacidade de ascensão e classificação torna-se maior, ainda mais levando-se em conta que o Alvará de 4 de abril de 1705 declarava que não trazia a menor infâmia o casamento com índias. É curiosa, apenas curiosa, a descrição que faz do que falta aos mestiços: “senso de continuidade, capacidade de esperar, todas essas fortes qualidades que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangíveis, monolíticas” (p. 149).

Escrever que na sociedade colonial o desejo de enriquecer, de melhorar, só existe no homem branco, é afirmar um truísmo, já que negros e índios estão marginalizados. O equívoco está em falar não em homem livre, mas em branco ariano (pp. 149-50). Os brancos que não ascendem são os que se amasiaram com negras e mulatas e assim não corrigem, nem reduzem, antes reforçam, o miscigenismo da plebe.

Sempre sua interpretação constante e coerente é a da superioridade do branco ariano, sendo que afirma que parte dos mestiços é eliminada pela degenerescência ou pela morte, e pela miséria moral ou física. Outra parte diminuta, em virtude de seleções favoráveis e apuramentos sucessivos depois da quarta geração, *perde seus sangue inferiores e clarifica-se* (p. 151). Esse processo

de clarificação é recentíssimo, porque a escravidão, o afluxo incessante de negros e índios, neutralizava a ação das seleções étnicas. Havia, assim, um índice de negrescência elevadíssimo. Há, para ele, uma relação raça-classe que assim estabelece: os escravos são negros, os foreiros são mestiços, os senhores são brancos. Esse simplismo social baseado em critérios racistas era, na época em que Viana escreveu, inaceitável, e hoje completamente recusável.

O livro se compõe de especulações, de condicionais *ses* intoleráveis aos historiadores, e afirma que entre nós a seleção da classe superior, para felicidade nossa, se fez num sentido ariano. Termina o capítulo reafirmando o caráter ariano da classe superior: “Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva, outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo aperfeiçoamento, através de processos conhecidos de lógica [!] social, dos elementos etnicamente inferiores da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca” (p. 154). E mais: os mestiços que vencem ou ascendem, não vencem ou ascendem como tais, mas porque “deixam de ser psicologicamente mestiços, porque se arianizam”. Declara, ainda, que os mestiços inferiores entram na composição do nosso caráter coletivo como força revulsiva e perturbadora. Nunca com força aplicada a uma função superior. Essa função superior cabe aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados (p. 155). Essas afirmações definem o caráter ultra-reacionário de Oliveira Viana e seu despudor científico. Um simples conservador não faria tais afirmações.

Na segunda parte sobre a formação social, esse sociólogo-historiador fixa como mais importante a desmedida amplitude territorial dos domínios agrícolas e pastoris. Na época da colonização, o sistema de sesmarias concentrara nas mãos dos senhores imensas extensões de terra. Isto tudo não era novidade; esta existe na interpretação que ele dará ao fato de que tanto perturbou o caminho histórico brasileiro. Ele afirma que a imensidão de terra é imposta pela natureza das culturas, o que se pode provar ser exato, especialmente com a riqueza. Este capítulo é uma descrição e um louvor ao grande domínio territorial, ao papel da independência econômica da grande propriedade, do comércio de mascates, dos pequenos ofícios.

Aparecem comparações descabidas com a sociedade romana (p. 173) e, em síntese, a afirmação de que não havia “nem classe comercial, nem classe industrial, nem corporações urbanas. Na amplíssima área dos latifúndios agrícolas, só os grandes senhores rurais existem”. Estuda as relações do grande domínio fazendeiro com as classes estranhas à sua economia e observa que as relações entre a classe dos trabalhadores e a aristocracia senhorial não têm nem permanência, nem estabilidade.

Faz comparações igualmente descabidas com os operários ingleses, afirmando que o senhorio não precisa, até 1888, de trabalhadores livres — o que é óbvio — e, depois de afirmar que o senhor não tem nenhuma dependência, nem essencial, nem necessária, nem permanente, refere-se ao gozo de sua *indo-*

lência proverbial (p. 175). Também é uma incoerência falar em influência do meio cósmico sobre a estrutura da sociedade e, pior ainda, esquecer-se de que a tese segundo a qual o paraíso se localiza no Brasil é de Simão de Vasconcelos¹².

A propósito do relacionamento da aristocracia latifundiária com os trabalhadores livres, Oliveira Viana volta a falar em classes, reafirmando, assim, que aceitava a diversão de classes na sociedade (pp. 178-79, 187-88 e 190-91).

As comparações descabidas com as culturas agrícolas do trigo e da vinha brasileira e européia são, como as demais, enchimento do livro historicamente despropositado. Ele, que acusa os demais intérpretes brasileiros de copiarem doutrina estrangeira sem terem os pés no chão da realidade brasileira, aceita passivamente a grande asneira de Louis Couty¹³, de que no Brasil não há povo.

Penso que a síntese final desse capítulo, quando escreve que “sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classe urbana em geral — a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólido, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio”, revela sua total incompreensão.

O capítulo sobre a gênese e o espírito dos clãs e sobre os caudilhos constitui uma construção a-histórica porque não usávamos na terminologia das ciências sociais o termo *clã*, uma importação desnecessária, sobre a qual já falamos no princípio, bem como a expressão *caudilho*, que é própria da região gaúcha, e importada da região platina. As comparações inadequadas, a construção forçada, apenas põem em relevo a fraqueza da justiça, a anarquia social, o domínio do arbítrio das autoridades, especialmente dos generais, a péssima organização da justiça, a arbitrariedade dos delegados, o temor como meio de submissão, a discriminação social, não somente contra negros e índios, mas contra mercadores, vistos como classe inferior, o negócio apenas como a negação do ócio e o ócio como fim da vida para os senhores, pois o trabalho pertence aos escravos, os bandidos gerados pelo autoritarismo e a miséria, a fuga ao serviço militar, o soldado, nome abominável, a concepção dos magistrados.

Ao final vem a parte louvável e bem-construída do capítulo, ainda que não constitua novidade interpretativa histórica. Escreve Oliveira Viana: “De toda esta análise a conclusão que se extrai é que as instituições de ordem administrativa e política, que regem a nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não amparam nunca, de modo global, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade” (p. 211).

A seguir, volta a tratar das classes na sociedade, dando grande ênfase à divisão, porém, mostrando “que o senhor de terras é o patrono ideal do baixo

12. Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus*, Editora Vozes, Petrópolis, 1977, 2 vols.

13. *L'Esclavage au Brésil*, Paris, 1881.

povo” (p. 213). Carece de base científica, histórica e sociológica “o regime de *clã*, como base de nossa organização social”, o que nos parece sem sentido de vez que não sabemos o que chama de *clã*.

Novas comparações descabidas com o cidadão suíço e inglês mostram sua falta de linhagem metodológica e teórica histórica. Já na afirmação de que “nosso campônio só está bem quando está sob um chefe, a quem obedece com uma passividade de um autômato perfeito” e que este é o temperamento de seu caráter, revela a crença autoritária que pulula em sua obra.

Quando trata das instituições de solidariedade social e nega que ela exista em nosso povo, depois de tanto falar em classes na nossa sociedade, considera a importância da luta de classes na evolução histórica e nega a existência dela no Brasil, uma contradição e negativa imperdoáveis.

Assim escreve: “Um outro agente de solidariedade tão eficiente para a organização dos povos ocidentais: a hostilidade das classes, aqui também não atua. Essa força de integralização falta à nossa nobreza fazendeira. Nenhuma classe podia voltar-se contra os senhores de terra, porque todas elas, pela ação simplificadora do grande domínio, são atraídas para a aristocracia rural e se deixam absorver por ela. É, entretanto, a luta de classes não só uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais, como a melhor escola da sua educação cívica e de sua cultura política. Toda a evolução grega, toda a evolução romana, toda a evolução medieval, toda a evolução moderna se fazem sob a influência fecunda das lutas de classes. Em nossa história, tais conflitos são raríssimos. Quando surgem, apresentam invariavelmente um caráter efêmero, ocasional, descontínuo, local. É a luta dos fazendeiros paulistas contra os jesuítas, na questão dos índios. É a luta dos oligarcas maranhenses contra os comerciantes monopolistas, na revolução de Beckman. É a luta dos nobres da terra contra os ‘maçates’ em Pernambuco. É a formidável coligação paulista contra os reinóis, de Nunes Viana, na Guerra dos Emboabas. São as pequenas lutas locais, no Rio, entre os proprietários de terra, çiosos de seus privilégios políticos, e a peonagem enriquecida, refugada do poder e da administração”.

“Tudo isto, porém, não tem, nem remotamente, uma duração comparável às lutas seculares, senão milenárias, das classes sociais no Ocidente. Cotejadas umas e outras, as nossas lutas se obscurecem pela sua insignificância no tempo e no espaço. Duram tempo brevíssimo. Desdobram-se em áreas restritíssimas. São, nos seus efeitos, inteiramente negativas em relação à evolução política e social da nacionalidade.” (pp. 229-30)

Como sempre, repete a idéia da falta de solidariedade social no Brasil e, curiosamente, sem pé nem cabeça, entra pelo reino animal, a relação homem-animal (pp. 231-33).

Novas considerações descabidas entre o Ocidente e o Oriente, que nada têm a ver com nossa realidade, irrompem como um fruto podre no meio do livro (p. 236).

Afirma, o que não me parece certo, que “o banditismo dos quilombolas é cedo combatido e extinto pela ação policial dos próprios *caudilhos* territoriais” (p. 237); comparações discrônicas são também comuns (pp. 237-39).

As leis que estabelece da formação e organização da nossa sociedade não são leis — que não existem no campo da história, nem das ciências sociais — são apenas princípios aceitáveis ou não, de acordo com a formação do leitor.

O capítulo sobre formação política estuda a ação tutelar do poder público e afirma acertadamente que, durante os séculos coloniais, os direitos pessoais à vida, à integridade física, à liberdade, ao lar inviolável, à propriedade não tinham da parte da autoridade pública essa quase-completa garantia que desfrutam hoje. Ora, nesse *hoje* de 1933 nem todas essas garantias estavam asseguradas pelo regime autoritário de Getúlio Vargas.

Referindo-se aos inimigos da ordem pública na época colonial, os selvagens, os quilombolas e os potentados, afirma que os chefes de clã deles se defendem com intrepidez, galhardia e tenacidade. Escreve, então, que “cada domínio rural avançando no terreno é uma vedete contra a selvageria”. Esta frase relembra F.J. Turner¹⁴, que estudou a existência de uma área de terra livre, sua contínua recessão, e o avanço da colonização americana para o Oeste, como explicação do desenvolvimento americano. A fronteira seria o ponto de encontro entre a selvageria e a civilização e, finalmente, teria sido a linha de mais rápida e efetiva americanização. O Turner brasileiro foi Capistrano de Abreu, especialmente no seu capítulo sobre o sertão escrito nos *Capítulos de História do Brasil Colonial*. Oliveira Viana, em sua obra em geral, não compreendeu o papel desse encontro na fronteira.

O capítulo trata das lutas contra índios e negros feitas sobretudo por bandeirantes. Afirma que, nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas atestam a desocupação, a ociosidade e a vagabundagem do baixo povo rural. Todos os documentos se resumem em dados colhidos numa revista de menor expressão, e mais parecem generalizações especulativas em relação à Colônia e ao Império, e somente relativas aos fins do século XIX, sem esquecer o não levar em conta a falta de trabalho. Fala em população de elementos instáveis e nômades, em elãs e caudilhos, o que nos parece em relação aos primeiros um excesso, e já que se trata de populações do Rio, de São Paulo e Minas é inapropriado usar a terminologia de *clã* e *caudilho*, que só é aplicável, restritamente, às populações gaúchas. Os grupos mestiços, cabras, curibocas, mamelucos e a variada gente são os que melhor servem a capangagem, são os combatentes ideais do exército dos senhores latifundiários. O luso, o peninsular puro, o ariano não serve para esse fim, objetivo de gente inferior.

Sempre domina em sua obra o preconceito racial e, por isso, a função agressiva e criminosa pertence ao mestiço: “O tipo nacional e clássico do capa-

14. F.J. Turner, *The Frontier in American History*, Nova York, 1920.

dócio, com sua afetação, o seu recacho, a sua pernosticidade inata, os seus ademanes atraentes e maneirosos, a sua elegância intelectual e física, é, entre a mestiçagem, o seu exemplar aristocrático e mundano” (p. 255). A amoralidade e a anarquia são características do mestiço.

A plebe rural, composta da maior variedade de mestiços, consciente de uma missão histórica qualquer e unida sob um chefe possante, essa plebe, assim formada, teria sido um perigo formidável. Ela só vale quando utilizada pelos grandes *caudilhos* territoriais. *Caudilhos* no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas! Onde ele os encontrou na história dessa região? O capítulo sobre os grandes *caudilhos* territoriais e a anarquia é elaborado na mais completa especulação histórica que jamais se escreveu sobre o Brasil. As lutas, a turbulência, a desordem e anarquia que descreve são expressões de lutas de classes.

Ele sustenta que esse estado de *caudilhagem* onipotente e franca anarquia resulta da manifesta disparidade entre a expansão colonizadora e a expansão do poder público. Destaca que, enquanto a população colonial, por sua maior parte, se expande pelo sertão, o poder público, as autoridades continuam no litoral, nas cidades e vilas importantes: “Para além desses centros urbanos, na imensa amplitude sertaneja, onde ressoa o tropel dos *caudilhos* [!] a sua ação é fraca, reticente ou mesmo, inteiramente nula” (pp. 277-78).

Voltam, como sempre, comparações descabidas com o Ocidente em geral e com a América do Norte, acentuando que a nossa dilatação territorial foi feita por jatos, bruscamente, intermitente, descontínua. Bandeiras sertanistas, explorações mineradoras, tudo é feito por movimentos descoordenados, independentes uns dos outros, ao léu dos impulsos individuais, tendo apenas como razão de propulsão o interesse ou a cobiça de poderosos chefes de clãs. Perfeita a não-interferência oficial, a ação individual, mas imperfeitos esses *clãs* inexistentes na nossa história. Para ele, são os chefes de clãs que organizam essas marchas e afirma que o poder colonial, quando tenta acompanhar esse singularíssimo movimento expansionista, o faz sempre em detrimento de sua força e eficiência.

Nesse trecho sobre a dilatação territorial, os *caudilhos* entram em cena como se realmente existissem nos movimentos bandeirantes e não somente no Sul gaúcho e platino. Os bandeirantes são para ele *caudilhos*, o que nos parece uma visão perturbada da realidade brasileira, o transplante de personalidades do extremo Sul para o Sudoeste (pp. 277-80).

Ao começar o capítulo sobre a organização da ordem legal, Oliveira Vianna confessa sua admiração não pelo autoritarismo, mas pela própria tirania. Louva-se numa frase do famoso jurista alemão Rudolf von Ihering (1818-1892), ao escrever que “os tiranos que fustigaram os povos com varas de ferro fizeram mais pela educação jurídica da humanidade do que todos os legisladores com os seus códigos de leis” (p. 283). Afirma que o poder colonial que se mostrara transigente, longânime e mesmo pusilânime para com a formidável oni-

potência dos *caudilhos* rurais, muda subitamente de atitude e toma daí por diante uma conduta inteiramente oposta: ataca-os de frente rijamente com intrepidez e decisão, no intuito de dominá-los, triturá-los.

Daí em diante o capítulo conta como o poder público vence os *caudilhos* e canta uma louvação ao poder central. Esquece a história do Brasil e inventa a que lhe agrada e convém às suas teses. O feito é paulista, especialmente paulista: desconhece *caudilho* e o poder colonial assistiu à expansão dos chefes bandeirantes. Do que cita de D. João de Lancastro fica entendido que os paulistas são gente amantíssima da liberdade em que se conservam. Sustenta que é para conter a soltura bandeirante que a Metrópole faz as divisões administrativas que abrangem a região paulista e suas conquistas. Esta região tinha-se tornado uma zona de tumulto. O Distrito Diamantino se torna uma área onde a política legalizadora da Metrópole dá às autoridades uma terrível onipotência: “É um verdadeiro regime czarista o que ali domina, um governo rigidamente marcial, à maneira da caserna prussiana”. “Em nenhuma outra zona pesa com mais bruteza a mão de ferro do poder”. O sistema de vigilância e policiamento que nela impera é de uma severidade asfixiante. E cita como legislação o Código Filipino e o Regimento das Minas (p. 289), esquecendo-se do *Livro da Capa Verde*, que mereceu de Joaquim Felício dos Santos o mais violento ataque à bárbara tirania portuguesa¹⁵.

É com a costumeira simpatia pelo autoritarismo, e digo mesmo pela tirania, que ele escreve: “Sobre esse regime ditatorial não há rebeldia de caudilho ou clã de magnata, que se levante” (p. 289). A mesma trituração da caudilhagem cometeram nos Campos dos Goitacases. Como sempre emprega livremente a expressão *caudilhos* para os chefes de Campos, onde, provavelmente, nunca se ouviu esta palavra (p. 289). Em seu desvario lingüístico — influência de sua doutrinação gaúcha e platina — declara que esse mesmo método frontal de ataque emprega o governo metropolitano na redução da caudilhagem e afirma que grande parte da legislação se prende a esse fim comum de impor o poder aos chefes latifundiários e a centralização do poder supremo a todos os órgãos do governo da Colônia.

O poderoso regime da centralização e compressão policial é o regime ideal do ultra-reacionário Oliveira Viana, que considera a descentralização como a agitação, e que revela todo seu antiliberalismo ao combater os que querem imitar o *self-government* americano. A descentralização é a luta das facções, as tropelias, as vindictas, o sangue avermelhando nossos campos. Esquece, ou não sabe, que nossa história é sangrenta, quer em regime centralizado, quer descentralizado, e não sei se mais naquele que neste, porque, como escreveu Capistrano de Abreu, “os alicerces assentaram sobre sangue, com sangue

15. Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, Rio de Janeiro, 1924.

se foi amassando e ligando o edifício”. E disse mais, que “o povo brasileiro foi sangrado e ressangrado, castrado e recastrado¹⁶.

Com a centralização, começa a trituração dos caudilhos [!] e com isto paira sempre sobre o povo a ameaça do poder central, só enfraquecido pelo Ato Adicional (1834) feito pelos liberais. Naturalmente, Oliveira Viana é contra o Ato Adicional, e a qualquer liberalização (p. 297). Sendo partidário do poder central, é partidário da consolidação do poder provincial contra os municípios, contra a fragmentação do poder. Mas teme que o poder provincial que se levanta e domina o país depois de 1834 ameace o poder nacional.

Para ele, “os grandes construtores políticos da nossa nacionalidade, os verdadeiros fundadores do poder civil entre nós, procuram sempre, como o objetivo supremo da sua política, consolidar e organizar a nação por meio do fortalecimento sistemático da autoridade nacional. Os apóstolos do liberalismo nos dão, ao contrário, o municipalismo, o federalismo, a democracia como a última palavra do progresso político” (p. 299). Crê que o Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834) são instituições fecundíssimas em outros climas, mas aqui “servem não à democracia, à liberdade, e ao direito, mas aos nossos instintos irredutíveis de caudilhagem local [!!], aos interesses centrífugos do provincialismo, à dispersão rural, à incoerência, à dissolução, ao isolamento, ao patriarquismo colonial, que é, em suma, a tendência incoercível das nossas gentes do Norte e do Sul, todas as vezes que adquirem a liberdade da sua própria direção” (p. 299).

Como se vê ele não quer a liberdade; quer a autoridade. Mas a mania da caudilhagem continua e ele sustenta que o Ato Adicional não destrói a caudilhagem que prolifera com o Código e o Ato, e desde então não nasce só um grande caudilho, mas o provincial e o local. A caudilhagem domina o país e, com a Regência, se tenta iniciar a interferência reguladora do centro na vida da Província. Mas o resultado é o trauma político-social-militar que sacode o país.

Ataca com vigor o Ato Adicional e se aproveita da crítica do Visconde de Uruguai para mostrar como o centro ficou enfraquecido durante a Regência (p. 296). Sustenta a fraqueza do poder central diante das parciais provinciais até 1840. Acentua que o provincialismo foi provocando a reação de grandes políticos e se refere à oração de Bernardo Pereira de Vasconcelos, quando passa do campo liberal para o conservador. Todos os seus biógrafos se referem a essa oração sem citá-la, a começar de Otávio Tarquínio de Sousa. Mas ela não se encontra impressa quer nos *Anais*, quer em qualquer outra forma escrita, e o autor deste trabalho, que tem lido muitos discursos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, também nunca leu essa famosa oração que começa “Fui liberal, mas hoje...”, largamente citada, sem referência exata.

16. *Capítulos de História do Brasil (1500-1800)*, 4ª ed., preparada e anotada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954.

Para os conservadores, foi o Ato Adicional que gerou todas as lutas que ensanguentaram o país, apesar do governo central nomear o presidente da Província. É uma interpretação muito simplista atribuir ao Ato Adicional os males da Regência.

Vêm, então, as páginas de louvor e exaltação da reação conservadora pela Lei de Interpretação de 3 de dezembro de 1841 e o fortalecimento dos conservadores. Viana mesmo reconhece que a centralização chega a se tornar excessiva. O poder central passa a exercer sobre as autoridades judiciárias e policiais das províncias uma ação absoluta e incontestável. É uma compressão poderosa e sistemática, contra a qual não há *caudilho* local ou oligarca provincial que resista.

A polícia e a guarda nacional em 1850 se incorporam ao poder central. Desde essa data se estende por todo o país o Império na sua soberania central avassaladora.

A paz do Segundo Reinado é, reafirma Oliveira Viana, “o período da história nacional em que a autoridade pública se revela na sua plena eficiência: acatada, considerada, obedecida, cheia de prestígio e ascendência. Só nos altos sertões, nas caatingas bravas ainda estremecia o tropel do banditismo indomável. O poder monárquico não conseguiu integrar na área da legalidade efetiva essas hordas de cangaceiros”.

Como se vê nessa conclusão, Oliveira Viana aplaude sem restrições os excessos da centralização — o que vai ser a lição histórica pragmática para o 1937 e o 1964. Quando trata da desintegração dos *clãs* rurais no Sul, declara que a força viva do mundo político entre nós é o senhor de terras. Aí joga certo com a expressão *caudilho* e lembra que é nos sertões e nos pampas que o Poder Central tem que enfrentar a maior combatividade. Afirmo que nos pampas gaúchos e nas caatingas setentrionais os *clãs* rurais possuem uma vitalidade batalladora surpreendente, e que o poder central sente a sua temibilidade e força. Só não diz que a reação no Sul é suave, comparada ao Norte, mais temida, porque no Sul se combate aos iguais e no Norte aos menos iguais. Daí os métodos diretos e indiretos de reação, ou seja, pela força direta ou por meios indiretos de enfraquecimento dos rebeldes.

Afora as comparações descabidas com Roma — num autor tão cioso do seu conhecimento da realidade brasileira — usa tais métodos numa discronia completa da interpretação. Oliveira Viana exalta a fortaleza do poder central e o enfraquecimento da autonomia regional, provincial, municipal. Publicado em 1918, o livro é, na sua bibliografia extensa e importante, um dos principais e como que prepara as regras do jogo político de 1937 e 1964.

Quando trata da função política da Coroa, aplaude o triunfo do poder central, cujo êxito conta com a colaboração de uma força de valor imenso: “É o Rei. Na evolução dos poderes públicos entre nós, a função dessa personagem é colossalíssima. (...) O poder central deve a ele, com sua unidade e a sua ascendência, a sua consolidação e estabilidade”.

A hegemonia do Rio de Janeiro está bem interpretada, mas não a falta de solidariedade das províncias à Independência ou à ausência completa [?] de sentimento nacional. Nem as palavras de Feijó “não há aqui mandatários do Brasil, os americanos neste recinto representam exclusivamente as províncias que os elegeram” (pp. 326-27) representam tal sentimento. Elas são uma exceção, e não uma norma. Nem é aceitável que o provincialismo fique sendo o substrato moral da nacionalidade, que se exterioriza, em nossa história, pelo centrifugismo. Não há trecho menos compreensivo em sua obra que o relativo à adesão ou rejeição das Províncias (p. 328). Nem se pode dizer com convicção que a Confederação do Equador, por abjurar uma constituição outorgada, fosse separatista, como o foi, e não o dizem, a dos Farrapos. Tudo é duvidoso nessas páginas, como a afirmação de que na Revolução de 1817 o povo é realista, o levante praieiro fracassa devido à lealdade monárquica, e que as revoluções cearenses e maranhenses encontram sua maior resistência no apoio ao imperador. O rei não une, nem na Bahia, nem no Piauí, nem no Pará, nem no Maranhão (p. 330). Portanto, nem tudo dependeu do rei.

Para ele, o desmembramento geral do país não se opera, depois de feita a Independência, simplesmente devido a um acidente feliz — o acidente da presença, no Rio, de um rei. O que é de um simplismo pueril. Foram o Exército e a Marinha nacionais que impuseram a unidade e a integridade brasileiras (p. 330)¹⁷. Sempre manifesta horror aos nordestinos, pelo radicalismo de sua ação política, e chega a usar da expressão *incruenta* para caracterizar nossa Independência, apesar das lutas que na Bahia, no Maranhão e no Piauí se efetuaram e na exibição de força em Pernambuco, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Montevidéu, sem contar a ação ostensiva ameaçadora militar de D. Pedro I em Minas Gerais (p. 331)¹⁸.

Nesse capítulo a especulação e o uso do *se* perturbam a confiança no autor. Chega a escrever que o êxito pacífico e seguro [!] se deve ao prestígio imperial. Fala numa luta entre os *caudilhos* e a nação transforma o rei no repressor da caudilhagem nacional, mas afirma que a jugulação da caudilhagem provincial e municipal não acaba com a caudilhagem nem com o espírito de caudilhagem e sustenta que o poder nacional se fez o centro de um caudilhismo maior (p. 332).

Seus excessos a-históricos levam-no a escrever que “todas as agitações políticas do Império, do parlamento às assembléias e destas às municipalidades se resumem, com efeito, numa luta generalizada entre caudilhos liberais e caudilhos conservadores” (p. 333).

17. Vide José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, especialmente o vol. III, sobre as *Forças Armadas*.

18. Vide José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma*, Rio de Janeiro, 1965.

A discronia dominante em sua obra vai para a frente e para trás. Da Independência pula um salto homérico. Aparece a questão do imperialismo, ou seja, o abuso do poder do imperador, cita Nabuco de Araújo, Tavares Bastos, caminha para o Conselho de Estado que é, para ele, “o supremo intérprete da constituição, à maneira do Supremo Tribunal do regime vigente”, quando ele é a “antecâmara dos projetos do governo”. Lembra que o Senado emana do escrutínio popular, mas, pela lista tríplice, o rei seleciona os elementos mais convenientes à sua política conservadora. Sempre interpreta a história segundo a visão conservadora, e revela a sua ojeriza aos liberais, pois “entre nós, o liberalismo significa praticamente, e de fato, nada mais do que o caudilhismo local ou provincial”. Somente uma visão curta do liberalismo o veria assim. Ele quer que o conservadorismo do Senado reaja contra o liberalismo da Câmara, com o que o poder pessoal da Coroa completará sua reação contra a *caudilhagem* (pp. 335-36).

Na luta entre as duas fórmulas de governo, a liberal, que sustenta a máxima “o rei reina, mas não governa”, de origem britânica, e a dos conservadores, que o Visconde de Itaboraí resumiu na frase “o rei reina, governa e administra”, Oliveira Viana considera a segunda uma fórmula salutaríssima. Ela fundamenta o parlamentarismo brasileiro, isto é, “o absolutismo imperial de D. Pedro II”.

É isto que ele quer: o absolutismo, o autoritarismo, o centralismo, que equivalem a uma adaptação do instituto europeu ao nosso clima partidário, a melhor garantia da liberdade política, “num povo” — vejam a descrença profunda no povo brasileiro — “em que domina exclusivamente a política de clã, a política de facções organizadas em partidos” (p. 337).

Viana sustenta que é a Coroa que realiza a rotação dos partidos no Parlamento e no governo e dá ao regime absolutista, que existe de fato, aparências parlamentares. Mas enquanto Tito Franco e os demais liberais censuram esse regime, Oliveira Viana exalta a sabedoria do método: quem governa é a Coroa, ou seja, o regime de fato sob a aparência parlamentar. Condena, como é natural, as revoluções da Regência e louva o poder pessoal de D. Pedro. Tudo é interpretado na base da especulação, do *se*, e sobretudo sem respeito cronológico. Fala a favor dos políticos baianos, “inteligentes, hábeis, maneirosos, cheios de vivacidade, graça a ironia, plásticos”, mas curiosamente cita como exemplares o Visconde de Olinda, pernambucano, o Marquês de Paraná, mineiro, o Visconde de Sepetiba, fluminense, o Visconde de Uruguai, fluminense, e o Visconde de Itaboraí, fluminense (pp. 542-43).

Escrevi na minha *Conciliação e Reforma*¹⁹, que os baianos, mineiros e fluminenses — não-cariocas — foram os que melhor serviram ao poder do imperador, fingindo servir também ao povo.

19. *Conciliação e Reforma*, 2ª ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.

Oliveira Viana nos dá um quadro das qualidades de D. Pedro II²⁰, como fizera antes, em *O Ocaso do Império*²¹. No capítulo “Instituições Municipais”, predominam as comparações simplistas e descabidas e é desinteressante em relação aos outros. Teorias secundárias, autores ultrapassados, escassez e superficialidade sobre a falta de solidariedade no Brasil, trechos sem sentido, e a falsidade final segundo a qual, “em síntese, o povo brasileiro só organiza aquela espécie de solidariedade que lhe era estritamente necessária e útil — a solidariedade do clã rural em torno do grande senhor de terras. Todas as outras formas de solidariedade social e política são, entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade prática na psicologia do povo” (p. 369). Como se vê, Oliveira Viana descrê de seu povo e o caracteriza sob os aspectos mais negativos.

Na formação da idéia do Estado (do III ao IV séculos), ele, que dedica o livro aos fluminenses, mineiros e paulistas, começa a tratar com louvor dos gaúchos, em cuja consciência a noção de interesses comuns e de solidariedade social é um conceito vivaz, enérgico, carregando na sua composição grande número de elementos sensoriais e afetivos. Na mentalidade gaúcha está fixada a noção do valor e da utilidade do poder público que, para ele, não existe na história das populações do Centro-Sul.

Já nesse volume promete estudar as particularidades da psicologia política dos gaúchos e já se nota a simpatia com que percebe a sensibilidade gaúcha (pp. 374-77). Reparo que o pavor ao estrangeiro se atenua à medida que surge a interiorização, sem que desapareça no litoral. No Extremo-Sul, ao contrário, quanto mais a colonização se difunde pelos campos cresce a cobiça dos caudilhos platinos e pelo lado gaúcho a necessidade de defesa coletiva com o desenvolvimento. É no Extremo-Sul que se dá o contato das duas civilizações, a hispânica e a portuguesa, e se põem em choque os dois grupos sociais.

Oliveira Viana não tolera os índios, tal qual não suporta negros. São ambos seres inferiores: o aborígene é vingativo e cruel. Acentua a fraqueza das tribos indígenas e louva a intrepidez dos sertanistas. Os quilombos são um perigo geral. Estabelece um contraste que só existe na cabeça dele. Na sua opinião, nas regiões centro-meridionais, a luta contra o índio, o bandido e o caudilho, ao invés de ser um fator de sincretismo e solidariedade política, é um fator de centrifugismo, reforçando ainda mais o particularismo, a independência, o isolamento dos clãs. Nos plainos rio-grandenses é o revés disso que acontece. É geral a ameaça; o perigo é geral, é geral o ataque. Por isso o Estado é visto como uma necessidade orgânica, enquanto “nas zonas meridionais Centro-Sudeste as criações governamentais são artificiais, postiças e vistas com repugnância”.

20. 2ª ed., Nova Fronteira, 1982.

21. *RIHGB*, t. 98, vol. 152, Rio de Janeiro, 1927.

O poder colonial — Viana voltou à colônia, outra discronia — não é acolhido como um agente providencial, benéfico, tutelar, salvador. É o agente do fisco, da tirania, do absolutismo, da força (pp. 382-83). Torna ao Centro-Sul — os avanços e recuos não são somente cronológicos, mas temáticos — e afirma que o poder público durante o período colonial tem um aspecto pouco simpático. Para a população do Centro-Sul, o poder público é uma força de coação, de limitação, de extorsão, de expropriação, e acentua o caráter odioso do fisco, a coação, a severidade fiscal e seu poder excessivo (pp. 384-89).

A referência à organização administrativa do Brasil-Reino como cópia tirada do *Almanaque de Lisboa* é de Varnhagen e não de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça.

Esse homem que viu tantos defeitos no seu povo, que desacreditou dele porque era negro, mulato e índio, gente inferior pelo sangue, acreditou que surgiu “logo nos princípios da nossa nacionalidade, no rudimentarismo das nossas feitorias agrícolas, um aparelhamento político digno de uma sociedade organizada e altamente evoluída. (...) Entre nós, os órgãos e funções do poder público mostram-se completos e diferenciados desde a sua nascença” (p. 390).

E no final vem a exaltação do estatismo, que outra coisa não é que o autoritarismo. Afirma que se “desenvolveu em nosso povo, é certo, a consciência da onipotência do poder do Estado, o sentimento da sua incomensurável capacidade de fazer o bem e de fazer o mal — e daí o nosso estatismo”. “A ação lenta e contínua do Estado cria esse sentimento de que é necessário um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional” (p. 396).

O capítulo sobre a psicologia política é fantástico, no sentido de que é irreal, imaginário, inteiramente a-histórico. No fim, defende a instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontrastável, provido de capacidades bastantes para realizar dois grandes objetivos: a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal. Para a sua efetivação, essa solução exige uma minoria autoritária e entre esses reacionários estão as maiores figuras da nossa História. Chamam-se Olinda, Feijó, Bernardo de Vasconcelos, Evaristo, Paraná, Eusébio, Uruguai, Itaboraí, Caxias. A lista é heterogênea e muito mal exemplificada. Olinda, Feijó, Evaristo eram liberais, o primeiro como o segundo com comportamento político conservador; Evaristo era variável e imprevisível, ora exaltado, ora moderado; Bernardo fora liberal. Os únicos conservadores coerentes que sentiram o problema a que se refere Oliveira Viana eram Paraná, Eusébio, Uruguai e Caxias.

É exato que Oliveira Viana declara que alguns eram liberais reacionários [!] e se distinguiam dos verdadeiros e puros liberais porque tinham a consciência das nossas realidades e dos nossos destinos. Tentam, por isso, dar aos nossos problemas uma solução conciliatória. Reconhece que de quando em quando deixam cair implacáveis o peso da disciplina da mão de ferro da legalidade.

Vem, então, o louvor à “função providencial dos seus instintos de brandura e moderação, do seu horror do sangue e da luta. Essas populações são a força ponderadora de nossa vida política”. Nessa luta entre as aspirações liberais e o princípio da autoridade, tiveram a liberdade e a democracia, no Norte e no Extremo-Sul, a lança do guerrilheiro ou o cangaço do jagunço com o que — afirma ele — ameaçaram a obra da organização nacional²².

Reconhece a capacidade combativa dos bravos campeadores do Sul, “*em cuja formação social e política não são estranhos os tumultos da anarquia platina* [!] e mais ainda levando em conta a inexauribilidade desse fecundo viveiro de combatentes temíveis que são os nossos sertões do Nordeste, onde vivem, segundo Euclides da Cunha, os homens mais bravos e inúteis da nossa terra”. Esses lutadores, uns por influência platina e outros pela força do radicalismo mameluco — como dizia João Ribeiro — teriam impedido a evolução sábia, comedida, equilibrada, conservadora, autoritária, centralista, que refletia a psicologia Centro-Sul e foi especialmente a dos 50 anos do Segundo Reinado de D. Pedro II. Isto, afirma Oliveira Viana, deve-se ao espírito conservador, à têmpera moderada e cauta, à brandura de sentimentos das nossas populações meridionais. A liderança encontra facilidade para a sua ação legalizadora e centralizadora.

Ao final, destaca os instintos de turbulência e luta em permanente vibração dos platinos, anota o nosso horror à anarquia americana, condena as mazorcas, as devastações platinas, o caudal de sangue que deles borbota, acentua a repugnância natural à violência de nossas populações meridionais e louva nossas virtudes pacíficas, “essa têmpera doce e cordata, esse espírito conservador e prudente, esse inato desamor às brutalidades da luta armada”, o que não nos parece tenha sido tão verdadeiro, tingida como foi nossa história pelo sangue dos menos iguais: índios, negros e mestiços, como mostramos em nossa *Conciliação e Reforma no Brasil*²³.

22. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1922.

23. 2ª ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982

CAPÍTULO 3

POPULAÇÕES MERIDIONAIS. O CAMPEADOR RIO-GRANDENSE

Este é um livro póstumo. Revela bem as dificuldades que Oliveira Viana teve para dar seguimento ao livro anterior sobre as populações do Centro-Sul e, como não escreveu o terceiro, sobre as do Nordeste, que insiste em chamar de Norte, mostra a impossibilidade em que se viu em compreender bem as populações nordestinas e nortistas, a tal ponto que não pôde sobre elas nem tentar escrever.

Aproveite-se a oportunidade para lembrar que de São Paulo para o Norte, sem maior participação do Oeste, a inteligência brasileira é filha da mestiçagem. Onde houve pequena mestiçagem, o elemento branco, imigrante, dominou, e a participação cultural é menor. Paraná e Santa Catarina não produziram, senão excepcionalmente, intelectuais, e o Rio Grande do Sul, apesar de sua importância política, não apresenta contribuição intelectual correspondente à sua contribuição econômica.

Os imigrantes brancos procuraram primeiro a ascensão econômica e, nesses últimos vinte anos de contra-revolução militar autoritária, buscam a ascensão política. Não preciso citar exemplos, pois eles estão na cabeça de qualquer brasileiro culto.

O livro é inteiramente dedicado às gentes da campanha rio-grandense que vivem do pastoreio. Não é autônomo e independente, vinculando-se estreitamente ao mundo platino, descrevendo em traços gerais o vasto cenário platino e as contra-reações por ele exercidas no nosso Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Lamenta que lhe falte o que seria o estudo histórico-social do mundo platino — o imenso cenário dentro do qual evoluiu o grupo rio-grandense. Esta parte constituiria a moldura verdadeira dentro da qual, escreveu Oliveira Viana, ele iria enquadrar a história social das populações do Extremo-Sul, “cuja formação e evolução, repita-se, muito longe de ser autônoma e independente, vincula-se, ao contrário disso, estreitamente às pressões e reações do mundo platino que as envolve, desde os dias iniciais do antigo Vice-Reinado com sua caudilhagem tumultuária” (p. 8).

As *Populações Meridionais do Brasil*, sobre os paulistas, fluminenses e mineiros, foram publicadas em 1918 e o livro sobre as populações do Rio Grande do Sul foi assinado (a advertência) em 15 de janeiro de 1948. Ou seja, trinta anos depois: é importante fixar esta distância temporal.

Ao contrário do que dizem os Srs. Marcos Almir Madeira e Hélio Benevides Palmier, Oliveira Viana cita muito mal, sem obediência às regras universalmente adotadas, quase sempre de maneira absolutamente incompleta.

Na verdade, esse livro, *Populações Meridionais. O Campeador Rio-grandense*, é a história da conquista e incorporação pelos bandeirantes paulistas do continente do Rio Grande, visto à luz do racismo arianista que guia a orientação do autor. Como não é um livro erudito como o de Afonso d'Escragnoille Taunay sobre as bandeiras, mas de interpretação presa a uma concepção conservadora a arianista, Oliveira Viana usa os fatos conhecidos, mas distorce-os o quanto pode. A louvação é feita porque esses paulistas são considerados brancos arianos, desconhecendo Oliveira Viana que são todos, ou quase todos, mestiços de índios, que falam a língua geral e têm hábitos e alimentação indígenas. E escreve, com certa ingenuidade, que “nem sempre esse paulista é um paulista de origem, de lúdima cepa vicentista. É, porém, paulista por contágio, ambiente, por adaptação moral”.

Quando compara — como é seu mau costume, impróprio de um historiador, mais impróprio ainda porque desconhece um dos elementos estranhos da comparação — afirma que “nenhuma das grandes regiões do pastoreio — estepes do planalto pamiriano, as planícies do Don e do Volga, os campos da Austrália meridional, as pradarias do Far West americano — parece oferecer condições mais profícuas à vida do boi, do cavalo, do burro ou da ovelha do que esta vastíssima região, que se estende até o infinito de um e de outro lado do estuário platino” (p. 51). Baseia-se em Elisée Reclus, um velho geógrafo francês ultrapassado, que nunca veio ao Brasil, para afirmar que a fertilidade desses pastos é tamanha que o gado duplica de peso de três em três anos.

Ele pensa que foram os paulistas os povoadores do continente. Esquece-se da contribuição açoriana e da carioca, conforme mostramos em nosso *O Continente do Rio Grande*¹. Dedicava excessiva descrição à preia ou a presa de animais e se excede, nesse Capítulo, em citações incompletas. Percebe a estrutura social e afirma que “no ponto de vista de organização daquela sociedade primitiva, já se pronuncia de modo perfeitamente clara a diferenciação entre a classe dos preadores e a dos traficantes. Dos documentos do tempo, vemos perfeitamente destacadas as duas classes — a dos que caçavam gado nas lezírias da Lagoa Mirim e a dos que compravam este gado para a formação das estâncias e para o tráfego com São Paulo” (pp. 89-90).

Trata também do estancieiro, que por sua vez também se distinguia não somente do preador, mas como traficante de gado. O estancieiro era um colono já fixado no seu latifúndio. Declara que esses métodos rudimentares duram até 1763 — data da invasão de D. Pedro Ceballos — e daí em diante começa a história política do Rio Grande, abrindo-se o ciclo das guerras platinas.

1. Rio de Janeiro, 1954, reeditado em São Paulo, Brasiliense, 1986.

Surge, então, um pensamento novo e original, uma verdadeira contribuição à compreensão da história do Brasil. É quando fala da aparente antilogia da nossa história colonial: “quando, descoberto o ouro, toda a população parecia afluir e concentrar-se nos chapadões auríferos da Mantiqueira e do Planalto, é que vemos operar-se um movimento migratório em direção inteiramente oposta ao desta concentração, a esse movimento convergente para as minas: um, no sentido das *caatingas do Norte*, com eixo no Vale do São Francisco; outro, no sentido da *planície platina*, tendo como ponto de partida o pequeno núcleo paulista de Sorocaba”. Equivale dizer que o período em que era quase delirante a atração para os campos do ouro e a febre mineradora atingia o seu clímax, foi precisamente o período em que se revelou mais profundo o alcance de nossa projeção conquistadora nos campos do Extremo-Sul.

“*O movimento para as minas, na exploração do ouro, em vez de sobreestimar a nossa expansão para estes quadrantes extremos do Sul e do Norte, foi-lhes, ao contrário, uma causa poderosamente aceleradora.*” Em suma: o ouro produziu a conquista e a colonização de Minas, Mato Grosso e Goiás: mas produziu também a conquista e a colonização de zonas situadas a incomensuráveis distâncias da localização das suas jazidas (p. 107).

O capítulo sobre a conquista da planície platina, a divisão dos caminhos rio-grandenses, a tomada das Missões, a irradiação conquistadora, a dilatação das nossas fronteiras com a Espanha, tanto no sentido Oeste — ao longo do Vale do Rio Pardo às missões de São Borja e São Lourenço — ou no sentido Sudoeste — na direção da Lagoa Mirim até a angustura de Castilhos — é um capítulo bem construído metodologicamente, esquecendo-se apenas da gente carioca que foi também povoar o Continente do Rio Grande, como já referimos (pp. 111-12).

Acentua a preponderância do regime pastoril, embora confunda ilhéus, isto é, gente da ilha do Desterro — hoje Florianópolis — nome detestável, e açorianos. Dá excessivo relevo aos açorianos, como fazem os gaúchos — ontem, como hoje — e na verdade os açorianos foram enviados a várias capitânicas conforme as necessidades demográficas exigiram.

Assinale-se um aspecto decisivo: nessas paragens, os primeiros colonizadores inauguraram um regime econômico muito diverso, o da pequena propriedade e da pequena cultura, em que os agentes de trabalho não eram, como nos latifúndios paulistas, escravos, mas os membros da própria família. É realmente espantoso que, referindo-se à sesmaria solicitada por Francisco Brito Peixoto em 1727 na campanha rio-grandense, escreva que seu pedido equivalia a uma grande propriedade — “preocupação, aliás, caracteristicamente paulista” (p. 137), o que contradiz toda a história colonial brasileira, pois o latifúndio começou desde o regime das capitânicas hereditárias no Nordeste e no Sul, abrangendo apenas o Rio de Janeiro e São Paulo. É, portanto, um equívoco falar-se do latifúndio como um regime de propriedade de terras caracteristicamente paulista.

Manifesta-se contra a pequena propriedade e a pequena cultura, considerando desfavorável à economia esse sistema, segundo ele trazido pelos açorianos. Defende o latifúndio e escreve que os elementos superiores e aristocráticos são os vitoriosos com o regime pastoril e latifundiário. E assim acabaram por impor um “quadro social-latifundiário, feudal, patriarcal e escravista” (p. 144). As citações, nessa altura, continuam incompletas e os organizadores do volume póstumo não fizeram as necessárias correções.

Em síntese, Oliveira Viana afirma que “nos primórdios da colonização da planície platina, na zona fronteiriça, tudo era indecisão e equívoco; os domínios públicos das duas coroas, os domínios particulares, o senhorio dos rebanhos. Ninguém sabia ao certo onde acabava o domínio português e começava o espanhol, nem a que estância pertencia este ou aquele rebanho” (p. 153).

Acrescenta então que, com a definição dos traçados das fronteiras e a progressiva apropriação da campanha pelos colonizadores, a preia ao gado, que nos primeiros tempos era, como vimos, um negócio lícito, passou a ser um negócio criminoso, e, por outro lado, como o campo de operações eram as estâncias da outra banda da fronteira, o arrebanhamento de gados e cavalhadas passou a ser considerado contrabando. Os ladrões e contrabandistas, homens resolutos e destemidos, contavam com a admiração e a conivência dos estancieiros compatriotas. O abuso da expressão *clã*, não usada por nossos historiadores e sociólogos, leva-o ao emprego dela para os preadores — clã de preadores, clã de ladrões e contrabandistas, clã de saqueio, o que é abusivo.

Os grandes caudilhos do Prata, grandes nomes da história uruguaia e argentina, eram pilhadores dos nossos campos. E a nossa história nas relações com a campanha paulista está repleta desses tipos de homens, como os guerrilheiros da conquista das Missões em 1801, dirigidos por Borges de Castro, desertor contrabandista, e as guerras contra Artigas, chefiadas pelo estancieiro Bento Gonçalves, contrabandistas, um e outro (pp.162-63).

Para Oliveira Viana, “o caudilho não é outra coisa senão o primitivo chefe dos preadores da campanha platina, que, sob a pressão das guerras e das invasões, se improvisa em chefe militar. O clã da preia — que não é senão um corpo de ladrões — militariza-se e o contrabando na fronteira passa a ser uma escola admirável de educação guerreira”. É assim que o historiador-sociólogo, sem pejo, qualifica um bando de ladrões de gado. É um excesso inqualificável.

O louvor ao guerrilheiro, e aos caudilhos, ladrões de gado, bandidos de fronteira, é repetido, em completa contradição com o louvor às populações equilibradas meridionais. O historiador-sociólogo queria agora aplaudir os compatriotas de seu chefe ditatorial, que viria trazer para o Brasil os métodos de governo ilegal que foram instaurados entre 1937-1945, sob pretextos outros, e que seria a inspiração doutrinária dessa infeliz contra-revolução de 1964, dominada pelos “generais-presidentes gaúchos” — mesmo de primeira geração no Brasil, ou gaúchos por educação, a exemplo de Castelo Branco e João Figueiredo.

Infiltrando-se no Exército, esses guerrilheiros introduziram a idéia da supremacia da força sobre a supremacia civil e legal.

O capítulo sobre a história militar do Rio Grande se caracteriza pela afirmação sabida e incorporada à história do Brasil de que a nossa expansão colonizadora foi lenta e penosa e somente depois de um século conseguimos lançar os espanhóis para a outra margem do Uruguai. Sustenta que assim a conquista não foi diplomática — o que sabemos, apesar das extenuantes negociações diplomáticas e dos tratados assinados — mas de iniciativa particular de bandeirantes e os guerrilheiros do Sul.

Aí ele se sai muito bem quando sustenta que “a expansão social antecipa a expansão militar: o colono é que vai adiante; os corpos do exército é que o acompanham”. E segue-se outra observação conhecida, mas que vale repetir: a de que a Metrópole, pelas suas altas autoridades coloniais, recalcitrava em concedê-los, o que significava sustentar que fizemos a expansão sozinhos, sem apoio da Metrópole. Esta andava com sua política de contemporizações, que foi sempre a política exterior portuguesa.

Edgar Prestage, o grande historiador inglês dedicado à história de Portugal, escreveu que “um país pequeno pode muitas vezes por uma extra e sagaz diplomacia conseguir vantagem que pela força não seria dado alcançar”². À apropriação progressiva da grande planície — mostra Oliveira Viana — seguiam-se as reprimendas, censuras e ordens da Metrópole contra as lutas que se faziam para enfrentar as invasões hispano-argentinas, especialmente a comandada pelo General Ceballos. O apoio português é tardio, enquanto as nossas próprias forças resistiam e expeliam o inimigo. Veio ele quando, com a expansão pastoril e a garantia das nossas forças, o governo português, apoiado na criação do argumento que inventara o gênio criador do brasileiro Alexandre de Gusmão — o *uti possidetis* — passou a apoiar-nos e fortalecer-nos.

A invasão de Cevallos de 1763, a tentativa de expulsão de 1767, a expulsão definitiva de 1776-1777, não foram, diz bem Oliveira Viana, uma conquista, mas sim uma reconquista. Relembra o surpreendente feito da conquista das Missões, que compreendeu os atuais municípios de Bagé, Dom Pedrito, Alegrete, Santa Ana, Itaqui, Quaraí, São Borja, Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo. Oliveira Viana acentua muito bem que a incorporação dessa planície fértil foi iniciativa privada, feita por guerrilheiros gaúchos em 1801, que tiveram o bom senso de dividi-la, recebendo cada um dos participantes um quinhão proporcional.

Daí por diante, aos pedidos de restituição do governo de Buenos Aires, respondemos reforçando militarmente a conquista e travando com Artigas as lutas que ensanguentaram a região. O Tratado de 31 de julho de 1821 incorpora

2. *As Relações Diplomáticas com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, 1928, p. XIV.

O Estado de Montevidéu ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob a denominação de Província Cisplatina, e pela Convenção de 18 de novembro de 1823 entre o Barão de Laguna, chefe das forças brasileiras, e D. Álvaro da Costa de Souza de Macedo, general das tropas portuguesas, para a evacuação das tropas de Artigas, Montevidéu se torna nosso, brasileiro, e não luso-brasileiro e Província Cisplatina.

Desde então fere-se uma campanha sangrenta entre o Brasil e a Argentina pela posse do território uruguaio, chegando a assinar-se tratados de paz não ratificados. Manifestos, campanhas de 1811, 1812, 1816, promoção de paz pela Inglaterra, a declaração de guerra de D. Pedro I à República Argentina, nova paz solicitada por Buenos Aires, assina-se o tratado de 24 de maio de 1828, novamente não ratificado pelo Presidente Rivadávia, oposição da França e da Inglaterra à Guerra do Prata, a conhecida batalha de Ituzaingó ou Passo do Rosário (20.02.1827) e, finalmente, a convenção preliminar de paz entre o Sr. D. Pedro I, imperador do Brasil, e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata (27.08.1827).

As guerras do Prata, escreveu Oliveira Viana, se resumem numa luta pela posse dos campos férteis da Planície Platina e para assegurar o *uti possidetis* dos nossos em terras alheias, ou ainda, como acentua, para garantir aos nossos compatriotas o uso tranqüilo de seus rebanhos.

Reafirma, então, com acerto, o princípio tradicional da nossa política no Prata: garantir, com a abertura do poder militar, os pontos máximos da projeção da nossa expansão povoadora.

A grande tese que seu livro apresenta nesse trecho é que a proteção militar dos nossos rebanhos, o elemento principal do nosso aparelhamento militar, não é o exército, não são os soldados de linha, arregimentados, profissionais, nem os oficiais saídos das escolas de guerra, mas o corpo de guerrilheiros irregulares, de origem paisana, os mais eficientes na defesa da Capitania: “O papel do governo era fornecer os elementos superiores de direção e comando, mas era o povo quem dava, nos primeiros tempos, o voluntário, o aventureiro, o paisano, isto é, o guerrilheiro” (pp. 177-78).

Aqui voltam novamente as citações incompletas, que seus editores não souberam inteirar. Informa Oliveira Viana que os elementos agrícolas são faltos de espírito de guerra. Os elementos com que se contava eram os habitantes da campanha, os gaúchos, aos quais louva as qualidades de militares, na defesa contra os estrangeiros. Esquece, aí, que os meridionais do Centro-Este mereceram seus louvores, como vimos, pelo seu equilíbrio e, conseqüentemente, pela estabilidade política e governamental, enquanto os gaúchos, pelas suas qualidades militares, geraram, no seu aparecimento da vida pública brasileira, os regimes ditatoriais e autoritários.

Com seu desconhecimento de metodologia e filosofia da história — o que é evidente pela falta de citações de filósofos e metodologistas — fala várias vezes em lei na História. Ora, não existe lei em nenhuma ciência social, mesmo

a que tem mais pretensão a ser exata — a economia. Assim, escreve com cara-dura que os gaúchos criavam zonas de atrito e estas sempre passavam, sem exceção, para o nosso poder, integrando-se oficialmente ao nosso patrimônio territorial. “Esta é a grande lei que regeu toda a nossa expansão histórica nas planícies do Extremo-Sul”, o que nos mostra o despreparo filosófico de Oliveira Viana (pp. 183-84). Usa também — outra demonstração de seu despreparo filosófico — do *se*, que um historiador bem preparado sabe não poder usar nunca. E, mais, revela intuítos expansionistas ao querer tomar a terra dos outros. É assim que escreve que se “houvéssemos deixado agir, sem nenhum obstáculo diplomático ou político, sozinha e livre, através da campanha desabrigada, essa caudilhagem de paisanos, irrequieta, belicosa e predatória, que fremia, em tumulto, junto da linha de fronteiras, é certo que teríamos levado as nossas conquistas territoriais não só à margem oriental do Uruguai — como de fato levamos — mas a toda a planura cisplatina”. Mais do que isso: levá-la-íamos até mesmo a essa vasta região campinosa que constitui o território da atual mesopotâmia argentina, isto é, Corrientes e Entre-Ríos. Tudo isso teria sido nosso, dentro do imperativo *da grande lei da nossa expansão territorial* no Extremo-Sul.

E depois da lei vem a síntese histórica da nossa expansão para a planície platina, que foi o comércio de cavalhadas e boiadas com as populações agrícolas e mineradoras do Centro-Sul, através do planalto curitibano, “a causa primeira e remota não só das guerras platinas, como origem e *formação militar* da sociedade rio-grandense” (p. 187).

É certo e importante afirmar que Oliveira Viana concorda que a República de Piratini, resultado da Revolução dos Farrapos, tenha tido caráter democrático, porque o que se viu até dominando e governando foi uma pequena minoria, uma oligarquia militar. Esta foi a interpretação de Tristão de Alencar Araripe, aceita por Oliveira Viana. Sem pretensão de ter estudado a fundo o assunto, a leitura de vários estudos me fez afirmar que o tratamento especial que os Farrapos mereceram das autoridades governantes centrais, ao contrário das revoluções do Norte, vencidas a ferro e fogo, foi exatamente porque Farrapos é uma revolução dos iguais aos do poder, enquanto as revoltas do Nordeste eram de menos iguais.

Para Oliveira Viana, a oligarquia militar era composta de caudilhos que haviam servido nas guerras da campanha do Prata. E foram esses caudilhos que vieram ao Rio impor ao Brasil todo um sistema ilegal, arbitrário, ditatorial, militarizado, que surgiu em 1930 e em 1964, para descontentamento de toda a Nação.

Oliveira Viana despreza a democracia, o povo, os negros, os mestiços. Completa seu reacionarismo exaltando a guerra. Escreve que esses caudilhos constituíam a aristocracia pastoril, proprietários rurais e estancieiros que possuíam esta superioridade: “o áspero traquejo da guerra, a educação varonil dos campos de batalha”, e que a oligarquia nos dava “um belo exemplo do

extremo rigor que a seleção militar opera, o escrutínio das capacidades. Não há, com efeito, agente mais poderoso de seleção do que a guerra. Dentro dela, os ineptos revelam, na sua plenitude, a inépcia; os capazes, em todas as suas linhas, a sua capacidade. (...) A seleção guerreira põe em evidência as linhas fundamentais, os traços fundamentais, as qualidades mestras, o vigoramento e os simplices de cada individualidade”. E continua o engrandecimento da guerra, mostrando sua compreensão e simpatia pelos regimes de força, que esses caudilhos do Sul, primos platinos, vão trazer para o resto maior do Brasil, infeso à supremacia militar e adepto dos regimes de legalidade civil à maneira ocidental”³: “O comando da tropa em campanha não pode ser conferido pelo escrutínio da sorte, ou fundado num direito hereditário. É uma incumbência formidável, para cujo desempenho são precisas aptidões específicas. Da capacidade ou da incapacidade de um chefe pode resultar, para a tropa em ação, ou a derrota, ou a glória. Daí, em todos os povos da antiguidade, o caráter seletivo da investidura dos seus chefes guerreiros”. E exemplifica com os germanos, os saxônios, os romanos. Sem deixar de censurar os gregos da época clássica, que na sua obsessão demográfica confiavam à sorte a escolha de seus magistrados, mas os estrategos que dirigiam os exércitos em campanha, esses escapavam à regra geral e eram eleitos.

Exalta a seriedade com que, durante o ciclo das guerras platinas, os gaúchos resolviam o problema da escolha dos seus chefes militares. Agiam sempre mediante uma discussão preliminar e por eleição. Distingue entre os grandes chefes do exército e os comandantes das forças regulares, que eram escolhidos pelo governo. Mas sua tradicional praxe de seleção era nas escolhas dos chefes dos batalhões ou bandos guerrilheiros.

Na escolha dos chefes de batalhões ou bandos de guerrilheiros, organizados espontaneamente na fronteira e reunidos para operar em cooperação, a escolha recaía sempre no mais hábil, no mais bravo, naquele cabecilha que tinha revelado maiores qualidades de bravura e tática, nas proezas de ataque e no organizar e distribuir as várias forças conjugadas.

Contrasta a escolha no Centro-Sul e no Norte (quer dizer Nordeste), pois naqueles os chefes se impõem não pela seleção natural ou guerreira, mas pelo tamanho do latifúndio ou pelas tradições locais de família. No Extremo-Sul, não era chefe quem queria, ou quem exhibia títulos de nobreza ou vastos cabedais em terras ou em engenhos. Na guerra, somente os capazes, os hábeis, os valentes podem assumir a direção do grupo. Os caudilhos gaúchos emergiam, assim, do seio da população com um prestígio, uma influência, uma popularidade que de modo algum poderiam possuir os mais poderosos chefes das matas ou dos sertões.

3. Vide pp. 190, 201, 206, 226, 230, 232, 233, 245, 247, 248 e 255.

Acredita que esses caudilhos, tão ricamente dotados de personalidade, encontravam, por sua vez e concomitantemente, neste tirocínio guerreiro, uma escola admirável de aptidões políticas. Uma das primeiras e principais capacidades que lhes eram dadas por essa educação nos campos de batalha era a capacidade de organização e mobilização de grandes massas humanas.

Ele afirma que se trata de um povo — o gaúcho — “sanguíneo, impetuoso, um tanto brutalizado pelas práticas das carnagens e pela impulsividade da própria vida pastoril”, e que essa histórica pressão das guerras platinas “em vez de abater-lhe o ânimo exacerbava, ao contrário, os seus instintos combativos” (p. 195). Destaca caber aos estancieros o principal papel de organizadores e a extraordinária função exercida por eles na guerra cisplatina. Eles é que levantavam as terríveis companhias de guerrilheiros, que davam mobilidade e agressividade aos pesados organismos militares.

Oliveira Viana, sempre baseado em Gabriel Monteiro (*Memória Sobre a Conquista das Missões*), dizia que a capacidade de organização e mobilização do caudilho era insuperável. Eles formavam grupos de guerrilheiros e alguns contavam, como os de Bento Manuel e Bento Gonçalves, mais de um milhar de paisanos combatentes e um corpo de auxiliares, que se constituíam num verdadeiro estado-maior. Daí, conclui ele, lhes vinha um natural sentimento do valor da hierarquia, a faculdade de julgar os homens objetivamente. A conclusão mais importante era a da capacidade dos gaúchos para a organização militar, “tão inerente à sua índole, tão no seu subconsciente que se revelava mesmo fora de seu hábitat originário desde que as circunstâncias favorecessem sua explosão”.

Faz, então, uma comparação valiosa para o julgamento de suas teses, e acentua a fixidez dos caracteres culturais peculiares e diferenciados, como os do grupo gaúcho e da gente sertaneja. Para ele, os homens do sertão — mesmo quando fora do seu hábitat — revelam-se sempre os mesmos, com os mesmos traços culturais do sertão: individualistas, solitários, tenazes, de temperamento rude e revoltado. Estas características são imprecisas, tanto que o mutirão, cuja origem etimológica é tupi, significando a ajuda mútua, gratuita, é comum no Nordeste e desmente a idéia da falta de solidariedade nordestina, contrapondo-os aos gaúchos que sempre revelaram serem experimentados aliciadores de milicianos, organizadores de “companhia”, homens de autoridade e de mando — os caudilhos, em suma. E cita como exemplo o caso de Pitanguí, em Minas Gerais, que, quando se declarou a Guerra do Paraguai, mobilizou-se totalmente, ao contrário de outras cidades circunvizinhas, e declara que o organizador desse movimento era um gaúcho. Escreve que esse rio-grandense vierá ali residir, vivia pacatamente, e bastou o alarme da guerra para que “o caudilho que jazia latente na sua alma irrompesse de pronto”.

Cita ainda outro exemplo, o da conquista do Acre. Aí houve o encontro dos dois tipos regionais mais extremos da nossa cultura social: o sertanejo das caatingas e o campeador rio-grandense. Este, agindo num meio hostil e sem

desafogo, conseguiu, obedecendo aos seus instintos de caudilho, dar coesão, unidade, organização a algumas dezenas de milhares de sertanejos, homens robustos, bravos, mas absolutamente incapazes, em virtude de sua formação social, de qualquer movimento de solidariedade social que não fosse a solidariedade do seu pequeno clã parental ou de sua pequena horda de caribocas temerários (p. 200).

Eis aí uma afirmação temerária: primeiro, porque é totalmente falso que os sertanejos sejam absolutamente incapazes de solidariedade — Viana os desconhece, porque desconhece a história do Nordeste, — sua maior deficiência e que invalida suas conclusões; segundo, porque reafirma o caráter caudilhesco do gaúcho, que neste *O Campeador Rio-grandense*, para contradição de sua obra, ele louva e enaltece, quando antes, nas *Populações Meridionais*, critica o espírito revolucionário dos nordestinos (que desconhece, tanto que não ousou deles tratar em sua vasta obra) e dos gaúchos, e louvou o espírito equilibrado e o moderado de fluminenses, mineiros e paulistas. Essa contradição é uma das poucas em sua obra, mas é grave e revela a influência de Vargas e do grupo gaúcho — os caudilhos em 1930 — que reconheceram seu valor e o prestigiaram, nomeando-o ministro do Tribunal de Contas.

Esse livro ainda não estava publicado, mas Oliveira Viana vinha revelando sua alta apreciação do caudilho, equiparado a um chefe militar, que ele sempre admirou. Vinha, ainda, não digo sobrepondo, mas valorizando as qualidades militares do gaúcho, a chefia, a disciplina e capacidade organizadora, tanto quanto as do equilíbrio, moderação e conservadorismo de fluminenses, paulistas e mineiros. Por isso nesse livro ele destaca um traço que não lhe merece grande apreço nas *Populações Meridionais*: “O campo de guerra não é somente uma escola onde se apuram as capacidades de organização dos caudilhos gaúchos; é também uma escola onde eles adquirem hábitos de autoridade e reforçam as suas capacidades de mando”. E aí vem o louvor desmedido ao autoritarismo e ao mando que o coloca entre os grandes reacionários do pensamento político brasileiro. Considerava, então, como soberbas escolas de mando e autoridade essas guerras em plena fronteira, diante do inimigo (p. 201).

Nesse livro, a louvação do caudilho e conseqüentemente do autoritarismo revela que mais valiam essas qualidades que a moderação, o equilíbrio, a disciplina natural de fluminenses, paulistas e mineiros.

Descreve, a seguir, o autoritarismo, que ele enaltece: “Forçados a castigar, a reprimir e mesmo a fuzilar os indisciplinados e covardes, a censurar e afastar os ineptos e imprevidentes, acabavam por adquirir uma certa rudeza de temperamento, uma certa insensibilidade, uma certa falta de sentimento de piedade e complacência” (p. 202).

É com certo prazer e concordância que Oliveira Viana descreve as características do caudilho. Quando um caudilho deixa de punir um subordinado por afeição ou confia o comando a um companheiro inábil, por receio de ofendê-

lo ou magoá-lo, ele introduz no agrupamento um princípio de corrupção, dissolução e fraqueza. Daí, conclui ele, a auto-inibição em face das transigências afetivas. Eles são insensíveis: “É que os centros mais delicados e impressionáveis da sua afetividade acabaram se *embotando e brutalizando*, criando-lhes destarte um temperamento admiravelmente adaptado ao exercício da autoridade”. E aí vem a conclusão reacionária, perigosa, malévola, maligna que tanto mal tem feito desde o aparecimento de sua obra até os nossos dias: “esses caudilhos (...) estavam, pois, psicologicamente mais aptos, mais capazes, mais bem educados e treinados para organizar e exercer os poderes públicos do que os melhores chefes políticos das matas ou dos sertões” (p. 203). Donde bem se pode concluir que a guerra é o melhor treino para o poder, o que seria um equívoco sem paralelo e de enormes conseqüências pérfidas. Tão grave quanto esta conclusão é afirmar, sem pejo: “equivale dizer que os dotes do homem de governo afeito ao exercício da autoridade e hábil no organizar e selecionar os elementos de direção de grandes massas, reuniam-se, ao demais, na personalidade do caudilho — pela força educadora das múltiplas exigências de guerra, os dotes peculiares ao *estadista* e ao *político*; a segurança do golpe de vista, a presença do espírito inalterável, a faculdade de previdência” (p. 204). Eis aí o caudilho: ele é o estadista, o que justifica os caudilhos gerais-presidentes de 1964 até hoje (1984).

Os sofismas se amontoam e não é lógico ouse afirmar que “o governo civil não difere fundamentalmente do governo militar, as mesmas capacidades que se fazem necessárias a um chefe de guerrilhas são igualmente indispensáveis a um chefe de Estado, na organização dos poderes públicos. Essa oligarquia militar que vemos assumir a direção política da sociedade no Extremo-Sul está, pois, pela sua formação social anterior, perfeitamente apta ao manejo dos órgãos da administração civil” (p. 205). E segue este argumento de evidente má fé, unicamente para servir aos seus patrões caudilhos ditatoriais: “No decênio republicano de Piratini, esta oligarquia, vitoriosa, nos deu o mais belo [!] exemplo de plena posse dessas admiráveis aptidões políticas”.

Não sei se historicamente se deveria chamá-lo de fascista, mas uma das características do fascismo consistiu no louvor à guerra: Oliveira Viana afirma que há na “ação educadora da guerra, exercendo-se sobre a mentalidade dessa caudilhagem militar, uma outra conseqüência, da maior relevância para o exercício dos poderes públicos. É um resíduo psicológico (...), o sentimento profundo da solidariedade social, que a caudilhagem adquiriu com a sua educação na guerra” (p. 206). Vejam só até onde vai o reacionarismo desse pensador: a caudilhagem é louvada e exerce, *pela ação educadora da guerra*, a solidariedade social. E antes elogia que censura a oligarquia militar, a caudilhagem. Mostra bem como os caudilhos são conservadores, pois quando mantêm o General Saldanha, português, contrário á Independência, é para “evitar tumultos populares”, para “conservar a ordem pública e dar tempo que o povo e a tropa fossem mudados de opinião”.

Neste ponto, sua contradição nesse livro póstumo é flagrante e não sei até onde ele quer louvar seu chefe Getúlio Vargas. Escreve, para incoerência própria, que os caudilhos e sua gente acaudilhada têm espírito de solidariedade, sentido vivaz da ordem pública, acentuando tais características para distinguir essa “gente do Extremo-Sul das gentes tumultuárias das outras províncias”. Como se nas *Populações Meridionais* ele distinguisse bem o equilíbrio da gente fluminense, mineira e paulista, com as populações nortistas (aí incluídas as nordestinas, que ele desconhece), e sobretudo as do Extremo-Sul, apontadas como exemplo de gente agitada, revolucionária, desequilibrada.

Chega a escrever que a conduta do governo do Sul nessa época é ditada pelo desejo de manter a união e o sossego — para que ela “se faça singular do Brasil”. Sim, ela se fará singular na história do Brasil, com as ditaduras de Júlio de Castilho, especialmente de Borges de Medeiros, com a ação de mandão de Pinheiro Machado, com o regime ditatorial de Getúlio Vargas e sobretudo com os governos sucessivos de generais gaúchos ou educados naquele ambiente totalitário que caracterizam o generalismo presidencial de 1964 a 1984.

Absurdo maior ainda é escrever que os gaúchos têm capacidade “para agirem em cooperação, evitando atritos, procurando conciliação, abafando rivalidades, sofrendo impulsos, tudo para o bem do grupo, da coletividade, dos interesses gerais, da harmonia dos poderes, da ação desembaraçada e desafogada da autoridade e do governo”. E, mais, que tudo isso “aprenderam na rude escola dos campos de batalha”. De sofisma em sofisma ele contradiz toda a sua obra de *Populações Meridionais* até esta, que é fruto de sua admiração por Getúlio Vargas e o seu regime do Estado Novo.

Louvando a capacidade e união do grupo gaúcho, contrapõe-na mesmo no Parlamento às bancadas amorfas e constantemente divididas do Norte e do Centro-Sul. As facções federalista e castilhista são coesas, disciplinadas, arrematadas, aguerridas, compactas. Sua incoerência é total. Quase parece que ele dá um grito: “Viva o Sul. Abaixo o Centro e o Norte (Nordeste)”. Isto se confirma quando ele escreve que “nem nossas populações do Norte, nem as do Centro-Sul exibem tamanhas aptidões para a vida pública” (p. 204). Logo a seguir diz que no Norte (e Nordeste) o traço cultural é a insularidade dos grupos partidários. São todos instáveis e efêmeros, e chega a afirmar que as “forças de desintegração partidária se realizam, naquelas paragens um tanto *barbarizadas* [grifo do autor], de modo constante, intensivo, profundo” (p. 210). Depois reafirma que “entre as populações do Centro-Sul também não é diferente” (p. 210).

Sua descrição do comportamento das populações do Centro-Sul é a de que não têm solidariedade, são egoístas, e os grandes interesses gerais são esquecidos pelas pequenas ambições e vaidades. Trata-se de pura especulação sem base documental nem historicamente vivida e experimentada. O sociólogo-historiador se converte num serviçal dos mais baixos interesses totalitários, num

panfletário destituído de fundamentação filosófica e histórica, e sem base experimental porque desconhece sobre o que fala.

Por isso Capistrano de Abreu escreveu a Afonso Taunay que “a obra dele me parece cheia de afirmações cujos fundamentos parecem duvidosos, ao menos eu não os conheço. Muitas vezes estanco indeciso; escreveu ele tal coisa porque os documentos o autorizam? ou apenas porque as doutrinas de Le Play lhe sopram?”. E sustenta que são muitas as reservas que teria a fazer⁴.

As tolices, os absurdos enchem as páginas desse volume. Para Oliveira Viana, “os egoísmos e esses personalismos tão vivazes nas populações do Centro-Norte (!) não deixaram, é certo, de se revelar no Extremo-Sul entre os próceres dessa oligarquia militar que senhoreou o poder” (p. 211).

Nós não temos o instinto de solidariedade social que se revela — note-se o racismo que sempre aparece e reaparece — na raça inglesa ou teutônica, mas no pampa sente-se um certo ambiente social, uma certa atmosfera de espírito coletivo, dentro do qual se agitam e se debatem os interesses gerais e os grandes problemas do governo político (pp. 211-12).

As frases de louvação se sucedem e a bajulação não lhe retira os méritos anteriores, mas rebaixam esse seu livro, *O Campeador Rio-grandense*, ao grau mais baixo de sabujice literária. Vejam esta descrição: “Esta era a mentalidade, este era o temperamento, esta a educação daqueles *brilhantes* [grifo do autor] caudilhos, que formavam, na região dos pampas, aquela poderosa oligarquia militar, que a governava. Homens dessa têmpera, providos dessas aptidões e capacidades, o meio social e histórico das nossas matas, e dos nossos sertões não pode gerar! [que leviandade imperdoável, sem base histórico-social, política] e isto pela tranqüilidade de sua história [que o digam os Farrapos (1835-1845 e 1893), uma das revoltas mais sangrentas da história do Brasil], pela natureza dos seus labores, pelas particularidades da sua geografia, pela tradicional posição em que a história os colocou diante do poder. Estas particularidades da formação social fizeram com que as nossas populações centro-meridionais e setentrionais ficassem excluídas, infelizmente, dessa escola admirável de aprendizagem forçada de organização e autoridade, em que se adestraram, durante um século, os nossos caudilhos do pampa” (p. 212).

Essa admirável aprendizagem gerou os generais caudilhos que, desde 1964 até hoje (1984), durante vinte anos abusaram do poder, liquidaram os direitos civis, as liberdades públicas, usaram um terrorismo estatal de liquidação física dos seus adversários, imitaram nos métodos de violência o nazismo e o fascismo. Esse livro é um amontoado de erros, equívocos, absurdos, leviandades, sofismas, uma obra-prima de subversão interpretativa.

4. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, (ed. org. por José Honório Rodrigues), 2ª ed., Civilização Brasileira, 1977, 3 vols., vol. III, p.78.

Depois de acentuar que nas zonas do Centro e do Norte os chefes naturais da sociedade crescem, ampliam, popularizam-se dentro do seu particularismo e não lutam *quase sequer* pelos seus próprios interesses, menos ainda pelos do grupo. Notem a imprecisão e falsidade desta afirmação em face do que escrevera antes nas *Populações Meridionais* e nunca nenhum estudioso escreveria, nem que o chefe não luta pelos seus próprios interesses, sobretudo quando se segue um louvor desmedido e descabido do caudilho gaúcho.

A frase é incontida para um sociólogo-historiador e não merece senão o desprezo do estudioso, porque não é análise crítica, é panegírico, indigno de sua obra anterior: “O caudilho gaúcho, o chefe da guerrilha contra o espanhol ou contra o ‘gringo’ odioso, ao contrário, formava-se nos grandes entreveros do campo de guerra — trabalhando pela integridade do seu território, pela liberdade do seu povo, pela honra de sua pátria. O altruísmo, o desinteresse, o devotamento, o hábito de colocar acima dos próprios egoísmos os grandes interesses da coletividade entravam poderosamente na formação do seu caráter e modelavam a sua própria mentalidade coletiva. Ele estava, por isso, mais preparado do que o senhor de engenho do Centro-Sul ou o criador de gado do alto sertão para dar ao exercício do poder público uma função social — de utilidade coletiva” (p. 213).

Quem escreve isso ou está fora do seu juízo, ou a bajulação alcançou níveis intoleráveis em pensador da qualidade que revelara Oliveira Viana nas *Populações Meridionais*.

Afirma que o “tirocínio das guerras platinas foi para ele uma escola propedêutica onde ele se preparava para os grandes deveres da vida pública, foi nelas que aprendeu a aptidão do mando, o sentido da autoridade e a capacidade da organização militar e, conseqüentemente, política” (!; pp. 213-14). Chega ao cúmulo da desfaçatez interpretativa ao escrever que “o período guerreiro entre 1763 e 1870 foi o que deu origem àquela população e à oligarquia militar”; e o descaramento chega ao ponto de concluir: “condição indispensável à organização e à prática dos governos livres” [!] (p. 214). Oliveira Viana pertencia a esse gênero de historiadores que não fazem pesquisa própria, colhem os fatos nos livros dos outros já concluídos e preparam, com sua capacidade crítica, a arrumação interpretativa que desejam dar à história que reconstroem. Nem sequer, como os outros pesquisadores, que se julgam intérpretes de acordo com Marx, Weber ou o pobre coitado do Le Play, que nem a sério foi tomado na França — como Comte — conheceu a historiografia brasileira, as correntes nacionais da interpretação histórica.

Capistrano de Abreu, que seguiu Varnhagen — a linha clássica da historiografia brasileira — já havia dito em 1900, antes de 1930 e 1964, em que os gaúchos desempenham papel dominante, palavras importantes sobre o caráter gaúcho e os males que os dominados pela influência platina traziam à fabricação histórica nacional. Havia sido forte a sua expressão, mas está lá e Oliveira Viana não podia desconhecer-la.

“Separada a Província Cisplatina, que significava o Rio Grande do Sul? Que se lucrava em, derribadas as muralhas de Ilion, guardar o cavalo de Tróia? A resposta não se fez esperar. Em 1835 rebentou uma revolução que durou dez anos. Desde então ou doutrinários, ou sanguinários, ou pecuário, ou caudatário ou federatário — as formas variam, o fundo permanece — grassa o artiguismo de além do cabo de Santa Marta [onde acaba o Brasil, segundo carta escrita por ele]. O doutor Francia pôde prender o corpo: mas a alma de José Artigas⁵ (Chacal conjugado a Moloch) ulula, duende, impropiciável, pela campanha e sobre as cochilas⁶.”

Sabe-se como piada que nenhum ditador platino — Rosas, Urquiza, Vargas — deixou de tomar banho no rio Uruguai. E, ao contrário do que escreve Oliveira Viana, nunca nenhum brasileiro deu para ditador. Só e só nascido nos Pampas. Eis uma imigração que o Brasil em peso rejeita e maldiz. E que aconteceu, depois das palavras proféticas de Capistrano de Abreu? Tivemos Getúlio Vargas e infelizmente esta fileira de ditadores, todos generais gaúchos, e quando não gaúchos, formados e educados no ambiente da Escola Militar de Porto Alegre, a escola dos ditadores brasileiros.

Capistrano de Abreu pensa em afastar o Rio Grande do Sul da comunidade brasileira pelos males que iria nos trazer. O cavalo de Tróia na sociedade democrática brasileira. E o que sucedeu? Até agora a ditadura de Vargas e os vinte nefastos anos de ditadores gaúchos, ainda que dois não nascessem no Rio Grande do Sul mas no democrático Ceará e outro no bairro de São Cristóvão, que conserva as tradições liberais do Segundo Reinado, tal como o Catete as tradições republicanas liberais.

Reeducar o Rio Grande do Sul e sobretudo retirar-lhe qualquer resquício de platinismo, de positivismo é a tarefa da República. E é nessa hora que Oliveira Viana, numa bajulação sem medida, vem louvar a guerra e as qualidades de mando dos caudilhos gaúchos, que deveriam ser reprimidas no território brasileiro.

O Campeador Rio-grandense é um escárnio aos brasileiros que viveram os vinte anos de 1964 a 1984, e seu autor merece o repúdio dos democratas brasileiros, embora ele, pessoalmente, fosse antidemocrático. Sua adulação a Getúlio Vargas, e conseqüentemente aos gaúchos, é tal que esse livro é uma contradição às *Populações Meridionais* e à lógica sistemática e à organicidade de toda a sua obra; critica os homens da mata e do litoral, que ao organizarem governos revelam uma sensível ausência de senso prático e de espírito de objetividade. Mostraram isso na revolução de 1817, que o reacionário Oliveira Viana vê com repugnância. E mais, acha que os homens do Centro-Sul, os flumi-

5. Ao qual um prefeitô, parecido provavelmente com esse ítalo-gaúcho-caudilho, nos domina hoje (1983).

6. “Colônia do Sacramento”, vide Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 3ª Série, Rio de Janeiro, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1938, p. 86.

nenses, objetos de sua admiração nas *Populações Meridionais* e em toda a sua obra, fazem o mesmo. Ao organizarem sua administração, revelam a mesma inaptidão para modelar a organização da estrutura administrativa, consoante as reais necessidades sociais, a mesma predominância da subjetividade sobre a objetividade.

Este livro é um mata-borrão, apaga toda a unidade, organicidade, sistematização lógica de sua obra total. É um livro renegado, devido ou causado pela lisonjá aos gaúchos e ao seu chefe Getúlio Vargas. Renega a República. Os litorâneos ou matutos mostraram que não possuíam *nem aptidão para o governo, nem o sentido da organização*, segundo diz.

A incompreensão total — a ignorância da inteligência — consistiu em escrever, para espanto nosso, que “os homens dos altos sertões, filhos das zonas áridas do Nordeste, quando entregues à espontaneidade dos seus próprios instintos, sempre, invariavelmente, oscilaram entre a anarquia e a desordem ou a autocracia absoluta — entre o individualismo integral e o *totalitarismo integral*. Homens *barbarizados* sob vários aspectos, a sua mentalidade de apolíticos nunca pode conceber o complicado mecanismo dos governos livres, de base democrática”.

Com ligeiras e insignificantes modificações, o autor se equivocou e se desmoralizou, porque totalitários integrais e *barbarizados completos* podem ser os gaúchos e não os nordestinos (pp. 220-21).

Para destratar os nordestinos, na sua bajulação gauchesca, trata infelizmente de Canudos para revelar toda a sua incompreensão histórica. Não compreende nada do Nordeste e do Norte e, com esse livro, rompeu a tradição lógica, reacionária, do Brasil, em favor de um engrossamento gaúcho liberticida. Isso se mostra ao fazer uma comparação indevida e inadequada entre a organização modelar da República de Piratini e as revoluções dos matutos nordestinos, sobretudo a Praieira. Indevida e inadequada porque não se pode comparar revoluções sociais, que ameaçam a estrutura de classe e o regime de terra como os Farrapos, que não é uma revolução, porque é feita pelos iguais no poder e riqueza, e como tais eram tratados. Porque no Brasil nunca — nem hoje, nem ontem, apesar da declaração da Constituição, todos são iguais perante a lei. Uns são mais iguais que outros. E os homens dos Farrapos, como os do movimento armado de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, eram iguais aos que estavam no poder. Por isso tantas concessões lhes foram feitas, e tão moderadas foram as penas. Enquanto as revoluções sociais do Nordeste foram tratadas a sangue e fogo, seus homens fuzilados, e tal o rigor, sem direito à concessão de anistia imediata, que por esta razão Caxias não aceitou o comando contra a Praia. O tratamento especial que os Farrapos e 1842 tiveram é que eram movimentos que se enquadram no sistema e dele não queriam se afastar, mas antes fazer parte do poder.

No estudo do *Campeador Rio-grandense* sempre está na mente de Oliveira Viana a caudilhagem platina, mas nunca como um mal, como o todo do

Brasil o vê, antes como uma lição bem aproveitada pelos gaúchos rio-grandenses. Comparar igualmente os Farrapos e 1817 constitui um erro palmar de compreensão histórica. Farrapos não quer romper com o passado. 1817 seria uma revolução que foi logo abafada com todo o rigor e o regozijo de D. Pedro ainda príncipe. A repressão é sua, convencedora, formal, conciliadora, aceitando exigências dos chamados revolucionários dos Farrapos, enquanto na Praia se mata e se fuzila na luta e na condenação à morte dos presos. Quem foi fuzilado por ordem imperial nos Farrapos? Ninguém. Ele é contra 1817 e a favor dos Farrapos, e só isso permite avaliar sua ideologia reacionária.

Louva o governo, a administração, as atividades dos Farrapos, separatistas, que fizeram uma República e se aliaram aos gringos uruguaios, seus irmãos nas atividades e atitudes. Por isso escrevo, com convicção, que Oliveira Viana não é um conservador, mas antes um reacionário. Nenhum conservador, dos maiores aos menores, louvaria ou louvou os Farrapos; antes os condenou.

Pior ainda é sua consagração à guerra. Escreve, sem vergonha: “Essas aptidões tão sensíveis dos nossos campeadores rio-grandenses para organizarem os poderes públicos — em contraste flagrante com os sertanejos e em visível contraste com os matutos — donde lhes vinha? Só é possível, sociologicamente, uma resposta — da guerra” (p. 232). É o caso, então, de se gritar *Viva a guerra!* A página seguinte que é uma baboseira, que não pode ser classificada de sociológica, consiste na louvação da guerra e na aprendizagem que esta deu aos gaúchos. Deu-lhes para oprimir o povo brasileiro, arrancar-lhe as liberdades públicas, desrespeitar direitos, cassar, banir, torturar, matar brasileiros, pois os grandes responsáveis pelo terrorismo estatal são em sua grande maioria gaúchos liberticidas, não somente treinados nas guerras platinas, mas platinizados e não abasileirados.

Um historiador, sociólogo ou não, que fala em lei em ciência social, verdadeiramente não tem formação filosófica. E Oliveira Viana não só fala em lei em ciência social em geral, mas na história particular. Os treze anos (1763-1776) que os hispano-argentinos permaneceram no Rio Grande do Sul representam uma influência direta, afora a indireta permanente que marca o gaúcho. A incorporação da Banda Oriental em 1821 até 1828 e os Farrapos trouxeram maior influência platina no Rio Grande do Sul. Apesar das guerras e do ódio, os gaúchos platinos moldaram muito o caráter gaúcho.

Não concordo com as diferenças psicossociais que Oliveira Viana estabeleceu entre a invasão pelo litoral e pela fronteira, e que desta resultou maior solidariedade social e maior patriotismo. O livro é repleto de comparações descabidas e inadequadas, das quais retira o autor conclusões falsas, verdadeiros sofismas. Repete, por exemplo, essa absurda falsidade de que os “rurais do Centro-Sul ou esses sertanejos do Nordeste, apesar dos sistemas democráticos que possuem, se têm mostrado menos capazes que os campeadores do Extremo-Sul para compreenderem o interesse geral do grupo e agirem de acordo com

ele. Sente-se que nestes dois grupos regionais o campo de consciência coletiva é restrito, é pobre de tradições históricas e culturais”. É o contrário. O Nordeste, por ser mais antigo, do primeiro século, é muito mais rico e consciente que o habitante do Extremo-Sul. Diz Oliveira Viana, em seguida, que o nordestino não vai além do círculo limitado da família, da localidade ou do clã (p. 244).

Volta a insistir no papel da guerra na formação da solidariedade social e a louvar seus efeitos positivos sobre o gaúcho (p. 245). As críticas que faz aos homens do Norte, Nordeste (que nunca cita) e Centro-Sul é que sempre vivem em devaneios de sonhadores ou meras comadrices de campanário, enquanto os do Extremo-Sul, “de alto a baixo, por todas as classes sociais, comentavam(se), discutiam(se), julgavam(se) os atos do governo, os acertos ou os desacertos dos presidentes de província, o valor e a habilidade dos generais, a ação de seus subordinados” (p. 246). Parece que Oliveira Viana dá um grito: “Abaixo o Norte, o Centro-Sul e Viva o Extremo-Sul”.

Retorna a louvar a guerra que desenvolve a consciência pública, como um nazista e um fascista, mas esquece a contribuição em dinheiro vinda do Rio, e que nada se fez no Extremo-Sul em matéria de guerra sem o auxílio do Rio de Janeiro e de São Paulo⁷.

Para Oliveira Viana o gaúcho é que sabe dar valor ao governo e repete infundável e nazisticamente a sua valorização da guerra: “Sob a pressão das guerras platinas, potenciais ou efetivas, o governo colonial, com as suas tropas de linha, exerceu ali uma função de eminente utilidade social; auxiliou os clãs ameaçados, organizou-lhes a defesa, salvando-os da ruína e da morte, todas as vezes que estabelecia aquelas linhas de abatises, sobre que vinha quebrar-se, sem resultado, o ímpeto da cavalaria castelhana” (p. 255).

Repete-se muito o livro, sobretudo quanto aos aspectos do valor que o gaúcho dá ao governo, o interesse coletivo e social que possui, e a utilidade da guerra.

Uma síntese se destaca e merece ser aqui reproduzida, pela falsidade da tese, pela louvação sem medidas não sei se dos gaúchos, ou do ditador sob cuja inspiração ele escrevia, ainda que desmentindo toda a sua obra anterior: “Em síntese: o ciclo das guerras platinas exerceu sobre a aristocracia militar do Extremo-Sul uma ação poderosamente diferenciadora, criando-lhe uma psicologia ou mentalidade específica, que se distingue inteiramente da psicologia ou mentalidade das outras duas aristocracias regionais — a das matas do Centro-Sul e a dos sertões nordestinos. Nos gaúchos, como vimos, os característicos dominantes da sua mentalidade regional são: o sentimento vivaz do interesse social primeiro; depois, a idéia clara e fecunda do poder público como órgão

7. Veja, para comprovar isto, as *Efemérides Brasileiras* do Barão do Rio Branco, ed. 1946, pp. 3, 9, 105, 185, e José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução. As Forças Armadas*, vol. 3, Rio de Janeiro, 1976.

supremo da realização deste interesse e como fator indispensável à própria existência coletiva”⁸.

O capítulo sobre “As Origens Militares do Estatismo Gaúcho” (pp. 259-78) é fundamental, porque nele se estabelece a guerra e a submissão à autoridade, gerando o autoritarismo, o ditadorismo, o militarismo e o generalismo. E esta foi a mentalidade dos gaúchos que submeteram o Brasil, como se fosse um país estrangeiro, ao generalismo de 1964 a 1984. Oliveira Viana e seu propagador Golbery do Couto e Silva, gaúcho também, são os grandes responsáveis intelectuais pela maldade intrínseca trazida ao povo brasileiro pelo governo de 1964.

Ele sempre é contra o Nordeste, cuja palavra não usa; usa Norte. Depois de afirmar que no Extremo-Sul é costume exclusivamente sul-rio-grandense dos rebeldes enviarem ao governo um *ultimatum* antes de se revoltarem, vem o parágrafo antinordestino: “No Norte e entre as populações sertanejas, este expediente não é conhecido. Nas revoluções da Independência, nos motins do período regencial e ainda recentemente nas reações oligárquicas da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Pará, o que se viu, invariavelmente, foi a algazarra, a corrimaça e a desordem do povilêu e dos demagogos entrando desrespeitosamente pelo pátio do governo adentro e tocando de lá, sem a menor consideração — em surreadas de vaias e cacetes e revólveres os mais altos representantes do Poder Público. É que o homem do Norte (sertanejo), como aliás o do Centro-Sul (matuto), embora tenham o poder não o amam, não o respeitam como os gaúchos” (p. 251).

Como se vê, rompeu-se a lógica de sua obra com esse livro póstumo que só acredita nas virtudes e qualidades dos gaúchos, desconsiderando todos os demais brasileiros.

Em *Populações Meridionais* e no resto da sua obra, como veremos adiante, ele acentuava apenas as qualidades de governo de fluminenses, mineiros e paulistas, levando em conta as virtudes da moderação e da conciliação com que eles eram dotados, mas sem menosprezar os demais. Era, ao contrário, muito crítico dos gaúchos e nordestinos por serem agitados e revolucionários, agitando sempre o país.

A contradição é flagrante e toda obra não pode, na sua organicidade e sistematização, ser rompida por uma única, produzida no fim da vida e publicada postumamente. Esse é um livro que deve ser renegado em respeito à sua obra.

As comparações inadequadas que faz, os inimigos indígenas que vê, os anacronismos, esquecendo que o Norte, o Nordeste e o Centro-Sul são do primeiro século e o Rio Grande do Sul do terceiro, um dos últimos, como o Piauí, a se incorporar à unidade nacional, são imperdoáveis e invalidam as conclusões sofisticadas. Querer comparar para exaltar as lutas contra os hispano-

8. Vide pp. 287, 202 e 206.

americanos feitas pelos gaúchos com as lutas contra os invasores estrangeiros é não somente injusto, como demonstra falta de compreensão.

Outro equívoco anti-histórico brasileiro é defender o autoritarismo, a guerra que o gera, e exaltar o poder do Estado. Sempre sustenta a autoridade, que nunca erra, bem como os seus agentes, que nunca exorbitam — e, o pior, é o maior defensor da militarização do país, do governo, das autoridades, tendo sempre em vista o Rio Grande do Sul, sem esperar que dessa generalização teria o Brasil como consequência o horror dos vinte anos de militarismo generalista que derrotou o país e o reduziu ao que vemos hoje: um dos países gigantes mais mal administrados do mundo.

“Em suma”, escreve, “desde o começo da história rio-grandense, vemos, assim, misturando-se com a população das estâncias, preponderando entre a população das cidades, uma como que população, em regra também fixa e presa à terra, de soldados e oficiais — homens, afinal, educados na severidade da disciplina militar” (p. 272). Foi essa população que difundiu e ensinava o sentimento da obediência aos superiores hierárquicos. Ninguém se sentia em desonra obedecendo.

Ele esquece o fator negativo que representa o culto exagerado da obediência, pois pode alimentar e sempre alimenta nos regimes autoritários e militarizados, como foram os criados pelos gaúchos militarizados, a aceitação dos desmandos, corrupção e negligência dos governos. Viana é um militarista ferrenho, que acha ser um orgulho ser militar⁹, que louva a marcialidade das mulheres, a linhagem dos grandes soldados dados pelo Rio Grande do Sul ao país e o prestígio da farda, e se esquece que o maior dos militares foi um fluminense, Caxias, como o maior escritor, Machado de Assis, e como o maior estadista, D. Pedro II.

O capítulo sobre o culto da autoridade no pampa se compõe da mesma lenga-lenga sobre o militarismo, o totalitarismo, o autoritarismo. É um escritor perdido que admira, sendo civil e fluminense, outra contradição, o gaúcho, outra condição como a de ser mulato e favorável à arianização, à militarização gaúcha. Obediência, respeito à autoridade, disciplina, são as virtudes máximas, no que parece ser autor militar.

Erra muito nos fatos históricos e não vou aqui enumerar seus erros, mas é evidente o limite factual do seu conhecimento histórico, e se somarmos a isto que sem mestre, filosoficamente falando, foi Le Play o seu guia, temos a explicação da mediocridade de suas teses e o erro enorme e desastroso de suas falsas conclusões.

Nas “Origens Pastorais da Democracia Rio-grandense” ele sustenta, em síntese, que o homem do Extremo-Sul é superior ao do Centro-Sul e ao do Norte, e também o caráter democrático das classes sociais gaúchas. Afirmações levian-

9. A militarização é defendida da p. 264 à 271.

nas, sem nenhuma base documental, histórica, sociológica e política. Tudo para bajular a predominância gaúcha no governo, e sobretudo Getúlio Vargas, que muito fez para a sua ascensão oficial.

Suas observações sobre as variações regionais são infantis e não merecem que nelas nos detenhamos, e muitas vezes chega ao pedantismo, ao fazer comparações históricas gregas e romanas com os gaúchos e ao censurar os proprietários de terras do Centro-Sul.

Na sua opinião, no Extremo-Sul os proprietários não mantêm distâncias sociais entre eles e seus subordinados, são mais democráticos que os do Centro-Sul e deste “nunca” — aí vem o pedantismo — “seria possível dizer de nós o que de Roma disse Plínio”, que “as terras eram lavradas pelas mãos dos próprios generais e os arados guiados por lavradores coroados de louros”. No Norte (Nordeste) há uma incompatibilidade entre as duas classes, a dos proprietários e a dos lavradores, o que, para ele, inexistia no Sul. Neste a classe superior está afastada dos trabalhos rurais.

Todos sabem, e ele não diz novidade nenhuma ao relembrar o preconceito aristocrático contra o trabalho manual e o assalariado. Apenas sustenta que isto não existe no Extremo-Sul, porque a influência imigratória afastou o preconceito.

Disso tudo, desse louvor exaltado ao caudilho, ao gaúcho do Extremo-Sul, irmão do uruguaio e do argentino mais que do brasileiro, faz ele nascer o espírito democrático do Sul e as singularidades da história política rio-grandense. Sim, a singularidade de Júlio de Castilhos, que se a morte não levasse cedo, talvez se tivesse perpetuado no poder, assim como Borges de Medeiros foi o ditador mais longo de toda a história do Brasil, e esses generais, sob o disfarce de sucessão, escolhida por eles, com exclusão inclusive de companheiros melhores, perpetuaram um sistema ditatorial, autoritário, totalitário de vinte anos, até agora (1964-1984), e que levou o Brasil à maior e mais grave crise de sua história colonial e nacional.

O capítulo “O Orgulho Eqüestre Entre os Gaúchos” não merece comentário, é eqüino e, como tal, inspirador da frase do “Presidente” João Figueiredo, que prefere cheiro de cavalo a cheiro de gente. Nele há um trecho que merece reparo: é quando afirma — o que todos sabem, mas é injurioso — que os gaúchos chamam os homens do Centro-Sul e do Norte de “baianos”, alcunha desprezível, porque não significa ser inábil na montaria ou mau cavaleiro, mas correlativo de covardia e pusilanimidade. Os “baianos” poderiam perguntar por que Pelotas tem a fama que tem? Será o gaúcho mais homem que outro qualquer homem brasileiro? É isto que levanta o livro de Oliveira Viana, com sua bajulação desmedida e lisonja sem limites que empequenece essa obra póstuma.

A identificação entre o cavalo e o homem, que Azara, citado por Oliveira Viana, considerou tamanha e obsedante, torna alguns gaúchos, e não-gaúchos educados no Sul, cavaleiros. Daí surge o capítulo sobre a função social do cava-

lo no pampa, um capítulo pífio, onde nem sequer parece saber que o cavalo foi introduzido na América e representou papel significativo em todo o novo continente¹⁰.

Nesse capítulo começa afirmando esta vulgaridade: “o pampa é uma arena”; diz que a equitação jornalreira faz o gaúcho física e moralmente um forte. Louva a equitação e o domínio de touros bravios, que como “exercícios salutareos e vigorizantes são verdadeiras escolas de coragem física e bravura moral”. Parodia a frase de Euclides da Cunha, dizendo que o gaúcho é “um vitorioso jovial e forte”.

Depois de afirmar que as endemias que afetam outros pontos do país, como o impaludismo, não existem no Sul, e que a longevidade no Extremo-Sul é tradicional, conclui apressadamente que o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do Litoral, de que falava Euclides, não pode aparecer ali.

Logo vem a raça, que é um elemento essencial na obra de Oliveira Viana. Faz questão de frisar que “na formação da população, com efeito, os contingentes étnicos que para ali convergiram são muito particulares [!] e distinguem-se dos contingentes que entraram na formação dos outros grupos nacionais. Este trecho é tão forçado que merece cuidada atenção. Em primeiro lugar, é exato que o africano trouxe uma contribuição menor, embora Dante de Laytano tivesse mostrado em seus estudos que não era assim tão insuficiente como parecia a Oliveira Viana¹¹.

E aí desfilam os elementos principais da formação gaúcha: os índios, contra os quais não manifesta a discriminação que alimenta contra os negros, e aponta mais os açorianos — que vieram para várias partes do Brasil, conforme as necessidades e sobretudo para o Maranhão, quando do começo de sua colonização — não são gente que tenha sido mandada especificamente para o Rio Grande do Sul — e acrescenta os elementos de São Paulo, Curitiba, Guaruva e Lapa, mas esquece os cariocas da tropa e as prostitutas do Rio, conforme mostrei no meu livro *O Continente do Rio Grande*¹², de acordo com a correspondência do brigadeiro José da Silva Pais, fundador do forte Jesus, Maria, José, início da integração gaúcha. Afirma seu velho preconceito de que os elementos arianos, especialmente das classes superiores “que contribuíram para sua formação, eram mais puros do que qualquer outro núcleo e, mesmo, do que entre os espanhóis fronteiros” (p. 331). Parece piada de mau gosto, pois a grande maioria era de soldados do Rio de Janeiro e de São Paulo,

10. Vide John A. Johnson. *The Introduction of the Horse into the Western Hemisphere*. Separata da *Hispanic American Historical Review*, nov. 1943; e J.A. Johnson, “The Spanish Horse in Peru Before 1550”, separata de *Greater America*, University of California Press, 1945.

11. Dante de Laytano, “Os Africanos no Dialeto Gaúcho”, *RIHGRGS*, Porto Alegre, ano XVI, 2º trimestre, 1936; “O Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do R.G.S”, *RIHGRGS*, 1937; *O Negro no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1958; *A Igreja e os Orixás*, Porto Alegre, Comissão Nacional do Folclore, 1956.

12. Rio de Janeiro, Ed. São José, 1954; reed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

e uma enorme quantidade de prostitutas do Rio, caçadas aqui depois das 18 horas.

As especulações aéreas de Oliveira Viana fazem crer que o número de brancos devia ser quase absoluto, com um coeficiente ariano dos mais elevados, naturalmente impossível de afirmar diante dos soldados e prostitutas. Nem se pode afirmar que a gente de Curitiba que foi para o Rio Grande do Sul era mais inteligente. Ora, o Paraná, Santa Catarina e mesmo o Rio Grande do Sul relativamente não se distinguem pela inteligência. São Estados que não produzem intelectuais e os mestiços de Alagoas ou do Ceará têm produzido alguns dos maiores intelectuais do Brasil. Aliás, a intelectualidade brasileira nasce de São Paulo para o Norte, que são os maiores produtores dos grandes intelectuais.

As suposições, nesse livro, superam os limites da responsabilidade intelectual: “O Extremo-Sul possui os mais belos atributos da raça branca, inclusive a alta estatura”, e ele parece não saber que os Açores foram, antes dos portugueses, colonizados pelos flamengos. Chega a escrever que esse ariano que foi para o Rio Grande era mesclado de sangue semita, porque era alentejano, o que não tem base histórica.

De falta em falta de base histórica, Oliveira Viana chega a dizer que entre os açorianos deviam vir muitos celtas. Pura suposição. A preocupação é a pureza de sangue dos rio-grandenses-do-sul, sem negros e mulatos. Seu sumário final (p. 335) é um amontoado de suposições, falsificações, incompreensões históricas. Quando compara o gaúcho com alguns outros brasileiros, esquece-se de que nada há que propicie uma sensibilidade afeminada. Que fale Pelotas.

E solta uma frase de bom senso contido: “Sabidamente, o gaúcho não tem a finura de trato do fluminense, a delicadeza do mineiro, o orgulho discreto e polido do paulista. É impetuoso demais para esses requintes afetivos: embora legal, franco, sociável, chega a ser, nos seus ímpetos e paixões, rude e algumas vezes mesmo, brutal” (p. 336). E logo a seguir, na sua caracterização, afirma: “Matam um homem com a mesma facilidade com que matam uma rês. (...) Eles não só desprezavam a vida dos seus semelhantes; o regime de carne-gem permanente em que viviam fazia-os indiferentes à própria vida. (...) No campo de guerra, essa tendência para a crueldade se revelava no costume, então ali corrente, da degola do prisioneiro. (...) Essa terrível praxe de guerra mostra que ao gaúcho de formação faltava um certo apuro de sensibilidade moral e que os seus centros de emotividade estão de certo modo embrutecidos. Neste ponto, os homens do Centro-Sul são muito superiores a ele, pela riqueza e delicadeza de sua sensibilidade” (pp. 337-38).

Viana esqueceu-se de que o Extremo-Sul não tem, como já escrevemos, elevação de espírito; e, enquanto o Paraná e Santa Catarina não têm intelectuais senão excepcionalmente, o Rio Grande do Sul tem muito poucos — e não são dos maiores — especialmente considerando seu poderio econômico e sua recente e maléfica influência política.

As características de louvor que atribui especialmente ao gaúcho são generalizações, suposições sem base. Não são nem história, nem sociologia, nem psicologia. São piadas de mau gosto. De tão mau gosto que fala (p. 340) na evolução pacífica da nossa história geral.

Já tentei mostrar, tanto nas *Aspirações Nacionais* (1ª ed., 1963) quanto em *Conciliação e Reforma* (1ª ed., 1965), que a história brasileira é sangrenta, cruenta, e que as vítimas foram a maioria composta da gente mais modesta, mais humilde do Brasil. E falei mais, que nenhuma revolução social foi vitoriosa no Brasil, somente as contra-revoluções.

As tolices e a indicação de Letourneau com sociólogo, sem reputação e completamente desconsiderado na época em que Oliveira Viana escrevia, são sumariadas para rebaixamento desse seu livro (pp. 342-43). O trecho em que fala de células e ondulações nervosas, psicofisiologia, impulsividade, é de extremo ridículo, e mais ainda quando, desconhecendo a história do Centro-Sul, fala em atitude medrosa diante das autoridades, o que é inverídico para cariocas e paulistas e foi inverídico para fluminenses e mineiros (p. 345).

O último capítulo, sobre a marcialidade rio-grandense, repete a defesa do autoritarismo: compara impropriamente revoluções do Extremo-Sul com as do Centro-Sul e do Norte, louvando as primeiras e condenando as segundas. As do Norte e Centro-Sul são compostas de massas descategorizadas e as do Extremo-Sul são disciplinadas. O que não vê é que as do Extremo-Sul são feitas pela elite igual à que está no poder. Trata-se de divergência da mesma classe social, enquanto as do Norte e Nordeste, sobretudo, são feitas por gente desigual à dominante e, portanto, perigosas, pois apesar da Constituição declarar todos iguais, uns são mais iguais do que outros.

Oliveira Viana tem sempre um manifesto despreço pelos do Norte (e Nordeste) e um profundo apreço pelos chefes guerreiros do Extremo-Sul, homens de mando e capacidade militar. O que ele admira é a militarização do poder, do Estado, que viu no Extremo-Sul e que deu nas ditaduras de 1937 e 1964-1984 esta última que ele não conheceu, para confirmar o autoritarismo militar de seu apreço.

Tinha ódio e desprezo pelo Norte e Nordeste. Esquecia-se da influência platina e positivista no Sul, ou fingia esquecer, pois delas não fala, o que levou Capistrano de Abreu a duvidar da brasilidade dos gaúchos que mais se parecem — uma parte, a liberticida — aos uruguaios, herdeiros da alma de Artigas, e aos argentinos. Não nasceu ditador fora do Rio Grande do Sul. Esse capítulo é lastimável e desmoraliza sua obra, que se salva pela integridade homogênea e orgânica do grande pensador reacionário até esse livro póstumo. Ele sabe mal a história do Brasil e o exemplo que escolhe da revolução de 1842 é significativo dessa sua total incompreensão da história geral do Brasil (p. 369).

CAPÍTULO 4

O TIPO BRASILEIRO: SEUS ELEMENTOS FORMADORES

Este estudo, de 1922, sobre o tipo brasileiro, começa pelos dados somatológicos que, no fundo, se reduzem aos problemas étnicos. Oliveira Viana começa afirmando que o problema das raças não apresenta nenhuma complexidade, e reafirma que “em nenhum país do mundo coexistem, em tamanha harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade [!] os representantes de raças tão distintas”. E sustenta que todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas.

A falsidade dessa tese é evidente, pois é por demais simplista e no Brasil as pessoas de cor não têm tido as mesmas oportunidades que têm, por exemplo, nos Estados Unidos depois dos movimentos antidiscriminatórios.

Ele só reconhece o desaparecimento dessa simplicidade do que chama de ponto de vista científico, que é o da antropologia, da etnologia. Então o problema das raças adquire complexidade desconcertante. Em primeiro lugar, os elementos étnicos que entram em nossa formação não pertencem ao mesmo ramo, como acontece com os povos europeus, cujas raças formadoras se classificam todas no mesmo tipo ariano. Entre nós, ao contrário, caldeiam-se raças diferentes, duas das quais exóticas [!]. Exóticas, como exóticas? Isso revela sua submissão às errôneas doutrinas da superioridade racial. A raça superior é a ariana, tal qual afirmavam os nazistas, declara um mulato róseo brasileiro. Em segundo lugar, esse seu errôneo critério, cientificamente escrevendo, ao falar do exotismo das duas principais raças fundadoras, o leva aos problemas de aclimação — que ele sabia não existir para o índio, que será o agente principal da aclimação dos exóticos “arianos” e negros.

As raças não se mantêm isoladas: mesclam-se largamente e recruzam-se ao infinito. Daí a extrema multiplicidade e complexidade dos tipos psicológicos. “Cada uma das três raças formadoras tem sua mentalidade própria — elas não se misturaram em iguais proporções, nem se concentram mais neste ou naquele ponto. Assim a psiquê nacional resulta do conjunto das três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura íntima. Os tipos cruzados, diversíssimos no ponto de vista antropológico são, por isso, também diversíssimos no ponto de vista psicológico — e a sua mentalidade e a mistura incoerente e heterogênea dessas três mentalidades irredutíveis; a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado. De maneira que o problema da

fixação do nosso tipo psicológico é ainda mais árduo do que o da fixação do nosso tipo antropológico” (p. 277).

Como se vê, Oliveira Viana com sua formação de autodidata, mal orientado por ele mesmo, argumentava baseado numa antropologia já atrasada cinquenta anos. Charles Wagley sustentou que, apesar de sua dimensão e variedade cultural, o Brasil era um dos países mais homogêneos do mundo.

Oliveira Viana faz, depois, uma distribuição geográfica das três raças formadoras e seus mestiços. A distribuição geográfica é muito irregular, mas o quadro apresentado da proporcionalidade das raças no Brasil em 1890¹, põe em número de negros em primeiro lugar o Rio de Janeiro, em segundo a Bahia, em terceiro Minas Gerais. Nos dados por nós apresentados, extraídos do censo de 1940, a situação é diferente. O Piauí ocupa o primeiro lugar (ocupava o quinto em 1908); em 1980 a Bahia passa para o primeiro lugar, Minas mantém o segundo e o Rio de Janeiro, separado do Distrito Federal, o terceiro, ficando o Maranhão e o Piauí em quarto e quinto².

Depois mostra que o africano se distribui nas zonas onde prepondera a agricultura e a mineração; o indígena, especialmente no Norte; esquece-se ou não sabe que durante o período colonial a preponderância indígena foi em São Paulo e no Amazonas, onde o tupi dominava. É no sertão que ele vive.

O caráter pouco histórico de Oliveira Viana se revela no uso de expressões como a de chamar o período colonial de remoto, o que não é uma atitude de historiador.

Os caboclos vivem mais no Interior e os mestiços distribuem-se conforme a preponderância das raças originárias. Aos elementos mestiços de uma e outra origem, que formam o grosso da população nacional, principalmente no Nordeste, ele chama de Estados Setentrionais [!].

Apesar de mulato, Oliveira Viana tem grande satisfação em afirmar que é “o homem branco, que forma na sociedade colonial, como na atual, os elementos de civilização e de direção social. No nosso passado colonial, em regra, ele constituía a minoria da população, sobrepassando a massa numerosa de negros, índios e mestiços”.

São Paulo, que era mais indígena que branco — o que ele não sabe, porque nunca se refere a este fato importante — é que recebe — e isto ele frisa e destaca — os maiores afluxos imigratórios. Todo esse seu estudo se baseia em acentuar as zonas de maior afluxo ariano e apontá-las como as de maior progresso e desenvolvimento.

O capítulo terceiro, sobre o tipo antropológico do brasileiro, é inteiramente inatual, despido de caráter científico, porque baseado numa antropologia atrasada de mais de 50 anos.

1. Cita o *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*, p.81.

2. José Honório Rodrigues, *Brasil e África: Outro Horizonte*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, vol. I, pp. 74-81.

O quarto capítulo sustenta a tese mais errada de toda a sua obra, o sentido arianizante de nossa evolução étnica, e, para agravar sua tese, afirma que o “clima tropical, por seu turno, contribui para intensificar cada vez mais esse melanismo (brancos morenos, portugueses, espanhóis, italianos) fundamental, que se mostra tanto mais carregado quanto mais nos aproximamos da linha equatorial, isto é, quanto mais nos aproximamos da Hiléia Amazônica (no Amazonas quase não existem pretos, pois é totalmente indígena).

Tudo isso tem como orientador o antropólogo desacreditado, mesmo quando escrevia Lapouge. Acredita que crescem as correntes arianas para o Brasil, que elas possuem maior fecundidade que a africana e que existe, segundo o subantropólogo Lapouge, uma involução africanizante.

“Realmente”, afirma ele, “nos cruzamentos humanos acontece o que acontece nos cruzamentos animais: o sangue preponderante tende a impor cada vez mais ao tipo mestiço os seus caracteres raciais. Quanto maior, portanto, for a dose de sangue ariano nos nossos mestiços, tanto mais eles tenderão a revestir-se de atributos somatológicos do homem branco” (p. 283). De modo que sua conclusão é que o tipo futuro do nosso homem do Norte (e Nordeste) há de ser o que será o tipo futuro do homem do Sul: o ariano vestido com a libré dos nossos climas tropicais (p. 284).

Passa, depois, para os dados psicológicos, e o mesmo despreparo e os mesmos preconceitos predominam na elaboração do capítulo. Acentua — o que é uma verdade — a variedade dos tipos psicológicos das raças principais formadoras da população brasileira. Diz mesmo que a caracterização do nosso tipo psicológico é de extrema complexidade. Seus dados são psico étnicos, revelam seu desconhecimento da matéria, porque nem as melhores autoridades são citadas, mas livros de divulgadores.

É muito pessoal sua psicologia do índio e do negro, bem como de seu mestiço: “Entre o negro e o índio, por exemplo, embora ambos pertençam a um tipo inferior, é profunda a diferença de mentalidade. O índio, cuja inteligência *não parece* superior à do negro, possui um caráter, cujo traço dominante é a altivez. Embora deixando-se seduzir por certos aspectos da nossa civilização, o selvagem não tem o culto do homem branco, como o negro: não o imita, não o macaqueia, não lhe aceita a ascendência. O negro pode não se civilizar por incapacidade mental para assimilar a civilização do branco; mas não porque a desdenhe ou a repugne; o índio, ao contrário, não se civiliza, porque desdenha e, mesmo, repugna nossa civilização” (p. 285).

Viana revela sua profunda ojeriza ao índio, tal qual Francisco Adolfo de Varnhagen: É um bárbaro, absolutamente fechado dentro de sua mentalidade de bárbaro, estranho à nossa vida. Seu orgulho, sua altivez, sua hombridade de um lado e do outro sua indolência e no nomadismo o tornam incompatível com a existência metódica, ordenada e medida do homem civilizado. Quando compara negros e índios, revela admiração pela nobreza [!] e hombridade do

índio, que não encontra no africano. Nele não se descobre nenhum traço de servilidade.

Os índios podem gerar mestiços caboclos rudes e bravos, honestos e inclinados a toda espécie de profissões lícitas, enquanto o negro não gera com tanta freqüência “mestiços assim tão superiormente dotados no tocante à moralidade”. Diminui a rigidez do retrato ao afirmar que, comparando mulatos e mamelucos, sente que estes possuem um equilíbrio moral mais perfeito, ao passo que aqueles, embora de caráter menos sólido, parecem mais bem-dotados do ponto de vista da inteligência. Reconhece que o negro é mais laborioso que o índio, mais paciente, mais dócil (esqueceu os muçulmanizados que tanto se revoltaram e toma como base o angola do Rio, mais submisso), menos individualista e que se acomoda ao cativo. Observa que a servilidade não se transmite ao mulato — o que é falso, e para isso basta ver seu servilismo aos poderes totalitários de Vargas. Dizer que o mulato é suscetível, é verdade; mas ativo, ponho em dúvida: é presunçoso, intrometido e “prosa”.

É uma ignorância imperdoável chamar o bandeirante de aristocrático, pois eram gente modesta, analfabetos, pobres³, falando a língua geral⁴.

O elemento principal de nossa formação é o português, sobre o qual tece os maiores louvores — probo, honrado, honesto, leal, mas pouco afeito aos estudos positivos e às idéias práticas: “somos inteligentes, assimilativos, imaginosos, idealistas, brilhantes mesmo, mas, como o luso, refratários às idéias objetivas e mediocrementemente dotados de senso da positividade e da realidade” (p. 288). Afirma que são especialmente mercadores e formam nas cidades, do Amazonas ao Rio de Janeiro, a quase totalidade do pequeno comércio retalhista de mercearias e o grande comércio de atacados: mas nem o alto comércio bancário, nem o grande comércio exportador estão nas cordas do seu temperamento cauteloso, tímido, pouco amante das operações de grande vôo. Creio que esta parte final está superada.

O colono alemão, ao contrário do luso, tem o gosto e o instinto da vida rural. É o colono por excelência. Afirma que o que distingue o colono alemão dos outros colonos é justamente o caráter definitivo de sua internação rural. De seu pequeno domínio rural, ele somente sai para as posições de mando e direção: para o alto comércio ou para as grandes indústrias.

Faz comparações puramente especulativas sobre o colono alemão, que jamais ocupa posições subalternas na cidade, e o espanhol, português e italiano aos quais não repugna essa situação. Fala em relativo fracasso da colonização alemã em São Paulo e esplêndido êxito no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande. Nos três últimos Estados ele é um verdadeiro proprietário, onde vive com a mesma independência com que vivia na Alemanha; em São Paulo ele é um operário

3. Ver Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*. 2ª ed., São Paulo, 1930.

4. José Honório Rodrigues, “A Vitória da Língua Portuguesa”, in *Humanidades*, UnBrazília, jul.-set. 1983, pp. 21-41.

rural, morando em terra alheia, com o braço alugado ao proprietário do latifúndio. O colono italiano e o espanhol se conformam facilmente com essa situação subordinada e precária, porque seu verdadeiro objetivo é reunir um pequeno pecúlio, com que se instale nas cidades como industrial ou comerciante.

O colono alemão, rural por gosto e vocação, não se compraz nessa condição de servilidade e dependência, e prefere afluir para as regiões onde domina a pequena propriedade, para o Paraná e Santa Catarina.

“O colono italiano ativo e ardente não possui essa estabilidade, nem esse ruralismo do colono teutônico” — prossegue Oliveira Lima. “Em confronto com o espanhol, ele se mostra mais ambicioso, mais disciplinado, menos turbulento, mais capaz de persistência e tenacidade: comparado ao português, se não tem a moderação deste ou o equilíbrio moral, se, como este, é persistente, tenaz, laborioso, mostra-se mais agricultor que este e de atividade mais intensa e poliforme. (...) Em suma, o colono italiano tem sobre o colono espanhol e o luso uma maior adaptabilidade econômica e uma maior amplitude de ambição.”

Afirma Oliveira Viana que, desses tipos de colonizadores, o que revela maior fusibilidade social, como é natural, é o português. Ele traz uma língua que é igual à nossa, uma civilização social e moral fundamentalmente idêntica à nossa e uma personalidade pouco resistente à pressão do meio ambiente.

O italiano, latino como o luso, se dilui na massa nacional menos rapidamente que este: o alemão é de mais difícil diluição e nas zonas de fixação, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ele forma uma sociedade distinta da nacional que a circunda — verdadeira ilha étnica: seus descendentes na primeira geração, ao contrário dos italianos, dos espanhóis e portugueses, mantêm ainda muito visíveis na sua mentalidade e nos seus costumes, como no seu tipo antropológico, os característicos germânicos da sua origem, e somente na segunda ou terceira geração mostram-se perfeitamente nacionalizados, filhos do nosso meio e modelados à nossa imagem.

Portugueses, espanhóis, alemães, polacos, russos formam em nosso país o vasto grupo das raças dotadas de sociabilidade, mas há dois tipos de imigrantes — o sírio (queria dizer árabe) e o anglo-saxão, que se conservam absolutamente insolúveis, como verdadeiros corpos estranhos em nossa sociedade, embora o anglo-saxão exerça em nossa economia social uma ação poderosamente estimuladora e dinâmica.

Há uma página muito boa sobre os anglo-saxões, que, embora sejam os maiores colonizadores mundiais da História, entre nós não se fazem colonos, nem se diluem. Para o Brasil não vêm para fixar-se ao solo, criar uma nova pátria. Nas suas irradiações, os que abandonam definitivamente a pátria vão de preferência para a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos: para a América do Sul “vem somente uma imigração de elite, um grupo selecionado de indivíduos, cujas dominantes psicológicas são a capacidade de organização, o talento do mando, a audácia das concepções e a ambição de largo vôo. (...) Do-

minam e centralizam o nosso alto comércio bancário e cambial, são os senhores das nossas maiores casas exportadoras e fazem-se os grandes construtores de nossas vias-férreas ao Norte e ao Sul, os diretores das nossas maiores empresas de navegação, os fundadores das nossas grandes manufaturas, da nossa indústria mineradora e da nossa metalurgia incipiente. Entretanto não se fundem: destacam-se nitidamente da massa nacional formando um grupo à parte, absolutamente inconfundível e inassimilável, dentro do seu soberbo individualismo e do seu indomável orgulho étnico”.

Considera também como inassimiláveis os arábicos (fala em semita, geralmente considerados judeus), que não são elementos de processo, nem de regresso: “restringem-se a um ramo exclusivo de atividades: ao comércio, ao ramo médio do comércio das vilas e aldeias e ao pequeno comércio ambulante da mascateação, tão ao sabor de seus instintos de nômades. De 1908 a 1912 chegaram aqui 26.000, maior número do que os austríacos, os alemães, os franceses e os ingleses, mas aqui se conservam ilhados nas suas colônias, muito solidários entre si, pacíficos, morigerados, amáveis com o nacional, negociando com ele à sua maneira, à maneira do turco, mas absolutamente infusíveis e inassimiláveis”. Esta última afirmação é absolutamente incorreta, pois a miscigenação brasileiro-arábica é natural e corrente.

Sobre os descendentes desses colonos o clima tem uma ação poderosa logo na primeira geração. Sustenta, assim, a velha tese hoje inaceitável sobre a influência do clima, sustentada especialmente por um livro clássico de E. Huntington⁵, destruída por Charles Wagley em geral e em especial aplicada ao Brasil⁶. Não discuto os aspectos de influência climática, que ele desenvolve, porque para nós essa ação é secundária. A prova que Oliveira Viana nos dá de seu desconhecimento histórico e da influência climática é escrever que “os antigos paulistas do ciclo bandeirante” eram “descendentes dos colonizadores lusos”. Isto mostra que ele não sabe que os bandeirantes eram, com toda a limpidez de seus nomes lusos, muito mais índios que lusos, a ponto de não falarem a língua portuguesa, como já nos referimos, e sua atividade e costumes parecerem mais de mestiços de índios, com forte acento indígena, que portugueses. A sua energia de caráter, a sua capacidade de persistência, a sua tenacidade indomável, o seu poder de *self-control* e *self-endurance* que encheram os anais da nossa história de feitos tamanhos, não são caracteristicamente portugueses, mas indígenas. E termina melancolicamente afirmando que “esses neobrasileiros, filhos e netos de lusos, de italianos, de alemães, que nos parecem hoje *deprimidos pelo clima* [!], revelarem a soberba estrutura moral de que são dotados, as suas esplêndidas reservas de energia e tenacidade, acumuladas pela hereditariedade”. Como se vê, parece tratar-se não de um historiador, sociólogo ou cientista político, mas de um fisiologista.

5. E. Huntington, *Civilization and Climate*, 1915.

6. Charles Wagley, *Race and Class in Rural Brasil*, Paris, 1952.

Ao mesmo tempo verificamos o ataque frontal, injusto, anticientífico às populações do Norte (inclui o Nordeste, que ele desconhece), quando declara que esses elementos estranhos é que fornecem as forças dinâmicas, é que são os fatores de renovação e progresso, “capazes de fornecer a essa massa inumerável de mestiços improgressivos, que formam o grosso das nossas populações do Norte [!, outra vez o Nordeste] e do Sul [!], esses elementos de direção e comando sem os quais elas jamais poderão sair daquela ‘inação e indigência’ de que falava, há um século e meio, o Marquês de Lavradio”. Não se poderia ser mais antinacional. Daí se explicam seu desprezo pelo povo e a lição de autoritarismo dos donos do poder e de submissos do povo, que deu sempre nos seus livros. A massa inerte e indigente deve dar aos colonos estrangeiros a construção do Brasil. Essa é a afirmação mais ofensiva que o reacionaríssimo Oliveira Viana pretendeu ensinar ao Brasil. Infelizmente houve quem o ouvisse e aí estão 1937 e sobretudo 1964 e o seu teórico Golbery do Couto e Silva, como provas de antinacionalismo ativo.

CAPÍTULO 5

*PEQUENOS ESTUDOS DE PSICOLOGIA SOCIAL*¹

Oliveira Viana é um psicólogo amador e nem conta com alentada leitura de história, estudos sociais, antropológicos, para produzir um livro que fosse um exemplo de análise psicológica social do povo brasileiro. Seu *Pequenos Estudos de Psicologia Social* depois de contar uma história de macacos de Bandar-Log, tirada de um dos livros de Kipling, conclui apressado:

“Homens de estado, homens de ciência, homens de arte, políticos, legisladores, governantes, juristas, sábios, artistas, poetas, publicistas, nós temos sido, mais ou menos, como os macacos de Kipling; temos desdenhado a nossa gente e o nosso meio, como os de Bandar-Log desdenhavam a floresta e a sua bicharia. Como os macacos de Kipling imitamos: eles — os homens: nós — os super-homens. Isto é, os que julgamos superiores a nós, os criadores, os requintados, os progressivos, os que estão lá do outro lado do mundo, fazendo a civilização. Cada vez que um destes fazedores da civilização se mexe para fazer uma revolução ou para fazer a barba, nós, cá do outro lado, ficamos mais assanhados do que a macacaria dos junglais. De uns copiamos as formas de governo e os modos de vestir, os princípios da política e os padrões das casemiras — os figurinos, os alfaiates e as instituições. De outros copiamos outras cousas: as filosofias mais em voga, as modas literárias, as escolas de arte, os requintes e mesmo as suas taras de civilizados. De nós é que não copiamos nada.”

Essa manifestação antinacionalista, que afeta apenas a camada superior da classe dominante — 5% da população brasileira — pois a maioria não pode imitar modas e costumes euro-norte-americanos, continua na sua cegueira de confundir elite e massa — a dizer que os estudos desse livro, como as *Populações Meridionais do Brasil* e todos os outros em elaboração, “inspiram-se num pensamento contrário a esta xenofobia exagerada das nossas *élites políticas e mentais*: o seu ponto de partida é a nossa gente, o nosso homem, a nossa terra, isto é, o quadro das realidades sociais e naturais que nos cerca e em que vivemos”. O que é uma inverdade em toda a sua obra, nessa como nas demais. Seus olhos, como suas observações só vêem as camadas superiores, segundo apontaremos nessa obra como nas demais.

1. 1ª ed., 1921; 3ª ed. aumentada, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942.

Ele afirma, com efeito, que “o único ponto de partida sério de qualquer movimento nacionalista que não queira ser uma estéril logomaquia apologetica de nós mesmos (...) o primeiro dever de um verdadeiro nacionalista é nacionalizar as suas idéias — e o melhor caminho para fazê-lo é identificar-se, pela inteligência, com o seu meio e a sua gente” (p. 9). Na verdade isso era escrito de boca para fora, pois quem Oliveira Viana estuda é essa gente dominante e não o povo.

No “Meio Social”, no qual estuda o ruralismo e o urbanismo, ele afirma que “durante os trezentos anos da nossa formação nacional, com estes bandeirantes do Sul ou com aqueles pastores do Norte, nós nos exibimos na História com as melhores qualidades de robustez moral: a têmpera fagueira das aventuras, a resistência às intempéries do deserto, a capacidade das expectativas remotas, a obstinação *saxônia* dos propósitos, o amor do isolamento e da autonomia, o destemor da solidão e do desconhecido”.

Onde ele se engana é pensar que essa era uma raça de pioneiros, os das bandeiras, os dos engenhos e os dos currais, quando eram modestas e humildes gentes, enxerto de gentes, mestiços de índios e africanos, e os próprios índios e africanos que construíram o que é hoje o Brasil. A expansão é principalmente obra paulista, mas não só de paulistas, e foi feita por gente com a aparência do nome português, mas toda ela construída com a argamassa dos corpos indígenas, negros e suas variadas misturas.

A afirmação de que o brasileiro é antes de tudo um homem do campo, e que este é o traço realmente nacional do seu caráter, é um dado que podia ser sustentado ainda em 1921, mas que em 1942 (ano da terceira edição dessa obra de Viana) não podia mais ser repetido, tanto que em nota ele reconhece que em vinte anos essa estrutura se alterou sensivelmente. Os núcleos urbanos cresceram em número e volume com o aumento da população e o desenvolvimento do nosso sistema industrial. Atualmente as populações rurais ativas representam 27,02 milhões na área rural e 61,1 na área urbana².

Oliveira Viana, apesar de reconhecer a transformação da composição populacional considera que “os proletários rurais e os grandes senhores de terra formam a base antropológica e social da nacionalidade”, e o nosso caráter guarda o timbre, a pureza e a têmpera primitivos. E mais, que hoje como outrora todas essas energias interiores, todas as forças criadoras e vitalizadoras do nosso caráter estão circulando no seio dos nossos campos, das nossas florestas, dos nossos sertões e — veja a exceção — mesmo das nossas cidades.

As virtudes conservadoras estão no campo, mas estão também nas cidades e nessas outras virtudes cívicas se revelam com bastante claridade. As que cita, baseado em Saint-Hilaire, estão igualmente presentes nas cidades: a pru-

2. Em 1982 a população economicamente ativa era de 43,8 milhões, segundo *O Globo*, 15 de janeiro de 1982.

dência medida e inteligente; a hombridade sem alardes; a capacidade sofredora, a energia refreada e contida, dissimulada sob as aparências de moleza ou do descaso; a intrepidez silenciosa, a probidade intangível e sem par; a hospitalidade acolhedora e confiante, e principalmente a rusticidade de hábitos, a despreocupação da sociabilidade, o amor à solidão e ao isolamento.

Este conjunto de virtudes cívicas compõe um cidadão quase perfeito, que mesmo os elementos da classe dominante não possuíam, embora educados, mas dominados por seus interesses pessoais. As classes média e proletária possuem, pelas próprias condições de vida dura em que vivem, sobretudo nos vinte anos (1964-1984) de generalismo materialista e corrupto; mas perderam as reações da hombridade, a intrepidez, embora crescessem na paciência do desconforto, na moleza e no descaso. Os serviços de informação, a Lei de Segurança, a repressão cruel afastaram o povo sequer da reação moderada aos desmandos, não digo políticos, mas àqueles que tocam em seu bolso, em seu nível de vida.

Os vinte anos de generalismo provocaram um sentimento de desesperança, de ceticismo, de desconsolo, de tristeza e de vexame patriótico. Houve, assim, uma degeneração do caráter nacional, e não era um engano constatá-lo desde 1940, quando Oliveira Viana reagiu a essa afirmação.

Se Bilac pensou, em sua época, que o corretivo estava no culto da disciplina militar, no espírito de obediência e patriotismo, Oliveira Viana acreditava que o remédio estava no retorno aos campos. Declara, então, que naquela época (1942) era pela fusão dos dois objetivos: o proposto por Bilac e o indicado por ele.

Vimos que 1964-1984 promovem a abdicação da altivez, e o povo somente agora começa a reagir aos desmandos, desgoverno e corrupção promovidos pelo totalitarismo desses vinte anos. O nosso povo não tem demonstrado hombridade, embora tenha crescido sua capacidade sofredora: nem energia política, antes moleza, descaso e negligência; nem intrepidez — com exceções minoritárias — mas uma enorme paciência de desconforto. O desalento, a desesperança, atingiram níveis nunca vistos.

Oliveira Viana sustenta que antes a tendência das classes dominantes tinha como centro de gravidade e domínio rural, a aspiração dominante era o domínio rural, a fazenda, o engenho. Esta era a aspiração dominante das classes dirigentes durante o Império. Depois de 88, talvez um pouco antes, esse ideal desapareceu nas classes dominantes, que passaram a cultivar outro ideal, o emprego público.

A relação social que Oliveira Viana estabelece das classes nos dois regimes é pueril; é uma equação assim estabelecida: político ÷ doutor = a fazendeiro, no Império; na República, a equação se altera e passa a ser: político ÷ doutor = burocrata. O mal não estaria em todos quererem ser doutores, políticos e burocratas, mas em todos os doutores quererem ser burocratas.

Ele cultiva o passado e pretende que os nossos doutores e políticos assentem, como as gerações de há cinquenta anos passados, na posse de um domí-

nio rural o seu ideal de felicidade. É uma atitude regressista de Oliveira Viana, especialmente ao escrever que o doutor evitava as profissões mais lucrativas sem o receio de desclassificação. Afirmo que esse preconceito já está muito atenuado e muitos bacharéis e médicos se fazem industriais, sem incorrerem na desclassificação.

Nos tempos coloniais, o burguês comerciante, o mercador era profissão desclassificada socialmente falando, e não podia sequer ser vereador. Oliveira Viana lembra que o comércio exportador de São Paulo é classificante, embora o comércio retalhista continue socialmente incompatível com a situação de doutor. Daí no próprio comércio haver a divisão social de alto e baixo comércio, o primeiro exportador ou “atacadista” e o segundo o retalhista ou de varejo. Lembra ainda que os titulares do Império eram todos escolhidos entre proprietários rurais e banqueiros, nunca entre os comerciantes, que pela desclassificação social da palavra gostam de ser chamados “empresários”.

A classificação social dos empresários e dos banqueiros já socialmente classificados começou com as campanhas de Assis Chateaubriand aí pelos anos de 1950, quando ele os achacava e os punha em grande destaque. Um sinal da valorização dos empresários ano a ano maior foi sua inclusão nas colunas sociais e, depois, a sedução que passaram a exercer sobre coronéis e generais da reserva e da ativa. Um dos fatos sociais mais desalentadores do regime inaugurado em 1964 é que uma parte significativa das Forças Armadas passou a acumular cargos civis, quando na reserva, e a tentar conseguir lugares nas grandes empresas estatais, chegando-se ao ponto de serem criadas empresas com a ajuda do Governo Federal ou das outras empresas estatais para satisfazer esses impulsos capitalistas dos generais postos na reserva.

Ser empresário, parodiando Antonil, é título que a todos honra; esta é a situação social brasileira desde 1964, com a escandalosa acumulação de militares da reserva em cargos civis, públicos ou privados, exercendo as mesmas funções dos antigos advogados administrativos, que abriam as portas dos Palácios e das autoridades mais altas às pretensões dos empresários.

Empresário é uma função criadora, e Tawney dizia que um industrial valia mais que uma grande biblioteca. Mas é preciso pôr cobro a duas coisas que podem ser impedidas pela futura Constituição: 1) impedir acesso aos imigrantes de primeira geração ao cargo de presidente da República e das maiores empresas estatais; 2) impedir que oficiais das Forças Armadas ocupem lugares civis públicos e estatais.

Oliveira Viana lembra que Antônio Prado, que foi cafeicultor, construtor de estradas, chefe de empresas, prefeito de São Paulo, presidente de partido político³, é um exemplo de que se fez empresário e político, e não um ou

3. Vide: Nazareth do Prado, *Antônio Prado no Império e na República*, Rio de Janeiro, 1929; 1º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado, São Paulo, 1946; também José Honório Rodrigues, “Antônio da Silva Prado”, in *Notícia de Vária História*, Rio de Janeiro, 1951, pp. 86-91, in *Digesto Econômico*, maio de 1947, pp. 51-53.

vários generais que se aproveitam de posições do mais alto relevo para entrarem por cima, já presidentes de empresas que não construíram. Os verdadeiros empresários começaram do nada, como um Mauá, como Ermírio de Moraes. Oliveira Viana cita ainda o filósofo positivista Pereira Barreto, o escritor Afonso Arinos, o primeiro, João Pinheiro e Assis Brasil, que se dedicaram à especulação de caráter pastoril, industrial e agrícola, e que estes é que eram os modelos de brasileiros de alta classe, e que o nosso povo os conhece. Eles praticaram o verdadeiro patriotismo civil, como o praticaram imigrantes que se fizeram do nada, transformando-se em grandes industriais. Mas não entrando por cima, com o pistolão de ex-presidente da República, de altos cargos públicos como estão mal-ensinando esses generais e coronéis de 1964 a 1984.

O capítulo seguinte, “Minas do Lume e do Pão”, merece, como o segundo sobre “Minas da Tradição e do Progresso”, uma atenção muito singular. Haviam-lhe dito que, para conhecer Minas, era preciso não ficar na Zona da Mata, infestada de fluminenses. (Penso que a zona fluminense é que é infestada de mineiros, que são dos mais migrantes do Brasil.) Era preciso ir a Ouro Preto, a Diamantina, a Mariana. Mas Oliveira Viana não acreditava que “as variações regionais fossem tamanhas”, que os mineiros de Juiz de Fora, de Palmira, de Barbacena, de Belo Horizonte, por ele observados, não pudessem ser tomados como representativos do mineiro em geral, nem que a sociedade desses lugares não contivesse “os elementos essenciais para um julgamento aproximado da sociedade mineira no seu conjunto. Pelo menos a de Barbacena, que encerra uma das melhores tradições da história de Minas” (p. 31). Quanto ao temperamento, eles são absolutamente incapazes de arrogância ou orgulho: “Eles exprimem, mais do que nenhum outro, os aspectos mais brandos da nossa índole nacional” (p. 33).

Nesse estudo deixa de lado a Minas rural, a Minas metalífera, a Minas intelectual, a da política e da politicagem, a da administração e a dos coronéis. Procura descrever unicamente a Minas íntima e doméstica, que se reúne em torno da mesa familiar. Desta fala no primeiro capítulo, resumindo as impressões de seis longos meses de convívio entre esses serranos. Depois de uma citação de Renan sobre a Bretanha e sua índole céltica, comete esse irreparável equívoco de escrever que Renan não teria alterado sequer uma linha àquele quadro admirável se, ao invés dos celtas, tivesse observado esses serranos sedentários e frugais. O homem da Mantiqueira é o homem do lar: “Todas as particularidades que pude observar, como características da gente de Minas, têm sua explicação primária neste irreduzível exclusivismo familiar do mineiro. Todos nós brasileiros somos mais ou menos assim: em todos nós, homens do Sul, do Centro ou do Norte [!], o viver doméstico é em tanta maneira absorvente, que a vida pública e social sofre a ação dessa preponderância, e se externa. Em Minas, porém, mais do que em nenhuma parte: é aqui, nestas montanhas, nestes campos, que podemos sentir, na sua nitidez e relevo, os contornos mais sutis e críticos dessa modalidade da psiquê nacional” (pp. 34-35).

Nas suas relações com os adventícios, “o traço mais distintivo do mineiro é, com efeito, uma certa amenidade de trato, uma certa brandura e singeleza de maneiras e uma grande delicadeza natural” (p. 36).

Mais adiante afirma que “o encanto do seu convívio está em que eles sabem como ninguém respeitar a personalidade dos estranhos” e “este é que é o verdadeiro sentido, o íntimo sentido, o sentido por assim dizer esotérico da tradicional hospitalidade mineira” (p. 37). E acrescenta: “os que, ouvindo falar da hospitalidade mineira, julgam encontrar ali as acolhidas ruidosas e francas, o largo sacudir de braços amigos, a sociabilidade explosiva e insôbria, a camaradagem fácil [...] enganam-se e terão (...) uma decepção amarga. Essas expansões só acontecem no Norte [!] ou no Extremo-Sul; o homem do Centro-Sul, o mineiro principalmente, é reservado, retraído, pouco expansivo e só lentamente se afaz à confiança e à intimidade” (p. 37). “Para a gente que vem do Rio” — continua Oliveira Viana — “há uma enorme reserva”. Uma grande discriminação e, no entanto, os mineiros vêm aos montes para o Rio de Janeiro e como seus políticos, deputados, senadores, governadores de Minas, vice-presidente e presidentes pedem e conseguem empregar nos cargos melhores do Rio os mineiros. Eles constituem um grupo fortíssimo de pressão, tal os portugueses e atualmente outros grupos imigratórios, japoneses, árabes e outros e obtêm o que querem ou mais que querem, com raras exceções como é, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade, um modelo nacional de caráter, que tendo sido chefe de gabinete do Ministro Capanema, terminou aposentado como simples bibliotecário do antigo Serviço do Patrimônio Histórico. Cavam no Rio os melhores cargos, quando deveriam ajudar ao desenvolvimento de Minas, o que seria um bem para Minas e o Rio, cujos cariocas e fluminenses não se veriam despojados do que lhes pertence. Assim fazem também com seus grupos literários, neste caso tal qual os nordestinos, cujos membros se julgam os melhores do Brasil, esquecidos de que os maiores nomes brasileiros são filhos do Rio de Janeiro.

Escreve Oliveira Viana que os mineiros são esquivos, impenetráveis e muito restritos nos círculos da sociabilidade (pp. 38-39). Encontrou Belo Horizonte uma cidade deserta, reclamando transeuntes (1942) — o que não acontece hoje. Para ele, a multidão mineira é mais calma e menos ruidosa: “Sente-se que o mineiro não respira bem no meio da multidão” (pp. 42-43). Tudo se rege em Minas sob o regime do grande domínio rural, isto é, do latifúndio. As influências rurais não agiram só na modelagem do caráter mineiro, mas contribuem para caracterizar a sociedade mineira e distingui-la da que lhe deu origem.

Em Minas deu-se a intervenção de um fator novo que altera a feição inicial da população. É a aparição dos emboabas; os contingentes lusitanos entraram na formação da gente mineira em condições muito particulares: mais densos, menos dispersos, mais puros. “Daí serem os mineiros, dentre os diversos grupos regionais da nossa população, talvez aquele em que mais tipicamente se revelam os caracteres e complexos da cultura peninsular” (p. 50).

Quem examinar meu capítulo sobre a historiografia mineira na *História da História do Brasil*⁴, verá que, durante a fase colonial até a Conjuração, os mineiros foram extremamente revolucionários. As entradas de levas de portugueses sem uma adaptação aos costumes e cultura mineira contribuem para o fortalecimento do conservadorismo. Foi assim antes de Minas e na época atual. As grandes camadas portuguesas — os portugueses são um povo em sua maioria conservadores — contribuem para o desenvolvimento do conservadorismo. Apavorada pelo fisco — Minas foi a terra brasileira mais explorada pelo fisco português — e pela condenação dos conjurados, os mineiros se aquietaram e se tornaram dos povos mais quietos do Brasil.

Acrescenta Oliveira Viana que no Extremo-Sul os açorianos entraram também sem um estágio de adaptação anterior, esquecido ou desconhecendo que os açorianos entraram no Brasil conforme as necessidades de povoamento, e que não foram somente os açorianos — como se orgulham os gaúchos — que colonizaram o Rio Grande do Sul, mas sim paulistas, catarinenses, cariocas, como tentei mostrar no meu *O Continente do Rio Grande*⁵. Considera também possível, sem maiores investigações, a influência preponderante do elemento alentejano, isto é, o português do Sul, temperado de celta e árabe.

No Centro-Sul é o português do Norte — o duriense, o minhoto, o beirão, o transmontano, o elemento mais ativo de diferenciação. Acha então que “nos mineiros, principalmente, essas afinidades de temperamento e de costumes com o luso do Norte parecem-nos perfeitamente discerníveis” (p.51). Tentei provar em meu estudo sobre *Características Históricas do Povo Carioca*⁶ que o minhoto foi o principal elemento português na formação do carioca, e não creio que os minhotos tenham formado cariocas e mineiros, dois tipos tão diferentes. Creio, sim, que como escreve Oliveira Viana, a situação estritamente continental do Estado, o insulamento de sua população, o desvio de novas correntes imigratórias (nisso há que acentuar a relativa entrada de italianos, espanhóis e árabes) — tudo isto permitiu que esses serranos se mantivessem em relativa pureza inicial, índios e paulistas transformados em parte pelas correntes imigratórias.

Seu reacionarismo se revela ainda ao acentuar o tradicionalismo que, sem teoria histórica, considerou que “a grandeza do povo está na força dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional” (p. 52). Ele não sabe bem o que é tradicionalismo, que, assim exposto por ele, não passa de conservadorismo⁷.

Ainda mais reforça seu conservadorismo mostrando sua admiração pelo “Brasil patriarcal de que falavam nossos avós, conservadores intactos”, esses

4. 1ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979, pp. 126-87.

5. Ed. São José, Rio de Janeiro, 1954. Nova edição, Brasiliense, 1986.

6. *Vida e História*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, pp. 111-125.

7. Veja sobre tradição, memória e história, meu estudo *Filosofia e História*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981, pp. 29-48.

antigos costumes. É um conservador inteiriço. No capítulo “Minas da Tradição e Minas do Progresso”, o tema volta ao debate. Declara, de começo, que o que o traz à região da Mata é conhecer a grande zona cafeeira de Minas, e constatar, pela observação direta qual o papel que a cultura do café exerce como modificador econômico e social da região. No trecho da Central que liga Burnier a Ponte Nova, ponto de encontro com a rede da Leopoldina, atravessa-se a principal região metalífera de Minas, região riquíssima, mas seus aspectos sociais não lhe deram nenhuma impressão de riqueza, prosperidade, progresso. Ao contrário, sua impressão era de que essa região era economicamente pobre.

Outra impressão viva foi o aspecto da paisagem rural, na qual não descobriu nenhuma cultura, nenhuma documentação de labor humano: era tudo como se estivesse atravessando uma região deserta. Uma desolação universal acabou refletindo-se na alma, o que o fez encher-se de descrença, de desânimo, de pessimismo: “Comecei duvidando do valor da gente mineira; acabei duvidando mesmo do valor de nossa gente” (p. 56).

Foi assim que desceu em Ponte Nova e logo sentiu que a região era outra. O contraste fora brusco, violento, flagrante. Não tivera o sentimento de transição, mas de um salto. Porque tudo aquilo, todo aquele progresso, era uma repercussão do fenômeno econômico que se ocultava adiante. Era um reflexo do labor mineiro e, assim, no comboio que o levava a Ubá, um percurso de 140 km, não viu senão o espetáculo maravilhoso das lavouras: “Nem uma negzinha de terra perdida ou inculta. Tudo trabalhado, tudo cheio, tudo plantado, tudo florescendo”. Esse espetáculo, acrescenta, restabeleceu-lhe a confiança, “dissipou-me o pessimismo. Não é correto dizer que Minas é a região do Brasil onde as criações da arte colonial subsistem na sua maior pureza”. Fala ainda da grande conservação na Bahia e Pernambuco e se esquece do Rio de Janeiro, ele, um fluminense (p. 55).

Acentua depois os aspectos sociais da profunda transformação por que estão passando as cidades mineiras sob a ação de dois grandes focos, o horizontino e o carioca. Quanto ao aspecto material há cidades que se transformam, como Juiz de Fora, e cidades que mantêm seu tipo tradicional, como Ouro Preto. Chama atenção para os pólos de diferenciação, sob o ponto de vista da urbanização: Ouro Preto e Belo Horizonte. Considera Ouro Preto “a mais original das cidades mineiras” e pensa não errar em julgá-la a mais original do Brasil. Conclui que Ouro Preto parou em 1800, entrou em processo de cristalização e imobilizou-se, e que do ponto de vista arquitetônico é a mais singular das cidades do Brasil, a mais completa sobrevivência que temos da era colonial. Defende a conservação de Ouro Preto (pp. 64-70).

Segue-se um capítulo sobre os fluminenses e a sua civilização, que tenta mostrar que a história fluminense não possui o resso, a vibração, a beleza épica da história paulista, da história pernambucana, da história rio-grandense-do-sul, mesmo da mineira antiga. Afirma que, mesmo quando estrondeava no sertão

a belicosidade do paulista vizinho, o fluminense foi sempre, desde os primeiros dias, o tipo pacífico do agricultor, do criador de gados, fundando engenhos e currais e cultivando plantas cerealíferas. Além disso, afora o grupo dos goitacases da planície campista, os demais aborígenes — “saruçús, coropós, aimorés, purús — ou emigraram para as selvas do planalto central, ou fluíram para as montanhas de Minas ou ainda se difundiram no seio da população civilizada, que os defronta e marcha contra eles”. Tudo isto sem lutas dignas de menção histórica.

Ora, essa é uma das maiores demonstrações do desconhecimento histórico de Oliveira Viana. Primeiro, por unir fluminenses e cariocas, que são duas entidades históricas diferentes; segundo, porque os cariocas enfrentaram a invasão francesa — que no Rio (lado carioca) estabeleceu seu ponto de apoio para uma possível permanência e luta contra os portugueses. Escreveu Capistrano de Abreu que os franceses foram os únicos que ameaçaram seriamente o domínio português. Além disso houve grandes lutas contra os indígenas, pela posse do Rio, especialmente contra os tamoios, que eram aliados dos franceses, e nessa luta morreu Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, governador-geral e que era o capitão-mor-governador. Nem se esqueça o espírito enérgico, determinado, rebelde, intrépido dos colonos cariocas, que receberam desde 1642 as honras, privilégios, isenções e liberdades de que gozavam os cidadãos do Porto⁸. Foram os cariocas os primeiros aos quais foram outorgados tais privilégios de que não gozavam outras cidades da Metrópole.

Nem se esqueça que aqui foi no pelourinho do Terreiro do Carmo que foi exposta, em 1661, como um troféu sangrento, a cabeça de Jerônimo Barbalho, decapitado por sentença de uma Junta irregular e arbitrária, que Salvador Benevides presidiu. Não cabe recordar aqui a história e o significado do movimento revolucionário de 1660, chefiado por Barbalho, cujo sangue derramado no cadafalso resgatou o Rio de Janeiro da soberba prepotência dos Correia de Sá⁹.

Enumera Oliveira Viana a seguir os feitos dos outros povos: o paulista teve de vencer poderosas coligações de selvagens, que contra ele se levantaram; o nordestino, durante toda a sua história, teve que reagir contra os mais ferozes representantes da barbárie nativa; o campeador do Extremo-Sul conquistou, palmo a palmo, ao minuano, ao charrua, ao tape, ao espanhol, a sua glória atual. O fluminense nunca teve necessidade de apurar-se em capacidades belicosas para fixar-se no seu hábitat e lançar os fundamentos da sua sociedade regional. É um grupo que se formou inteiramente fora da escola guerreira, em que se educaram os três outros grupos. Daí, dessas formas pacíficas da sua

8. F.A. de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 4ª ed., integral, Melhoramentos, São Paulo, 1951, t. 3, pp. 136 e 144.

9. Vivaldo Coaracy, *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1965, p. 37.

expansão colonizadora, o caráter silencioso, surdo, obscuro da história social fluminense (p. 72).

Creio que Oliveira Viana se esqueceu das lutas contra os indígenas, tanto no Rio como em Campos, dos ataques freqüentes de estrangeiros, franceses, ingleses, holandeses, dos ataques franceses mais sérios em 1710 e 1711, com mortos e saques, das lutas constantes em Campos, cidade rebelde, como o Rio. Ele toma como modelo os fluminenses de Niterói, cidade imune em face da atração do Rio, em sua frente, e sem importância ou riquezas. Os fluminenses é que tiveram uma história silenciosa, obscura, mas os cariocas muito se distinguem deles e por isso devem os dois permanecer unidos em face de vários motivos geográficos, históricos e políticos.

Os fluminenses, e não os cariocas, aplicaram-se ao pastoreio dos seus gados, ao desbaste das suas florestas, à sementeira de seus campos, à ceifa do seus canaviais, à colheita de seus cafezais. Durante toda a sua história os fluminenses não tiveram necessidade de manejar outras armas.

Daí resulta que os fluminenses se diferenciam “histórica e culturalmente dos outros grupos regionais, são os que caracterizam uma sociedade de condição essencialmente agrária, destituída inteiramente de quaisquer tradições belicosas, quer nos elementos materiais de sua cultura, quer nas suas expressões espirituais e morais. É na superioridade da sua organização doméstica, da sua estrutura social e política que a sociedade fluminense afirma a singularidade, senão a originalidade de sua posição na história nacional”¹⁰ (p. 73).

Afirma saber que em outros grupos tem sido assim: “mas nesses outros grupos vamos encontrar, ainda hoje, sobrevivências indicativas da primeira fase guerreira por que passaram; na atual anarquia sertaneja, na atual belicosidade gaúcha, na atual fibra de pioneiro do paulista. No fluminense nada disso. O traço característico, o aspecto dominante desse grupo se revela nas manifestações sociais da sua cultura, naquilo que poderíamos chamar a sua ‘civilização’ no sentido mais espiritual da expressão”. Para Viana, “nenhum outro grupo é mais nitidamente caracterizado, e mais provido, como expressão de polimento, de boas maneiras, de bom gosto, de hábitos de conforto, de apuro mundano de viver, de amor ao luxo, do fausto, da suntuosidade, da predileção pelas coisas do espírito, pelas belas artes, pelas boas letras, pela sociabilidade amável e requintada”.

A citação é grande, mas é bem feita, bem escrita, correta e mereceria ser incluída intata para a leitura e comentário dos leitores. Acha que outros grupos — como o pernambucano e o paulista do segundo e terceiro séculos — também apresentaram formas semelhantes de sociabilidade e gosto de mundanidades, de refinamento de viver e podem igualmente exibir a grandeza e o conforto (p. 74). O fluminense, porém, soube, como nenhum outro, dar a essa sociabilidade o apuro, o requinte, que nenhum outro grupo pôde atingir.

10. Lamego Filho, *A Planície do Solar e da Senzala*, 1ª ed., 1934.

Esse traço cultural tem seu ponto de maior acentuação justamente no século XIX — desde quando o centro carioca se fez a sede da Corte portuguesa. Esse traço se apura e excede até atingir no Segundo Império o máximo do seu esplendor com o desenvolvimento dos seus grandes cafezais.

Acentua que “o vale paraibano foi, realmente, em certo momento, com sua sociedade agrária e culta, requintada e aristocrática, assentada sobre grandes domínios cafeeiros, um centro ameno e polido, onde a flor da civilização ocidental pôde exibir os seus mais raros e coloridos e o mais sutil dos seus perfumes. Ninguém ainda se lembrou de historiar esta fase da nossa aristocracia agrária — e entretanto, a história da civilização no Brasil, no que ela pode ostentar de mais fino e espiritual, teve ali o seu momento mais expressivo e magnífico”.

Essa frase por si só representa o melhor elogio que Oliveira Viana mais que qualquer outro historiador, dos maiores, poderia fazer ao Vale do Paraíba, que produziu a maior riqueza e a mais civilizada forma de vida ocidental que o Brasil conheceu até então. Cita Vassouras “com sua luzida fidalguia de barões e viscondes, condes e marqueses, todos vivendo suntuosamente como gentis-homens, orgulhosos dos seus títulos e dos seus brasões, nos seus ricos solares do Interior, que bem exprimem ainda, nas ruínas imponentes de hoje, a grandeza e a magnificência daquele período fascinante da nossa vida rural” (pp. 75-76).

E continua nessas belas páginas de louvor aos fluminenses:

“De todos os grupos regionais brasileiros pode-se dizer que foi o que ofereceu maior receptividade às influências civilizadoras do ultramar. De certa maneira, sempre se mostrou o mais europeizado dos nossos tipos, aquele em que a cultura ocidental mais penetrou, mais se infiltrou, em extensão e profundidade, difundindo-se uniformemente por toda a população até às suas extremas lindeiras” (p. 76). É uma página que merece ser incorporada à história do Brasil, o que ainda não foi feito porque o Rio de Janeiro só produziu a ele como intérprete nacional. “Os fluminenses — dizia eu, nas *Populações Meridionais* — não têm o orgulho paulista, nem o democratismo mineiro. São mais finos, mais polidos, mais socialmente cultos pela proximidade, convívio e hegemonia da Corte, cuja ação, como que os absorve e despersonaliza. Os seus grandes representativos, Uruguay, Itaboray, Francisco Belisário, Octaviano, Justiniano, Macedo Soares, Paulino de Souza não apresentam tão vivo como os de Minas e São Paulo o traço rural. (...) Pela elegância espiritual, pela finura, pelo senso da proporção e do meio termo, pela limpidez e pela calma da inteligência, representam, ao sul, os nossos atenienses da política e das letras. Uruguay, Itaborahy, Eusébio, Belisário são todos altos espíritos, equilibrados, amplos, lúcidos. Octaviano encanta e se distingue pelo aticismo, pela pureza do seu gosto, pelo tato literário, pela distinção aristocrática da sua palavra e do seu gênio” (pp.76-77).

Acha que essa particularidade, se, por um lado, foi uma vantagem, por outro foi uma inegável desvantagem. A extrema exposição às influências exógenas reagiu de maneira nociva sobre suas características etnográficas. Provocou-lhe instabilidade, como que os despessoalizou, tornou-os flutuantes. Destruídos com a abolição do trabalho servil, estes centros aristocráticos da sua elaboração e fixação, as nossas antigas tradições — não encontraram na massa popular base segura que lhes pudesse assegurar, como outrora, condições de permanência e vitalidade. Daí o fato estranho do seu desaparecimento quase total na região fluminense, enquanto as vemos ainda sobreviventes e quase inalteradas em regiões próximas a nós — como as montanhas de Minas (pp.78-79).

No capítulo “Democracia Singular”, queixa-se de que os políticos não revelam seu pensamento sobre política e administração, senão quando estão no governo. Fora disso mantêm-se no silêncio e são sigilosos. Depois, em nota, reconhece que no momento em que escrevia (1942) já não são mais assim e que o rádio — ele não conheceu a televisão — foi um instrumento de difusão.

Acho que Oliveira Viana cometeu um equívoco. Os homens públicos, o governo, em geral, no Brasil, são sigilosos e usam o sigilo como arma para esconder suas atividades danosas ao país. Foi assim e é assim, e mais, é herança portuguesa, pois os portugueses chegaram a criar descobertas sigilosas na época dos descobrimentos. Concordo que essa atitude é uma singularidade, que nos torna absolutamente diferentes dos grandes povos e das grandes democracias.

E então Oliveira Viana faz uma comparação esdrúxula. Depois de escrever que temos a mania de imitar em tudo os anglo-saxões e os americanos, nisso diferimos deles. Ora, todos sabemos que os anglo-saxões e norte-americanos não são sigilosos e respeitam a opinião pública, dando-lhe satisfação em tudo. Declara, a seguir, que essa conduta dos políticos americanos e ingleses é, aliás, a mais racional dos dirigentes democráticos, mas que, entre nós, tal conduta seria justificável, lógica, absolutamente necessária porque nosso povo carece quase inteiramente de cultura política e é nula a sua experiência democrática. É uma ingenuidade pensar que nossos políticos falam ao povo senão matéria não-censurável. Por isso não havia “a presença constante, assídua, insistente, indefensável dos dirigentes nos comícios, na imprensa, nas assembleias, aclarando, informando, aconselhando, sugerindo, discutindo”, a qual “poderia dar ao povo, aos cidadãos em geral, o conhecimento mais ou menos exato dos negócios públicos, um critério seguro de conduta cívica” (p.86).

Censura que só falam nas corporações a que pertencem, e não ao povo, à nação. Quando Oliveira Viana escrevia isso, em 1942, vivíamos em plena ditadura Vargas, e mais tarde cairíamos nessa infamosa contra-revolução de 1964, que durou vinte anos. Como falar? Como escrever?

Quando se abriu, quando a censura aberta cessou, porque a velada continua, o rádio e a televisão espalham a notícia oficial e não a verdadeira. E nem

é por outra razão. A verdade é que foi um erro e um erro gravíssimo seguir o exemplo americano da privatização das TVs e não o europeu das TVs do Estado. Sem contar que o governo concedeu os canais a brasileiros de primeira geração, incapazes de fazer ou permitir fazer qualquer censura ao próprio governo. Uma espécie de *O Globo*, o mais governista jornal do Brasil, mais governista que o próprio governo.

As rádios e TVs poderiam e deveriam ser — mais no Brasil que na Europa — órgãos e instrumentos de cultura, erudita e popular, e não o que são, o rebaixamento total da cultura e a elevação de ídolos que não deveriam ser ídolos, e o esquecimento completo dos que se dedicam aos estudos e à cultura brasileira. Nenhuma grande questão nacional é verdadeiramente debatida pelos vários círculos de opinião, pelos que sabem, mas pelos que convêm que falem, e a TV Globo ouve especialmente em tudo e sobretudo a opinião oficial.

As grandes questões nacionais, os problemas financeiros, econômicos, políticos e sociais são postos nos fins dos horários noturnos, que só podem ser vistos pela elite, apesar de feitos com constrangimento, enquanto a moralização do Brasil rebaixa a inteligência, a cultura, o esclarecimento, a instrução, a compreensão do Brasil.

Sempre achei, e sustentei em meus livros, que a elite não prestava no Brasil e que tudo de bom havia sido criado pelo povo, que era e é o grande construtor do Brasil. Devo reconhecer, contudo, que a elite foi sempre competente, soube sempre defender seus interesses, nem sempre coincidentes com os interesses nacionais. Muitas vezes foi antinacional. É linha constante da interpretação que sustento em todos os meus livros, especialmente em *Aspirações Nacionais e Conciliação e Reforma*, que o povo brasileiro é superior à elite e a ele devemos as maiores realizações econômicas, sociais e psicológicas e as enunciei especialmente nos dois citados livros, com ênfase no segundo, remetendo os leitores para eles. Mas nesses últimos vinte anos agüentar esse desgoverno autoritário-militar, corrupto, que nos levou à dependência dos bancos estrangeiros, o mais antinacional de todos os tempos, sem uma desobediência civil, sem uma rebelião — exceto a guerrilha comunista, sem maiores adesões — é realmente uma ruptura nas tradições de rebeldia do povo brasileiro.

Oliveira Viana queixava-se, neste *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (p.88), de que grandes nomes nacionais não dizem nada, uma palavra esclarecedora, um pensamento guiador, uma sugestão de prudência, um conselho. Reclamava contra alguns dos propagandistas da República que passaram; enquanto viveram, ficaram mudos, e na mudez estava a dignidade. Era a forma de protestarem contra o que chamavam a corrupção dos princípios republicanos. Ora, o que se viu de 1930 em diante foi Oswaldo Aranha exprimir, com uma precisão invulgar, que o Brasil era um deserto de homens e de idéias. Sabemos que, de 1964 em diante, esse deserto se ampliou e foram poucos, muito poucos, os que se ergueram contra os desmandos, os crimes, a corrupção que domina o Brasil de 1964 a 1984.

Oliveira Viana, nesse livro ampliado em 1942, pergunta: “o que pensam do açambarcamento do nosso capital econômico pelos elementos estrangeiros, organizados em poderosos sindicatos exploradores? (do problema étnico) no Sul? dos perigos do imperialismo germânico e norte-americano?” (p.90).

O imperialismo germânico só foi dominante na fase nazista entre 1934-1939, mas há muitos anos o imperialismo americano impede o Brasil de libertar-se de sua tutela e tornar-se membro do clube dos capitalistas. Este nunca impediu que a Alemanha e o Japão entrassem no clube capitalista, fechado no final do século XIX, mas as duas guerras mundiais mostraram a necessidade de fazer incluí-los no clube, antes que eles acabassem destruindo o mesmo. Mas o Brasil, sem possibilidade de barganha, especialmente com esses vinte anos negativos, de crescimento da dependência, não pode aspirar ser uma nação capitalista, mas uma dependência capitalista como Cingapura, Malásia, Hong-Kong, etc.

Diz Oliveira Viana que o Império sempre teve panfletários, predicadores, publicistas, tribunos assíduos, tenazes, vivazes, agressivos, violentos, que enfrentavam os problemas, criticavam os rumos, as personalidades dirigentes e conseguiam ser ouvidos. Depois Rui Barbosa foi o único que não silenciou, que sobre todas as questões nacionais deu sua palavra, fez sua crítica, apresentou sua sugestão: “O seu programa liberal, formulado em 1910, mostra-o o médico vigilante da Nação enferma, atento aos seus menores sintomas, às mais sutis intercadências do pulso, às perturbações mais leves da economia funcional” (p.91).

Relembra que no primeiro decênio da República ainda é possível assinalar líderes de primeira ordem, que faziam pela imprensa e pelo livro a grande crítica política. Eram, no Rio, Ouro Preto, Lafayette, Cândido de Oliveira, Afonso Celso, Andrade Figueira; em São Paulo, Eduardo Prado centralizara a campanha. Essas vozes desapareceram aos poucos, e ficou mais tempo, sozinho, Carlos de Laet (pp.91-92).

Mudas as vozes sobreviventes da propaganda, extintas as vozes dos velhos monarquistas, só ficou a de Rui Barbosa, morto em 1923. Daí em diante já haviam começado as rebeldias militares e os políticos se limitavam à sua atividade partidária, que se tornou obscura e invisível à Nação, como fizeram os políticos situacionistas de 1964-1984, que esperavam a palavra do general-presidente, ou do seu porta-voz, para dizerem o que não pensavam. Atitude participante, dentro do possível, que o regime permitiu se reduzir a poucas vozes, sobressaíram, fora dos partidos, ou fora dos exilados, Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Miguel Seabra Fagundes, Teotônio Vilela, políticos e vozerio popular. O autor destas linhas assinou todos os manifestos contra a situação criada em 1964, até que os mesmos foram considerados ineficientes. Também nos seus livros protestou sempre contra o regime.

O que mais choca é ver que a ala nacionalista do Exército, que foi a base de muitas campanhas salvadoras, deixou de existir. 1964-1984 só existiu por-

que o Exército, em seu conjunto, sempre foi do centro, com uma ala direita e uma esquerdista. A morte e a liquidação da ala esquerdista fizeram com que a direita, chefiada intelectualmente por Golbery do Couto e Silva, tomasse a direção do centro e por todos esses anos um grupo direitista do Exército dominou a nação. Agora parece que o centro quer voltar aos quartéis, afastar-se do comando político, e pela primeira vez nesses vinte anos concorre à direção do Clube Militar um general de quatro estrelas de estirpe de Andrade Serpa, que comanda um vasto grupo de oficiais, de generais a tenentes, dispostos a fazer do Exército uma força de defesa dos interesses brasileiros, malbaratados pelo grupo antinacional de 1964-1984.

O capítulo sobre os “Fatores Econômicos do Absenteísmo Eleitoral” (pp.95-109) é fantástico, é pura especulação saudosista, que revela esse lado que Oliveira Viana parecia não possuir e de cuja corrente trataremos a seguir. Começa sustentando a indiferença com que o povo respondeu à campanha cívica de Rui Barbosa, Depois sustenta que a causa única, a causa geratriz do absenteísmo é a fraude. Para ele a fraude, na etiologia do absenteísmo, é apenas um epifenômeno; as causas reais, íntimas, fundamentais são outras, muito diversas. “Fraude existia no Império e, mais do que a fraude, a violência, o tropel, o tumulto da capangagem. Não existia, porém, o absenteísmo: da vivacidade do espírito eleitoral daquele tempo há ainda testemunhos sobreviventes que o atestam” (pp. 96-97).

Sustenta, ainda, que para compreender a indiferença atual é preciso considerar esta particularidade da nossa evolução histórica: que a nossa educação política se fez, quase toda, sob um regime de formação extranacional do poder público.

De pleno acordo. Este é um dos males do colonialismo em geral, e não uma particularidade brasileira. Todos os países de origem colonial sofreram o exercício por pessoas advindas de fora, desinteressadas dos países que governavam. A Independência se fez depois de trezentos anos de pupilagem colonial. Bem, aí é que o Brasil é singular, porque os Estados Unidos, que são o único país-potência da América, tiveram um regime colonial de curta duração. Nasceram, comparados ao Brasil, que nos interessa, um século depois e se libertaram meio século antes. A invasão portuguesa do Brasil durou demais e até hoje nosso subdesenvolvimento é motivado pela *longue durée* do colonialismo português.

Oliveira Viana reconhece que tínhamos câmaras, mas sabe que elas não eram, como hoje, acessíveis, democráticas, populares. Eram, ao contrário, a feição puramente aristocrática ou, pelo menos, oligárquicas. Nelas não entravam comerciantes, mecânicos e todos os que exerciam funções manuais. Estavam, assim, afastados os índios, os negros, os colonos que exerciam funções manuais, isto é, todas as classes populares.

Escreve muito bem Oliveira Viana que são trezentos anos de ostracismo obrigatório, de ausência legal da vida pública, da incapacidade eleitoral quali-

ficada, que para ele fixou uma psicologia do nosso indiferentismo pela organização dos poderes públicos. Sobre o direito de votar, escrevemos dois capítulos no nosso livro *Conciliação e Reforma no Brasil*¹¹.

Depois da Independência e com a fundação do Império, esse regime eleitoral se modificou profundamente, de uma maneira inopinada e estonteadora: a Colônia havia sido a aristocracia e o Império passou a ser, de súbito, a democracia (p.100).

Segue-se um trecho cheio de graves equívocos, que revelam seu desconhecimento da história da legislação eleitoral. É falso escrever-se que “os decretos que providenciavam sobre eleição de deputados à primeira Constituinte nacional estabeleceram o sufrágio universal com uma liberalidade e uma amplitude que nem mesmo a nossa Constituinte republicana admite. Por esses decretos eram considerados eleitores todos os cidadãos residentes no país, nobres ou plebeus, fidalgos ou peões, homens de ganho ou magnatas. Bastava apenas que fossem livres e tivessem mais de vinte anos de idade. Excetuados os escravos e os menores, todos elegiam. Mesmo os analfabetos. Mesmo os homens de cor, os alforriados, os mestiços, os mulatos, os rebutalhos da nossa população, a vaga população dos campos e das cidades” (p. 100).

Mas tudo isso era sofrível de uma grande restrição que não foi apontada por Oliveira Viana. O censo, a renda mensal exigida para votar, era de cem mil réis, o que a maioria não atingia¹². Escreve Oliveira Viana que “era uma mudança brusca, sem transição, sem preparo, sem lutas anteriores, que se fazia; era um salto imprevisível, instantâneo, temerário que se arriscava da aristocracia para a democracia. (...) Mas esses remotos predecessores dos nossos estadistas e legisladores tinham para excusá-los dessa leviandade o ideologismo alucinante da época; então, mais do que hoje, os princípios democráticos da América entravam por aqui em rajadas subversoras” (p.101).

Como se vê, o caráter reacionário de Oliveira Viana está sempre presente em todos os aspectos de sua obra. Era de uma coerência irrepreensível. E para concluir seu raciocínio, afirma que “dada a maneira por que se realizou a nossa educação política, dada a nossa natural indiferença pela formação dos órgãos do governo, o que seria lógico é que essa massa, chamada assim, de imprevisível, aos deveres e direitos da cidadania, não atendessem à vocação do legislador e continuassem mergulhada na sua *passividade* histórica. O absentismo estava nas tradições do seu espírito: e era a única coisa que não deveria surpreender ninguém”. Surpreende que o que se viu foi o contrário disso: foi o movimento, a agitação, a febre, o tumulto. O povo não estava ausente dos co-

11. *Um Desafio Histórico Cultural*, 2ª ed., Nova Fronteira, 1982.

12. Sobre esta matéria, o equívoco de Oliveira Viana se desfaz com os meus estudos citados. Vide também A. Tavares de Lyra, “Regime Eleitoral”, in *Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro*, editado pelo IHGB, 1922, pp. 332-46.

mícios eleitorais — o que não devia surpreender, pois o povo estava conscientizado pelo movimento da Independência¹³.

Considero descabido e sem fundamentação histórica afirmar, como faz Oliveira Viana, que pela “evolução da sua história, o nosso povo estava condenado à inércia eleitoral”, ou que pela “formação de sua mentalidade, ele devia ser, do ponto de vista político, indiferente”; e, perguntando o que o agitou com tamanho entusiasmo crítico, afirma que foram “os nossos grandes proprietários do interior, os senhores de vastos engenhos, os nossos ricos e poderosos landlords. Eles — e mais ninguém”.

Assim, segundo Oliveira Viana, a classe dominante foi a construtora do Brasil, qualquer que seja o aspecto a examinar. Esta tese é uma das principais de suas obras; o povo é nada, ou é apenas coadjuvante. São os *caudilhos* (Oliveira Viana emprega sempre este termo de uso restrito ao Rio Grande do Sul por influência platina e que nada tem a ver com o Brasil todo, do qual o Rio Grande do Sul é uma força diminuta) locais até 1888 [!] os chefes reais do nosso povo. A tese é fantástica e contra a linha interpretativa de nossos historiadores factuais ou compreensivos. Para Oliveira Viana são os caudilhos que mobilizam e instigam as massas; eles é que as convocam, as reúnem, as arregimentam e formulam esta sentença que, embora repudiando, reproduzimos, por que sumariza sua tese: “Eles é que nos explicam, afinal, nossa terra, como a nossa, de absentéismos natos, a maravilha desta extraordinária vitalidade eleitoral, que assinala e distingue a história dos dois Impérios” (pp.102-103).

Segundo sua interpretação desencaminhada, essa prestigiosa aristocracia de *caudilhos* [!] se conserva organizada, florescente e vigorosa até 1888, quando a Lei da Abolição, *inopirana e inepta*, fere-a por uma espécie de sideração econômica que a fulmina e aniquila. Desde então ela entra a decair e, em certas zonas, chega mesmo a desaparecer. E são eles que do Maranhão, de Pernambuco, até São Paulo constituem a aristocracia poderosa dos coronéis e dos barões Império. A nobreza rural foi destruída pela abolição e o regime republicano sentiu falta de apoio dessa grande força, que foi a base eleitoral do extinto regime.

Chama, ainda, a atenção para a transformação considerável que se opera nessa classe com grande repercussão no campo político: “É a que lhes impôs a transição súbita do trabalho servil para o trabalho livre, o jogo das grandes massas salarizadas, o advento de novos processos de cultura racional da terra”. Daí não sobrar mais tempo para os lazeres que as eleições exigiam. Sofreram uma transformação paralela na sua conduta política e, assim, premidos e absorvidos pelas novas urgências da técnica de produção, não sobrou tempo nem tiveram mais gosto pelas lutas eleitorais.

13. Vide José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Livraria Francisco Alves Editora, 1975-1976, 5 vols. Especialmente o vol. IV, *A Liderança Nacional*.

Para Viana, o absenteísmo eleitoral não tem como causa única a profunda transformação por que passa a vida republicana. Há outras causas, como a extinção dos partidos e os novos não o podem substituir.

Aí se revela todo o saudosismo e antiquarismo de Oliveira Viana, ao escrever que o passado era melhor e que na República não havia a dramaticidade dos pleitos eleitorais do Império, entre liberais e conservadores. Nem mesmo a luta entre os militaristas de Hermes e os civilistas de Rui valeu uma renovação do entusiasmo eleitoral que havia antes. Mas há uma exceção, onde os pleitos continuam a manter o mesmo entusiasmo. É no Rio Grande do Sul, como sempre um exemplo onde se encontram o brilho, a marcialidade dos antigos pleitos.

Volta a insistir no papel dos caudilhos, como se esta figura político-social existisse no Brasil todo e não fosse apenas uma personalidade gaúcha-platina. Ele conclui que tudo se reduz a um simples caso de mecânica (!) social e aplicada: retirados do campo eleitoral todos aqueles antigos dirigentes, o nosso povo, “essa vastíssima porção da população nacional, que até então havia comparecido ali *unicamente* porque era por eles impelida — muito naturalmente abandonou as urnas e se retirou também. Nada mais coerente com a sua índole, com a sua mentalidade, com as tradições da sua história” (p. 100).

É uma interpretação fantástica, de pura especulação, revelando seu caráter saudosista e antiquário — traço conservador, de que trataremos mais tarde — e pensando que o povo acompanhou simplesmente os *caudilhos*, isto é, os *coronéis*, o que aí é, em parte, verdadeiro.

No capítulo “Nacionalismo e a Questão Social” revela todo seu antiintelectualismo. Para ele, a questão social está mal colocada porque partimos dos sistemas, das teorias, das doutrinas, e não pensamos na menor porção, no traço mais insignificante das nossas realidades. E, pior, não refletimos que os autores consultados espelham em suas teorias, sistemas, as idéias colhidas das observações do meio que os circunda — do meio nacional ou étnico em que nasceram e se educaram. Esquece-se Oliveira Viana de que a filosofia ensina que a melhor prática é a teoria, o que mostra a fraqueza de sua formação filosófica, feita com aqueles autores franceses, como Le Play, que eram apenas criadores secundários de sistemas secundários.

E lança essa crítica injusta e incorreta sobre o brasileiro culto: a de que ele é insensível, refratário como os cegos de nascença para os aspectos da natureza que o envolvem. Para ele, cultura, no Brasil, significa expatriação intelectual. Enquanto o brasileiro analfabeto raciocina corrente e inteligentemente utilizando-se das coisas que estão em seu redor, ao alcance de seus sentidos, revela uma sensatez “que lhe vem da *raça superior originária*”. Aqui se revela mais uma vez seu preconceito racial, e ele, um mulato, deveria raciocinar de acordo com a raça superior branca donde provinha. Manifesta, então, todo seu preconceito antiintelectual, afirmando que nada sabe sobre os nossos problemas, porque a cultura que o formou é especialmente branca. Depois dessas

afirmações preliminares, diz que queremos resolver a questão social de acordo com o que se faz lá fora, orientamos as massas trabalhadoras em sentido inteiramente oposto ao que conviria às suas necessidades, responsabilidades e possibilidades.

A maior demonstração de seu despreparo se vê quando diz enfaticamente que “estes sistemas, estas doutrinas só me valem pelos resultados: se bons, a doutrina é boa, se maus, a doutrina é má. Nunca me preocupo com saber se uma doutrina é teoricamente boa” (p. 113). Gostaríamos de saber se Le Play e os autores geopolíticos e racistas que o orientaram tinham o mais leve traço de conhecimento do Brasil e dos brasileiros. Somente Gobineau, e mesmo assim foi preconceituoso, intolerante, obsecado por erros antropológicos evidentes.

Classifica as idéias comunistas, socialistas ou libertárias de utopias retrógradas, de que fala Alberto Torres, o mestre do nacionalismo. Para ele, santa ingenuidade, o problema principal é “nossa atitude diante dessas raças varonis e individualistas, que, libertas, em parte, do fardo dos armamentos e das preocupações militares vão dominar inteiramente a vida do globo e traçar às outras raças as diretrizes dos seus destinos”.

Veja-se que mau profeta, escrevendo em 1921, quando predominavam as idéias de Wilson sobre desarmamento, e vieram depois a Segunda Guerra Mundial, a guerra fria, a guerra na Coréia, o Vietnã, e a nova guerra fria de 1983-1984.

Ele queria que a solução do problema trabalhista preservasse a nossa personalidade nacional e as expressões práticas da nossa soberania. Achava que a chave do futuro estava nas mãos dos alemães e anglo-saxões, e hoje vemos que a supremacia americana foi a mais efêmera da história e ela tem na sua frente, de igual para igual, a União Soviética (p. 115). Se ele pudesse, em 1921, prever 1984, diria que eram os arianos russos os superpoderosos do mundo.

Quando tenta mostrar a solução para o Brasil, afasta o caminho socialista, comunista, anarquista, e aponta o sindicalismo praticado de acordo com o gênio específico da raça. E foi assim, “sem preconceitos doutrinários, sem preocupações políticas, sem objetivos revolucionários, sem impulsos destrutivos, contido exclusivamente dentro do campo profissional e visando objetivos práticos, de melhoria das condições de vida do mundo trabalhador, pelo desenvolvimento do bem-estar individual do operário e pelo desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade” (p. 116), programa que veio a ser adotado na legislação social brasileira em 1930, e veio a ser o plano dos contrarrevolucionários de 1964. Ele viu, em 1930, pois viveu até 1951, mas não viu a grande realização desse programa antioperário, antiprogressista, anti-revolucionário adotado exatamente pelos generais-presidentes de 1964-1984.

Cita dois livros de autores franceses secundários tão de sua preferência, e quer que a questão operária no Brasil siga a solução norte-americana. Ataca novamente o comunismo, de que faz uma arma reacionária, e tem a coragem de afirmar ser “de um ridículo atroz que estejamos a debater a ‘distribuição’

da riqueza, quando os mais simples, os mais elementares problemas relativos à produção ainda não foram resolvidos”. Argumento sempre usado pelos conservadores, sobretudo os mais empedernidos.

Sua argumentação anticomunista não serve à causa conservadora, pelo caráter pupilar, pífilo de sua argumentação. E finaliza afirmando que, à luz do seu critério nacionalista, esse movimento de reação das classes dirigentes e conservadoras contra essas idéias exóticas (todas as idéias no Brasil são exóticas, desde o cristianismo e sobretudo as que ele defende; o Brasil não produz idéias) torna-se, pois, um simples movimento de clarividência patriótica (p. 119).

“O Papel dos Governos Fortes no Regime Presidencialista” é um capítulo básico porque defende a grande tese de toda sua obra, vitoriosa desde 1930 e supervitoriosa em 1964. O regime forte, autoritário e o povo disciplinado, apenas com os direitos que a classe dominante resolve doar-lhe. Começa relembrando uma sentença do Marquês de Paraná, dita a Nunes Machado, o patriota pernambucano da Revolução da Praia, segundo a qual ele era capaz de todas as coragens, menos a coragem de resistir aos antigos. Para ele, essa frase representava “a síntese de toda nossa psicologia prática, era a incapacidade moral de cada um de nós para resistir às sugestões da amizade e da gratidão. (...) Nessa fraqueza do nosso sentimento do interesse coletivo é que deve basearse toda a análise do problema dos governos fortes e dos governos fracos em nossa pátria” (p. 120).

Acha que todo brasileiro aspira a um governo forte — confunde o sentimento popular com o seu — quando, ao contrário, o brasileiro deseja um governo democrático. Não somos uma consciência nacional informe e vaga, mas homogênea e uniforme.

As recorrências freqüentes ao messianismo provam um profundo sentimento religioso, desviado pelo sincretismo. Não existe a procura por um homem providencial, e Getúlio Vargas exprimiu uma exceção, que foi desfeita na história contemporânea por Juscelino Kubitschek, que não foi providencial, não foi forte, mas foi democrático, querido e popular, sem os receios que o caudilhismo traz do regime autoritário, de longa duração. Afirma, contra a opinião da grande maioria do povo e de seus estudiosos, que há os que querem um governo forte, que pela disciplina do chanfalho põe o país na ordem, legal ou ilegal. Tem a audácia leviana de afirmar que há os que querem um governo ditatorial, uma espécie de Ubelo Jara (ditador paraguaio da época, tal qual Stroessner), que transforme a nação numa vasta caserna, como fizeram de 1964 em diante, em que quase todas as direções governamentais ou de empresas estatais foram entregues a generais e coronéis.

Viana declara que não deseja um *corta-cabeças*, um ditador científico, ou um rei que reinstale sua dinastia, conforme os votos dos sebastianistas. Nenhum destes lhe parece o governo forte ideal que espera salve a nação da desordem democrática. Para ele, o primeiro ponto a fixar no conceito do governo forte é o da realidade das nossas corporações partidárias, da sua natureza,

fins, causas da sua solidariedade. Este era o único método racional e científico para a solução.

O que lhe parece certo “é que nunca tivemos partidos, nem mesmo nos belos [saudosismo] dias do Império [...] Na base dos nossos partidos políticos, o que se encontra, depois de uma análise positiva e concreta, não é corporação de interesse público, à americana ou inglesa; mas, apenas, a comunidade de interesse privado, o *clã* pessoal, o corrilho de campanário, a confraria eleitoral, reunida em torno de um chefe, mas de todo em todo indiferente às idéias ou aos programas sociais ou políticos, que ele possa ter”.

Para ele, os chefes têm algumas idéias, mas os que os acompanham só pensam em vantagens pessoais, diretas ou indiretas, materiais ou morais, sem nenhum ideal coletivo ou aspiração patriótica, sem nenhuma ambição nacional. Esta era, para ele, a verdadeira realidade dos partidos políticos no Brasil: os partidos não passavam de simples *clãs*, mais ou menos organizados e mais ou menos vastos, que disputam pela conquista do poder para o fim exclusivo de explorar, em proveito dos seus membros, burocraticamente o país.

Revela grande desprezo pelos partidos, tendência que será aprendida e recolhida no regime ditatorial de Vargas e sobretudo pelos generais-presidentes. Maldiz os partidos que só são solidários dos seus interesses. O que desejam é ganhar as posições e nenhuma classe mostra, nas associações que formam, um espírito corporativo, uma consciência lúcida e enérgica de seus interesses comuns (p. 126). Este espírito corporativo só adquire força quando conquista efetivamente o poder e quando cai no ostracismo sua desintegração é fatal.

Em síntese, Oliveira Viana afirma que as comunidades partidárias — federais, estaduais ou locais — somente quando estão no poder é que possuem uma verdadeira solidariedade moral, de sentimento de interesses comuns, de perigo comum, resistente, definido, organizado.

Ainda assim Oliveira Viana sustenta que os chefes de Estado, antes de passarem pelo escrutínio popular, passam pelo escrutínio dos partidos. Nenhum até agora (1921), dizia, se declarou fora e acima dos partidos, e aí vem a frase que define sua ideologia conservadora reacionária, ao declarar que “nenhum com a coragem de afirmar, como Feijó em 1832, como ministro da Justiça, que ‘governo não conhece partidos’”. Daí sustentar a tese conservadora reacionária de que o governo dispensa partidos, tão ao gosto de Getúlio Vargas e dos contra-revolucionários de 1964-1984.

Para Oliveira Viana a questão essencial é saber qual a situação moral dos chefes de governo, qual sua atitude prática entre os deveres de lealdade à sua facção e os deveres de lealdade à sua magistratura, entre seus deveres partidários e seus deveres para com o cargo, para com sua condição de órgão do interesse coletivo, geral, nacional? Declara que “é tão francamente absurdo que um chefe de Estado se declare soldado de qualquer partido, como seria absurdo se ele se declarasse soldado da Associação Comercial, do Centro Industrial, da Sociedade da Agricultura, ou da União dos Estivadores. Estas quatro asso-

ciações são associações de puro interesse privado, mas entre elas e as nossas associações partidárias não há, de forma alguma, nenhuma diferença essencial” (p. 129). Nisso Getúlio Vargas seguiu seu pensamento e não se identificou com nenhum partido, nem nenhuma associação de classe. Mas os contra-revolucionários de 1964-1984 seguiram rigorosamente a tese da união do governo com o partido que o apóia e ouviram as associações de classe como se elas representassem interesse público e não privado, e foi necessário que um vice-presidente em exercício da presidência, o Senhor Aureliano Chaves, ouzasse ouvir os trabalhadores, ao mesmo tempo que ouvia as classes comerciais e industriais.

O antigoverno de 1964-1984 nunca ouviu operário, discriminou contra a classe e ouviu com o maior cuidado os industriais, envolvido, como estava, no complexo industrial militar para a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Viana condenou com veemência o caso, citado como exemplo, de atender ao truste Farquhar (exemplo muito debatido à época em que escreveu o livro) e “a pôr a força colossal do poder público que dispõe [a favor] dos interesses particulares deste sindicato industrial”.

“Nessa hipótese, todo o mundo veria uma aberração, uma deturpação das funções do Estado; entretanto ninguém observa que deturpação igual é a do chefe do governo que se faz, como tal, *soldado de um partido*, isto é, de uma associação de interesses privados [!, públicos, nos parece] — como qualquer sindicato industrial ou qualquer sociedade mercantil” (p. 130).

Ora, se Getúlio Vargas, que era o modelo de Oliveira Viana, e que nele se inspirava, não exerceu a presidência para servir, de modo geral, a interesses privados — sem contudo evitar a corrupção e o lucro individual buscado de braço dado com o Estado, o que não é característico do Brasil, mas pertence à natureza humana e pode assim ser encontrado em qualquer país, sob qualquer regime — o regime contra-revolucionário de 1964 foi o paraíso do valor privado sobre o público, da discriminação a favor dos militares contra os civis. Quase todos os generais e coronéis, na reserva ou passando para a reserva, deram exemplos chocantes.

Juracy Magalhães, ministro do Exterior e depois chefe de empresa estrangeira multinacional, à qual serviu provavelmente, e o general-presidente Ernesto Geisel, que exerceu as mais relevantes funções no país, desde presidente da República, com seu apadrinhado o nisei Shigeaki Ueki que organizou para ele uma companhia protegida pela Petrobrás, dirigida pelo filho de japonês, e tanto Juracy quanto Geisel não gostam mais de serem tidos como oficiais do Exército, e sim como empresários, como se um Mauá, um Antônio Prado, um Guinle, um Ermírio de Moraes não quisessem ser o que realmente foram, empresários, e sim generais.

Nem vale argumentar, como quer Oliveira Viana, com a diferença de grau de cultura política dos povos adiantados e o nosso. Esse argumento destruiu-o,

um homem cem vezes maior que Oliveira Viana, o grande Thomas Babington Macaulay (1800-1859); ele ensinou que dizer que o povo não sabia votar era o mesmo que condená-lo a nunca votar, pois esperar sua educação era uma forma de escamoteação. Este argumento foi repetido por Oliveira Viana (p. 130), todos os reacionários brasileiros e os generais responsáveis pela desgraça de 1964.

Nem é certo escrever-se, como fez Oliveira Viana, que nessas velhas nações organizadas havia um certo lastro de tradições morais, um certo senso nacional, a que os partidos se conservam fiéis. Ora, os 484 anos de vida brasileira já criaram esse lastro de tradições e esse senso nacional, como bem se pode notar. As falhas e corrupção que os homens cometem aqui, os de lá também cometem, porque são erros, equívocos, trapaças, patifarias praticados por uns e outros, os daqui e os de lá, porque, repetimos, pertencem à natureza humana.

Não houve nunca, nem há, nem aqui nem lá, situações de conflito irreduzível entre a Nação e os Partidos. O próprio conflito entre a sociedade e o governo criado pelos generais-presidentes e os oficiais-altos funcionários, donos do país, não tem este caráter de irreduzibilidade. Em minha *Conciliação e Reforma*¹⁴ mostrei bem esse aspecto. O que caracteriza sua atitude política, muitas vezes iníqua, violenta e imoral, se justifica pelo próprio instinto de conservação alarmado, e muitas vezes apenas pelo instinto de defesa pessoal. Nem é próprio e singular do Brasil que grupos dominem o país e seus amigos sejam aquinhoados e os inimigos reprimidos. É assim em toda parte e o mundo socialista não pode vangloriar-se de ter vencido essa separação partidária. São, portanto, falíveis e mesmo falsas as considerações condenatórias que Oliveira Viana faz dos brasileiros, sobretudo dos chefes partidários.

Ele pensava, em 1921, quando escreveu esse livro *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, que o pleno e absoluto domínio dessas praxes e abusos era a normalidade da vida política, administrativa e partidária de um governo forte, como conhecem os brasileiros. Isto antes de conhecer 1930 e 1964. E então explicava que governo forte seria o que, rompendo essas praxes e abusos, tivesse a energia moral para realizar, dentro do próprio grupo a que pertence, a lei jurídica e a lei moral da Justiça: “De modo que a sua atitude fundamental seria não a de quem ataca adversários, mas a de quem resiste a correligionários, entrincheirando-se no Dever e na Lei” (p. 134). Isto constitui uma ingenuidade total, pois, se os governos normais praticam a discriminação, como exigir que governos anormais, como os de 1930 e 1964, usem a força como lei moral? Lorde Acton ensinou que todo poder corrompe, e o poder absoluto corrompe absolutamente. Foi o que aconteceu mais que nunca em nossa história em 1930-1934, 1937-1945, e sobretudo de 1964 a 1984.

Viana escreve com grande acuidade que nunca se deveria perder de vista

14. *Op. cit.*

a verdade fundamental de um povo, como o nosso, em que só o campeador rio-grandense (e seu livro sobre este devia estar ainda germinando em sua cabeça) tem a capacidade e o traquejo marcial das revoluções. Errava, porque os nordestinos tinham tanto ou mais que os gaúchos, apenas como pertenciam a outra classe que não a dirigente eram esmagados a ferro e fogo, e os gaúchos, iguais na classe social eram tratados com paciência e tolerância. Afirmava ainda que para o resto da nação o poder é o poder — não são os adversários que devem os governos temer. Esses não inquietam nunca, ou os inquietam apenas com os platonismos da berraceira escrita e falada.

Em nota, Oliveira Viana declara que se referia à oposição política feita na imprensa e no Congresso. Em 1921 não havia nenhuma probabilidade de reação armada contra o poder central, mas de 1922 em diante esse complexo se desintegrou, abrindo-se o ciclo das reações armadas. Desde a tremenda reação de Floriano em 1893 até 1922, ninguém se atreveu a levantar-se contra a autoridade do poder central. Descreve, então, o que se deve exigir de um governo forte, chefe de Estado: não é preciso que tenha a têmpera sanguinária, ou a severidade do homem de chanfalho. Basta que possua a capacidade, a fortaleza, a energia moral da resistência. Para ele, o chefe de governo, mesmo quando é uma personalidade forte, tem fraquejado, porque “nós, brasileiros, somos profundamente sensíveis aos deveres da gratidão e da amizade. Este é um dos traços mais encantadores e nobres da nossa índole nacional”.

Concordo com ele em que a estrutura dos nossos partidos políticos se assenta exclusivamente sobre esses dois sentimentos, daí o terrível embaraço dos nossos homens de governo. Sustenta, a seguir, que “a resistência dentro do próprio grupo é uma das mais terríveis provações para um chefe de Estado” (p. 136). Cita Alberto Torres quando afirma que “o Brasil carece de um governo consciente e forte, seguro de seus fins, dono da sua vontade, enérgico e sem contraste”, e que para ele, Oliveira Viana, esse governo não o poderíamos ter nunca para ter, nas palavras do Marquês de Paraná, “a coragem de resistir aos amigos”. Recorda o desdém que Joaquim Murinho tinha pelos políticos, herdado depois por Getúlio Vargas e a maioria de seus companheiros, especialmente pelos generais-presidentes.

Como Feijó foi mais um conservador que liberal, Oliveira Viana, em sua admiração por ele, cita e transcreve as condições que impôs à Regência para aceitar a pasta de ministro da Justiça. Os ministros deveriam conservar-se em harmonia, pensando somente na prosperidade do Brasil; todas as medidas relativas à escolha e demissão de empregados deveriam ser tomadas em conselho de ministros presidido pela Regência, ficando livre o ministro, quando dissidente, de fazer o que entendesse, obrigando-se a defender semelhante ato, e autorizando a sua censura em qualquer das Câmaras. As ordens para a execução das leis seriam dadas pelos ministros individualmente, independente do Conselho. Terminava justificando-se: “para que a todo o tempo, ou me resta a consolação de, quando infeliz nos resultados, ter sido fiel aos meus princípios e

à minha consciência, ou me encha de vergonha por haver faltado ao que nesta prometo” (pp. 137-38). Não vejo por que esse ato simples mereça tantos louvores de Oliveira Viana, para o qual estávamos na época daqueles varões singelos e grandes. Seu elogio a Feijó, antibonifacista, antiintelectual, totalitário — um dos precursores do totalitarismo disfarçado pela capa liberal — revela bem o sentido e a compreensão de Oliveira Viana da história do Brasil.

O artigo sobre “O Erro da Autonomia Acreana” revela sua atitude anti-liberal e favorável à desigualdade dos brasileiros; revela, também, seu antinortismo, seu antifederalismo, sua fantástica alienação, suas indevidas comparações entre os colonos alemães do Sul e os acreanos, sua abominação ao sertanejo nordestino e nortista, ao qual considera um aventureiro, e afirma que a maioria da população está fora da lei. É básico para a compreensão dessa obra a seguinte sentença que ele quer passe em julgado: “ao sertanejo do Nordeste falta quase inteiramente o senso da ordem pública” (p. 151). “É um insubordinado por educação histórica, que pede, como corretivo salvador, não o desafogo dos regimes livres, mas a coação tutelar. Nas florestas do Acre, mais que no recesso dos sertões, autonomizá-lo importa escravizá-lo” (p. 151).

Esse é seu pensamento básico em toda a sua obra, e basta qualquer brecha para que ele o expresse, com toda a clareza e vigor. E o pior é que, revelando sua incompreensão histórica, ele escreva que “essas belas prerrogativas democráticas, tão úteis e fecundas entre gaúchos e paulistas, serão ali outras tantas armas de opressão e barbárie”. Primeiro, é esdrúxulo e estranho misturar paulistas e gaúchos, e segundo é a-histórico opor autoritário a gaúcho. As comparações pecam por absoluta falta de conhecimento e compreensão histórica. Caudilho é sempre gaúcho. E Oliveira Viana tem a coragem de escrever que naquela prefiguração não vai o menor traço de pessimismo. Ele encerra uma previsão tão segura como a da vinda do cometa de Halley. “Da sua verdade, da sua evidência, da sua infalibilidade só poderão duvidar os que ignoram a nossa história e a nossa gente” (p. 153). Era o que acontecia com ele: ignorava nossa história e nossa gente, e daí as especulações descabidas.

É um desaforo histórico, uma incompetência lapidar escrever que “este pouco que ainda existe de consciência jurídica, de disciplina social, de hábitos de ordem e tranqüilidade pública na alma e nos costumes das populações do Norte, *fomos nós* [grifo do autor] que ali semeamos e lavramos, nós os que habitamos os litorais do Sul” (p. 154). Os tribunais, os juízes, tudo foi criado igualmente no Nordeste e, no Sul, até São Paulo. E no Norte antes que no Rio Grande do Sul, que é o último território incorporado à União, e era um campo selvagem disputado entre luso-brasileiros e hispano-argentinos.

Toda a sua argumentação — que ele diz objetiva — teve uma resposta fundamental no livro de Craveiro Costa *A Conquista do Deserto Ocidental*¹⁵,

15. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

que ele diz, sem base, ser um livro de natureza sentimental, puramente afetivo. Quanto a Oliveira Viana, era puramente ideologia, reacionário, a-histórico.

No capítulo “Organização da Liberdade nos Sertões (O Problema do Contestado)”, começa com um grande e espantoso equívoco ao afirmar que “os grandes construtores políticos e constitucionais da nossa nacionalidade, os que a emanciparam, a fundaram, a organizaram, a consolidaram — dos Andradas ao Feijó; destes aos elaboradores da Constituição republicana e ao contrário dos estadistas coloniais —, nunca puderam, na sua luta pela unidade nacional, formar um grande ideal preponderante de integração sertaneja, isto é, nunca puderam julgar condição indispensável à realização desta unidade nacional a incorporação da nossa vasta barbárie dos sertões à civilização do litoral” (p. 157).

Creio que essa afirmação é falsa, e isto foi o que procuramos mostrar em *Aspirações Nacionais*¹⁶. É um verdadeiro absurdo histórico que as únicas forças que se levantaram contra esse grande plano de consolidação e unificação tenham sido as capitanias históricas da costa, as oligarquias cristalizadas à beira-mar. Estas é que, desde 1822, se erigiram em centro de reação contra a obra de integração nacional. Estas é que se revelaram sempre agitadas pelo espírito liberal (pp. 157-58). Basta esse trecho acima para ver o facciosismo da tese ultraconservadora de Oliveira Viana.

Aí descamba para uma falsa comparação com a Argentina, revelando sua falta de senso e seu despreparo para esse tipo de comparação livresca. Chega ao ponto de afirmar que os conflitos entre populações sertanejas e o poder central foram sempre esporádicos, intermitentes e secundários, e que mesmo as revoluções anteriores e posteriores que tiveram o sertão nortista como centro não representaram realmente um movimento espontâneo e autonômico de sua gente: “todas elas se organizaram sob as sugestões das oligarquias da costa e refletiram integralmente as políticas das metrópoles provinciais” (p. 159). Ora, o messianismo — que na sua época não estava estudado — o banditismo, o cangaço, as lutas de famílias, não obedeciam à sugestão do Centro-Sul-Costa. A literatura posterior veio provar que eram especulativas as afirmações de Oliveira Viana.

A energia centralizadora, dirigida pelos construtores políticos da estrutura de Feijó e por estadistas conservadores como Itaboraí e Uruguai, que se desdobrou à orilha dos litorais, desde 1822, ter-se-ia desencadeado sobre os sertões. Ora, Feijó era liberal no nome e nem isso ele gosta de escrever, e nem teve a força construtora de um José Bonifácio, seu contemporâneo, nem mais tarde a desenvolvida pelos conservadores Itaboraí — mais nas finanças — e Uruguai, na política interna e internacional.

16. *Interpretação Histórico-Política*, 1ª ed. 1963, 4ª ed. 1969.

Não concordo absolutamente que estes dois últimos, que são responsáveis pela centralização, a tivessem dirigido somente no Centro-Sul e no Litoral, mas por todo o Brasil por onde ia seu enorme poder de mando. Não pode Oliveira Viana, assim, generalizar, afirmando que o abandono da centralização no Interior seria “a causa principal porque, depois da Independência, as populações do sertão se obscureceram completamente aos nossos olhos, mergulhando-se numa como caligem quase secular de abandono e olvido” (p. 160). E afirma, então, que somente quando o banditismo ou o fanatismo, como o de Canudos ou o do Contestado, se manifesta é que os litorâneos se voltam para essas vagas regiões de campos e caatingas e se dão conta dessa vastíssima Mongólia nacional. Mongólia? Que tem o sertão brasileiro com a Mongólia? É uma comparação estapafúrdia.

Quando nota que há dois séculos não era esse o estado geral dos espíritos, e que os políticos coloniais visavam exclusivamente o sertão, fala em caudilhos paulistas, o que é uma total impropriedade de expressão e de conceito. Caudilho, somente no Rio Grande do Sul. Também emprega mal, e muito mal, o conceito raça, referindo-se aos bandeirantes. Afonso Taunay criticou o uso da expressão no discurso ao recebê-lo na Academia Brasileira de Letras.

Volta às tolices raciais ao pensar que o colono vicentista era potentado, assim como julgava que ele era ariano (pp. 164-68). Ainda não aparecera o grande livro de Alcântara Machado *Vida e Morte do Bandeirante*¹⁷, que mostrou que São Paulo foi pobre até por volta de 1850 e, mesmo na Independência, era um burgo modesto, quanto mais na época bandeirante. Todo o trecho de Oliveira Viana sobre os bandeirantes (pp. 160-68) é meramente especulativo e desconhece os grandes estudos que Basílio de Magalhães, Afonso Taunay e Alcântara Machado fizeram.

O que julgo muito bem apanhado, compreensivo, de uma grande capacidade elucidativa é quando fixa a relação entre o bandeirismo e o banditismo. “Fixemos bem este ponto”, adverte¹⁸. “Ele é ângulo do qual podemos apreender a relação entre o fenômeno do bandeirismo e o fenômeno do banditismo em nossa história”.

Eles caminharam, disseminaram-se, num compasso vertiginoso sem a cobertura tutelar do poder público organizado. Isso é de uma percepção extraordinária, nunca dito por nenhum estudioso do bandeirismo. E observa muito bem que o governo procurou vencer essa anomalia e cobrir a sociedade colonial, à medida que ela se ampliava, com a tutela legal, para evitar o caos do desmembramento.

O que não compreendo é sua insistência em caudilho do sertão, o que é um caso típico daquilo que Huizinga chamava inflação de conceitos. Só existe caudilho no Rio Grande do Sul, e generalizá-lo é uma impropriedade histórica.

¹⁷. 2ª ed., São Paulo, 1930.

¹⁸. O fato da penetração ser tão grande torna-os absolutamente inatingíveis.

Para ele, a sociedade sertaneja é uma sociedade atormentada, parecendo, aos olhos da gente do Litoral-Centro-Sul, anárquica e revolucionária. O exemplo que cita sobre o conflito havido entre o governador de São Paulo, que mandara fundar Lages, sob jurisdição rio-grandense e a ameaça de levante dos moradores do Sul, assim como a impotência do vice-rei não é nenhuma novidade, pois os vice-reis tinham tanto na Bíblia — ainda bem menos — como no Rio de Janeiro um poder restrito, tudo sempre devido à enorme distância entre a sede do vice-reinado e o foco da desordem.

Julgo também muito bem achada a heterocronia entre a marcha territorial da sociedade e a marcha territorial do poder, a discordância, como escreve, entre o social e o político. Mas considero uma generalização descabida afirmar que grande parte, senão todas as anomalias constitucionais do nosso povo, são explicadas por essa causa geral. Não se trata, para nós, de anomalias constitucionais e sim sócio-econômicas, porque, usando de suas próprias palavras, “a expansão geográfica da sociedade tem sido sempre maior do que a expansão geográfica do Estado” — e que esta seria a origem do banditismo, do cangaceirismo, do caudilhismo (não é fenômeno nosso), do fanatismo, dominantes no seio das nossas populações do Interior. Esta é, para ele, a causa fundamental e original. Para nós isso significa ver o fenômeno pelo seu aspecto externo, o poder do Estado e, tutelando, evitar sua eclosão, mas não perceberia nada sobre as razões espirituais e morais que causam esse fenômeno. A falta de sincronismo entre o desenvolvimento territorial da sociedade e o desenvolvimento territorial da autoridade é um motivo externo, pois poderia não haver autoridade e não haver messianismo, ou banditismo social. .

É completamente falso seu argumento de que as estradas de ferro, caminhando ao compasso da expansão, permitiram aos governos do Litoral levar a legalidade e a ordem até as profunduras do Far West. Não levam, e basta ler os grandes historiadores do Far West americano, Turner e Webb, para ver que o banditismo foi muito maior lá que aqui. Existia o fato da disparidade entre a área da expansão social e a área da eficiência política, mas a causa não é somente geográfica e física, ou jurídica e política; é moral, espiritual, econômica, social e nem serve, nem se pode empregar a expressão *caudilho* referindo-se ao bandido sertanejo, ao cangaceiro rural. Caudilhismo é fenômeno platino e do Brasil sul-rio-grandense, nunca brasileiro e muito menos sertanejo. Ele sabe o contemporâneo e o Sul, mas desconhece até mesmo os grandes bandidos sertanejos como Vicente Paula, dos sertões nordestinos. As referências são sem citação, e quando cita, cita mal. O plano velado e securíssimo desses admiráveis (!) administradores era aproximar o mais possível o caudilho do poder. Escreve que, não sendo possível trazer o caudilho às regiões policiadas da costa, levavam o poder até o caudilho.

Com esse sistema de povoações e vilas corrigia-se, e habilissimamente, não apenas a extrema dispersão demográfica, que era o grande mal da Colônia, como também essa tradicional discordância entre a área da eficiência prá-

tica do poder e a área de expansão colonizadora. Viana mostra, então, a crescente multiplicação nos altos sertões de centros policiais estáveis e organizados, pondo-se, de modo permanente, os bandidos, caudilhos (!) e sertanejos ao alcance rápido e eficiente da autoridade (p. 177). Condena o sistema republicano empregado em Canudos e no Contestado, diferentíssimo. Contra as explosões intermitentes da indisciplina sertaneja, os estadistas republicanos fazem uma vasta mobilização de brigadas militares, que se movem da costa às selvas, assediam o foco do banditismo, dizem a fogo de metralha os sertanejos bravos.

Como se vê, Oliveira Viana descreve os fatos e não critica a ação do governo e do exército, nem se apieda das pobres, miseráveis e enfraquecidas populações sertanejas, abandonadas pelo poder à sua sorte, não assistidas da ajuda de empregos, educação e saúde, marginalizadas na vida brasileira. Sua crítica se limita aos processos de governo colonial e imperial e o republicanismo. As regiões “pacificadas” sob os escombros das choupanas destruídas e incendiadas nada fazem, nada constroem, nem mesmo que seja para restabelecer a legalidade ou a soberania do poder público. Leia-se Euclides da Cunha e ver-se-á a maldade intrínseca do poder e do exército e a falta de visão das autoridades.

Afirma, com toda razão, que os antigos administradores coloniais não se limitariam a fuzilar os bandidos do cangaço; teriam estabelecido no meio deles um centro de autoridade estável e definitiva; teriam fundado povoações. Os estadistas coloniais agiam por ação preventiva e os da República por ação repressiva. Daí a conclusão: “os estadistas da Colônia eram incomparáveis construtores da ordem; os da República são apenas destruidores da desordem. Não constroem nada. Metralham, dizem, chacinam, arrasam”. Não acho que o exército cumpriu o que lhe mandavam o dever e a ordem. O exército exorbitou e ficou coberto de vergonha.

Como todo conservador, Oliveira Viana é um grande louvador da política colonial e afirma que a grandeza desta estava, entre outros objetivos, na questão da fixação da nossa plebe rural ao solo ou na localização dos trabalhadores nacionais. Pergunta-se se é possível renovar nos altos sertões esta sábia política de há dois séculos? (p. 182). Primeiro, nunca um verdadeiro historiador desconheceria que é impossível repetir o passado. Mas sua sociologia à *Le Play* e sua falta de teoria filosófica permitem-lhe discutir na mais santa ingenuidade tal pergunta e afirmar que para a renovação dessa política havia dois formidáveis obstáculos: a ausência de uma aristocracia rural (!), como a paulista dos séculos segundo e terceiro, que não se reproduzira jamais, e, de outro lado, a feição geral da psicologia nacional em nossos dias, que leva, nas zonas meridionais, as classes superiores do Interior a se voltarem, fascinadas, para esses grandes focos de concentração nos litorais e nos planaltos. Em resumo, diz ele, o absentismo rural, a fuga à floresta e ao campo foram os resultados.

Bem, nem existiu aristocracia rural, nem hoje, com a urbanização dos sertões, permite-se a existência dos grupos de bandidos sociais. Não há caudi-

lho, como ele fala, mas continua crescendo a violência individual, o bandido individual, pertencendo ou não a grupos, que agem ou não em grupos. O banditismo é hoje mais cidadão que sertanejo e a autoridade pública é incapaz de vencê-lo enquanto a sociedade e a economia nacionais não assimilarem a grande maioria do povo brasileiro, marginalizado e sobrevivente.

Na seção “O Meio e o Homem”, o primeiro capítulo é sobre Feijó, o mais completo conservador autoritário, reacionário disfarçado sob a capa de liberal. Tanto que não há conservador consciente que não lhe louve a ação. Esse ensaio é uma louvação a Feijó, que tanto é feita por ele, como poderia ser feita por Miguel Reale: “Nós brasileiros do Sul e do Norte, devíamos cultivar a memória de Feijó, como os antigos os seus políadas fundadores. Feijó teve entre nós uma missão igual. Foi ele, por assim dizer, quem fundou, aqui, o poder civil; quem estabeleceu em nossa pátria o prestígio da autoridade e da lei; quem deu à nacionalidade a sua integração atual” (p. 189). E chega ao ponto de escrever esta blasfêmia: “Mais que patriarca andradino, devia ser ele o nosso herói fundador” (pp. 189-90). Refere-se ao período regencial quando José Bonifácio, voltado de um exílio de sete anos, estava amaciado e não era o mesmo. Concordo inteiramente que “os Andradas representam, em nossa evolução política, o princípio da Liberdade. Feijó é a personificação da autoridade em nossa terra” (p. 190). Feijó é a representação da autoridade e da ordem, princípios fundamentais dos conservadores. Sua significação política está assim expressa: “Ele é quem preparou o triunfo definitivo do poder público sobre os remanescentes da anarquia colonial. Ele é quem consolida a hegemonia da capital fluminense sobre todas as capitais do país. Ele é quem assentou, afinal, sobre bases permanentes a unidade nacional. Das mãos da Regência Trina recebeu autoridade pública fraca, desmoralizada, multiplicada pelo ato da abdicação do Príncipe, pelo centrifugismo das províncias, pela turbulência generalizada de facções anárquicas, pela indisciplina das forças armadas em plena ebulição militarista, — e a restitui restaurada e acrescentada no seu prestígio e desse prestígio é que viveu o Segundo Império em todo o seu decurso — e estamos vivendo ainda (1942)” (p. 190).

Esse trecho confirma muita coisa. Primeiro, que Oliveira Viana não era um historiador, pois de outro modo não teria personalizado a história, como o fez atribuindo a Feijó a produção de um processo histórico complexo. Segundo, a anarquia da Regência (1831-1841) e a vitória dos homens da ordem, das autoridades, se deu pós-Regência e Feijó foi ministro da Justiça (1831-1832) da Regência Trina Permanente (17 de junho de 1831 a 12 de outubro de 1835) e regente (12 de outubro de 1835 a 18 de setembro de 1837).

A vitória veio com o Segundo Império, como produto liberal, conduzida por Antônio Carlos, um dos três grandes Andradas, mas quando subiu ao poder o segundo gabinete da Maioridade (23 de março de 1841), o Visconde de Uruguai e Bernardo Pereira de Vasconcelos começaram a influir no sentido da imposição da ordem, do respeito à autoridade, da centralização e de outras me-

didadas, que não cabe aqui sumariar, que estabeleceram a vitória da unidade. A vitória da unidade foi conseguida por um conjunto de causas. Terceiro, o trecho citado é de um exagero absoluto e inexato historicamente; acaba sendo uma apologia incorreta. Concordo que foram de Feijó os quatro grandes trabalhos durante a Regência e isto só vale uma grande vitória: a repressão ao militarismo, reduzindo a força do Exército, que era a fonte da indisciplina, e a criação da Guarda Nacional. Foi uma medida que exigiu coragem, peito, bravura. A organização regular e eficaz do policiamento geral do país é um efeito da criação da Guarda Nacional. Sobre a moralização e a disciplina do funcionalismo nacional não vejo o que louvar, porque apesar de grande melhora ele ainda deixa muito a desejar. O quarto, ou seja a luta contra as tendências separatistas e a conseqüente unificação do país não se deve a Feijó. É um fenômeno complexo, que merece estudo à parte¹⁹. Oliveira Viana cita como um fato louvável o ter Feijó nas Cortes portuguesas declarado que ali não havia mandatário do Brasil; os americanos neste recinto representam apenas as províncias que os elegeram.

Ora, o caráter bairrista ou municipalista, como queiram, prova que ele não possuía sentimento nacional, e, assim, não poderia mais tarde ser o responsável direto pela unificação nacional. Especialmente se contarmos que seu motivo para dizer as palavras que disse era baixo, mesquinho, porque não aceitava a autoridade do Primeiro-Ministro José Bonifácio, nem respeitava as instruções admiráveis que este havia feito para guiar a representação de São Paulo, a única que contou com uma orientação geral, com instruções gerais para a sua conduta nas Cortes portuguesas. Feijó invejava os Andradas e sobretudo José Bonifácio, que já era então reconhecido como o maior brasileiro.

Esse Feijó que aparece assim é o reacionário de Itu. Não via nem representava o Brasil, como José Bonifácio via e representava. Péssimo orador, mau escritor — tudo que escreveu é medíocre — desde sua representação, quando deixa Lisboa, invejava o verbo incomparável de um dos maiores oradores que o Brasil conheceu, Antônio Carlos.

Feijó era galicano, jansenista; daí suas divergências com a Igreja e a nomeação do bispo do Rio de Janeiro, criando um caso com o Vaticano. Não era nem equânime, nem isento, nem imparcial. Era apaixonado, faccioso e secundário. Se (está fora da história, porém me permito fazer aqui uma comparação) pudéssemos, diria que foi o precursor de Jânio Quadros, não somente na renúncia, mas no fingimento, na falsidade, na equivocação, na falsa cultura. Dizer, como escreveu Oliveira Viana²⁰ que Feijó não protegeu partidos e pessoas, é inteiramente falso. Feijó, como Jânio, foi uma expressão aberrante

19. A questão da unidade nacional é um problema muito complexo e sobre o qual falarei em outro escrito, em parte inacabado, sobre como os brasileiros vêem a si mesmos.

20. Ele e Jânio fizeram péssimas nomeações porque não conheciam as pessoas qualificadas no Brasil.

do nosso temperamento político. E acabou, como Jânio, na obscuridade, depois de preso por ordem de Caxias, derrotado como um dos chefes da revolta de 1842 em São Paulo e Minas.

Feijó é um espírito medíocre diante de José Bonifácio. Escreve Oliveira Viana que, como político, ele era um paradoxo, e ficava à parte da média da nossa mentalidade coletiva. E chega ao ponto de afirmar que as qualidades mestras do seu caráter não são exatamente as do caráter nacional. Ele era um estudando criador da ordem. Aí está a palavra mágica que atrai a simpatia dos conservadores. Mas nem por isso deixou, ele próprio, de fazer sua revoluçãozinha, a fracassada revolta pseudoliberal de 1842.

Oliveira Viana reconhece que esse grande debelador de revoltas não era uma inteligência deslumbrante, rica em poder de assimilação, penetração e intuição. E menos ainda um talento artístico e literário. Ou uma poderosa cultura. Ou um grande e sugestivo orador, da feitura dos Andradas (exceto José Bonifácio, que era péssimo orador). Mas era lúcido, positivo, seguro, vendo as coisas como são, com firmeza, segurança, precisão. E era um indignado como Evaristo da Veiga, que, tal como ele, tanto hostilizou José Bonifácio. Sua oratória é rústica, pobre, sem vibração, e Oliveira Viana cita o trecho rude com que encerra a sessão parlamentar de 1836, modelo insólito de laconismo, que provocou vibrante irritação da Câmara.

Louva Oliveira Viana tanto a sua franqueza ríspida e desabrida, como a sua inflexibilidade cívica. Quem uma vez disse em cortes estrangeiras que ninguém representava o Brasil, mas apenas seu Estado, não tinha essa louvável inflexibilidade cívica, tanto mais que ele veio a chefiar o movimento revolucionário de 1842.

Louva ainda sua fidelidade à palavra dada, sua simplicidade de costumes, seu temperamento obstinado e irredutível, este incomodando mais que ajudando um político. Oliveira Viana cita, sem indicação da fonte, que um velho ituano, seu desafeto, escreveu que Feijó era um “destes homens cabeçudos, que querem levar avante seja por que via e modo for”, e que “este gênio, que podia ser muito útil no Itu para levar a efeito algum serviço rústico, aqui lhe pode ser funesto”.

Compará-lo nas qualidades a Bismarck é ridículo e grotesco. Concordo inteiramente com os demais atributos que lhe dá: “íntegro, radical, irredutível, medularmente honesto e com uma alta consciência cavalheiresca da sua própria hombridade, não conhecia, no trato político, os movimentos ondeantes e sinuosos da conciliação e da acomodação”. Oliveira Viana destaca e elogia as características do autoritário que ele tanto apreciava em Feijó e nos autoritários que infelizmente tivemos ao correr da nossa história. Gostava de impor, e, inimigo de José Bonifácio, dizia: ou este deixa a tutoria, ou eu deixo a pasta da Justiça. Gostava, como autoritário e atrabiliário, de dizer também que “ou a confirmação do Bispo do Rio de Janeiro faz-se em trinta dias, marcados pelo nosso embaixador, ou o Brasil separa-se da comunhão romana”. Nessas duas

frases de exigência revela-se o homem forte, dominante, arrogante que serve aos regimes ditatoriais e não-democráticos, e explicam a simpatia de Oliveira Viana por ele.

Com a morte de Evaristo da Veiga, outro energúmeno, igual a Feijó, e com a oposição de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ele sentiu-se só, desamparado, e, incapaz de uma política de acomodação, renunciou, para o nosso bem. Ele e Evaristo foram, na nossa história, exemplo igual ao de Carlos Lacerda, que tinha uma máscara liberal, mas era autoritário, partidário de regimes despóticos.

O capítulo “Caxias: Traços da Sua Personalidade” não é dos melhores ensaios de Oliveira Viana. Começa bem, lembrando que Caxias foi um grande homem, que nunca encontrou obstáculos na sua carreira; o meio e as oportunidades, por um conjunto feliz de coincidências e circunstâncias, colaboraram de maneira tal que lhe permitiram dar uma aplicação integral a todas as suas admiráveis qualidades pessoais.

Não concordo que se negue ao seu imenso papel as vantagens do nascimento e da posição: neto, filho e sobrinho de generais; nem aos imprevistos da sorte, mas devem-se somente às peculiaridades que caracterizam e definem sua inteligência e sua sensibilidade. Caxias para ele tinha “uma intuição pragmática, uma visão imediata e concreta das cousas e dos homens, das condições do meio, de todos os dados dos problemas, táticos ou estratégicos, que lhe cabia resolver” (p. 205).

Com seu mau gosto pela citação de autores secundários, refere-se a um tal de Mentré, hoje inteiramente desconhecido nos dicionários biográficos, e dele se serve para tratar de uma grande personalidade. Melhor fora que se apoiasse em livros e autores brasileiros contemporâneos.

Escreve bem que sua inteligência era objetiva, lúcida, via tudo, tudo previa, intuía tudo (p. 205). Possuía Caxias uma compreensão aguda e exata da psicologia das massas e dos grupos humanos; seu cérebro era uma máquina admiravelmente construída para perceber o concreto e raciocinar sobre realidades.

Em suma, para Oliveira Viana, Caxias foi o maior dos nossos cabos-de-guerra, era um soldado por vocação, um guerreiro, por exemplo, como Osório e Garibaldi. A citação de Garibaldi parece-nos imprópria e inadequada; na verdade, ele nega que fosse um soldado por vocação, como Osório, não Garibaldi, dizemos nós. Caxias era na guerra e na paz um grande organizador, um grande administrador.

Faz, então, uma mera especulação inadmissível num historiador. Caxias fora um soldado porque seus avós o foram; porque tinha generais na família, principalmente porque seu avô e seu pai o eram e porque na sua época a carreira das armas era a mais nobre das carreiras. Este final é de caráter duvidoso.

E fez então a suposição, puro palpite, afirmação ousada, destituída de documentação, ou pior, de compreensão histórica. Se não tivesse as qualida-

des que teve, não era pela sua ascendência que ele seria um dos maiores generais brasileiros. E supor que, se não o fosse, “teria sido um dos maiores homens de governo do Brasil, um dos seus maiores estadistas, do porte, da projeção e da eficiência de Uruguai, Itaboraí, Olinda ou Paraná”.

É certo que no episódio da Questão dos Bispos ele procede como um estadista. Quando foi conselheiro de Estado, Caxias no seu pronunciamento pediu a rigorosa punição dos bispos e foi favorável à sua condenação e prisão.

Com a queda do gabinete do Visconde de Rio Branco, Caxias assume a presidência do vigésimo sexto gabinete. Sua primeira medida é reunir o Conselho de Estado para examinar a Questão dos Bispos. E, apesar da unanimidade dos conselhos contra a anistia, ele a concede²¹. Oliveira Viana louva-lhe a bravura, usada somente nos grandes momentos em que sentia ser preciso incutir nos seus comandados a coragem e o ímpeto. Acha que a coragem de Caxias era arrebatada por um impulso, por instintos recalcados, ou excitados, enquanto Caxias agia calculadamente, na hora própria e precisa, sem nunca perder a lucidez e a calma. Acrescenta, como conclusão, que, se as sensações da visão direta do fogo inimigo e da carnagem dos combates nunca lhe abalaram a emotividade e lhe perturbaram a consciência, Caxias foi o mais completo tipo de chefe que tivemos até então na nossa história militar.

Vêm depois aquelas costumeiras intromissões em terrenos que desconhecia, ou mal conhecia, como as investigações que chama psicofisiológicas. É uma ciência obscurecida pelo seu despreparo, sobretudo em psiquiatria, que audaciosamente usa. E nesse trecho confuso de psicofisiologia suburbana, Oliveira Viana ainda especula com o se na história, como se fosse possível assegurar que se ele não foi psicofisiologicamente o que foi, seu papel em nossa história seria outro.

Fosse ele um esquizóide e teria sido um ambicioso do poder, com vocação caudilhesca (p. 213), esquecido, como sempre, de que caudilho no Brasil só o Rio Grande do Sul produziu, por influência platina. Digo, ao contrário de Viana, que Caxias, como fluminense, nunca poderia ser um caudilho, e creio mais, neste caso, nos fatores geográficos ou geopolíticos que nos psicofisiológicos. Não aceito também sua conclusão de que Caxias, com seu espírito realista, não percebia nenhum sentido nacional nos partidos, “mesmo quando, como no Império, eles se rotulem com o título de partidos nacionais e ostentem programas nacionais”.

Seus exemplos, no manifesto aos balaios, sua filiação ao Partido Conservador, sua obediência à ordem imperial de entrega do poder a Sinimbu, não nos convencem que ele fosse um descrente dos partidos nacionais, nem pela fatalidade (!) do próprio meio, ou pela pressão do ambiente, ou pela força da tradição.

21. Vide *Atas do Conselho de Estado*, Senado Federal, Brasília, 1976.

“Ele era um militar por vocação, mas isso não significa que sentisse a incompatibilidade existente entre os Partidos, que são associações personalistas e locais [!], e a Força Armada, instituição de estrutura e finalidade nitidamente nacionais”.

No capítulo seguinte, sobre “Caxias e Seu Papel Histórico”, o louvor apologético empanece o elogio marcado, especialmente quando diz que não sabe “de outro [grande homem] que conte com um acervo de serviços mais altos e fecundos, mais essenciais: ele pertence à estirpe gloriosa e rara dos construtores de nacionalidades”.

Escreve, com razão, que “os grandes estadistas, que fundaram e consolidaram o Império, não teriam podido realizar o seu alto pensamento político se não fora a colaboração da espada de Caxias”. E aí novamente cita Feijó, que um historiador conhecedor da história do seu país jamais citaria entre os construtores nacionais, e esquece-se de José Bonifácio, Pedro II, os Rio Branco, o visconde e o barão, que se não comparam com Feijó.

É inexato, absolutamente inexato, escrever que sem ele estaríamos esfaelados num mosaico inexpressivo de pequenas pátrias. Não foi porque a “espada de Caxias impediu que o inimigo interno, perturbando a ordem, nos dividisse, e o inimigo externo, pisando o nosso território nos espoliasse”.

Nem desfrutamos de uma incomparável e incontrastável ascendência na América e no Mundo. Somos uma nação modesta, quando ele escrevia em 1921 e ainda hoje, em 1984, quando os economistas ousam dizer que estamos entre as dez primeiras economias do mundo. Se estivéssemos entre as dez primeiras, seríamos ouvidos nas decisões importantes mundiais. E continuamos a comer história universal fabricada pelos grandes e a produzir história doméstica. Somos dependentes e periféricos da economia mundial.

Num trecho de bela e profunda admiração, Oliveira Viana acentua as qualidades morais e cívicas da personalidade de Caxias, “saído deste viveiro de gentis-homens, que era a velha província fluminense”. Das suas principais qualidades destaca aquela que, para ele, superava todas: seu instinto de ordem e de disciplina e seu sentimento da unidade e da integridade nacionais.

Segue-se um ensaio sobre “Joaquim Nabuco (O Homem e o Esteta)”, que pouco acrescenta aos estudos sobre Joaquim Nabuco e menos ainda à obra de Oliveira Viana. Primeiro, como sempre, não concordo com a escolha que faz dos grandes brasileiros, misturando figuras de menor relevo com os maiores do Brasil-Império.

Fala nos grandes debates parlamentares, mas sem conhecimento mais íntimo do Parlamento, seus exemplos são fraquíssimos. Esquece-se de um dos maiores debates parlamentares — o da criação do Conselho de Estado²², que ocupa 800 páginas dos *Anais da Câmara*, e onde brilharam Bernardo Pereira

22. José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Senado Federal, Brasília, 1978.

de Vasconcelos, Paula Sousa, Vergueiro, Caravelas, Holanda Cavalcanti. Esquece-se também de um dos maiores debates já havidos no nosso Parlamento, na sessão de 24 de maio de 1862, na qual Saraiva procurou justificar a organização eclética do Partido Progressista, no qual se misturam liberais e conservadores. Depois cita a justificativa do programa do gabinete de 15 de janeiro de 1864, e, finalmente, a sessão de 6 de agosto de 1861, quando o Conselheiro Furtado rebate a ironia dos que consideravam “declamação metafísica a discussão de princípios”.

Segue-se, então, o melhor trecho do ensaio, quando ele mostra que Nabuco pertencia “à última geração de parlamentares em que os oradores, mantendo embora a linha tradicional de nobreza e dignidade, não afetavam mais a toada internacionalmente solene dos oradores do Primeiro Império e da Maioridade. O seu alto sentimento estético, o seu bom gosto congênito o afastava, aliás, deste gênero tribunicio, cujo maior representante, por mais literário e mais culto, foi, por certo, Sales Torres Homem”. Acrescenta que ele se singularizava “entre aqueles oradores lúcidos e fáceis que dominaram os últimos decênios do Império, Cotegipe, Martinho Campos, Ferreira Viana, Lafayette” (p. 299).

Escreve depois sobre a diferença regional dos oradores, achando que o Sul produzia tribunos graves e sensatos; Pernambuco, audaciosos, veementes do liberalismo radical, e os baianos faziam declamações cintilantes, irônicas (!), elegantes, sendo Cotegipe rico em trocadilhos mentais de duplo sentido, de frases equívocas, em que era mestre. Louva o orador Nabuco e julga que ele tinha cultura clássica e possuía tão artística forma que lhe fazia lembrar, por ser único (!), Renan, também o único (!) entre os franceses contemporâneos.

Comparando-o com Euclides da Cunha, afirma que este lhe dá a sensação de rapidez faiscante, que chega a incomodar e que mesmo Machado de Assis, a despeito de suas características de aticismo, não se lhe compara — e sintetiza, dizendo que Nabuco escritor é Nabuco *gentleman*: “Não é pródiga a natureza desses exemplos de harmonia entre o corpo e o espírito”. Nabuco, neste ponto, era um privilegiado. E descreve, emocionado, a visão que teve de Nabuco e o Barão do Rio Branco com Elihut Root, na Conferência Pan-americana.

Vem depois seu belo discurso sobre Alberto de Oliveira ao tomar posse na cadeira deste na Academia Brasileira de Letras, no qual revela suas extraordinárias qualidades de escritor, sobretudo quem escreve sobre história, sociologia, antropologia e prosa de ficção.

CAPÍTULO 6

A EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Decorridos dez anos da primeira edição (1923-1933), Oliveira Viana não introduziu nenhuma modificação, senão ligeiríssimos retoques de forma, neste livro. Para ele, os dez anos não trouxeram nenhum desmentido às suas afirmações, as robusteceram. Todas as tendências se acentuaram: socialmente, a tendência colonizadora para os chapadões centrais; etnicamente, a evolução *arianizante* dos grupos miscigenados; politicamente, o movimento para a centralização, para a ascendência do poder central.

Considera que, dos seus livros, este foi o único que teve uma crítica pouco simpática, limitada à questão da presença do “famoso dólico-louro do *H. europeus* de Lapouge, na aristocracia do bandeirismo”. Ele mesmo reconhece que era “apenas uma vaga conjetura, simples e inocente hipótese, sem alcance nenhum prático, que ele havia aventado como fator provável da psicologia excepcional dos antigos primeiros paulistas”. Os críticos, uns de boa fé, como Taunay e Ellis, e outros de visível má fé, não quiseram [ver] esta tese como uma hipótese, uma suposição, e a tomaram como definitiva.

Acentue-se de imediato que Oliveira Viana reconhece que é capaz de construir interpretações na base de conjeturas simples e inocentes, como vimos apontando ao longo deste estudo. Toda a sua obra se baseia em hipóteses, conjeturas, que servem para desenvolver seus livros.

Daí a conclusão lógica, que parece surpreendê-lo, de que ele expunha e defendia a tese da superioridade da raça germânica. A atoarda foi grande e ele escreve que o único que não deu significação à crítica foi ele porque sempre considerou o tema como secundário. O ponto era e é sério, e ele, em contato com as fontes científicas, renovou suas idéias sobre este e outros problemas da etnologia e da antropologia-sociológica. A síntese desta sua renovação se encontra no livro *Raça e Assimilação*¹.

Escreve que a questão da raça germânica, do dólico-louro, de sua superioridade, reduziu muito de sua importância diante de outros problemas, como o das seleções telúricas (!), o da imigração, o da assimilação, o dos cruzamentos, o da psicologia diferencial dos tipos antropológicos que absorveram seu pensamento e o gosto da investigação.

1. Companhia Editora Nacional, São Paulo; 1932.

Defendia a tese indefensável hoje de que o clima incompatibiliza o nosso meio para o *habitat* do grande tipo de Lapouge (o ariano). Assim, com um ar de presunção, declara que a segunda parte, que versa sobre a evolução da raça, foi a única que sofreu realmente crítica e contestação: “Quando as outras duas, sobre a evolução da sociedade e evolução das instituições políticas, passaram incólumes e nenhuma crítica se fez que me obrigasse à defesa. Devem estar certos, pois”. E termina confiante: “Revendo-as, agora, reconheço que meu pensamento não sofreu, em relação a elas, modificação alguma. Daí subscrevê-las, hoje, como o fiz há dez anos: com a convicção de que podem ser lidas em confiança pelas consciências honestas, que procuram, de boa fé, um raio qualquer de verdade sobre o nosso passado”.

Capistrano de Abreu não teve boa impressão de suas *Populações Meridionais*: “Ultimamente estou lendo Oliveira Viana sobre *Populações Meridionais*, livro erudito, bem escrito, bem meditado, mas, ao menos para mim, nada convincente até a página 57, onde cheguei. O autor não gosta de mim, deduzo pela omissão proposital de meu nome; note bem que escrevi proposital e não escrevi muito propositalmente. Pouco importa; se os gostos fossem os mesmos em tudo, desde muito o mundo andaria pelos ares; verdade é que a perda não seria grande. Veio-me agora a curiosidade a respeito do Dr. Pompeu (pronuncia-se como chapéu; assim ainda pronunciavam Pirinéus em Goiás). Se não me engano, você achou o testamento; é possível haja ainda o inventário; na monografia arquiépiscopal sobre Araçariguama parece são postas em dúvida as afirmações de Taques. Diga-me algo sobre o assunto, sem pressa; Le Play, mestre de Oliveira Viana, levou-o a conseqüências”².

Em outra carta, sem data, mas de 1926, dirigida a João Lúcio de Azevedo, ele escreve: “Posso garantir o livro de Oliveira Viana. Vou escrever a um amigo para ver se ele lh’o manda diretamente. Se não for possível mandar-lhei meu exemplar. A impressão deixada por seu primeiro êxito sobre as populações meridionais do Brasil é que *conhece melhor Le Play que nossa terra*. Só uma vez falei-lhe; é fluminense de Saquarema ou Maricá, é abastado e não pobre como diziam; parece também que dominou a tuberculose que o ameaçava; filia-se aos mulatos claros do Rebouças”³.

Ao escrever a Paulo Prado, aos 13 de fevereiro de 1921, de Poços de Caldas, declara que “trouxe três ou quatro volumes ligeiros, contando que todo o tempo seria pouco para o bacaeri. Agora posso tomar uma folga. Se tiver à mão, remeta-me as *Populações Meridionais*, ou cousa que valha, de Oliveira Viana. Tenho ouvido falar bem dele. Suspeito que se inspira nas idéias de Le Play (será mesmo assim que se escreve?), com as quais não vou muito, pelo pouco que sei”⁴.

2. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954. I. pp. 322-24.

3. *Op. cit.* II, p. 355.

4. *Ibid.*, II, p. 407.

Ainda escrevendo para Paulo Prado, em novembro de 1922, diz ter lido “com simpatia o artigo de Júlio de Mesquita, a quem fui ligeiramente apresentado na passagem para o Rio Grande do Sul. Ele tem carradas de razão; *para que ler testamentos, inventários, atas da Câmara?* Está tudo no Le Play, está tudo na *Science Sociale (Revue)*, está tudo no Oliveira Viana”⁵.

Novamente escrevendo para Paulo Prado, em abril de 1926, pergunta: “Que me diz do *clã*? O Viana está grassando”⁶.

Dirigindo-se a Rodolfo Garcia, aos 7 de maio de 1925, escreve: “Lúcio de Azevedo deseja possuir o livro de Oliveira Viana sobre o povo brasileiro e sua evolução. O autor frequenta o Instituto Histórico; talvez fosse possível obter dele que mande a obra diretamente pelo correio, registrado, à minha custa *ça va sans dire*”⁷.

Noutra carta a Afonso Taunay, Capistrano escreve que “Oliveira Viana ignora o que é *economia doméstica*, em que produtor e consumidor formam um grupo fechado como Pompeu até certo ponto que até produzia vinho, e a *economia urbana* que produz só para a freguezia, limitando-se o trabalho do produtor quase que ao feito, porque o consumidor forma a matéria-prima. Assim a obra dele me parece cheia de afirmações cujos fundamentos parecem duvidosos, ao menos eu não os conheço. Muitas vezes estaco indeciso: escreveu ele tal coisa porque os documentos o autorizam? ou apenas porque as doutrinas de Le Play lhe sopram? Calógeras, a quem dei o livro a ler em Ouro Preto, gostou. Eu tenho lido muito pouco, porque podem atribuir a despeito qualquer reserva e teria a fazer muitas”⁸.

Bem, concordo muito com o que escreveu Capistrano de Abreu, sobretudo que Oliveira Viana parecia conhecer mais Le Play que o Brasil — ele que tanto acusou nossos políticos de irrealistas — e também a frase que diz que ele afirmou tal ou qual hipótese não porque os documentos o autorizem, mas porque se inspira em Le Play. Como Capistrano de Abreu, minhas reservas são infinitas aos que generalizam na história política conhecendo pouquíssimo de história geral do Brasil. Aliás, Oliveira Viana não está sozinho nesse rumo, pois ainda hoje (1984) há sociólogos e cientistas políticos que fazem o mesmo: usam a história geral primária de certos autores primários e interpretam os fatos, pseudos e falsos fatos, segundo às teses dos seus doutrinadores.

A verdade é que João Lúcio de Azevedo não teve essa opinião, mas ela é bastante reservada: “Estou lendo com infinito gosto o livro de Oliveira Viana, que é possível peque um tanto nas generalizações, mas de leitura fascinante pelo assunto, pelo modo de exposição e pelo estilo. Grande escritor me parece o homem, em toda a acepção do termo”.

5. *Ibid.*, II, p. 428.

6. *Ibid.*, II, p. 476.

7. *Ibid.*, III, pp. 78-79.

8. *Ibid.*, III, p. 253.

Afonso Taunay, no discurso com que o recebeu na Academia Brasileira de Letras aos 20 de julho de 1949, afirmou que ele se consagrou “escritor desde os dias em que o nosso público conheceu as páginas das *Populações Meridionais do Brasil*. Era legítima novidade em nossas letras um ensaio destes e de tal tomo, envolvendo uma série de questões sociológicas, etnográficas, históricas a cada passo correlatas e intimamente entrelaçadas. Era um livro de mestre e provocou uma estréia de mestre, saudada de Norte a Sul por um coro de arroubados aplausos. Para ele me chamou Capistrano de Abreu a atenção, com positivos gabos, embora se sentisse algo desapontado, porque não havíeis, a seu ver, assaz aprofundado certos aspectos da nossa formação, por ele acentuados nesses magníficos *Capítulos de História Colonial*, básicos em nossas letras históricas. Era a queixa decorrente do apreço em que tinha a vossa obra, e lembro-me que me apressei em transmitir-vos a reclamação *nec pluribus impar* da ciência de nossos fastos. Mal nos conhecíamos ainda e esta apresentação das reclamações de Capistrano proporcionou-me o ensejo de verificar a equanimidade de vosso espírito aberto às sugestões leais. Assim vos comuniquei uns poucos reparos do mestre, reparos que atendestes, com a maior atenção, ao fazerdes a segunda tiragem da obra”⁹.

Quem teve a felicidade de conhecer a alma generosa de Afonso Taunay há de reconhecer que, num discurso acadêmico formal, a forma de crítica não exprimiu o pensamento severo de Capistrano de Abreu.

O que Austregésilo de Athayde escreveu, ao substituir Oliveira Viana aos 14 de novembro de 1951, sobre as *Populações Meridionais* traz a marca da ligeireza, da superficialidade, da formalidade, da frivolidade do jornalista que nada sabe nem de história nem de sociologia, nem de Le Play, nem de Oliveira Viana. É de uma banalidade desprezível que não merece ser repetida aqui¹⁰

A crítica importante, séria, profunda, tinha vindo de um grande pensador brasileiro, marginalizado porque, como marxista, tinha sido um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, Astrogildo Pereira. Em seu estudo “Sociologia ou Apologética”¹¹ diz que compreende facilmente a fama do livro, todo ele para justificar histórica, política e socialmente o domínio dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras, daquilo que o autor chama, com admiração, a “aristocracia rural”. É antes obra apologética, vazada em estilo colorido, cantante, com um vistoso verniz científico, do que de sociologia, de análise objetiva, de estudo realista. Critica os autores que usou Oliveira Viana: Ratzel, Gobineau, Lapouge, Ammon, Sighele, Serge, Lange, James, Le Bon, Tar-

9. Resposta do Sr. Afonso d’Eu Taunay na recepção do Sr. Oliveira Viana, aos 20 de julho de 1940, in *Discursos Acadêmicos (1938-1943)*, vol. XI, Rio de Janeiro, 1944, pp. 242-43.

10. Recepção do Sr. Austregésilo de Athayde, 14 de novembro de 1951, in *Discursos Acadêmicos (1948-1955)*, vol. XV, Rio de Janeiro, 1951, pp. 238-39.

11. *Interpretações*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1944, pp. 161-78; reeditada com o título *Ensaio Histórico e Político*, Alfa Ômega, São Paulo, 1971, pp. 163-74.

de, Le Play, que é seu mestre principal — hoje merecidamente esquecido — H. de Thourville, Demoulins, etc., isto é, os Oliveiras Vianas da Alemanha, da França, da Itália, da Inglaterra, dos Estados Unidos.

A crítica de Astrogildo Pereira, examinando o livro do ponto de vista marxista, concentra-se no fato de Oliveira Viana ocultar a luta de classes no Brasil e seu louvor à ação da aristocracia rural: “Filosofia reacionária, anti-revolucionária, antiproletária da primeira à última linha. Que conclusões, com efeito, resultam da exposição e da argumentação das *Populações Meridionais*? Elas são fundamentalmente três, encadeadas entre si, e aparecem com uma finalidade eminentemente política”. São as seguintes: 1) o postulado da não-existência da luta de classes na formação histórica e social do Brasil; 2) da negação da luta de classes decorre naturalmente a teoria do Estado e daí conclui a favor de um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio de uma grande missão nacional; 3) Estado que deve estar nas mãos dos fazendeiros de café, descendentes e herdeiros da velha “aristocracia rural”, que tem felizmente prendido à formação histórica e social do Brasil.

Afirma que “depois de três séculos de paciente elaboração, a nossa nobreza rural atinge assim sua culminância; nas suas mãos está agora o governo do país”. Ela é quem vai daqui por diante dirigi-lo. A obra de Oliveira Viana baseia-se na “filosofia ao serviço dos latifundiários e fazendeiros que ainda dominam o Brasil”.

Oliveira Viana não tem uma filosofia da história. Os seus mestres — alguns constituem o segundo time do pensamento ocidental e hoje não mais sobrevivem — outros se embaralham, se confundem, se conflitam tanto, que é difícil compreender como, apesar de tão mal orientado, ele tenha produzido uma obra harmoniosa, organicamente coerente no seu reacionarismo e, finalmente, bem escrita. Spencer, Haeckel, Darwin, tão diferentes, especialmente o segundo que foi um dos chefes da corrente materialista da ciência e hoje está completamente morto, se misturam nas suas páginas como se fossem água da mesma fonte.

Ele começa *A Evolução do Povo Brasileiro* escrevendo que há cinquenta anos o grande objetivo dos sociólogos e historiadores era formular aquilo que chamavam pomposamente “as leis gerais da evolução dos povos”. E assim motivados revolveram todas as grandes instituições e todos os aspectos da vida social, escrutaram e analisaram o direito, a política, a arte, a religião, os costumes, a língua. Nada escapou à análise formidável; nenhum ponto do globo, nenhum recanto da história. Revelaram os mistérios, os segredos da origem das espécies e do homem, as leis gerais da sociedade, as leis particulares da evolução da sociedade, das instituições e não sobrou nenhum segredo, nenhuma dúvida, nenhuma obscuridade.

Mas passado o deslumbramento dos primeiros entusiasmos, essa prodigiosa edificação estava mal construída, mal alicerçada e observações mais atentas, experiências mais eficazes, descobertas novas acabaram mostrando que es-

sas supostas “leis gerais” não comportavam toda a realidade da evolução das sociedades e das instituições.

Tudo isso que ele escreve sobre os outros foi o que aconteceu com a sua obra. Sua pesquisa própria, interpretada à luz dos fatos conhecidos e revelados por outros, pelos sub-historiadores que consultou, caiu por terra com toda a sua construção, como já caiu, aos pedaços, a de outros que ainda hoje (1984) são festejados e que seguiram seu método. Pouca história e muita generalização teórica.

Oliveira Viana ataca e desmonta o evolucionismo, que era matéria discutida na época de Sílvio Romero e não na sua ou dos limitados positivistas. Ainda assim continua fiel às generalizações fáceis: “Entretanto, na evolução inglesa a preponderância final cabe ao povo; na revolução francesa, à monarquia; na evolução alemã à feudalidade”. São três evoluções inteiramente diferentes, baseadas em Gabriel Tarde, que em 1923 estava completamente superado, ou pior ainda, neste pobre Adolfo Posada, ou em Maeterlink, ou em Henri Berr, tudo muito interessante, mas completamente desconsiderados.

É simplesmente ridículo que Oliveira Viana considerasse uma reação renovadora, que lavrava nos domínios das ciências sociais, a idéia de Tarde, o heterogêneo inicial, em contraposição ao homogêneo inicial de Spencer. Escreve, então, que ninguém crê na hipótese de que possam existir grupos humanos idênticos, por mais afins que sejam: “Cada agregado humano é hoje, para a crítica contemporânea, um caso particular, impossível de assimilação integral com qualquer outro agregado humano”.

Oliveira Viana não compreende a evolução histórica e seria incapaz de conceber ou concordar com a idéia de Capistrano de Abreu, exposta em sua *Correspondência*, de que a Alemanha era criadora de povos, o que coincide com o dito de Ortega y Gasset. Segundo Capistrano, “o papel histórico da Alemanha foi fundar povos a que apenas lega o nome. Lombardia, Borgonha, Normandia, Andaluzia, Inglaterra, França; sim, a França moderna é obra dos francos, e desde Clóvis, a França meridional veio se organizando da fronteira alemã para o Sul. A Inglaterra, com os anglos, saxões e normandos, que é, senão obra alemã?”¹². Assim também escrevia Ortega y Gasset ao dizer que “la diferencia entre Francia y España se deriva, no tanto de la diferencia entre galos e iberos, como la diferente calidad de los pueblos germánicos que invadieron ambos territorios. Va de Francia a España lo que va del franco al visigodo. Por desgracia, del franco al visigodo va una larga distancia”¹³.

Ortega y Gasset dizia, como Capistrano de Abreu, que os germanos não são o ingrediente decisivo, mas o elemento diferenciador. A diferença que existe de um inglês para um francês, de um italiano para um espanhol, e deste para

12. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. cit., vol. I, pp. 236-39.

13. *José Ortega y Gasset, España Invertebrada*, Revista de Occidente, Madri, 5ª ed., 1948, pp. 113 e segs.

um português consiste na qualidade e quantidade de sangue alemão que neles penetrou.

Oliveira Viana diz existir uma heterogeneidade só insensível aos olhos mais broncos. E sustenta a falsidade daquelas categorias gerais em que se enquadravam povos, segundo o evolucionismo de Darwin, Spencer e Ratzel. É assim antievolucionista. Contra esses autores de peso, cita um René Pinon e nesse descompasso, vai até a tese de que “não há atualmente monocausalistas em ciências sociais”.

Acredita que entre as forças que influem sobre a evolução das sociedades e concorrem para a heterogeneização da sua estrutura e da sua marcha estão, em primeira linha, porque irreduzíveis e incoercíveis, as forças oriundas do meio cósmico, principalmente o solo, que é a base física da sociedade. Cita Ratzel para relembrar sua frase de que o solo “regula o destino dos povos com uma cega brutalidade”. Afirma, a seguir, que “por certo hoje ninguém partilha desse fatalismo geográfico de Ratzel”. A ele contrapunha o possibilismo de Vidal de la Blache, que faz do homem uma força inteligente e que reage contra o determinismo do meio físico, e não é um mero *autômato*, impelido cegamente por ele.

Sua dissertação, depois de afirmar que o homem nunca se libertará da influência do meio cósmico, lembra as influências locais e cita alguns livros mais ou menos importantes sobre o papel do clima na evolução humana, especialmente E. Huntington, *Civilization and Climate*¹⁴. Sua introdução termina citando Lucien Febvre, um grande historiador, e seu livro *La Terre et l'Évolution Humaine*¹⁵, mas sem conseguir fugir ao caráter suburbano de suas afirmações irregulares, incoerentes e inorgânicas.

O segundo capítulo é dedicado à “Utilidade dos Estudos Brasileiros”. Reconhecia que desde que a ciência tinha confessado sua ilusão e reconhecido que as leis gerais a que havia chegado não correspondiam à realidade das formas infinitas da vida, não se devia subordinar o nosso ritmo evolutivo a um suposto ritmo geral da evolução humana, como fez Sílvio Romero ao evolucionismo spenceriano ou à teoria filogenética de Heckel, como fez Fausto Cardoso, ou à lei dos três estados, como têm feito os positivistas sistemáticos. O mais sábio caminho seria tomar como ponto de partida o nosso povo e estudar-lhe a gênese e as leis da própria evolução (p. 29). Oliveira Viana pensa, então, em fazer um trabalho de dupla finalidade: por um lado prepara uma síntese geral e, por outro, *com o conhecimento das leis* (!) que presidem nossa formação, preparando “as bases de uma política objetiva e experimental, de uma política orgânica induzida das condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva”.

14. 3ª ed. revista, New Haven, Conn. 1915.

15. Paris, 1922.

Primeiro mostra que anda à procura de leis, quando a teoria e a filosofia da História não aceitam leis presidindo a vida humana. É realmente um pensador da retaguarda histórico-sócio-política; segundo, vimos que a política objetiva e experimental que preparou foi o 1937 e todas as suas maléficas consequências autoritárias, repetidas e agravadas mil vezes pelo 1964, o autoritarismo irresponsável, ilegítimo, antibrasileiro e portanto infiel às condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva. Seus princípios levam, ao contrário daquilo que pretende escrever. E de repente afirma disparates sem ligação coerente com a afirmação anterior, ao escrever: “Bem razão têm os historiadores alemães da escola de Ranke e Mommsen [duas escolas completamente divergentes — o que mostra seu desconhecimento da historiografia alemã], quando fazem da história, não propriamente, como queria Cícero, ‘a mestra da vida’, mas principalmente ‘a mão e a mestra da política’”. O despropósito atribuído a dois mestres tão diferentes e que jamais fariam ambos esta mesma afirmação, mostra a irresponsabilidade de Oliveira Vianna nas suas citações, sem atribuições definidas. É certo que cada povo tem sua maneira própria de ser e de existir — e essa maneira somente a história, pela comparação das diversas fases evolutivas de cada um, é capaz de definir com precisão. Também é correto afirmar que não há nenhum erro maior do que o daqueles que, partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados, julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades.

Relembra, então, que procurou mostrar no seu ensaio sobre *O Idealismo na Evolução Política*, “como tem sido funesto para nós o preconceito de absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados e como esse preconceito com que justificamos a imitação sistemática das instituições européias nos tem valido, há cerca de cem anos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes” (p. 31). Reafirma a necessidade de estudarmos o nosso povo em todos os seus aspectos: “Somente eles nos poderão fornecer os dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais, sobre cujo êxito poderemos contar com segurança” (p. 31).

Baseado na distribuição demográfica entre o Brasil (4 habitantes por km²) e a Bélgica (200 habitantes por km²), mostra que essa dessemelhança se agrava com a dessemelhança de estrutura, derivada da nossa defectiva organização de classes: “Somos um povo, que, por motivos particulares à nossa evolução, não temos, no quadro das nossas classes sociais, uma classe média à maneira européia, nem as classes existentes, populares ou dirigentes, possuem a coerência, a integração, a unidade das classes correspondentes nos grandes povos civilizados” (p. 36).

Plenamente convencido dessas idéias é que se propôs a estudar a origem e evolução do nosso povo. E sobre isso publicou três volumes: *Populações Meridionais do Brasil*, *Pequenos Estudos de Psicologia Social* e *O Idealismo na Evolução Política*. *A Evolução do Povo Brasileiro* é o quarto volume sobre a

nossa evolução nacional: Obedece ao mesmo método dos ensaios anteriores; como *Populações Meridionais* e *O Idealismo na Evolução Política*, o seu ponto de partida é ainda “o quadro das realidades naturais e sociais, que nos cerca e em que vivemos”. Declara tratar-se de uma síntese rápida, sem nenhuma pretensão a análises exaustivas dos assuntos que aborda. “Representa mais um conjunto de sugestões de estudos a fazer, do que propriamente um trabalho definitivo” (p. 36).

Continua fazendo afirmações sobre os seus livros e diz que “no volume das *Populações Meridionais*, o meu principal objetivo foi discriminar e ressaltar a *trama* das vinculações que prendem os indivíduos aos grupos regionais, a que pertencem; e é, por isso, um ensaio de sociologia histórica e psicologia social. Neste volume, porém, que agora sai, o meu objetivo principal é mostrar as correlações existentes entre os indivíduos e o território em que habitam: é, pois, um estudo antropológico, econômico e político.

Ressalta a formidável função colonizadora dos paulistas antigos, promete um segundo volume sobre as populações meridionais, dedicado exclusivamente à formação do núcleo gaúcho — póstumo e já comentado *aqui* — e outro sobre as populações setentrionais que nunca escreveu e nunca escreveria, pois chamava sempre o nordestino de “nortista”.

Refere-se à evolução da raça detendo-se principalmente sobre os aspectos antropológicos da nossa formação racial. Os aspectos morais foram estudados n’*O Tipo Étnico*, de que também já tratamos nesta crítica, e declara que escreverá um livro sobre *O Ariano no Brasil*, o que felizmente não fez.

Na última parte escreve um ensaio sobre as reações que os fatores geográficos têm exercido sobre a evolução das nossas instituições políticas. Não cuida da influência exercida pelos agentes culturais, porque sobre este ponto expôs seu pensamento em *O Idealismo na Evolução Política*. Escreveu o livro em pouco menos de um mês, o que o fez ressentir-se da celeridade com que foi feito¹⁶.

Como prefácio de um recenseamento demográfico e econômico, deixou de parte o estudo de nossa evolução artística, da nossa evolução religiosa, da nossa evolução literária, da nossa evolução jurídica e outros aspectos da nossa evolução social, como a evolução da família, dos costumes, das classes e profissões (p. 391). Teve também espaço limitado, e como era um livro escrito sob a égide oficial, sentiu-se constrangido e evitou aspectos depressivos e condenatórios, o que pretende estudar na sua futura introdução à história da República, que não chegou a escrever.

Na parte metodológica, que chama a técnica — mostrando sua pouca familiaridade com a metodologia histórica — fala ter seguido um método intei-

16. Biblioteca do Ministério da Agricultura. Prefácio aos resultados do Recenseamento de 1920.

ramente diverso daquele falado por Ferrero, um autor pouco reputado e do qual disse Benedetto Croce que ele havia produzido mais descrédito que estima aos estudos históricos italianos¹⁷. Ferrero falava dos autores romanos anteriores a Salústio, que em suas narrações limitavam-se a enfileirar secamente os fatos históricos ano por ano, como faz hoje o Sr. Hélio Silva. Escreve, então, que ao invés “de mostruário de museu, procure, ao contrário, fazer vir à tona e desprender-se a enorme reserva de vida latente, contida nos códices empoeirados dos nossos arquivos e nas páginas dos nossos velhos cronistas coloniais, de modo que a nossa história se mostre tal qual ela é realmente; uma obra heróica e viva de inteligência e coração, cujos personagens, dos maiores aos mais obscuros, sentem, refletem, resolvem, agem como seres sensíveis e conscientes que são, dentro de um ambiente físico e de um ambiente social, sobre os quais eles atuam e dos quais recebem reações inevitáveis”.

Declara que o povo não aparece na história, como se antes dele Capistrano de Abreu não tivesse observado e não o pusesse nos seus *Capítulos de História do Brasil* (1906); o segundo é o meio cósmico, o ambiente físico, tão importante para os geopolíticos e os nazistas e que fez naturalmente da Grécia e Roma o que foram e o que são, sendo o mesmo o meio cósmico.

Não quer o grande sociólogo, intérprete da história nova que reconstrói, levantar a mais leve censura aos nossos historiadores, nem à sua obra de análise das fontes documentais e de pesquisa dos nossos arquivos. Quando já havia aparecido um Capistrano de Abreu com seu extraordinário preparo metodológico e teórico, buscado nas melhores autoridades alemãs, um discípulo de um pseudo-sociólogo, morto já quando vivo, vem dizer que a obra dos historiadores se limitava às pesquisas dos arquivos e análise dos documentos.

Capistrano de Abreu censurara a incompreensão de Varnhagen, sua falta de capacidade de perceber as conexões causais, e vem Oliveira Viana, sem maiores conhecimentos históricos, baseado numa inspiração histórica extremamente modesta de um Le Play, escrever o que faltava à nossa história e o que se devia fazer. O que ele, Oliveira Viana, faria de melhor era ler Capistrano de Abreu, encharcar-se de Capistrano de Abreu, o que lhe teria evitado escrever tantas leviandades, que encham sua obra.

Ter-lhe-ia evitado falar no poderoso determinismo do meio cósmico, e escrever que nossa história estaria truncada e incompleta, porque faltava povo a esse meio cósmico tão a gosto dos nazistas, dos quais seria um simpático precursor. Nem escreveria que seu empenho fora trazer para a nossa história o que nela havia de vivo e humano, sem nenhum preconceito pessoal. Primeiro, Southey, Varnhagen e Capistrano já haviam trazido o vivo e humano de nossa história e sem nenhum preconceito¹⁷, enquanto ele, Oliveira Viana, mulato rosa-

17. José Honório Rodrigues, *História e Historiadores do Brasil*, Fulgor, São Paulo, 1965, p. 168.

do, trouxera o preconceito da inferioridade das etnias negras e indígenas. Sujara seus livros com esses preconceitos reacionários.

Tudo isso com a audácia de escrever que seu grande e principal empenho fora inspirar-se sempre no mais absoluto sentimento de objetividade: e sai a declaração de princípios, que o próprio livro desmentirá: “somente os fatos me preocupam e somente trabalhando sobre eles é que infiro e deduzo. Nenhuma idéia preconcebida. Nenhuma preocupação de escola. Nenhuma limitação de doutrina. Nenhum outro desejo senão o de ver as cousas como são — e dizê-las realmente como as vi”.

Um Rankezinho que tentou o que o próprio Ranke, que estabeleceu esse princípio e formou escola, não conseguiu, e foi destruído e massacrado pelos filósofos da história e os próprios grandes historiadores alemães. Queria ver como esfinge o que acontecia, sem sentir nada, imóvel, impassível, insensível diante das catástrofes e dos sucessos humanos.

Mas a história do Brasil não era nem tão bela, nem tão heróica, nem tão viva de inteligência e coração. Era uma história que manchou com o sangue dos índios, negros e colonos mais modestos o solo brasileiro, e que uma classe dirigente, em sucessivas gerações, explorou a seu bel-prazer, para seu conforto e bem-estar. De 1964 a 1984, uma camada reduzida de generais e de civis corruptos explorou, saqueou e assaltou o país.

Na primeira parte do livro vem a evolução da sociedade. Começa pela mistura racial, na qual o que diz de novo é a defesa do arianismo, a exaltação da raça branca como elemento superior, tudo na mais perfeita forma nazista e com a mais requintada especulação de uma falsa e errônea antropologia, baseando-se em autores como Lapouge, Toppinard, que hoje nem sequer figuram nos dicionários de etnologia, ciências sociais e nos gerais.

Seu mestre principal é o Conde Arthur de Gobineau, cuja obra principal é o *Essai sur l'Inégalité des Races*¹⁸. Esta obra era uma grandiosa reflexão sobre a decadência humana. Gobineau considerava a raça como o elemento essencial das civilizações e pensava que existia uma hierarquia de raças, ao topo da qual se achava a raça ariana, a única verdadeiramente civilizadora, mas logo se revelou como essa hierarquia era frágil, porque a história seguia a norma inelutável e funesta das misturas de raças. Ele professava uma visão inteiramente pessimista da história e sustentava que a raça ariana ou indo-européia, que encontrara sua expressão mais pura nos árias da Índia, fora criada na evolução histórica desde estes até a Pérsia, Grécia e a Europa ocidental, e as civilizações

18. Sobre Gobineau, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil, existe estudo de Georges Raeders intitulado “Arthur de Gobineau ou as Confidências Literárias”, in *Dom Pedro II e os Sábios Franceses*, Rio de Janeiro, s.d., pp. 78-82, sem nenhum interesse para o nosso tema. O outro livro de Georges Raeders, *D. Pedro II e o Conde de Gobineau. Correspondências inéditas* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938), tem relativo interesse por tratar do antissemitismo, da desigualdade das raças e da raça e mistura de raças.

mais brilhantes não eram hoje senão uma raça bastarda e mestiça, comprometida com a morte. No fim do seu ensaio, Gobineau lembrava que “as mãos rapaces do destino já estavam colocadas sobre nós”. As simpatias germânicas de Gobineau facilitaram a difusão de suas idéias na Alemanha e sua deformação pelo pangermanismo.

Na carta de Roma, escrita aos 18 de outubro de 1879, Gobineau dizia a D. Pedro II que seu livro, que acabara de ser publicado e no qual gastara sua vida a reunir documentos e preparar suas bases, intitulava-se *Essai sur l'Inégalité des Races* e visava estudar se o temperamento das raças arianas resistia e permanecia o mesmo em todos os climas¹⁹.

Afrânio Peixoto, escrevendo sobre “A Mima de Gobineau”, uma estátua por ele feita, por encomenda de D. Pedro II, lembrou que ele passou mais de um ano no nosso país, de abril de 1869 a maio de 1870, e que, apesar da amizade do soberano, que o protegeu, “não tinha boa vontade por nós — pecado europeu, ainda atual, pela América e pelo Brasil”. E o descobrimento da América fora “má ação desse animal do Cristóvão Colombo”, por isso, “un grand misérable”. Ao Brasil denegriu quanto pôde e profetizou repetidamente a ruína desse país de negros e mulatos, condenado irremissivelmente. “Il faudra moins de deux cents en réalité pour voir la fin de la posterité des compagnons de Costa Cabral [sic] et des émigrants que les ont suivis”. [Pobre Pedro Álvares, infeliz como Colombo!]²⁰.

E logo adiante escreve: “Que é isto, esta teoria das raças?”. “On la croirait produits par un travail de laboratoire de bibliothécaire; rien de plus faux”, diz o parcial Marcel Brion. “C’est une intuition de l’être chair que l’être-esprit s’efforce de prouver un palpate, a demontrer”. Hitler, que é neto espiritual de Gobineau, também teve intuições geniais quando venceu em Munique a Chamberlain, um pacífico negociante à Daladier, um político alcoolizado, quando subjugou nações neutras e desarmadas, como a Noruega, a Dinamarca, a Holanda e a Bélgica, por exemplo.

Gobineau fez-se nórdico, ariano, super-homem. Os pacatos suecos e noruegueses não acreditaram nisso. Mas os germanos, ressentidos pela superioridade anglo-francesa, “levantaram Gobineau a um pedestal como seu profeta”²¹.

Na evolução da sociedade diz Oliveira Viana em outra forma o que fora dito por todos os que o antecederam: “a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização”.

19. Georges Raeders, *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*, ed. cit., p. 302.

20. Afrânio Peixoto, “A Mima de Gobineau”, in *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1942, pp. 25-33.

21. *Op. cit.*, pp. 32-33.

Foi a ausência de riqueza organizada, essa falta de base para uma organização puramente comercial, que levou os peninsulares para aqui transplantados a se dedicarem à exploração agrícola. No nosso país, ao contrário de outros (!), a agricultura se inicia tendo por base a grande propriedade. Tudo isto era sabido. O que causa surpresa é ele escrever que “nós, desde o início, temos sido, ao invés disso, um povo de latifundiários”. “Nós não evoluímos da pequena para a grande propriedade. Nós fomos sempre latifundiários, durante todo o período colonial; é ela que cria e domina toda a trama de nossa história, ela é que fia e entretece, estende e recama, durante esses trezentos anos fecundos e gloriosos”.

O equívoco fundamental de Oliveira Viana consiste em dizer que “nós temos sido um povo de latifundiários”, quando os latifundiários constituíram uma pequena classe dominante que até hoje subjuga o povo, a grande maioria brasileira. Desse erro fundamental se originam vários outros que aos poucos vamos tentar mostrar.

Ele lembra que o povo português, então como hoje, tem sido um povo de pequenos proprietários e pequenos agricultores. Isso é uma inverdade e todos sabem que só o Minho e o Douro são áreas de pequena propriedade, mas o Alentejo foi sempre de grandes propriedades e não foi pequena a legislação portuguesa para acabar com o latifúndio²². O latifúndio foi, em Portugal, como no Brasil, um fator de subdesenvolvimento.

Sustenta Oliveira Viana extravagantemente que os colonizadores não são homens do povo, mas da pequena e mesmo da grande nobreza. A pequena nobreza serviu para os escravos do trabalho agrícola e a grande para a administração. O povo foi pouco e o povo veio para ser colono.

Capistrano de Abreu escreveu uma página muito mais admirável sobre as classes iniciais, na introdução aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*²³. A linguagem é simples e a idéia clara. Escreve, em resumo, que “a camada infima da população era formada por escravos, filhos da terra e africanos. Acima deste rebanho, sem terra e sem liberdade, seguiam-se os portugueses de nascimento ou de origem, sem terras, porém livres, vaqueiros, feitores, mestres de açúcar, oficiais ,mecânicos, vivendo de seus salários ou dos feitos de obras encomendadas. Vinham depois, já donos de terrenos, os criadores de gado vacum. Seu número era exíguo, exigia a importância de sua classe”.

A insistência em falar que para o Brasil não veio uma escória de criminosos e degredados, e sim elementos sadios, descendentes da nobreza peninsular, e que esta fidalguia era afeita às graças e aos encantos das cortes européias, provoca um debate que não tem razão de ser. Primeiro, a diferença essencial entre a colonização luso-espanhola e a inglesa é que a segunda foi iniciada pela

22. Veja Virginia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1948.

23. Rio de Janeiro, 1930, pp. 12-13.

família, que vinha para uma terra nova, pai, mãe e filhos, e a luso-espanhola possui somente casado ou solteiro e aqui se entregava à maior dissolução. Tanto que a função essencial dos jesuítas foi constituir a família e moralizar os costumes. Além disso, a base inicial dos colonos se constituiu de naufragos e degredados. Sobre os primeiros nada há a opor, senão que aqui ficaram por caso, sem intenção de serem membros da nova comunidade que se fundava²⁴.

Basta examinar a legislação portuguesa para verificar como as levas de degredados eram enviadas para aqui e para acolá, conforme as necessidades de gente nas novas regiões conquistadas aos índios. Isto facilitou a mestiçagem indígena e negra em grandíssima quantidade e foi este enxerto de gente que deu início ao povoamento²⁵. Que pequena ou grande nobreza, qual nada, como insiste Oliveira Viana, com sua imaginação doentia pró-ariana.

De modo que é apenas figuração sem base documental, que nem as genealogias e nobiliarquias do século XVIII asseguram falar-se da influência prestigiosa de uma fidalguia, ou, pior ainda, de “sentimentos aristocráticos, introduzidos pelos primeiros aventureiros fidalgos que, nesses remotos tempos vêm fazer a América, permitindo o ambiente da pequena propriedade e da pequena cultura. O pequeno proprietário é um trabalhador braçal e realiza, com as forças da própria família, os serviços necessários à cultura. Esse fidalgo vem de uma sociedade ainda modelada pela organização feudal: só o serviço das armas é nobre, só ele honra e classifica”. E depois desta confusão de classes na qual pequenos proprietários e fidalgos são igualados e se inspiram em modelos feudais, sua existência é discutível em Portugal²⁶.

A perturbação sobre fidalgos e pequenos proprietários é seguida de consideração, fora de propósito, sobre o sentimento de dignidade do labor agrícola em Roma, que constituiu sempre para portugueses e espanhóis falta de dignidade. Mesmo porque a forma digna, louvável, é a do ócio e não a do negócio. O negócio é o momento de negação do ócio, ao contrário da civilização anglo-americana, em que *business* é o momento da ocupação.

Ademais, ele próprio reconhece que o objetivo da Metrópole era “dar preferência, entre todas as pessoas, aos lavradores e estancieiros, cabeças de casal, que tiverem maior número de escravos e gados para povoar e cultivar os sobreditos terrenos” (p. 37). Lembra que nas sesmarias do Norte é comum a extensão de dez léguas em quadra, e exemplifica com o arrendamento de ter-

24. Vide, além da raríssima bibliografia em português sobre naufrágios, C.R. Boxer, *The Tragic History of the Sea, 1589-1622*, The Hakluyt Society, Cambridge, 1959; do mesmo autor, *Further Selections from the Tragic History of the Sea, 1559-1565*, The Hakluyt Society, Cambridge, 1967.

25. Vide especialmente o Desembargador Vieira Fazenda, “Legislação Portuguesa”, *RIHGB*, t. 105, vol. 159, Rio de Janeiro, 1929, pp. 199-229.

26. Vide Manuel Paulo Merêa, *Introdução ao Problema do Feudalismo em Portugal*, Coimbra, 1912.

renos de uma légua, que é o tamanho de lote que concede “o grande Garcia d’Ávila, nos seus imensuráveis latifúndios do S. Francisco” (p. 57). Este genocida Garcia d’Ávila, que mereceu o livro que contra ele se escreveu — publicado por determinação da Ordem dos Capuchinhos — condenando suas ações criminosas não somente na forma de conquista da terra, o assalto, como a guerra maldita que fez contra os Cariri²⁷. Grande nos crimes, isto sim.

Há alguma desordem na apresentação das culturas tradicionais do país, mas é certo escrever que a cultura do açúcar “é a última grande cultura colonial. São as outras culturas auxiliares ou intercalares feitas em pequena escala nos grandes domínios ou praticadas pelos pequenos rendeiros dos latifundiários. Só a cana-de-açúcar lavra em grande e se faz à base da riqueza agrícola no período colonial”.

A seguir, baseado sobretudo em Antonil²⁸, cuja citação não é referida — abuso comum em toda a obra de Oliveira Viana — escreve que o resto dessa população que não possui engenhos ou não pratica o comércio nas cidades da costa ou a mascateação no interior, os deserdados, os pobres, estes vivem naturalmente em grande miséria. Ora, acontece que o resto significa todos, e os senhores-de-engenho e os latifundiários é que são o resto, informando sempre conforme “um cronista do século XVIII”.

Reconhece que “essa indigência, de que fala o cronista, teria exercido sobre essa população inferior uma ação poderosamente seletiva e eliminatória, se não fora a fecundidade incomparavelmente dádiosa da natureza tropical”.

Já estavam em Capistrano de Abreu, na introdução aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*²⁹, que as diferentes classes da sociedade brasileira: a camada ínfima formada por escravos e africanos, “acima deste rebanho, sem terra e sem liberdade, seguiam-se os portugueses de nascimento ou de origem, sem terras, porém livres, vaqueiros, feitores, mestres de açúcar, oficiais mecânicos, vivendo de seus salários ou do feitio de obras encomendadas. Vinham depois, já donos de terrenos, os criadores de gado *vacum* e acima de todos os senhores de engenho”.

27. *Relation Succincte et Sincère de la Mission du Père Martin de Nantes, Prédicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le Brésil Parmi les Indiens Appellés Cariris*, Quimper, 1708; reedição, Roma, 1888; reprodução fac-similar de Frederico G. Edelweiss, Salvador, 1952. Tradução de Barbosa Lima Sobrinho, Comp. Edit. Nac., São Paulo, 1979. Veja também de Frederico G. Edelweiss, *Frei Martinho de Nantes*, Univ. Fed. da Bahia, Centro de Estudos Baianos, vol. n.º 83.

28. André João Antonil [João Antônio Andreoni], *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, 1.ª ed., Lisboa, 1911. Foram feitas várias reedições. Recomendamos a edição fac-similar de Recife, 1967, com introdução de José Antônio Gonçalves de Melo. Louvemos sobretudo a reedição e tradução em francês de Andrée Mansuy, Paris, 1965.

29. Edição da Academia Brasileira de Letras, introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, 1930. Sobre os estudos de Capistrano relativos aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, vide José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, ed. cit., p. 118, nota 21, onde é citado o estudo definitivo de Vieira Fazenda, “Roteiro de Maldonado”, *RIHGB*, v. XXI, parte 1, pp. 7-21.

Pois bem. Oliveira Viana, que conhece a matéria muito depois de Capistrano de Abreu, inverte a descrição para dizer o mesmo: “Evidentemente, esta situação de pobreza bem amparada pela magnanimidade da terra não satisfaz a todos os que não são senhores de engenho. No meio dessa população de proletários [!, nem se usava a palavra] e nababos, há homens de pequenos cabedais, mas de temperamento ambicioso, que não se contentam com uma condição humilde e aspiram ingressar nos círculos dessa aristocracia pouco numerosa (mínima) dos senhores de engenho. São naturezas ativas, enérgicas, organizadoras, emergindo da massa informe da plebe colonial para conquistar seu lugar ao sol. (...) Para as fundações açucareiras faltam-lhes, porém, os meios suficientes. Daí apelarem para o latifúndio pastoril. O pastoreio é, com efeito, a forma mais generalizada da exploração da terra no período colonial” (p. 63).

Nesse trecho comete Oliveira Viana uma falta, não de atribuir ao Bispo de Leiria a frase “Vá para o Brasil, de onde tornará rico e honrado”, mas de não declarar que foi Frei Vicente do Salvador quem a divulgou em sua *História do Brasil*³⁰. Neste capítulo constitui um abuso o uso de citações de cronistas sem referências bibliográficas. Mais grave é basear-se no “Roteiro dos Sete Capitães” de Miguel Ayre Machado³¹.

Oliveira Viana sintetiza nesta frase o que não era desconhecido dos estudiosos brasileiros: “Na obra da colonização do nosso interior sertanejo não há gente mais poderosa e eficiente do que a do pastoreio. Ele é a vanguarda da nossa expansão agrícola. O curral precede a fazenda e o engenho. Depois do vaqueiro é que vem o lavrador; o gado preludia o canavial e a plantação cerealífera”.

Como coisa ultra-sabida — qual a introdução pelos portugueses de animais domésticos — é repetido com ar de novidade e não evita os “palpites” como achar provável — o que não é postura de historiador — que os vastos rebanhos dos pampas do Rio da Prata foram introduzidos por São Vicente, quando apenas sabemos que nos pampas gaúchos o cavalo e o gado vacum que foram introduzidos mais tarde, na conquista do Rio Grande, já introduzidos anteriormente em São Vicente.

A influência racista que domina o livro leva-o a afirmar que “como a cultura dos canaviais que se faz nas zonas mais próximas da costa ou dos rios navegáveis, é para o interior dos sertões que vemos correr esses tipos superiores, representativos do eugenismo [!] da plebe colonial. É aí que se forma uma classe de homens enérgicos, cheios de intrepidez e audácia, que apresentam as qualidades superiores de coragem e força da nova raça em formação”. “Eles é que resistem ao primeiro ímpeto das vagas da selvageria amotinada — e são como o quebra-mar, que protege, contra a irrupção do gentio, o trabalho pacífico dos engenhos e das lavouras da costa” (p. 67).

30. 1ª. ed., 1918; 3ª. ed., 1931, p. 372.

31. Vide José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, ed. cit., loc. cit.

Eis aí mais uma prova da falta de atualização dos estudos de Oliveira Viana, pois essas teses sobre a fronteira movediça como a zona de contato para a vitória da civilização já haviam sido sustentadas por um dos maiores historiadores norte-americanos, Frederick Jackson Turner, na sua obra *The Frontier in American History*³².

Ele sabe distinguir o outro tipo social que se forma na região dos canaviais da costa. Este representa um tipo social de homens mais ricamente dotados de qualidades organizadoras: “O trabalho dos engenhos, a sua montagem, a sua administração exigem superiores qualidades de energia moral, de tipo administrativo, de senso econômico, de aptidão organizadora e de capacidade de mando; nem todos podem vencer nesse gênero de indústria, e não são raros os que, tentando-o, sucumbem” (p. 68). Portanto, para ele, “é na região dos canaviais que se encontram, no período colonial, os tipos mais representativos das grandes qualidades da raça; é aí que estão os homens de mais capacidade, de mais prestígio, mais bem dotados para a vida pública”.

Na região do pastoreio, o serviço pastoril é rudimentar, como rudimentar é a organização do latifúndio criador. O tipo do criador, é pois, menos desenvolvido socialmente, e “no que ele supera o tipo agrícola é na combatividade, na rusticidade, na bravura física” (p. 68).

Aí vem uma nova tese, que lhe parece conseqüência insuperável do regime de propriedade: “Estabelecido o sistema da grande propriedade e da grande cultura, a organização do trabalho não pode deixar de ter por base a escravidão; e sustenta mais que num país despovoado e novo, onde a princípio o homem da plebe, o trabalhador braçal rareia, é impossível a grande cultura por meio do trabalho livre” (p. 69). Nisto discordo dele. A aspiração pelo trabalho livre, substituindo o escravo, já aparece no primeiro governo brasileiro chefiado por José Bonifácio, que prometera ao cônsul inglês a abolição da escravatura em cinco anos³³. Além disso, para cumprir essa promessa — que teve excelente repercussão na Inglaterra, especialmente pela marcação de tempo, cinco anos, José Bonifácio propôs também o fim dos latifúndios³⁴. Assim, desde José Bonifácio acreditavam algumas figuras da inteligência política e pública brasileira, a começar dele, o maior, que latifúndio e escravidão estavam unidos e podiam ser extintos, e o Brasil teria-se libertado do subdesenvolvimento. Mas a classe dominante brasileira e a denominada “aristocracia rural” — como tão mal a denominou Oliveira Viana — se opuseram a essas reformas porque elas prejudicavam seus interesses maiores.

32. Nova York, Holt and Co., 1940.

33. José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975-1976. Vide vol. V, *A Política Internacional*, p. 292.

34. *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, vol. III, São Paulo, pp. 9-10. O documento original sobre a liquidação das sesmarias está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi nestas páginas reproduzido. Vide também a *Obra Política de José Bonifácio*, Senado Federal, Brasília, 1973, pp. 41 e segs.

Oliveira Viana aceita o regime e nada diz contra, limitando-se a descrevê-lo: “O domínio é oniprodutivo: tem que produzir; tem que produzir tudo o que é necessário para os serviços da lavoura e da indústria, como para a população que nele vive (...) Essas indústrias que vemos concentradas hoje nas pequenas cidades do interior e esses vários ofícios manuais, ferreiros, ferradores, sirgueiros, marceneiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, tecelões, tudo outrora, se concentra nos grandes domínios; todas essas utilidades devem ser produzidas nos engenhos” (p. 69). Essa multiplicidade de serviços e indústrias impõe aos senhores de engenho a organização de numeroso corpo de operários, que não podendo constituir-se com os elementos da população livre — o trabalho manual é na concepção hispânica amaldiçoado e inferiorizado — é exercido pelos escravos.

Chama a atenção para a inicial utilização do trabalho dos índios, aos quais repugna o trabalho dos engenhos, pois são caçadores e guerreiros. Mas, como não havia negros, a guerra contra os índios é um meio de obter braços para o trabalho. Só mais tarde, com o afluxo dos negros, a escravização dos índios é abandonada. Não por motivos humanitários — nem Vieira defendeu sua liberdade — e a legislação indígena variou muito³⁵.

Os portugueses que antes da descoberta do Brasil haviam instituído a escravidão do negro recorreram ao trabalho escravo logo de início, e, como o índio repudiou essa submissão com guerra, pode-se dizer que o negro, se não o precede, segue logo o índio no trabalho dos engenhos. O índio passa a ser empregado na vigilância dos currais, no cuidado dos rebanhos, na defesa dos latifúndios e principalmente como elemento guerreiro quando se submeteu a um Senhor.

Descreve Oliveira Viana os engenhos como uma sociedade complexa, o que era sabido quando escreveu o livro, e divide a estrutura social em três classes: a senhorial, a dos homens livres e a dos escravos, o que Capistrano de Abreu, como já mostramos, fizera antes dele.

As suas conclusões arianizantes e aristocráticas é que são repulsivas. Dizer como uma verdade insofismável “que a aristocracia territorial é o ponto de concentração dos elementos arianos da colônia” tem uma tão grande dose de ridículo que não compreendemos como não liquidou com o livro.

Diz mais, sem notar a falsificação de suas teses, que na classe dos rendeiros é que se acumulam ao lado dos brancos pobres os mestiços de toda ordem, mamelucos, cafuzos, mulatos e negros forros, que formam a plebe colonial. Esta está subordinada à classe aristocrática (!) por uma espécie de laço feudal

35. Vide Mathias C. Kiemen, OFM, *The Indian Policy of Portugal in America, with special reference to the old State of Maranhão*, separata de *The Americas*, abril de 1949. Do mesmo autor, *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1641-1693*, The Catholic University of America Press, Washington, 1954.

(!) resultante do contrato de aforamento e constitui o “clã [!] fazendeiro” (p. 73)³⁶.

A *palavra clã* nada tem a ver com a realidade brasileira e é mais um exemplo da falsificação com que Oliveira Viana fingia ser um intérprete original e exclusivamente brasileiro. Até as palavras eram retiradas da subsociologia de Le Play. Daí a frase papalva de que “este clã fazendeiro é uma associação característica do nosso mundo rural” (p. 73). E ainda mais — aqui sim, conto, porque real e como vem na tradição clássica da historiografia, “este grupo tem no período colonial uma influência dominante”³⁷. Mas é desconhecer toda a metodologia e teoria e até a filosofia da história, daí concluir que “é ele, sob a direção do grande senhor rural, que se constitui no centro dinâmico de toda a nossa história e nos dá a chave principal da sua interpretação” (p. 74).

As forças sócio-econômicas e a produção, o trabalho, o próprio capital são todos unicamente dependentes do senhor, do chefe de tal clã? (p. 74). Depois examina a luta que se trava contra o índio, um elemento perturbador que merece, como mereceu de Varnhagen, toda a sua mulata antipatia. Sentencia, então, que daí, do combate ao índio, advém a necessidade de organizar a defesa dos domínios. Os poderes públicos, nesses começos, não têm força suficiente para realizar, de maneira efetiva, essa defesa. O desprezo que tem pelo homem de cor o leva a chamar os mestiços que defendem o engenho de patuléia (ralé) de mestiços, que formam o grupo guerreiro. Os engenhos se tornam verdadeiras fortalezas e ele enumera, sem citar as fontes, o número de índios que servem aos senhores contra os índios inimigos.

Mas, ao lado da guerra aos índios, cresce a luta negra e se formam os quilombos, que constituem grave perigo para os senhores. Cita a luta de Bartolomeu Bueno do Prado que, na volta da expedição contra os quilombos na região do Rio das Mortes, traz como troféu de guerra quatro mil pares de orelhas e aponta como fonte a *História Média de Minas Gerais*, fonte indireta. Lembra também a luta contra Palmares, atacado e dizimado por Domingos Jorge Velho, um selvagem paulista que nem o português falava, apesar de seu nome lusitano.

Daí tira sua suma, que é sempre de louvação, não ao povo, mas às forças armadas, mesmo que não sejam públicas, mas privadas: “Os grandes domínios fazendeiros não são apenas poderosas instituições agrícolas e pastoris, são também grandes instituições militares; a sua estrutura econômica e social é garantida e protegida pela blindagem resistente dos seus clãs guerreiros”.

36. A palavra *clan* é galesa ou céltica e significava uma tribo escocesa ou irlandesa formada de certo número de famílias. Sua origem é anglicana, e daí galesa e daí francesa. Foi criada em 1750 e utilizada pela sociologia francesa, especialmente por Le Play, donde a tirou Oliveira Viana para seu uso indevido. Nunca, desde os cronistas até Oliveira Viana, a palavra fora introduzida nos estudos históricos e sociais. E só foi incorporada aos dicionários brasileiros depois do uso generalizado por Oliveira Viana.

37. José Honório Rodrigues, “A Vitória da Língua Portuguesa no Brasil Colonial”, *História Viva*, São Paulo, Global, 1985, pp. 11-48.

Nem uma palavra de simpatia pela miséria e opressão que os senhores exerciam contra índios e negros, seguindo neste passo a tradição da historiografia conservadora brasileira, que desde Varnhagen até recentemente, com exceção de Capistrano de Abreu, louva os poderosos, amaldiçoa os rebeldes, bajula o governo, sanciona tudo que este faz e aprova o *status quo*.

Continua Oliveira Viana: “A formidável organização militar dos grandes domínios não se teria constituído” — afirma com sua contumaz prepotência — “se não fora a presença no interior dos latifúndios de uma ralé pululante de cabras, cafuzos, mamelucos, índios e negros forros. (...) É tão abundante essa ralé que os governantes das capitânias são autorizados por carta régia [que não cita] a reprimi-los, aplicando-lhes a justiça sumária com que se castigam os salteadores”. Acentua, no entanto, que os governadores não os punem com o rigor permitido; ao contrário, se fazem tolerantes porque, dada a situação da colônia, eles são verdadeiramente úteis. Eles, constituídos de mulatos, cabras, mestiços, negros forros, são os que povoam os sítios remotos, que compõem as esquadras que defendem os presídios e da irrupção do gentio bárbaro e penetram pelas matas virgens (p. 79).

Daí tira uma conclusão que é uma tese de toda a sua obra: “o hábito da guerra aguça-lhes o espírito militar, educa-os nas tradições militares e assim a população colonial está soberbamente adestrada para combater, pela força das armas, a massa hostil da bugreria exasperada”. Viva o hábito da guerra. O Brasil nasceu e cresceu, segundo Oliveira Viana, com evidentes hábitos guerreiros, sem os quais não se teria tornado no que se tornou. Duvido que esta suma esteja correta, pois de outro modo a classe dominante não se terja perpetuado no poder com tantos privilégios e deixado na pobreza e na miséria a grande maioria da população.

Sustentar que na sociedade colonial o único meio de classificação social é a posse de terra, é legitimar o predomínio de uma limitadíssima minoria sobre uma infinita maioria.

Acontece que, como sustenta Oliveira Viana, o deslocamento do Interior, a conquista de terra encontra no índio insubmisso o grande obstáculo. Por isso ele assegura que a conquista da terra apresenta um caráter essencialmente guerreiro. É uma árdua empresa militar. A valorização da atividade militar faz parte de sua conceituação reacionária. O Brasil não foi um empreendimento político, civil, mas uma ação guerreira. Mais estranho ainda é considerar os colonizadores do Norte menos aguerridos do que os do Sul — no caso específico, os bandeirantes, primeiro, esquecendo que houve bandeirantes no Nordeste e no Norte, e, segundo, que o Norte e o Nordeste fizeram muito mais revoluções do que o Sul, o que significou a tentativa de resolver pelas armas o que os meios pacíficos não solucionaram.

Logo a seguir, numa aparente contradição, declara que os primitivos núcleos coloniais se localizaram na Bahia, Pernambuco e São Paulo, esquecendo que não é São Paulo, é São Vicente. Ao Rio vem a caber a direção política,

não em 1763, com a criação do vice-reinado, mas muito antes, pois o Vice-Reinado da Bahia é uma farsa que manda na própria Bahia.

Destaca o papel do gado na conquista das irradiações colonizadoras: a da Costa e a do Interior. Nestas cabe aos grandes sesmeiros, como Garcia d'Ávila, senhor da Casa da Torre, citado por ele e por Pedro Calmon — que lhe dedicou um livro — mas que se iguala nos métodos à selvageria indígena, ao banditismo caboclo, tais como os dois sertanistas Domingos Jorge Velho e Domingos Sertão, conquistadores de grandes domínios territoriais, tais como o Piauí³⁸. Louvar, sem restrições, esses bandeirantes ou sesmeiros, iguais aos seus iguais os bandidos, é falta de juízo histórico, ou excesso de aceitação dos métodos vencedores, admirados sempre pelos ultraconservadores.

O engano maior consiste em pensar que coube aos colonos brancos a conquista amazônica, feita com a ajuda do elemento indígena preponderante. Tanto que era zona de total uso da língua geral, embora a aparência dos nomes engane a preponderância dos índios pacificados e aculturados.

É um equívoco afirmar que no Extremo-Norte, como no Extremo-Sul, um núcleo considerável de colonos brancos se concentra e se fixa sem nenhum caldeamento com outras raças formadoras. No Norte, o caldeamento é com índios, no Sul é com hispânicos. A dominação portuguesa tem origem não racial, mas político-econômica.

O estudo sobre o povoamento do Norte e Extremo-Norte é realçada como obra maravilhosa da expansão portuguesa, esquecendo-se Viana de que essa conquista se opera com tão pouco desenvolvimento que essa zona foi e continua uma das mais pobres do Brasil. É certo, no entanto, escrever que os dois focos iniciais da irradiação paulista foram São Vicente e São Paulo, que geram Taubaté, Itu e Sorocaba, e que “destes três centros partem as migrações colonizadoras que senhoreiam todo o Brasil central e meridional”.

O exame da expansão para Minas Gerais e daí para Mato Grosso, para os planaltos paranaense e catarinense, e para o Rio Grande, não apresenta senão um sumário das descobertas e pesquisas feitas por anteriores estudiosos. O estranho consiste em afirmar que essa projeção para o Interior recorda a formidável contradança de povos bárbaros, ao abrir-se a Idade Média. Nada recorda; é inteiramente novo e singular.

No Sul ele já vê uma multidão incontável de aventureiros, grupos mobilíssimos de guerreiros, que sustentam sua tese do fator militar na expansão e conquista do Interior e do Sul. Sempre a preponderância militar, que ocupa

38. Existe uma grande polêmica sobre qual dos dois conquistou o Piauí, mas creio ter razão Odilon Nunes, em *Devassamento e Conquista do Piauí*, Teresina, 1972, e Barbosa Lima Sobrinho, *História de Sesmaria e Suas Aventuras*, separata da *Revista de História*, nº 110, São Paulo, 1977. O primeiro atribui a Domingos Sertão, e o segundo a Domingos Jorge Velho, sobre o qual já citamos aqui o ofício do Bispo de Pernambuco a El-Rei afirmando tratar-se de um selvagem que nem o português falava e que possuía oito concubinas.

posição singular na construção do Brasil, de acordo, aliás, com o livro pós-tumo *O Campeador Rio-grandense*, que já examinamos.

No IV século começa a desaparecer esse espírito guerreiro e nômade, a instabilidade, a turbulência, a anarquia, e com o Império vêm a estabilidade, a tranqüilidade e a paz. É uma falsa aparência, pois sob o tapete se escondem e surgem lutas de modesta gente, de caboclos, de negros. As lutas que ensangüentaram o solo brasileiro no período colonial, ensangüentaram também o período imperial, como afirmou Capistrano de Abreu, dizendo que a ele preocupava “o povo, durante três séculos, capado e recapado, sangrado e res-sangrado”³⁹. Ou, então, como escreveu o mesmo Capistrano de Abreu nos *Capítulos de História do Brasil*⁴⁰.

Escrever-se, portanto, que “o longo período do Império, comparado com o período anterior, é, por isso, um remanso amorável e ameno, onde dominam uma aristocracia rural, majestosa na sua grandeza moral, soberbamente assentada sobre bases econômicas de perfeita estabilidade: o criatório, a cana-de-açúcar, o café”, significa falsear a verdade histórica porque houve, não somente na Regência mas antes e depois, grandes lutas de populações livres inconformadas, como de escravos rebelados contra a escravidão. Nem mesmo os anos em que D. Pedro II reinou — anos de paz e de garantias das liberdades públicas — deixaram de ser perturbados pelos escravos, sempre à busca de sua liberdade⁴¹.

Nesse trecho Oliveira Viana recorda os ares senhoris e certas medidas fidalgas do grande proprietário, que diz ser o tipo do brasileiro rico, e, mais, que “esta aristocracia rural é a que fornece todos os elementos dirigentes da política no período imperial” (p. 103). Acrescenta que contribuiu para isso poderosamente o advento de uma cultura que vai ser no IV século o principal fundamento dessa aristocracia rural. “E o café”. E continua sua descrição afirmando que “durante o período imperial a área de expansão do cafeeiro quase não ultrapassa, pode-se dizer, os limites do vale do Paraíba. Somente mais tarde, já no período republicano, é que ela transpõe a bacia do Paraíba e, alcançando a bacia do Mogi-Guaçu, inicia a sua formidável irradiação para o oeste paulista”. Conclui dizendo: “daí formar-se, nas regiões onde essa cultura se faz, a base fundamental da atividade econômica, uma elite de homens magnificamente providos de talentos políticos e capacidade administrativa” (p. 104).

O golpe de 13 de maio de 1888 fez desmoronar os grandes latifúndios açucareiros e pouco adiante os cafeeiros, num rápido e irremediável declínio, especialmente a zona serrana do Estado do Rio, a Zona da Mata mineira e o tre-

39. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. cit., vol. I, p. 166.

40. 4ª ed., Rio de Janeiro, 1954, p. 203.

41. Vide José Honório Rodrigues, “A Rebelião Negra e a Abolição”, in *História e Historiografia*, Petrópolis, Vozes, 1970, pp. 65-88.

cho paulista do vale do Paraíba. Desmoronada essa velha edificação, que é a nossa aristocracia territorial, parte vive a vida vegetativa dos decaídos, outra parte emigra para as capitais mais importantes, em busca de uma nova situação na indústria, nas profissões liberais e na burocracia. Daí, conclui Oliveira Viana, a rápida formação de grandes centros urbanos durante o trintênio republicano.

Esse deslocamento de nossas populações rurais para os centros urbanos se circunscreve à influência centrípeta das grandes cidades industrializadas. Fora daí as forças que movimentam o grosso da população nacional são de outra natureza e lhe imprimem diretrizes inteiramente diferentes.

Distingue, então, dois movimentos, um ao Norte e outro ao Sul. Estes dois movimentos se destacam pelo seu caráter centrífugo e pela orientação sertaneja. O primeiro é a colonização do Acre pelos caboclos do Nordeste; no Sul é o movimento de assalto à floresta tropical que se generaliza e se estende do oeste paulista até a região serrana do Rio Grande. Na zona serrana do Rio Grande o movimento não é realizado pelo elemento nacional; é o alemão, é o italiano, é o polaco, é o russo. O desbravamento e a colonização de Santa Catarina são também obras dos colonos alemães e italianos.

Os saltos cronológicos com que Oliveira Viana escreve a evolução da sociedade perturbam a continuidade histórica, mesmo considerando-se que se trata de uma síntese. Acentua que é nos sertões do oeste paulista que o colonizador nacional revela sua superioridade sobre o colonizador estrangeiro, pela sua capacidade organizadora e pela energia da sua ação: em dez anos eles desbastam e cultivam mais de um milhão de hectares, conquistados à mata virgem, plantam para mais de setecentos milhões de cafeeiros, inundam com uma avalanche de mais de dez milhões de sacas os entrepostos de Santos e os mercados do mundo.

Esse assalto à floresta tem dois batedores originais: o bugreiro e o grileiro. O primeiro surge na zona do civilizado com nossa selvageria remanescente. Já o grileiro é quem dá propriedade pelos meios mais fraudulentos às terras sem dono, não-devolutas, inexploradas, e “apropriadas” por latifundiários atrasados. O grileiro resolve a dificuldade da terra “apropriada”, que passa a pertencer a um colonizador progressivo, cheio de ambição e capital, concedendo, pelos meios mais falsos, o direito de explorar a terra abandonada, infecunda. Baseia-se em *A Onda Verde* de Monteiro Lobato (não cita, como sempre, editor, local e data de edição) e desconhece, como já acentuamos, que cabe a F. Turner e Capistrano de Abreu a primazia, nos Estados Unidos e no Brasil, de mostrar o conflito entre o civilizado e o selvagem remanescente.

É um capítulo, apesar do desconhecimento da obra de Turner e Capistrano de Abreu, singular, incomum e muitíssimo bem escrito. Ele acentua que o bugreiro e o grileiro exercem duas funções essenciais à obra da expansão colonizadora: a ferocidade de um e a amoralidade do outro. Termina o capítulo louvando a formidável batalha que continuaram a travar com a floresta e o

direito à terra que constitui o aspecto mais empolgante e dramático do Brasil contemporâneo (p. 119).

Segue-se o capítulo sobre a “Evolução da Raça”, no qual afirma que “em nenhum povo a origem étnica há provindo da mistura de raças radicalmente diferentes. Os caldeamentos étnicos têm aqui uma intensidade, uma generalidade e uma complexidade que nossos irmãos latinos do continente não conhecem. Neles pode-se dizer que o seu miscigénismo evolui em torno de duas raças apenas: a branca e a índia; o negro tem ali uma intervenção muito secundária na formação étnica do povo. Entre nós, ao contrário, o negro, o índio e o branco caldeiam-se profundamente, cruzam-se e recruzam-se em todos os sentidos, dois a dois, três a três, em todos os pontos do território, e como cada um desses elementos traz uma estrutura antropológica própria e uma constituição psicológica específica, compreende-se como é árduo o problema de determinação da influência que cada um deles tem na formação do nosso povo e na constituição dos caracteres somáticos e psicológicos dos nossos tipos nacionais”.

Assim apresentou Oliveira Viana a primeira dificuldade para o estudo da nossa mistura racial. Mas não sabia que na tese dele se continha um equívoco fundamental. É que se o Brasil teve 60,3% de importação negra entre 1701-1810 e 1811-1870, e os Estados Unidos 2,7%, a zona do Caribe (franceses, britânicos, espanhóis, especialmente Cuba e Porto Rico) continha 37% de contingente africano⁴².

Começa Oliveira Lima estudando os iberos e os grupos influentes na península: árabes, celtas, romanos, gregos, godos, suevos, tudo com a ligeireza de uma página bem escrita de jornal. Depois reduz, diante dessa diversidade de tipos, a dois grupos, muito curiosos pelas características aparentes predominantes: o louro, alto, dolicoide, de hábitos nômades e conquistadores; e o outro bruno, de pequena estatura, dolicoide ou braquióide, de hábitos sedentários e pacíficos. Para a formação do segundo grupo concorreram os celtas, romanos, fenícios, cartagineses e helênicos; para a formação do primeiro grupo influíram godos, flamengos, normandos, burginhões, que para ali afluíram como colonos ou conquistadores. Feito esse sumaríssimo apanhado etnográfico, que se baseia em seu livro *Raça e Assimilação*⁴³ — que mais adiante examinaremos — Oliveira Viana, com sua facilidade para generalizar, afirma que “na obra de reconquista e do descobrimento são os dólico-louros [!] os que, na qualidade de membros da aristocracia, tomam a dianteira e se constituem os centros dirigentes e propulsivos de outras classes”; e mais, sua inexatidão chega ao ponto de afirmar que nos primeiros tempos da colonização são esses mesmos dolicoídes os que naturalmente *devem* constituir os elementos mais numerosos ou mais do-

42. Stanley L. Engerman and Eugene Genovese, *Race and Slavery in the Western Hemisphere. Quantitative Studies*, Princeton University Press, tabela I, p. 53.

43. Rio de Janeiro, 1932.

minantes nas correntes emigratórias! E isto baseado em Henri de Tourville, um nome tão insignificante que não mais aparece nos dicionários e enciclopédias franceses. Pois é esta autoridade em que repousa Oliveira Viana para fazer uma afirmação tão leviana, e sem esquecer que o faz sem nenhuma documentação.

Sua antropologia dólico-loura, braquicela, etc., já estava desautorizada quando a usou e hoje torna ridículas suas afirmações racistas levianas, além de se revelar faccioso ao falar que foram os dólico-louros que limpam o Ocidente da ignomíria sarracena. Na caracterização antropológica dos fidalgos peninsulares que vieram para aqui e dos colonizadores brancos do Brasil há mais palpite que ciência e especulações à vontade ao ponto de afirmar o ridículo de que os bandeirantes antigos oferecem numerosos pontos de contato e analogia com os homens da raça germânica, e escreve belas páginas fantasiosas sobre os antepassados medievais desses bandeirantes — germânicos, que, como sabemos hoje, pela vasta documentação publicada em São Paulo, não passam de selvagens, mestiços de índios, que nem a língua portuguesa falam.

Todo esse capítulo constitui uma página vergonhosa da obra de Oliveira Viana, primeiro pela falta de base documental, segundo pela secundária orientação teórica, e terceiro pelo caráter faccioso político de querer à viva força provar que os colonos são brancos puros (!), cheios de glóbulos de sangue germânico, e que os braquióides, celtas ou dolicoídes de raça ibérica — classificações abandonadas pela moderna antropologia —, bem como suas ridículas presunções da presença de dólicos e iberos na massa (!) da nossa primitiva população como do “soberbo eugenismo de muitas famílias da nossa velha aristocracia rural” (pp. 130-33). Escreve que “infelizmente, como já observamos, nada sabemos de positivo sobre este ponto; as nossas conclusões são simples conjecturas, embora baseadas nas revelações da antropologia, da etnologia e da crítica histórica”. Pois é isto o que falta em todo esse capítulo, meramente especulativo.

Ele é tão racista que até os homens e mulheres indígenas são mais alvos, bronzeados, e assinala a coloração da pele indígena. Daí, apesar de seus equívocos, ele afirma: “como é revoltado e confuso o caos étnico donde vai sair o nosso tipo antropológico e racial” (p. 138). Isso porque os silvícolas, “tão diferentes nos seus atributos finais, e morais, cruzam-se, nos princípios da colonização intensamente com os diversos tipos de raça branca dominadora”. E aí vem a repetição dos equívocos raciais: “os dólico-brunos, denunciando o sangue celta ou dólico-louros da poderosa prosápia germânica” (p. 138).

Acha que são os tipos africanos os que trazem a esse caos o contingente maior de confusão e discordância. Seu desconhecimento da antropologia brasileira leva-o a uma enumeração seguida de caracteres físicos, ambos imprecisos, como quando afirma que os cassanges, ou haussás têm uma “fealdade repulsiva”, embora a seguir louve a beleza pela proporcionalidade dos traços, pela esbelteza da estrutura, pela cor mais clara e pelos cabelos menos encarapinhados. Sua fonte sobre a variedade e diferenciação, a moralidade, inteligên-

cia e diferenciação, inteligência e atividade não é de maior validade, por tratarem-se de historiadores secundários como Brás do Amaral^{143a}.

Esta parte não é uma lição digna de Oliveira Viana. Diminui e não engrandece seu livro. Ao escrever que, devido a essa diversidade na distribuição geográfica das três raças formadas e à falta de identidade de temperamento e mentalidade, torna-se impossível enfeixá-las do ponto de vista da antropologia e da etnologia num tipo único e nacional, revela um objetivo inalcançável e não-científico.

As considerações posteriores sobre a distribuição desses tipos raciais é meramente especulativa, com acertos, palpites e equívocos, que a história comprovou. As generalizações, como a de que “todos os indivíduos mais ativos e enérgicos tendem, como vimos, para o campo, para os engenhos e para os engenhos pastoris” (p. 144) é um sofisma.

É um lugar-comum entre os estudiosos afirmar que “se fora possível organizar para o nosso país uma carta etnográfica do caboclo, o colorido indicativo do seu coeficiente na massa da nossa população tornar-se-ia cada vez mais intenso e carregado, à medida que caminhássemos do litoral para os sertões e do Sul para o Norte, atingindo o seu máximo de coloração no vale amazônico” (p. 140).

Sempre preocupado com a arianização, uma finalidade fútil, secundária, presunçosa, preconceituosa, especialmente num mulato rosado, Oliveira Viana afirma que o trabalho arianizante sofre um retardamento ou aceleração, conforme se trate de uma zona de concentração ou de transmigração (p. 148). E conclui, dizendo que “na carta etnográfica do nosso país durante o período colonial, a zona de preponderância do *H. afer* se estende colorida, desde São Vicente até o Maranhão, em toda a extensão da faixa costeira e, para o interior, em todos os centros de atividade agrícola ou mineradora, quer do planalto meridional quer os do sertão do Norte” (p. 130).

Quando fala dos mulatos, para ele “mais inteligentes que os negros puros, mais vivazes e destros, mais ladinos, aplicam-nos os senhores em ofícios mais finos, como sapateiros, sirigueiros, marceneiros e alfaiates, em que se revelam habilíssimos. Afirma ainda que os mulatos tendem a sair da classe escrava para a dos livres moradores, principalmente os mais claros, filhos, em regra, de pais brancos, que os libertam pela alforria. Daí a desproporção existente entre os mulatos escravos na massa da população colonial (p. 152). Esses mulatos livres formam a base da população rural; constituem o grosso da plebe dos campos.

Ele registra a discriminação portuguesa: “Também os cargos públicos no período colonial são privilégio exclusivo dos brancos e são eles os únicos que formam, por essa época, a classe dos funcionários, quer civis, quer militares.

Faz afirmações não-científicas quando declara que em todas as raças humanas, mesmo as mais baixamente colocadas na escala da civilização, esses tipos superiores aparecem: não há raça sem eugenismo. E logo se apressa em

determinar como compreende o problema das raças inferiores: “Não há raças que sejam absolutamente inferiores; mas, qualquer raça, posta em contato com outra mais rica em eugenismo, torna-se, por esse mesmo fato, inferior”. E em nota se faz entender, ou melhor, desentender, porque nesta matéria ele mais confunde que esclarece: “Entenda-se: eugenismo psíquico (moral e intelectual) e não físico. Este, nas suas possíveis correlações com o eugenismo psíquico, não entra na conceituação da tese formulada”. Manda ver uma *Antropologia Social* em preparação, que não concluiu.

Ele joga muito com elementos fisiológicos ou psicofisiológicos na história (foi o único historiador brasileiro a confundir métodos naturais e históricos) e por isso afirma que pelo grau de eugenismo se pode aferir o grau de superioridade do “nosso tipo nacional, porque por ele podemos medir o valor do contingente que à dinastia da nossa história trazem as forças formidáveis da hereditariedade”.

Se ele quer afirmar o fenômeno da continuidade da biologia pela qual as formas vivas se repetem nas gerações que se sucedem, o equívoco é fantástico, foge a toda teoria histórica e relembra os velhos axiomas ultrapassados do fim do século passado e princípio deste. Oliveira Viana estava atrasado meio século: é esta a medida metodológica que se pode aplicar à sua obra.

Há um livro, que não mais encontrei em minha biblioteca, que tentava naturalizar a história. Chamava-se *Da Biologia à História* (ou *A Biologia e a História*), mas infelizmente não mais o encontrei e nos livros de consulta não pude encontrar sua identificação. Mas no *Les Problèmes de l'Histoire* de Pierre Mongelle⁴⁴ as ciências naturais, a começar pela biologia, eram estudadas separadamente e nelas estavam as ciências sociais, políticas e a história. Seguiu essa orientação de unir num mesmo grupo todas as ciências. Assim também em P. Lacombe, *De l'Histoire Considérée Comme Science*⁴⁵, a história era tratada como ciência igualada às exatas ou naturais e havia um capítulo especial sobre “La Race, l'Hérédité”, no qual se discutia a idéia de raça, do temperamento diferente das raças ou povos e da transmissão hereditária dos traços psicológicos. Lacombe considerava a hereditariedade como uma força que se combate, que se destrói a si mesma, e portanto não poderia, como não pode, ser uma força formidável na história. Não sei onde Oliveira Viana foi buscar essa incompreensível força da hereditariedade como fator histórico.

Além disso, toda a teoria e a filosofia da história aceitam hoje a idéia da separação entre a história e as ciências físicas; por exemplo, e meu livro *Teoria da História do Brasil*⁴⁶ desenvolve esta tese, baseado sobretudo em H. Rickert,

44. Paris, 1902.

45. Paris, 1894.

46. Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 5ª ed., 1978. Especialmente o capítulo “Filosofia da História”, pp. 63-93.

*Ciência Cultural e Ciência Natural*⁴⁷, bem como nos livros de R. G. Collingwood⁴⁸. *The Idea of Nature* e *the Idea of History*. O capítulo de Lacombe no livro citado e os estudos de filosofia da história não nos convencem dessa afirmação, única de Oliveira Viana, de que a hereditariedade seria uma força formidável na história.

Sua descrença na capacidade do negro é completa. Começa declarando “que a proporção entre esses tipos superiores, que emergem da sua servilidade e a massa da população escrava, é extremamente diminuta. Não só a potencialidade eugenística do *H. afer* é reduzida em si mesma, como, posta em função da civilização organizada pelo homem de raça branca, ainda mais reduzida se torna: “*O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados*: a sua capacidade de civilização, a sua *civilizabilidade* [neologismo horrível] não vai além de imitações, mais ou menos perfeitas, dos hábitos e costumes do homem branco” pp. 156-57). Não creio acertado afirmar que “os próprios negros americanos, muito superiores, aliás, aos nossos, em virtude de seleção imposta pelas contingências da luta com um adversário temível, como é o anglo-saxão, ficam muito abaixo do teor médio da civilização norte-americana: mesmo os seus tipos superiores, como Booker Washington, não são negros puros, mas perfeitos mestiços, autênticos mulatos, cuja superioridade deve provir do sangue ariano que trazem nas veias” (!) (p. 157).

Decididamente Oliveira Viana representa um retrocesso na nossa historiografia. “O homem branco cultiva, com efeito, certas predileções e visa objetivos superiores, que de modo algum serão capazes de constituir motivos determinantes da atividade social do homem negro” (p. 157). “O poder ascensional dos negros em nossa história, se é, pois, muito reduzido, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, não o é apenas pela ação compressiva dos preconceitos sociais, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco. Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente [!] à situação abastardada, em que o vemos hoje [1923]” (p. 158).

Esse pensamento revela todo o Oliveira Viana, seus preconceitos, sua mesquinaria científica, sua ambivalência moral, mestiça, que contradiz a ele próprio, pois chegou ao desempenho de funções exigentes de superiores qualidades intelectuais; enfim, um homem tão contraditório que, sendo mestiço, defendia a suposta superioridade ariana.

47. Edição argentina, *Ciencia Cultural y Ciencia Natural*, Buenos Aires, 1937.

48. *The Idea of Nature*, Oxford, 1945, e *The Idea of History*, Oxford, 1946.

Quanto aos índios, sua posição é a mesma: um defensor da inferioridade do povo indígena em face do ariano, sem considerações atenuantes de condições sociais, econômicas e educativas. O índio é absolutamente negativo. O negro — eis uma concessão — pelo seu temperamento imitador, ainda se deixa suggestionar por certos aspectos da civilização superior, dentro da qual se acha e, aqui e ali, vemo-lo operar certos movimentos ascensionais; mas o índio, o caboclo puro, arrancado das suas florestas pela ferocidade dos sertanistas ou pela unção do missionário, é absolutamente incivilizável, isto é, inteiramente refratário a qualquer influxo educativo no sentido da arianização (!) (p. 158).

Esse livro não é uma interpretação da evolução brasileira; é uma visão regressista, reacionária, antibrasileira do Brasil, que ele queria branco ariano, sem as mazelas do nosso povo, que o torna inferior. É um livro indigno do Brasil. E mais: é repleto de preconceitos. Ele possui a mística do latifúndio e só tem valor e só construiu o Brasil a minoria latifundiária que impediu, na defesa de seus interesses e privilégios, o progresso do povo brasileiro.

“Na sociedade colonial” — aí vem mais uma ficção criada para defender o seu pensamento reacionário — “já o demonstramos [nunca demonstrou nada], o grande padrão por onde se afere a capacidade ascensional, o índice de eugenismo dos indivíduos é a propriedade da terra [!]; é o desejo de conquistá-la que é a força motriz de toda a história colonial” (!). Ora, todos sabemos que a força motriz da história brasileira é a luta do povo brasileiro pela conquista dos direitos da maioria. E vem esse historiador traidor do seu povo, da história do seu povo, com essa mentira deslavada da superioridade ariana, sustentada por ele, mestiço rosado, traíndo novamente, agora, a si mesmo.

A nossa civilização não é obra exclusiva do homem branco, como ele sustenta (p. 160), mas dos índios, negros, caboclos, mestiços. As classes “superiores” e dirigentes mais perturbaram que ajudaram o processo civilizatório do Brasil. Roubaram, corromperam, travaram, imobilizaram e manteriam na escravidão negra, indígena e colonial o Brasil, se o pudessem e não tivessem contra si o povo “capado e sangrado” de nossa história.

Nem o índio, nem o negro, nem o caboclo, o mameluco, o mestiço formam uma massa passiva e improgressiva. Nem foi modeladora a ação do homem da raça branca, na sua grande maioria o corruptor, o imobilista, o travador do processo histórico brasileiro.

Quando investe contra essas raças “inferiores” ou seus mestiços, Oliveira Viana falseia a nossa história e sente tanto que a está falseando que assinala, para surpresa de seus indignados leitores, que “nossos mestiços nem são absolutamente inferiores, nem todos absolutamente superiores”. Reconhece que há mestiços inferiores e superiores (p. 161). É uma concessão digna de seu reacionarismo mulato rosado.

Suas especulações, que constituem a essência deste seu livro *A Evolução do Povo Brasileiro*, distribuem atributos intelectuais à sua vontade, conforme o branco imprime nesta ou naquela direção sua influência positiva ou negati-

va. Mas, apesar das especulações, ele é sempre categórico: “o que está fora de dúvida, porém, é que combinações de hereditariedade favoráveis geram, por vezes, mestiços superiores, que se esforçam, por todas as maneiras, para ascender às classes superiores” (p. 162).

Sua contradição é curiosa. Ele afirma que os mamelucos querem ser brancos e, ao mesmo tempo, declara que alguns esqueceram sua origem e constituem famílias de curta origem. E aí vem a contradição: “Estas invocam mesmo, com orgulho, o seu sangue de caboclo”; e logo solta esta frase que revela que o preconceito é seu: “Daí, na massa mameluca, tão numerosa, aliás, ao Norte do país, todos os elementos eugênicos, que nela existem com capacidade de ascender, efetivamente ascendem, porque nenhum preconceito social embaraça realmente a sua ascensão”.

Considera, então, que os mulatos superiores estão em situação diversa; os preconceitos sociais têm para com eles rigores seletivos de uma meticulosidade exagerada: “Eles descendem de uma raça servil [a negra e a branca?], sem nenhuma tradição de nobreza”. Os estigmas da raça inferior se revelam em dois índices os mais seguros de bastardia de origem: os cabelos e a cor. E ambos são, noventa e nove vezes sobre cem, indissimuláveis”.

Depois de afirmar que a potencialidade ascensional dos mulatos é muito reduzida, volta à afirmação leviana de que “não é que lhes falte eugenismo; ao contrário, parece até que a percentagem de mulatos é superior à dos mamelucos”.

Daí advêm duas conclusões: primeiro, que o tipo psicológico do brasileiro oferece uma enorme variedade; cada raça tem a sua psicologia própria e, dentro de cada raça, cada grupo ou tribo, em que ela se divide; “na sua totalidade a massa nacional se move segundo um conjunto de forças muito complexas, nem sempre convergentes e harmonizadas” (pp. 164-65).

Essa tese nos parece falsa e ilusória. Apesar da enorme variedade de etnias, o povo brasileiro é um dos povos mais homogêneos, segundo o antropólogo brasileiro Charles Wagley: “A cultura nacional não é uma fusão ou um mosaico de traços africanos e ameríndios. Certamente traços africanos e ameríndios estão fundidos em uma cultura essencialmente luso-brasileira”; mais adiante afirma que foi a herança portuguesa e a experiência comum no Novo Mundo que deram unidade ao “mosaico brasileiro”⁴⁹.

Não existe novidade em mostrar a proporcionalidade das etnias no Brasil, baseada toda ela no censo oficial.

Afirmar que o alto porte do gaúcho atual — o mais arianizado dos nossos tipos regionais —, esquecendo o paranaense e o catarinense, o que se deve talvez à sua origem açoriana, é, como sustentei em outras passagens, ilusório, pois

49. Charles Wagley, *An Introduction to Brazil*, Columbia University Press, Nova York, 1963, pp. 9 e 24.

a política demográfica portuguesa⁵⁰ sempre consistiu em distribuir os açorianos de acordo com as necessidades e conveniências da colonização. Foi muito açoriano para o Maranhão, e o maranhense não se destaca pelo-alto porte. Não sei onde Oliveira Viana foi buscar que “em Minas são muito comuns também os homens de grande altura; estes, se são brancos puros [!], traem necessariamente, por este caráter antropológico, uma remota ascendência branca, mas, se são mestiços, é ao negro que devem, sem dúvida, o seu talhe elevado” (p. 171).

Afirma que o tipo brasileiro — o que não existe e provavelmente não existirá nunca — só poderá surgir com a definitiva caracterização depois de uma lenta elaboração histórica. Será uma lenta e laboriosa realização a absorção desses contingentes bárbaros. A seguir vem, então, sua afirmação mais insistente e preconceituosa, a de que “o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população”.

E capitula os elementos de arianização: estacionamento da população negra e mestiça, rápido aumento da entrada de população branca, com a imigração branca. Ele não diz, mas sabe que o Brasil recebeu 5 milhões de imigrantes, dos quais 1 milhão e 500 mil voltaram para os seus países de origem, restando no Brasil 3 milhões e 500 mil imigrantes, número equivalente ao dos índios no momento da Descoberta, antes de seu extermínio pelos portugueses, e 3 milhões e 500 mil negros, segundo o cálculo aproximado de Afonso Taunay no seu “Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil Colonial”⁵¹.

Para Oliveira Viana, era clara a redução do índice de negrescência da nossa gente e a acentuada arianização que ele defendia com toda a força, pensando que só assim poderia o Brasil desenvolver-se, livrando-se do que ele considerava um pecado mortal, que eram seus negros e mestiços. “Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura; mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue” (p. 177). Surpreende-se que os alemães se casem com brasileiras, o que mostra, para ele, que a tendência ao cruzamento é tão profunda e intensa, que a ela não escapa nem mesmo uma raça que, pelo seu orgulho étnico, parece gozar de uma certa infusibilidade (p. 176).

Sustenta que no trabalho de arianização há outros colaboradores mais enérgicos que o das raças brancas da Europa. Há as seleções naturais e sociais que aceleram o processo redutor dos bárbaros (!). O meio cósmico e o social têm uma poderosa função seletiva e sua ação é muito particular, variando conforme a maior ou menor resistência biológica de cada raça, sua maior ou menor fecundidade, e sua maior adaptabilidade.

50. Cf. Vieira Fazenda, “Legislação Portuguesa Relativa ao Brasil”, *RIHGB*, t. 105, vol. 159, pp. 199-229.

51. *RIHGB*, XXXV, parte 1, p. 305.

Não é exato que Antônio Bernardino Pereira do Lago, no seu “Itinerário da Província do Maranhão”, tenha observado na população maranhense o mesmo que, segundo Oliveira Viana, fora observado no Sul por Eschwege: a redução do grupo africano e a fecundidade do grupo ariano (p. 180). Mas ao mesmo tempo observa, seguindo Eschwege, a pequena fecundidade dos mulatos livres e a alta fecundidade dos negros livres. Porém, como tudo tem que favorecer suas teses, os negros livres fecundos são trabalhados pelas seleções patológicas que elevam seu índice de mortalidade acima dos de todas as outras raças. E sua suma conclusiva é de que “com uma mortalidade incomparavelmente superior à sua natalidade, a população escrava estava condenada, logo nos primeiros séculos coloniais, a uma rápida desapareição, se não fora continuamente renovada até 1850, por um largo afluxo imigratório vindo da África. Sob este aspecto, pode-se dizer que a lei da abolição de 1888 concorre para retardar a eliminação do *H. afer* em nosso país — porque não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente” (pp. 183-84).

Este é um dos trechos mais facciosos, mais preconceituosos, que tira todo e qualquer caráter científico à obra de Oliveira Viana. Primeiro, não há fluxo imigratório vindo da África; há escravos forçados, contra a lei de humanidade, e sob o protesto de toda a humanidade, exceto a portuguesa, que iniciou e cultivou a escravidão até a última oportunidade. Nenhuma palavra de recriminação; segundo, ele reconhece que se não houvesse a lei da abolição o negro teria desaparecido, sem mencionar a maldade branca, a desumanidade do branco, os suicídios, os maus tratos que a elite impôs a seu braço escravo. Viveu e se desenvolveu roubando a mais valia do negro.

Suas citações de Lapouge e Le Bon só desmerecem seu livro, pois estes autores não merecem reputação. À citação de Lapouge, de que “*le Brésil constituira sans doute d’ici un siècle un immense état nègre, a moins qu’il ne retourne, et c’est probable, à la barbarie*”, ele mesmo opõe não a crítica às tolices descabidas desse pseudocientista social, mas o direito de sorrir, apenas porque ele acreditava piamente na arianização do povo brasileiro (p. 185).

Logo vem a afirmação de que “os elementos bárbaros que formam o nosso povo estão sendo, pois, rapidamente reduzidos: a) pela situação estacionária da população negra; b) pelo aumento contínuo dos afluxos arianos nestes últimos tempos; c) por um conjunto de seleções favoráveis que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca as condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens de outras raças”. Esse movimento de arianização, porém, não se limita apenas ao aumento do volume numérico da população branca pura; “também as seleções étnicas estão operando no seio da própria massa mestiça, ao Sul e ao Norte, a redução do coeficiente dos sangues” (p. 186).

Depois enuncia esta absolutamente contestável afirmação: “é provável que, se as imigrações arianas não estivessem constantemente renovando, desde os primeiros séculos coloniais, o contingente dos reprodutores puro-sangue em

nosso povo, os cruzamentos, forçados a se realizarem entre indivíduos de sangue impuro, acabassem permitindo a reconstituição dos tipos bárbaros: é esta a presunção de Lapouge e Le Bon”.

Primeiro, nem Lapouge nem Le Bon pensaram no Brasil, e a hipótese e conclusão são especulações de Oliveira Viana; segundo, ainda que pensassem, seria de pouca valia, porque desconheciam o Brasil, suas palavras não mereceriam crédito. Mas Oliveira Viana não pára diante de qualquer obstáculo para defender sua tese da arianização. Trata a questão como um problema de zootecnia e reafirma que “o fato da existência desse núcleo de reprodutores arianos puros por *pedigree*, no meio da nossa população, tem valido como uma causa poderosíssima de aceleração do nosso apuramento étnico” (p. 188).

Refinamento e clarificação raciais são termos freqüentes nesse arrazoado especulativo, preconceituoso e regressista. O tipo nacional não só se arianiza na cor como na beleza, embora sejam resultado do cruzamento de arianos “com duas raças feias” (p. 190).

Para ele, no Extremo-Sul é rápida a destruição da população negra, enquanto no Norte e no Centro o processo arianizante tem uma marcha menos sensível e rápida (p. 193). Afirma, sem base científica, que, na massa cabocla do Nordeste, os tipos que hão de emergir hão de ser variantes do ariano com a libré dos nossos climas tropicais (!) (p. 196).

• • •

Na terceira parte da *Evolução do Povo Brasileiro*, que trata da evolução das instituições políticas, Oliveira Viana aponta a simplicidade da organização do primeiro governo, a fragmentação crescente da estrutura política inicial, tudo bem sabido pela melhor historiografia. Não há novidades. Louva, como fazem todos os historiadores conservadores, o espírito superior de objetividade, o admirável senso da nossa realidade, o conhecimento profundo e metuculoso das peculiaridades da nova terra e da gente. Todo esse louvor não esconde que o Brasil fosse explorado como o foi e fosse pobre como o foi. Uma das causas profundas do nosso subdesenvolvimento atual consistiu no prolongamento dessa exploração sem fim, tão nítida nos depoimentos dos conspiradores da Conjunção Mineira.

Na dúvida entre unidade e duplicidade, acaba dominante o pensamento da unidade; a duplicidade é uma solução provisória, da qual se procura sair rapidamente. Domina, portanto, o pensamento centralizador, apesar das dificuldades de circulação inter-regional. O que Viana escreve está nos livros factuais de história do Brasil, exceto quando diz que o governo-geral da Bahia rege todas as capitanias do Rio Grande do Norte para baixo, o que não corresponde à verdade.

É certo, isto sim, que as distâncias insuperáveis e invencíveis impedem a centralização e impede se freqüente o poder. Também não é verdade que o avanço bandeirante pelo Interior e a expansão espanhola obrigam o governo a deslocar-se para o Centro. Embora a Bahia não tivesse nenhuma força ao Sul, oficialmente é somente em 1763 que o vice-reinado é criado no Rio de Janeiro (e não em 1760, como está na página 208). Daí em diante não há novidades a acentuar, nem o autor é capaz de escrever senão um pífio trecho sobre a evolução político-administrativa do Brasil (pp. 208-42).

Uma ou outra vez estabeleceu normas que, segundo ele, foram seguidas pelo governo colonial: “ampliar a base física do Estado, sem ampliar igualmente e de uma maneira proporcional, os seus meios de circulação política, e condená-lo fatalmente à fragmentação” (p. 212). Logo chega à conclusão de que a fragmentação do poder é o meio melhor de defesa e administração. E aí vêm as comparações descabidas com a Pérsia e Roma (p. 212).

Oliveira Viana chama atenção sobre a má circulação e a política da Colônia e a não-multiplicação da rede de comunicações, devida aos interesses do fisco. Os meios de comunicação são perigosos, quer os interiores, quer os costeiros.

Os fatores geográficos pulverizam a autoridade e a autonomia se torna quase completa. Para ele, cada capitania é um conjunto incoerente de governo local. A ação dissolvente, provocada pela amplitude da base física de cada capitania, não produz apenas os governichos, mas os chefes locais, chamados e caracterizados no Sul como *caudilhos*. É preciso distinguir entre os capitães-mores das aldeias e os caudilhos, só conhecidos no Sul, pelo caráter militar que assumem, afora serem o centro da autoridade civil. Nada pode a autoridade governamental fazer contra eles e Oliveira Viana fala primeiro na fragmentação do poder, depois na pulverização e, finalmente, na dissolução do poder.

Esse governo fragmentado, pulverizado e dissolvido, é uma adaptação da organização política à sociedade colonial. Como, durante a fase colonial, o meio geográfico pulveriza a sociedade e também o poder político, e o subordina à sua fatalidade inexorável, só existe uma atitude política: “resignar-se e acomodar-se cada vez mais a esta fatalidade — o que significa o sentido íntimo da atividade política do estadista do período colonial”.

Os fatores geográficos exercem uma ação direta diferenciadora, descentralizadora e dispersiva. A ação indireta resulta da diferenciação por eles trazida à massa da população. Essas diversidades se multiplicam se caminharmos dos litorais para o Interior; diversidades topográficas, climatológicas, geológicas, de flora e fauna. A população crescendo e se desenvolvendo dentro dessas minuciosas diversidades tende a melhor adaptar-se a essas mesmas diversidades regionais.

Nas regiões agrícolas forma-se uma aristocracia poderosa; noutras regiões do campo criam-se outras sociedades estancieiras dos pampas e os boiadeiros do Planalto Central; no Centro-Sul, uma sociedade complexa é o reflexo des-

sas diferenciações oriundas das adaptações da população às diversidades geográficas e em relação à estrutura da organização política é sensível e considerável.

A organização municipal das vilas e cidades na Colônia, do Norte ao Sul, da costa ao sertão, o próprio Oliveira Viana reconhece ser idêntica. Todas têm seu senado da câmara, seus juizes, seus tesoureiros, seus almotacés, e seus poderes são os mesmos. Portanto, parece que as condições geográficas não agem assim tão poderosamente.

Sustenta Oliveira Viana que, de uma maneira sintética, pode-se dizer que “no período colonial, as zonas de corporações municipais mais ou menos florescentes são todas zonas de intensa atividade agrícola” (p. 226), o que é um truísmo. E, segundo suas idéias de tão graves conseqüências políticas para o Brasil, quer em 1937, quer em 1964, ele enfatiza que nas zonas pastoris o único sistema de governo possível é, realmente, essa ditadura político-militar, consubstanciada na autoridade absoluta dos capitães-mores regentes (!) (p. 228). O mesmo regime foi estabelecido nas regiões do ouro recém-descobertas, onde ainda faltavam, por isso mesmo, como nas regiões pastoris, os elementos de uma organização social estável (p. 228).

Essa ditadura era muito pior que a descrita por Oliveira Viana que a pinta com cores róseas. Quem quiser conhecer a bárbara tirania portuguesa, os horrores do *Livro da Capa Verde*, com todo seu imenso poder discricionário, o terror oficial, busque em Joaquim Felício dos Santos, nas suas *Memórias do Distrito Diamantino*⁵², e aí encontrará a descrição do absolutismo do sistema colonial português, que não mereceu de Oliveira Viana a menor reprovação, antes louvor, porque somente com ele se poderia manter a organização e unidade da conquista.

Ele louva muito o profundo senso prático que preside à organização dos aparelhos governamentais da Colônia. Mas reconhece que o espírito que domina toda a política colonial do tempo é a do fiscalismo. E afirma que o colonialismo soube transigir com a força indomável dos agentes geográficos com habilidade, moderadamente, reagindo até o limite do possível; quando se faz preciso adapta-se às diferenciações regionais, fazendo-o também com uma capacidade superior. Como se vê, a obra de Oliveira Viana é uma descriçãolouvaminheira da colonização portuguesa.

Ao lado dos fatores geográficos tão bem manobrados pelos estadistas coloniais, vêm os fatores sociais. Eles não têm que atender apenas às condições de dispersão e diferenciação, mas à complexidade interior, à complexidade do que chama o “interior dos núcleos sociais”.

Aceita, naturalmente, as divisões étnicas no campo sulista, com os regimentos dos homens pardos e de pretos; na organização da Justiça, os fatores étnicos não criam órgãos especiais adequados às divisões raciais, mas não deixam de influir, criando competências especiais e regulando a latitude das alçadas.

52. 1.ª ed., 1868; 3.ª ed., 1956.

Oliveira Viana é frio e tenta ser neutro nas questões raciais e sociais. Assim, escreve que essa “sociedade, baseada na escravidão, gera em seu seio um tipo social específico: o quilombola, isto é, a alimária humana escravizada que, fugindo às durezas do cativo, se alça no interior da floresta ou nos grotões inacessíveis das montanhas” (p. 235). Então esse novo tipo social cria um novo órgão de caráter policial: o capitão-do-mato, entidade importantíssima naqueles tempos.

Não há, pois, em suas páginas uma só palavra de humanidade, de sentimento, de piedade; ele descreve friamente tudo o que ofendeu o direito humano dos mais humildes e modestos brasileiros sem uma palavra de simpatia. Ao contrário, tem seu espírito sempre voltado para as pressões externas, para as fronteiras, para as lutas que agem sobre o governo político da Colônia e vão influir sobre a composição do aparelhamento militar.

Não é uma ação poderosa porque, excetuado o ciclo das guerras platinas, já no fim do período colonial, as nossas lutas com o estrangeiro foram, desde os primeiros tempos das capitânicas, meramente episódicas. As lutas contra os franceses, os ingleses, são sem importância militar e têm repercussão diminuta sobre a economia colonial. Engana-se Oliveira Viana ao dizer que os franceses constituíram-se no único poder que ameaçou o domínio português no Brasil, tanto no Sul, primeiro, como ao Norte, mais tarde. Isso no século XVI. No entanto ele chama de “grande” a luta com os holandeses ao Norte (nunca aprendeu que se diz Nordeste), sua longa e penosa expulsão do nosso território tem um significado puramente local; o resto da Colônia, fora da área do domínio holandês, não lhe sente o choque, nem lhe sofre a repercussão. Outro engano seu: primeiro, pela colaboração do Brasil todo, da Bahia a São Paulo, sem contar a zona afetada de Alagoas ao Maranhão, que demonstrou uma unidade respeitável diante do inimigo comum da liberdade católica já dominante; segundo, perturbou a navegação do Atlântico Sul — mais importante que a do Norte pelo volume e valor, e as relações Brasil e África, já consolidadas. Foi um capítulo, como escreveu Hermann Wätjen⁵³, da história colonial do século XVII e bem poderia ter permanecido lá como o Canadá no Norte dos Estados Unidos.

Diz que somente quando o grande período platino se abre é que a nossa história militar, de local que é, começa a revestir uma feição nacional — o que é inteiramente falso, pois as invasões francesas (Rio, 1559; Rio, 1710; e São Luís, 1614 e 1710-1711) e as holandesas (1624, 1630-1654) foram internacionais.

O que retarda a formação do exército não é o caráter intermitente, transitório, localista e tópico, mas sobretudo o temor dos colonialistas de uma força militar que se fizesse anticolonialista. “Durante o período colonial a nossa organização militar repousa, com efeito, quase inteiramente sobre as bases dos corpos locais de milícias. Os corpos não são formados de profissionais, mas

53. *Das holländische Kolonialreich in Brasilien des 17. Jahrhundert.* Haia, 1921; trad. brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

de paisanos. As tropas de linha são pequenos grupos de soldados portugueses, espalhados parcimoniosamente nos serviços militares. Cada capitania provê seus próprios regimentos locais e mesmo na região do choque com o hispano-americano são os batalhões locais de milicianos que realizam a defesa” (p. 239).

Acentua que, enquanto os fatores geográficos são sempre agentes de fracionamento e dispersão, as pressões externas são de aglutinação, de concentração e de unidade. Essa ação unificadora das pressões externas é sensível no Extremo-Sul: “O governo civil ali é, por isso, absorvido pelo governo militar, as suas autoridades se unificam numa mesma individualidade: a população rio-grandense, durante o período colonial, não conhece outro governo senão o dos comandantes militares”. Esta tese ele já desenvolvera com amplitude no seu livro, anteriormente tratado, *O Campeador Rio-grandense*.

Para Viana, não se limitavam essas pressões externas a exercer a sua função centralizadora e unificadora sob o mecanismo político de uma capitania apenas. Com o crescer das ameaças dos caudilhos do Prata, depois da invasão de Ceballos, e com a perspectiva de possíveis ataques à colônia por parte da Inglaterra, o problema da defesa perde seu caráter local, torna-se geral. O governo colonial sofre a repercussão imediata dessa nova solução e ordena que se organize no Rio de Janeiro uma guarnição poderosa. Esta vai ser o primeiro esboço do nosso exército nacional” (p. 243).

Nova prova da falta de conhecimento da história do Brasil por Oliveira Viana. Varnhagen⁵⁴ já registrara que, quando a Corte foi informada do que se passava no Rio Grande do Sul e sabendo que nem em Madri nem em Londres obteria o que pretendia por negociação ou por pedidos diplomáticos, decidiu reforçar o Rio Grande o quanto lhe fosse possível. O Conde de Oeiras (depois Marquês de Pombal), temendo que os ingleses intentassem invadir o Rio de Janeiro, e para prevenir essa eventualidade, mandara tropas ao Conde da Cunha, Antônio Álvares da Cunha, primeiro vice-rei do Brasil (nomeado a 27 de junho de 1763, foi empossado a 19 de outubro de 1763), bem como ordens para cuidar das fortificações da cidade. Para chefe das tropas nomeou o Tenente-general João Henrique Böhm, um dos hábeis e bravos oficiais do Conde de Lippe⁵⁵.

Além das tropas enviadas da Europa, passaram outras por ordens a São Paulo e Minas Gerais, donde deveriam marchar as que pudessem. Desde os fins de 1774 começaram a chegar, com o general, e depois dele, muitos reforços, alguns de Portugal, embarcados, para maior disfarce, no Algarve. Com o General Böhm veio como engenheiro-mor o Marechal Jacques Funck, sueco, que

54. F.A. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3ª ed. integral, Melhoramentos, São Paulo, s.d., pp. 245-46, notas 61 a 67.

55. Frederico Guilherme Ernesto, Conde de Lippe, 1724-1777. Coube-lhe reorganizar na Guerra dos Sete Anos, o exército português, alterando a sua organização, o sistema de recrutamento, a tática, o armamento e os uniformes.

servirá com distinção às ordens do Marechal de Saxe, acerca de cujas campanhas escreveu.

O Conde de Oeiras, em carta ao Conde de Cunha, escreve que “o brigadeiro Jacques Funck parecerá a V. Exa. à primeira vista (como aqui nos pareceu a nós), um homem inepto, pela grande dificuldade que tem para se explicar em qualquer língua que não seja a da Suécia, sua pátria. É porém profundíssimo na ciência do ataque e defesa das praças, e em tudo o que pertence ao gênio, ou engenharia e artilharia. (...) Tem visto todas as guerras da Europa e da América, e em todas elas fez distinta figura. É enfim justamente reputado por um dos melhores oficiais das referidas profissões, que tem hoje a Europa”⁵⁶.

As forças de terra das províncias do Prata eram, nesse momento, compostas de 3.200 hispano-americanos, dos quais 1.200 do próprio território do Rio Grande, sem contar os 235 homens de guarnições de Santa Tecla, Santa Teresa e São Miguel, que receberam de reforço mais 200 milicianos de cavalaria, o que fazia um total de 1.670 homens, enquanto as forças luso-brasileiras se compunham da legião de São Paulo, que guarnecia as fronteiras do Rio Pardo, o regimento de Santos, que guarnecia Porto Alegre, e uma divisão de 2.000 homens do mesmo Rio Grande, que às ordens do Coronel José Casimiro Roncali marchava para operar no sertão, orçando-se as forças em 3 mil homens, pela maior parte infantaria.

Como se vê, não há aí senão o esboço do exército colonial português na América e Oliveira Viana parece desconhecer esses fatos. O exército nacional se forma em 1822, como procuramos mostrar no nosso *Independência: Revolução e Contra-Revolução*⁵⁷.

Foi logo após o Fico que nasceu o exército nacional, especialmente pela ação dos coronéis Joaquim de Lima e Silva e Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, apesar de ser geralmente aceito que sua organização se deve à Lei de 1.º de dezembro de 1824.

O documento citado por Oliveira Viana, sem data, no qual o Conde de Oeiras determina ao Conde de Cunha que estabeleça um corpo com três regimentos e nomeia para general-em-chefe o Tenente-general João Henrique Böhme, e para chefe do corpo de engenheiros e artilharia o Brigadeiro Jacques Funck, não organiza um exército nacional, mas colonial. Refere-se também a um historiador, sem mencioná-lo, que teria escrito que se tratava de organizar um exército nacional⁵⁸.

No final resume os vários fatores que durante o período colonial mode-

56. Varnhagen, *op. cit.*, vol. IV., p. 246.

57. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, 5 vols. Vide vol. III, *As Forças Armadas*.

58. Trata-se da carta de 20 de junho de 1767 sobre o desprezo que os ingleses, depois da última guerra, têm em relação às forças de todas as outras potências da Europa, especialmente à dos portugueses do Rio de Janeiro. *RIHGB*, t. XXXVI, parte 1, Rio de Janeiro, 1872, pp. 227-36. Não sabemos quem seja o historiador.

lam nossa estrutura política. Fatores geográficos que agem diretamente devido à exagerada amplitude geográfica em que funcionam, e indiretamente como força de diferenciação. Os fatores sociais reagem sobre nosso mecanismo político e o modificam também; agem ainda como agentes de diferenciação, de um lado, e de outro atuam como agentes de integração e unidade.

¹ O princípio que preside à gênese e à evolução das instituições políticas é o espírito de transigência com os fatores de dispersão e diferenciação, sociais e naturais. Nega, ao contrário de Oliveira Martins, que lhes estabeleçam a organização centralizadora, monopolizadora, protetora, absolutista. Eles, embora recalitrantes, compreendem a inadvertidamente inadaptabilidade desse sistema político e vão cedendo aos poucos. Declaram, então, que quando se estuda em conjunto e em partes suas linhas gerais se sente “que os velhos princípios políticos europeus são inteiramente relegados pelos estadistas coloniais e que é com elementos completamente novos que eles formulam e resolvem o problema formidável da nossa organização política e administrativa”.

Criticou Oliveira Viana o historiador Oliveira Martins e negou o regime centralizador monopolista, protetor e absolutista, e declarou que é com elementos novos que resolvem o problema da organização política e administrativa. Que elementos novos? Não disse. Falou vagamente num senso de adaptação inspirando a criação de certas instituições, mas logo se desdisse ao afirmar que para aqui se transplantaram muitos institutos do velho organismo político português, e acrescenta que isto dá motivo à ironia de Hipólito da Costa, para quem o governo da Colônia “fora arranjado pelo almanaque de Lisboa”. Bem depois de Hipólito, Varnhagen, que era um louvador de D. João VI e do colonialismo português, disse melhor que o Marquês de Aguiar, ministro da pasta da Fazenda e do Interior: “minguando de faculdades criadoras para sacar da própria mente e da meditação fecunda, as providências que as necessidades do país fossem ditando, (...) parece ter começado por consultar o almanaque de Lisboa, e à vista dele ter proposto satisfazer a grande comissão que o príncipe lhe delegara, transplantando para o Brasil, com seus próprios nomes e empregados (para não falar de vícios e abusos), todas as instituições que lá havia, as quais se reduziam a muitas juntas e tribunais, que mais serviam de peias que de auxílio à administração, sem meter em conta o muito que aumentou as despesas públicas e o ter-se visto obrigado a empregar um sem número de nulidades pelas exigências da chusma de fidalgos que haviam emigrado da Metrópole, e que, não recebendo dali recursos, não tinham que comer”⁵⁹.

No capítulo sobre o Período Imperial, Viana estuda os estadistas do Império e a nova organização política. É uma espécie de justificativa dos erros e acertos da minoria dominadora. Afirmo que a política de transação e adaptação, com a qual os estadistas coloniais vão-se ajustando a todas as particularidades do relevo geográfico e social do país, se é hábil e fecunda para a Metrô-

59. F.A. Varnhagen, *op. cit.*, ed. cit., t. 5, pp. 109-10.

pole, é para o ponto de vista brasileiro imensamente comprometedor e perigosa. Ele acha que os problemas propostos aos políticos da Independência são antagônicos aos resolvidos pelos políticos coloniais. Agora tudo tem que ser feito como uma reação contra tudo o que fizeram estes. Eles repelem os velhos princípios que orientaram a ação organizadora dos homens de governo da Colônia, por necessidade ou impossibilidade de aplicá-los no novo ambiente: “Os políticos coloniais praticam o método da transação crescente com a ação dispersiva dos agentes geográficos. Os políticos do Império têm, como ponto supremo de sua política construtora, justamente a reação sistemática contra essa ação dispersiva e pulverizadora dos agentes geográficos” (p. 250).

Os políticos coloniais, continua, organizam vários tipos de governo local, conforme a natureza e o grau de complexidade dos diferentes distritos e regiões. Os políticos da Independência são forçados a estender o princípio de igualdade de um mesmo tipo de organização política a todas as diversidades regionais.

Os políticos coloniais compõem um aparelhamento político com o intuito principal de melhor arrecadação fiscal. O princípio da unidade política da Colônia não lhes é essencial; ela só seria necessária se dela dependesse a posse da Colônia. Como os fatores geográficos exigem o fracionamento da Colônia, eles logicamente a fracionam em governos autônomos, em capitânias independentes.

Quando se proclamou a Independência, o pensamento dos homens aos quais ia caber a formidável incumbência de organizar o governo nacional é outro: “a necessidade de manter a unidade política do país toma o primeiro lugar no plano das suas cogitações construtoras. Eles não têm uma vasta colônia a explorar, mas uma nação a construir, um povo a governar e dirigir” (p. 251).

Assinala ainda Oliveira Viana o aparecimento de um novo fator de modificação da estrutura política. É a influência das idéias exóticas, a repercussão na América das novas teorias políticas: o liberalismo, o parlamentarismo, o constitucionalismo, o federalismo, a democracia e a República.

Sustenta, então, que o nosso povo nunca foi, mesmo nos primeiros séculos coloniais, um conglomerado informe de colonos *sem organização de classes*; embora sua desintegração política, sua falta de solidariedade, sua estrutura social se caracterizem *pela ausência de uma hierarquia de classes*. Para ele, desde o primeiro século sobre a massa heterogênea da plebe pompeia uma aristocracia rural, autênticos representantes da fidalguia peninsular. Há também uma aristocracia intelectual, graduada na sua maioria pelas universidades européias, especialmente Coimbra. Desde o fim do século XVIII, os maiores poetas, os maiores escritores, os maiores humanistas, os maiores sábios, os maiores talentos da *raça* são quase todos brasileiros. Com a abertura dos portos em 1808, o grande desenvolvimento comercial cria uma poderosa burguesia (pp. 252-53).

Como se vê, segundo Oliveira Viana não há hierarquia de classe, sendo o povo um conglomerado de colonos, sem organização de classe, e logo ele cita

a aristocracia rural, assentada sobre a base dos grandes latifúndios e uma poderosa burguesia comercial logo após a abertura dos portos. Portanto, ele mesmo reconhece duas classes no topo da estrutura social.

Sobre a falsidade dessa construção, vide Astrogildo Pereira⁶⁰, que escreveu uma crítica vigorosa e destrutiva de suas teses. Diz ele: “O Sr. Oliveira Viana, ‘grande sábio brasileiro’, apoiado por ‘eminentes sábios universais’, todos desdenhosos, como ele, da ‘ciência perigosa’ de Marx e Engels, enceta a publicação de vasta obra de sociologia, toda ela destinada a provar que no Brasil não ‘existe’ classe no passado e, por conseguinte, não deve ‘existir’ no presente. (...) Aparece o primeiro volume, *Populações Meridionais*. Sim, senhor; mas (...) o que ele prova, no fim de contas, é a exatidão da teoria de Marx e Engels, é a verdade científica do marxismo e a falsa ou pelo menos falha ciência de Ammon (?), Ribot, Sighele, Le Play e Cia. — e dele próprio, o Sr. Oliveira Viana inclusive”.

Astrogildo Pereira continua suas observações críticas: “Filosofia reacionária, antiproletária da primeira à última linha. Que conclusões, com efeito, resultam da exposição e da argumentação de *Populações Meridionais*? Elas são fundamentalmente três, encadeadas entre si, e aparecem com uma finalidade eminentemente política. Vejamos:

“1. O postulado da não-existência da luta de classes na formação histórica e social do Brasil. Que significa isto? Significa o seguinte: que o Brasil é um país diferente dos outros; que a luta entre as classes em nada contribuiu para a formação do povo brasileiro: que não há, entre nós, a tradição de luta de classes, que a luta de classes, portanto, é um fenômeno social antibrasileiro; que, finalmente, aqueles que no Brasil estudam e pretendem resolver os problemas sociais colocando-se no ponto de vista da filosofia marxista — esses tais não têm nenhuma razão de ser em nossa terra, são estrangeiros, todos, senão de nascimento, pelo menos de espírito, e devem ser exterminados do ‘nosso’ convívio, como loucos e visionários, e demais disso perturbadores da ‘brandura’ de métodos com que a história vai construindo, nesta parte do mundo, uma grande nação. (...)

“2. Da negação da luta de classes decorre, naturalmente, a teoria do Estado. É o que o autor chama a ‘intelectualização do conceito de Estado; isto é, o conceito de Estado na sua forma abstrata e impessoal’ (p. 313). Estado fora das classes, acima das classes, superior às classes (...) Mas o mais curioso é mostrar o autor que o povo brasileiro possui essa noção ‘intelectual’ do Estado. ‘Temos da autoridade pública’” — escreve ele na mesma página, — “uma visão ainda grosseira, concreta, material — a visão que as suas encarnações transitórias nos dão. Não lhe elaboramos uma visão intelectual, genérica, já sem a marca das impressões sensoriais. E como não possuímos essa noção, o

60. *Interpretações*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1944, capítulo “Sociologia ou Apologética”.

Sr. Oliveira Viana a erige em ideal supremo de nacionalidade. É preciso, doutrina ele, 'fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico' (p. 315). Ora, conclui, 'esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado — um Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional'" (p. 350).

"Estado, porém, que deve estar nas mãos dos fazendeiros de café, descendentes e herdeiros da velha 'aristocracia rural', que tem felizmente presidido à formação histórica e social do Brasil. (...) Tal a idéia dominante, fascinante."

Depois relembra que Oliveira Viana afirmara que "somente depois da transmigração da família imperial, ou melhor, somente depois da independência nacional desce (o senhor de latifúndios e escravos) das suas solidões rurais para, expulso o luso dominador, dirigir o país". E a seguir lembra que Oliveira Viana diz tudo em síntese clara (p. 35 de O. V., p. 177 de Astrogildo Pereira), que "depois de três séculos de paciente elaboração, a nossa poderosa nobreza rural atinge, assim, a sua culminância: nas suas mãos esta apoia o governo do país". "Tal a filosofia política do livro. Filosofia ao serviço dos latifundiários e fazendeiros que ainda dominam o Brasil"⁶¹.

É absolutamente inexato que D. Pedro I ficasse inteiramente dominado pelos elementos da aristocracia brasileira. Ao contrário, o foi pelos elementos portugueses, como testemunhou Lord Cochrane⁶². Daí surge uma das maiores falsificações históricas, a de escrever que "a independência nacional se consuma com este ar festivo de parada, no meio de uma cavalgada estrepitosa, como se o Príncipe e seus companheiros viessem de uma caçada à raposa nos seus parques do sertão. Só a ação envolvente e absorvente da alta nobreza da terra, cercando e isolando inteiramente o jovem Regente é capaz de explicar o fato do próprio supremo representante do dominador se fazer paradoxalmente o centro da reação contra o dominado" (pp. 254-55).

A Independência não teve ar festivo de parada. Foi uma guerra que se feriu sobretudo no Maranhão, Piauí e Ceará, travada por cerca de 30.000 homens; foi uma guerra na Bahia, com cerca de outros 30.000 homens, e deve-se contar nesta guerra o impedimento de desembarque de tropas portuguesas em Pernambuco, a exibição de forças no Rio de Janeiro, obrigando a tropa portuguesa a sair do Morro do Castelo e sediar-se na Praia Grande (Niterói) e a exibição de forças no Sul contra os portugueses sediados em Montevidéu. Nenhum

61. É assinado de fins de março de 1929. Astrogildo Pereira, *op. cit.*, pp. 161-78. Foi reeditado em *Ensaios Históricos e Políticos*, Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979, pp. 163-74.

62. Almirante Conde de Dundonald, *Narrativa de Serviços no Libertar-se da Dominação Portuguesa*, Londres, 1959, pp. 100 e segs.

exército na América do Norte ou na hispânica do Sul levantou tantos homens em estado de guerra, nem Washington, nem Bolívar comandaram mais tropas que as reunidas na Bahia e no Maranhão. A balela do ar festivo, do desquite amigável sustentada pelos Oliveiras, o Viana e o Lima, foi desfeita no meu estudo *Independência: Revolução e Contra-Revolução*⁶³, já aqui mencionado.

Outro equívoco grave é pensar-se que a ação envolvente da alta nobreza, isolando o jovem Regente, explique o fato do representante do dominador se fazer *paradoxalmente* o centro da reação contra o dominado. Ou D. João VI já lhe havia aconselhado e D. Pedro repete em uma de suas cartas que ele pusesse a coroa na sua cabeça, antes que um aventureiro o fizesse, com o que lhe mandava assegurar para a família Bragança o domínio do Brasil. Não há nada de paradoxal, antes, pelo contrário, de lógico.

D. Pedro I foi forçado a abdicar porque foi considerado infiel aos olhos da aristocracia rural, isto é, dos latifundiários e senhores-de-engenho, que tinham o poder econômico, e teve também contra ele a inteligência nacional. As grandes figuras, nem todos latifundiários e senhores-de-engenho nem pertencentes à aristocracia rural, como os Andradas, Bernardo Pereira de Vasconcelos, os primeiros os homens da Independência, o segundo o opositor principal que ergue sua voz poderosa contra as traições pró-lusitanas de D. Pedro, esses e outros são os construtores da Nação. Concordo plenamente que esses primeiros nomes que enumera são todos grandes parlamentares, grandes homens de Estado que encheram com sua atividade o Primeiro Império e o período tumultuado da Regência.

Por que denomina de *paradoxos* o episódio teatral do Ipiranga e de *surpresa* o 7 de abril? E, depois de considerar que não é má a construção, porque sobre ela o país se abriga durante mais de meio século, e cresce, e prospera e se robustece, e se prestigia aos olhos do mundo, sustenta que o regime republicano recebe em 1889 desse velho regime uma nação pacificada, tranqüila, obediente, organizada, progressiva, moralizada. Conclui escrevendo que “meditando bem, a obra, que nossos estadistas da Independência e do império empreendem, é realmente ciclópica. Sua atuação durante os quase setenta anos do Império pode ser resumida nesta frase sintética: uma luta heróica e contínua em prol da unidade nacional contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos”.

É uma conclusão generosa. O país vivia debaixo de um regime constitucional, com garantias e liberdades públicas asseguradas, era mais democrático politicamente que os hispano-americanos, mas só no penúltimo ano libertou os escravos, uma mancha que sujava sua imagem interna e internacional.

O problema principal é o da unidade nacional e é de uma infelicidade total citar a frase divisionista de Feijó de que os mandatários que foram às Cor-

63. *Op. cit.*, vol. III.

tes Portuguesas não eram representantes do Brasil, mas representavam exclusivamente as províncias que os elegeram. Uma inverdade e uma falsificação históricas, à qual dá guarida. Nem Pinto França, nem Vilela Barbosa, que se comportaram como traidores nacionais, deveriam ser lembrados.

A indicação de Feijó é pessoal e desobedece às instruções redigidas por José Bonifácio. Oliveira Viana revela forte simpatia por esse autoritário separatista que desejava que o Congresso de Portugal reconhecesse a independência de cada província do Brasil. Esse procedimento de Feijó exprimiu uma dissociação de diversas províncias que então se processava: “Umam procuram tornar-se autônomas, como Pernambuco, outras preferem obedecer ao governo de Lisboa, como Maranhão, Pará e Bahia. Só o Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul conservam-se fiéis a ele [D. Pedro I]” (p. 260).

Silvestre Pinheiro pressente o perigo dessa dissociação e duvida que essas províncias assim tão separadas e indiferentes se possam unir sob um governo comum. Para ele, essa dissociação é também reflexo da condição rudimentar da circulação geral. É quase absoluto o isolamento das diversas províncias do Brasil na era da Independência. Os estadistas coloniais se haviam descuidado do desenvolvimento dos grandes meios de circulação.

O centrifugismo das províncias é, então, lógico, justificado por três séculos de autonomia. De qualquer forma, a incapacidade de assegurar à circulação política a rapidez e a articulação torna impossível a subordinação desses diversos centros autônomos a um centro comum de governo. Tal subordinação é necessária, reafirma Oliveira Viana. “É preciso fundar a hegemonia do centro fluminense, prendendo a ele, num sistema centralizado, essa constelação de núcleos dissociados. É um problema insolúvel, que nem os grandes conquistadores e fundadores do império puderam realizar, isto é, fundar a unidade do governo sem meios eficazes de circulação política. Os estadistas do império têm diante de si a mesma situação embaraçosa, diante da qual pararam indecisos os estadistas coloniais: um máximo de base física com um mínimo de circulação”.

É por um acaso feliz, por um acidente, que os estadistas do Império vão resolver o problema. O domínio português só se mantém unido, na fase da emancipação, em virtude da força centrípeta da realeza. O acidente que permite essa unidade consiste no avanço napoleônico sobre a península que arremessa para o Brasil um trono. “Este acidente — mero acidente — dá aos construtores da nacionalidade a chave da solução do problema. A ação catalítica da pessoa real consegue neutralizar a ação dispersiva dos fatores geográficos. (...) O rei é, pois, peça mestra de todo o mecanismo do governo nacional, construído pelos estadistas imperiais” (p. 263).

Eles realizam as duas grandes missões: a unificação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal.

Nota Oliveira Viana que em todas as revoluções o rei paira acima das lutas e os rebeldes manifestam sua lealdade ao rei e sua insubordinação ao gover-

no. A contraprova é o período regencial. As regências não conseguem evitar as explosões que estouram pelo país, do Norte ao Sul. O período regencial é, por isso, a época da mais intensa exacerbação do espírito provincial. Não creio tanto nesta interpretação. Não é somente a falta do rei que excita o particularismo, nem sei se todas essas revoltas são motivadas por particularismos. Nem que foi o golpe de Estado da Maioridade que acalmou o país. Creio que a vitória dos conservadores se deve à Lei de dezembro de 1841 e à Lei de Interpretação, que estabeleceram um regime policial e acabaram com o regime federativo, impondo a unidade rigorosa e acabando com os pendores federalistas. Uma verdadeira ditadura plácida, como o disse o Primeiro-marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, no debate criando o Conselho de Estado⁶⁴.

Outro elemento unificador é o presidente de Província escolhido e nomeado pelo imperador. É por meio dele que se elege a Assembléia que chance-la o absolutismo dissimulado. Outro elemento do mecanismo central agindo nas províncias é o chefe de polícia, igualmente escolhido e nomeado pelo imperador. Tem atribuições policiais e judiciais, o que provoca a reação dos liberais, embora estes, quando no poder, dele se utilizem também. Foi somente mais tarde, com a lei que separa a magistratura da polícia, que as atribuições do chefe de polícia se reduzem a policiar a Província. E assim como nomeia o presidente da Província, o chefe de polícia, o imperador nomeia o juiz de direito, o juiz municipal e o promotor público. O poder no Rio pode anular eleições de vereadores e juizes de paz, podendo até reintegrar funcionários municipais demitidos pela Câmara e suspender as resoluções das Assembléias provinciais.

Oliveira Viçana menciona ainda o recrutamento que permite ao poder central atuar sobre os elementos de dissolvência social, sobre o banditismo das regiões sertanejas. O desenvolvimento do exército nacional faculta ao poder central reforçar e assegurar o prestígio da sua autoridade sobre as da Província. A Guarda Nacional, subordinada, desde 1850, ao poder central, completa os elementos de dominação local. A conquista é infalível, daí as câmaras unânimes de 1850.

Exalta a criação do Poder Moderador, enfeixado na pessoa real, que arma o imperador de faculdades excepcionais. E resume os poderes do Poder Moderador: “Como Poder Moderador, ele age sobre o Poder Legislativo pelo direito de dissolução da Câmara, pelo direito de adiamento e convocação, pelo direito de escolha, na lista tríplice, dos senadores. Ele atua sobre o Poder Judiciário pelo direito de suspender os magistrados. Ele influi sobre o Poder Executivo pelo direito de escolher livremente os seus ministros de Estado e livremente demiti-los. Ele influi sobre a autonomia das províncias pelo direito de

64. José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?* Brasília, 1978, p. 169.

suspender as resoluções das Assembléias provinciais. E, como chefe do Poder Executivo, que o exerce por meio de seus ministros, dirige, por sua vez, todo o mecanismo administrativo do país” (pp. 267-70).

A seguir, lembra que “há no aparelho político do governo central, dois órgãos, que também concorrem para reforçar esta ação do soberano. Um é o Senado; o outro é o Conselho de Estado”. O Senado exerce uma função de reação aos princípios liberais que a Câmara promove especialmente restringindo as prerrogativas liberais. Os projetos que eliminam ou restringem a centralização não merecem a aprovação do Senado, que é vitalício, e assim defende o que os liberais chamaram o imperialismo, ou seja os abusos do poder imperial. Os senadores não somente são vitalícios, como são nomeados pelo imperador de uma lista tríplice eleita na Província.

O Conselho de Estado é um órgão consultivo, de caráter reacionário. Também reacionários são os conselheiros nomeados pelo imperador, neste caso diretamente, sem eleição alguma. Funciona como uma pré-Câmara e os ministros não podem propor nenhum projeto sem o submetêrem ao Conselho Pleno, presidido pelo imperador. Não é intérprete nenhum da Constituição, como escreveu Oliveira Viana, nem sua função equivale ao Supremo Tribunal Federal atual, que é uma novidade republicana, imitada do norte-americano.

Cometido esse equívoco, sumaria: “Senado e Conselho de Estado dão à Coroa, aos seus privilégios, à sua ascendência, uma força incomparável, que realça e exalta a que deriva naturalmente da majestade imperial. O soberano consegue, ou diretamente pela ação moderadora do poder pessoal, ou indiretamente, por intermédio dos ministros, impor sua vontade desde a organização dos gabinetes até a mais obscura administração local”.

Apesar desse grandioso prestígio, o formidável mecanismo centralizado e unitário, construído depois de 1841 e que sobreviveu até 1889 regula sem contraste a vida política, administrativa e partidária da nação, sendo apenas sacudido pelos terremotos das lutas dos escravos, pois as revoltas das elites (Farrapos) e as sociais (Praia) acabam em 1845 e 1848-1849.

Os partidos políticos, o Conservador, o Liberal, o Progressista, o Radical e o Republicano, distinguem-se de acordo com as atribuições que dão ao Poder Moderador; os conservadores ampliam os direitos desse Poder; os liberais os restringem, delimitam ou anulam. Mesmo aquelas medidas que parecem não ter nenhuma relação com aquele Poder, a ele se referem pela repercussão que sua ação pode ter sobre a vida política e administrativa do país: assim são os casos de abolição da Guarda Nacional, ou a redução das forças militares. O que os adversários do Poder Moderador querem é enfraquecê-lo, tirando-lhe os meios de ação sobre os centros locais e provinciais.

Os princípios, as teses que são debatidas no Parlamento, liberalismo, parlamentarismo, constitucionalismo, federalismo, descentralização, democracia, todos estão ligados direta ou indiretamente à existência dessa peça. Daí as tentativas de eliminação desse Poder: pelo Partido Liberal em 1831; pelo Radical

em 1868; pelo Progressista em 1862, e o liberal e o conservador querem que os ministros sejam responsáveis pelos seus atos. Mas mesmo os que propõem a supressão do Poder Moderador não ousam atacar o próprio sistema. Foi somente o Partido Republicano, em 1870, que afirmou que para a destruição do sistema imperial só havia um método radical: a supressão do próprio imperante.

Oliveira Viana sustenta que os liberais, na sua reação contra a organização cesarista formada pelos conservadores e a predicação das suas idéias parlamentaristas, federalistas, descentralizadoras e democráticas, se inspiravam inteiramente em teorias e idéias exóticas e refletiam as campanhas políticas que agitavam então o cenário europeu e americano.

Por acaso, deve-se perguntar, as idéias conservadoras são nativas, não exóticas, inspiradas em teorias vigentes na Europa e na América do Norte? Em matéria filosófica, de ciência política e social nada é original no Brasil, tanto do lado conservador como do liberal. De modo que é bastante tolo, inaceitável num estudioso de ciências social e política, afirmar que “entre os fatores que concorrem para modelar a nossa organização política durante o século da independência, há que contar com a enorme ação dessas influências estranhas” (p. 278). Só falta dizer que os dois lados, conservadores e liberais, imitam idéias estranhas. E “dentro destas idéias estranhas, aquela, segundo ele, que trabalha com mais veemência e tenacidade para modelar nossas instituições políticas é a descentralização, de que a república federativa é a mais moderna e vitoriosa expressão”. E segue afirmando que “depois da grande reação conservadora de 1840, a idéia descentralizadora continua a ser a base de todos os partidos progressistas — o que não impede que durante cinquenta anos o espírito conservador triunfe de todas essas idéias e mantenha o prestígio crescente do princípio da centralização” (p. 279).

Ele reconhece, então, que “há muita sugestão doutrinária e exótica nesse apelo à descentralização. Há porém nele um inegável fundamento nacional. Dá-se aqui uma coincidência entre as teorias políticas e a nossa realidade americana. Os descentralizadores — federalistas, municipalistas, liberais, enfim — não são apenas teóricos ou sonhadores: eles exprimem também um estado d’alma nacional”.

Novamente, depois da enorme concessão de que a descentralização é nacional, volta a repetir o disparate de que a “Balaçada”, a “Cabanada” e a “Sabinada”, etc., outra coisa não são, com efeito, senão manifestações daquela represália das causas geográficas comprimidas na sua ação, de que falou Vidal de la Blache (p. 280).

A louvação do “monumental” sistema de governo e a administração do país, que agem como espíritos positivos, jogando com os dados da realidade objetiva, revela sua aliança com aqueles que criaram e mantiveram um país subdesenvolvido, dominado e colonizado pela Grã-Bretanha, endividado, periférico. Um país imenso, cheio de potencialidades, mantido informalmente como

colônia inglesa, como diria Rui Barbosa como ministro da Fazenda, quando recebe a herança monárquica.

Se invocam para justificar seus atos o apoio de teorias estrangeiras é apenas para condescender com o espírito da época. Os construtores da nossa unidade política são homens práticos, que nunca perdem de vista as condições reais do povo (!), nem as particularidades da sua mentalidade. O que eles não perdem nunca de vista são seus interesses, e entre estes estão tanto a integridade do Império como o estabelecimento da *sua* ordem legal.

O poder central cresce, desenvolve-se, hipertrofia-se porque, segundo Oliveira Viana, o problema da unidade nacional não é o único, nem também o da organização da vida legal, as garantias individuais, e da ordem pública num país vastíssimo, de população disseminada, rarefeita, dispersa, em grande parte, pelas solidões dos altos sertões.

O poder local não possui — como o demonstraram as experiências do Código de Processo e do Ato Adicional — nem a força material, nem a isenção de ânimo para realizar esta obra: organizar a ordem legal em desertos povoados desde o período colonial pela caudilhagem territorial que havia instaurado um regime de plena dissolução da autoridade. Aí é preciso pôr os pingos nos ii. Não há caudilhagem senão no Rio Grande do Sul, como já repetimos inúmeras vezes, e nos sertões do Nordeste o que existe é o banditismo social, que Oliveira Viana nunca soube distinguir.

E conclui: “no fundo, como no período colonial, são ainda as condições do meio e da sociedade que reagem sobre os aparelhos do poder, impondo-lhes uma nova estrutura, no sentido de uma melhor adaptação aos fins visados” (p. 284). Afirma ainda que todo esse sistema tem como centro de gravidade o prestígio de Sua Majestade. No povo, esses sentimentos envolvem apenas o monarca, e não a monarquia. Tudo concorre para garantir uma perfeita estabilidade ao sistema unitário, que domina o país até 1889.

É antiga a idéia republicana. Reponta na Conjuração Mineira, na revolução republicana de 1817, reaparece na Constituinte de 1823, é vitoriosa em 1845 com os Farrapos, e desde 1870 é ideal de um partido político. Sua origem é exótica, como tudo o que se desenvolve no campo ideológico. Primeiro a inspiração dos Estados Unidos, que já tinham incentivado os conjurados mineiros; depois as repúblicas sul-americanas. Somente o prestígio de D. Pedro II explica a existência de uma monarquia num continente inteiramente republicano.

No Manifesto de 1870, os republicanos dizem: “A perpetuidade do soberano, embora unida à responsabilidade, é uma cousa absurda; mas a perpetuidade unida à irresponsabilidade é uma cousa monstruosa”. Assim, Oliveira Viana descreve o que se sabia e que o princípio monárquico está sendo atacado: discute-se o direito da hereditariedade, a inviolabilidade da pessoa real e sua irresponsabilidade.

Há causas particulares que agem como reforço do enfraquecimento do Exército, que os estadistas da Monarquia conseguiram manter dentro do siste-

ma do país, dominando todos os focos de rebeldia. Depois da Guerra do Paraguai, a propaganda republicana começa a influir nos quartéis e nas escolas de Guerra. A abolição da escravatura afasta os latifundiários e fazendeiros conservadores de sua lealdade ao Império.

A fórmula dos estadistas coloniais era: integridade da Colônia pela fragmentação do poder; os estadistas imperiais inventaram um preceito diferente: integridade do País pela unificação do poder; e os republicanos voltaram à regra colonial: integridade da Nação pela fragmentação do País. No capítulo sobre o período republicano, Oliveira Viana concentra seu estudo sobre o cerceamento do poder central. O princípio dominante do regime coloca o poder central em posição subalterna aos poderes estaduais: tudo o que a Constituição não confere expressa ou implicitamente ao centro ou não nega aos Estados, presume-se ter sido deferido aos Estados. Estes se organizam como entendem, com a restrição apenas de respeitarem “os princípios constitucionais da União”. Eles têm uma Constituição sua, um Poder Executivo seu, um Poder Judiciário seu. Só não têm um Código Civil e um Código Penal seus.

O novo sistema organizado pelos constituintes republicanos dá ao presidente da República poderes superiores aos do soberano nas monarquias constitucionais. A novidade de sua interpretação está em que compara o poder do presidente republicano com o Poder Moderador, concluindo “que o poder do presidente se mostra muito menos lato, muito mais embaraçado na sua ação por uma multidão de obstáculos constitucionais e políticos que aquele não conhecia. Como o regime é de separação de poderes, ele não tem o recurso de dissolução da Câmara na hipótese de um conflito entre esta e ele. Não dispõe, como no velho regime, como Poder Executivo, da força policial dos Estados; não dispõe das autoridades policiais dos Estados; não pode fabricar Congressos Nacionais seus, ao seu gesto e gosto; ao contrário, está sujeito aos Congressos manipulados pelas situações dominantes nos Estados. É, pois, incomparavelmente menos prestigioso e forte do que o Poder Moderador no regime imperial. Ele tem, é verdade, ao seu lado a força respeitável das guarnições federais, mas a sua intervenção *manu militari* na economia interna dos Estados está estritamente presente na Constituição. Demais, esta é interpretada soberanamente pelo Supremo Tribunal Federal — centro do sistema; de maneira que qualquer ato presidencial que não esteja dentro do espírito rigoroso da Constituição, pode vir a ser declarado nulo, por inconstitucional, pelo supremo intérprete” (pp. 291-92).

Declarar que a Constituição de 1891 é modelada por padrões exóticos não constitui nenhuma novidade, de vez que a de 1824, a 1.^a republicana, e as de 1934, 1946, 1967 e 1969 são também inspiradas em modelos estranhos. Nenhuma é absolutamente nativa. Há uma nota que soa mal: primeiro Deodoro, chefe militar do golpe republicano, logo se legaliza pela eleição indireta, feita pelo Congresso, e é tão pouco ditador que renuncia ao poder.

Oliveira Viana relembra o encilhamento, examina os novos quadros dirigentes, os descontentes, os adesistas, aos quais atribui uma função benéfica, moderadora e sedativa, pois permitem que a substituição das velhas instituições pelas novas se faça sem grandes atritos, nem contrachocos, mais ou menos normalmente, no governo central e no governo dos Estados.

Dentre as grandes figuras há os que não aderem, como Ouro Preto, Saraiva, Andrade Figueira, e há os que prestam serviços à República, como João Alfredo, Rio Branco, Joaquim Nabuco, e vindo do velho regime a figura singularíssima de Rui Barbosa, que “vai ser o centro de gravitação de todas as consciências liberais”.

Trata da elite local, destaca o papel de São Paulo, Minas e Rio Grande, e afirma que esses trinta anos de República devem ser estudados sob duplo ponto de vista: o da história da União e o da história dos Estados. Para ele, cada Estado tem tido uma evolução própria e a União tem atravessado períodos sombrios e de esplendor. Apesar dessa diversidade de destinos, há tendências gerais em cujo sentido se orientam a evolução política dos Estados e a evolução política da União.

Acentua primeiro a diversidade da evolução dos Estados, tendo, cada um, um governo particular e original. As Constituições, excetuada a do Rio Grande do Sul, são semelhantes. Daí conclui que há uma uniformidade de Constituições e uma variedade de resultados. Por isso “o estudo dos textos das suas constituições, na sua abstração verbal, é de secundária importância para o historiador, como para o sociólogo” (p. 301).

Apesar das diversidades regionais é possível, acentua Oliveira Viana, estabelecer certas tendências comuns à evolução da estrutura governamental. Tais tendências comuns ele as expressa nestas duas fórmulas sintéticas:

1ª) A absorção do poder municipal pelo poder estadual, isto é, redução crescente da autonomia dos municípios;

2ª) Hegemonia crescente do Poder Executivo estadual sobre os dois poderes, o Legislativo e o Judiciário, os quais vão perdendo cada vez mais a sua necessária independência (p. 301).

“Em suma a superestrutura política dos Estados se vai modelando num duplo sentido: centralização e aumento do ‘poder pessoal’ dos presidentes de Estado. Essa formidável onipotência dos presidentes de Estado obriga os presidentes da República a uma política de transações com diversas situações dominantes nos Estados. Esta política tem o seu início no quadriênio Campos Sales, com a famosa ‘política dos governadores’” (p. 302).

Os presidentes de Estado mandam ao Congresso representações que são, na sua quase unanimidade, expressões de sua vontade e interesse, o que obriga os presidentes da República, para evitar oposições parlamentares, a servir aos interesses dos governadores. A política de reciprocidade reforça ainda mais o poder pessoal dos governadores e importa, para o poder federal, numa nova redução do seu direito de intervenção na economia dos Estados.

O governo central, obrigado pela necessidade de ter no Congresso maiorias incondicionais a transigir com as situações estaduais, deixa de exercer sobre as unidades federativas esse grande poder de disciplina e fiscalização, essa grande ação moderadora e corretora, que era, no velho regime, uma das maiores garantias da liberdade dos cidadãos. Daí conclui que as limitações constitucionais e as contingências políticas fazem do atual regime (1923) do poder central um poder dependente e enfraquecido, subalternizado a vinte situações estaduais. Estas não têm apenas sob o seu poder a totalidade do aparelho político local; também dominam o poder legislativo da União, através do Senado e da Câmara dos Deputados.

A descrição da política dos governadores é correta, embora seja preparadora de defesa intransigente e orgânica da centralização, da força do poder central, e não da diminuição do seu prestígio como aconteceu desde a política de Campos Sales (1898-1902) (pp. 303-04).

Como quer defender a centralização, Oliveira Viana procura demonstrar que os estadistas republicanos foram forçados a ceder, como os do período colonial, à pressão dos fatores geográficos. O problema da centralização implica, com efeito — é uma de suas conclusões — a solução prévia do problema da circulação. Outra conclusão é de que não é possível nenhuma organização central forte num país de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar (pp. 304-05).

Nas páginas seguintes discute o problema da circulação, a articulação ferroviária, o desenvolvimento dos centros de povoamento. E conclui que o balanço dos quadriênios republicanos, nestes três decênios de regime federativo, mostra que os governos da República têm norteado a sua atividade no sentido de atacar estes dois objetivos superiores: a circulação e o povoamento.

Trata, a seguir, da comunicação material e espiritual. Escreve Oliveira Viana que “se, no ponto de vista da estabilidade política e das garantias do cidadão, o Império não receia um confronto com a República, esta não pode temer com o Império um cotejo no tocante ao problema da circulação”. Examina estatisticamente o desenvolvimento na República das comunicações postais, telegráficas, e a circulação ferroviária. Acentua que do total de 28.555.316 metros em tráfego em 1920, pouco mais de 77% favorecem exclusivamente a zona do Sul e somente cerca de 23% beneficiam as regiões do Norte” (p. 312). Considera que nossa rede ferroviária é geograficamente mal distribuída e a insuficiência nesses três decênios republicanos, mas ela denuncia um pensamento superior, não tanto de circulação, mas de articulação das diversas regiões do país: “O pensamento de sua expansão é, pois, menos econômico do que político” (p. 313). Fala nos cinco sistemas ferroviários, distintos e autônomos, e conclui esta parte afirmando que “esse desenvolvimento da circulação ferroviária vai ter no campo político uma repercussão incalculável”.

Uma das afirmações mais incorretas e inverídicas de toda a sua obra ocorre nesse trecho, onde começa afirmando que temos sido “uma população extre-

mamente disseminada. O processo de povoamento inicial por meio de sesmarias, vastas superfícies de várias léguas de extensão, condenava-nos a esta dispersão: “*temos sido até agora um povo de latifundiários*” (p. 315). Ora, o povo brasileiro não se constitui, como não é preciso provar, num povo de latifundiários, pois estes constituem uma minoria que domina a grande maioria do povo brasileiro.

Esse erro crasso, palmar, peca ainda pela tentativa de retirar dos latifundiários a culpa pelo subdesenvolvimento nacional e de fazê-la recair sobre todo o povo. Povo na sua maioria sem terra, desde o começo até hoje (1984).

Está certo quando diz que nossa unidade política se fortalece na República pela aplicação da equação: máximo de base física mais um máximo de circulação igual a um máximo de unidade política. Daí resultam a necessidade crescente da ação supletória da União e conseqüentemente o prestígio crescente da União. Por toda parte se difunde e se radica o sentimento da superioridade do poder federal como força incomparável de organização, coordenação e administração. Conclui com a afirmação da tese principal de toda a sua obra: “Tudo parece, pois, assegurar ao poder central, no futuro, sobre as forças centrifugas do provincialismo e do localismo, o triunfo definitivo”.

Os exemplos deformados e distorcidos foram 1937 e 1964, nos quais o poder central é todo poderoso e chega ao ridículo de mudar o nome do Brasil: de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil, quando ela não era senão uma República Unitária do Brasil.

CAPÍTULO 7

O OCASO DO IMPÉRIO

Depois do estudo sobre as populações meridionais e do tipo do brasileiro, somados ambos a *O Campeador Rio-grandense*, este póstumo, Oliveira Viana, que parece dirigido para o estudo do povo sob a orientação sociológica e antropológica de subautores franceses, hoje bem mortinhos da silva, aparece com um livro de inteiro conteúdo histórico: *O Ocaso do Império*¹, no qual estuda a evolução do ideal monárquico-parlamentar, o movimento abolicionista, a monarquia, a gênese e evolução do ideal republicano, o papel do elemento militar na queda do Império.

No prefácio, modestamente afirma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o incumbira, ao comemorar o centenário de D. Pedro II, de estudar a “sua fase pré-agônica, quando já mergulhado nas sombras do seu ocaso melancólico”, e, revelando sua modéstia, que era verdadeira, declara que era justamente à mais obscura das suas expressões intelectuais que caberia a missão de historiar a vida e os acontecimentos do longo reinado nessa sua última fase, que era a do seu crepúsculo. No plano das monografias incumbiram-no do estudo dos acontecimentos operados entre 1887 a 1889 (três anos), ou seja a Questão Militar, a efervescência militarista, a campanha abolicionista, e observar a velha estrutura do Império no instante mesmo da sua sideração e da sua queda.

Cedo reconheceu que não podia conservar-se adstrito aos estreitos limites impostos dentro do curto período de 1887-1889, quando ele via esta fase como se fosse um epílogo das últimas ondulações tumultuárias e encruzilhadas de um complexo movimento social, cujas primeiras revelações tinham que ser buscadas em épocas incomparavelmente mais distantes.

Nenhuma das grandes forças que determinaram a queda do Império se havia gerado nesse período de 1887-1889; todas, o abolicionismo, o republicanism, o federalismo, o militarismo tinham suas manifestações iniciais fora daquele limitado espaço histórico. O militarismo partia de 1870, pelo menos. O pensamento abolicionista recuava ainda mais, aos primeiros dias do Império. O que era ver mal e pouco, porque ele vinha da Colônia. O espírito republicano e federativo mergulhava suas raízes no período colonial.

1. Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro, 1ª ed., 1925; 2ª ed., s.d.

Assim, desobedeceu ao plano estabelecido pelo Instituto e remontou a fases anteriores na pesquisa das causas primeiras do acontecimento.

Essa pesquisa das causas primeiras poderia levá-lo, de inferência a inferência, muito longe — porque a lógica do historiador é como a daquele hipópótamo de uma fantasia de Machado de Assis: tem a posse do infinito e tende a procurar a origem dos séculos. Era preciso evitar esse inconveniente fatal e procurar um ponto do nosso espaço histórico, tal que lhe permitisse, sem penetrar as origens remotas, determinar e isolar as causas mais aparentes do grande acontecimento.

Este ponto é para ele o pequeno período que vai da queda do Gabinete Zacarias, em 1868, ao Manifesto Republicano de 1870. Neste período, pensa Oliveira Viana, está o ponto de partida de todo o movimento político que haveria de epilagar-se a 15 de novembro, com a destituição do Gabinete Ouro Preto e a queda do Segundo Império: “Fixei-me nele — e foi dentro desse horizonte mais dilatado — que tentei descrever, nas suas linhas gerais, a marcha evolutiva das grandes forças políticas que derruíram, em 1889, a velha estrutura imperial”.

Diz, com razão, que só trata das forças políticas, porque das outras, econômicas e sociais, não era ali a melhor oportunidade de estudá-las. Declara reservar essa análise para quando, ultimando a série dos seus ensaios, iniciados com as *Populações Meridionais* sobre a origem e a formação da nossa nacionalidade (o que é dar um escandaloso exagero aos horizontes deste livro), tiver que estudar, na *Introdução à História da República* (livro que não escreveu), a sociedade brasileira sob o novo regime e fazer a crítica das nossas realidades contemporâneas. E então, com uma pontada de pretensão, que não lhe era comum, ele que nunca revelara ter estudado filósofos ou teóricos da História e se limitara àqueles pobres sociólogos e antropólogos franceses, afirma que “há duas espécies de história, embora atribuindo a um dos nossos grandes espíritos, o que lamentamos não saber, porque a idéia é pobre, como pensamento teórico”.

Há, é a afirmação do grande espírito, duas espécies de história: a história dos fatos e a história das idéias. “Por isso mesmo há duas espécies de historiadores; os que historiam fatos, e os que historiam idéias. Nestes livros eu procuro, de preferência, historiar idéias. Daí a escassez dos dados biográficos e dos dados cronológicos neste ensaio, em que tento descrever a evolução da mentalidade das nossas elites no momento justo em que passam da grande ilusão monárquica para a grande ilusão republicana. O meu objetivo neste volume é, por isso, definir, de uma maneira precisa, o papel exercido na queda da monarquia pela idéia liberal, pela idéia abolicionista, pela idéia federativa, pela idéia republicana, e pelas fermentações morais que determinaram as chamadas ‘questões militares’”.

“Estas constituíram para mim um ponto extremamente delicado de análise; mas, dada a autenticidade dos fatos estudados, não creio que se possa acusar

de excessiva a severidade com que julguei o papel do elemento militar nas nossas agitações militares. Neste ponto, como em todos os outros, que são debatidos neste volume, penso ter feito obra de absoluta imparcialidade julgadora.”

Cabe reparar, primeiro, que não existem duas espécies de história: a dos fatos e a das idéias. Elas constituem um todo único, orgânico, sistemático, e o que faz a dos fatos não é historiador, é cronista, na linha que vem de Max Fleiuss a Pedro Calmon, e a das idéias, como ele pensa ser, pouco ou nada sabendo dos fatos, interpreta segundo sua própria concepção dos acontecimentos.

Nem ele é demasiado severo com os militares, como tema seja julgado, e especialmente considerando seu livro póstumo sobre *O Campeador Rio-grandense*, que, ligado às *Populações Meridionais*, foi analisado anacronicamente. Os militares são a fonte da indisciplina no Brasil, embora educados sob a égide da disciplina. Nem Oliveira Viana é suficientemente livre para criticar militares, e nunca foi isento ou imparcial. Pelo contrário, foi sempre comprometido com a ordem dominante, apoiada no latifúndio, na riqueza e nos auxiliares, os militares indisciplinados.

Pode causar bonita impressão escrever que o papel dos historiadores é realizar a obra de reintegração de valores, mas isto Oliveira Viana nunca fez, inimigo declarado de seu povo, que ele, um mestiço de mulato, considerava inferior devido à mestiçagem, e devia ser submetido, sem direitos, nem garantias às botas dos dominadores civis ou militares. Bajulador de poderosos, apesar de toda a sua timidez ou por isso mesmo, Oliveira Viana nunca foi justo para com o seu povo.

“Evolução do Ideal Monárquico-Parlamentar”

O começo deste capítulo é mera compilação, sem nenhuma originalidade. Tudo é sabido, e não apresenta novidades: e neste diapasão vai até a p. 18, quando repete a conhecida opinião de Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império* sobre Zacarias. Ai começam suas opiniões reacionárias ao dizer que “faltava a Zacarias a mentalidade de homem de Estado. Foi talvez um grande chefe de Partido, mas é certo que nunca foi, nem podia ser, um estadista”. Para afirmar isto baseia-se no pequeno trecho de Joaquim Nabuco e vê-se que não examinou a atuação parlamentar de Zacarias nem sua ação como chefe do Partido Liberal, sobre o qual tem um ódio profundo, natural em um conservador extremamente reacionário. Para ele Zacarias é um homem de partido, e não da pátria. Afirma, então que, no período crítico da Guerra do Paraguai, a sua atitude para com Caxias é perfeitamente demonstrativa de sua incapacidade moral ou afetiva para sentir outro interesse que não o interesse do seu partido. É faccioso dizer que, nessa disputa, Zacarias representa o Partido Liberal e Caxias a pátria, quando bem se pode sustentar que este representava os interesses do Partido Conservador, ao qual sempre foi fiel.

É estranho colocar uma figura como Feijó, faccioso, que no Parlamento português, quando se discutiam problemas nacionais, disse que os representantes de Províncias representavam interesses provinciais e nenhum deles todos os interesses nacionais. Feijó nunca soube compreender a grandeza de José Bonifácio e atrapalhou o quanto pôde a política deste. Era, sim, um bravo, que soube enfrentar o Exército e reduzi-lo de 33 mil homens para 14 mil, quando ministro da Justiça.

Feijó era mentalmente secundário e estava cinquentá anos atrasado em relação a José Bonifácio, apesar das obrinhas de Feijó que ò Dr. Miguel Reale, ex-fascista e integralista, publica para louvar o homem que queria ser governo toritário, que tanto Oliveira Viana como ele desejam para o Brasil.

O espírito excessivamente partidário de Oliveira Viana é tão grande quanto o de Zacarias. A cena que recorda é partidária: a oposição à escolha pelo imperador de Sales Torres Homem para senador pelo Rio Grande do Sul e sua preferência por uma nulidade até hoje ainda mais obscura. E observe-se que o imperador — este sim, sempre imparcial e com admiração pelos homens de talento e cultura — fora gravemente ofendido por Sales Torres Homem, o Timandro do *Libelo do Povo*. Nesse episódio ele revela ter horror aos partidos e apresenta, com inexcedível exagero, o partidatismo de Zacarias, condenando as picuinhas, as prevenções, os ressentimentos, as guerrazinhas que fazia e colocavam mal o Imperador, que devia ficar fora dos partidos e das vicissitudes eleitorais. No episódio Zacarias, o imperador demite-o da chefia do gabinete e chama Itaboraí, chefe dos conservadores; a Câmara é dissolvida, são convocadas eleições, e a Câmara, que era totalmente liberal, passou a ser totalmente conservadora. Nada disso é novo, original, e apenas demonstra que não tínhamos opinião pública.

Daí em diante é que parte da classe dominante começou a mostrar descrença progressiva nas virtudes do sistema monárquico parlamentar e crescente aspiração por um regime novo. Daí surge também para os liberais a irritação viva e ardente contra o poder pessoal do imperador, considerado como uma deturpação do Poder Moderador.

Para Oliveira Viana, os partidos políticos não têm opinião política; eram simples empregados de clãs organizados para a tomada do poder. Os partidos só tiveram opinião no período da Independência, do Primeiro-Reinado e da Regência. E, embora ele cite o trecho do discurso de Zacarias de 18 de junho de 1870, mostrando que o conservador é necessariamente liberal, relembro o do Visconde de Rio Branco nesse mesmo sentido: “Creio que conservadores e liberais somos todos nós e é isto mesmo o que muitas vezes se tem repetido de um e outro lado. Somos conservadores, porque queremos conservar e defender as instituições juradas; todos reconhecemos que a monarquia é a mais preciosa herança dos nossos maiores. (...) Também somos liberais, porque todos queremos a monarquia, mas a monarquia no mais perfeito consórcio com

as liberdades públicas”². E para reforço de sua idéia declara que o programa da política de conciliação de Paraná é uma prova do vago e do indefinido, do incerto contido nos programas dos dois partidos. Para ele, nenhum desses dois programas representava convicções definitivas e sinceras.

As conclusões de Oliveira Viana são, sem nenhuma novidade interpretativa, uma repetição do que já estava nos autores contemporâneos e nos que mais tarde vieram a interpretar aquela fase, sobretudo Joaquim Nabuco que é a base de suas considerações, somada a pequenos trechos do liberal Zacarias e do conservador Andrade Figueira.

Quando fala em eleições, sustenta que “o processo eleitoral não dava nenhum índice seguro da opinião nacional”. Vem depois mais uma negativa de Oliveira Viana, cuja obra se constrói negando valores ao povo brasileiro: “Realmente, espírito público nunca existiu no Brasil. Entre nós a vida política foi sempre preocupação e obra de uma minoria diminuta, de volume pequenissimo em relação à massa da população. O grosso do povo, levado às urnas apenas pela pressão dos caudilhos territoriais, nunca teve espírito político, nem consciência alguma do papel que estava representando”. E repete a observação infantil de Louis de Couty, de que não existia povo no sentido político da expressão. Pensamento infantil porque esquece a vastidão dos negros, lutando como os índios pelos seus direitos, e os livres deseducados por uma política que preferia vê-los analfabetos a alfabetizá-los e perder o poder. Política que vem da Colônia aos nossos dias.

Organização de classes não existia, e durante o período imperial tínhamos, ainda mais que hoje, uma estrutura social muito simplificada, de modo que a vida social não se distribuía por vários centros de atividade. A preponderância tão absorvente da grande aristocracia da terra fazia com que nem a classe média rural, nem a plebe dos campos tivesse, ou pudesse ter, opinião pp. 30-31)

Nesta parte Oliveira Viana é original, bem como ao afirmar que, devido à extrema simplificação trazida à nossa estrutura social pelos grandes domínios independentes, os interesses das classes populares não estavam propriamente em oposição aos da aristocracia territorial; antes acordavam.

Nos grupos urbanos, continuava Oliveira Viana inovando: a estrutura era tão rudimentar como nos campos. Então — aí sua grande tese provocadora de revides de historiadores e sociólogos marxistas — os conflitos de classe, próprios às sociedades de alta organização industrial, não tinham ainda razão de ser. Igualmente — outra tese contestável — não se havia constituído aqui, como na Argentina da época caudilheira, segundo Sarmiento — nenhum antagonismo entre as populações dos campos e as populações das cidades (p.31).

2. Discursos de José Maria da Silva Paranhos na Câmara dos Deputados em 28 de junho de 1862, *ACD*, 1862, pp. 258-63.

“Em síntese: — pela grande simplicidade de nossa estrutura social; pela ausência de antagonismo de classes, pela feição acentuadamente patriarcal de nossa sociedade, a ‘opinião do povo’, sob o Segundo Império, estava ainda em condição muito rudimentar”. Conclui, sem hesitação, que “num povo sem educação eleitoral e de opinião embrionária, o processo de consulta à nação, próprio aos governos parlamentares, estava realmente condenado a ser, como sempre foi, uma pura ficção constitucional”.

A compilação, sem novidades, prossegue afirmando que em nosso país nunca existiram grandes tradições de legalidade, nem a magistratura aqui teve força. Ao contrário, aqui todos esses aparelhos protetores das liberdades individuais sempre funcionaram mal. Era esta a verdade, esta a condição do nosso povo em face da Lei de 3 de dezembro de 1841. Era um conservador reacionário quem escrevia — e que foi tão atacado pelos liberais. Mas Oliveira Viana lembra que a Reforma Judiciária de 1841 assegurou um pouco mais os particulares contra o arbítrio das autoridades, mas reconhece que as garantias continuaram precárias e não passavam de garantias de papel; os velhos costumes continuaram assegurando o mais completo absolutismo aos mandões locais.

Foi Antônio Carlos quem sustentou que “o governo expressão de um partido tem o direito de intervir no processo eleitoral. Esta doutrina obscura, assim denominada pelo próprio Oliveira Viana, pode-se dizer que era a expressão do pensamento íntimo de todos os políticos no poder, tanto liberais como conservadores — e nenhum deles, tanto liberais quanto conservadores, deixou de aplicá-la integralmente. Somente Saraiva (José Antônio) acrescenta Oliveira Viana, em 1882, na execução da lei da eleição direta, “desmentiu esta regra — o que lhe valeu uma ascendência imensa sobre todos os políticos de seu tempo”. E ajuntava que o recurso à dissolução da Câmara, o expediente da consulta à Nação, se havia transformado numa verdadeira burla, em que ninguém mais acreditava. Dissolvida a Câmara, já se sabia de antemão — com a certeza certa de uma previsão astronômica — que a nova Câmara vinha inteiramente à feição do novo gabinete.

Cita dois exemplos clássicos que gerações de historiadores têm citado: a queda de Zacarias de Góis e Vasconcelos com uma Câmara absolutamente liberal e a nova eleição dirigida por um governo conservador, com uma nova Câmara inteiramente conservadora; assim também se deu em 1878, quando o gabinete conservador do Duque de Caxias foi substituído pelo gabinete liberal de Sinimbu (João Luís Vieira Cansansão de) e a Câmara soberbamente conservadora foi dissolvida e voltou soberbamente liberal.

A fraude venceu as eleições e nem com a Lei Saraiva, com a eleição direta, substituindo a eleição em dois graus, conseguiu vencê-la, porque os ‘coronéis’ com suas habilidades eleitorais venciam sempre apoiando o governo, fosse ele liberal ou conservador.

Escreve depois sobre o entusiasmo causado pela eleição direta, que se transformou, como dizia Sinimbu, não mais numa questão de partido, mas numa

questão nacional. Louva Saraiva, que ao contrário de Zacarias não tinha o temperamento de um homem de partido — o que para Oliveira Viana, totalitário, era um elogio. Saraiva era uma natureza álgida, insuscetível até o fanatismo das grandes convicções e inepto às grandes vibrações do entusiasmo.

Na primeira eleição o governo é derrotado. Louva o imperador ao escrever que “soberano visceralmente democrático, cioso de sua dignidade de rei, mas não do seu direito divino, em que certamente não acreditava, ele não teria nenhuma repugnância em aceitar a opinião do Povo, desde que ele se lhe revelasse de uma maneira clara e insofismável, mandando às Câmaras uma representação que fosse a expressão legítima de sua vontade” (p. 37).

Mas acrescenta que a Lei Saraiva também falhou: “Nenhum dos homens do poder teve mais a abnegação de Saraiva. Nenhum mais se resignou a sofrer a provação de sua derrota. O governo como outrora passou a ganhar sempre. A oposição, como outrora, passou a perder sempre”.

Em suma, Oliveira Viana, descrente de eleições e democracia, deforma a história das eleições no Brasil para afirmar que “o desterro dos partidos estava, não na opinião do povo, mas na opinião dos gabinetes, e segundo, que a política rotativa do Imperador fazia ora o país se revelar, como o Gabinete, inteiramente liberal ou conservador, e assim o destino dos Partidos estava dependente de um simples aceno do Imperador” (pp. 38-39). Descrente, ele afirma que D. Pedro realizava, com sua equanimidade, aquilo que o povo, com sua *incapacidade democrática*, não sabia realizar (pp. 39-40).

A compilação continua, e as negativas são repetitivas: os partidos não disputam o poder para realizar idéias; o poder é disputado pelos proventos que concede. Há proventos morais que a posse da autoridade dá e os materiais. “Entre nós a política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do Comércio e da Indústria.”

Não é novo escrever que o inimigo político é quase sempre um inimigo doméstico, e a luta política uma luta pessoal. Nem é novidade falar do grande movimento em favor da descentralização e da federação que começa a se acentuar com o golpe imperial de 1868. A reação liberal era coarctar a onipotência coroada. Acha Oliveira Viana que o pensamento descentralizador tinha sempre um caráter antimonárquico. Relembra que um grupo não podia compreender a expressão de Nabuco de *monarquia federativa*. Para estes os dois conceitos se chocavam. Quando Rui Barbosa disse “Federação com ou sem Coroa”, dava a prova de que o liberalismo se compenetrara da incompatibilidade entre a federação e a monarquia, e não querendo ou não podendo sacrificar o ideal da federação se preparava para descartar-se da instituição imperial.

Ouro Preto, lembra Oliveira Viana, tinha flexibilidade de aceitar a compatibilidade da monarquia com as reivindicações novas. Nabuco também achava conciliável monarquia e federação. Mas Ouro Preto restringia o ideal federativo, que não chamava *federação*, à plena liberdade e autonomia dos municípios e províncias, sem enfraquecimento da União e integridade do Império.

Nabuco discordava de Ouro Preto, pois queria federação ampla, daí dizer, em seu discurso de 7 de junho de 1888, que ele punha em dúvida que o programa de Ouro Preto fosse o programa da maioria liberal e deu a entender que havia cisão no Partido Liberal: “Se há uma parte do Partido Liberal que quer e outra que não quer federação, então, há dois Partidos liberais”. Para Nabuco, o ponto essencial da federação estava na eletividade dos presidentes de Província. A concepção federativa de Nabuco não o levou apenas — escreve Oliveira Viana — a dissentir de Ouro Preto; fê-lo também separar-se de Rui, que queria a federação, mas era indiferente à monarquia; Nabuco idealizava a federação com a monarquia e temia aquela sem esta. Sustenta Oliveira Viana que em princípio não havia nenhuma incompatibilidade entre as duas instituições, mas, no espírito dos políticos mais esclarecidos, havia consciência de que a incompatibilidade existia.

A grande obra da monarquia foi a de unificação e legalidade, e para isso ela teve que lutar contra as forças do localismo e do provincialismo. A incompatibilidade consistia em que uma só podia desenvolver-se em detrimento ou enfraquecimento da outra. Tornando-se federativa, a monarquia renunciaria à sua grande missão histórica e assim dismantalaria a poderosa estrutura da própria obra. Assim ele conclui que o ideal federativo foi o mais prestigioso elemento do sistema de forças que haveriam de destruí-la.

Considero uma tolice atribuir o movimento descentralizador a origens exógenas, tal qual, lembra Oliveira Viana, o de eleição direta, um reflexo de aspirações dominantes no meio internacional, as chamadas “ondulações começadas em Paris”. Esqueceu que em matéria política tudo ou quase tudo é exógeno, sobretudo quando o exemplo argentino e norte-americano, no nosso continente, e o francês na Europa, muito influíram no nosso pensamento político e era também federativo e antimonárquico.

Tavares Bastos assentou toda a sua concepção doutrinária em bases norte-americanas. O pensamento e a linguagem dos liberais de todo o mundo eram idênticos, como era idêntico o dos conservadores. Uns federativos e republicanos, e outros unitários e monarquistas.

É muito bem feito o quadro que pinta Oliveira Viana do combate que os próprios conservadores faziam ao monarca quando na oposição, ou afastados do poder. Mas os trechos que cita do discurso de Ferreira Viana, por ocasião do projeto Dantas (1884), são espantosos pelo seu facciosismo, sobretudo pelos ataques a um sistema, quando conhecemos outros, como 1937-1945 e 1968-1984, que bem mereceriam o que Ferreira Viana disse do regime monárquico: “Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorganizado; quarenta anos de desfalecimentos, de sujeições, de murmurações, de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão talvez animado o Poder de afrontar a opinião do país e de desferir

sobre a Câmara o golpe de dissolução”. Dava, assim, ao expediente constitucional da dissolução e de consulta popular o caráter de tirania.

Os motivos do imperador, a inexistência do menor traço de autocracismo, suas notas ao livro de Tito Franco³, nas quais escreveu, por exemplo, estas palavras: “Não digo que não tenha errado, mas o fundamento principal da acusação de Imperialismo provém do modo por que se fazem as eleições, para a qual tem concorrido a maior parte dos ministros”. A seguir, resume Oliveira Viana as notas do imperador no livro citado de Tito Franco e faz um belo e merecido elogio de D. Pedro II: “Ninguém desempenhou mais a sério a sua função constitucional”.

Quando escreveu que D. Pedro II era extremamente bem-educado, esquece-se de dizer que seu tutor fora José Bonifácio. E resume em várias páginas as notas de D. Pedro II rebatendo as acusações de Tito Franco, e manifestando-se contra o que chamou a politicagem dos ministros.

Ao reafirmar que D. Pedro II não tinha partidos, cita outro influente pensador de direita, Vilfredo Pareto (Paris, 1848-Lausanne 1923), cuja principal obra é o *Trattato di Sociologia Generale* (1916-1919), onde atribui à elite, uma pequena minoria, o papel político principal, mas que deve renovar-se constantemente. Esta renovação é a condição primeira do equilíbrio social. Com sua crítica à elite dirigente da democracia burguesa, ele foi um dos principais mestres do fascismo de Mussolini. Portanto, parente espiritual de Oliveira Viana.

Acentua a luta de D. Pedro II contra o partidarismo (o que está mal definido por Oliveira Viana), contra o nepotismo, o favoritismo, a politicagem dos ministros, e escreve o pensamento justo e correto de que “ninguém tinha mais viva a consciência dos seus grandes deveres constitucionais de Rei e da força moderadora”.

Repete trechos negativos de Ferreira Viana e diz que era a desilusão da monarquia. Os trechos de textos de discursos parlamentares de Rodrigo Silva, de Afonso Celso Jr., são transcritos sem citação, uma falha indesculpável num autor tão importante. Estes trechos mostram a desilusão da monarquia de Rodrigo Silva e terminam dizendo: “Nada mais nos resta a fazer aqui. Vamos para as nossas janelas ver passar os funerais da Monarquia”. Afonso Celso, em 1886, um ano depois, perguntava: “qual dos partidos militantes é convencidamente monarquista?”. Depois viria outra dissolução, a da República. Acrescentaríamos, ainda, a dissolução de 1937 e 1964.

3. “Notas do Imperador ao Livro do Conselheiro Tito Franco de Almeida Sobre o Conselheiro Francisco José Furtado, coligido por Max Fleiuss”, *RIHGB*, vol. 77, parte 1, pp. 245 e segs.

CAPÍTULO 8

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E A MONARQUIA

Este é o título da segunda parte do livro *O Ocaso do Império*. Estuda desde a gênese do abolicionismo, sua evolução, o papel de Nabuco, a expansão do ideal, sua popularidade, a reação contra a idéia abolicionista, o papel dos republicanos, o papel da dinastia, a ação do imperador, da Casa Real, os efeitos da Abolição, o despeito da classe territorial, o golpe da Abolição e os interesses do país, medidas de reparação, o programa Ouro Preto, o movimento da reação contra a monarquia, a expansão do ideal republicano. Só esquece o mais importante: o papel dos negros na vitória da Abolição¹.

O estudo de Oliveira Viana é uma compilação, sem novidades, exceto seu próprio pensamento reacionário, quando, por exemplo, defende a escravidão: “Em boa verdade, não havia nenhuma razão interna que nos levasse imperiosamente à abolição: salvante exceções inevitáveis, em regra os escravos viviam dentro dos latifúndios formando aquela ‘tribo patriarcal isolada do mundo’ de que falava Nabuco. E o estado de degradação em que caíram depois da abolição, e em que atualmente vivem, mostra que o regime de escravidão não era tão bárbaro e desumano, como fizeram crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas”.

Acolhe, assim, a tese de que a escravidão era boazinha, a qual mereceu de Nabuco o mais veemente protesto. Diz que foi a pressão estrangeira que atuou sobre uma raça imaginativa, extremamente suscetível do idealismo e ricamente dotado para o entusiasmo. E declara, também, que de todos os grandes ideais que agitaram o nosso povo durante o Segundo Império, nenhum foi mais difuso, mais geral, mais popular do que este. Só não foi de toda a coletividade, anota, porque dela estava ausente a classe rica dos campos, a nossa velha aristocracia rural.

O pensamento antiescravista veio trabalhando a nossa consciência liberal desde os primeiros dias da Independência e a muitos espíritos parecia que a independência da nacionalidade se devia acompanhar, para ser completa, e também para ser lógica, da independência do homem negro. Esquece que este problema foi enfrentado por José Bonifácio nos anos da Independência e solene-

1. Esbocei esse papel em “A Rebelião Negra e a Abolição”, in *História e Historiografia*, Vozes, Petrópolis, 1970, pp. 65-88.

mente prometido seu cumprimento em cinco anos, aos representantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, que exerciam pressão sobre o governo brasileiro².

Divide o pensamento antiescravista em três fases: a primeira começada em 1865 com a sugestão do imperador e de São Vicente, a qual culmina com a Lei Rio Branco, do Ventre Livre em 1871. Era uma lei emancipadora de caráter moderado. A segunda fase aparece com feição radical; sua idéia dominante já não é mais a emancipação gradual, mas a abolição completa do elemento servil. Esta fase termina com o fracasso da ação de Dantas em 1885, tendo começado em 1878 com a atividade parlamentar, oratória e jornalística de Nabuco em 1878. Dantas não participava das idéias de Nabuco. Era um emancipador e o seu projeto completava o de Rio Branco. Este libertara os nascituros; aquele pode-se dizer que libertava os morituros, os maiores de sessenta anos. A terceira fase contou com a colaboração da Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea de 1888, terminando definitivamente com a escravidão no Brasil.

Estava-se, assim, fazendo gradualmente a Abolição. Oliveira Viana simpatizava com esse movimento gradualista e antipatizava com o abolicionismo imediato, que chamava de *radical*. A esta chamava de terceira fase. Reconhecia que a Abolição deixara de ser uma questão de partido para ser uma questão nacional.

Lembra que, dos fins de 1887 aos princípios de 1888, a situação era, porém, muito outra e os que tinham a perder formavam ao lado de Nabuco, assim como o clero e o Clube Militar, cujo manifesto, bem como um trecho do Manifesto Republicano de São Paulo de 1872, mostrava os militares decididos a não aceitar a missão de caçar escravos fugidos, e os republicanos, muito divididos, ora diziam “quero”, ora “não quero”, mostrando-se cheios de moderação.

Louva merecidamente a ação do imperador, “o único que, neste ponto, não tergiversou nunca, o único que, com tato, habilidade, delicada insistência, representou sempre o papel de animador do movimento”.

Nessa compilação muito bem-feita, mas muito seguidora do abolicionismo de Joaquim Nabuco, se acentua o papel do imperador, resumido nesta frase: “A parte que cabe ao Imperador em tudo que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial”.

Acha Oliveira Viana que, se D. Pedro II estivesse aqui, talvez — são palavras dele — não se fizesse o que se fez e parece que o radicalismo da Lei de 13 de maio teria sido muito atenuado. (...) Provavelmente, ter-se-ia dado aos proprietários uma justa indenização. O radicalismo estaria em não pagar aos proprietários”. Não havia radicalismo nenhum em não pagar uma proprie-

2. José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, 5 vols.

dade que de justiça não lhe devia pertencer. Com isso comprometera-se D. Pedro junto à classe agrícola e aos fazendeiros.

Ele chama o Nordeste de Norte, como já vimos nos outros livros, e o nacionalismo nordestino, mameluco, foi chamado por João Ribeiro de “nativismo agressivo”.

O Visconde de Ouro Preto, para tentar a reabilitação do regime, formulou e pôs em prática um brilhante programa de reformas econômicas. Sua ação foi audaz, lúcida, enérgica, reflexo de seu temperamento afirmativo e imperioso, mas foi tudo em vão e os senhores de terras, os fazendeiros arruinados punham a culpa na dinastia. Nenhum ambiente foi mais propício ao novo ideal republicano.

CAPÍTULO 9

GÊNESE E EVOLUÇÃO DO IDEAL REPUBLICANO

Trata-se de uma nova compilação, sem novidade de pesquisa, mas muito bem apresentada e concebida. Nela se estuda o movimento republicano, suas relações com a reação liberal de 68, o núcleo republicano, fração do bloco liberal, influências exógenas, influência norte-americana, utopismo e desilusão, o Manifesto de 1870 e a política silogística de Nabuco, o espírito democrático e liberal diante do poder pessoal de D. Pedro, o ideal republicano e o sentimento nacional, a inexistência antes de 1889 da crença na República, mas apenas descrença na Monarquia, o ideal republicano e as classes sociais, indiferentismo das classes rurais, os elementos cultos e a elite política, sua atitude de desconfiança em relação à nova ideologia.

Nabuco é o ideal republicano: significação do indiferentismo de Rui, o ideal republicano e a sua irradiação geográfica antes de 1889; focos de propaganda: a imprensa periódica e a sua distribuição no país; outros focos de propaganda: os clubes republicanos. Distribuição deles ao Norte e ao Sul. O Norte e o Sul em relação à expansão do novo idealismo. O ideal republicano e a sua irradiação social. Os campos de recrutamento dos adeptos. A mocidade das academias. O novo ideal não era o ideal das classes conservadoras, nem das classes rurais, os propagandistas, valor intelectual deles, os positivistas, ideologia positivista, os positivistas como doutrinadores. O Partido Republicano, esboço do Partido. Sua fraqueza em 1889. Eis a síntese do seu ensaio, numa colocação de problemas feita por ele próprio.

Não é novo dizer-se que havia dentro do Partido Liberal duas fortes correntes, “uma, violenta, radical, ultrademocrática, onde os Ottoni punham a ardência e a vibração de seu temperamento impetuoso; outra, branda, moderada, ironizando o radicalismo da primeira e revelando mesmo um aparente respeito à dinastia”. “Nesta última corrente, onde dominavam espíritos finos e equilibrados, como Octaviano, e amplas culturas, como Nabuco, o velho, é que vai formar o grosso da falange que haveria de manter as tradições do Partido Liberal até 89. A outra, porém, a do manifesto radical de 68, esta evoluiu rapidamente para o novo ideal republicano. Em 1870 vamos encontrar quase todas formando o elenco dos signatários do Manifesto de 3 de dezembro, com que o Partido Republicano irá credenciar a sua entrada no cenário político do país”.

Relembra as afirmações de Américo Brasiliense em *Os Programas dos Partidos e o 2º Império. Primeira Parte. Exposição de Princípios*¹, de que desde 1868, quando se publicou o programa do partido liberal e se instituíram o clube e as conferências na Corte, agitou-se a bandeira republicana. E em 1870 resolveu-se, por grande maioria, aceitá-la. Donde reafirma Oliveira Viana que o movimento republicano se prende à reação do Partido Liberal devido à queda de Zacarias em 1868. Passa então Oliveira Viana a basear-se em Joaquim Nabuco, cuja tese versa sobre a influência da singularidade da realeza no Brasil, dentro da América. À tese de Nabuco soma-se a afirmação categórica do Manifesto de 1870: “Somos da América e queremos ser americanos”.

Oliveira Viana sustenta uma tese nova, como sempre reacionária, pelo seu conteúdo antiparlamentar. Afirma que o prestígio do ideal republicano se constituiu com o fracasso inevitável do ideal monárquico-parlamentar, ideal dentro do qual se erigiu o edifício constitucional do Império em 1824. Afirma, a seguir, que o que há de mais benemérito, de mais excelente e fértil na Monarquia foi conseguido justamente fora dos princípios da Constituição, ou mesmo contra esses princípios, nunca em obediência a eles, ao ideal político contido neles.

Acentua as contradições políticas e jurídicas no Brasil, ao escrever que esse ideal não visava a centralização realizada pela reação conservadora de 1840; mas foi essa centralização que nos deu unidade, prestígio, grandeza. Esse ideal, acrescenta, não se compadecia com o Poder Moderador feito poder pessoal, mas foi esse Poder Moderador feito poder pessoal que deu ao Brasil uma longa fase de moralidade, legalidade, justiça, liberdade, e sem ele os partidos em oposição só teriam podido ascender ao poder, vemo-lo hoje (1925) claramente, pela torpeza do assassinio político ou pela violência das revoluções armadas.

Os liberais sonhavam utopicamente com um governo do povo, um governo de opinião, num país onde não existe opinião, porque não pode existir, e afinal desesperados perderam a fé nas instituições.

O Manifesto Republicano é bem aquilo que Joaquim Nabuco chamou a política silogista, sustenta Oliveira Viana: “É uma pura arte de construção no vácuo. A base são as teses, e não os fatos; o material, idéias e não homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais” (p. 98).

Ridiculariza a soberania do povo, dizendo que “hoje, ao relê-lo, é impossível deixar de sorrir sutilmente e, às vezes, mesmo irreverentemente, diante das esperanças daqueles ‘logiciens’ da soberania do povo”.

Repetindo uma censura de José de Alencar, despertado, diziam os liberais que a ação universal do poder pessoal importava na completa anulação do elemento democrático. O que equivalia a dizer que aos olhos dos republicanos de 70 o que punha em perigo a liberdade era D. Pedro II.

1. São Paulo, 1878.

Novamente ridicularizaria a opinião liberal e republicana ao escrever que segundo estes, desde que nos livrássemos da ação pessoal de D. Pedro II, “a liberdade poderia vir para a rua, limpinha, vestidinha, segurazinha, sem nenhum receio de desacato ao seu pudor, e, muito menos, à sua pureza de Diana Imaculada. Hoje, porém, com uma perspectiva magnífica pela vastidão e pela riqueza da experiência acumulada, a uma distância de mais de meio século, podemos sentir perfeitamente a ilusão em que andavam aqueles idealistas adoráveis” (p. 99). Era esta sua perspectiva em 1925.

Os republicanos acabaram por confessar que o mal da anulação do elemento democrático não vinha do poder pessoal do imperador, tanto que a causa desapareceu e o mal continuou. Ele praticava a política da rotação e o próprio ministério liberal de 7 de junho de 1889, presidido pelo Visconde de Ouro Preto numa situação francamente conservadora, depois de ter dado demissão ao gabinete conservador de 10 de março de 1888, presidido por João Alfredo Correa de Oliveira, numa Câmara francamente conservadora, com poderosa maioria conservadora, D. Pedro II chamou ao poder não um gabinete conservador, como era da praxe parlamentar, mas um gabinete liberal — O Gabinete Ouro Preto, e com este simples gesto derruba inteiramente a sólida situação do velho partido imperial.

O deputado João Manuel de Carvalho, padre, representante do Rio Grande do Norte, no discurso em que fez sua profissão de fé, aos 11 de junho de 1889, dizia que “o Ministério de 7 de junho é uma verdadeira monstruosidade; nada representa e nada significa de grande, de nobre, de confessável; não é um governo da nação, porque vem atentar contra o sentimento nacional (...) porque digamos a verdade ele é simplesmente um produto da vontade imperial. (...) Dissolve-se a situação conservadora, pujante de força, representante nesta [Câmara] por 90 deputados e chama-se ao poder o Partido Liberal, que apenas pode contar aqui com uma pequena minoria. Como se poderá decentemente explicar esse fenômeno estranho, de entregar o poder ao partido que se acha em minoria na Câmara dos Deputados, em cujo seio reside a expressa vontade nacional?”.

Como acentua Oliveira Viana, o Padre João Manuel de Carvalho ataca o imperador, acusando-o de tirânico e antiliberal, e ofendeu o imperador na sua honra, na sua dignidade, sem o menor respeito a Sua Majestade, e o acusa de misticador, sem considerar as garantias liberais e democráticas — postos de lado os escravos — que D. Pedro sustentou mais que qualquer governo republicano, sem contar as ditaduras gaúchas liberticidas que mais tarde os brasileiros sofrem.

Quando se deu a queda da Monarquia, não havia um sentimento republicano generalizado. Como escreve bem Oliveira Viana, a descrença na Monarquia não importava necessariamente na existência de sentimento contrário. Declara ainda que o ceticismo daquela época era comparável ao que ele observava em 1925. Os homens daquela época haviam concebido um ideal de governo

que simplesmente falhou. O governo da Carta Republicana de 1891 não era o governo, tal como estava no ideal deles, mas muito diferente do sonho que idealizaram: “Nós que vivemos na República, estamos atualmente numa situação mental análoga. O presente regime não deu satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais, nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente. Estamos todos descrentes dela, todos sentimos que precisamos sair dela para outra coisa, para uma nova forma de governo” (pp. 104-05).

Depois de escrever que não há nenhuma aspiração definitivamente cristalizada na consciência das massas, afirma que há uma certa tendência ao retorno do regime parlamentar; e, depois de afirmar que há tendências variadas para a volta ao Poder Moderador, para o federalismo, afirma que há mesmo pequenos movimentos para o socialismo alemão, e até para o bolchevismo russo; declara que tudo isso era vago, impreciso, incorpóreo. Sustenta, relembrando Timandro², que vivíamos numa época sem fisionomia, parda, informe, indecisa.

Esse era o estado de espírito na época que antecedeu à queda do Império: era um estado de descrença, a que não tinha sucedido nenhuma crença nova. Mas, segundo Oliveira Viana, não estávamos numa época sem fisionomia, pois, ao contrário, esse período foi dos mais belos, devido à campanha abolicionista.

Escreve acertadamente Oliveira Viana que o sentimento de fé nas antigas instituições havia desaparecido, mas era certo que o sentimento republicano não se generalizara nem nas elites nem nas massas.

Com o acentuado desprezo pelo povo, que tanto caracteriza a sua obra, Oliveira Viana acentua que “as massas eram incultas, na sua quase totalidade, dispersas na barbárie das matas e sertões, as nossas massas populares mesmo as que habitavam os núcleos urbanos nada valiam então — como ainda [1925] não valem — como centros de idealidade política. Formas de governo, instituições constitucionais, monarquia, república, democracia, tudo isto representava abstrações, que transcendiam de muito o alcance da sua mentalidade rudimentar. Se tivessem de crer em alguma instituição, esta seria a monarquia, ou antes, o Imperador, entidade feita de carne e osso que eles sabiam estar vivo e presente na Corte — mandando; e não na República, uma palavra apenas, coisa vaga, abstrata, estranha, inacessível à sua limitada compreensão. (...) Sempre viveram sob regimes autocráticos, sempre foram governados por autocratas. Era natural, pois, que as formas democráticas e republicanas de governo estivessem fora de sua idealidade e do seu entusiasmo” (pp. 106-07).

O pensamento republicano podia encontrar campo propício de germinação na elite cultivada das capitais e das cidades importantes, no patriciado da

2. Timandro, pseudônimo de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim, *O Libelo do Povo*, Rio de Janeiro, 1849.

riqueza e da cultura, nos quadros de direção dos partidos, nos centros universitários e literários.

Joaquim Nabuco, em 11 de junho de 1889, respondendo ao chefe do gabinete de 7 de junho (Visconde de Ouro Preto), fez sua profissão de fé: “Há uma razão para não ter chegado ainda a hora da República, e é que não temos povo e as oligarquias em todas as Américas têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo” (p. 108). Para Nabuco, os escravos tornados livres e a classe média pequena e a grande maioria de mestiços não eram povo. Elê temia as oligarquias republicanas, de cuja tirania sanguiscedenta a América Espanhola, do México à Argentina, podia dar seu testemunho horrorizado. Ele preferia, acrescentava Oliveira Viana, “naturalmente uma oligarquia monárquica, tal como a tínhamos. (...) Esta oligarquia formada e dirigida por um príncipe fraco e bom, havia sido, em contraste com as oligarquias republicanas da América Espanhola, a fonte de toda a liberdade”.

Em *Balmaceda*³, Nabuco escreveu que “comparando os dois regimes, a República Chilena e o Império Brasileiro — a liberdade brasileira era uma teia de tenuidade invisível, possuindo apenas a resistência e a elasticidade da seda, que a monarquia, como uma epeira doirada, tirou de si mesmo e suspendeu entre a selva amazônica e os campos do Rio Grande” (p. 109).

Nabuco, cinco meses apenas antes da queda do Império, dizia em seu discurso de 1889 que julgava a Monarquia benéfica e popular, e que ela estava segura da sua estabilidade, se, abandonando o apoio das baionetas, quisesse introduzir em sua velha estrutura reformas de caráter liberal.

Nenhum dos dois, nem Nabuco nem Oliveira Viana, conhecia a interpretação verdadeira do Poder Moderador que o autor da Constituição de 1824 deira no debate sobre a criação do Conselho de Estado. Aí declarara que contemplando o espetáculo doloroso que davam as Repúblicas hispano-americanas queria evitar as ditaduras que apresentavam essas nações, ao se verem dominadas por ditaduras militares e de aventureiros políticos.

Carneiro de Campos, no debate sobre o Conselho de Estado, disse que o Poder Moderador era “como uma espécie de ditadura plácida”, com o qual se evitava que se alagasse a terra com sangue e que essa ditadura era exercida pelo Poder Moderador, absolutamente irresponsável e independente. Evitava, assim, que o Brasil fosse dominado como as Repúblicas latino-americanas por ditaduras que estavam ao nosso redor”⁴.

Recorda Oliveira Viana que “nenhum dos elementos mais ponderáveis dos dois partidos parecia prever um fim imediato do regime”, e relembra as palavras de Cesar Zama: “Deixem o honrado presidente do Conselho rir-se, brincar e dizer aos republicanos que cresçam e apareçam, na sessão de 11 de

3. Rio de Janeiro, 1895. In *Obras Completas*, vol. II; ed. org. por Celso Cunha.

4. José Honório Rodrigues, *Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Senado Federal, Brasília, 1978, p. 169

setembro de 1888 — eles já estão aparecendo, eles já vão crescendo. E praza a Deus que o orador seja um falso profeta: no dia em que o venerando monarca que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o Terceiro Reinado” (p. 111).

Para provar que a penetração social, como a geográfica, do ideal republicano era diminuta, Oliveira Viana levanta uma bibliografia dos jornais republicanos e verifica que somente em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande, Pernambuco, Santa Catarina, Amazonas, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão e Mato Grosso possuíam 74 jornais.

Oliveira Viana examinou o papel dos clubes republicanos, aceitou que o grosso das classes conservadoras eram descrentes da Monarquia e onde os republicanos encontravam seus adeptos mais fervorosos era entre estudantes, bacharéis e cadetes filósofos, citando, a este propósito, Afonso Celso, que dizia: “A mocidade que surge das Academias, dos seminários, ou do exército, ou armada é francamente republicana”.

Outra conclusão de Oliveira Viana foi a de que os republicanos eram gente da cidade e vila, e não do campo, não pertencendo assim à sua querida “aristocracia territorial”. Para ele, o abolicionismo teve justamente um dos muitos vícios neste ponto: deu ocasião ao aparecimento de nula personalidade, chamada à tona pelo barulho e confusão das idéias. Daí tira uma conclusão bem depreciativa dos primeiros republicanos: esses neófitos do credo republicano possuíam, na sua generalidade, uma mentalidade de declamadores. Não pregavam; declamavam sem debater problemas de maneira concreta e objetiva. Esse fluxo oratório, acrescenta Oliveira Viana, só se tornou grande depois da Abolição.

Entre os ideólogos da República destacam-se os positivistas, para os quais a crença no ideal republicano tinha uma sólida base filosófica. Eram os positivistas. O governo dos seus sonhos, o governo ideal era a República Ditatorial de Comte, e não a República Democrática de A. A. Ledru-Rolli (1807-1874), que foi radical e revolucionário em 1848. Não sei a razão desta citação de um político que não exerceu nenhuma influência sobre o Brasil e os brasileiros.

Acentua que os republicanos não deviam apelar para o primeiro recurso da Assembléa Constituinte e o próprio governo devia decretá-la. Os positivistas se aproximavam mais dos monarquistas liberais do que dos republicanos democratas. O que lhes repugnava na Monarquia era a hereditariedade de sangue, e sua ditadura republicana era uma espera da monarquia eletiva dos liberais, muito menos impregnada — continua Oliveira Viana — do princípio democrático que a monarquia dos liberais, pois nesta é o povo que elege o novo chefe vitalício e, na República comtista, o próprio chefe é quem designa o seu sucessor, à maneira dos Césares romanos. O antagonismo entre eles era muito acentuado e a afinidade consistia no princípio da liberdade civil e da federação.

O positivismo teve uma irradiação insignificante, e só foi importante nos centros de cultura matemática, na Escola Politécnica e na Escola Militar, mas

foi quase nula nos outros centros culturais. Nestes, a influência maior foi das correntes filosóficas de Herbert Spencer e Haeckel, que defenderam o evolucionismo, o transformismo e o monismo. Quanto ao positivismo, sua irradiação foi pequena e Joaquim Nabuco observou que o positivismo não havia encontrado “na nossa sociedade elementos a que se pudesse incorporar”.

Oliveira Viana pensa, e com razão, que os positivistas eram inteiramente capacidade evangelizadora: “Não havia entre eles nenhum grande orador, nenhum grande escritor, como se a própria doutrina, pela sua austeridade e pelo rigor científico [!], estancasse nos apóstolos e crentes todas as fontes da emoção, da graça e da poesia. [...] Nas suas prédicas não havia a doçura infiltrante das pastorais, nem a unção aliciadora das homilias: eram sempre afirmativas, dogmáticas, intolerantes, agressivas, ferindo, com argumentos duros como blocos de quartzo, todos os não-convencidos da Verdade” (p. 124).

O caminho de propagação do positivismo em nosso país foi, por isso mesmo, limitado, muito limitado mesmo. De 1878 a 1889, o grupo de aderentes era insignificante, principalmente se considerarmos que, nesses dez anos, ele só conseguiu chegar a meia centena. Oliveira Viana, baseado no quadro geral da marcha anual do número de contribuintes do subsídio positivista, de 1878 até 1889, alega que cresceu até a 53. Seria necessário saber o crescimento no Rio Grande do Sul, onde foi maior a sua aceitação.

CAPÍTULO 10

O PAPEL DO ELEMENTO MILITAR NA QUEDA DO IMPÉRIO

Neste ensaio sobre o Exército e as explorações dos políticos civis, não escapa a Oliveira Viana a função política do Exército em nossa história, reduzida à de mero instrumento das ambições civis. Isto foi escrito em 1925 e se aplica até hoje, 1984. Os políticos civis realmente tentavam a domesticação dos nossos leões de farda, às vezes para amansá-los, outras vezes para embravecê-los.

Até 1984 se pode escrever, como escreveu Oliveira Viana, da grande ilusão em falar de política militar ou de militarismo, com sua conseqüência lógica que é a política militar. Pode-se também falar, até 1984 (data em que escrevo), que o Exército nunca teve consciência de uma missão política qualquer, em contraposição à das classes civis. Nem se pode, nem se deve falar em classe militar, pois militar não é considerado como classe, mas como estamento.

Reconheço, com Oliveira Viana, que o nosso Exército foi um fator decisivo em movimentos políticos como a Independência. Escrevi um volume inteiro sobre nossas Forças Armadas no movimento da Independência¹. Não era necessário escrever que, nesses movimentos, elas agiram por impulso próprio, originado no seu próprio seio, e com objetivo de uma política estamental. Nunca as Forças Armadas agiram como classe até 1964. Mas Oliveira Viana escreve que elas têm-se deixado influenciar pelo idealismo das classes civis, como no caso da Independência e da Abolição. No primeiro caso ele se contradiz — o que é raro, porque sua obra é sempre coerente — ao afirmar que o Exército agiu na Independência, quando ele sustentou nos livros anteriores que a Independência fora um divórcio amigável, diminuindo o papel decisivo das Forças Armadas na conquista da Independência. Mas é também contraditório que diga, muitas vezes, que essas atitudes idealistas dissimulavam apenas sua extrema receptividade às explorações e às intrigas da nossa politicagem de casaca, e sobretudo que os políticos nunca falharam numa só tentativa a elas, explorando seus “fracos, e assim fazendo[-as] irromper, de improviso, das portas dos quartéis para o espanto das galerias bestializadas”. Acho contraditório ser conservador e afirmar essa aderência fácil dos militares às explorações civis. Acrescenta ainda que essa exploração inteligente dos militares pelos políticos não é obra exclusi-

1. Vide José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 5 vols.; especialmente o vol. III, sobre as *Forças Armadas*.

va da República. Ela vem bem de longe, e sem remontar ao período da Regência — sobre o qual Oliveira Viana não escreveu, é sabido que foi o período de maior indisciplina do Exército, e Feijó, ameaçado, diminuiu o Exército e criou a Guarda Nacional.

É correto fixar o ponto de partida da atividade política maior em 1870, quando o Exército retorna do Paraguai. Ele se esquece de que, na Monarquia, o Poder Moderador repousou no equilíbrio das forças militares, a conservadora representada por Caxias e a liberal encarnada por Osório. Osório faleceu como ministro da Guerra aos 4 de outubro de 1879 e Caxias sete meses depois, aos 7 de maio de 1880. Com o falecimento dos dois, o equilíbrio da balança do poder se desfez e o declínio do Império foi uma consequência histórica². O Visconde de Pelotas o substituiu como representativo da ala liberal, mas Deodoro — coronel na Guerra do Paraguai, foi quem falou em nome dos companheiros que ofereceram a Osório uma espada de honra — era também liberal.

Osório, sempre quando lhe falavam sobre a instituição da República, dizia a militares e companheiros que, enquanto o imperador visse, nada faria contra ele. Assim, não deve ser responsabilizado pelas suas atitudes contra o Gabinete Cotegepe, depois contra o Gabinete Ouro Preto e, afinal, contra o trono. Faltava ao Exército o equilíbrio de forças para manter o trono.

O Exército sempre, no seu conjunto, foi do centro e continha a ala liberal e a conservadora. Diminuindo esta pela morte de Caxias, os coronéis da Guerra do Paraguai se ligaram facilmente à ala republicana, unida à liberal. Assim também, na República, a maioria do Exército pertenceu sempre ao centro, mas tinha alas esquerda e direita, o que equilibrava a intervenção na política.

O que Tobias Monteiro escreveu e Oliveira Viana concordou, consistiu em repetir que o Barão de Cotegepe (João Maurício Wanderley) andava a despertar a ambição de Deodoro, para que ele fosse no futuro o “nosso Caxias”, isto é, o general conservador, levando-o para o Senado, o Conselho de Estado, o Ministério. Trata-se de um equívoco, porque Deodoro pertencia à ala liberal e fora sempre do grupo do General Osório, como coronel. Assim, era mais fácil aos republicanos seduzir Deodoro que aos conservadores monarquistas. Acerta Oliveira Viana quando declara que “o bravo Fonseca parecia um predestinado: requisitado pelos conservadores, requisitado pelos liberais, o foi também pelos republicanos” (p. 184).

Os republicanos tinham como objetivo capital dessas manobras, que procuravam aliciar as grandes figuras de mais prestígio e popularidade no Exército, preparar um conjunto de circunstâncias que constituíssem um campo de atritos entre as suscetibilidades dos militares e as atitudes políticas dos gabinetes, ou de uma dada situação partidária. Descreve Oliveira Viana que “este me-

2. Vide José Honório Rodrigues, “O Bravo e Liberal Osório”, in *Carta Mensal*, n.º 298, jan. de 1980, pp. 41-50.

canismo do sistema de exploração da classe armada, concebido, organizado e montado pelos políticos do Império, foi também empregado pelos políticos da República, havendo apenas uma diferença — que os do Império pareciam revelar mais sutil inteligência na seleção dos meios e nos processos a empregar” (p. 185).

Para Oliveira Viana as nossas “classes armadas” apareceram aos nossos políticos civis em condições de explorabilidade — porque em nosso meio elas eram as únicas “classes” que possuíam um sensível espírito de corpo, e um vivo pundonor profissional. “Depois da Guerra do Paraguai este sentimento de distinção de classe se intensificou e passou para um certo sentimento de superioridade. Os militares, vindos das puras provações da guerra, sentiam-se como que purificados pela grandeza e pela heroicidade da obra realizada, o que lhes deu uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, sibaritas de casaca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver” (p. 186).

Sustenta Oliveira Viana — com o que concordo — que eles tinham até certo ponto razão: eram desambiciosos, eram frugais, eram pobres, e eram, por isso mesmo, honestos. Reconhece que, contagiados e infiltrados pelos vícios civis, a sua desambição desapareceu e sua frugalidade e sua pobreza, só a honestidade não desapareceu, mas neste ponto eles não se distinguiram em nada dos demais brasileiros — “porque a honestidade tem sido um belo predicado coletivo, o apanágio de um povo crescido e educado à sombra de velhas tradições patriarcais” (p. 186).

“Como quer que seja, nos meios militares, no último quartel do Império, havia generalizado esta convicção, de fundamento duvidoso, de que os homens de farda eram “puros”, “sãos”, “patriotas”, ao passo que os civis — os “casacas”, como desdenhosamente os chamavam — eram corruptos, “podes”, sem nenhum sentimento patriótico. Daí uma certa mentalidade salvadora, engrandecida pelas sugestões da caudilhagem platina, com a qual os maiores do nosso Exército, durante o ciclo guerreiro do Paraguai, haviam mantido um convívio muito íntimo (p. 186).

Para comprovar isso, Viana reproduz uma carta de autoria de Floriano Peixoto, sem citar sua origem, na qual este fala da “podridão que vai por este pobre país” e da conseqüente “necessidade da ditadura militar para expurgá-la”. “Como liberal que sou” — acrescenta Floriano Peixoto — “não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele [o governo da espada] o que purifica o sangue do corpo social, que como o nosso, está corrompido” (p. 187). Afirma então Oliveira Viana que “esta convicção de nossos cidadãos fardados na sua pureza e incorruptibilidade, tão clara, nesta confiança de Floriano, e a conseqüente mentalidade salvadora que dela se originou, não teve por si só, força para levar as nossas classes armadas à criação e ao desdobramento de uma ver-

dadeira política militar, isto é, uma política exclusivista, de classe” (p. 137) que acabasse formando uma oligarquia privilegiada³.

Diz mais que “os políticos civis é que explorando esta convicção de superioridade da classe arrastaram os militares para esse campo perigoso, onde se operam os entreveros das nossas guerrilhas pela conquista do poder” (p. 137). Assim os civis — continua Oliveira Viana — criaram um conjunto de teorias tendenciosas, cujo intuito era dar uma aparente justificação a certas atitudes políticas dos militares, claramente infringentes dos princípios da subordinação e da hierarquia. Revelavam uma intuição muito penetrante da psicologia militar. Sabiam que um dos princípios mais vivos da oficialidade é o da disciplina.

Sua interpretação conservadora é a de que os políticos do Império que queriam atrair para a sua causa a crise de exemplos dos militares criaram a teoria do cidadão fardado. A teoria que justificava o direito dos oficiais de todas as Armas a fazerem sua política. O soldado — diziam — pelo fato de ser soldado, isto é, de andar armado, não deixava de ser cidadão e assim tinha o direito de fazer política, de estar ou não contra a política do partido do governo. No fundo, querendo-se criar uma igualdade, estabelecia-se uma desigualdade.

Para Oliveira Viana o verdadeiro soldado devia consagrar-se à sua Ordem: tudo o que não fosse do interesse de sua classe, ou dos deveres da sua classe, estaria fora do horizonte de suas idéias e ambições. Pela natureza de sua estrutura e de sua finalidade, a defesa da Nação não pode ser comparada a nenhuma outra classe civil. Para ele, o homem de espada não pode ser o político-soldado e soldado-político, não pode ser o homem de partido. As duas funções são incompatíveis (p. 141).

Oliveira Viana sustentava a radical incompatibilidade entre a psicologia do militar e os princípios segundo os quais se desenvolviam as atividades dos partidos. O militar vive num mundo de bravura, disciplina, intransigência, quanto a seu pundonor profissional, enquanto o político vive num mundo de injúria, calúnia, difamação. Esta a contradição que Oliveira Viana acentuava entre os dois grupos sociais.

Como ele não teve o menor apreço ao político, sua concepção é de que na vida pública há uma insensibilidade às injúrias e calúnias, e que o objetivo dos políticos é o ataque aos pontos mais sensíveis da dignidade pessoal do adversário. Depois conta sua versão, de que a questão militar nascera dentro da idéia do positivismo, de que o soldado é um político fardado, e agravado ainda mais pela campanha abolicionista. Mas ele próprio reconhece, citando o Vis-

3. De 1964 em diante, além do “generalismo presidencial”, os militares, reformados ou não, ocuparam cargos do governo e das estatais do mais alto padrão. Poucos foram para casa; antes acumularam o ordenado de soldado aposentado e o das companhias estatais, desempregando civis, o mesmo acontecendo com oficiais da reserva remunerada. Os militares ficaram formando, assim, uma “classe” privilegiada sob todos os aspectos.

conde de Pelotas, que a disciplina era péssima e mencionava, no Senado, esta prova decisiva: em 1884, num efetivo de 13.500 homens, houve 7.526 prisões. Mas, quando surgiu a polêmica entre o Coronel Cunha Matos e o Deputado Simplicio de Resende, e o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, este repreendeu o oficial indisciplinado, que dirigia palavras ásperas ao deputado, que segundo ele, o injuriara. O ministro Civil da Guerra mandou-o prender por 48 horas uma medida perfeitamente disciplinar, mas logo o conflito pessoal se generalizou e se transformou num conflito de classe. O Visconde de Pelotas declarou no Senado que “os oficiais do Exército deviam ver no que acabara de sofrer o seu camarada, uma ofensa a todos”. Disse Pelotas: “o oficial que é ferido na sua honra tem o direito imprescindível de se desagrar”. Em parte, outro senador fez esta restrição: “Se as leis o permitirem”; o que provocou de Pelotas uma resposta com enorme arrogância, revelando seu desdém de militar pelos políticos civis. Assim falou Pelotas: “Eu não digo que as nossas leis o permitem; estou dizendo ao nobre ministro da Guerra o que eu entendo que deve fazer um militar, quando é ferido em sua honra, e que fique sabendo o nobre Senador de Pernambuco, que quem está falando assim, assim procederá, sem se importar que haja lei que o vede. Eu ponho minha honra acima de tudo”.

Escreve, com toda razão, Oliveira Viana que “esta linguagem deve ser muito recomendável e adequada a um militar, *fora* da política, *dentro* da política, misturados aos políticos fazendo também política, ou mesmo politicalha, mas querendo para sua pessoa imunidade que os políticos não têm, é fazê-lo um agente de irritação permanente, um turbulento irônico, um perturbador perigoso da ordem pública”.

Talvez devesse Oliveira Viana pensar que o Segundo-Visconde de Pelotas (José Correia da Câmara) era um liberal gaúcho muito diferente de Osório, a quem substituiu como senador e como um dos chefes do Partido Liberal. Ele não tinha a ascendência, nem a força de Osório, e era um liberticida, ao contrário de Osório que era libertador.

O caso Sena Madureira é descrito como se encontra nos livros de história, anteriores a este ensaio. Diz, como interpretação, o que já se disse. Sena Madureira e seus camaradas não viram na crítica do Senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra, um desses incidentes naturais a que estão sujeitos os que metem o nariz na política; viram uma ofensa à honra da farda. Como o ministro da Guerra, repreendendo Madureira, pareceu endossar a ofensa atirada da tribuna do Parlamento à classe militar, imediatamente toda ela se levantou num movimento de solidariedade ao camarada agredido (p. 149).

As doutrinas tendenciosas engenhadas pelos políticos militares diziam que só era indisciplina passível de punição “qualquer discussão pela imprensa entre militares sobre objetos de serviço”. Desde que a discussão não era sobre objeto de serviço, não havia indisciplina; como também não havia indisciplina se a discussão fosse travada entre um militar e um civil. Acrescenta muito bem

Oliveira Viana que, desde que, nas discussões com os civis, os militares agiam como cidadãos e não como militares, as injúrias que porventura resultassem desses debates deviam recair logicamente sobre eles, não como militares, e sim como cidadãos. Resumindo tudo, Oliveira Viana achava que se criava uma situação de privilégio, absolutamente odiosa: “quando sujeitos ativos de descomposturas, os militares conservam-se perfeitos cidadãos, vestidos de roupas burguesas e armados de instrumentos de pau: eram casacas; mas, se vinham a ser sujeitos passivos de descomposturas — o que era inevitável — para logo num repente, apareciam metidos em galões reluzentes e armados de instrumentos de ferro: eram soldados”.

Relembra a interpelação de Cotegipe (João Maurício Wanderley), chefe do gabinete, ao General Deodoro, comandante das armas do Rio Grande do Sul. Este tenta justificar o comício dos oficiais indisciplinados com argumentos, em que se vê a psicologia bifronte do cidadão de farda: “Houve motivo para tumultuosas reuniões porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Franco de Sá e de Simplícios, cujas imunidades parlamentares não os autorizava a dirigir insultos, nem os isentavam de precisa e conveniente resposta”. Nessa resposta sente-se o desdém dos cidadãos de farda pelos colegas de casaca. Deodoro não via que isso era querer para os politicantes de dragonas, seus camaradas, uma situação especial e injusta, porque de privilégio. Assim o raciocínio de Deodoro era o mesmo dos cidadãos de farda, militares que, entrando na política, não querem sujeitar-se às leis do mundo político.

Deodoro revelava uma psicologia dúplice e contraditória do cidadão de farda. Este não se limitava a levar para a política sua mentalidade de militar; levava também a solidariedade de seu grupo, de modo que a ofensa individual se tornava instantaneamente ofensa coletiva, a ofensa ao militar se fazia logo ofensa aos militares. A generalização e socialização da ofensa feita inicialmente ao indivíduo dão origem a uma espécie do ressentimento coletivo e, conseqüentemente, ao desdobramento temeroso da lógica sentimental do grupo.

Oliveira Viana transcreveu a moção aprovada num comício tumultuoso, com cerca de duzentos oficiais presididos pelo General Deodoro e secretariada pelo insubordinado Sena Madureira. Reconhece Oliveira Viana que para essa excitação tão grande dos militares contribuía também a ação excitadora dos políticos civis. Viana pensou que aqueles sempre foram os grandes culpados das agitações militares e julgou que os dois velhos partidos monárquicos, conservadores e liberais, e nessa época os republicanos, são réus históricos desse mesmo crime comum, que é um crime de lesa-pátria. Esquecia-se de dizer que o agravamento da situação vem da guarnição do Sul, onde Capistrano de Abreu, com muito maior perspicácia e conhecimento histórico, vira que grassava o artiguismo, isto é, o caudilhismo platino que gerou os liberticidas do Brasil. Como escreveu Capistrano, grassa o Artiguismo além do Cabo de Santa Marta,

a alma de José Artigas (chacal conjugado a Moloch) ulula duende impropiciável pela campanha e sobre as Coxilhas⁴.

É exato que Oliveira Viana escreveu que Cotegipe via, com sua costumeira clarividência, a borrasca que estava adensando no Sul, e assim se pode afirmar que Deodoro e Floriano, os fundadores da República, se acaudilharam no Sul, tal como Castelo Branco e João B. Figueiredo, um cearense e outro carioca de São Cristóvão, se destacaram em 1964 depois de se doutrinarem no Sul. Isto sem contar que, no Sul, o positivismo cresceu como em nenhuma parte do Brasil, e ele defendia a ditadura. Assim as formas podem variar, mas o fundo permanece.

Manda a Justiça que se diga que no Rio Grande do Sul existem também os libertadores, e assim procedeu Silveira Martins quando no Senado disse: “O Partido Liberal não assalta o poder por meio de pronunciamentos militares” (p. 164).

E Oliveira Viana chamava Deodoro de *caudilho*, e o Visconde de Pelotas no Senado transpirou ameaças por todos os poros e proferiu um discurso rijo e cortante como um golpe de sabre, escreveu Oliveira Viana, salientando “que terminara pedindo ao presidente do Conselho que reconsiderasse seu ato por amor ao país e, quem sabe, se por amor das instituições”. Viana afirma que era um estado de beligerância que se constituiu entre o poder civil e o militar. Lembra que o Senado, interpretando essa transigência do gabinete, havia aprovado uma moção de Silveira Martins convidando o governo a fazer cessar os efeitos das penas militares, e pela qual o poder civil, na pessoa do presidente do Conselho, saía com sua autoridade arranhada. Note-se como coube a Silveira Martins, gaúcho libertador, a moção conciliadora. Mas o espírito de indisciplina persistia e, depois das questões Sena Madureira e Cunha Matos resolvidas com a transigência de Cotegipe, outras questões surgiram, revelando o mesmo estado de irritação do elemento armado e sua crescente incompatibilidade com o poder civil.

Cotegipe saiu, mas o Partido Conservador continuou no poder com o gabinete presidido por João Alfredo. Outros casos de conflitos entre a Marinha e a Força Policial, e em São Paulo entre a Polícia e o Exército, sempre sob o influxo dos instigadores civis, revelavam a indisciplina geral das Forças Armadas: “O estado de espírito das classes armadas, sob a influência dessa exploração incansável e insistente, era então o de uma suscetibilidade quase histerica. Tudo era pretexto para ressentimentos, em tudo se descobria uma intenção ofensiva”. Foi nesse ambiente de tensão que os liberais subiram ao poder em 7 de junho de 1889, com um gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto.

4. Capistrano de Abreu, “Sobre a Colônia do Sacramento”, in *Ensaios e Estudos*, 3.^o Série 2.^a ed., Civilização Brasileira, 1976, p. 56. 1.^a ed., Rio de Janeiro, Ed. da Soc. Cap. de Abreu, 1938, p. 86

Ouro Preto possuía outro temperamento, muito diverso do de Cotegipe e João Alfredo. Estes eram políticos sagazes, maneirosos, conhecendo muito bem a tática de retirada. Ele, Ouro Preto, tinha a impetuosidade, que seu profundo sentimento de dignidade e decoro não conseguiam dissimular.

Oliveira Viana aponta, com agudeza, que “Ouro Preto era um temperamento, não apenas impetuoso, mas intrépido, desassombrado, afirmativo, de um singular apurmo na sua altivez inamolgável — e foi este temperamento que o impediu de fraquejar quando, deposto de ministro, sentiu-se envolvido, de súbito, num círculo de espadas minazes, dentro do Quartel-General” (p. 170). Recorda passagens sofridas por ele, preso no quartel, que enfrentou, mantendo-se altivo, digno, bravo. Um homem desses, acrescenta Oliveira Viana, só poderia ser o que foi: um fator agravante. O momento era de transigência, de conciliação, de concessões, para evitar mal maior, e pedia homens de outro feitio. E menciona, como exemplares desse tipo, Dantas (Rodolfo Epifânio Sousa, deputado) e Paulino (José Soares, deputado, filho do Visconde de Uru-guai, do mesmo nome, chefe do Partido Conservador). Ouro Preto, voluntarioso e intrépido, homem dantes quebrar que torcer, trouxe para o poder um programa nitidamente articulado de reação, não propriamente contra o Exército em si mesmo, mas contra o “Exército Deliberante”. No desdobramento dessa política, ele agiu com decisão, coragem e intuição de estadista, mas sem o tato e a discrição do político, e comprometeu-se irremediavelmente com o elemento militar.

O plano de Ouro Preto se assemelhava com o de Feijó, ou seja, contrapor ao Exército outro poder, tão eficiente militarmente quanto este. Tal como Feijó, seu plano não teve eficácia, pois os políticos civis souberam explorar a pretensão, com o que pareceu às classes armadas um acinte, uma provocação, fazendo crescer a virulência. Viana louva, com evidente traço crítico, ter faltado a Ouro Preto o saber ocultar os seus reais intuitos e ter agido às claras, num ataque frontal ao adversário. Ele era de uma natureza altiva e orgulhosa para manobrar a dissolução. Era da raça dos que revelam o seu pensamento, temperamento franco e imperioso. Ouro Preto não sabia fazer vista grossa para ver o erro, ou não punir o mal. Da sua superioridade hierárquica tinha uma consciência com tal sensibilidade que se ressentia ao contato da mais leve irregularidade ou irreverência.

Cita casos de indisciplina que ele (Ouro Preto) não tolerava, enquanto revela a tolerância do imperador. Enfim, pinta um quadro do caráter inflexível de Ouro Preto, e louva a transigência que Cotegipe possuía. E todos os demais casos contados por ele parecem mais um julgamento contra Ouro Preto que uma crítica à indisciplina militar do mais alto posto hierárquico ao menor. Daí a conspiração vitoriosa do 15 de Novembro. Ele nunca percebeu a ameaça que o atingia e ao próprio regime. Era um homem de boa fé, que acreditava na firmeza da situação, na fidelidade dos que o cercavam, mas sem nenhuma capacidade de previsão, e só compreendeu a situação quando Floriano se recu-

sou a reagir, pois este era o auxiliar em que mais tinha confiado e o tinha abandonado. Escreve, então, uma página de louvor ao seu caráter, mas não esconde a censura à sua falta de clarividência, de intuição do caráter dos homens que o cercavam, nem a intuição para as variedades da política, sem o sentimento da conveniência ou da oportunidade (p. 177).

Oliveira Viana compara, então, os dois homens, Cotegipe, um dos chefes conservadores e Ouro Preto, um dos chefes liberais. Cotegipe é sutil, sagaz, agílimo, de um tato incomparável, penetrante conhecedor dos homens e ainda mais do ambiente político, atirando sempre o óleo acalmador das transigências máximas. Ouro Preto não, faltava-lhe a flexibilidade necessária às transações e conciliações, e seu método preferível era o do ataque frontal, direto, ao campo adversário. Em síntese, Cotegipe adotava a profilaxia preventiva e Ouro Preto a agressividade ao militarismo. Ouro Preto, com sua índole voluntariosa e afirmativa, pensava salvar a Monarquia — ao contrário de Cotegipe — com seu método frontal e uma política de agressão, e desta resultou abreviá-la, precipitando o advento da República (p. 178).

CAPÍTULO 11

A QUEDA DO IMPÉRIO

Neste ensaio Oliveira Viana quer mostrar que o objetivo inicial do movimento não era republicano. Usa o testemunho de Pelotas e tenta interpretar o papel de Deodoro e de Floriano. Como sempre, baseia-se em livros da época e alguns depoimentos publicados. Nunca traz nada de novo, mas sempre interpreta com o sentimento do conservador. Trata do Terceiro Império e da impopularidade do Conde d'Eu, da mediocridade dos descendentes de D. Pedro II e a conseqüente inviabilidade do Terceiro Império. Analisa o Exército e o ideal republicano, e acentua o papel representado pela minoria do Exército, composta de "colarinho de couro", cuja bravura na Guerra do Paraguai supria as deficiências, e os "cadetes filósofos", embebidos de positivismo. Depois analisa como foi a proclamação da República, a doença do imperador, seu reflexo na opinião pública, e a queda do Império. Trata do isolamento do imperador, de seu caráter, e da ausência de aulicismo na elite do Segundo Império.

Viana sustenta que, depois do exílio de D. Pedro II e da grandeza de sua atitude, deve-se reconhecer seu papel importante em nossa história. Afirma, logo de início, que o movimento contra o Ministério Ouro Preto da parte de militares indisciplinados não teve inicialmente nenhum intuito republicano e o compara aos movimentos recentes então (1925), aos de Mussolini na Itália e Primo de Rivera na Espanha. Prova a afirmação de que o movimento militar não tinha intuídos republicanos com um depoimento do Visconde-General de Pelotas de que o pronunciamento da guarnição do Rio o surpreendeu e foi em sua casa que os conjurados se reuniram. Afirma que "o pensamento central de Pelotas, como o de Deodoro, era inicialmente a derrubada da situação Ouro Preto, cuja política de reação o tinha incompatibilizado com todo o Exército, mas não estava nos planos dos dois caudilhos a destronação do velho Bragança, que um e outro igualmente veneravam (pp. 131-32).

Deodoro também, por esse tempo, não pensava em dar caráter republicano ao movimento. Os republicanos assediaram Deodoro e Benjamin Constant teve o papel principal no trabalho de conversão do caudilho. Discute bem a indecisão de Deodoro, chamando-o sempre de *caudilho*, expressão usual no Sul e não no Rio, com um alagoano que sofrera a "influência platina na luta no Sul". Sua indecisão crescia à medida que se aproximava do dia 15. O Visconde de Ouro Preto conta que Deodoro lhe dissera, por ocasião da intimação no Quartel-General, que "ia levar a lista dos novos ministros", o que prova que, naquele

instante decisivo, o pensamento de Deodoro já não era o de Benjamin, — a República — mas o de Pelotas — a derrubada do gabinete.

Tudo mostra que o estado de indecisão, a flutuação moral de Deodoro, era tão grande e tão ostensiva que os republicanos Benjamin Constant, Glicério, Quintino, acercaram-se de Deodoro, pressionando para vencer sua incerteza. Como lembra Oliveira Viana, parecia que a República aos 15 de novembro seria uma tentativa abortida, com a duração de relâmpago — como o Ministério de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que durou nove horas antes do golpe de Estado, conduzido por Antônio Carlos, que liquidou com a Regência e instituiu a Maioridade (p. 185).

Além das razões dos republicanos, parece — escreve Oliveira Viana — que havia as particularidades do caudilho alagoano na origem, mas gaúcho na formação espiritual liberticida e na influência positivista. Deodoro tinha uma animosidade muito grande contra o libertador gaúcho Silveira Martins. Este o desautorara no Rio Grande e, depois, quando Cotegipe o demitira do comando das armas, movera-lhe uma violenta campanha no Parlamento, promovendo-lhe a responsabilidade perante o Supremo Tribunal de Justiça.

Para a infelicidade da Monarquia, Ouro Preto, ao despedir-se, sugerira ao imperador o nome de Silveira Martins para reorganizar o gabinete, e nos círculos militares corria o boato de que o imperador aceitara a sugestão, o que faria o novo presidente do Conselho o maior inimigo de Deodoro e isso era absolutamente intolerável, sobretudo para quem tinha em mão todos os trunfos e o apoio da unanimidade do Exército.

Uma indisciplina total, um desrespeito insuportável que generais caudilhescos costumam usar na América Latina, mas que era incomum no Brasil, e que só aparece aqui na cena política superior brasileira, quando os gaúchos ou agachados ocupam essa posição destruidora da democracia monárquica. A maior das indisciplinas, que é o desacato à Constituição, que a República e sobretudo os homens do Rio Grande do Sul trouxeram para a vida política brasileira até chegar à profanação de 1964, que instituiu o generalismo presidencial.

Conta Max Fleiuss¹ que, na palestra amistosa e de camaradagem de outros tempos, que teve com S. Ex^a sobre o golpe de Estado de 15 de novembro, dissera-lhe uma testemunha fidedigna que Deodoro, com aquela franqueza brusca que usava em certas ocasiões, declarou-lhe que só cogitou da República no momento em que tiveram certeza de que o imperador mandara chamar o Conselheiro Gaspar (Silveira Martins) para organizar o Ministério e que, aproximando-se dele, o dr. Benjamin Constant lhe dissera: “General, V. Ex^a tem o direito de dispor da sua cabeça, como bem e melhor entender, mas me parece que não tem o direito de dispor das cabeças de seus companheiros, que

1. É uma das raríssimas citações corretas de Oliveira Viana. *História Administrativa do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1925, p. 434.

tomaram parte ativa na revolta contra o governo. Estas palavras causaram-lhe profunda impressão, e lembrou-se que era inimigo figadal de Silveira Martins, e que este organizando o Ministério era de esperar que não só ele, mas seus companheiros, teriam que sofrer as conseqüências do espírito irrequieto de Gaspar”². Sua descrição de Deodoro é pouco lisonjeira, chegando a chamá-lo de pobre homem, e tudo isto baseado num desconhecido Grasset, autor do livro *La Biologie Humaine*³, naturalmente de discutível valor. Para ele, esse argumento não encerrava nenhuma verdade, nem a menor sinceridade da parte de Benjamin. Esse boato da indicação de Silveira Martins foi um fator de última hora, surgido no próprio dia 15, quando Deodoro já havia conseguido seu objetivo principal, que era a destituição do gabinete.

Oliveira Viana acha que esse fato não foi decisivo e afirma que o principal é o próprio feitiço moral de Deodoro. E descreve o temperamento deste como apaixonado, vibrante, muito emotivo. Era do tipo das naturezas ardentes e francas, capazes de dedicações profundas, mas também de antipatias irreduzíveis. Era absolutamente diferente de Floriano, que era de um temperamento apático e frio, insuscetível de impulso passional, como incapaz de fraquezas afetivas. Continua repetindo a comparação entre Deodoro e Floriano, e acentua uma diferença importante: Deodoro possuía a coragem da aventura política, enquanto Floriano não a tinha. “Nas questões militares — disse uma vez Deodoro — sempre que abordei Floriano declarou-me que não se meteria em coisa alguma para derrubar ministérios”. E no entanto, comenta Oliveira Viana, Floriano desejava intimamente o resultado visado por Deodoro (pp. 188-89) e revelou sua frieza e aventurou quando impôs sua ação política com o auxílio norte-americano.

Todas as pessoas menos impacientes esperavam a liquidação pela morte da grande vida de D. Pedro II — para mudarem a forma de governo. Os que se conservavam fiéis à Monarquia e se receavam da República, cuja experiência desastrosa perturbara o mundo platino (ou latino), voltavam, ansiosos, para os jovens rebentos da dinastia e reconheciam, desolados, que ali também não havia ninguém.

Viana observa ainda que Deodoro não contava com a solidariedade do Exército todo, senão na questão propriamente militar e no empenho da derrubada do gabinete; em relação à idéia da República, o Exército estava dividido: de um lado, estavam os que haviam feito a campanha do Prata, os chamados “colarinhos duros”, nos quais a bravura supria a deficiência da cultura; de outro lado estavam os “cadetes filósofos” sem marcas de guerra, mas entupidos de uma falsa erudição filosófica. Esta fração evidente e jovem estava embebida de positivismo — era, por isso, republicana. Os dois grupos — continua Oliveira Viana

2. Silveira Martins.

3. Paris, 1920.

— estavam unidos em torno de Deodoro, para reagir contra a política antimilitar de Ouro Preto. Este, atacando um e outro grupo, atacava todo o Exército — e foi isto que possibilitou o inesperado desvio do movimento, inicialmente dirigido contra o gabinete, no sentido do campo republicano. Sustenta que, para os que estavam fora, a impressão geral era de que o imperador se abandonava ao círculo reduzido dos seus comensais do Paço e o cetro só nominalmente estava nas suas mãos. Dizia-se que o poder majestático passara para a Princesa Isabel e que, por detrás, agia o Conde d’Eu, sobre o chefe do gabinete, ou sobre o médico do Paço, o Conde de Mota Maia.

O golpe militar dos generais Deodoro e Florianq fora uma surpresa para a Nação e mesmo para a cidade. O próprio Aristides Lobo, um dos responsáveis dos acontecimentos, disse que “o povo assistira àquilo bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”. O entusiasmo veio depois, dizia Aristides Lobo, ao que Oliveira Viana replicara que “o povo, o nosso povo, se mostraria, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia, como aceitaria amanhã o regime bolchevista, ou o fascismo italiano”. Não creio neste final, sobretudo porque há uma maior conscientização popular e as formas sobre as quais ambos os regimes aparecem são repudiadas pelo povo brasileiro porque não se compactuam com o caráter nacional.

Trata, então, Viana do isolamento em que se encontrou o grande monarca no momento da sua queda. E isto vinha muito — diz Oliveira Viana — do temperamento de D. Pedro, da sua retidão, da sua imparcialidade, do seu senso justiceiro, da sua inacessibilidade ao espírito de compadrio e de corrilhos. Era também um varão justo e sábio, e um e outro desses atributos podem gerar admiração, mas não geram nunca a amizade. Ele não soube formar em torno de si uma camarilha de cortesões — e isto porque nunca exigiu de seus auxiliares mais íntimos, como nunca exigiu de seus ministros, nenhum ato de abdicação, nenhuma amostra de servilismo, nenhuma prova de cortesanie. Exemplificou bem com os áulicos como Sepetiba (Visconde de, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho), Paranaguá (1800-1855) (Segundo-Marquês de, João Lustosa da Cunha Paranaguá, 1821-1912) e Bom Retiro (Luís Pedreira do Couto Ferraz, 1818-1886) que nunca tiveram bom prestígio, nem a preferência da Coroa. Os prestigiados eram os independentes, como o exemplo é dele — Paraná e Saraiva. Esqueceu-se de outros, como Eusébio de Queirós, mas cita as notas de D. Pedro II ao livro de Tito Franco⁴.

Afirma Oliveira Viana que os auxiliares de D. Pedro II no governo, no Conselho de Estado, não deixavam apenas de curvar-se à vontade do imperador, não lhe rendiam outras homenagens senão as que eram compatíveis com

4. “Notas do Imperador ao Livro do Conselheiro Titq Franco de Almeida Sobre o Conselheiro Francisco José de Furtado”, *RIHGB*, tomo 77, pp. 245 e segs.

sua altivez e dignidade. Assinala que este fato era tanto mais significativo, quando por aquele tempo, como hoje, todo o prestígio vinha da Coroa. E relembra que Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*⁵, dizia “que quando alguém parece ter força própria, autoridade efetiva, prestígio individual é porque lhe acontece neste momento estar exposto à luz do trono; desde que dar um passo, ou à direita ou à esquerda e sair daquela réstia, ninguém mais o divisaria no escuro”.

Contrasta, então, os dois Pedros I e II para dizer que este nunca teve camarilhas de favoritos; o primeiro se perdeu justamente por deixar-se cercar por uma dessas camarilhas; os ministros do filho, ao contrário, os homens que serviram no seu governo, não freqüentavam o Paço — e D. Pedro II nunca lhes levou a mal essa atitude (pp. 201-03). Acentua que esse traço do caráter de D. Pedro II explica muito o isolamento em que se achou no momento da destroação. Viana pensa que contribuiu para isso a insuficiência ou fraqueza do sentimento monárquico nas tradições do nosso povo. Os brasileiros em geral nunca partilharam da crença no direito divino dos reis. O sentimento monárquico existiu sincero, puro, consciente durante os primeiros séculos coloniais — o que nos parece sem fundamento essa sua afirmação — e depois da Independência foi um sentimento da elite, uma elite diminutíssima.

Nabuco é seu autor preferido, o que confirma seu bom gosto, e sempre o cita neste livro; assim também ao afirmar que essa pequeníssima elite possuía em alto grau aquilo que Nabuco chamava “a impenetrabilidade à aspiração republicana” (p. 203).

Termina afirmando que esses grandes e pequenos elementos de negação fizeram com que o Império tivesse o fim melancólico que teve. Do Paço, de onde dominara durante meio século, o velho imperador, abatido pela moléstia, mas nobre ainda no seu “porte majestoso”, saiu dentro da noite, sob a escuridão da madrugada e foi às pressas que embarcou no pequeno navio, que o haveria de levar para as tristezas do exílio irrevogável. A ingratitude dos oficiais do Exército e dos positivistas e republicanos foi notória e “ele não teve uma palavra só de censura para ninguém, uma só recriminação, um só desabafo de desespero, ou de cólera, ou de mágoa: nada”. Com toda a justiça da história, Oliveira Viana escreve que “o sábio, o justo, o filósofo, que existiam nele reapareciam nele para brilhar na plena luz daquele dia fatal”.

Ao escrever em 1925 este *A Queda do Império*, Oliveira Viana afirma que “nascido dentro da República, sem compromisso nenhum com as gerações da propaganda, a geração atual [1925] não partilha nem das suas idéias [dos republicanos], e muito menos dos seus ódios. E começou a fazer a justiça merecida ao grande Imperador” (pp. 205-06). “O ângulo”, acrescenta, “sob que devemos ver o velho Imperador não há de ser o das suas idéias gerais ou do gênio:

5. Londres, 1885, p. 197.

há de ser o do caráter” (p. 207). Há de ser sob este aspecto que D. Pedro há de viver na memória das gerações futuras, como está vivendo na sua memória das gerações de agora, escreveu Afonso Celso⁶.

Pensa que D. Pedro não chegou a ter uma alta visão do mundo. No meio da presente ferocidade dos partidos que se digladiam pela conquista do poder e avermelham do sangue mais generoso os quatro cantos da nossa terra, sua ação moderadora, a ação do seu espírito cheio de tolerância e equanimidade é que nos mostra como foi benéfica sua atividade. No final de sua vida ele estava sempre ao lado da tolerância, da imparcialidade e da justiça. Manifesta-se como hoje (1925) o quanto lhe somos gratos, pelo seu esforço de meio século em favor da Justiça e da Paz. “Decaído do poder não teve uma só espada que se quisesse lutar por ele, um só grupo político que o quisesse acompanhar na queda, senão o grupo dos que formavam o governo deposto. Deixaram-no partir em silêncio, só. Nem uma palavra agradecida, nem um rumor breve de aplauso, nem um só grito de protesto” (p.208)⁷.

Este ensaio é o mais isento, mais neutro, a visão mais esclarecida do conservador Oliveira Viana sobre o liberal D. Pedro II.

Viana acentuou nas *Populações Meridionais* e no *O Campeador Rio-grandense* que as populações do Extremo-Sul, muito longe de serem de formação e evolução autônomas e independentes, vinculam-se, ao contrário, estreitamente às pressões e reações do mundo platino — que as envolve, desde os dias iniciais do antigo Vice-Reinado no Prata com a sua caudilhagem tumultuária. Um estudo da formação social dos nossos campeadores do Extremo-Sul ficaria mutilado e incompleto sem esse conhecimento preliminar do cenário platino, centro principal da formação de nossa gente fronteirinha — tese antes defendida por Capistrano de Abreu em seu artigo “Colônia do Sacramento”⁸.

Oliveira Viana foi o maior pensador de direita que o Brasil produziu. Nem Cairu, nem Francisco Campos, nem Santiago Dantas se lhe comparam. Só o primeiro Oliveira Viana deixou obra e grande, com organicidade e coerência, um conjunto único e sistemático; o segundo foi um grande pensador, mas também sua obra pequena não se compara ao que fez, nem permite avaliar-lhe o pensamento. Conheci-o pessoalmente e com Gontijo de Carvalho frequentei-lhe a casa e o ouvi dissertar sobre problemas nacionais, com uma lucidez e conhecimento inigualáveis. Assim se deu com San Tiago Dantas, na época que foi

6. “O Homem e o Estadista”, in *Contribuições Para a Biografia de D. Pedro II*, Rio de Janeiro, 3 vols. vol. I, pp. 787-885.

7. Este trabalho foi publicado também nas *Contribuições Para a Biografia de D. Pedro II*, ed. cit., loc. cit.

8. Citado na p. 187, nota 4.

um dos quarenta do grupo dirigente do fascismo nacional, chamado integralista. Depois passou-se para o centro-esquerda, indo para o Partido Trabalhista, pelo qual se elegeu deputado, foi ministro do Exterior e nomeado embaixador nas Nações Unidas não assumiu o cargo. Defendeu a política externa independente. Mas o que deixou escrito não representa seu pensamento poderoso, claro, lúcido com uma oratória fácil e encantadora, embora a voz fosse um pouco feminina.

Assim ninguém compete com Oliveira Viana na representatividade do pensamento reacionário brasileiro. Sua obra é coerente, orgânica, sistemática e singular porque estuda o Brasil e propõe reformas que abrangem a política e a organização social, o povo e as classes, e escreve sobre as populações, a política, com base histórica, o que lhe permite uma visão conjunta do passado e presente, embora tudo sob a influência mais reacionária do corporativismo, arianismo, autoritarismo, militarismo, e contra os princípios democráticos.

CAPÍTULO 12

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

*O Idealismo da Constituição*¹ é composto de ensaios diversos, oito ao todo, que não conservam uma unidade orgânica e nem podem ser considerados como uma profunda crítica à Constituição de 1891. Alguns dos oito estudos foram reproduzidos com a mesma intitulação, exceto a que dá título ao primeiro ensaio, mas dentro de partes mais amplas. Também *O Idealismo da Constituição* foi reproduzido, passando de um capítulo solto a constituir uma parte com três capítulos, sendo o segundo da primeira parte sob o título “O Primado do Poder Legislativo” o que tem o título “O Idealismo da Constituição”.

É, assim, a segunda edição um livro novo, muito mais amplo, dividido em cinco partes, sendo que a segunda parte, “Organização das Fontes da Opinião Democrática”, contém cinco dos capítulos avulsos da primeira edição. Deste modo, a primeira edição do livro deixou de ter interesse porque a segunda edição é mais completa e homogênea.

O Idealismo da Constituição quer demonstrar que a Constituição de 1891 é idealista e não realista. Para ele, tanto na Europa como na América, todo o problema da democracia se concentra principalmente na organização do sistema eleitoral e na verdade do voto. Vê-se, deste modo, que ele pensa ser um realista porque opõe as representações do pensamento (idéias e ideais) à realidade empírica. A moderna atitude idealista acredita que as idéias não são seres transcendentais e quase divinos, participando de uma maneira quase incompreensível no pensamento humano e nos objetos naturais, mas são atos e formas da inteligência que modelam o material empírico recebido pelos sentidos. O esforço do idealismo pós-kantiano estabeleceu o caráter genérico da atividade mental e levou ao estudo dos problemas do pensamento marcado pelo começo da história e à avaliação da realidade como processo histórico de formação espiritual.

Essa sua primeira posição espiritualista-idealista ele a encarava como se fosse um realista. A tese que esta sua obra quer demonstrar é de que a Constituição de 1891 não foi realista porque desconheceu a realidade brasileira, e quis que a Constituição realizasse ideais não realísticos.

1. 1.^a ed., Rio de Janeiro, 1922, 151 pp.

No começo de seu prefácio a esse livro, Viana reafirma que há um movimento da velha tese da democracia liberal e uma nova tese da *democracia autoritária*. Esse trecho todo é muito significativo de sua posição ideológica. Fala sobre os debates entre soberania do povo, sobre sufrágio universal, sobre representação política, sobre os princípios de liberdade, sobre o Estado liberal e o totalitário, sobre o princípio do chefe, sobre as novas fontes da opinião democrática, sobre a organização corporativa.

Louva os idealistas, os sonhadores, e relembra o silogismo da ironia de Joaquim Nabuco: “Uma pura arte de construção no vácuo; a base são as teses — e não os fatos; o material, as idéias — e não homens; a situação, o mundo — e não o país; os habitantes as gerações futuras — e não as atuais”.

Para ele, a experiência democrática no Brasil tinha um sentido muito diverso; valia como uma mina de valor inestimável, rica do mais puro minério informativo. Louvador do Estado Novo, do totalitarismo, escreve que “das novas gerações, que agora se vão preocupando com os problemas da organização do Estado Nacional, poderíamos dizer o mesmo: é com a soma dos pequeninos grãos da verdade colhidos nas jazidas da nossa experiência social, que elas hão de construir as eternidades da nossa estrutura política. O que as gerações anteriores têm arquitetado até agora com os materiais vindos de fora não têm mostrado possuir condições de eternidade” (p. 13).

Afirma que todas as Constituições, desde a de 1824 até a de 1934, não vingaram porque nenhuma se assentou sobre bases argamassadas com a argila de nossa realidade viva, de nossa realidade social, de nossa realidade nacional. Escreve, mais, que a realidade nacional nos ensina que “o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana, mas não à maneira brasileira”. Acrescenta ainda que o problema político por excelência é na Europa e na América, por isso mesmo, o problema do voto, o problema eleitoral. No Brasil, o problema fundamental da organização democrática não pode ser este, não pode ser o mesmo da América e da Europa. O nosso problema fundamental não é o problema do voto — e sim o problema da organização das fontes da opinião.

Achava Oliveira Viana que tínhamos que suprir, pela ação consciente do indivíduo e do Estado, aquilo que a nossa evolução histórica ainda não nos pode dar: estrutura, organização, consciência coletiva. E opinava que a maior ilusão era supor que no Brasil existe uma opinião organizada. O Brasil pertencia ao grupo de nações que possuíam uma democracia de opinião inorgânica, inarticulada.

Afirma no capítulo “O Primado do Poder Moderador” que, entre nós, não é no povo, “na sua estrutura, na sua economia íntima, nas condições particulares da sua psiquê, que os organizadores brasileiros, os elaboradores dos nossos códigos políticos vão buscar os materiais para as suas formosas e

soberbas construções; é fora de nós, é nas jurisprudências estranhas, é em estranhos princípios, é nos modelos estranhos, é em estranhos sistemas que eles se habilitam e inspiram”.

Oliveira Viana toca sempre nesta tecla: tudo tem inspiração estranha, quando devia ter no povo brasileiro e na nossa realidade. Mas a verdade é que os pensadores que o orientam, os exemplos de que se serve são igualmente estranhos. Primeiro, seu doutrinador maior é Le Play, um engenheiro metido a sociólogo, cuja fraqueza teórica e prática morreu sem deixar vestígios senão no próprio Oliveira Viana. Segundo, seus exemplos não têm raízes na história do Brasil, a não ser uma ou outra vez. Mas ele não é um conhecedor da historiografia e da bibliografia brasileiras e mal as cita. Quer dizer, usa como qualquer outro autor brasileiro obra estrangeira e não usa com maior amplitude os mestres brasileiros. No entanto cita com profusão um autor secundário argentino, José Ingenieros, cujo valor tão reduzido está hoje (1984) totalmente esquecido.

Sustenta que há duas espécies de idealismo: o idealismo utópico, que não leva em conta os dados da experiência, e o idealismo orgânico, que só se forma da realidade, que só se apóia na experiência, que só se orienta pela observação do povo e do meio (pp. 12-13). Para ele, o idealismo utópico se origina do sistema de educação intelectual que afastava o nosso idealismo do conhecimento da nossa terra, da nossa gente, do nosso gênio, e afirma, em síntese, que “a primeira geração a quem coube lançar as bases da nossa primeira geração era uma geração que se caracterizava pela origem extranacional de sua cultura” (p. 18). Viana ressalva o pequeno grupo que formava o centro da reação conservadora, que, não obstante sua formação mental, tinha muito viva a consciência dos grandes objetivos do Estado em nosso povo: “possufam este sentido imperialista e nacionalista, quero dizer, este sentido do poder central e do seu papel na ordem política e social do País, que caracteriza a mentalidade dos grandes estadistas do Império, do tipo construtivo e conservador” (p. 19).

Para o idealismo utópico que dominou nossos primórdios constitucionais, não contribui somente o fato da educação extranacional — conforme acentuou Oliveira Viana — mas a coincidência histórica entre a fase da nossa organização política e o grande movimento de reivindicação democrática, que renovou por inteiro os fundamentos políticos do Velho Mundo.

Como toda obra extensa, Oliveira Viana repete em vários livros muitas questões e pensamentos. Senhores do país, os construtores tinham que dar à Nação a possibilidade de realizar estes dois objetivos supremos: a organização da ordem legal e a consolidação da unidade nacional, aos quais se referiu nos livros anteriores.

A Europa apresentava um quadro fascinante, cheio de “claridades irrealis” e os Estados Unidos exerciam um prestígio-encantamento, segundo Justiniano José da Rocha. Era impossível resistir ao fascínio desse ambiente democrático vitorioso.

O neologismo *francelhisantes*, que criou para aqueles entusiastas dos franceses, era de evidente mau gosto. Desde a “Devassa Ordenada Pelo Vice-Rei Conde de Resende em 1794”², se dizia ter paixão pelos franceses, ou “francezia”. Havia, escreveu Oliveira Viana, primeiro os que ambicionavam transladar para entre nós o regime constitucional inglês, com seu parlamentarismo clássico; segundo, os que desejavam estabelecer em nosso povo as instituições políticas americanas, com seu espírito federativo e descentralizador; e terceiro, os que pretendiam seguir os enciclopedistas e convencionais franceses. Os que seguiram a inspiração francesa eram os liberais e sua grande preocupação era o desenvolvimento do princípio democrático de um lado e, do outro, a organização das garantias individuais, das liberdades públicas, dos direitos do cidadão. Os que se orientavam pelo padrão inglês constituíam, por sua vez, o grupo dos constitucionalistas e parlamentares que pleitearam a realização da Constituição de 1824: Já o grupo dos americanistas era o dos federalistas, que reagiam contra a monarquia unitária.

O comentário de Viana sobre a existência única, no meio anglo-americano, de um idealismo orgânico e não-utópico leva-o a observar que “os sonhadores de utopias sempre foram entre eles personalidades inexpressivas ou ridículas, enquanto que o criador da Utopia era um inglês, Thomas Morus” (pp. 25-26). Trata, então, das entidades propagadoras dessas idéias, as academias nacionais, as sociedades políticas fundadas no Primeiro Império e no período regencial, como a Sociedade Defensora, a Sociedade Militar, a Federal, os clubes republicanos, sem contar as mais antigas, como o Aerópago de Itambi, a Academia do Cabo, do Paraíso, e a de Suassuna, todas no Nordeste, todas embebidas desse idealismo de origem européia, que se compunha de liberalismo, parlamentarismo, federalismo, democracia e República. Depois das academias, os centros de divulgação mais importantes do idealismo *utópico* eram os órgãos da imprensa. Faltavam-nos a tradição das grandes assembléias populares, à maneira ateniense, ou o hábito dos *meetings* à maneira anglo-saxônica. Ao lado da imprensa, teve influência o livro. Viana menciona três exemplos típicos: o *Libelo do Povo*³ de Timandro (Joaquim Sales Torres Homem, depois conservador e Visconde de Inhomirim), *O Conselheiro Francisco José Furtado*⁴ de Tito Franco de Almeida, e *A Província*⁵ de Tavares Bastos, esquecendo o mais importante, *Ação: Reação: Transação*⁶ de Justiniano José da Rocha, embora este último não servisse como exemplo de idealismo, mas do mais rígido e disciplinado realismo. Como Oliveira Viana não tem sentido histórico, são fre-

2. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LXI, 1939; Rio de Janeiro, 1941, pp. 239-523.

3. Rio de Janeiro, 1849.

4. 1.^a ed., Rio de Janeiro, 1867.

5. Rio de Janeiro, 1870.

6. Rio de Janeiro, 1855.

qüentes os saltos cronológicos e ideológicos. Daí por que pula para a República e afirma que no período republicano esses livros são substituídos pelos de pura exegese jurídica, pelos de interpretação e sentido da carta constitucional.

Lembra que, sendo a Constituição dos Estados Unidos a fonte inspiradora da nossa Constituição republicana, isso fez com que o estudo do Direito Constitucional norte-americano passasse a ser, nos dois primeiros decênios, uma espécie de ciência sagrada. Como eram todos decalcados nos textos dos constitucionalistas americanos, ele afirma que, de um modo geral, podia-se dizer que não havia nas suas interpretações qualquer preocupação relativa às nossas coisas, ao nosso povo, ao nosso meio. Eram, assim, agentes do idealismo utópico. Termina constatando que esses cento e tantos anos mostraram a lenta desapareição desses fatores de difusão de idéias, agravada pelo desinteresse das acadêmias no primeiro período republicano. A mocidade republicana não conheceu mais o entusiasmo das grandes aspirações sociais e políticas. Uma prova de que esses estudos não desapareceram — ao contrário, renasceram — foi especialmente revelada por Lêda Boechat Rodrigues em seu livro *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*⁷ e nos dois volumes da *História do Supremo Tribunal Federal*⁸.

As várias aspirações entravam nos programas dos partidos. O Conservador era sempre um programa de reação, tendo por objetivo contrabalançar ou corrigir o que havia de excessivo, de exagerado, de radical, mesmo de perigoso à ordem pública e à integridade do Império, nos programas liberais (p. 39). O idealismo liberal teve diferentes denominações e variações pragmáticas: o Liberal de 31, o Progressista de 68, o Radical de 69, o Republicano de 70. Para Oliveira Viana há neles um sincretismo dos vários idealismos liberais, o inglês, o francês e o americano. Somente o programa republicano de 1870 repudia o idealismo britânico que conciliava a monarquia e a democracia, para adotar os princípios do idealismo francês e americano, que não comportam o princípio da hereditariedade, fundamento da instituição monárquica.

Nos programas dos partidos liberais, nas organizações de 31, 62 e 69, nunca se discutiu o princípio monárquico: este ponto estava fora de discussão. Todos acatavam a autoridade do imperador, mas queriam corrigir os defeitos do regime, procurando reduzir a ação pessoal do monarca na administração do país, como sua intervenção na vida dos partidos e do Parlamento. A Constituição de 1824 dava ao monarca uma atribuição de imenso alcance, que era a do Poder Moderador. Este poder enfeixava numerosas atribuições que permitiam ao imperador intervir no exercício de três poderes constitucionais: no Judiciário, pela nomeação dos magistrados e sua suspensão; no Legislativo, pela escolha dos senadores na lista triplíce e pelo direito de dissolução da Câmara; no Exe-

7. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1958; trad. espanhola, *La Suprema Corte y el Derecho Constitucional*, México, Pormaca, 1965.

8. Civilização Brasileira, 1965-1968, 2 vols.

cutivo, pelo direito de escolher livremente os seus ministros⁹. O segundo grande problema era a organização das liberdades civis e o terceiro era o da organização da administração pública.

Estuda, então, Oliveira Viana os programas dos partidos¹⁰. No programa de 1831 os problemas eram: primeiro, os da organização da administração pública; segundo, os da soberania do Parlamento. Queriam a federação, inspiravam-se no idealismo americano e propunham um regime de larga descentralização. Como nos demais livros, neste *O Idealismo da Constituição* sustenta que os liberais tinham a preocupação infantil de garantir as liberdades contra os excessos do poder central, quando na sua opinião este é que sempre defende as liberdades individuais, o que sabemos não ser verdadeiro, especialmente na República.

Quanto ao Parlamento, as relações do soberano com o Executivo e com o Legislativo, a solução adotada pelo programa de 1831 foi no sentido de abolir o Poder Moderador. D. Pedro I, com seu temperamento impetuoso, tinha repugnância em atender ou submeter-se à opinião do Parlamento. Ele era, como diz com razão Oliveira Viana, o príncipe menos apto para dar execução ao regime parlamentar. Com seu desdém pela opinião pública, era o menos indicado para dar realidade ao princípio de que o soberano na Constituição dos gabinetes deve sempre obedecer à opinião dominante na Câmara. Daí a luta constante entre seu temperamento autoritário e o Parlamento. O radicalismo do programa de 1831 propunha também a extinção do Conselho de Estado e da vitalidade do Senado, considerados pelos liberais conservadores como eficientes auxiliares do absolutismo imperial.

Os liberais e seu programa de 1862 mostravam-se mais modestos nas suas pretensões, menos radicais, menos democráticos. Seu programa era moderado e dirigido por homens com a fibra de estadistas como Zacarias, Nabuco de Araújo, Teófilo Ottoni e o filho do Visconde de Rio Branco. Eles não queriam a descentralização política, mas sim a administrativa.

Para os progressistas, o arbítrio do soberano, exercido através das prerogativas do Poder Moderador, representava a absorção de todos os poderes constitucionais pelo poder do imperador — o que ia de encontro ao dogma da separação dos poderes. Eles queriam eleições sérias, mas repudiavam a direta, que viria a ser uma das bases da organização radical de 1868, estabelecendo o princípio das incompatibilidades e exigindo a representação das minorias.

9. Sobre o Poder Moderador, vide Zacarias de Góis e Vasconcelos, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, Rio de Janeiro, 1862; Brás Florentino H. de Sousa, *Do Poder Moderador*, Recife, 1864; José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Senado Federal, Brasília, 1978.

10. Vide Américo Brasiliense, *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império, Exposição de Princípios*, São Paulo, 1878.

Oliveira Viana não tem uma palavra para criticar essa idéia e expressão de representação das minorias. As minorias no Brasil sempre foram e continuam sendo as classes dominantes, e no caso, essa minoria era uma imitação euro-norte-americana de grupos políticos minoritários que vivem marginalizados. Não se referia aos imigrantes, aos negros e aos índios, mas apenas a políticos não-pertencentes aos grupos dominantes.

Pergunta sempre se tínhamos uma opinião pública à maneira inglesa. Não, não a tínhamos. Tínhamos uma opinião pública à maneira brasileira, ontem e hoje. Em grande parte omissa e, em outra, manifesta em formas sociais nas quais mais se oculta que se clareia o sentido político lúdico. Eles propunham separar a magistratura da polícia, que a Lei de 3 de dezembro de 1841 havia lamentavelmente confundido.

Relembra então a reforma processual, elaborada por Nabuco de Araújo, onde se consubstanciava o pensamento dos liberais de 62, que irá figurar no programa do partido de 68, mas somente em 72 se incluíam na Reforma Judiciária realizada pelo Gabinete Rio Branco. Nela se estabelecia a independência dos magistrados, a separação da justiça e da polícia, a restrição da prisão preventiva, sua regulamentação, a extensão da liberdade provisória, a jurisprudência definitiva dos juízes vitalícios nas causas cíveis e crimes, a competência do juiz em todos os crimes públicos.

O programa do Partido Radical de 68, a corrente liberal chefiada por Teófilo Ottoni, Limpo de Abreu e Rangel Pestana, retoma a exaltação idealista de 31. Todas as instituições que poderiam assegurar o livre-arbítrio das intervenções do soberano na vida parlamentar, administrativa e partidária do país foram condenadas. Aboliam o Poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, a Guarda Nacional. Com estas abolições se garantia a soberania da vontade do povo. Não propunham mais a representação das minorias, mas a eleição direta, isto é, o sufrágio direto e generalizado. Pediam descentralização, eletividade dos presidentes de Província, polícia eletiva, saída do escrutínio das facções locais. Queriam a liberdade de ensino, de culto, de indústria e de associação. Queriam a abolição do elemento servil.

Depois do movimento radical de 68 surgiu o Partido Liberal com novo programa de reformas. O manifesto era assinado por Francisco Otaviano, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Teófilo Ottoni. Não se voltava à moderação dos progressistas de 62. O programa de 69 era de inspiração nitidamente democrática. Escreve Oliveira Viana que nele se preparava a explosão da idéia republicana. A missão do Partido Liberal tem por objeto a realidade e o desenvolvimento do elemento democrático na Constituição. Daí a ilação direta, mas, em vez do sufrágio generalizado, estabeleceu a restrição censitária, que Oliveira Viana, com seu elitismo radical, lamenta que as bases fossem demasiado baixas: “em nosso país o voto selecionado deve basear-se, para ser fecundo, no censo alto”. Não pedia a extinção do Poder Moderador, como os radicais de 68, mas como os progressistas de 68 queriam a responsabili-

dade dos ministros. O Conselho de Estado continuava com meras funções administrativas e não-políticas (p. 54). Declara, em suma: “A conclusão a que se chega do estudo dos programas partidários nesta longa jornada, que vai de 7 de abril de 31 à formação do Partido Liberal de 69, é que estavam evoluindo, lentamente embora, do mais exaltado idealismo utópico para um tal ou qual idealismo orgânico” (p. 55).

Estuda, a seguir, os republicanos, que, apesar do seu radicalismo quando chegaram ao poder, fizeram obra de mera improvisação. Nesses anos todos em que combateram o Império, não pensaram em elaborar um plano detalhado e preciso de constituição e governo. Declara Oliveira Viana, então, que o seu espanto “na história do nosso idealismo utópico não é propriamente esta cegueira à evidência das nossas realidades; o que nos espanta é a sua duração: cem anos”. Em 1922, ao escrever este seu livro em exame, ele repetia: “Há cem anos vivemos a procurar a causa dos nossos males políticos e dos nossos fracassos constitucionais, e até hoje estamos estonteados sem saber onde encontrá-lo. Onde está o mal?” E, depois de afirmar sete males denunciados pelos estadistas, políticos e publicistas, com a maior cara-dura escreve que, no fundo, esses idealistas desconheciam a verdadeira causa do mal. Este estava “no próprio povo, na sua estrutura, e na sua mentalidade, tal como o haviam modelado quatro séculos de evolução original, particular, sua”. Logo adiante não pode ser mais o povo, “no sentido anglo-saxônico da expressão, isto é, massas populares esclarecidas e independentes, mas sim uma vasta congêrie humana, acumulada nas cidades ou dispersa pelos campos e sertões; congêrie de desplantados, de infixos, de seminômades, de servilizados sem pão, sem terra, sem vontade, sem consciência cívica, agrupados em clãs, sob a proteção dos grandes proprietários”.

“É assim que, republicanos, imaginavam existir no povo a capacidade do anglo-saxão, ou do cidadão hipotético de Rousseau, para organizar os poderes públicos e para se governar a si mesmo. Escapara-lhes a observação de que nosso povo era inteiramente indiferente a formas de governo e, mais do que isso, inteiramente indiferente à formação dos órgãos do governo político — e isto porque, durante os trezentos e tantos anos de sua história, nunca sentiu, por assim dizer, necessidade disso” (pp. 60-61).

Essas são as páginas mais negras, mais mesquinhas, mais pífiyas, mais antibrasileiras que qualquer estudioso da história do Brasil já escreveu sobre o nosso povo. Primeiro, parece que ele sugere que o povo é tão ruim que, tal como na peça de Bertold Brecht, melhor fora substituído por um povo branco, culto, civilizado, ariano, educado. Sim, é isso: o Brasil, segundo Oliveira Viana, não merece o povo que tem, muito inferior ao Brasil como entidade geográfica e política. Segundo, ele se contradiz, porque escreve que não existe povo no Brasil “no sentido anglo-saxônio da palavra, o que nos faz perguntar onde está a sua tão decantada realidade, que quer não esse povo, mas outro, que tenha como o anglo-saxônio capacidade educativa e política”. Depois o

povo é reduzido a uma congérie, uma massa informe, um montão de gente desclassificada, como vimos pelo emprego de seus qualificativos. Depois volta contraditoriamente a pensar que os republicanos imaginavam existir no nosso povo aquela capacidade anglo-saxônia ou do cidadão hipotético de Rousseau, e ele era inteiramente indiferente, esquecendo que, ainda que fosse assim — o que foi uma infâmia lançada contra o povo brasileiro — a culpa seria da classe dominante que não lhe deu educação, tanto na Colônia, o que seria culpa do governo português, como no Império, o que seria e é até hoje culpa do governo brasileiro.

Escrevi em *Aspirações Nacionais*¹¹ que “o aspecto mais negativo da colonização portuguesa — especialmente comparada aos esforços espanhóis — foi o abandono e o próprio desprezo pela divulgação da cultura, fosse ou não, como na América Espanhola, dogmática e censurada, limitada à teologia, filosofia e direito”. A pobreza e a falta de educação caminham juntas e caracterizam os povos subdesenvolvidos. O desafio às nações pobres, escreveu Anísio Teixeira, “é o saber se elas podem organizar a educação antes de serem ricas, ou, pelo menos, simultaneamente com o processo de enriquecimento”. E nosso grande Antônio Vieira escreveu estas palavras memoráveis que deviam fazer corar de vergonha Oliveira Viana: “Não sei qual mal lhe fez sempre maior mal ao Brasil, se a enfermidade, se as trevas”¹².

Oliveira Viana, na sua cegueira e inconsciência, continua a manifestar seu completo e profundo despreço ao povo, ao criticar os que sonhavam com a autonomia local; esquecia que nosso povo não possuía nem as qualidades nem as condições para o funcionamento de um regime desse tipo. Pois, para ele, o que realmente havia era uma população destituída do sentimento dos interesses comuns e desafeita, por motivos na sua formação histórica, à prática da solidariedade e da cooperação.

Pior ainda, no Norte (o Norte para ele é também o Nordeste) havia regiões barbarizadas, onde a ordem pública não se pudera estabelecer. Ele, que censurava os políticos por quererem aplicar no Brasil práticas políticas inglesas, era o primeiro a nos censurar por não termos os mesmos hábitos, costumes ou educação, esquecido de que somos uma nação singular, desigual a todas as demais. As comparações são inaceitáveis.

E no final, numa interpretação desarrazoada, Viana afirma que “reagindo contra essas utopias, que não representavam nenhuma possibilidade de melhor adaptação do povo ao seu meio social e político”; batendo-se, desde 1832 até 1889, pelas prerrogativas do “poder pessoal” do monarca (e depois dos ditadores, a começar por Getúlio Vargas), pela unidade do Império, pela centralização, os grandes conservadores fizeram, sem dúvida, obra prática, objetiva, realista, experimental — e a sua concepção política de monarquia unitária exer-

11. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 4ª ed., pp. 160-73..

12. As citações são das *Aspirações Nacionais*, acrescentando a p. 177.

ceu aqui, indiscutivelmente, a função de um verdadeiro idealismo orgânico. Louvados sejam os conservadores, e amaldiçoado o povo, que ele desconheceu como o verdadeiro construtor deste país, tal como ele é, material e espiritualmente.

Sua descompostura continua: “Já demonstramos, com as provas mais cabais [que ousadia], no volume das *Populações Meridionais*, que o nosso povo, devido a condições particulares e especiais da sua formação, não pôde até agora elevar, e nem tão cedo o poderá, a sua mentalidade social acima do seu grupo parental gentilício. [...] Somos ainda um povo em fase elementar de integração social; temos uma estrutura extremamente fragmentária, dispersa, pulverizada em miríades de pequenos grupos patriarcais que cobrem por inteiro o nosso território” (pp. 65-66).

Faltam ao nosso povo os sentimentos dos grandes interesses coletivos. “Por isso os indivíduos, os que, no poder ou fora dele, agem no sentido dos grandes interesses gerais com sacrifício mesmo dos particulares do seu clã ou do seu partido, são tipos de exceção, formam uma pequeníssima minoria de homens superiores, fora, por assim dizer, da mentalidade média de sua gente. Esses raros tipos de exceção é que nos têm salvado, porque, em boa verdade, tudo o que há de grande em nossa história política provém exclusivamente deles”. Como se vê, para Oliveira Viana, somos fruto de uma minoria de grandes homens, o contrário do que sempre pensamos, que somos produto da ação do povo.

O Idealismo da Constituição é um livro muito faccioso, com uma antipatia manifesta contra os políticos liberais, que acusa de praticarem a política-lha, a forma com que se manifesta o espírito de clã nos domínios da vida pública e administrativa.

É simplesmente inexistente, irreal, escrever que há um secular conflito entre os dois grandes sentimentos do nosso povo: o quixotismo e o espírito de clã. O primeiro é um sentimento impregnado de intelectualismo, em cuja gênese dominam fatores imaginativos, avivados por sugestões de origem exótica; o sentimento de clã, ao contrário, é vivaz, enérgico, poderoso pelas suas origens — porque está nos instintos das raças originárias e porque está nas tradições e costumes do povo. Como se vê, definições imprecisas, desconexas, falhas e que na verdade nada dizem.

Pois bem, é “neste conflito inevitável entre o espírito de clã (criação nossa) e o quixotismo latino (razão do nosso idealismo utópico) e na final preponderância daquele sobre este é que está a causa íntima de todos os nossos fracassos constitucionais”. Por conseguinte, os dois sentimentos, se existem — e não creio que existam — foram tão mal definidos e esclarecidos que tornam inacreditável o conflito entre ambos, causando o fracasso constitucional. É uma tese de invenção píflia e reles, que não pode nem deve ser levada em conta.

No capítulo “O Primado do Poder Legislativo (1891-1930: 1934-1937)”, Oliveira Viana começa comparando a Constituinte imperial e a republicana. Destaca as grandes personalidades que participaram da primeira Constituinte e acentua que os grandes estadistas que consolidaram o Império e construíram

o poder político da Nação saíram dela ou nela estavam, com exceção de Feijó e Bernardo de Vasconcelos. Eles tinham, ademais, a imensa autoridade de um mandato verdadeiramente nacional — pois eram realmente, e não ficticiamente, “representantes da Nação”.

Uma das fraquezas de Oliveira Viana consiste em suas decaídas nas citações, como acontece nesse trecho de Henry van Dyke. Já na Constituinte republicana nem suas fontes de autoridade eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional, comparável à que recebera a imperial, mas sim de um embuste conscientemente preparado pelo famoso Regimento Alvim, com o fito declarado de abafar qualquer manifestação do povo contrária à idéia republicana. A Constituinte republicana não podia ter grande autoridade moral sobre o país — e realmente não a teve; seu presidente, Prudente de Moraes, confessou, ao encerrá-la, que a Constituinte fora recebida com “muito desfavor e muita prevenção pela opinião pública”.

O grupo republicano, por ocasião do movimento de 89, era uma minoria insignificante, disseminada por todo o país, mas tendo como centro de maior atividade o Rio de Janeiro e São Paulo. O grosso da massa pública se distribuía entre as duas facções tradicionais, a liberal e a conservadora. O que havia de mais prestigioso tanto no Centro como no Interior, quando se deu o golpe de 15 de novembro, ou retraiu-se, fechando-se no culto à Monarquia, ou tomou uma atitude discreta, aguardando o rumo dos acontecimentos. De modo que, em sua maioria, os clãs partidários que se organizaram por todo o país não tinham à sua frente as figuras de maior autoridade no seio das elites dominantes. Havia, sim, muito arrivista, muito *nouveau riche* político, sem grande lastro de consciência e sem grande solidez de estrutura de caráter, que se haviam arremessado sobre a situação política.

Outro traço que discrimina as duas Constituintes é que a do Império era constituída de homens animados de altos ideais políticos. Já na republicana o pensamento político que a animou não tinha no espírito da maioria a clareza e a intensidade do ideal dos constituintes imperiais. Para muitos, a República era uma aspiração de última hora, para outros, um simples movimento de represália e, para outros ainda — os históricos — era puro tema de declarações sonoras. O Manifesto de 1870 é um magnífico exemplo desse culto de generalidades sonoras, que constitui o fundo da mentalidade dos republicanos. O traço mais distinto dessa mentalidade era a crença no poder das fórmulas escritas. Pôr em letra de fôrma uma idéia, era, de si mesma, realiza-la (pp. 77-81).

Oliveira Viana repete a frase de Eça de Queirós de que, dos males que afligiam Portugal, uns eram devidos ao próprio temperamento do povo e outros eram traduzidos do francês. Culpando sempre o povo, Viana afirma que, dos males que nos têm afligido desde 1822, uns resultam das condições mesmas da nossa formação social, mas outros são simples translações dos males alheios em vernáculo. Acha que os idealistas republicanos parecem ter-se de-

votado mais aos males desta última categoria; excelentes tradutores dos males estranhos, péssimos intérpretes dos próprios males. Para ele, a Constituição de 1891 nunca foi posta em prática e, como as crianças malnascidas, morrem do mal-de-sete-dias. Ela resumia tudo o que havia de mais liberal nas correntes idealistas da época. A sua ideologia era uma mistura um tanto internacional, por isso mesmo heterogênea, do democratismo francês, do liberalismo inglês e do federalismo americano. Veio a República, a Democracia e a Federação e o desapontamento que, com o tempo, se transformou numa permanente desilusão. Foram os mais fanáticos os que fizeram ressoar o refrão do seu desânimo: *Não era esta a República de meus sonhos!*

Os fatores que mudaram o ouro de idealidade mais pura no chumbo vil da mais triste realidade foram: 1) o momento histórico; 2) a realidade da própria Nação (pp. 83-85).

Ao examinar o primeiro fator, acentua que “em primeiro lugar faltou-lhes uma classe social que os encarasse: a realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele pejeja e que, quando vitoriosa, lhe dá realidade e lhe assegura a execução”.

Viu bem Oliveira Viana e, em parte, desfez a crítica que lhe fizera Astrogildo Pereira de que desconhecia a luta de classes na história. Se bem não fale em luta, é evidente que, ao escrever que um grande ideal é realização de uma classe e não obra coletiva da massa, ele confunde alhos com bugalhos, pois cada classe, que compõe a massa, tem sua liderança própria.

Mas Viana desconhecia não somente o marxismo, como os avanços da sociologia moderna. O governo republicano era diminutivo e não representava um núcleo fortemente solidarizado, nem uma classe prestigiosa da sociedade. Parece que, para ele, para que uma classe realize alguma coisa importante historicamente, é preciso que seja prestigiosa. Ao contrário, as classes prestigiosas são as dominantes e perdem o prestígio com a perda do domínio.

Primeiro considerou que os elementos políticos, que iam pôr em ação o mecanismo das novas instituições, eram, em sua maioria, principalmente nos Estados, elementos inteiramente estranhos ao idealismo dos republicanos. Em segundo lugar, as condições econômicas da sociedade eram pouco propícias a qualquer surto de idealidade política. A abolição do trabalho servil explodiu com a violência de uma mina subterrânea e foi nesse meio agitado e instabilíssimo que a República surgiu e a nova Constituição foi promulgada. “No fundo, a abolição do trabalho escravo desorganizara o sistema de meios de vida da aristocracia nacional — e a República a encontrou na situação de quem procura urgentemente uma nova base econômica” (p. 88).

Sustenta Oliveira Viana que a profunda perturbação na estrutura econômica trazida pela Abolição livrou a aristocracia, deslocada da indústria da terra, a procurar o emprego público, que o novo regime multiplicou e que passou

a ser disputado como meio de vida. Sua tese era de que o idealismo republicano falhou logo no início da experiência constitucional, porque eram completamente hostis a qualquer surto idealista as circunstâncias do momento histórico que envolveram os primeiros anos do novo regime. Acha ainda que há um desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional. Repete sempre suas afirmações sobre a inexistência da opinião pública, critica o sufrágio universal com partidos sem ideologia.

Viana sustenta que os constituintes de 91 estabeleceram várias prescrições tendentes a facilitar a livre expressão da opinião democrática. Daí a eletividade e periodicidade não somente da Câmara como do Senado. Daí a eleição direta e popular do presidente da República. Daí os curtos mandatos presidenciais. Daí a autonomia dos Estados e dos Municípios. Construíram um regime baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante, mas esta opinião não existia quando se constituiu o regime e quando Viana escrevia, em 1922. Insiste nessa tecla e torna o livro monótono com a repetição das mesmas teses, não só da inexistência da opinião pública, como da falta de solidariedade das classes e do sentimento do interesse coletivo.

O insucesso do regime constituído em 1891 resulta, para Oliveira Viana, na ausência dessa opinião organizada. Desta causa provieram todos os males e corrupções de mais de quarenta anos, quando ele escrevia. Daí resultou o monopólio do poder por pequenas parcerias, congressos unânimes, câmaras unânimes, a subordinação dos corpos legislativos e representativos do executivo municipal, estadual e federal. E aí surge sua reafirmação autoritária, desmentida pela história: “Tudo isto eram fatos naturais, perfeitamente lógicos, num povo que não tinha — porque não podia ter — nem espírito democrático, nem sentimento democrático, nem, portanto, hábitos e tradição democráticos”.

Sob o regime da Constituição de 91, os inconvenientes tinham sua exemplificação no modo por que se fazia o governo da União. Cada presidente improvisava um programa administrativo. Nenhuma classe vinha a ele para dizer-lhe com dignidade: “Nós conhecemos os nossos interesses melhor do que vós; queremos para nosso bem tais e tais providências”. Nenhuma classe vinha para dizer-lhe: “Somos alguns milhares, ou alguns milhões de interesses espalhados por todo o país, todos unidos e confederados numa poderosa solidariedade. E em nome deles, pedimos isto e mais isto” (p. 104). Nenhuma classe vinha a ele para dizer-lhe: “Somos unidos, somos organizados, somos fortes. Podemos se quisermos mover em nosso favor a opinião nacional. Exigimos, pois, para o nosso bem, para a melhoria dos nossos interesses, tais e tais medidas, tais e tais reformas” (p. 106). Nada. Em vez disso, toda a Nação se limitava a esperar. Depois, como sempre, vêm as incomparáveis comparações com a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

Para Oliveira Viana não havia nem organização de classes nem organização de opinião. Intoxicados em parte pela ação do liberalismo, em parte pela ação da imprensa, os brasileiros têm vivido mergulhados na expectativa utópi-

ca de esperar no patriotismo dos governos. Toda a argumentação de Viana neste livro é bastante ingênua e sobretudo repetitiva. Concordo quando ele afirma que a classe dirigente (ele escreve: *nós, os brasileiros*) tem crido que os problemas da nossa organização política podem ser resolvidos com simples reformas constitucionais. Não concebem que haja outros meios capazes de modificar as condições da vida política senão pela modificação das suas instituições de direito público (p. 111).

As reformas constitucionais são apenas auxiliares de outras reformas maiores de caráter social e econômico, que deveremos realizar se quisermos estabelecer aqui o regime democrático, o regime de opinião, o regime do governo do povo pelo povo. Essas são das melhores páginas do livro, quando faz tais opiniões e declara que se pode dizer que “o estabelecimento deste regime político em nosso povo é antes de tudo um problema social e econômico e só secundariamente um problema político e constitucional”. Essas reformas do texto da Constituição representarão apenas um dos meios da nossa reorganização política e, ainda assim, meio subsidiário ou acessório; mas nunca meio principal e, muito menos ainda, meio único. Acentua que não podemos continuar presos ao preconceito republicano do poder das fórmulas escritas e ao poder das reorganizações políticas só possíveis por meios políticos.

Viana afirma, então, que o nosso legislador constituinte terá que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realista e objetiva e, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiosincrasias, das nossas falhas, das nossas insuficiências, da nossa condição de povo em formação, mas só não mostra como conhecer esse homem e essa realidade.

No capítulo sobre o primado do Poder Executivo, Oliveira Viana acentua que na distribuição da competência privativa dos diversos órgãos da soberania coube ao chefe na Nação, pela Constituição de 1934, um poder maior do que o que lhe era dado pelas Constituições precedentes. Escreve ele, com seu costumeiro autoritarismo, que se reagiu contra a preponderância do Parlamento, ou melhor, da Câmara dos Deputados, porque este órgão legislativo se tinha tornado um óbice à eficiência da administração pública, pelo seu espírito faccioso, pela esterilidade de sua ação legislativa, pela nenhuma preocupação de interesse coletivo ou nacional da parte dos grupos (partidos) que se agitavam em seu seio. E assim, com evidente parcialismo autoritário, Viana pretende justificar o golpe neofacista de 1937. Seu raciocínio é lógico: e fácil.

Os grupos dominantes — prossegue Viana — absolutamente insignificantes do ponto de vista do interesse público, não só embaraçavam o governo, dificultando ou impedindo sua atividade administrativa, como transformaram a Câmara num centro de agitações estéreis. Essas agitações criavam “um ambiente de intranquilidade geral, de conspirações latentes, de motins episódicos e, por fim, de vastas articulações revolucionárias a que se associaram, com seu

ouro e sua técnica brutal e sanguinária: os agentes secretos da III Internacional”. Este trecho, servindo de pasto às costumeiras acusações anticomunistas, para proveito próprio, de manutenção do poder, desmoraliza totalmente o caráter científico de todo o livro, que se torna um repasto de acusações levianas e irresponsáveis, indignas de seu nome.

Acusa depois as “máquinas” partidárias que detinham o governo de certos Estados, associadas também a essas agitações, ou causa (!) de todas elas, e que se tinham armado poderosa e perigosamente aumentando os efetivos de suas polícias. Estavam — afirma Viana na sua distorção fascista — tão bem apetrechados que eram comparáveis ao Exército Nacional.

Assim ele desvirtua a situação brasileira antes do golpe de 10 de novembro. Para salvar a soberania da Nação (!), os interesses fundamentais da ordem pública, o prestígio do governo, era preciso operar um movimento pronto, enérgico, imediato de reação e defesa. Só por um golpe de Estado era possível isso. E foi o que fez Getúlio Vargas, e Viana aprova e justifica nesse livro o 10 de Novembro de 1937, dissolvendo a Câmara dos Deputados e todas as Assembléias dos Estados.

O estabelecimento dessa ditadura gauchesca, caudilhista, positivista, imoral, atentatória às tradições políticas do Brasil, que somente um gaúcho autoritário, descendente da alma de Artigas, poderia impor ao Brasil — que é imune à fabricação de ditadores, particularidade própria do Rio Grande do Sul e países platinos, aos quais se irmana, produziu nove anos de ditadura total, feita à semelhança e imagem dos regimes hitleristas e fascistas, com toda a sua sanguinolenta crueldade e desrespeito aos direitos humanos.

Oliveira Viana revela aí toda a sua solidariedade a esse conservadorismo extremado, de direita, apesar das justificativas de que ele aumentava o poder e a competência da União, o primado do Executivo Federal e — reparem — o desvergonhamento que lhe tira o respeito cultural e moral, “a ampliação de base democrática do governo e da administração pública”.

Daí em diante o livro é a justificativa do Estado Novo, sua organização, sua ação, sem uma crítica sobre a hipertrofia do Poder Executivo, personalizado numa espécie de rei, sem os freios do regime monárquico constitucional parlamentar. Os gaúchos, especialmente os liberticidas, chefiados por Getúlio Vargas, entraram na cena política nacional para desmoralizar a história política brasileira, que desconhecia ditadores, como Borges de Medeiros, que ficou 25 anos no poder sul-rio-grandense.

Capistrano de Abreu previa isso tudo no famoso artigo sobre a Colônia do Sacramento: “Separada a província cisplatina, que ficava significando o Rio Grande do Sul? Que se lucrava em, derribadas as muralhas de Ilion, guardar o cavalo de Tróia? A resposta não se fez esperar. Em 1835 rebentou uma revolução, que durou dez anos. Desde então ou doutrinário, ou sanguinário, ou pecuário, ou caudatário ou deferatário — as formas variam, o fundo per-

manece --, grassa o artiguismo além do Cabo de Santa Marta. O Dr. Francia pôde prender o corpo; mas a alma de José Artigas (chacal conjugado a Moloch) ulula duende impropiciável, pela campanha e sobre as coxilhas"¹³.

Nenhum outro Estado do Brasil produz ditadores e os exemplos de Deodoro e Floriano, alagoanos, são inválidos, porque ditador não renuncia, como o primeiro, e nem justifica seu direito de, como vice-presidente, substituir o presidente durante apenas o tempo constitucional.

A alma de José Artigas continua ululando no Rio Grande do Sul e depois de Getúlio Vargas todos esses nefandos autoritarismos militares de 20 longos anos, as únicas exceções foram de generais educados na Escola Militar do Rio Grande do Sul, e mesmo assim os únicos que revelaram e atenderam, em parte, as aspirações democráticas e liberais do Brasil. A influência do chacal que ulula duende pelos campos do Rio Grande do Sul encontrou terreno mesmo em brasileiros de primeira geração, como Médici e Geisel.

Daí em diante, este *O Idealismo da Constituição* perde a seriedade e toma a forma de panfleto de propaganda autoritária. Tudo é faccioso. Os chefes, os caudilhos gaúchos, um civil e os outros militares, tiveram e têm plenos poderes contra as aspirações do povo brasileiro, que não tolera ditadores. Sujaram a história do Brasil, importando princípios caudilhescos próprios dos hispano-uruguaios, hispano-argentinos e hispano-guaranis.

A única exceção que se deve fazer — e que fiz no meu *O Continente do Rio Grande*¹⁴ — é que o Rio Grande do Sul é como a Alemanha. Possui a alma dividida; há prussianos autoritários e renanos ou bavianos liberais, e no Rio Grande há gaúchos liberticidas, que são os que Capistrano de Abreu denunciou, ou os rio-grandenses-do-sul libertários, cujo chefe principal foi Silveira Martins. Esta distinção é capital, pois os segundos estão na substância do caráter brasileiro e os outros na marginalidade. Não se deve jamais permitir que o fantasma continue ululando não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, que nada tem a ver com tudo isso.

Tudo o mais no livro perde o interesse, porque Oliveira Viana expõe o primado do Executivo na elaboração das leis, seu primado sobre o Parlamento, a amplitude do Poder Executivo colocado acima do Parlamento. A partir daí o livro é o catecismo do ditatorialismo, seja o de Getúlio Vargas, seja o que não viu, mas é obra doutrinária sua. Nesse livro de Oliveira Viana que ora examinamos, Golbery do Couto e Silva bem como outros autoritários doutrinários foram buscar as inspirações para o governo que impuseram ao povo brasileiro a partir de 1964.

A lógica perfeita do ultraconservador, do fascista Oliveira Viana, é que a Constituição de 1934 foi elaborada com o pensamento dominante de conter

13. Capistrano de Abreu, "Sobre a Colônia do Sacramento", in *Ensaios e Estudos*, 3ª Série, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976, p. 56 1ª ed. 1938, p. 86.

14. Rio de Janeiro, 1954; São Paulo, Brasiliense, 1986.

o Executivo, de limitar ou impedir o arbítrio do poder do presidente da República, criando uma série de limitações e dependências, fazendo com que toda a atividade do chefe do Executivo ficasse submetida à prévia autorização da Câmara. Condena os partidos de tipo estadual que substituíram os nacionais do Império e que obedeciam — dizia Viana — aos caudilhos e oligarcas estaduais. Caudilhos, dizemos nós, só encontramos no Rio Grande do Sul.

Ataca o estado de sítio, substituído pelo estado de guerra em 1935, que considera indispensável. Censura a Câmara dos Deputados, que se transformara num ponto de encontro dos politicalhos mais graduados dos Estados, onde não havia nenhuma representação dos grandes interesses do país, nenhum agrupamento político organizado que nos desse a imagem exata e clara da coletividade. O Congresso, desde o advento do regime republicano, era composto de partidos estaduais, que haviam substituído os nacionais. Houve, então, uma verdadeira pulverização por influência da Constituição de 1934, que reconheceu os partidos com expressa instituição do regime de representação proporcional e do Código Eleitoral que estabelecera exigências mínimas para a constituição desses partidos.

A luta entre os dois partidos do Império, nacionais, substituídos pelos múltiplos partidos republicanos, de tipo estadual coator na Câmara dos Deputados, surgida com a Constituição de 34, ficou reduzida a uma campanha de caráter puramente local. Sustenta, então, que a Constituição de 1934, sem nenhum sentido nacional, sem nenhum ideal coletivo, fez o presidente da República depender da Câmara. Eram, para Oliveira Viana, os interesses locais e pessoais que deveriam predominar sobre o órgão representativo (!) da autoridade da Nação. Para ele, o presidente da República era mais representativo que a Câmara, cuja atividade legislativa se exercia em linhas de puro personalismo ou de puro facciosismo. O rendimento da Câmara era o mínimo concebível; em quatro anos não fez uma única lei orgânica para dar cumprimento à Constituição nos seus mandamentos mais essenciais, como o Código Eleitoral.

Esse capítulo (pp. 145-46) é contra a atividade da Câmara Legislativa, fazendo questão de declarar que a crítica era geral e havia não poucas exceções de mandatários que agiam alta e fecundamente, inteiramente libertos de interesse pessoal e clientelas eleitorais. Viana recorda o juízo dos antigos: *senatores boni viri, senatus mala bestia*, que hoje, depois de 1964, se poderia dizer: *militares mali besti, Exercitus bona instituto*.

Oliveira Lima conclui que “a iniciativa das leis pela Câmara se havia tornado pura e simplesmente num instrumento de cabala eleitoral”, com o que se tornou, mais uma vez, precursora de 1964, quando o Executivo toma para si a atribuição da iniciativa das leis. E na baixa que caracteriza seus ataques ao Congresso, Viana afirma, em síntese, que “a prerrogativa de prorrogar suas sessões, que a Constituição assegurava à Câmara, passara a ser fonte de proventos, indevidos em detrimento dos cofres da nação” (p. 148).

Sua posição politicamente autoritária, de inspiração nazi-fascista, aparece quando discute o golpe de Estado de 10 de novembro “que institui o Estado Autoritário de 1937”. Mas logo se dispõe a explicar que a expressão “Estado Autoritário” não lhe parecia feliz, porque o conceito de Estado implica a idéia da autoridade. E aí sai com esta explicação que é um modelo direitista, ultra-conservador: “O que se instituiu foi a democracia autoritária, isto é, a democracia fundada na autoridade e não mais na liberdade, como princípio essencial”. E acrescenta esta informação, que revela sua origem nazista: “Esta expressão ‘democracia autoritária’ foi empregada pela primeira vez por Goebbels” (p. 109).

Ataca o Congresso, que não mais representava a Nação, não havendo nele representantes dos interesses nacionais, e que de nacional “só tinha o nome”. O mesmo desapareço que o Getúlio Vargas da primeira fase e os generais-presidentes revelavam na época em que Viana escreveu e depois. Sempre o mesmo precursor do nazi-facismo no Brasil.

Volta a repetir que os Estados é que detinham o poder, quando os presidentes da República é que encarnavam a Nação; acentua e combate o enfraquecimento do Poder Executivo e defende o golpe de 1937. Um golpe brusco, imprevisto (!), desfechado, dissolvendo o Congresso “se significação nacional, foco de agitações estereis, desmantelando e reduzindo a destroços, quase instantaneamente, todos os focos estaduais prontos para deflagrar uma iminente guerra civil”. Sua interpretação revela o defensor do golpe, o antiparlamentar, o antiintelectual e o estilo paranóico da política (p. 152).

Depois vem a louvação do novo governo, usando a mesma argumentação que já utilizara. Como sempre, para Oliveira Viana, o problema da organização da política nacional era fundamentalmente um problema de autoridade e não de liberdade. Afirma mesmo que sua atitude “foi a de um dissidente isolado, dando a impressão de um espírito nutrido de idéias antidemocráticas, antiliberais, antiparlamentares e antifederativas, que por isso mesmo ninguém quis apoiar. Na verdade, acrescenta, o que me preocupava então — como agora e sempre — era a Nação, una e íntegra na unidade da sua consciência, incontestável no prestígio e na autoridade do seu governo nacional. “Os acontecimentos mostraram que a razão estava com o meu suposto *reacionarismo* e não com o liberalismo dos meus ilustres companheiros” (p. 157). Pensa que ele e os outros diferiam apenas em que, para estes, o objetivo da reforma era a organização da liberdade e, para Viana, esse objetivo deveria ser a organização da autoridade, principalmente da autoridade central. Eles viam a Nação, mas do ponto de vista do indivíduo; Viana a via do ponto de vista da nacionalidade. Como se vê, esta é uma declaração enfática, manifesta, clara, incisiva do seu ultra-reacionarismo e de sua ideologia, contruída à imagem do nazi-facismo, de que é um precursor.

Oliveira Viana achava ser fácil demonstrar — eu acho difícil — que o novo tipo de governo estabelecido na Constituição de 1937, apesar do primado

que nela se dá ao Executivo, não pertence ao tipo de governos ditatoriais, nem antidemocráticos. E tem a desfaçatez de citar o artigo 1º da Constituição, que declara que todo o poder emana do povo; é exercido em nome dele o que sabemos que não acontece. O poder emana e é exercido em nome do ditador, como foi com Vargas e com os generais-presidentes. E, para corroborar sua opinião, cita o incitável Karl Loewenstein, que sustentava ser patente a evolução dos regimes democráticos no sentido da passagem da democracia de tipo liberal para uma democracia de constitucionalismo disciplinado ou autoritário, na qual o equilíbrio dos poderes se inclina para o Executivo em detrimento do Legislativo (pp. 159-60).

Ele aceita e defende que o presidente da República seja eleito não pelo sufrágio direto e universal, mas por um corpo especial — um colégio eleitoral. E para a composição deste concorrem com a maioria dos delegados as Câmaras Municipais, as mesmas que colaboram na eleição dos representantes à Câmara dos Deputados — o que, segundo ele, demonstra a participação do povo na investidura presidencial.

Essa Constituição e esses estranhos colégios eleitorais do presidente nunca foram postos em exercício de 1937 a 1945, mas serviram de base para seus filhos espirituais imitarem o Colégio Eleitoral, com todos os detalhes, pelas constituições dos generais-presidentes (1967 e 1969), retirando, assim, do povo o direito da eleição direta, pelo sufrágio universal, um direito democrático que a República tinha dado ao povo brasileiro.

É nessas inovações que se revela o caráter antidemocrático de Oliveira Viana. Para ele, o caráter democrático do regime não se revela na origem eletiva dos poderes políticos, Câmara dos Deputados, presidente da República, não no expediente do apelo direto à opinião pública, mas em outras ocasiões como na dissolução parlamentar, nos casos de fusão, desmembramento ou formação de Estados e outros, nos quais o povo se manifesta em plebiscito, que não lhe merece confiança. Viana preferia a constituição de um corpo eleitoral com censo alto, isto é, o povo não votaria, mas a minoria rica. Não crê em eleitores no seu individualismo ou nos partidos, com sua carência de fins coletivos ou de interesse geral.

Na defesa do novo regime, Viana escreve uma defesa sem restrições, tornando *O Idealismo da Constituição* uma apologia, chegando ao descaramento de afirmar que no novo regime o indivíduo tinha direitos imprescritíveis e inalienáveis, enquanto os regimes totalitários negam qualquer direito ao indivíduo, como se o Estado Novo não fosse um regime ditatorial que negasse qualquer direito ao indivíduo.

Partidário do governo forte, louva-o sem contenção e tem a coragem de afirmar que se sente “claramente que o espírito da nova organização é de pouca confiança na opinião das assembleias políticas, de pura formação partidária e de maior confiança na opinião das corporações profissionais, de base e inspiração econômicas e culturais. Estabelece-se um governo forte, mas o ponto de apoio desse governo é colocado fora do Parlamento”.

Seu cinismo leva-o afirmar: “donde se vê que o Estado autoritário saído da Carta de novembro de 37, não pertence nem ao tipo antidemocrático, nem ao tipo ditatorial. Nele, ao contrário, pela sua organização, o princípio democrático adquire uma significação mais expressiva. Em vez da vontade popular ser procurada nas fontes espúrias dos partidos políticos e das assembleias de partidos, cujos interesses não têm nenhuma significação social, nem nenhum conteúdo coletivo, é procurada, de preferência, nas fontes puras e límpidas das classes e profissões organizadas, cujos interesses coincidem com os próprios interesses da Nação” (p. 169).

Esse modelo de 1937 — que serviu de modelo aos vinte anos de 1964-1984, abafou a liberdade e as garantias democráticas, não melhorou a situação economica-social do povo — para Viana, não obscureceu a Nação. Por esses princípios que caracterizavam o 10 de Novembro de 1937, “eu me vinha batendo na minha obra de homem público, tais como” — o que o equipara a qualquer nazi-fascista — “1) contra a excessiva descentralização federativa da Constituição de 91 e pela conseqüente instituição de um governo central poderoso; 2) pela redução do papel do Parlamento em favor da colaboração mais estreita das classes produtivas (e não operárias) nos conselhos do governo e da generalização dos conselhos técnicos; 3) pela organização corporativa da economia nacional; 4) pela derrogação do princípio da separação dos poderes e pela conseqüente ampliação dos poderes legislativos do Executivo; 5) pela descentralização autárquica como corretivo da descentralização territorial e federativa; 6) pela eleição de um presidente da República por um corpo eleitoral especial — e não pelo sufrágio universal; 7) pela sindicalização profissional como forma de organização das categorias produtoras — e não como agente de luta de classes; 8) pela reação contra os partidos políticos e, conseqüentemente, pela instituição e organização de novas fontes de opinião”.

“Todos estes itens, consagrados na nova Constituição, representam velhos ideais meus, que venho defendendo desde *Populações Meridionais do Brasil* até *Problemas de Direito Corporativo*. Ideais que buscam sua origem fora de nós, nem são nascidos por ventura da biblio-sugestão, mas que resultam de uma observação longa e direta do nosso meio político e das suas peculiaridades, das falhas da nossa cultura cívica e dos seus reflexos sobre o mecanismo dos poderes públicos. No fundo, idealismo orgânico contra o idealismo utópico” (p. 173).

Essa é a declaração mais peremptória e firme de suas convicções, não realistas, baseadas no chão e na gente de nossa terra, segundo ele, mas na biblio-sugestão dos livros pré-nazi-fascistas que sempre leu, admirou e divulgou no Brasil. Oliveira Viana, não é mal que se repita, foi o maior e o mais representativo pensador reacionário do Brasil, embora Francisco Campos e, na época, San Tiago Dantas, que depois tomou novos rumos, tivessem ocupado cargos políticos influentes. Nenhum dos dois deixou obra múltipla e orgânica sobre sua ultra-reação conservadora, muito inspirada no nazi-fascismo. Oliveira foi

um dos maiores antidemocráticos dos países e o capítulo XIV (pp. 175-78) dessa sua obra é contra as constituições democráticas no Brasil.

Afora o combate aos “preconceitos” federativo e a dualidade da magistratura, defende a extinção das Câmaras Municipais e sua substituição pelas câmaras profissionais, procurando, assim, outras fontes mais expressivas da opinião popular, que não a dos partidos políticos. Afirma que a nova Constituição contém “um sistema revolucionário, certamente mais revolucionário que temos tido em toda nossa história” A verdade é que 1937 e 1964 foram movimentos contra!revolucionários e não revolucionários¹⁵.

Conclui afirmando que “a Carta de 37 é um sistema ainda em evolução, é apenas a primeira etapa de uma longa caminhada para um alvo, que ainda está muito longe de nós”. Repete, como síntese, que os dois grandes objetivos capitais são: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal. Ele quer a constituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidade bastante para realizar, na sua plenitude, aqueles dois objetivos. Assim revela seu autoritarismo completo, total.

Na segunda parte do livro, quando estuda a organização das fontes da opinião democrática, Viana volta a defender o papel dos governos fortes no regime presidencial e acha que qualquer espírito, liberto da sugestão das frases feitas e com o hábito e a capacidade de raciocínio sobre realidades, todas as vezes que meditar sobre a natureza e a vida dos nossos partidos, há de chegar a esta conclusão: de que eles não passam de simples clãs, ou de menos organizados e mais ou menos vastos, que disputam pela conquista do poder, para o fim exclusivo de explorar em proveito dos seus membros, burocraticamente, o País (pp. 182-85). A bibliografia desse capítulo é sobretudo secundária e em francês. Cita com os pés no chão, uns dois autores brasileiros, um dos quais é ele próprio.

Ele é sobretudo contra os partidos políticos, que não são organizações de interesse público e, sim, organizações de interesse privado. Nem sequer de utilidade pública, segundo Joaquim Nabuco, porque há menos utilidade pública em qualquer dos nossos chamados “partidos políticos” do que em qualquer fundação ou instituição destinada a fomentar a cultura intelectual e artística ou em qualquer associação que trabalhe pelo amparo da infância desvalida, ou em qualquer associação profissional organizada para a defesa dos interesses coletivos desta ou daquela classe.

A primeira e única vez em que dá importância à história do povo é por ocasião da Independência, da Abdicação e da Abolição: “Nestes grandes movimentos de nossa história, os partidos, porém, como que se fundiram, desa-

15. Vide especialmente José Honório Rodrigues, “A Revolução Americana e a Revolução Brasileira da Independência (1776- 1822)”, *Revista de História de América*, n.º 83, jan. jul. de 1977.

parecendo. Era o povo, na sua unanimidade, quem agia e lutava” (p.189). Fora destes momentos febris e episódicos de nossa história, os partidos políticos, considerados na sua vida comum e cotidiana, nunca se moveram, nem se movem, por objetivos de interesse coletivo (p. 189).

Tira uma conclusão, que é um sofisma, segundo a qual, se é verdadeiro o princípio de que só devem ter participação na constituição e no funcionamento dos poderes públicos aquelas instituições ou grupos sociais que representam interesses coletivos ou gerais, aos nossos partidos políticos não pode caber esta função representativa ou de colaboração. Eles são meras organizações privadas, simples cooperativas para fins particulares, que só por um erro do nosso sistema político tornaram-se órgãos exclusivos de formação dos poderes públicos.

Seu caráter nazi-fascista se evidencia quando ele compreende que seja conferida essa tarefa a um partido nacional, como o Fascista ou o Nazista: “Porque na verdade, um partido, como o Fascista ou o Nazista é uma associação de fins públicos, tem finalidades coletivas e nacionais, exerce funções que são também do Estado ou que, pelo menos, interessam ao Estado” (pp. 191-92).

Mas — vejam bem — não se compreende que se atribua tal função aos nossos partidos. Esses grupos, ditos políticos, não diferem, pelo caráter privado e personalista de seus objetivos, de uma firma comercial. Ele nem sequer aceita a alegação de que eles sejam socialmente úteis, porque são focos de ideologia política, em que as democracias encontram suas condições de vida. “Essa alegação”, escreve, “é falsa, os nossos partidos políticos não prestam sequer este serviço à nossa incipiente democracia. Na verdade, eles não são órgãos de ideologia alguma, pode-se mesmo dizer que nunca o foram, salvo no Império”. E daí sai outro sofisma, pois este livro é apenas um conjunto absurdo de sofismas: “Nada mais absurdo, pois, do que se dar preferência de representação no governo a estes grupos improdutivos e, mesmo nocivos, e deixar-se de lado os grupos que significam interesses reais, que fazem com que sua atividade a grandeza e riqueza do País” (p. 193). Assim ele reafirma sua: 1) negação total dos partidos; 2) idéia da nocividade dos partidos.

O capítulo seguinte — formando um conjunto de teses defensoras do regime utilitário, posto em prática em 1937, e sem que ele visse refinado em 1964-1984 — defende a extinção dos partidos, tudo, enfim, que o regime dos generais-presidentes vieram a acrescentar: “Este processo é o mais seguro para completar a obra renovadora e patriótica iniciada pelo Estado Novo, de desintegração e dissolução definitiva dos Partidos políticos do velho tipo personalista ou mutualista”.

Oliveira Viana se tornou o teórico do Estado Novo e, como o regime do generalismo presidencial de 1964-1984 seguiu os passos do primeiro, ele é o grande inspirador de Golbery do Couto e Silva. Num capítulo sobre o partido único ou presidente único — capítulo de inspiração e feitura nazi-fascistas — ele declara que no Brasil não há clima para partido único e afirma que “não há,

em nosso povo, na sua psicologia coletiva, condições para a constituição de uma mística viva e orgânica, uma mística que se apodere da alma nacional e a mova num sentido nitidamente determinado, para um objetivo preciso — como o nacionalismo imperialista dos italianos de Mussolini, ou o nacionalismo racista dos alemães de Hitler. (...) Faltam-nos condições históricas, sociais e políticas que geraram, na velha Europa, estas místicas poderosas” (p. 203).

Na verdade, ao tentar mostrar as diferenças que impediram que o Estado Novo fosse inteiramente nazi-fascista, o que Viana revela é seu desejo de que o Brasil pudesse ter sido nazi-fascista. Afirma, então, que nada do que ocorreu na Itália e na Alemanha ocorreu entre nós; externamente nenhum perigo nos ameaçava, país que somos quase todo cercado de fronteiras mortas, com uma única zona viva de atritos possíveis; internamente, a nossa imensidão territorial, a extrema dispersão da população; a vida simples e fácil, como a de todo povo tropical, a *ausência de conflitos* de classes; tudo fatores que impropriam o nosso ambiente social e político interno para o advento de uma mistura suscetível de se popularizar.

Ao debater o partido único, que segundo Karl Loewenstein se expandia cada vez mais no Velho Mundo, Oliveira Viana lastima que o Brasil não tivesse condições para o partido único, que aqui se tornaria uma oligarquia única (p. 204). Sustenta que o ideal do Estado Novo não é o partido único e sim o presidente único: “Do que precisamos é do Presidente Único. Isto é, do Presidente que não divida com ninguém a sua autoridade; do Presidente, em que ninguém mande; do *Presidente Soberano*, exercendo, em suma, o seu poder em nome da Nação, só a ela subordinado e só dela dependente” (p. 207).

Na defesa intransigente da ditadura, Oliveira Viana afirma que “o ideal de um chefe de Estado, armado dos poderes e prerrogativas excepcionais, de que está armado pela Constituição de 37, não é o de um chefe de partido, num país em que os partidos — únicos ou plúrimos, pouco importa — são o que já vimos ser. O ideal de um chefe de Estado é, em tal regime, o de uma autoridade que se coloque justamente acima dos partidos e grupos de qualquer natureza, de modo a poder dirigir a Nação do alto, num regime totalitário, agindo como uma força de agregação e unificação — e não como uma força de desagregação e de luta. Se há uma tendência íntima da evolução política do País, que se vem manifestando desde os primeiros dias da sua independência; se há uma constante de nossa psicologia política — que surpreendemos no mais íntimo do subconsciente daquela parte do povo que não faz política e constitui a grande maioria da Nação — é a aspiração da *despartidarização*, ou melhor, pela apartidarização dos Executivos, isto é, pela sua imparcialidade em face dos partidos políticos” (p. 209). Esta é a maior defesa do presidente ditatorial escrita por um publicista brasileiro, exceto os positivistas, que defendiam a ditadura como um princípio político, mas não este ou aquele ditador. É uma defesa mambembe que revela, sobretudo, como temos escrito várias vezes, a pouquidade do conhecimento da história do Brasil que possuía Oliveira Viana.

Quando, num parágrafo, ele sonda nossa história política desde 1822, vê-se como é pífio seu conhecimento histórico do Brasil. Nosso povo ele o reduz à burguesia das cidades e à aristocracia rural. Ao final, para revelar o caráter orgânico e sistemático de suas idéias, ele eleva e engrandece Feijó, pertencente ao Partido Liberal, porém um dos mais convictos autoritários que o Brasil teve no começo de sua história nacional.

Ele quer afastar a intervenção dos partidos e quer que o Executivo se entenda com os grupos que compõem a sociedade coletiva (associações, sindicatos, igrejas, congregações, comitês, ligas, etc.) porque é neles que estão as fontes legítimas da opinião democrática. E mostrando-se o mau profeta que sempre foi, afirma (p. 213) que é neste sentido que estão evoluindo as democracias contemporâneas, não apenas as de tipo social (!) (Itália, Alemanha, Portugal), mas mesmo as do velho tipo liberal (França, Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra). Era um profeta muito medíocre.

“Em suma”, escreve ele, “só a democracia corporativa, que renascia na representação e na opinião dos grupos profissionais e culturais e faz deles as fontes da opinião democrática, é que pode dar oportunidade aos cidadãos para uma expressão integral.” E Oliveira Viana acrescentava, para demonstrar ainda mais sua facciosidade, que “numa verdadeira democracia, devem ater colaboração preponderante as classes econômicas, as classes que produzem e que, afinal, são as classes que pagam: sem isto não há democracia possível — dizia eu nos *Problemas de Política Objetiva*” - um livro que, segundo Oliveira Viana, corria o mundo (p. 217). Nem uma referência aos trabalhadores, o que mostra sua posição conservadora, só e só empresarial, de negócios, os construtores, os banqueiros, para ele, os representantes da vida nacional.

Acrescenta que “o melhor caminho para realizarmos a democracia não é lutarmos, até com armas na mão, para eleger deputados ao Parlamento, mas desenvolver os Conselhos Técnicos e as organizações de classes, aumentar a sua importância, intensificar as suas funções consultivas e pré-legislativas, generalizar e sistematizar a praxe da sua consulta da parte dos poderes públicos. É este o verdadeiro caminho da democracia no Brasil” (p. 218).

Viana quer a criação da “democracia corporativa”, democracia fundada sobre grupos ou sobre *corpos*: daí a denominação de *corporativa*. Esta tem a vantagem de distinguir tal forma democrática da chamada “democracia social”, que se orienta no sentido do socialismo e da luta de classes. Como se vê, ele não quer nenhuma confusão de sua democracia fascitóide com o socialismo ou a mais moderada democracia social. Não admite. Nada de confusão. Ele é um convicto fascista “democrático”. A seguir, pretende encontrar a exatidão do novo conceito de democracia, sua fecundidade renovadora, bem como as limitações para a sua plena objetivação.

No capítulo sobre “O Segredo da Opinião Inglesa”, tenta provar que nós não temos opinião pública como os ingleses têm, nem grupos de pressão que

os inspiram. Dá grande importância à opinião pública e aos grupos de pressão e sustenta que a força motriz dos ingleses reside na opinião organizada.

São dois capítulos estranhos a esse seu livro “O Segredo da Opinião Inglesa” e “A Opinião Pública e o Governo”, para sustentar que o principal numa democracia é a existência de uma opinião “organizada”. O mesmo se poderia dizer de “O Poder da Opinião e as Fontes da Opinião”. Para Viana, não existe opinião pública no Brasil, o que invalida nossa democracia.

Seguem-se depois estudos sobre “O Papel Político das Classes Econômicas”, “Organização Democrática das Classes Econômicas”, capítulos dedicados aos empresários, banqueiros, comerciantes, mas sem uma linha sobre o proletariado, como se fosse possível tratar da economia na base apenas do patrão e não também dos operários.

Suas opiniões e conclusões são muito ingênuas, especialmente considerando que ele entende ser fundamental “pugnar por todos os meios capazes de convicção e arrastamento junto à Lavoura, ao Comércio e à Indústria para que estas classes produtoras realizem o mais rapidamente possível a sua organização profissional, de modo a poderem exercer a influência a que têm direito pela sua importância nos negócios públicos”. Defende a solidariedade entre essas partes das classes dominantes da economia e afirma — santa ingenuidade! — que “se não for possível realizar esta solidariedade, é preciso que renunciemos à esperança de assistir o advento da democracia no Brasil. Porque a pedra de toque da possibilidade do governo do povo pelo povo em nosso país está nisso, na capacidade das nossas classes produtoras de organizarem-se profissionalmente” (pp. 247-48). Sem isso, devemos nos contentar “com o governo do povo por oligarquias bronzas, que todos os espíritos capazes de idealidade deverão pugnar para que se transformem em oligarquias esclarecidas”.

Na formação dos órgãos do Estado, Viana se manifesta contra a eleição direta e defende seja o presidente da República eleito pelo corpo eleitoral. Ele é um pensador absolutamente atual, que serviu a Getúlio Vargas e ao golpe dos generais-presidentes de 1964: “Sou contrário à eleição do presidente da República pelo sufrágio direto, como até agora se tem processado, como sou contrário a uma eleição pela Assembléia Nacional”.

O sufrágio direto presume, nas massas eleitorais, um espírito político e uma cultura cívica que absolutamente não existem nas massas eleitorais do nosso país. Por esse sistema, o presidente da República era eleito pela votação inconsciente e maciça das maiorias eleitorais dos campos, anulando inteiramente o voto dado pelos núcleos eleitorais das grandes cidades e capitais mais conscientes e esclarecidas. Viana compreende que elas elejam representantes à Assembléia Nacional e, porque têm grandes interesses, é necessário que estes se manifestem: “Mas que elas elejam o supremo representante do governo nacional é o que me recuso a admitir: o *quorum* é uma função de elite e das elites; cabe, portanto, às elites elegerem os agentes supremos do governo”.

“Sou, por outro lado, contrário à eleição pela Assembléa Nacional. Não tenho a superstição aos Paramentos — e ninguém os considera com mais cetisismo. Um presidente eleito pela Assembléa Nacional tem, para mim, vários inconvenientes” (p. 252). Passa então a enumerá-los: primeiro, porque seria faccioso, preso ao espírito de partido; segundo, porque jamais poderia dominar a Assembléa, sendo um joguete dela.

O que propõe Oliveira Viana é a constituição de um corpo eleitoral de base incomparavelmente menos ampla do que a do corpo eleitoral oriundo do sufrágio universal, mas muito mais larga do que a que lhe daria o corpo eleitoral constituído apenas pela Assembléa Nacional. O eleitorado que propõe é um eleitorado recrutado pelo critério da cultura geral e pela presunção do conhecimento dos negócios públicos nacionais e dos homens públicos de valor nacional. Os eleitores que não preponderam serão ou elementos garantidos pela inadmissibilidade, como os magistrados, juizes dos Tribunais de Contas e professores de Universidades e Escolas Superiores, ou então serão elementos independentes de qualquer coloração partidária, como os membros dos Conselhos Técnicos e das associações culturais.

Faz vários cálculos (pp. 254-55) e afirma: “Cabendo, pois, aos políticos apenas a terça parte do eleitorado, seriam elementos culturais e técnicos que elegeriam o Presidente. Ele teria, assim, a sua autoridade política reduplicada em face da Assembléa Nacional e seria realmente a expressão da vontade e do pensamento das *elites dirigentes* do País, que são as *únicas* que têm a consciência dos grandes interesses da nacionalidade e guardam o sentimento profundo dos seus destinos históricos. Por este processo, libertaríamos a escolha do supremo magistrado da República da intervenção das massas eleitorais do interior, cujo campo de informação é o do seu Estado, e entregaríamos esta escolha principalmente às *elites cultivadas* das capitais e das cidades, cujo campo de informação domina soberanamente todo o horizonte nacional” (p. 256).

Repare-se na atualidade reacionária desse publicista. Propôs o que Getúlio Vargas não quis fazer — havia sido eleito pelo Congresso em 1934 e em 1937 era ditador absoluto; esse processo entrou nas constituições autoritárias de 1967 e 1969 e hoje (julho de 1984) causa um grande debate público e doutrinário, com os democratas querendo acabar com o Colégio Eleitoral e os reacionários querendo mantê-lo.

Trata depois da representação política das classes, em voto proferido na Comissão do Itamarati em 1932. Achava não ser possível construir um edifício político que se vá assentar sobre um pressuposto, que não tem, no momento, nenhum fundamento sólido na realidade nacional. Ele dizia não ser contrário à fórmula da representação das classes ou dos interesses: mas achava que ela só tem sentido, só é possível, só é real, só é fecunda quando é consequência prévia das classes no plano da vida profissional e privada.

Nos Conselhos Técnicos, o que se procura é uma representação de competência e não de interesses. Ele achava, numa visão temporária, que era visí-

vel a tendência no sentido corporativo e autoritário da nossa estrutura administrativa. Quando trata da renovação das elites dirigentes, sustenta que há uma imobilização fundamental. Seu capítulo sobre o ostracismo no Império e o valor moral das elites é, na verdade, o louvor de Joaquim Nabuco, a quem julga o nosso maior pensador político: “Prevejo a objeção de que talvez maiores do que ele foram Rui ou Tavares Bastos. Mas nem Rui nem Tavares Bastos são comparáveis a Nabuco, sobre este aspecto: um e outro foram grandes e geniais doutrinadores políticos, mas não pensadores políticos propriamente ditos. Em Rui, como em Tavares, há sempre o ponto de vista literal do advogado; só em Nabuco eu encontro a impersonalidade do pensador, isto é, o espírito que, por um esforço de abstração, consegue isolar-se do seu meio e ver os homens e os acontecimentos de fora” (pp. 275-76).

Nabuco era visceralmente um homem de elite, um homem de raça. E o louvor se estende a comentários sobre seus discursos e ditos. Os nossos estadistas ou resolviam um problema individual pelo casamento rico, ou pela acumulação de cargos públicos. Completa Oliveira Viana afirmando que outros possuíam grandes domínios fazendeiros e, com exceção, cita Capistrano, que pouco cita porque era liberal de esquerda e sua antipatia devia ser grande quando este escreveu que “nenhum político usava enrijar a espinha enquanto não se aposentasse na Sibéria do Conde dos Arcos [o Senado]”.

Aí solta outro pensamento descabido: “Não seria absurdo dizer, fundado no testemunho de Nabuco, que a elite política do Império revelava todos os característicos morais que estamos encontrando contemporaneamente nas elites dos chamados Estados Autoritários”.

Com a República entramos na fase ainda não encerrada (1927) de preocupações materiais muito intensas e a perda daqueles valores morais que honravam os homens do Império, a conduta dos que ingressavam na classe dirigente. Com a vinda da ditadura de Vargas (1937-1945) e com a dos generais-presidentes (1964-1984), a grande corrupção sempre existente na América Latina voltou com toda força. Declara não ser contra a organização descentralizada que o regime federativo implica, mas não podia aceitá-la com a latitude que ela se apresentava na Constituição de 91, porque não desconhecia os inconvenientes que este regime trazia para a administração e o governo do país.

Ele resume seu pensamento afirmando considerar assim o Estado Federativo “um caso especial de descentralização. Nego, portanto, em teoria, quaisquer direitos privativos dos Estados em face da União e lhes reconheço apenas os que a União lhes concede para fim de melhor gestão dos interesses locais. Transformo, pois, o antigo conceito de — federação de Estados — no conceito mais racional de uma organização descentralizada do País. Daí a conclusão de que nenhum Estado é autorizado a invocar os direitos da sua autonomia ou a defesa de um interesse local para obstar que um interesse de caráter local ou nacional se possa realizar dentro do seu território. Nenhum Estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, tem direitos contra a coletividade nacional.

Não há direitos contra a Nação — e é a concordância com o interesse desta que dá legitimidade ao interesse ao Estado, da classe ou do cidadão” (pp. 286-87).

Esse lhe parecia ser o postulado fundamental que deveria inspirar a elaboração de nova Carta Constitucional. Para Viana, os fundamentos da nova estrutura federal deveriam assentar sobre o princípio oposto; o da reserva, a favor da União, de todo o poder ou direito não conferido expressamente aos Estados, que, ele afirma, a Constituição de 37 manteve, apesar de seu espírito unificador (p. 287). Para ele, haveria uma transformação incessante dos interesses locais em interesses nacionais. Ele desejava a ampliação da esfera das atribuições dos poderes locais, cujo âmbito de competência se vai, destarte, restringindo progressivamente e, mais, que caberia à União todo e qualquer direito ou poder que não fosse expressamente ou implicitamente conferido aos Estados (p. 259).

Defende a unidade da magistratura contra a dualidade da Justiça, em voto proferido na Comissão do Itamarati de 1932.

Sua oração, numa festa de estudantes, sobre o idealismo de Ingenieros, não está à altura deste seu livro, nem com ele se conforma. O capítulo sobre o “Valor Pragmático do Passado” é o discurso pronunciado ao ser empossado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁶. Nessa ocasião o Instituto era “o nosso maior centro cultural” — dizia Oliveira Viana, e defendia suas teses. Primeiro, a complexidade causal dos fenômenos, o que o levava a citar Henri Berr, ao afirmar que a complexidade das causas exigia o enciclopedismo de Aristóteles. Diz que o mais simples fenômeno histórico exige, para a sua exata compreensão, os subsídios de todas as ciências naturais, de todas as ciências antropológicas, de todas as ciências sociais. Acentua que as ciências sociais são as mais essenciais à compreensão das realidades do passado, mas as chama de ciências auxiliares da História. Trata-se de um equívoco tão grande quanto o de afirmar a necessidade das ciências naturais para a interpretação histórica. As ciências auxiliares da História não são as ciências sociais, que são autônomas, e sim a Paleografia, a Diplomática, a Epigrafia, a Cronologia, a Heráldica, etc¹⁷: Em segundo lugar falou sobre as diferenças entre as ciências naturais e as históricas. Muitos estudos superiores se fizeram acentuando este aspecto, que Oliveira Viana não devia desconhecer¹⁸.

16. Proposto sócio do Instituto Histórico aos 29 de agosto de 1921, *RIHGB*, t. 90, vol. 144, 1921. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924, p. 794, foi eleito em 18 de junho de 1924. Em 21 de outubro de 1944 foi elevado a sócio benemérito.

17. Vide José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 5ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978, capítulo 9, “Disciplinas Auxiliares da História”.

18. Vide R.G. Collingwood, *The Idea of Nature*, Oxford, 1945, e do mesmo autor, *The Idea of History*, Oxford, 1946; também José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, ed. cit., capítulo 3, “Filosofia e História”, especialmente o tópico “Ciências Naturais e Culturais”.

Suas considerações sobre o valor da conjuntura e as modalidades da conjuntura arbitrária e disciplinada são verdadeiramente uma prova de sua falta de metodologia e, mais, de seu não-conhecimento da teoria e da filosofia da História. Oliveira Viana revela neste discurso o seu despreparo teórico, já demonstrado nos livros práticos como *Populações Meridionais do Brasil* e outros, em que seguiu autores secundários como Le Play. Para ele, o progresso da crítica histórica estava na redireção progressiva do coeficiente subjetivo da conjuntura.

É mais adiante que ele revela que sua concepção da História é pragmática. É este valor pragmático que ele acentua, o que o alinha entre os historiadores que julgam que as lições da História podem corrigir os erros do presente e sua visão do futuro. Sua defesa da necessidade de retornar ao passado tem um sentido de nostalgia, de antiquarismo, de negação do presente.

A História, como já escrevi, não está empenhada na distração ou orientação das elites, pois ela não é um entretenimento. Ela revela a dignidade e o valor da existência humana; ela aprofunda a experiência humana e torna mais conscientes os homens, mostrando-lhes os processos sociais e econômicos. Este o sentido da História que Oliveira Viana não viu nesse seu discurso pífio¹⁹.

19. Vide José Honório Rodrigues, *Filosofia e História*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981.

CAPÍTULO 13

“D. PEDRO E SEUS MINISTROS”

Trata-se de um ensaio publicado no *Correio da Manhã* (01.12.1925) e republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*¹.

O artigo analisa as relações de D. Pedro II com seus ministros, louva o feito longânime e moderado, a conversa clara dos seus deveres funcionais de rei e critica sobretudo Tito Franco de Almeida — que, em seu livro sobre *O Conselheiro Francisco José de Furtado*², atacou o “imperialismo”, ou seja, o abuso do Poder Moderador exercido por D. Pedro II. Este, em suas *Notações*³, se defende muito bem, mostrando uma consciência muito clara dos seus deveres de rei e de agente moderador. Oliveira Viana defende D. Pedro um homem ameno e polido, de maneiras discretas e brandas, sem a veemência, os impulsos, os desabamentos do pai e sempre mostrou firmeza, independência, resolução: “Não era um Rei molengão e menos ainda um Rei preguiçoso (...)”⁴.

1. *RIHGB*, t. 98, vol. 152, 1925, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, pp. 874-80.

2. 1ª ed., Rio de Janeiro, 1867.

3. Notas de D. Pedro ao livro de Tito Franco in *RIHGB*, tomo 77, vol. 192, pp. 245-289. Vide p. 170, nota 3, o título completo.

4. Sem citação no texto original. Trata-se, parece, de um capítulo incompleto, talvez abandonado pelo A. e depois esquecido (L.B.R.).

CAPÍTULO 14

RAÇA E ASSIMILAÇÃO

Este é o mais fraco de todos os livros de Oliveira Viana — descontando a parte trabalhista. É uma falsa ciência, completamente superada mesmo na época em que o escreveu. Declara que “neste pequeno volume faço uma síntese de alguns capítulos de duas obras mais vastas: uma *O Aryano no Brasil* (biologia e mesologia da raça) — já quase concluída; outra, a *Antropologia Social* (psicologia e sociologia da raça) em preparação” (p. 5). Como se vê, os próprios títulos revelam sua pretensão descabida, porque revelam seu despreparo, seus preconceitos. “Neste volumezinho procuro ressaltar alguns aspectos, que me pareceram interessantes, do problema da raça ou das raças no Brasil. Não concluo nada, porque nada há feito, em nosso país, sobre os temas aqui agitados” (p. 5). Negava assim os estudos antropológicos de Manuel Querino, Nina Rodrigues, Capistrano de Abreu e muitos outros que se cingiram às observações concretas, sem contar os viajantes e naturalistas estrangeiros, que trouxeram informações valiosas para o conhecimento do Brasil.

Oliveira Viana fala em raças históricas, nacionais e zoológicas, em biotologia (!) e psicologia étnica nos tipos antropológicos e em problemas de biosociologia (capítulo 1).

Não era possível sustentar neste lado do Atlântico, onde as desigualdades étnicas se revestem de um relevo tão nítido, que os problemas de diferença de raças sejam problemas sem interesse.

Não sei se é verdadeiro que preocupações de diferenciação rural estivessem crescentemente empolgando os nossos meios de cultura médica e atraindo as atenções dos nossos clínicos até os fins do Segundo Império, o que Oliveira Viana sustenta mas não prova, nem que eles houvessem cessado bruscamente por motivos que não foram claramente expressos, o que também não comprova. Daí, sem prova, conclui que essa brusca parada foi devida à influência exercida sobre os nossos homens de ciência pelas teorias tendenciosas construídas para contrabater a teoria da superioridade racial dos povos germânicos, desenvolvidas principalmente pelos pensadores e antropólogos alemães.

O exame da teoria da superioridade racial dos germânicos, na véspera do domínio racista-hitlerista, era uma clara evidência da crença de Oliveira Viana nessa superioridade que domina toda a sua obra reacionária.

É exato que não reconhece existir raça inglesa, francesa e mesmo alemã, e chega a afirmar que os próprios alemães já verificaram que sua nação não

era composta de uma raça única: “o grande dólico-louro, filho das brumas bálticas, mas de várias raças, isto é, de vários tipos antropológicos: o nórdico, o celta, o eslavônico e outros menos importantes” (pp. 21-29).

Como se vê, Oliveira Viana se embrulha, caminhando num ambiente que desconhece. O ensaio é confuso, mostra que envereda por caminhos desconhecidos e piora ainda quando trata da biotipologia e da psicologia étnica, sempre apoiado em autores secundários, que hoje estão totalmente superados, e ninguém os citaria mais.

O que escreve sobre o negro e o índio, é composto de lugares-comuns, insuficiências e incompetência. É um livro que desmerece a obra de Oliveira Viana, embora não faça exceção ao seu reacionarismo, no caso racial, pela superioridade, que ele, mulato, dá aos brancos.

CAPÍTULO 15

A OBRA JURÍDICA

Sua obra jurídica, como *As Novas Diretrizes de Política Social*¹, *Problemas de Direito Corporativo*², *Direito do Trabalho e Democracia Social (O Problema da Incorporação do Trabalhador no Estado)*³, *Problemas de Organização e Problemas de Direção (O Povo e o Governo)*⁴, cabe aos juristas trabalhistas examinar e avaliar sua contribuição.

No *Direito do Trabalho e Democracia Social* ele exaltou a Revolução de 30, que tanto bem lhe fez pessoalmente, dizendo que coube à mesma “o mérito insigne de elevar a questão social — até então relegada à jurisprudência da polícia nas correrias da praça pública — à dignidade fundamental de Estado e dar-lhe — como solução — um conjunto de leis, em cujos preceitos domina, com um profundo senso de justiça social, um alto espírito de harmonia e colaboração” (p. 11).

E acrescentou: “O Movimento revolucionário, que se vinha processando através de fracassos sucessivos, desde 1922, e que culminou com a vitória de 24 de outubro de 1930, trouxera, entre as correntes ideológicas descontraídas que trabalhavam em seu seio, uma que se caracterizava por uma preocupação muito acentuada de reforma social”.

O louvor se consagra neste trecho: “O historiador futuro, ao estudar este período agitado da nossa história, não poderá negar ao Presidente Vargas esta glória, nem esta benemerência, a obra social da Revolução, das mais belas que se têm realizado em nosso povo, é dele; reflete, na sua moderação, no seu bom senso, no seu equilíbrio, no seu extraordinário alcance a índole do homem que a presidia e a inspirou, calma, prudente, imparcial, generosa e justa”.

E sai-se com esta afirmação, que é ambígua em sua obra, porque ora afirma ora nega a luta de classes, como vimos no exame completo de sua obra. Assim, escreve: “Dadas as qualidades da nossa índole nacional e as peculiaridades da nossa formação social, os antagonismos de classes que dividiram e ainda dividem os velhos povos civilizados, nunca puderam estabelecer-se aqui (p. 113).

Já mostramos, ao longo deste trabalho, que Viana se contradiz muito nessa questão da luta de classes e que a luta de classes existiu sempre ao longo da nossa história.

1. Rio de Janeiro, Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1939.

2. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938.

3. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1951.

4. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1952.

CAPÍTULO 16

PROBLEMAS DA POLÍTICA OBJETIVA

Depois de realçar o guia Lopes, que orientou a Retirada da Laguna, até pôr a expedição fora do alcance do Paraguai, Oliveira Viana afirma que na esfera política e constitucional a nossa elite dirigente não estava mais informada que na esfera militar e seu desconhecimento da terra e do povo é completo. Escreve que “o objetivo principal deste livro é justamente mostrar como seria possível corrigir este desconhecimento e os males que dele derivam, procurando trazer aos centros do governo e da administração, por meio do mecanismo engenhoso dos conselhos técnicos, a colaboração de todos os homens de boa vontade, práticos, experientes, que, embora não pertencendo à classe política, estejam contudo — tal como aquele guia Lopes obscuro campeiro da Retirada da Laguna — em contato mais direto com a nossa realidade e, por isso mesmo, mais senhores das suas idiossincrasias, das suas intimidades e dos seus grandes segredos”.

A primeira parte deste seu livro, sobre o problema da revisão, é toda inspirada em Alberto Torres. Trata-se da revisão constitucional, que por volta de 1910 tinha um sentido que não veio a ter em 1930; antes encerrava um pensamento alarmante e perigoso diante de cuja possibilidade estremeciam os centros mais altos da política nacional.

Estávamos, então, sob o consulado de Pinheiro Machado, aquele gaúcho liberticida que trazia de sua terra o autoritarismo, sustentando a intangibilidade da Constituição de 1891. Sustentava-se que não se podia tocar na Constituição, que era uma obra-prima, imodificável, sagrada, eterna. Se havia males, era devido aos homens e não da Constituição, que, tendo apenas vinte anos, não era culpada da desorganização, desmembração, e dissolução existentes no país. Era assim que a classe dominante, sob o comando de Pinheiro Machado, sustentava a intangibilidade constitucional.

Atribui a Alberto Torres o começo a discutir o seu projeto de revisão. Torres — escreve Oliveira Viana — abriu o grande livro de direito público que eram os vinte e tantos anos de regime federativo e pôs-se a lê-lo com a mesma atenção e seriedade — e aí está a comparação disforme, para sustentar a alienação dos reformadores — com que Rui Barbosa iria ler a *República Americana* de Bryce¹ e Teixeira Mendes a *Política Positiva* de Augusto Comte².

1. James B. Bryce, Visconde de, *The American Commonwealth*, 1.^a ed., 1888; New York, 2.^a ed.; 1895, 2 vols.; *Modern Democracies*, Londres e Nova York, 1921, 2 vols.; *Holy Roman Empire*, VF 291, não sei se Oliveira Viana ao citar a *República Americana*, se refere ao primeiro ou segundo livro. Suas citações são sempre equivocadas.

2. *Système de Politique Positive* (1852-1854).

Depois Oliveira Viana resume o pensamento revisionista de Alberto Torres: 1) “O povo brasileiro, por motivos peculiares à sua formação e evolução, não tem, como aliás não têm muitos outros povos, capacidade de direção política”, opinião que nos parece ser inverídica, já que Alberto Torres tinha o povo brasileiro em outra conta; 2) “Ora, o Brasil precisa realizar desde já, por uma série de razões poderosas e urgentes, uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional. Esta política, porém, só pode ser feita por iniciativa do Estado”; 3) ora, o Estado, pela maneira por que está organizado na Constituição vigente, não pode eficazmente realizá-la; 4) logo, tudo depende de uma reforma constitucional que organize o Estado num sentido que o capacite para esse fim superior e necessário.

O projeto está justificado no volume *A Organização Nacional*³, depois de largamente preparado no volume sobre *O Problema Nacional Brasileiro*⁴, nos quais estuda 5 pontos capitais: 1) o mandato do presidente, que amplia para oito anos e que seria melhor, acrescenta Oliveira Viana, ampliasse para dez; 2) “A eleição do Presidente, que passa a ser feita por um corpo selecionado de eleitores”. (Esta idéia, divulgada especialmente por Oliveira Viana, serviu para estabelecer o Colégio Eleitoral da contra-revolução de 1964); 3) o Senado, cuja composição altera profundamente, introduzindo nele os representantes das diversas classes e das diversas correntes de opinião, eleitos pelo critério corporativo, ou de classe; 4) o Artigo 6, cujos limites amplia no sentido favorável ao Poder Federal e à União; 5) o Poder Coordenador — peça nova que ele ajusta ao nosso aparelho constitucional e que, pensa ele (Alberto Torres), o completa.

Não é correto dizer-se que Alberto Torres, no seu projeto de revisão constitucional, tinha estabelecido um corpo selecionado de eleitores, já que para a Câmara a eleição é por sufrágio direto; o Senado, sim, é eleito por um amplo corpo eleitoral que compreende quase todo o povo, já que para ele votem do operário ao banqueiro. O que Oliveira Viana fez foi uma deformação do pensamento de Alberto Torres, sempre no sentido reacionário, antipovo. No processo da eleição para o presidente da República, Alberto Torres estabelece igualmente um corpo selecionado que vem de deputados e senadores aos membros das comissões sindicais. O Poder Coordenador se inspira no Poder Moderador da Constituição de 1824, com a diferença de que não cabe ao imperador como no Império, mas a um Conselho Nacional, que imita o Conselho de Estado do Império que assessorava o imperador, embora tenha amplas funções, enquanto o Conselho de Estado era uma espécie de Antecâmara e preparava e estudava os projetos que o Ministério propunha à Câmara.⁵

3. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

4. 1ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914; Companhia Editora Nacional, 1933.

5. JHR (editor). *Atas do Conselho de Estado*. 12 vols. de textos, 1 de índice e ensaio de JHR. *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Brasília, Senado Federal, 1978.

O Artigo 6 tinha realmente um caráter centralizador, bem como o Poder Coordenador. Estes são os aspectos antidemocráticos que são compensados pelo sufrágio direto para a Câmara. Para Oliveira Viana esses 5 *itens* formam o pensamento estrutural e orgânico do projeto de Alberto Torres (pp. 14-15).

Daí conclui Viana com um rasgado elogio à parte reacionária de Alberto Torres que é uma figura ambígua, combinando aspectos positivos e regressivos⁶. O Alberto Torres de Oliveira Viana não é o *Alberto Torres* de Barbosa Lima. O primeiro “se mostra absolutamente despido de qualquer respeito pelos bordões clássicos do nosso direito público. Ele não é, por exemplo, dos que entoam antifonas no coro pregoeiro de Democracia”. Seu ataque à democracia, como governo do povo e pelo povo, é absoluto. Para Oliveira Viana, o que Alberto Torres quer é o Estado pelo indivíduo, e ousa chamar a isso de o governo do povo para o povo: “Vale dizer que ele atribui aos chefes do governo e às forças dirigentes concentradas no poder uma autonomia de ação que não seria compreensível num regime puramente democrático em que governa ou deve governar a Opinião” (p. 15).

Como disse, Alberto Torres conserva no seu projeto de revisão constitucional o sufrágio universal e para Oliveira Viana sem grande razão — pois para este o sufrágio direto “é apenas um meio de revelação do sentimento popular; nunca, porém, um meio de direção governamental, um mandato imperativo ao seu representante no poder. Este, ao contrário, é quem tem o dever elementar de imprimir à massa social a direção mais racional e mais sábia” (p.15). Louva que Torres estabeleça, para a composição do Conselho Federal, não o sufrágio universal, das massas, das maiorias, que ele empequenece com o maior desprezo, mas o sufrágio selecionado, que ele finge esquecer que a sua composição vai do operário ao banqueiro, não mais tão reacionária como ele desejava que fosse.

Louva ainda o que acontece com a verificação dos mandatos dos eleitos pelo povo, cujo reconhecimento é feito pelo Conselho Nacional, e não Federal, como diz Oliveira Viana. Glosa que esse Conselho Nacional — cuja parte principal do Poder Coordenador — possui atribuições que aos olhos dos republicanos devam parecer denegações flagrantes da “soberania das massas” (p. 16).

O importante é desdenhado pelos clássicos preconceitos democráticos ao dar essa incumbência a outro poder eleito pelo critério selecionador, e “por assim dizer aristocráticos e superiores, pela vitaliciedade com que se privilegiavam às sugestões da política facciosa. E tudo o que fede de regressivo tem seu apoio; assim a faculdade que Alberto Torres concede ao Conselho Nacional de declarar incapaz de autonomia qualquer dos Estados federados, e também a perda do cargo por incapacidade administrativa dos presidentes de Provín-

6. Vide Barbosa Lima Sobrinho, *Alberto Torres*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

cias, embora sejam eleitos pelo sufrágio do povo e estejam apoiados ou não pela vontade popular, que ele tanto despreza e amesquinha.

Revela todo o seu menoscabo pela Democracia ao escrever que “estes exemplos mostram que a reverência à Democracia não está nas preocupações de Alberto Torres — como não pode estar no espírito de qualquer homem com dois dedos de senso comum”.

Ao dar o maior dos poderes a esse Poder Coordenador, constituído de membros selecionados, prova que sua confiança na soberania do povo, na inerrância (infalibilidade) do povo, na ciência infusa das maiorias populares, era nenhuma (p. 18). O antigo propagandista republicano estava mais que ninguém convencido da incapacidade atual do nosso povo para realizar o seu próprio governo, segundo os moldes sonhadores do Manifesto de 70. Ele crê que todo mundo tem a mesma convicção de que a democracia da opinião pública é inadaptável ao Brasil devido ao povo brasileiro. Critica os que se deixaram influenciar pelas instituições e doutrinas norte-americanas e os que foram pusilânimes ao não dizerem a verdade de que estavam conscientes.

Defende o Artigo 6 da Constituição revista por Alberto Torres e vê neste que é “senão uma restrição no campo de autonomia estadual, ao menos uma ampliação na esfera da intervenção da União” e diz que “nada se escreveu até hoje mais justo, mais razoável, mais nosso que aquele artigo 6 com que na *Organização Nacional* Alberto Torres, sem a mais leve sobrecarga erudita, faz o comentário das nossas instituições e estabelece, de um ponto de vista estritamente nacional, os direitos da intervenção federal na economia dos Estados” (p. 20).

Para Oliveira Viana o projeto “procura estabelecer apenas uma espécie de descentralização relativa; nega à União das Províncias, que cria, o caráter federativo dos Estados Unidos da nossa atual Constituição, mas não recusa aos Estados (províncias) autonomia bastante para o cuidar dos seus interesses locais. Não lhes dá, contudo, nem a faculdade da magistratura própria, nem a da legislação processual; ao contrário, sobre o campo da autonomia estadual, tal como o vemos hoje, trama no seu projeto, em favor do poder federal, uma espécie de rede estratégica de múltiplas intervenções de ordem social, econômica, tributária, financeira e política que impedem o isolamento, a independência, a regionalização excessiva dos atuais núcleos estaduais e permite manter, em estado de consolidação crescente, a unidade nacional. O seu intuito capital é salvar a integridade da nacionalidade, inegavelmente sacrificada na Constituição atual”.

Uma prova de sua fé na centralização e uma descrença na descentralização relativa quando escreve que “a verdade é, entretanto, que os governos estaduais, no regime da nossa Constituição, e ainda mais com a interpretação que lhes emprestam, concentram efetivamente a força política nacional, dividida, assim, em vinte eixos excêntricos” (p. 21). E acrescenta que essa “excêntrica política é para o nosso [dele] grande pensador [!] uma das causas mais

enérgicas da nossa anarquia social, um agente tremendo de incoordenação, de dissolução íntima da nacionalidade”. “O Poder Coordenador que ele engendra tem exatamente, como função, acabar com essa excentricidade” (p. 22). Esse novo Poder é a grande originalidade do projeto e logo vê, como já declaramos antes, que nele se concentram atribuições do antigo Poder Moderador, do Conselho de Estado e certas atribuições dos atuais poderes Legislativo e Judiciário.

Como o Conselho Federal é vitalício, cabe-lhe nomear os procuradores da União, também vitalícios e os delegados municipais. Deste modo, resume o autor, o Conselho Nacional tem sob sua dependência todos os representantes provinciais, municipais e locais do Poder Coordenador. É-lhe fácil dar à totalidade das forças sociais da nacionalidade uma direção uniforme comum, isto é, a orientação de uma política verdadeiramente nacional (p. 23).

Este novo Poder Coordenador tem duas funções culminantes, uma de supremo inspirador e orientador político — outra a de corrigir nosso espírito de facção, as competições do personalismo, numa palavra, os inconvenientes das lutas de clãs. Isto porque lhe cabe tanto o poder de reconhecimento dos poderes dos representantes do povo, como os de intervenção. Pouco depois a Constituição de 1934 criava a Justiça Eleitoral, uma solução muito mais correta que a engenhada por Alberto Torres, e também regulava os casos de intervenção federal nos Estados, sem Poder Coordenador. Assim, Alberto Torres não viu com clarividência o problema resolvido pelos constituintes de 1934.

Afirma depois, sobre o mesmo Poder Coordenador, que havia “quarenta anos seguidos, a nossa vida política vem correndo descontínua, incoerente, instabilíssima, variando a todo momento conforme variam as idéias, os caprichos, os compromissos dos chefes”, com uma tese insustentável, porque continua a instabilidade e ela não se deve à variação das idéias dos chefes, mas à resistência da classe dominante de fazer nas relações de produção e classe, enfim, reformas básicas, estruturais. A reforma agrária, por exemplo, é tema que tem levado ao exílio muita gente, desde José Bonifácio.

Ele sumariza afirmando que o mal está na inexistência de um poder vitalício entre os poderes temporais criados pela Constituição republicana. Como ambos, Alberto Torres e Oliveira Viana, não são monárquicos, Oliveira Viana está advogando a ditadura tão ao gosto platino-gaúcho e aos positivistas, o que revela sua antevisão não da ditadura de Borges de Medeiros, que já existia, mas a de Getúlio Vargas e do generalismo presidencial, todos levando o país ao descalabro total.

Como exemplo, embora não seja monarquista, Oliveira Viana relembra os poderes vitalícios da Coroa, do Senado e do Conselho de Estado que construíram os aparelhos constitucionais de inibição e equilíbrio com que o Império conseguiu durante quase meio século uma continuidade, permanência e ordem. Em síntese, dizia que as idéias revisionistas de Alberto Torres consistem na criação de um quarto poder, que era o Moderador, esquecido do quinto,

que era o Conselho de Estado, como o demonstramos no *Conselho de Estado. O Quinto Poder?*⁷.

Pergunta depois se a criação do Poder Coordenador teria possibilidade de dar resultado e responde ser duvidoso. Por quê? E aí está sua descrença no povo e conseqüentemente na democracia. Porque, diz ele: “nem daqui a um século talvez, a nossa educação política, ou melhor a nossa evolução política nos terá dado uma mentalidade tão unida e forte que possa levar tantos milhares de homens, espalhados por uma tão desmedida superfície territorial, a agir de um modo uniforme e harmonioso, no sentido de um alto pensamento de justiça, de verdade e de patriotismo, partido de um órgão central: — do Conselho Federal (Nacional)” (p. 29).

Nunca ninguém descreu e disse palavras tão impiedosas contra seu próprio povo, como estas de Oliveira Viana. Ainda mais: “o nosso grande mal é justamente, de um lado, a ausência de um ideal nacional, a fraqueza do sentimento do interesse coletivo, a debilidade do instinto político, de outro a exacerbação do espírito de localismo, de facciosismo e de mandonismo” (pp. 29-30).

Seu ceticismo sobre o nosso povo era tão grande que ele acreditava que “no ponto de vista da nossa estrutura social e de nossa mentalidade cívica, estamos ainda, como povo, longe do ideal de Alberto Torres”. Logo declara que “o ideal deste só teria possibilidade de realização em países de alta integração coletiva, como a Alemanha, a Inglaterra, e talvez os Estados Unidos” (p. 30). Para mostrar sua descrença no povo brasileiro e seu reacionarismo, ele declara que nós estamos num pólo oposto aos desses grandes povos e talvez mais próximos da Rússia ou da China — da China das Revoluções e a a Rússia dos sovietes...

Vê-se nesse trecho não só seu regressismo como sua incapacidade de previsão ou sua incompreensão histórica. A Rússia dos sovietes é hoje um poder que se mede de igual por igual com os Estados Unidos, do qual ele igualmente duvidou, e a China será dentro em breve, muito breve, uma das mais poderosas nações do mundo.

Em síntese, Alberto Torres, formulando o seu projeto de revisão constitucional, afirmava que o regime existente em 1914, e Oliveira Viana em 1930, era impraticável.

Afirma Viana que em 1910 Rui Barbosa tentara, com sua plataforma, resolver o grande problema e hoje (1930) a indecisão continua, bem como a revisão; termina o capítulo perguntando se seria devido à centralização ou ao parlamentarismo.

Ao estudar o problema da revisão e a luta contra o espírito de facção, Oliveira Viana trata do critério nacionalista na obra de revisão, no tipo de governo que precisamos criar, nos pressupostos da Constituição, sua contradição

7. Ed. cit.

com a realidade nacional, no erro da Constituição republicana, na carência de meios de defesa dos aparelhos administrativos contra a influência da política-gem e do partidarismo e um novo modificado sociológico, o “sangue de tatu”.

É evidente que o critério nacionalista na obra de revisão e a contradição da Constituição com a realidade nacional são os dois pontos básicos desse capítulo.

De início lembra que o regime democrático representativo só lhe apareceu sob estas duas modalidades, únicas alternativas: o presidencialismo da Constituição vigente ou o parlamentarismo da Constituição do Império. Ele não se conforma com essas duas opções. Quer um tipo de regime nosso — o tipo brasileiro — que possa figurar futuramente, nos tratados de direito público, ao lado dos outros tipos. Considera este o método principal para a solução do problema. Na procura dessa solução considera possível aproveitar os conselhos técnicos sobre os quais escreve na quarta parte do seu livro.

Comparando os setenta anos de experiência monárquica com os quarenta anos de experiência republicana ele extrai lições que afirma, permitem conduzir pelo seu verdadeiro caminho o problema da revisão. O primeiro ponto reside na afirmação de que “a excelência de toda a estrutura da Constituição de 91 tinha seu fundamento numa série de presunções sobre a capacidade política do nosso povo. As presunções, para esse alienado, são falsas quando se confronta com nossa realidade nacional. A primeira é a de que não se acha difundida de alto a baixo do povo uma consciência nacional, forte, vivaz, preponderante; a segunda é a de que não existe no íntimo do caráter de cada brasileiro o sentimento, profundo e enérgico, dos interesses públicos do Município, do Estado e da Nação; a terceira presunção é a de que a nossa Constituição presume grandes correntes das idéias, circulando e dominando de uma maneira contínua a consciência e a vida de toda a Nação (pp. 37-38).

Assim, para Oliveira Viana, o povo não presta e o ideal para o Brasil seria ter outro povo. Nunca lhe passou pela mente que esse povo foi abandonado desde a Colônia — a longa duração colonial e voltada para interesses externos — até os anos em que ele escrevia (1930). Nem lhe ocorre que o imprestável no Brasil é sua liderança, tanto no período colonial como no nacional.

Não temos o sentimento dos grandes deveres públicos, nem o de hierarquia, nem o do respeito à Lei, nem a consciência do poder público como força de utilidade social: “Nenhum desses sentimentos existe em nós, pelo menos na sua forma objetiva, prática, militante, como os vemos exibirem-se, por exemplo, nas sociedades saxônicas dos dois mundos” (p. 41).

Só esse pensamento mostra como o mulato defensor da arianização no Brasil era um total alienado, despido do sentimento nacional. Ele nega tudo, qualquer qualidade ou sentimento e até mesmo a consciência da brasilidade. Suas invectivas contra o povo brasileiro não param aí. Diz ele: “No Império, o que obstou que o regime parlamentar se tornasse uma calamidade nacional foi apenas o poder pessoal do monarca — e nada mais. Para corrigir, de algum

modo, os malefícios que o parlamentarismo estava produzindo entre nós, foi preciso, com efeito, corrompê-lo, abasileirando-o pela célebre máxima de Itaboraá, formulada em contraposição à do programa liberal, que era de pura extração britânica: o rei reina, governa — e administra — o que equivalia, na prática, à negação do próprio regime parlamentar” (p. 42).

E não é só isso. Nega mais, nega tudo ao povo brasileiro. Escreve ele: “Tal como se acha organizado na Constituição de 91, o regime presidencial abre, sem dúvida, maravilhosas possibilidades às manifestações de todas as boas qualidades do nosso povo; mas por outro lado, ele não nos dá nenhuma garantia preventiva, nenhum meio de neutralização, nenhum corretivo eficaz contra a influência de nossas qualidades más. Esplêndido para as expansões de nossos instintos de paz, de hospitalidade, de tolerância, de idealidade, mas insuficiente para nos premunir contra os malefícios derivantes da nossa ausência de tradições cívicas, da nossa incultura democrática, principalmente dos nossos costumes de facciosismo e politicagem.(...) Na velha Constituição Imperial, ainda se contrapunha a estes costumes e a estas falhas a ação retificadora de um alto poder, intangível pela majestade de sua ascendência e superior ao interessismo dos partidos: o poder moderador da Coroa” (p. 43). Nenhum conservador, por mais reacionário que fosse, escreveu jamais um ataque tão destrutivo e arrasador contra o povo brasileiro.

Assim, para ele, o problema central da obra revisionista há de ser: “a) ou investir o Poder Judiciário, tornado exclusivamente federal, de uma força e de uma autonomia, estendidas até ao máximo das nossas possibilidades; ou b) criar um quarto poder, tal como o antigo Poder Moderador, que, sendo judiciário também, tenha entretanto o direito de iniciativa, o que o Poder Judiciário não tem”.

o que ele quer, como os nazi-fascistas, é a criação de um poder que represente um centro de forças, de natureza essencialmente político, mas completamente fora de qualquer atinência ou dependência com os grupos partidários (p. 45). Ele via o exemplo de Salazar e de Mussolini, e previa Franco e Hitler, que, com toda a força, ensinasse ao povo brasileiro como se comportar. Tanto que exclama perplexo diante de sua incompreensão histórica do Brasil: “Singular contradição! Há um século desde a independência, estamos a proclamar, em todos os ritmos, que o que nos anarquiza, a causa de todos os males, de todo nosso atraso e dissolução é a política, são os conselhos, as facções, os grupos, os campanários de todas as cores, que se agitam e entrebatem nosso campo de guerra que é a vida pública no Brasil” (p. 46). Bem, não creio absolutamente que a política seja a causa dos nossos males. Acho até uma demonstração de visão curta atribuir à política a origem dos nossos males. Especialmente considerando que Oliveira Viana nunca deu a menor importância à estrutura econômica brasileira, baseada sobretudo no latifúndio, na monocultura e na escravatura, esta a mais longa na duração, pois existiu de 1532 a 1889.

Não há na obra de Oliveira Viana uma palavra sobre a economia brasilei-

ra, seu sistema, sua estrutura, seus males, a começar pelo regime latifundiário, que nasceu na época das sesmarias e veio até hoje. Desde a criação do sistema das capitanias hereditárias até nossos dias, deu sempre cadeia ou exílio, a começar por José Bonifácio, pensar em reforma agrária.

E, não contente com essa inaceitável explicação causal, Oliveira Viana se torna o pai da criação dos sistemas de segurança nacional, ao afirmar: “pensamos em tudo, cuidamos de tudo, provemo-nos de tudo, menos de aparelhos eficazes contra aquilo que é a razão e causa de nossas queixas e protestos seculares: as facções e seus pendores facciosos, os corrilhos e partidários” (p. 46). Como se vê, ele é o pai espiritual da ação reacionária e ação policialesca de Bernardes, da ditadura de Vargas e do autoritarismo dos generais-presidentes. Considera “uma negligência surpreendente, que não tem outra explicação senão o fato de que os nossos construtores de Constituições têm sido idealistas, que desconhecem por inteiro o meio e o povo para os quais legislam” (p. 46). Ninguém mais idealista, na obra e na influência, que o próprio Oliveira Viana, que desconhece e até repudia o nosso povo, porque ele não é ariano e porque atribui a causa dos nossos males só a fatores espirituais.

Ao escrever seu capítulo terceiro sobre o sentido nacional da revisão constitucional - que é a solução dada aos nossos males por Alberto Torres e ele mesmo - Viana trata da discordância geral sobre o sentido da revisão, as tendências que se acentuam, a condição preliminar à solução do problema da revisão, modificando no sistema de idéias políticas das elites dirigentes da oposição, o que há de ilusão nele, a demonstração da excelência do regime atual (!, que acabou gerando, nesse mesmo ano em que Viana escrevia este livro, o movimento de 1930).

Cita o projeto de Alberto Torres como o único radical, profundo e severo, formulado até hoje com todos os detalhes. Entre os preconceitos e presunções que inutilizam qualquer resultado eficaz e fecundo estão primeiro o que dá maior valor e superioridade das formas de governo e segundo a velha presunção contra a capacidade e as aptidões políticas do nosso povo. Como sempre acentuando a incapacidade e inaptidão do povo brasileiro ao regime democrático.

A seguir, afirma que “o primeiro desses preconceitos a rever é aquele que poderemos chamar o preconceito da superioridade cívica dos oposicionistas sobre os que combatem numa dada situação e estão fora do poder, a se julgarem sempre os únicos cidadãos capazes de “salvar a pátria”. Este preconceito nos leva, diz Oliveira Viana, a carregarmos sempre todos os erros, abusos e corrupções à culpa exclusiva dos que estão no poder.

Este estado de espírito é, no entanto, tão radicado na consciência das nossas massas e mesmo das nossas elites que lhes turva completamente a visão lúcida e clara das nossas realidades. Como sempre, ao sustentar essa tese, Oliveira Viana logo se incumbem de afirmar que “todos os erros, descalabros e desatinos que temos o hábito de levarmos à conta de alguns homens, outra coisa não são senão conseqüências das deficiências e do rudimentarismo da cultura polí-

tica do próprio povo” — das massas populares, a quem cabe, afinal, num regime de maiorias, a responsabilidade da direção do país. E logo agrega que “nós não possuímos, considerando-nos coletivamente, como povo, capacidade nem aptidões para dar à Constituição atual outra e melhor execução”, e que os homens excepcionais, que surgirem, pouco poderão fazer, dadas as “deficiências do próprio meio” (p. 55).

Ataca os políticos e prebicitas, pelo menos os da escola da Democracia e do Liberalismo, que parecem estar convencidos do contrário disto, e diz que, se não praticamos a Constituição, é porque não queremos. É como se, acrescenta ele, a metafísica do livre-arbítrio, aplicada à vida constitucional das nações. Depois, pensando na minoria dominante, vemos que nada se parece mais com um oligarca que um salvador, tal como no Império nada parecia mais com um conservador do que um liberal.

Como conclusão afirma Viana que “para o nosso povo, a melhor Constituição, a Constituição ideal seria não a que cristalizasse no seu texto todas as sublimidades do liberalismo e da democracia; mas, a que, como já dissemos, permitisse a revelação de todas as boas qualidades de raça” [?]. E, depois de atacar a democracia, o liberalismo e a capacidade popular, sai-se com a afirmação, contraditória ao seu pensamento reacionário, de que “é nas virtudes comuns, ordinárias, virtudes de todos os dias, do povo que se devem assentar os fundamentos de uma constituição verdadeiramente nacional” (p. 60).

Ataca, então, a leviandade de imitarmos, todas/as vezes que tantamos organizar constitucionalmente a Nação, o mais inimitável cidadão do globo — o anglo-saxônio. “Durante mais de meio século, no Império, levamos a procurar fazer como os ingleses. Há cerca de quarenta anos, na República, estamos a procurar fazer como os americanos. Esta imitação tem-nos levado a sacrificar ineptamente todos esses altos, austeros, férteis princípios que nossa condição de povo em formação [!] nos impõe como essenciais à integração definitiva da nacionalidade”. E cita esses princípios, que são os da unidade, da continuidade administrativa e o da supremacia da autoridade central. Não creio que tais princípios fossem desprezados pela minoria dominadora, exceto o da unidade política, no regime de Campos Sales, com a Política dos Governadores, e o da supremacia da autoridade central, dominante nessa mesma administração.

Ao estudar o conceito pragmático da liberdade política, escreve umas páginas obscuras sobre a política do Haiti — com o qual não se pode estabelecer confronto nenhum, e creio que seu mulatismo é que o fez buscar o Haiti, país negro, como exemplo. E, mais, aceita e louva a intervenção americana de 1915, na base de um estudo de um americano, e termina com esta asneira sem par: “confronto que é pungente e irônico e que também é a mais bela lição que o pragmatismo americano podia dar aos eternos idealistas da soberania do povo e do princípio da *self-determination* (autodeterminação)”. Esta foi a página mais pífia de toda a sua obra.

Quando trata do problema da liberdade civil e da organização da justiça, afirma que “o grande problema da liberdade no Brasil não é o da liberdade política, como há cem anos [1930?] temos vivido a pensar — e sim o da liberdade civil. Os nossos liberais desde o primeiro dia da Independência têm sobre este ponto errado duplamente — como homens de doutrina e como homens de ação”.

Manifestando sua profunda ojeriza aos liberais e aos democratas, escreve que estes têm errado, como homens de doutrina, dando uma importância suprema ao problema da liberdade civil, quando a verdadeira orientação seria justamente o contrário. Como homens de ação, eles têm também errado, procurando, através de Constituições, lutas, sistemas eleitorais, revoluções, dar liberdade política, num país, cujos cidadãos, principalmente o das classes populares, não conseguiram ainda assegurar a sua liberdade civil.

Daí segue a escrever que é possível existir um regime de perfeita liberdade civil sem que o povo tenha a liberdade política, e o governo do *bom tirano* é uma prova disso. Como vemos, antes de chegar, a ditadura de Vargas já havia justificação doutrinária ao *bom tirano*. Afirma que é pueril conceber a existência de um regime de liberdade política sem a condição preliminar da liberdade civil.

Oliveira Viana declara que o Legislativo era uma entidade meramente expletiva (que serve para preencher ou completar) e que se pode dizer que a organização do nosso mais alto tribunal está subordinada exclusivamente ao mais político de todos os poderes (p. 85).

A seguir, trata da liberdade ou nacionalidade, como se uma e outra pudessem se opor. Tudo gira, afinal, em torno do Artigo 6 da Constituição que tratava, em seus quatro parágrafos, dos casos em que o Governo Federal poderia intervir em negócios peculiares aos Estados. Segundo Campos Sales, esse artigo era o coração da República, e na interpretação dos seus parágrafos estava, como se dizia, a salvação do regime federativo.

O direito da intervenção que a União dispunha em virtude do Artigo 6 era considerado uma faculdade temerosa e, quanto ao próprio fato material da intervenção, este então era tido como uma abominação, como um sacrilégio monstruoso. Assim pensavam há vinte anos nossas elites dirigentes.

Havia o preconceito da liberdade local, ou melhor, o preconceito de que a subordinação ao centro nacional do governo era um mal. E, mais, os centros regionais mais longínquos e retardatários não se limitavam a considerar intolerável o jugo do poder federal e sentiam como um peso demasiadamente opressivo o próprio poder estadual. Ele considera que só paranóicos ou cegos poderiam supor o *self-government* do Acre, mau exemplo, pois hoje constitui um Estado.

Sempre centralizador e favorável a dar todo poder ao governo central, Oliveira Viana concentrou toda a sua argumentação contra a descentralização e se tornou, sobretudo com este livro, um defensor das futuras ditaduras de Vargas e do generalismo presidencial. Para ele, os povos de fraco sentimento coletivo são aqueles em que a consciência do grupo nacional é rudimentar e não podem elevar-se ao culto do Estado. Cita então, como povos fracos, Haiti, Nicarágua, México, Venezuela — presas presentes ou futuras das nações imperialistas e robustas, cuja força de expansão e conquista está justamente na solidez da estrutura política, que conseguiram organizar, utilizando o espírito de hierarquia, subordinação e disciplina dos seus membros.

Segue depois o ensaio sobre o problema dos partidos, programas de partidos e plataformas de candidatos, a base social dos partidos e a orientação pragmática das campanhas democráticas.

Como os estudos anteriores — em que falou sobre a organização nacional da Alemanha (é de 1870 sua unidade política) e da França, os quais tomou como modelos de nações fortes e imperialistas, sem mencionar a Inglaterra e os Estados Unidos — agora é a Argentina seu exemplo, sendo sua base a *Organização Nacional* de Alberto Torres, que escreveu que o Brasil carecia de um governo consciente e forte, seguro dos seus fins, dono de sua vontade, enérgico e sem contraste. Como se vê, o quadro de um país com governo ditatorial, antidemocrático.

Continua buscando em Alberto Torres sua base e este, ao se referir a Feijó escreveu, que “neste ponto é que ele nos parece uma aberração espantosa do gênio de sua raça. Porque nós, brasileiros, somos amigos dos nossos amigos, até em política”; e acrescenta que as razões afetivas preponderam noventa vezes sobre cem sobre as graves questões de Estado. E relembra a frase do Marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) que consiste na coragem de resistir aos amigos.

Sobre a base social dos partidos ele chega ao cooperativismo fascista, ao sustentar “que numa verdadeira democracia, devem ter colaboração preponderante as classes econômicas, as classes que produzem e que afinal são também as classes que pagam; sem isto não há democracia possível. Esta participação, que deve ser coletiva e não individual, é a pedra de toque de uma verdadeira organização democrática”.

Vem depois a questão da orientação pragmática das campanhas democráticas. Aí é que Viana se mostra antiintelectualista, tal qual seus antecessores Pedro I e Diogo Feijó, tomando como base a campanha civilista de Rui, um espetáculo inédito de uma campanha eleitoral, não no velho sentido brasileiro — da cabala — mas na predicação direta e oral, expondo às grandes influências eleitorais do Interior as suas idéias e os seus planos de governo.

Era em política o que se chama *intelectualista* e cita uma bibliografia norte-americana, declarando: “Não nos iludamos; o fracasso destas propagandas,

destes apostolados, destas regenerações cívicas tem sua origem no desconhecimento de todos estes evangelizadores das condições reais, dentro das quais evoluiu a vida das organizações partidárias no Brasil”.

As observações sobre países estrangeiros — a Inglaterra, por exemplo, com citação francesa, e o mesmo com os Estados Unidos, igualmente baseado em divulgadores franceses — só têm valor crítico, porque além das citações serem de natureza secundária (metodologicamente), Viana procura sempre o trecho em que ele pode falar mal do povo brasileiro: “Nos Estados Unidos, deu-se coisa semelhante. Nos primórdios da sua organização política, também as classes populares estavam num estado mental comparável às nossas; também presas à lógica da finalidade animal, também incultas, também sem consciência da sua força, também alheias aos verdadeiros problemas nacionais” (p. 131). Logo a seguir, vem o critério racista ao escrever que “Jefferson e seus companheiros tinham diante de si maiorias populares que, apesar de incultas, pertenciam à melhor cepa anglo-saxônica e conservavam, em estado potencial, essa maravilhosa aptidão para o *self-government*, própria dos anglo-saxões”.

E continua a demonstrar seu despreço pelo povo brasileiro: “No Brasil, onde o povo está representado principalmente por enormes massas rurais, incultas, dispersas e — o que é pior — desamparadas quase inteiramente de garantias legais; massas que só elas constituem talvez os 3/4 do corpo eleitoral do país; no Brasil esta transformação será incomparavelmente mais demorada, mais difícil, mais trabalhosa. Não é obra para uma campanha ou excursão oratória, não é época de frutificação e colheitas imediatas; é sementeira para muitíssimos decênios laboriosos e que pede apóstolos com uma capacidade de espera própria de plantadores de carvalho” (pp. 140-41).

No capítulo seguinte, sobre o problema do governo, Viana trata dos conselhos técnicos nos governos modernos, evolução européia, Inglaterra, França, Itália e Brasil. Naturalmente a parte estrangeira não nos interessa, sobretudo porque não passa de uma compilação reles. O espantoso é o trecho em que aparece com interpretações que são de Vilfredo Pareto⁸, um reacionário italiano que aplicou a filosofia ao problema das elites. A elite, segundo Pareto, constitui sempre uma pequena minoria, que se deve renovar constantemente, e esta é a condição primeira do equilíbrio social. A combinação ideal seria a colaboração harmoniosa, no seio da elite, de homens de força e da tradição. A crítica que Pareto fez à democracia burguesa tornou-o um dos principais mestres do fascismo de Mussolini.

Viana relembra sua tese, descrita em *O Idealismo da Constituição*, “de que as nossas classes sociais, especialmente as grandes classes econômicas, estavam no dever de se solidarizar em grupos profissionais, se quisessem exercer o papel que lhes cabe nos conselhos do governo” (p. 151).

8. Paris, 1848, Lausanne, 1923

Vejam bem que são às *classes econômicas*, isto era em sua época a expressão dos grupos sociais comerciais e industriais hoje chamados *empresários*. E que elas deveriam exercer uma “forte ação moral”; e diz em inglês “pressure” (quis dizer *pressure*) ou o que se chama, dizemos nós *lobby*, uma pressão registrada e consentida legalmente⁹. Acrescenta, mais, que “esta pressão só a poderiam exercer se se mostrassem unidas diante do poder, se conseguissem exprimir o seu pensamento através de sólidas organizações de classes ou de partido. Porque os governos não vêem indivíduos; não se entendem com indivíduos, nunca se entenderam com indivíduos, nem hoje, nem ontem, nem em tempo algum — e sim com classes. Ora, as classes só se fazem entender dos governos, quando organizadas (...) Tem sido assim em todos os tempos (...) *A história não é senão uma seriação de classes que se organizam e se sucedem no Poder: Pareto o demonstrou luminosamente*” (p. 183). Como se tanto Pareto quanto Oliveira Viana ignoravam Marx e afirmavam o que Marx doutrinara. Eram marxistas sem o saberem. Esta é a primeira fissura grave na estrutura da obra conjunta, orgânica e de direita que Oliveira Viana cometeu. E a cometeu por ignorância, porque nem Pareto nem Oliveira Viana nunca leram Marx.

E tem mais. Oliveira Viana continua a afirmar que “esta força depende tanto da solidariedade que independe mesmo da riqueza. Uma classe rica sem organização vale menos, tem praticamente menos força que qualquer classe pobre organizada. Temos mesmo entre nós exemplo disto: os trabalhadores de estiva, que são uma das classes mais pobres do Brasil, onde quer que consigam organizar-se, como no Rio, representam uma força mais temerosa do que a classe dos grandes proprietários rurais, rica de centena de milhares de contos, mas destituída de solidariedade.(...) ‘Estas organizações de classe, especialmente das classes produtoras, são úteis em qualquer sentido. Mesmo quando tais organizações não tenham essa finalidade agressiva, combativa, militarista de pressão sob o poder, ou de conquista do poder, à maneira inglesa’” (p. 159). Vê-se que, aceitando a luta de classes, como fator decisivo na elaboração histórica, Oliveira Viana visa o fortalecimento das classes produtoras e comerciais.

Cita a seguir, na história administrativa, o Governo Provisório, que legislou sobre tudo, mas sem rendimento, sem resultados práticos — sem rendimento útil. Há uma grande desproporção entre o muito que se fez e o quase-nada que se apurou de real, útil e prático. Tudo isso, sustenta Oliveira Viana, porque os homens do Governo Provisório eram bacharéis que legislavam sem ouvir os diferentes grupos sociais, aqui divididos não em classes, porque separaram interesses de agricultores, industriais e banqueiros, sem fazer distinção de

9. Vide “Os Grupos de Pressão no Governo Representativo”, in Lêda Boechat Rodrigues, *Direito e Política, Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos*, Porto Alegre, 1977, pp. 137-60.

classe, mas de grupos sociais, e não se refere, como sempre, à classe trabalhadora trabalhadora.

Sua conclusão final é vexatória. Depois de dizer que os dirigentes não têm senso dos interesses públicos e que qualquer deputado se julga competente para discutir ou legislar sobre metalurgia do ferro ou profilaxia antipalúdica, solta esta conclusão deprimente: “É que o ciclo dos parlamentos oniscientes está encerrado”. E repete: “por toda parte a competência técnica vai substituindo a competência parlamentar” — outra afirmação de igual sentido à da contra-revolução de 1964, da qual Viana é o precursor ideológico.

E com vulgaridade rara repete a frase do divulgador geral André Siegfried, que afirmara “o declínio do Parlamento em favor do Gabinete”, num estudo sobre a Inglaterra pós-Primeira Guerra Mundial¹⁰, e em nota observa que o mesmo se via em relação à União Soviética, baseado no divulgador de direito Mirkine-Guetzevitch¹¹, sem observar que o soviete fora uma criação de Estado, nova e original, gostem ou não gostem. Nesta inqualificável divulgação comparativa de segunda classe fala sobre os Conselhos Técnicos nos governos modernos. No capítulo seguinte, sobre os Conselhos Técnicos nos governos modernos, volta-se para o Brasil e, depois de perguntar qual a colaboração das outras classes à elaboração de um acervo enorme de legislação e de afirmar que nenhuma escreve que “o povo — não o povo das caravanas democráticas, mas o povo representado pelo conjunto das suas classes sociais — não é chamado a intervir”. Segue afirmando que “mesmo as chamadas leis de classe, isto é, as que regulam especialmente os interesses de certos grupos profissionais, são feitas sem a intervenção ou colaboração destes grupos”.

Nisto não foi seguido pela contra-revolução de 1964, que teve seus momentos de ditadura militar total e seus momentos de atuação restrita parlamentar, mas sempre governou com sentido técnico e político, e neste sentido a influência de Oliveira Viana foi disfarçada, mas abertamente seguida. E chega mesmo a afirmar que “os homens que estão no poder trabalham sem o mesmo contacto com o povo, com as classes, ou diretamente, ou por meio dos órgãos da sua expressão coletiva” (pp. 173-75). Dizia Viana que mesmo as leis de caráter repressivo ou fiscal não vingam sem essa adesão do povo, o que representa uma fissura em seu sistema, sem conseqüências na contra-revolução de 1964, ou no uso indevido da palavra *adesão*, que é grifada e significa *cooperação*, o que é muito geral e existente mesmo nos sistemas de plenitude democrática.

Faz, a seguir, no terceiro capítulo sobre os Conselhos Técnicos nos governos modernos, um esboço histórico dos Conselhos que apareceram no Brasil, esquecidos de que seu papel é meramente consultivo e não executivo, ao contrário do único existente no Império, o Conselho de Estado, que servia co-

10. *L'Angleterre d'Aujourd'hui*.

11. *Théorie Générale de l'Etat Sovietique*, Paris, 1928.

mo uma Antecâmara, e nenhum projeto ministerial era apresentado à Câmara sem a aprovação do Conselho de Estado pleno presidido pelo imperador¹².

E sai-se com esta definição sobre a competência do homem de Estado — o administrador, o legislador, o chefe de Partido — de que não é a especialização (técnica) e sim a competência geral, isto é, a aptidão para a visão complexiva dos diversos aspectos particulares (técnicos) que os problemas oferecem (p. 194).

A parte quinta, sobre o problema da nacionalidade, está dividida em duas seções: a primeira sobre o problema do Nordeste e a mentalidade das elites políticas, e a segunda sobre o sentido nacionalista da obra de Alberto Torres¹³. Sobre o primeiro, louva os nordestinos e pergunta por que o deserto do Nordeste não foi ainda eliminado ou por que esse problema secular não teve sua solução. Sua resposta é inteiramente facciosa e sem nenhuma contribuição. Seria, para Oliveira Viana, impossível que nossas elites políticas dessem aos grandes problemas nacionais a importância que merecem. Para ele, o federalismo gerava o dominador e este o coronelismo e este o banditismo. “Enquanto sátrapas, bandidos e coronéis vão fingindo ‘regime republicano’ e o *self-government* por todo este vasto Brasil, é claro que não há tempo para cuidar, sequer pensar, nem do saneamento das inteligências; nem da eliminação do deserto pela eliminação do pântano, pela eliminação da ignorância”. Em suma — conclui Oliveira Viana — a solução do problema das questões sertanejas, como a de qualquer outro problema estruturalmente nacional, dependerá de uma transformação preliminar na mentalidade das nossas classes dirigentes (p. 219).

Acrescenta que “o movimento nacionalista, que Alberto Torres havia por algum tempo liderado e que depois se desviou sob a influência superveniente e perturbadora das correntes do futurismo e do modernismo, visava precisamente operar essa transformação preliminar dos espíritos e muito especialmente a erradicação de alguns velhos preconceitos ainda dominantes sobre os problemas da liberdade e sobre os problemas do governo. O que este movimento pretendia mostrar — e o faria vitoriosamente, se forças perturbadoras, de origem exógena, não o desviassem e anulassem — era que, sem esta modificação radical no sistema de idéias políticas das nossas elites dirigentes, seria impossível realizarmos aqui obra realmente construtiva e organizadora (...) e aí enumera carências brasileiras desatualizadas”. Estuda também o, sentido nacionalista da obra de Alberto Torres¹³.

“Entre nós, o poderoso pensador fluminense foi um dos poucos egressos da política, um dos poucos que, depois de se contaminarem com os miasmas dessa terrível malária sul-americana, não mais sentiram a nostalgia dos paus,

12. Vide José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?*, Brasília, Senado Federal, 1978.

13. Muito mais bem estudado num sentido progressista por Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

que a elaboraram (...) seus estudos mostram que, sob as aparências do político, simulando interessar-se pelas frivolidades e nugas, com que se entretêm e de que vivem os nossos campanários eleitorais, havia o observador, o crítico, o sociólogo, sondando e analisando as causas e os homens” (p. 224). Para Oliveira Viana, Alberto Torres “tinha o senso das realidades e possuía idéias positivas e práticas (...) tinha a vocação, a instintividade de um verdadeiro pensador político. (...) O seu convívio com a política, que lhe deu a presidência de um Estado e uma pasta de ministro, não lhe perverteu, igualmente nem o senso da verdade, nem a severidade de pensar e de dizer. É que sua personalidade, muito original e muito enérgica, como que se neutralizava às sugestões e às influências desses meios, onde tantas inteligências radiosas se embrutecem e tantos caracteres honestos se diluem” (p. 225).

Como ministro do Supremo Tribunal, Alberto Torres foi um dos mais notáveis daquela Casa (p. 225). No exame da sua atuação no Supremo Tribunal, ninguém melhor que Lêda Rodrigues destacou-lhe o papel e suas idéias sobre a necessidade de ampliação do remédio legal, o *habeas-corpus*, bem como sua visão realista sobre o federalismo brasileiro, demonstrando a inconstitucionalidade de leis e decretos estaduais, afirmando competir aos juizes federais “conceder mandados de manutenção de posse para obstar a cobrança de impostos interestaduais que fossem ilegais”¹⁴.

Oliveira Viana acha que foi no Supremo que Torres entrou a pensar mais seriamente na nossa gente, na nossa nacionalidade. Pensa ainda que, ao sair dali, voltou transfigurado: “Deixara as vacuidades e as ressonâncias brilhantes da época da propaganda. Era já agora um espírito educado à moderna, nos métodos mais recentes das ciências sociais”. Para Oliveira Viana, “ele não foi, nem será nunca um escritor acessível ao grosso da massa letrada, não atuará nunca diretamente sobre o povo; a ação das suas idéias se exercerá principalmente sobre o escol intelectual do país, na sua porção mais culta, mais educada, mais intelectualmente aristocrática” (p. 227).

Depois de censurar o excesso da europeização da nossa cultura, Viana trata da transformação das idéias nacionais que se acentuam com o objetivismo, o indutivismo, o realismo de Torres: “Poucos, pouquíssimos se mostram, como ele, libertos dessa preocupação tão brasileira, segundo Silvio Romero, de querermos ser o que não somos”.

“Poucos, pouquíssimos, como ele, possuem a noção mais completa, mais exata, mais complexiva, mais rica da nossa coletividade, da nossa estrutura, do nosso funcionamento como nação, das falhas do nosso caráter, das idiosincrasias da nossa psicologia, da índole e da mentalidade da nossa raça” (p. 229).

14. *História do Supremo Tribunal Federal*, t. II, 1899-1910; *Defesa do Federalismo*, p. XII, pp. 94-98; e *Personalia*, biobibliografia de Alberto Torres, pp. 207-11.

Exagera quando diz que houve um movimento de curiosidade e admiração pelos primeiros ensaios *Vers la Paix* (1909, 115 pp.), com um ensaio sobre a forma prática de estabelecer a paz, e um projeto de organização de uma Corte Internacional de Justiça e *Le Problème Mondial* (1913, 213 pp.) no qual expõe a idéia de uma organização de uma paz permanente, através da criação, ao lado da Corte Internacional de Justiça, de uma assembléia política internacional e de um centro de trabalho intelectual de todo o mundo, numa antecipação, assim, do que futuramente seriam as Nações Unidas e a Unesco¹⁵.

As obras de Alberto Torres passaram e continuam despercebidas. Seus dois volumes, *Problema Nacional Brasileiro* e *Organização Nacional*, foram livros influentes e até hoje importantes na compreensão e nos conselhos para uma ação nacionalista da recuperação brasileira, aproveitada pelos reacionários e até por alas progressistas. Compará-las aos *Sertões* de Euclides da Cunha constitui um equívoco, pois se ambas possuem cunho local da nossa “raça” e da nossa terra, outras anteriores e posteriores também o possuíam. Nem é exato que nenhum, como Torres, revelou uma visão mais complexiva e mais brasileira de nossa vida íntima de povo, pois ele pouco conhecia a história brasileira, e sem ela é impossível construir uma visão completa da evolução do país, uma melhor compreensão do seu presente e arquitetar linhas de progresso futuro.

Esse capítulo é desvalorizado pelos autores estrangeiros que Viana cita, todos de plano secundário, todos medíocres e superados, e mortos, mortinhos como influência e relevância. Como sempre, predominam na sua apreciação conceitos falaciosos sobre raça. Nem Alberto Torres consideraria o nosso povo em estado de fraqueza e dissolução e, por isso, proporia uma política de consolidação *interna* da própria nacionalidade. Este, para Oliveira Viana, seria o pensamento central de todo o programa social e político de Alberto Torres.

Quanto ao povo, dizia Torres em *Problema Nacional Brasileiro* (1914): “expressão, como fator social de uma fração deliberadamente abandonada, expressadamente desprezada, conscientemente condenada por incapacidade física e por incapacidade moral, pelos que a dirigem, caluniado, por vezes até no espírito, no caráter, na probidade pelo grupo de seus filhos que sabem ler e escrever, este povo só tem por necessidade impor a seus governantes a justiça, por um lado, as suas qualidades, e uma severa, mas primária e nobre política de educação para o trabalho”¹⁶. Justa e exatamente o contrário da tese defendida por Oliveira Viana, que achava o povo ruim e só usava o conceito de raça num sentido pejorativo da nossa etnia, embora neste ensaio de Viana que acabamos de examinar, *Problemas de Política Objetiva*¹⁷, único em toda a sua obra, esse conceito da inferioridade de nosso povo seja negado, contra toda a sua obra, porque seu mestre desaprovava tal preconceito.

15. Lêda Boechat Rodrigues, *op. cit.*, p. 208.

16. Companhia Editora Nacional, 12ª ed. São Paulo, 1933, p. 225.

17. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1930.

CAPÍTULO 17

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Este livro foi considerado, na época em que saiu (1949), como a obra de resistência de Oliveira Viana. No primeiro volume, ele trata dos fundamentos sociais do Estado, isto é, de Direito Público e da Cultura. Assim, para ele, o problema da hermenêutica constitucional se torna o estudo do nosso direito público e constitucional como problema de culturologia aplicada. Esta conclusão implica até em algumas considerações sobre o problema da cultura e da sua influência como força determinante dos comportamentos individuais. Escreve, então, que seu objetivo é, neste livro e no imediato, estudar o nosso direito público e constitucional exclusivamente à luz dos modernos critérios da ciência jurídica e política. Dentro deste critério, os problemas de reforma do regime se converteram em problemas de mudança de comportamento coletivos, impostos ao povo-massa — portanto, problema de cultura e de culturologia aplicada.

Oliveira Viana inicia este seu estudo mostrando que nele emprega a palavra *cultura* no seu sentido etnográfico (antropológico), pois traz certa confusão em nossa língua, na qual ele exprime cultura intelectual representando uma tradução imperfeita do original alemão: *Kultur*. Quando começou o estudo das populações brasileiras, a palavra *cultura* não estava ainda em voga, embora fosse corrente nas sociologias alemã, americana e austríaca. O fenômeno sociológico se compendiou e se exprimiu na palavra *cultura* e, embora fosse corrente na sociologia francesa, era indicada por outros nomes: ora meio social, antecedentes históricos, condições etnográficas; mas no Brasil, nos seus aspectos jurídico-políticos, a tentativa de descrevê-los, nestes aspectos, foi justamente o objetivo de *Populações Meridionais* (pp. 19-21). Para distinguir o mesmo fenômeno, “os alemães — desde Ratzel, já usavam a palavra cultura, mas, só os americanos a difundiram pelo mundo; os partidários de Le Play o chamaram de meio social, ou formação social, e os franceses, em geral, deram ao seu estudo o nome de etnografia ou ciência dos costumes. Hoje a palavra *cultura* substitui todas as expressões e encerra um conceito global, sintético, que nos permite exprimir toda a complexidade do fenômeno (...)”.

“Nunca empreguei esta expressão, senão agora, por continuar a fugir às expressões demasiadamente técnicas, só acessíveis a mestres, ou iniciados, mas na tradução da obra de Ralph Linton, *Introdução à antropologia Social* e D. Pierson, *Teoria e Pesquisa em Sociologia* ela passa a ser entendida por leigos

e não se deve esquecer de Herberto Baldus e E. Willems e aos estudos da revista *Sociologia* que divulgaram o conceito. Mas nem isso impede o perigo da confusão entre *cultura* no sentido sociológico (melhor antropológico) e cultura intelectual, que foi o grande embaraço que encontrou Fernando de Azevedo (...) Nos tratados destes mestres estas instituições que deixaria igualmente para outra série sobre história e civilização está o estudo dos fatores sociais e econômicos”. E afirma “por agora, irei investigar neste volume, e de forma monográfica e especializada, unicamente o papel da cultura na formação da nossa sociedade política e na evolução e funcionamento do Estado no Brasil. Antes iria — continuando esta parte introdutória sobre a escola culturalista — debater, numa visão relanceada, o problema dos complexos culturais. Estes complexos têm uma grande e fundamental importância para a verdadeira compreensão da nossa história cultural e do nosso direito público e constitucional”. No capítulo sobre a evolução das estruturas do Estado no mundo europeu ele chega à conclusão de que “tudo mostra assim que o mundo vai caminhando para um só tipo de Estado: o Estado Nacional, de base democrática” (p. 135).

“Os fatores sociais, importantes, não são estudados com a largueza que merecem. Tento agora estudá-los no Brasil à luz destes critérios, e reafirmando idéias anteriores desenvolvidas desde 1920 e desde *Populações Meridionais*. Daí este livro” (pp. 22-23). O livro é longo, exaustivo, dogmático, mas impreciso, vacilante e irrealista, alongando-se nas divergências teóricas individuais.

Afirma que em seus livros anteriores, desde as *Populações Meridionais* até as *Instituições Políticas*, ele investigara todos os fatores da nossa formação e evolução histórica e social; o meio antropogeográfico, os fatores biológicos e hereditários, os sociais e que retornava agora — depois de anos, de quase dez anos, de forçada interrupção — a esses estudos sobre a formação racial do Brasil. E que deixaria para uma série sobre nossa formação racial o estudo especializado da raça e do clima, como fatores da nossa cultura e civilização, e que, em conclusão, o brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo do que os outros povos latino-americanos. Estes ainda tiveram, no início, uma certa educação comunitária de trabalho e de economia. Nós, não. No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade — da comunidade. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver no homem o indivíduo — prossegue Viana. A formação social e econômica do nosso povo se processou dentro do mais extremado individualismo familiar.

Estuda depois a gênese do apoliticismo da plebe e reafirma que o governo das nossas câmaras, no período colonial, não era democrático. Era uma nobreza de homens bons, uma verdadeira aristocracia, onde figuravam exclusivamente a nobreza dos homens bons, os nobres de linhagem, e os descendentes deles ou dos aqui emigrados e fixados, os descendentes dos senhores de linhagem, a alta burguesia civil e militar. Esta burguesia era acrescida de elementos vindos de outra classe — a classe dos homens novos, enriquecidos no comér-

cio, que pelo seu estilo de vida, conduta e fortuna, haviam penetrado em círculos sociais dessa nobreza de linhagem. Essa minoria aristocrática era normalmente composta de grandes proprietários rurais, residentes nos domínios (fazendas, engenhos) e dos comerciantes ricos, residentes nas cidades (p. 146). Em suma, os elementos das populações das vilas, termos e comarcas, que chamamos, realmente, hoje de *povo*, estavam excluídos praticamente — e também legalmente — da incumbência de concorrer para a constituição dos poderes municipais — como eleitores e de legalmente do exercício destes poderes, como representantes. Durante cerca de 300 anos não colaboraram, portanto, nem podiam colaborar, na administração local — nem como eleitores nem como titulares qualificados.

Afirma que nossa história assinala uma aparente exceção a esta regra ao Sul, a da Vila de Piratininga. “Historiadores ou sociólogos há que procuram sustentar que, nesta vila do Planalto, o povo influiu e exerceu como plebe as funções reservadas em outras paragens do mundo colonial à nobreza de sangue e à nobreza da terra — à nobreza dos pelouros” (p. 153).

Reafirma seus sentimentos antidemocráticos ao resumir: “Sintetizemos — o que houve, durante o período colonial foi a autonomia das administrações municipais. De modo nenhum, democracia, no sentido moderno da expressão” (p. 164).

No período colonial, o nosso povo — com exceção de alguns senhores-de-engenho (os lavradores aparatosos de Vilhena dos Santos, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasileiras (1802)*, Bahia, 1921-1923) — formava uma congregação de pobres — e não tinha organização alguma, como ainda não tem hoje. Era este o povo do período colonial. Isto na própria e opulenta Bahia dos fins do século III.

Nas capitânias do Sul, essa congregação dos pobres, de Vilhena, se transformava numa congregação de pés-descalços. Havia, sem dúvida, no Rio, em São Paulo e em algumas cidades de Minas, uma massa de gente mecânica, com uma organização, aliás meramente aparente, de “ofícios”, mas ainda assim nada podia fazer contra a poderosa organização dos senhores da terra e dos grandes comerciantes enriquecidos.

Em síntese: é faltar à verdade histórica falar-se em democracia no período colonial.

Para Oliveira Viana, há povos capazes e povos incapazes, e entre os primeiros formam os anglo-saxônios (ingleses, americanos-do-norte, australianos, neozelandeses, rodesianos), as nações germânicas (Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria germânica e o grupo escandinavo (dinamarqueses, suecos e noruegueses). É um grupo restrito, onde o sentimento do interesse nacional é *mais forte* (p. 185).

E, nessa concepção de incapacidade dos celtas e latinos, Viana amplia e generaliza, tratando dos povos imitadores (como somos nós), dos tipos sociais, os nascidos dos incapazes, os coronéis, os caudilhos, as lutas de família, o afi-

lhadismo, o genrismo, o sobrinhismo, e resume o nepotismo nestas palavras: 'da análise histórica que acabamos de fazer, o que verificamos é que, ao encerrar-se o III século e ao fim do período colonial, quase todos os elementos do nosso direito costumeiro já estavam constituídos e generalizados. É verdade que não havia aparecido nem o barão (o titular do Império), nem o coronel da Guarda Nacional (o mandão ou dono do município); estes só surgiram em nosso cenário político no quarto século''.

Os demais elementos já assinalamos, isto é, os tipos sociais, as instituições e os costumes que decorrem do domínio fazendeiro e da condição social do senhor-de-engenho, estes já haviam atingido a plenitude da sua formação e evolução no século III e para imunidade policial. É o dever correspondente destes dar proteção e assistência aos seus moradores. Descreve os tipos sociais, o *cabo-da-tropa*, paulista, do século II e III, o capitão-do-mato, que durou dois séculos e desapareceu, o carteiro, que sempre existiu; é o tipo mais antigo e duradouro do Brasil. O tipo que com ele coexiste na história é o capanga, que o acompanha e é produto da insegurança reinante no período colonial.

Resume escrevendo que o clã rural é a única forma de solidariedade do povo-massa nos campos que a nobreza territorial conseguiu organizar. Mas não foi a única porque, se o clã feudal é a organização da solidariedade do povo-massa da plebe do campo, para a elite rural o grande domínio organizou uma outra espécie de solidariedade social — o clã parental — que é uma organização aristocrática, que teve enorme influência no período colonial e ainda maior no Império e na República.

Em síntese, para mostrar sua autonomia e independência de pensamento, Oliveira Viana, que tanto criticou os autores brasileiros, que recriminou que eles imitavam os autores estrangeiros, como que pedindo uma interpretação *sui generis*, escreve poder dizer-se "do Brasil e da sua população, ao encerrar-se o III século (inclusive as primeiras décadas do IV), o que Fustel de Coulanges disse da sociedade grega e da romana, depois da queda da realeza nesta e nos primeiros tempos da aristocracia": 'Os homens viviam separados e tinham poucos interesses comuns. O horizonte de cada um deles era o pequeno burgo, em que vivia de *ex patrida* ou a título de servidor. Em Roma, também cada uma das famílias patricias vivia no seu domínio, rodeada de clientes: à cidade ia-se para as festas dos cultos públicos ou para as assembléias'."

É surpreendente que sua imaginação compare dois exemplares tão diferentes e apenas substituiu "o pequeno grupo dos compatriotas e senatorial dos patricios pela pequena sociedade aristocrática dos senhores de engenho e dos grandes domínios, fazendeiros, e mais que se substituísse os burgos pelas vilas reais — e ver-se-á que o quadro romano-grego se reproduziu com fidelidade no Brasil dos últimos dias coloniais" (p. 274). Essa comparação não revela apenas falta de imaginação, mas o desconhecimento metodológico-filosófico-histórico que uma sociedade não repete, nem reproduz outras, porque a história não é farsa.

Na permanente crítica à criação original brasileira, Viana acaba afirmando que “é sobre esta sociedade — assim dispersa, incoesa e de estrutura aristocrática — sobre que vamos realizar, entretanto em 1822, uma das maiores e mais radicais experiências de democratização, porventura realizadas na história da América Latina, a do sufrágio universal, instituindo com uma latitude, uma generalidade, que nem mesmo hoje conhecemos. E nada mais curioso do que acompanharmos, nas suas conseqüências essa democratização feita por decreto, de modo quase mágico — e que não correspondia a nenhuma transformação de fundo da estrutura desta sociedade, nem às condições reais da sua *cultura política*” (p. 274).

Em sua teimosia antidemocrática, ele afirma que “dada, realmente, a organização feudal e autoritária, em que se moldavam os grandes domínios, há de ver-se que estes domínios — pela sua estrutura e espírito — eram as organizações sociais menos adequadas para prepararem uma população de verdadeiros ‘cidadãos’, tal como os idealizares da doutrina democrática — com o senso da independência e a liberdade de ação consciente na vida pública. Isto é, como indivíduos dotados daquele mínimo de atributos, sem os quais não existe o cidadão — tipo da teoria da Soberania do Povo — cidadão de Rousseau”.

Nega outras e muitas vezes a possibilidade de regime democrático no Brasil.

Afirma Oliveira Viana — repetindo Justiniano José da Rocha — que no período que vai de 1822 a 1831, as nossas elites estavam todas fascinadas pelo prodigioso encantamento da prosperidade dos Estados Unidos. “A independência” — dizia este — “era muito recente e ainda não havia tempo de ter-se criado uma escola prático-brasileira; se não faltavam capacidades, faltavam habilitações adquiridas para as grandes funções sociais” (p. 326).

Afirma duas vezes que a única autoridade era a do senhor-de-engenho. Em suma: do ponto de vista da cultura política (emprego da expressão no sentido etnográfico), “a primeira conclusão a fixar é então — que na estrutura social do povo brasileiro, e no seu direito — costume, nas suas tradições de vida pública — não existia, quando instauramos aqui o regime democrático e representativo, nenhuma das condições culturais exigidas como pressupostos necessários para o funcionamento regular de uma democracia de sufrágio universal direto” (p. 345).

E repete o refrão que inunda seus livros: “O povo dos nossos municípios não estava educado, culturalmente, para esta operação eleitoral (...)” (p. 347). “O que se viu durante o Império é que o Parlamento Nacional e as Assembléias Provinciais — ao contrário dos textos democráticos — sempre foram escolhidos pelo poder central. Ou mais propriamente pelos gabinetes ministeriais, ou pelos chefes dos partidos nacionais, com sede no Rio, ou pelos governadores quando se tratava de deputados às Assembléias Provinciais. Os próprios partidos nacionais eram criações do Centro, para efeito de simularem a democracia num país impróprio para ela (p. 347).

Por isso afirma que não houve nenhuma mudança de fundo, no nosso povo, quando passamos do regime colonial para o regime democrático do Império: o regime colonial “prolongou-se pelo Império adentro, reduzindo a formação dita democrática das 2.^{as} e 3.^{as} estruturas do Estado a uma simples simulação — e nada mais. O Centro da força, apesar das aparências democráticas das investidas, continuou a ser o Paço dos Governadores, e a Corte Real, no Rio, tal como no regime colonial”. E, logo mais adiante, acrescenta: “o ideal democrático é, destarte, na Constituição de 24, como na de 91 — uma criação das nossas elites dirigentes (...)”.

“Esta carência de motivações coletivas e de espírito público, provincial e nacional, bem mostra que a vida pública — no sentido britânico da expressão — não tinha, e ainda não tem, condições de existência no Brasil, e a razão disto está em que não havia — quando instituímos o regime democrático no nosso país — nada que houvesse constituído em tradição de interesse coletivo do município, da província ou da Nação”. Acrescenta, em nota, que esse apolitismo da nossa massa sensível na análise que do nosso regime eleitoral e democrático nos deixou João Francisco Lisboa em seu estudo sobre os partidos políticos no Maranhão¹.

Entre a Constituição do Império — que nos deu a primeira forma legal de Estado-Nação — e o comportamento prático dos cidadãos, que deviam, no Centro, nas Províncias e nos Municípios, executá-la, havia uma desconformidade profunda, uma viva discordância, um desvio que se revelava tanto mais nítido e amplo quanto caminhávamos do Sul para o Norte e dos litorais para o Interior. No fundo, a Constituição de 24 continha um sistema de comportamento que nunca foi executado — e não foi porque, no povo, havia o substrato consuetudinário. O imperador, apesar de sua vigilante honestidade, nunca pôde chamar os seus súditos, mesmo os mais eminentes, à verdadeira concepção do regime mesmo ainda fazê-los executarem a Constituição no seu exato sentido e na limpidez de seus preceitos.

Enfim, para Oliveira Viana predomina desde o começo o idealismo utópico das elites, e ele é desenraizado, ignorando o povo, criando legislação para entidades abstratas, sendo o fundo cultural do povo estranho à elite, desrespeitando a realidade circunstante; toda a Constituição foi feita no vácuo e os desacertos são inúmeros (pp. 21-23). Para ele, o erro fundamental dos nossos constitucionalistas tem sido dar à autonomia local conteúdo maior do que é aconselhável em nosso meio, um conteúdo demasiadamente amplo — ou porque anglo-saxônio, ou porque meramente teórico; conceito que não atende as nossas realidades de formação social e de estrutura cultural. Estas nos dizem que, no nosso conceito de autonomia local (Estados e Municípios), poderemos intuir todos os direitos que quisermos, menos um: o direito às autoridades que

1. *Obras Completas*, vol. 1, pp. 162, 179 e 200.

têm o encargo da defesa das liberdades civis. Estes devem trazer o carisma de uma autoridade mais alta e mais imparcial — que não pode ser outro senão a da Nação (p. 238).

Daí parte Viana para o papel do Poder Judiciário na organização da democracia no Brasil. “O ponto vital da democracia brasileira não está no sufrágio liberalizado e, para todo o mundo, repito, está na garantia efetiva dos homens do povo-massa, do campônio e do povo em geral, em evitar o arbítrio dos que estão de cima, dos que detêm o poder, dos que são governo”. Pouco importa para a democracia no Brasil sejam essas autoridades locais eleitas diretamente pelo povo-massa ou impostas por investidas carismáticas; se elas forem efetivamente contidas e impedidas do arbítrio, a democracia estará realizada.

Hoje (1985) ainda estamos, sob esse aspecto, na mesma condição em que estávamos em 1843, quando Nabuco de Araújo, discutindo a Reforma Judiciária, nos punha em face do mesmo dilema: “ou organizar a justiça pública verdadeira, real, completa, ou legitimar a indireta popular. Não tendes, pois, escolha: é preciso organizar a justiça pública. Mas como? Olhai para a sociedade, o que vedes? Um longo hábito de impunidade” (p. 212).

É exato e justo o conceito de Nabuco, pai. O problema da liberdade individual e civil — problema que é preliminar a toda e qualquer liberdade política — é justamente eliminar esse longo hábito de impunidade. Essa certeza de impunidade, que os nossos costumes asseguraram ao arbítrio, corrói tudo: mata no seu berço o cidadão e impede a formação do verdadeiro espírito público. Eliminada que seja dos costumes essa certeza da impunidade, as liberdades civis estarão asseguradas.

Ao concluir este seu estudo, elogia — uma exceção — a conduta do povo brasileiro: “conduzindo como se conduz na esfera da vida pública, comportando-se como se comporta no campo político, o nosso povo está agindo em perfeita concordância com seu passado histórico, com sua estrutura social e com sua psicologia política”. A nossa elite é que está iludida, exigindo deles o que exigem. Quando ela deforma, erra ou descumpre essas instituições que lhe outorgam, não se trata de corrupção como pensam, trata-se de determinismo social, pura e simplesmente... Sem levar em conta as tradições e os demais elementos constitutivos do nosso povo, é-lhes impossível saber quais os processos ou meios mais aptos para modificá-lo na sua estrutura ou reformá-lo na sua mentalidade política, isto é, no seu comportamento na vida pública — que é o objetivo das reformas que planejam (p. 246).

Tais conclusões a que chegou Oliveira Viana se fundam em dados científicos e históricos, todos essenciais à nossa formação nacional — afirma ele. Nenhuma reforma social ou política que intentamos operar pode deixar de levar em consideração esses caracteres em consideração, seja para corrigi-los na Lei ou na Constituição, seja para corrigi-los ou expurgá-los da nossa estrutura so-

cial. Essas determinantes são invioláveis, irredutíveis, históricas, e todos os que exercem uma função dirigente têm obrigação de conhecê-las.

Quando estuda a metodologia objetiva ou realista, declara que ela só poderá aplicar-se partindo da realidade brasileira que nunca poderá basear-se nos livros que nós chegamos da Europa e dos Estados Unidos, mas nos estudos que fazemos da nossa terra, da nossa sociedade, de nós mesmos, da nossa sociedade e do nosso ser humano. Afirma, então, que isso não se fez de forma sistemática (p. 79). Temos sempre lido os tratadistas estrangeiros e, depois, sob a sugestão deles e através de meras aparências e analogias, feito essas mesmas coisas que aparecem neles descritas. E chegamos a conclusões sobre nós mesmos absolutamente falsas ou artificiais.

Nos últimos tempos, alguns espíritos mais inovadores, mais rebeldes têm procurado encarar o nosso povo como ele deve ser encarado, como uma coletividade autônoma, isto é, como um grupo humano original, produto de uma sociogênese que é só dele e de mais nenhum povo.

A Oliveira Viana só interessava o estudo das instituições políticas e de direito político do Brasil. Distingue, então, dois aspectos do fenômeno jurídico: um normativo, isto é, a lei escrita — e Rui foi seu sustentáculo; o segundo, do nosso direito constitucional, como nomeou em carta, tem seu primeiro padrão nos ensaios de Silvío Romero, Alberto Torres, e ele que, nos seus ensaios, vem fazendo da história e da sociologia das nossas instituições políticas e partidárias um estudo sistemático e rigorosamente científico. Nestes estudos tem aparecido contribuição mais objetiva (83) ou modos de comportamento efetivo na vida pública (Centro-Sul e Extremo-Sul) e os principais traços e complexos da sua cultura política.

O que Torres e ele fizeram consistiu numa novidade metodológica: considerar os problemas do Estado, os problemas políticos e constitucionais do Brasil, não apenas como simples problemas de especulação doutrinária ou filosófica, mas como problemas objetivos, vinculados à realidade do povo e, conseqüentemente, como problema de comportamento do homem brasileiro na sociedade brasileira. Declara que o mestre de sua afeição, o guia principal do seu pensamento — aquele que lhe deu o fundo e sua concepção sociológica ou da sua visão geral da sociedade — foi Ratzel. Não tanto a geopolítica, mas o poderoso etnólogo e culturologista da *Völkerkunde*. Na história da culturologia européia [a antropologia social dos americanos], Ratzel representa uma corrente ou uma escola em que os fatores geográficos e econômicos aparecem exercendo papel preponderante — e este era justamente um dos traços distintivos do pensamento de Torres. E se admirou, com Torres, sem investigação de nenhuma espécie, sem nenhum mergulho retrospectivo dos nossos ànsais históricos e dos séculos coloniais, entendeu a nossa realidade sociológica e as condições íntimas de nossa estrutura do povo e da nação (p. 88).

Vê-se, por esses trechos, que defende uma posição culturalista que ninguém melhor que Sérgio Buarque de Holanda desaprovou com força e energia

na crítica no *Diário de Notícias* (8-e 18 de janeiro de 1950) e reproduzido em seu livro *Tentativas de Mitologia*².

Ninguém melhor que Sérgio Buarque de Holanda poderia fazê-lo e eu me limito a reproduzir os trechos mais significativos deste mestre, que respeitava e admirava. Falando sobre o conceito de cultura, escreve Sérgio Buarque que “para o ilustre pensador [Oliveira Viana], que inaugurara com sua análise memorável das nossas populações meridionais uma fase nova nos estudos para o melhor conhecimento do Brasil, aquele conceito já vai ocupando lugar desmesuradamente vasto na pesquisa científica e torna-se cada dia mais intolerável e ambicioso”. Ele considera a fidelidade do pensador brasileiro ao anti-culturalismo como exaustiva e não admite pastiche. Mas sua atitude está longe de ser simplesmente negadora. A negação é, aqui, antes um primeiro passo para a construção positiva, que vai servir de base à sua investigação do verdadeiro papel da cultura na formação de nossa sociedade política e na evolução e funcionamento do Estado no Brasil. No segundo artigo, Sérgio escreve que a “longa exposição que faz o Sr. Oliveira Viana de suas reservas ao emprego da expressão ‘cultura’ no sentido antropológico é, de certo modo, uma apologia e uma tentativa de justificação das idéias que vem defendendo desde o seu primeiro livro. Até aqui ele se recusara obstinadamente a recorrer ao conceito, fosse porque não tinha entrado em moda quando iniciara sua série de estudos sobre nossa formação social e histórica, fosse — e principalmente — porque encerra uma ambigüidade, prestando-se a ser confundida com a idéia da cultura intelectual”.

No citado estudo, Oliveira Viana escreve: “O meu ponto de divergência com os antropologistas americanos da escola culturalista, Boas e seus seguidores, é que eles consideram a cultura como um sistema social que encontra explicação em si mesmo, ao passo que eu, embora aceite a concepção central da etnologia americana — do regionalismo das áreas de cultura — contudo não aceito o panculturalismo desta escola, que quer explicar tudo em termos de cultura, até os fenômenos fisiológicos e se recusa aceitar a intervir na formação e evolução das sociedades e da civilização, os fatores biológicos, negando qualquer influência do indivíduo ou à raça, ou à sua poderosa hereditariedade” (citação de Sérgio Buarque no segundo artigo).

É bem possível, continua Sérgio Buarque de Holanda, com efeito que a maioria dos etnólogos atuais — e não apenas aqueles que o Sr. Oliveira Viana denomina *culturalistas* — deixe de dar a devida consideração a certos fatores biológicos e que as pretensões tantas vezes extravagantes dos partidários das doutrinas sociais tenham contribuído para semelhante falta. Por outro lado, no entanto, o abuso de que se incriminam os que ousam explicar em termos de cultura até os fenômenos fisiológicos não é certamente mais escandaloso do que o dos raciólogos que pretendem fazer valer a importância dos fato-

2. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979, pp. 37-85.

res biológicos na explanação de fenômenos culturais. Acresce, continua Sérgio Buarque de Holanda, que a exigência de se considerarem estritamente biológicos tem por base a crença numa inevitável correlação entre cultura e raça. Ora, o etnólogo acha legítimo uma disciplina objetiva, que funda suas conclusões em dados verificáveis, e aquela crença não encontrou apoio, agora, em nenhuma verificação precisa.

Quanto a pretensão da superioridade do conceito de raça germânica e do arianismo, Viana nunca pôde abandoná-la. Era um princípio imbatível para ele.

O sincero rancor que Oliveira Viana parece dedicar ao que chama — escreve Sérgio Buarque de Holanda³ numa crítica rigorosa ao livro *Instituições Políticas* — escolas culturalistas, “pode-se dizer que é totalitário, cego, avesso, a essas precisões. E eu ousaria pensar que algumas de suas críticas chegariam a ser quase plausíveis se feitas com mais senso de nuances e menos iracúndia. Quando se ampara, por exemplo nos pontos de vista do Professor Gordon Allport para censurar a ênfase que muitos sociólogos e etnólogos dão ao papel das instituições culturais negando importância apreciável ao indivíduo, ele não faz mais que reportar-se, passageiramente, é verdade, e sobretudo com ânimo polêmico, aos que vão tentando, com justos motivos muitas vezes, a revisão de certas premissas longamente arraigadas e aceitas sem crítica nos estudos sociais⁴. Continua o grande Mestre, cuja crítica é tão valiosa que a ele recorreremos o mais que pudermos, ser significativo, a esse propósito, que não deixa de enaltecer, na antropologia de tendência funcionalista, uma via de salvação para os que não se conformam com os métodos de Graebner ou Schmidt, de Boas, Kroeber ou Winsler. Pois se é certo que, referindo-se principalmente a autores do século passado, tenham os representantes de tal tendência criticado algumas vezes a crença numa cega submissão aos costumes ancestrais, ou seja, à tradição cultural como característica dos povos “primitivos”, não é especialmente por esse aspecto que se distanciam eles dos métodos históricos ou difusionistas (o panculturalismo de Oliveira Viana).

A própria insistência com que apresentam a cultura como um todo, em contraste com o critério por assim dizer atomístico e comparatista adotado pelos outros, está longe de favorecer os argumentos polêmicos de que se socorre o pensador brasileiro⁵. Sérgio Buarque de Holanda afirma que a parcialidade, justificável ou não, do nosso autor, transparece claramente em trechos como o que se lê a p. 51 de seu livro.

“O meu ponto de divergência com os antropologistas americanos da escola culturalista, Boas e seus seguidores, é que eles consideram a cultura como um sistema social que encontra explicação em si mesmo, ao passo que eu, em-

3. *Tentativa de Mitologia*, ed. cit., pp. 40-41.

4. *Ibid.*

5. *Ibid.*, p. 43.

bora aceite a concepção central da etnologia americana — do regionalismo das áreas de cultura — contudo não aceito o panculturalismo desta escola, que quer explicar tudo em termos de cultura, até os fenômenos fisiológicos e se recusa aceitar a intervir, na formação e evolução das sociedades e da civilização, os fatores biológicos, negando qualquer influência ao indivíduo ou à raça e à sua poderosa hereditariedade.”

Escreve, então, Sérgio que é bem possível, com efeito, que a maioria dos etnólogos atuais — e não apenas aqueles que Oliveira Viana denomina *culturalistas* — deixe de dar maior peso a fatores biológicos e que as pretensões tantas vezes extravagantes dos partidários das doutrinas raciais tenham contribuído para a atualidade. Por outro lado, no entanto, o abuso de que se incriminem os que ousavam explicar “em termos de cultura até os fenômenos fisiológicos, não são provavelmente mais escandalosos que o dos racionólogos que pretendem fazer valer a importância dos fatores biológicos na explanação dos fenômenos culturais”. São esses fenômenos, em realidade, o objeto próprio da etnologia e parece natural, por isso mesmo, que seus especialistas concentrem a atenção de preferência neles. Acresce — continua Sérgio — que a exigência de se considerarem ao lado desses, e a qualquer preço, os fatores biológicos, tem por base a crença numa inevitável correlação entre cultura e raça. Essa crença não encontrou apoio, até agora, em nenhuma verificação muito precisa: “Um dos embaraços prováveis a essa verificação está no caráter vago e vário que tem assumido o conceito de raça, desde que o problema começou a ocupar os cientistas. Todos sabemos como, durante grande parte do século passado, a Etnologia veio se preocupando fortemente com traçar limites nítidos entre domínios respectivos da cultura, da língua e da Raça, e em estabelecer métodos de investigação apropriados a cada um desses domínios. O resultado foi a formação de certas noções confusas, de que ainda são exemplos expressões tais como ‘raça germânica’, ‘arianismo’ e outras que durante longo tempo perturbaram numerosos investigadores, mas não puderam resistir — nem sequer na Alemanha nazista resistiram apesar do interesse político que havia em resguardá-las — ao exame de pesquisadores mais autorizados” (pp. 44-45).

E escreve mais que, quanto à pretensão de se estabelecer em hierarquias raciais ou hierarquias culturais, não parece extremamente fácil sustentá-las com critérios desapaixonados. É notório que o predomínio político e técnico dos povos nórdicos representa sucesso demasiado recente na História para que, sobre esse terreno móvel, se possam erigir construções duradouras (pp. 45-46).

Acha Sérgio Buarque de Holanda que é forçoso aceitar a advertência de um antropólogo de quem, aliás, chega a dizer Oliveira Viana que é dos poucos tratadistas americanos do seu gosto: “O branco, observa Ralph Linton, está cada vez mais sendo colocado numa posição em que faz parte da prudência capitular de bom grado” (p. 46). Todavia, continua Sérgio Buarque de Holanda, “o notável pensador brasileiro inscreve-se entre os que não se conformam facilmente com a sabedoria de semelhante advertência. A básica desigual-

dade entre as raças, no sentido de Gobineau e Chamberlain, é para ele verdade axiomática; não tolera dúvidas, nem requer demonstração. Daí não querer encarar cultura no seu aspecto puramente etnográfico, mas considerá-la como um complicado mecanismo que as sociedades constroem para selecionar, distribuir e classificar os valores humanos, gerados no seu seio pelas matrizes biológicas de linhagem e de raça”.

Sérgio Buarque de Holanda acha desnecessário insistir, a este propósito, acerca das transformações ainda hoje em curso sobre as primitivas e vagas idéias que se associavam à palavra *raça*, para acrescentar que a aparente complexidade que Oliveira Viana pensa introduzir no exame dos problemas culturais é, ao contrário, uma simplificação e, do ponto de vista da pesquisa científica, um retrocesso. Retrocesso às posições daqueles pioneiros da etnologia que, não dispondo de elementos seguros para uma acurada pesquisa, postulavam a suprema indistinção entre fenômenos culturais, raciais e lingüísticos. “Tenho fundados receios” — acrescenta Sérgio Buarque de Holanda — “de que, ao acenar para as matrizes biológicas da Linhagem e da Raça, Oliveira Viana esteja sugerindo uma explicação mais confusa do que complexa”.

Ele acha que a fixação e crítica de algumas noções fundamentais podem ajudar-nos a tratar mais concisamente da matéria desenvolvida ao largo de dois grandes volumes. O tema central é, em poucas palavras, o estudo dos fundamentos sociais do Estado do Brasil, à luz de critérios que o autor vem desenvolvendo a partir de 1920 (p. 47).

Na querela entre realistas e nominalistas da cultura, o autor brasileiro, inspirado sobretudo nas razões de Gordon Allport, parece inclinado para o lado dos últimos. Mas uma séria dúvida acerca da segurança dessa posição começa a invadir-nos precisamente quando ele passa, de súbito, a insistir na necessidade de se considerarem como decisivas a existência das culturas, as matrizes biológicas da linhagem e da raça.

De que maneira, pergunta Sérgio Buarque de Holanda, essa intrusão do fator racial — racial no sentido de Lapouge e Chamberlain — irá servir para que a cultura deixe de ser, então, uma força onipotente. Oliveira Viana não se preocupa em deixar de lado essa solução. E, já no terceiro capítulo, os complexos culturais passam a constituir um sistema articulado, no que vemos objetos e fatos de ordem material associados a reflexos condicionados, com os correspondentes sentimentos e idéias. A tal cultura se torna, em verdade, o fulcro de todo o seu esforço de explicação da sociedade política. Pode-se dizer que aceita sem temor e abraça mesmo, em suas formas radicais, o texto que o homem é prisioneiro perfeito de sua forma múltipla, conciliadora, que nos permite formar um composto raça + meio = cultura (p. 48).

A advertência é evidentemente no sentido de nos voltarmos, nós brasileiros, às genuínas fontes da vida de nossa sociedade política, à medida que foram contaminadas pela intrusão de elementos espúrios que ela jamais absorveu. E foi, em suma, para tentar desvendar aos nossos olhos essas reservas de

autenticidade e grandeza, que Oliveira Viana resolveu escrever *Instituições Políticas* (p. 48).

Oliveira Viana, sendo consultor jurídico do ministro Salgado Filho (quando foram lançados os primeiros fundamentos legais do nosso Direito Trabalhista), pôde verificar a presença, entre os nossos operários, de todo um complexo de normas e regras, “militante, vivaz, estuante de vida e sangue, objetivado em usos, tradições, praxes, costumes, e mesmo instituições administrativas oficiais”. Pois a essa ganga bruta, mais viva e radiativa — e não à inspiração de leis fascistas — como tantos insistem em dizer (tendenciosamente, pensa ele), foi que recorreram os técnicos do Ministério ao elaborarem a Consolidação das Leis do Trabalho. Bastou-lhes, para isso, dar forma plausível e sistema ao que espontaneamente brotou da cultura tradicional do povo-massa (pp. 48-49). Sérgio Buarque de Holanda admite que os que acusaram a Consolidação das Leis do Trabalho de inspiração fascista eram tendenciosos, mas não declarou sua opinião, e eu creio que foi inspiração fascista e não broto da cultura tradicional de nosso povo-massa. Oliveira Viana afirma ainda, sem demonstração, o que invalida sua afirmativa, que as mais originais revelações com que deparou nesse caso e as mais impressionantes não vieram, como se poderiam esperar, dos meios urbanos, mas do setor velho de quatro séculos, do trabalho marítimo e de estiva. Fala, então, que dos jangadeiros nordestinos, baleeiros, baianos e caiçaras do Sul se puderam recolher praxes, usos e costumes, deixados pelos antigos pescadores portugueses, e aí vem o racismo, *rui-vos e ossudos*.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, enquanto os filósofos dos setecentos buscavam determinar as instituições jurídicas primordiais e universalmente válidas, Oliveira Viana, neste caso fiel ao critério culturalista, tentava restabelecer a velha antítese entre as praxes consuetudinárias e o direito escrito, e só quer saber de desvendar os traços peculiares e insubstituíveis dos complexos culturais, que se formaram desde tempos proto-históricos e que acabariam incorporados misteriosamente à própria vida fisiológica dos indivíduos.

A razão da turbulência política dos países da América Latina e também dos povos balcânicos residiria numa invencível contradição entre os traços peculiares e as instituições deploravelmente importadas por esses países. Sabemos a que resultados pode levar essa crença na existência de um exato e uniforme desenvolvimento histórico, gerado quando dominavam as teorias evolucionistas. Mostra, a seguir, Sérgio Buarque de Holanda que o quadro idílico com que se compraz Oliveira Viana, que via neles as fontes da democracia europeia, não resistia longamente à crítica de Alfons Dopsch em sua *Economía Natural y Economía Monetaria*⁶. Outros autores, como Joaquín Corte, escreveram sobre as comunidades agrárias da Espanha, em que se baseou Oliveira Viana

6. México, Fundo de Cultura Económica, 1943.

quando já não havia mais quem defendesse tal tese (pp. 50-51); Henri Pirenne criticou uma jurista que apresentou a hipótese da comunidade aldeã, sempre tendo como atributos a liberdade e igualdade de todos os seus membros.

Sérgio Buarque ataca a coragem de Oliveira Viana de considerar que bases remotas do complexo da democracia direta renascerão do primitivismo da humanidade ariana. Mostra que se equivocou no citar Max Weber e Norman Gras como os autores nos quais se teria apoiado, pois nenhum deles ousou reviver a alegada hipótese.

Cita B. White (*Self-Government at the King's Command*) sobre os motivos mais plausíveis a serem vistos do aparecimento do regime representativo atual da Grã-Bretanha. Estes motivos não estariam em alguma exigência profunda do sangue anglo-saxão, mas antes em uma disciplina estimuladora e imposta aos anglo-saxões pelos reis franco-normandos (p. 52).

E aí conclui Sérgio Buarque de Holanda de modo definitivo, ao escrever: “A nada ficaria reduzida, assim, a venerável hipótese agora ressuscitada entre nós e estranhamente reforçada por Oliveira Viana, que, empenhado em demonstrar a incompatibilidade radical do sistema representativo com as condições de povos que lhe parecem biológicas e culturalmente inferiores aos anglo-saxões, gostaria de poder apresentar aquele regime como um produto racial, brota de um solo já amanhado através de séculos ou milênios pelas comunidades de aldeia” (pp. 52-53). E insiste em que é forçoso convir que em todo esse trabalho impaciente de Oliveira Viana para nos apresentar os sentimentos democráticos e os regimes representativos como criação espontânea e privilegiada de certos povos, resultado de longo processo histórico peculiar a eles, redundará em completo malogro se lhe forem aplicados critérios mais severos de análise (p. 53). Ainda aqui, a vontade de ver mobilizada toda a história do Brasil e a do mundo para defender a qualquer preço os seus pontos de vista, leva-o a construções que parecem extremamente hipotéticas e que ele tentaria comentar em pormenores, não fosse o medo de prolongar essas notas muito além do tolerável. Limita-se, por isso, a indicar ligeiramente algumas das suas concepções básicas, que lhe parecem todas falaciosas ou infundadas (p. 53).

A primeira é o caráter aristocrático do nosso municipalismo, que ele relaciona, em grande parte, à época em que teria sido efetivada a transferência das instituições correspondentes, dizendo que, quando foi o Brasil descoberto e colonizado, já dominava nos conselhos lusitanos a aristocracia dos “homens bons”. Escreve Sérgio Buarque de Holanda que não é preciso recorrer a Gama Barros e a outros historiadores que tenham tratado da administração pública em Portugal para lembrar que a ascensão dos mecânicos nos conselhos portugueses só se deu a partir de fins do século XV, ou seja, precisamente às vésperas do descobrimento do Brasil, e isso contra forte resistência das aristocracias locais, que representavam, estas sim, a genuína tradição lusitana (pp. 53-54).

Quanto ao seu desejo de reforçar a tese do apoliticismo da plebe entre nós, observando que a fundação de povoados e a ereção desses povoados em

vilas partiram, com rara exceção, do governo das colônias, é significativo que, em favor de tal alegação, lembre apenas a política urbanizadora, se assim se deva dizer, desenvolvida em São Paulo, no terceiro quartel dos setecentos, pelo Morgado de Mateus.

A verdade — afirma Sérgio Buarque de Holanda — é que a atitude desse capitão-general correspondeu, no momento, à exigência da defesa da Colônia, e atendeu às ordens expressas do então Conde de Oeiras. Foi uma solução atípica e de emergência. E Sérgio Buarque de Holanda assinala que tal solução foi tida como uma novidade escandalosa. Na generalidade dos casos, a fundação de povoados e vilas por pura iniciativa dos governos redundou em completo malogro. O uso constante no Brasil era não se erigir em vila um povoado, sem prévio requerimento dos povos. Cita então como único estudo as “Contribuições Para a História do Povoamento em São Paulo”. Não podia citar os estudos que são referidos anos depois na minha *História da História do Brasil Historiografia Colonial*⁷. Assim, para Sérgio Buarque de Holanda, a ação dos particulares entre nós, que Oliveira Viana busca incessantemente nulificar, teve papel nada irrelevante (pp. 54-55).

Sobre a suposta geração espontânea das cidades norte-americanas, que é um dos argumentos utilizados em mais de um passo por Oliveira Viana em favor de sua tese um tanto caprichosa entre o sistema anglo-saxônio — onde a parte das autoridades seria nula — e o latino e principalmente o brasileiro — onde ela seria absorvente de todas as energias individuais — tudo não passaria de mais um equívoco do autor. Cita, então, a seu favor o clássico norte-americano *The Frontier in American History*⁸, que mostra que naquelas colônias tinha geralmente como ponto de partida um requerimento endereçado à Corte Geral. Turner diz que este era o processo típico da fundação de uma cidade ianque. Por onde se vê que não seriam menos fundadas do que a generalidade de nossas povoações coloniais, opostas por Oliveira Viana às povoações surgidas ecologicamente, com essa espontaneidade que preside à formação daquelas densidades de que fala La Blache. Espontaneidade que, por sua vez, já seria ao seu ver como uma esperança de democracia.

Também não se pode afirmar que fosse especificamente nossa a circunstância de não existir entre nós complexo democrático de se achar gente da plebe — o povo-massa — excluída nas vilas coloniais “da incumbência de concorrer para a constituição dos poderes públicos municipais dos eleitores e também do próprio exercício desses poderes como representantes”. Não era em realidade muito diferente a situação nas colônias que viriam a formar os Estados Unidos da América do Norte; esse paraíso do sistema representativo que leva Oliveira Viana a declarar “o único país do mundo onde a democracia impera sem contraste e o Povo é realmente soberano”. Para Sérgio Buarque de Holanda

7. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

8. Nova York, 1920, p. 74.

se poderia chamar de legitimamente democrática a oligarquia teocrática instalada pelos primeiros colonos da Nova Inglaterra. Entre estes, o voto foi um privilégio e não um direito. E privilégio exercido por uma casta que, em certos casos, não chegava a abranger um terço da população livre branca, sem contar naturalmente mestiços, e nem os numerosos servos, *indentured servants*, a estes brancos, na sua maior parte irlandeses ou alemães. O vestuário era diferente, como a distribuição dos brancos nos serviços religiosos e havia colônia onde a população se dividia em sete classes e tinha seus lugares nos templos de conformidade com essa divisão.

O sufrágio ficava sujeito a excessivas limitações. Outro historiador, Georg Friederici⁹, citado por Sérgio Buarque de Holanda, pôde dizer que os puritanos de Nova Inglaterra constituíam um modelo de governo oligárquico e aristocrático, conhecendo e tolerando tão mal as liberdades políticas que se tornou necessária a interferência de um rei da Casa dos Stuarts para lhes serem impostos pela primeira vez princípios mais liberais. E a própria Constituição republicana dos Estados Unidos há de ser considerada mais como uma expressão da vontade das massas do que da aristocracia eclesiástica e dos *beati possidentis*, se, conforme demonstrou Charles R. Beard¹⁰, apenas cinco por cento, se tanto, da população, tomaram parte nas eleições de delegados às convenções que deveriam ratificá-la. A falta de qualificação eleitoral, a ignorância, a apatia das massas, terão, segundo ele, contribuído para semelhantes resultados.

Tudo isso leva a considerar sem entusiasmo as razões históricas invocadas por Oliveira Viana para provar nossa incompatibilidade específica e peculiar com o regime democrático. É possível que entre nós o governo das Câmaras fosse o oposto de uma democracia no atual sentido da palavra. E, por isso, Oliveira Viana¹¹ afirma que o povo que elegia e que era eleito nessa época, o povo que gozava o direito da elegibilidade ativa e passiva, constituía uma classe selecionada, uma nobreza — a nobreza dos homens bons.

O certo, porém, é que não seríamos nisso tão diferentes dos colonos da América inglesa como gosta de presumi-lo o nosso notável historiador e sociólogo. Se havia grande diferença, estaria apenas em que as leis restritivas do sufrágio seriam cumpridas lá com a severidade calvinista, aqui com relativa brandura, ou relaxamento, ou mesmo — por que não? — com espírito de tolerância democrática (pp. 57-58).

À vista dos contrastes e confrontos que estabelece o autor entre nossos “complexos culturais” e os que em outras terras levaram à adoção, sem embaraços, do regime democrático, pode-se facilmente imaginar até onde ele nos pretende conduzir. Suas sugestões e suas simpatias estão largamente subordinadas à certeza de que só valem, com efeito, as normas e formas geradas com

9. *Das Puritanische New England*, Halle, 1925, p. 18.

10. *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States*, Nova York, 1944.

11. *Instituições Políticas*, p. 747.

espontaneidade de nossa alma popular e estas, no seu entender, não são as da democracia.

Sérgio Buarque acusa Oliveira Viana do uso indefinido e múltiplo da palavra *orgânica*: “Palavra que acena para a crença, partilhada por ele com os filósofos românticos, e sem que o queira com os culturalistas mais radicais, de que as sociedades humanas, os regimes políticos, as instituições, são, ao seu modo e não por simples metáfora ou figura política, verdadeiras entidades vivas... Pode-se afirmar que a pretensão de refazer a sociedade sobre fundamentos irracionais, não obstante legítimos, por isso que orgânicos, está rigorosamente na origem de toda a doutrinação dos fascismos” (pp. 58-59).

Assim a mesma idéia que levava o Dr. Darré, ministro de Hitler, a querer instaurar uma nova nobreza germânica sobre as ruínas da antiga, recrutando seus elementos na “ganga bruta e radiativa dos componentes secularmente adstritos à gleba corresponde”, conclui Sérgio Buarque de Holanda, “à dos legisladores brasileiros que teriam ido buscar inspiração nos costumes do povo massa para elaborarem nossas atuais leis trabalhistas. É, em suma, o princípio que Oliveira Viana gostaria de ver obedecido em toda a sua amplitude, ao ponto de abarcar as novas instituições brasileiras” (pp. 59-60).

Apoiei-me fartamente em Sérgio Buarque de Holanda porque o ensaio dele superaria qualquer esforço no sentido de uma crítica a esta obra de Oliveira Viana.

Ao concluir *Instituições Políticas Brasileiras*, Oliveira Viana escreve que o povo brasileiro está sendo lógico, conduzindo-se como se conduz na esfera da vida pública, e que, comportando-se como se comporta, está agindo em perfeita concordância com seu passado histórico, com sua estrutura social e com sua psicologia política. Diz mais ainda ao afirmar que “são as elites que estão iludidas, exigindo dele o que exigem”. Quando o povo deforma, erra ou descumpra estas instituições que lhe outorgam, não se trata de corrupção, como pensam — a corrupção é sempre da elite e não do povo, seguindo a norma da *Arte de Furtar* acrescentamos nós —, mas de determinismo social.

Porque, na organização de nossas instituições políticas, se encare o povo objetivamente, como uma realidade social, como uma coisa viva, e esta deveria ser a atitude das elites. Acrescendo, então, que sem levar em conta as tradições e os demais elementos constitutivos do nosso povo, é-lhes impossível saber quais os processos ou meios mais aptos para modificá-lo na sua estrutura ou reformá-lo na sua mentalidade política, isto é, no seu comportamento na vida pública — que é o objetivo das reformas que se planejam. Reformar ou modificar o povo e não a elite, eis o seu erro fundamental, que tanto acentuamos em *Conciliação e Reforma*¹².

12. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1965.

Declara que suas conclusões se fundam em dados científicos e em dados históricos, todos essenciais à nossa formação nacional, exprimem os caracteres da nossa estrutura política. Oliveira Viana afirma, porém, que nenhuma reforma social ou política pode deixar de tomar esses caracteres em consideração — seja para admiti-los e reconhecê-los na Lei ou na Carta Constitucional, seja para corrigi-los ou expurgá-los da nossa estrutura social. Os grupos sociais são como os indivíduos desenvolvendo as determinantes da sua personalidade coletiva. E aí vem novamente a biologia misturada com a história, quando escreve que “como as formas que constituem o tipo de uma árvore estão contidas nas virtualidades do gérmen, os elementos estruturais de um povo, as condições íntimas de seu viver, as particularidades fundamentais da sua mentalidade, da sua sensibilidade, da sua reatividade específica ao meio ambiente, mostram em *quid immutabile*, qualquer coisa de estável e permanente em todas as fases da sua evolução — desde o obscuro momento das atividades de seu *plasma germinativo até o grande clímax de sua maturidade e expansão*” (pp. 246-47).

Essas “determinantes de cada povo são invioláveis e irredutíveis — e todas as vezes que os legisladores ou estadistas reformadores políticos ou elaboradores de códigos as desconhecem, o esforço de todos eles resulta inútil e vão. O conhecimento dessas determinantes nacionais é essencial à ação de todos os que exercem uma função dirigente na sociedade — principalmente os que têm um encargo político. Há cem anos, o idealismo utópico dos nossos legisladores e dos nossos estadistas insiste em desconhecer essas verdades fundamentais, há mais de cem anos também, o fracasso de suas constituições, das suas legislações e dos seus programas reformadores tem tido a réplica invariável da Nacionalidade (Povo) aos que não a querem estudar nas leis essenciais de sua formação e a quem respeitam nas linhas estruturais do seu caráter”.

“Só nisso — nesta reação silenciosa e admirável contra o marginalismo — das suas elites — é que o nosso povo se tem revelado uma verdadeira democracia. Neste ponto — e só neste ponto exclusivamente — é que ele se tem mostrado até agora realmente soberano” (pp. 247-48).

Ora, tudo isso é uma mixórdia de verdade e inciência. Não é só nisso que o povo se tem revelado superior à elite. Esta é corrupta e alienada em geral, com raras exceções. Oliveira Viana não conhecia o estudo do caráter psicossocial do povo brasileiro, nem jamais reconheceu que o povo em tudo é superior à elite ou classe dominante, ou minoria dominadora, como procurei mostrar em *Conciliação e Reforma no Brasil*. O Brasil só cresceu quando a minoria dominadora reconheceu seu povo e com ele marchou, ou quando fez reformas estruturais de produção, de classe social, e não jurídicas ou constitucionais, que se repetem sem encontrar solução. Seus conhecimentos históricos são superficiais, daí seus equívocos sobre o papel da elite e do povo no processo histórico brasileiro.

CAPÍTULO 18

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA SOCIAL DA ECONOMIA PRÉ-CAPITALISTA NO BRASIL

Esta obra póstuma nunca deveria ter sido publicada e nem é continuação lógica, real e realista, nem versa “exaustivamente mais que a idéia, o espírito de lucro e sua eclosão no Brasil”. Oliveira Viana nem sequer entra no debate sobre o feudalismo ou capitalismo no Brasil, e vai direto à nobilitação, à classe nobre, sua formação, sua existência e, como sempre, sem a fundamentação necessária começa tratando da nobreza nas sociedades européias da Idade Média, do Antigo Regime, e da nobreza peninsular, tomando como paradigma do estudo da nobreza territorial brasileira (a nobreza da terra) os modelos europeus. Trata do advento do luxo e da nobreza urbana, da nobreza palatina, da de toga e da nobreza dourada; tenta definir o conceito das atividades nobres nas sociedades pré-capitalistas, o modo de vivência das classes nobres e aristocráticas nas sociedades pré-capitalistas. Trata do trabalho artesanal e comercial, dos tabus da vivência nobre e do problema da decadência das gerações; das funções políticas e sociais da nobreza (serviço público e assistência social) e do tabu do dinheiro contado entre as classes nobiliárias do Antigo Regime europeu; das bases econômicas da nobreza feudal e o breve ciclo mercantilista do século XV, a quebra dos tabus antilucrativos das classes nobiliárias da Península Ibérica. como se vê, o livro nada tem a ver nem sequer com o primeiro século da economia brasileira; é antes um estudo do pré-capitalismo em Portugal e, como o autor não é autoridade nem em nobiliarquia, nem Idade Média, pouco contribui sobre o estudo da nobreza territorial brasileira (nobreza da terra). Tudo que escreve é compilação e nem sempre da melhor qualidade. Ele tenta, sem sucesso, esclarecer a sociedade feudal, o feudalismo e crê que as *elites* (sempre as elites ou nobrezas) da França e a de Portugal do ciclo dos descobrimentos é que servem de padrões da “admirável [!] cultura pré-capitalista, cujas instituições, tipos e costumes ainda remanesçam entre os povos latinos do mundo, inclusive o nosso”. Seu objetivo está claramente definido, ao escrever que “na Europa, esta classe aristocrática, ou nobre, oferece características próprias de cultura, de inteligência, de sentimentos e de meios de vida”, que ele pretende fixar neste estudo. Há vários problemas a abordar sobre este ponto — e o primeiro é o dos critérios da formação e constituição dessa camada de privilegiados, dessa elite aristocrática, dessa nobreza.

Quando estuda os critérios de valor nas sociedades pré-capitalistas, volta às suas idéias de biologizar a história, buscando as bases biológicas e herodológicas da nobreza e suas funções específicas na sociedade, gente orgulhosa da sua origem, sangue e família. Classe cheia de privilégios, isenta de trabalhos vulgares, e que goza do monopólio dos cargos públicos. Era a classe política e governamental. Sua função é a administração e direção política da sociedade. Entra em pormenores sobre o valor e função da nobreza de sangue, que nada tem a ver com os estudos dos brasileiros e aliando, como sempre, vem da Grécia e de Roma até o fim da predominância da nobreza. Exemplifica mostrando que na Península Ibérica essa militarização da nobreza e da aristocracia é um fenômeno visível a olhos nus. O movimento de expulsão dos sarracenos na Guerra da Reconquista criou um estado de guerra permanente, que durou sete séculos. Todos faziam parte da luta armada, desde os mais pobres vilões, que manejavam o arco ou a lança, batalhavam a pé, os nobres e cavaleiros e os nobres de linhagem, grão-senhores de feudos e terras, até os religiosos e as ordens regulares ou seculares, como os Templários ou da Ordem de Cristo, os da Ordem da Torre e da Espada. Compilou de Alexandre Herculano e sem nenhuma relação com o Brasil e sua gente. Isto se passava na Idade Média, quando o Brasil era povoado por tribos selvagens. E por aí vai, perdido, nas páginas que tratam da Grécia, de Roma, da Grã-Bretanha, da França, mas igualmente nada tendo a ver com o Brasil. A transplantação da nobreza atingiu a sua base urbana e palaciana quando se “descobriu” para o Ocidente, o Brasil, e se iniciou o povoamento. Todo o livro gira em torno da nobreza e de sua vinda para o Brasil, esquecido de que para aqui mais vieram degradados que nobres, que não iam deixar os confortos em que viviam pelos desconfortos da selvageria brasileira.

“Na verdade” — escreve o historiador — “era o sangue nobre a fonte da verdadeira nobreza” (p. 45). Com a evolução dos tempos, a estrutura da sociedade feudal se foi modificando — e novos critérios, novas tabelas de merecimento social foram aparecendo, o que facilitou a ascensão das classes abaixo da nobreza de sangue. Assim, por exemplo, merecimento intelectual ou cultural literário e científico, ou a exação perfeita no exercício dos serviços do Estado; daí a nobreza eclesiástica, advinda das virtudes religiosas. Antes era só o valor militar, agora o valor intelectual ou, ainda muito mais tarde, a riqueza nobiliárquica. Esta nobreza de toga ou burocrática. Não tinha como a nobreza feudal (de sangue ou guerreira) base territorial e só se tornou influente nos fins da Idade Média, quando começou a se processar a desagregação da sociedade feudal e o advento das grandes monarquias absolutistas e o predomínio da nobreza sobre a nobreza feudal. Na ascensão à nobreza não intervinha o fator riqueza monetária.

O advento de burguesia da nobreza dourada surge mais tarde, já no século XIV, em consequência dos descobrimentos da Índia e da América. A restrição oposta à nobilitação dos homens ricos se refere exclusivamente à riqueza

nobiliária, à riqueza do dinheiro, obtido nas atividades mercantis ou de usura. Não à imobiliária expressa na propriedade territorial e agrária. Essa penetração da burguesia dos mercadores nos quadros da velha nobreza também se realizou através do casamento de nobres empobrecidos com ricas herdeiras da burguesia miliardária. Note-se que essa nobreza dourada nunca deixou de ser considerada uma nobreza de segunda ordem.

Só com o moderno advento do capitalismo é que esse critério começou a ser abandonado e a riqueza monetária se erigiu em medida exclusiva de todas as coisas. O nobre era rico e devia ser rico — e essa riqueza lhe vinha de uma base territorial, e não comercial ou industrial. Oliveira Viana acentua que, na nobreza de sangue, a riqueza é consequência de nobilitação e na dourada é causa de nobilitação.

Oliveira Viana se inspira muito em Thorstein Veblen¹, mas discordou do conceito de classe ociosa. Esta classe aristocrática, nobre, exercia uma profissão que não desclassificava o nobre que a exercia, a profissão política, a militar, a administrativa, o exercício de cargos públicos. Não exerciam trabalhos subordinadores dependentes; eram companheiros do rei, não seus empregados. Não recebiam salários, ou ordenados; recebiam prêmios, recompensas, presentes, que ora eram terras (feudos) ou prestamos tenças, ou títulos e honrarias.

O serviço do Estado era, para aquele tempo, sempre gratuito e este era o timbre da nobreza. Por definição o nobre devia ser um homem independente, que não tinha patrão, que vivia das suas rendas. Daí a definição de Weber que ele cita: “Aristocrata em sentido sociológico é o homem que devido à sua posição econômica dispõe de tempo para dedicar-se à política, podendo viver consagrado a ela sem ter que viver dela, isto é, um rendista”. Isto se passa nos países latinos ou nos eslavos, de estrutura e mentalidade pré-capitalista.

Na minha conferência pronunciada no Instituto de Economia, a 8 de novembro de 1947, sobre “Capitalismo e Protestantismo — Estado Atual do Problema”², aplicando a tese de Max Weber, eu falava da decadência dos países católicos e do progresso dos protestantes, em face das condições espirituais indispensáveis ao capitalismo que estes possuíam e aqueles não. Oliveira Viana estende o conceito, abrangendo os eslavos e os germânicos. O germânico como o italiano enriquecidos na mercância precisavam tornar-se um *scioperato* — que vem de *scioperare*, que significa vadiar, vagabundear — tal como o germânico em *mussigang*, quer dizer vadio, ser ocioso, estar desocupado, para ser elevado à distinção da nobreza (pp. 72-73).

Ao tratar dos modos de vivência das classes nobres e aristocráticas nas sociedades pré-capitalistas, Oliveira Viana procura distinguir ociosidade e inatividade, nobreza e improdutividade; define o *otium cum dignitate*, que é o símbolo da nobreza, o luxo, a ostentação, a largueza de mãos”, como caracterís-

1. *The Theory of the Leisure Class*, 1ª ed., New York, 1899; ed. cit., 1934.

2. Reeditada em *História e Historiografia*, Vozes, Petrópolis, 1970, pp. 231-59.

ticas de nobreza, do luxo peninsular e sua transladação para o Brasil com a fidalguia dos donatários.

Para ele, ociosidade não significa inatividade, mas improdutividade. Ex-cetuando os nobres aplicados na administração militar ou na das Províncias ou na Corte, os outros membros da nobreza nada produziam. Não eram nem podiam ser artífices: o trabalho manual desqualificava o nobre. Oliveira Viana fala muito em várias espécies de luxo, mas se esquece, porque não pesquisou, de citar a legislação portuguesa contra o luxo³. E sai-se com esta vulgaridade: “Poder exhibir este luxo com freqüência e ostensividade era fonte de prestígio, de popularidade e de ascendência social. Este fato é, aliás, uma lei [!] sociológica”. Baseia-se em Sombart para tratar longamente do luxo, fenômeno que aparece nos fins da Idade Média e começos da Idade Moderna. Seu tratamento do luxo nada tem a ver com o Brasil, o qual se sabe que os cronistas que dele falaram trataram de momentos excepcionais nas casas-grandes, pois o Brasil foi sempre um país cuja maioria era constituída de sobreviventes. Nem cabe citar os Ramires, os Fradiques e os Jacintos, figuras de Eça de Queirós, em pleno século XIX. Sua tese é a de que a nobreza da terra, essa nobreza brasileira, foi uma réplica americana da velha nobreza peninsular e sobre ela dedica esse e os seguintes capítulos. Finalmente cita a *Nobiliarquia* de Borges da Fonseca, sem se referir a Pedro Tacques e Jaboatão, a segunda a mais importante de todas e a terceira é também importante. Por esse capítulo e os que se seguem, vê-se que Oliveira Viana leu os teóricos europeus, mas não leu os genealogistas brasileiros. O que critica nos outros, pratica ele próprio. Suas bases são alienadas.

As modalidades de negócio varejista e o trabalho de balcão desclassificam ao contrário dos comerciantes em grosso, traficantes marítimos e armadores. Assim também o labor agrícola e a gente mecânica não eram compatíveis com a classe nobre; em suma, praticar o comércio era causa de desnobilização. Oliveira Viana cita um trecho que diz: “Poucas pessoas se dão às letras; mas, aplicam-se muito ao comércio, gênero de vida aborrecido dos nobres, que nem podem ouvir falar em tal, tendo por gente vilíssima os mercadores”. E diz mais que, em Portugal, só havia uma zona fora desse preconceito: Viana do Castelo, cujos filhos tiveram tamanha influência no Brasil, especialmente, acrescento eu, em Pernambuco. Diz que aí talvez esteja a raiz do conflito da nossa nobreza da terra, com os mascates, sempre ativos e orgulhosos. Esse mercador não poderia conseguir cartas de nobreza tendo um avô mercador, marca plebéia, pois logo vinha o indeferimento. Essa *capitis diminutio* só incidia sobre comerciante varejista, que era considerada gente vilíssima, enquanto o grande comércio formava a alta burguesia. Mas tudo era matéria sabida quando Oli-

3. Vide Desembargador Vieira Fazenda, “Legislação Portuguesa Relativa ao Brasil”, *RIHGB*, vol. 159, t. 105, pp. 199-229.

veira Viana escreveu esse ensaio⁴, com contribuição original de outros aspectos.

E assim esse seu livro segue compilando de autores teóricos estrangeiros matéria conhecida com pouquíssima contribuição brasileira, na tentativa principal de mostrar o tabu contra o trabalho manual, matéria bem demonstrada no ensaio de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*⁵. E sustenta que o descobrimento do Brasil e a sua abertura à colonização pela nova política do povoamento é que ofereceram nova terra a essas vítimas dos tabus feudais e dos preconceitos (pp. 111-12).

E continua tratando e desenvolvendo a matéria sobre a função da nobreza nas sociedades pré-capitalistas e nas capitalistas, especialmente o sentido social de riqueza nas sociedades pré-capitalistas, tentando mostrar seu desinteresse, o serviço honorífico, o espírito do bem-comum e da obra pública. Distribui à larga elogios a essa nobreza — que é sempre a mais alta, nas sociedades pré-capitalistas, enquanto nas capitalistas são os burgueses endinheirados, que carecem de tempo e de gosto para outros trabalhos que não os da produção e do comércio, os únicos que rendem.

É um ensaio de interpretação sócio-psicológica no qual ele se permite divagar sobre as características, as virtudes e qualidades da nobreza e seus serviços. Sustenta que nobreza e comércio são incompatíveis, e que a nobreza pré-capitalista e a oligarquia plutocrática dos mercadores e traficantes eram ambas aristocracia, mas, nestas, aristocracias, a escala de valores de uma e outra não era a mesma; era mesmo oposta.

A psicologia que surge dessas divagações que não se aplicam diretamente ao Brasil, mas indiretamente, por via portuguesa, servem para traçar o quadro do sentido sócio-psicológico da classe dirigente do Brasil. A inspiração é weberiana e confirma a tese de Weber das insuficiências espirituais dos dirigentes, até bem recente na empresa capitalista. Assim ele tenta indicar as idéias dominantes da nobreza em contraste com as da burguesia.

Assim, esse ensaio procura estudar a burguesia rica e a nobreza. Apenas a nobreza no Brasil, apesar de tantas nobiliarquias escritas, não chegou a ocupar o papel que teve na Europa e, antes de D. João chegar ao Brasil, era uma pequena nobreza, pobre e incapaz, e depois foi constituída de latifundiários e burgueses do comércio de alguns produtos como o açúcar e o café. Os barões do café foram os mais característicos.

Sobre isso, escreveu Armitage⁶ que os principais negociantes e proprie-

4. Vide José Honório Rodrigues, "Portugal e a Expansão Capitalista", *Digesto Econômico*, abril de 1948, n.º 41, pp. 41-44; II, maio de 1948, ano IV, n.º 42, pp. 61-65; III, junho de 1948, n.º 43, 90-94.

5. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

6. *História do Brasil Desde o Período da Chegada da Família de Bragança em 1808 Até a Abdicação de D. Pedro I em 1831*, 3.ª ed., com anotações de Eugenio Egas e Garcia Junior, Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943, pp. 35-36.

tários haviam cedido as suas respectivas casas⁷. Foi, assim, uma imposição prévia da polícia obrigando os cariocas a entregar suas moradias e irem-se refugiar nos arrebaldes. Aos recalcitrantes dava-se oficialmente ordem de despejo, por meio das iniciais “PR” (Príncipe Regente), escritas à porta das casas, letras que o povo interpretava como “Ponha-se na Rua”⁸, para alojamento da real comitiva.

Em recompensa dessa liberalidade, eram condecorados com as diversas ordens da Cavalaria. Indivíduos que nunca usaram esporas foram crismados Cavaleiros, enquanto outros que ignoravam as doutrinas mais triviais do Evangelho foram transformados em Comendadores da Ordem de Cristo. Garcia Júnior, em nota, escreve que tão exagerado parece ter sido o amor aos títulos e honrarias, que Melo Morais pai⁹ diz que eles tanto lisonjearam a vaidade dos brasileiros, a tal ponto que, se todos pudessem, seriam duques, marqueses, condes, barões, e não haveria na sociedade brasileira um só plebeu. E cita, a propósito, um artigo da *Aurora* de 26 de outubro de 1826, onde, depois de recapitular o número de títulos distribuídos pela Coroa desde a fundação da Monarquia, escreve o jornal de Evaristo da Veiga: “O Brasil em oito anos de idade, como potência política (Reino) encerra já no seu seio 28 marqueses, 8 condes, 16 viscondes, 21 barões. Ora progredindo as coisas do mesmo modo, como é de esperar, teremos em 2551 que é quando a nossa nobreza (composta de tzingaros, traficantes de escravos, fabricantes e passadores de moeda falsa, etc.) titulada deve contar a mesma antiguidade que a de Portugal tinha em 1803 — nada menos de 2385 marqueses, 710 condes, 1420 viscondes e 1563 barões; isto por simples regra de proporção, sem fazer caso dos quebrados”¹⁰.

Depois de louvar as virtudes da nobreza que — segundo ele — consistiam em proteger o povo e o bem-comum, ao contrário dos mercantilistas, que só pretendiam enriquecer, Oliveira Viana escreve sobre como essa nobreza, decadente na Metrópole, se reconstituiu no Brasil: “O fim do século XVI e começo do século XVII puderam assistir, com efeito, a reintegração da nobreza nos seus tradicionais preceitos antimercantilistas, expressa no seu retorno às suas velhas tradições agrárias e de feudalismo territorial. Este movimento que teve início sob a influência do fracasso das Índias, dirigiu-se inteiramente para o Novo Mundo — para a colonização do Brasil” (p. 184). Cessando os “fumos da Índia”, a própria nobreza portuguesa processara o seu retorno *in loco* à tradição feudal e aos seus tabus contra o comércio, o lucro, o dinheiro e o trabalho manual.

7. O que é inverídico, porque houve uma lei assim determinando a aposentadoria, que sujeitava o proprietário a ceder seus aposentos aos nobres portugueses e contra essa arbitrariedade foi preciso lutar muito até a sua revogação.

8. Cf. Max Fleijuss, *História Administrativa do Brasil*, 2ª ed., São Paulo, 1922.

9. *A Independência ou o Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1877.

10. *Op. cit.* de Armitage, pp. 35-36, nota 4.

Daí o comércio propriamente dito, em cuja prática a nobreza andava desviada, retornar a ser campo dos profissionais da mercância, nas suas várias modalidades, passando a ser progressivamente monopólio da judiaria e dos cristãos-novos. Estes passaram a dominar na Metrópole e, depois nos negócios do Brasil, infiltrando-se por toda parte — pelas Colônias da África, da Índia e do Brasil. São só os que têm dinheiro, os contratos, as mercadorias, a maior parte do reino, os cristãos-novos, como se exprimia um documento do Santo Ofício em 1624. No intervalo, desde a expulsão, o expoente da riqueza tinha-se deslocado da fidalguia — que pela agricultura era a classe possidente — para a burguesia endinheirada, de que os comerciantes e seus descendentes formavam o maior número. E conclui, repetindo os chavões discutíveis que expusera em toda a sua obra: “a tradição *genética*, que explica as peculiaridades de nossa nobreza da terra, no período colonial e da nossa aristocracia ‘agropecuária’ do Império (...) deve ser buscada — não na nossa plebe rural, produto heterogêneo de culturas várias, a lusa, a negra, a indígena, mas nesta velha cultura nobiliária que regia a vida das classes aristocráticas da Península, (...) *Geneticamente*, a nossa plebe rural e a nossa aristocracia rural representam duas civilizações e duas culturas inteiramente distintas”.

Quando Oliveira Viana finaliza, escrevendo que o antagonismo entre a cultura do povo-massa e a cultura das elites não é só assinalável modernamente, mas vem de longe, está na raiz mesma do povo e se revela desde os primórdios da nossa formação e povoamento, afirma com isso a divergência fundamental, a luta de duas classes, o povo e a minoria dominante, aceitando, assim, que essa luta começou com o nascimento do Brasil e veio até nossos dias.

CONCLUSÃO

No vaivém de sempre, reflexo da história, não é estranha a tese de Oliveira Viana. Em *Evolução do Povo Brasileiro* (1920) suas idéias não são simpáticas ao povo, mas às elites dirigentes. O livro se divide em três estudos: no primeiro, a evolução da sociedade, ele justifica o regime da grande propriedade e considera que é para o Interior que correm os tipos superiores representativos. Brasil é um povo agrícola, um povo de latifundiários (!) e todo dinamismo de nossa história repousa não nas virtudes do povo, mas nas qualidades de sua aristocracia rural, constituída de elites arianas. Este grupo tem uma influência dominante na Colônia e no Império. O Brasil é remanso dominado pela elite ariana, dotada de tantas energias colonizadoras. Nenhuma palavra de censura aos excessos desta classe; um realismo nu e cru. Na evolução da raça, sua tese é mais surpreendente: ele acredita na superioridade das raças arianas e sustenta a arianização progressiva — o que significa confiança no futuro, pois os colonizados são de raça inferior. Na evolução das instituições políticas afirma que os estadistas coloniais estabeleceram uma fórmula: a integridade da Colônia pela fragmentação do poder; os do Império, fórmula contrária, a integridade pela unificação, e os republicanos voltaram à fórmula colonial integridade pela fragmentação do Poder. Mas ele não acreditava nesta última e foi sempre um defensor da força do poder central.

Em *Populações Meridionais* (1922), ele estuda a psicologia política dos meridionais brasileiros, as populações paulistas, fluminenses e mineiras. Sua frase inicial é reveladora: “Estudai a história social do nosso povo: nada encontrareis nela que justifique a existência do sentimento das liberdades públicas”. O que possuem as populações é o sentimento de independência individual; aceita os cesarismos, efêmeros, comedidos e benévolos e louva os sentimentos generosos e afetivos que tornam impróprio os tiranos sanguinários das repúblicas sul-americanas. O sofisma está na doçura e brandura do povo que, aceitando o tirano, evita que ele se torne cruel. É por isso — conclui — que somos, neste ponto, um povo dos mais primorosamente dotados do mundo. O que nos falta, como povo, em capacidade política, nos sobra em atributos morais — querendo dizer em resignação e submissão. As populações meridionais, infensas ao contrário das nortistas, nordestinas e sulistas (gaúchas) ao aspecto desordenado e tumultuário, à obstinação, teimosia e resistência dos sertanejos, jagunços e gaúchos, resumem com fidelidade perfeita o nosso temperamento nacional. Só estas, as meridionais, então, são nacionais, porque se enquadram na idéia da ordem e submissão que ele julga ideal. A população centro-meridional se indigna, apela para a opinião pública, mas não se revolta, pois as revoluções são sempre transitórias e infecundas. O povo do Centro teme o governo e teme uma profunda convicção na sua onipotência. A timidez política é uma reminiscência colonial, mas é de uma grande lucidez moral.

Daí a vocação profética de um salvador, um messias que elas pedem. Os gritos de protesto, as ameaças de agitação não têm eco na população do Centro-Sul e, por isso, esta representa o modelo do comportamento político ideal que Oliveira Viana louva. Nas 'belas' revoluções do Sul, o povo não irrompe sozinho na luta, mas sob a chefia de líderes de prestígio. As contradições, as incoerências, o culto do líder carismático, a idéia de superioridade racial, a defesa da submissão e resignação do povo tornam a interpretação de Oliveira Viana uma das mais melancólicas e desoladoras.

Na conferência de Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra, em 1º de julho de 1980, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*¹, se mostra nitidamente a influência de Oliveira Viana no pensamento do principal orientador da contra-revolução de 1964.

A pedido do *Jornal do Brasil*, escrevi um longo estudo sobre a conferência de Golbery e sua influência no caminho histórico de 1964, bem como sobre a influência de Oliveira Viana em Golbery².

1. "O Pensamento de Golbery Sobre o Brasil", *O Estado de S. Paulo*, 19.10.1980 e 24.10.1980.
2. "Tese e Prognóstico", *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 26.04.1981.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- ABDICAÇÃO de D. Pedro I, 20, 104, 152, 271
- ABOLIÇÃO da escravatura, 14, 56, 90, 126, 131, 141, 158; papel do negro na, 171
- ABOLICIONISMO, 171-173, 179
- ABREU, Capistrano de, 3, 10, 12, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 35-36, 50, 56, 82, 111, 112, 122, 124, 127, 129, 131, 132, 186, 195, 211, 212, 223, 225n, 229
- ABREU, Limpo de, 203
- ABSENTEÍSMO eleitoral, 89-92; rural, 102
- ABSOLUTISMO político, 144; imperial, 39, 202
- ACADEMIA Brasileira de Letras, 100, 109, 124n
- AÇÃO: Reação: Transação, 200
- AÇORES, 65
- AÇORIANOS, 46, 47, 64, 65
- ACRE, 51-52, 98-99, 132
- ACTION Française, 8
- ACTON, Lorde, 92
- ACUMULAÇÃO de cargos civis pelos militares na reserva, 73
- AFONSO Celso (de Assis Figueiredo), 88
- AFONSO Celso Jr., 170, 179, 195
- ÁFRICA, 141
- AFRICANOS, 64, 68, 70
- AGENTES secretos da III Internacional, 210-211
- AGUIAR, marquês de, 148
- ALEMÃES, casamento com brasileiras, 140
- ALEMANHA, 6-7, 115, 120
- ALENCAR, José de, 175
- ALFREDO, João. Vide OLIVEIRA, João Alfredo de
- ALLPORT, Gordon, 257, 259
- ALMEIDA, Tito Franco de, 170, 193, 200, 226
- ALVARÁ de 4 de abril de 1705, 29
- ÁLVARES, Pedro, 121
- AMARAL, Brás do, 135
- AMAZÔNIA, conquista da, 130
- AMÉRICA Latina, turbulência política dos países da, 260-261
- AMMON, 5, 113, 150
- ANALFABETOS, 166
- ANARQUIA social, 234
- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de, 103; e a instituição da maioria de D. Pedro II, 190; e o direito de intervir no processo eleitoral, 167
- ANDRADA e Silva, José Bonifácio de, 13, 15, 19, 100, 103, 104, 105, 108, 126, 153, 165, 170, 171-172, 234, 235
- ANDRADAS, 99, 103, 105, 108, 152

- ANDRADE FIGUEIRA**, 87, 159, 166
ANDRADE Serpa, 88
ANIMAIS domésticos, introdução dos, 125
ANTIPATIA contra os políticos liberais, 206
ANTÍTESE entre as praxes consuetudinárias e o direito escrito, 260
ANTONIL, André João, 77, 124
ANTROPOGEOGRAFIA, 5
ANTROPOLOGIA, 110, 135; antepassados medievais, 134; bandeirantes antigos, analogia com os germanos, 134; dólicolouros, 134
ANTROPOSSOCIOLOGIA, 5
APARTIDARIZAÇÃO dos Executivos, aspiração da maioria da Nação, 219; esta é a maior defesa da ditadura como princípio político, 219
APOLITICISMO das massas brasileiras, 249, 254, 262
ARANHA, Osvaldo, 80
ARARIPE, Tristão de Alencar, 49
ARGENTINA, 66
ARGENTINOS, 66
ARIANA, superioridade da raça, 138
ARIANISMO, 1, 120, 258
ARIANIZAÇÃO do povo brasileiro, 69, 135, 138, 140, 141, 142
ARIANOS, 33, 67, 93, 127
ARINOS, Afonso, 78
ARISTOCRACIA: ariana rural, 150, 151, 152, 166, 171, 179, 208, 274; com a Abolição busca do emprego público, 208-209; eugenismo da velha, 134; intelectual, 150; pastoril, 49-50; rural, 102, 126, 131, 144; territorial, 20-21, 26, 27, 31, 32, 85, 90, 113, 114, 122, 127
ARISTÓTELES, 224
ARMITAGE, 270
ARTIGAS, José, 46, 47, 48, 67, 186-187, 211, 212
ARTIGUISMO, 186
ASCENSÃO social, 139
ASPIRAÇÃO da classe dominante no Império, 70
ASPIRAÇÕES democráticas, 212
ASPIRAÇÕES nacionais, 205
ASSEMBLÉIA Constituinte republicana, 179
ASSIMILAÇÃO, 110
ASSIS Brasil, 78
ASSIS, Machado de, 62, 109, 163
ASSOCIAÇÕES de classe, 95; partidárias no Brasil visam interesses privados, 94-95
 Até 1889 crença na Monarquia e descrença na República, 174
ATHAYDE, Austregésilo de, 113
ATIVIDADE militar, valor da, 129
ATO Adicional (1834), 36, 37, 157
AURÉLIO (Buarque de H. F.) dicionário, 23n
AUTONOMIA: acreana, erro da, 98-99; local, condenação da, 37; estadual, 233
AUTORIDADE nacional, 36
AUTORITARISMO, 25, 35, 52, 61, 62, 66, 93, 117, 212, 230
ÁVILA, Garcia d', 123-124, 130
AZARA, 63
AZEVEDO, Fernando de, 249
AZEVEDO, João Lúcio de, 111, 112

B

- BAHIA**, 101, 143
BAIANOS, 39
BALAIOS, manifesto aos, 107
BANDEIRA e latifúndio, 25, 29
BANDEIRANTES, 13, 19, 21, 24, 27, 33, 34, 35, 47, 70, 72, 100; do Norte e do Nordeste, 129;

mestiços de índios, 25; paulistas, 44

BANDEIRAS: baianas, pernambucanas e outras, 27; foram movimentos reais, 19, 25; três períodos das, 25-26

BANDEIRISMO, 25, 100; aristocracia do, 110

BANDIDO sertanejo, 103

BANDITISMO, 32, 33, 37, 40, 99, 100, 101, 103; cidadão, 104; social, 101, 157

BARBALHO, Jerônimo, 82

BARBOSA, Rui, 87, 89, 91, 157, 159, 223, 255; adepto da "Federação com ou sem Coroa", 168, 169, 174; campanha civilista de, 241

BARBOSA LIMA Sobrinho, A., 87, 124, 128n

BEARD, Charles, 263

BECKMAN, 32

BELISÁRIO, Francisco, 84

BENEVIDES, Salvador de Sá e, 82

BENJAMIN. Vide **CONSTANT,** Benjamin

BERNARDES, Artur, 238

BERR, Henri, 115, 224

BILAC, Olavo, 76

BIOLOGIA e História, 136

BISMARCK, 106

BISPO do Rio de Janeiro, nomeação do, 106

BLACHE, Vidal de la, 116, 156, 256, 257, 258, 263

BOAS, Franz, 256, 257, 258

BÖHM, João Henrique, 146, 147

BOM Retiro, Luís Pedreira do Couto, 193

BON, Gustave Le, 5, 6, 113, 141, 142

BOXER, C. R., 123n

BRAGANÇA, família, 152

BRANCOS arianos, 24, 28, 29, 44, 66, 68, 139; superioridade dos, 29, 137, 138

BRASIL: de 1964-1984, 54, 56, 57, 63, 76, 85, 87, 88, 92, 94, 184, 191, 240; deserto de homens e de idéias, 86; formação do, 249; legal e real, 11

BRASILEIRO: cultura essencialmente luso-brasileira, 139; é individualista, 249; tipos psicológicos do, 139

BRASILIENSE, Américo, 175, 202n

BRECHT, Bertolt, 204

BRION, Marcel, 121

BUENOS AIRES, governo de, 47

BUGREIROS, 132

BURGUESIA comercial, 20, 150; elite dirigente da, 170

C

CABO de Santa Marta, 186

CABOCLOS, 60, 135, 138, 139

CAFÉ, cultura do, 81, 84, 131

CALDEAMENTO no Norte e no Sul, 130

CALMON, Pedro, 130, 164

CALÓGERAS, Pandiá, 112

CÂMARA dos Deputados, 39, 105, 110, 167; centro de agitações estéreis, 210, 213; dissolução da, 165, 167, 170; francamente conservadora, 176; parte do Colégio Eleitoral, 215

CÂMARA e Senado, 98

CÂMARAS municipais, 217, 249

O CAMPEADOR *Rio-grandense,* 25, 42, 43-63, 93, 98, 130, 146, 162, 164; pressões e reações do mundo platino, 195

CAMPOS, Francisco, 8, 195, 216

CAMPOS, Martinho, 109

CAMPOS SALES, 159, 239

CANA VIAIS, zonas dos, 126

CANGACEIRISMO, 101

CANGACEIRO rural, 101

CANGAÇO, 100, 102

- CANUDOS, 58, 101, 102
CAPANGAS, 251
CARÁTER nacional, 80, 105, 193, 212
CARAVELAS, 1.º marquês de. José Joaquim Carneiro de Campos, 109, 154, 178
CARDIM, Fernão, 17
CARDOSO, Fausto, 116
CARGOS públicos privilégio dos brancos, 135
CARIOCAS, 13, 60, 80
CARNEIRO de Campos. Vide CARAVELAS, 1.º marquês de
CARNEIRO, Levi, 9, 22
CARNEIRO LEÃO, vide Paraná, marquês de
CARTA Régia de 1794, 27
CASTELO Branco, Humberto de A., 12, 46, 187
CASTILHO, Júlio de, 54, 63
CASTRO, Borges de, 46
CAUDILHISMO, 39, 93, 101, 157, 212; platino, 195
CAUDILHOS: 19, 23, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 90, 91, 98, 102, 107; gaúchos, 50, 51, 52-53, 56, 57, 58; do Prata, 46, 56
CAXIAS, Duque de. Luís Alves de Lima e Silva, 59, 68, 104, 106-108, 164-165; Gabinete conservador de, 167
CEBALHOS, D. Pedro, 44, 47, 146
CENTRALIZAÇÃO do Poder, 35-36, 37, 100, 110, 156
CENTROS policiais estáveis nos sertões, 102
CENTROS urbanos, 132
CHAMBERLAIN, 121, 259
CHATEUBRIAND, Assis, 77
CHAVES, Alfredo, 185
CHAVES, Aureliano, 94
CÍCERO, 117
CICLO das reações armadas a partir de 1922, 197
CIDADÃO de Rousseau, 252
CIÊNCIAS: auxiliares da história, 45; da sociedade, 4, 5; históricas, 5; naturais, 4, 5, 136; sociais, 5
CIRCULAÇÃO inter-regional, dificuldade da, 143
CIVILIZAÇÃO no Brasil, 85, 138
CLÃ (S); chefe de, 34; empregados dos, 165; fazendeiros, 128; guerreiros, 129; origem da palavra, 128; parental, 251; pessoal, 95; partidos políticos são, 95; rural, 40, 251
CLARIFICAÇÃO, processo de, 29
CLASSE (S): armadas, 183; dirigentes, crença nas reformas constitucionais, 210; econômicas deviam unir-se aos grupos profissionais, 242; média, ausência da, 117, 166; não havia organização de, 166; populares, 117, 166; produtoras e comerciais, 243
CLIMA, influência do, 111, 116
CLUBE Militar, 83, 172
CLUBES republicanos, 174, 179, 200
COCHRANE, Lorde, 19, 151
CÓDIGO de Processo Criminal (1832), 36, 157
CÓDIGO Eleitoral, 213
CÓDIGO Filipino, 35
COLÉGIO eleitoral da contra-revolução de 1964, 231
COLLINGWOOD, R. G., 13
COLOMBO, Cristóvão, 121
COLÔNIA, 13, 35, 102, 144, 162, 166
COLONIALISMO: males do, 83
COLONOS, base inicial dos, 122; são brancos puros, 134
COMTE, Auguste, 9, 49

- CONGRESSO republicano elege o 1.º Presidente da República, 159; dissolvido em 1937, 214
- CONFEDERAÇÃO do Equador, 38
- CONJURAÇÃO Mineira, 142
- CONSELHEIRO Francisco José Furtado, 200
- CONSELHO de Estado, 39, 107, 108, 154, 155, 203-204, 231, 244; proposta de extinção do, 202
- CONSELHOS Técnicos nos governos modernos, 222, 244
- CONSERVADORES e liberais no Império eram os mesmos, 165-166; queriam as liberdades públicas, 166
- CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho, 260
- CONSTANT, Benjamin, 9, 190, 191, 192
- CONSTITUIÇÕES Brasileiras:
 - de 1824: 158, 178, 198, 201; feita no vácuo, 253; o Imperador e o Poder Moderador, 261-262;
 - de 1891: desconhece a realidade nacional, 209; é idealista, 197, 198; governos estaduais têm poderes excessivos, 233; integridade nacional sacrificada pela, 233; poder de intervir nos Estados devia ser mais amplo, 234; regime impraticável, 235
 - de 1934: criou a Justiça Eleitoral, 234; na Comissão do Itamarati (1932) Oliveira Viana defendeu a unidade da magistratura, 224; regulou os casos de intervenção federal nos Estados, 234
 - de 1937: manteve, com limitações, os direitos dos Estados, 224; um sistema ainda em evolução, 217
- CONSTITUIÇÃO presidencialista ou parlamentarista precisaria levar em conta a realidade nacional, 236
- CONSTITUINTES de 1823 e 1891, 206, 209
- CONSULTA à Nação, 167; popular, 170
- CONTESTADO, 99-103
- CONTINENTE do Rio Grande, 212
- CONTRA-revolução de 1964-84, 94, 95, 243
- COROA, função política e prestígio popular da, 37, 39, 194
- “CORONEL”, poder político do, 91, 167
- CORTE, Joaquim, 261
- CORTEZÃO, Jaime, 19, 25
- COSTA, Craveiro, 98
- COSTA, Hipólito da, 148
- COTEGIPE, barão de. João Maurício Wanderley, 109, 182, 186, 187, 188, 189, 191
- COULANGES, Fustel de, 251
- COUTINHO, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa, 147
- COUTY, Louis de, 31, 166
- CRÍTICA histórica, 134
- CRÍTICA permanente de O. V. à criação original brasileira, 252
- CRUZAMENTOS, 110, 142; tendência dos, 140
- CULTURA: no sentido antropológico, 259-260; do povo-massa e das elites é inteiramente diferente, 273; significado antropológico e etnológico da palavra traduzida do alemão *Kultur*, 248
- CUNHA, Euclides da, 101, 14, 42, 64, 102, 109, 247
- CUNHA Matos, 185, 187

D

- DALADIER, 121
DANTAS, projeto (1884), 169;
fracasso em 1885, 172
DANTAS, Rodolfo E. de S., 187
DANTAS, San Tiago, 8, 195-196,
216
"D. Pedro e seus Ministros", 226
DEGREDDADOS, 123
DEMOCRACIA americana, 263
DEMOCRACIA liberal no Brasil:
crítica à, 198; fontes de opinião,
198; não existia na Colônia, 250;
opinião inorgânica e inarticulada
da, 198; organização do sistema
eleitoral na, 197; papel do Judi-
ciário na defesa do sistema elei-
toral na, 197
DEMOCRACIA autoritária, 198
DEMOCRACIA CORPORATIVA,
220
DEMOCRACIA social, 220
DEODORO. Vide FONSECA,
Deodoro da
DESCAMPS, 5
DESCENTRALIZAÇÃO, 36, 156
DESMOULINS, 5, 114
DESORDEM democrática, 93
DETERMINISMO do meio cósmi-
co, 119
DILATAÇÃO territorial, 34
DIREITOS pessoais, 32
DISPERSÃO demográfica, 101
DISTRITO Diamantino, 35, 144
DITADORES no Brasil são gaú-
chos, 56, 176
DITADURA, defesa da, 219
"DITADURA plácida", 54
DITADURA político-militar, 144
DITADURAS dos países latino-
americanos, 178
DOMINAÇÃO portuguesa de ori-
gem política econômica, 130

- DOMÍNIO holandês, episódio lo-
cal, 145
DOPSCH, Alfons, 261

E

- EDELWEISS, Frederico G., 124n
EGAS, E., 271n
ELEIÇÃO direta, 167-168
ELEIÇÕES, 166, 168
ELEITORES na Colônia, 263-264
ELITES brasileiras piores que o
povo, 86
ELITES de 1822 a 1831, 252
EMBOABAS, 28, 32
EMPRESÁRIOS, valorização dos,
77
ENGELS, Friedrich, 150
ENGENHOS, 125, 127, 128, 135
ENGERMAN, Stanley L., 133n
ENNES, Ernesto, 26n
ESCHWEGE, 141
ESCRAVIDÃO negra, 29, 30, 126,
134, 141; dos índios, 127
ESCRAVOS, 127; lutas dos, 131
ESPÍRITO conservador, 42
ESTADISTAS da Colônia até a
República, 102, 158
ESTADO do Brasil, 259; federati-
vo, 223-234; liberal, 198; nacio-
nal de base democrática, 240
ESTADO Novo, 198, 211, 218,
219; totalitário, 198; visto como
necessidade orgânica, 40
ESTADOS, história dos, 159;
interpretação errônea dos pode-
res dos, 231; "máquina" parti-
dária de alguns, 159
ESTADOS Unidos, 88
ESTANCIEIROS, 44
ESTRADAS de ferro, 160-161
ESTRUTURA: dos grupos urba-
nos, 160; econômica brasileira,
237-238; social muito simples,
167
ETNOLOGIA, 110, 134, 135

EU, conde d'. Gastão de Orléans, 190, 193
EUGENISMO, 136, 139; índice de, 138
EUSÉBIO, Vide QUEIRÓS, Eusébio de
EVOLUÇÃO do Povo Brasileiro, 110-161, 274; arianizante, 110
EXALTAÇÃO da raça branca, 12
EXÉRCITO nacional: ala direita do, 88, 182; ala do centro, 85; ala esquerdista do, 88; "cadetes filósofos", 192-193; "colarinhos duros" da campanha do Prata, 192; e as polícias dos Estados, 88, 147, 211; e o ideal republicano, 190; indisciplina na Regência do, 182; e em 1884, 185; ofensa a um militar era considerada ofensa ao, 186; oficiais insubordinados, 186; papel na queda do Império, 181-189, 190; porque custou a constituir-se o, 146; redução da força do, 104
EXÍLIO, 134
EXPANSÃO colonizadora, 102
EXPLORAÇÃO agrícola, 121

F

FANATISMO, 100, 101
FARQUHAR, trustee, 95
FARRAPOS, 38, 49
FAZENDEIROS e senhores de engenho, 114
FÉ na centralização, 233
FEBVRE, Lucien, 116
FEIJÓ, Diogo Antônio, 38, 94, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 108, 153, 182, 220, 241; ministro da Justiça reduziu as forças do Exército, 165; um dos mais convictos autoritários do Brasil, 220
FIDALGOS e pequenos proprietários, 123
FIGUEIREDO, João, 47, 64, 187

FILOSOFIA da História, 4, 5
FLEIUSS, Max, 2, 164, 170, 191
FLUMINENSES, 2, 3, 11, 13, 20, 23, 33, 39, 54, 57-58, 65, 66, 67, 82-83, 84-85
FONSECA, Borges da, 270
FONSECA, Deodoro da, 182, 186, 187, 190, 193; caudilho, 187, 190
FONSECA, Hermes da, 191, 212
FONTES da opinião democrática, 217, 220
FORÇAS armadas: indisciplina geral das, 187; passaram a agir como em 1964, 181
FORÇAS dominadoras da sociedade, 2
FRANCIA, 57
FRANCO, general, 23, 237
FRANCO de Sá, crítica Sena Madureira, 185
FRANCO, Tito, 39
FRAUDE eleitoral, 167
FREYRE, Gilberto, 18, 24
FRIEDERICI, Georg, 263
FRONTEIRA movediça, 126
FUNCK, Jacques, 146
FURTADO, Francisco José de, 109, 193, 226

G

GABINETES: Cotegipe, 182; Ouro Preto, 163, 176, 187, 190, 191; Rio Branco, 203; Zacarias [de Góis e Vasconcelos], 163, 165
GADO, papel do, 130
GAMA BARROS, 162
GARCIA, Rodolfo, 112, 124
GARCIA JR., 270n, 271
GARIBALDI, G., 106
GAÚCHOS, 2, 11, 12, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 59, 60, 63, 65, 67, 97, 98; alto porte dos, 140; amam e respeitam o poder, 61; caráter dos, 59; liberticidas, 211;

o mais arianizado dos tipos regionais, 140; vinculam-se estreitamente ao mundo platino, 43, 59
GEISEL, Ernesto, 95, 212
GENERAIS-presidentes (1964-84), 215, 218
GENERALISMO-presidencial (1964-84), 54, 55, 57, 63, 76, 85, 87, 88, 93, 94, 184, 191
GÊNESE e evolução do ideal republicano, 174-180
GENOVESE, Eugene, 133n
GLICÉRIO, 191
GOBINEAU, J. A., conde de, 5, 6, 7, 28, 92, 113, 120, 121, 259
GOEBBELS, 214
GOLPE: de Estado contra a Regência, 191; de 1937, 211; imperial de 1868, 193; militar de 1889, 199
GONÇALVES, Bento, 46, 51
GOVERNO: 27; central, 37; federal pode intervir no processo eleitoral, 167; no Brasil é sigiloso, 85; Provisório (1930-34), 243
GOVERNOS fortes no regime presidencialista, necessidade de, 215, 217
GRAEBNER, 257
GRASSET, 192
GRILEIROS, 132
GRUPOS de interesses, 220
GUARDA nacional, 105, 154; abolição da, 155
GUERRA: ação educadora da, 50, 51, 54; contra os índios, 127; da Independência, 152; do Paraguai, 158, 182, 183, 190
GUERRAS platinas, 44, 51
GUINLE, Guilherme, 95
GUSMÃO, Alexandre de, 47

H

HAECKEL, 114, 116, 180

HAITI, louvor à intervenção americana (1915) no, 234; política do, 239
HEREDITARIEDADE, 137
HISTÓRIA administrativa, 243
HISTÓRIA da História do Brasil, plano da, Prefácio
HISTÓRIA dos fatos e das idéias, 163-164
HISTÓRIA militar, 145-146
HISTORIADORES das idéias, 163-164
HITLER, Adolf, 121, 219, 237
HOLANDA, Sérgio Buarque de, 19, 255-264, 271
HOLANDA CAVALCANTI, 108
HOMEM brasileiro, comportamento do, 255
HOMEM, Sales Torres. Visconde de Inhomirim, 109, 165, 177, 200
HOMENS bons, faziam parte dos conselhos lusitanos, 262
HUIZINGA, Johan, 23, 100
HUNTINGTON, E., 72, 116

I

IDEAL: democrático, 253; federativo e a queda do Império, 169; monárquico-parlamentar, 164-170, 175; positivistas, 179; republicano, 174-180
IDEALISMO da Constituição, 197-225, 242
IDEALISMO: dos grandes estadistas do Império, 199; evolução política, 119; orgânico, 199; utópico, 199, 265
IHERING, Rudolf von, 34
IMIGRAÇÃO, 68, 69, 80, 110
IMIGRANTES: anglo-saxões, 71-72; brancos, 24, 43, 140; os que ficaram e os que voltaram, 140

IMITAÇÃO estrangeira, hábito da, 199, 239; política, 202

IMPERADOR: não se empenhava em exigir a obediência da Constituição, 253; poder pessoal do, 236; presidia o Conselho de Estado pleno, 244; prestígio pessoal do, 154, 165; sua autoridade era acatada mas queriam que corrigisse seus defeitos, 201

"IMPERIALISMO" ou abuso do poder do Imperador, 39, 170

IMPERIALISMO americano, 55, 240; germânico, 55

IMPÉRIO: 12, 20, 33, 37, 87, 88, 89, 131, 138, 152, 162; aristocracia agropecuária, 273; câmaras oligárquicas, 85; consequência das mortes de Osório e de Caxias, 182; poderes vitalícios da Coroa, do Senado e do Conselho de Estado, 234; queda do, 163, 181, 184-189; SEGUNDO —: 14, 84, 103; consulta à Nação pura ficção constitucional, 167; "opinião do povo" muito rudimentar, 167

ÍNDIAS podiam casar-se com outras raças, 29, 85

ÍNDIOS, inferioridade de negros e, 119

INFLAÇÃO de conceitos, 164

INFLUÊNCIA racista, 125

INGENIEROS, José, 199, 224

INSTITUIÇÕES Políticas Brasileiras, 248-266

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro, 162, 163

INTERIOR dos núcleos sociais na Colônia, 145

INTERVENÇÃO federal nos Estados, 233, 234, 240

INTRODUÇÃO à História da República, 163

INTRODUÇÃO à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil, 267-273

ISABEL, Princesa, 172, 193

ITABORAÍ, visconde de. Joaquim José Rodrigues Torres, 39, 84, 99, 100, 107, 165; máxima de: o rei reina, governa e administra, 237

J

JABOATÃO, 270

JAMES, 5, 113

JARA, Ubelo (ditador paraguaio), 93

JESUITAS, 122

JOÃO VI, D., 19, 20, 148; 152, 270

JUSTIÇA na Colônia, 145

JUSTIÇA pública e o hábito da impunidade, 255

JUSTINIANO. Vide ROCHA, Justiniano José da

K

KIEMAN, M. C., 127n

KIPLING, R., 74

KROEBER, 257

KUBITSCHKE, Juscelino, 93

L

LACERDA, Carlos, 106

LACOMBE, P., 136, 137

LAET, Carlos de, 87

LAFAYETTE (Rodrigues Pereira), 87, 109

LAGO, Antônio Bernardino do. Barão de Laguna, 48, 141

LANCASTRO, d. João de, 35

LANGE, 5, 113

LAPOUGE, 5, 6, 28, 69, 110, 111, 113, 120, 141, 142, 259

LATIFUNDIÁRIOS: brasileiros um povo de, 122, 274; desapareceram

a monarquia, 158; na Colônia, 17, 27, 122, 124; na República, 114, 151; pequena classe dominante, 122, 138, 161; vêm desde as sesmarias até os nossos dias, 238

LATIFÚNDIO, 17-18, 21, 23, 24, 25, 30, 45, 46, 47, 50, 71, 123, 126, 129, 164, 237; mística do, 138

LAVRADIO, marquês de, 73

LAYTANO, Dante, 64

LEDRU-Rolli, A. A., 179

LEGALIDADE, a grande obra da monarquia, 169

LEI: Áurea ou da Abolição (1888), 90, 91, 172; da eleição direta, 167; de Interpretação (1841), 37, 167, 208; de Segurança, 76; Rio Branco (1871), do *Ventre Livre*, 172; Saraiva, 167, 168

LEI dos Três Estados (Comte), 116

LEIRIA, Bispo de, 125

LEIS gerais da evolução dos povos, 114, 115, 116

LEIS históricas, 117

LEIS trabalhistas inspiradas nos costumes do povo-massa, 264

LEMOS, Miguel, 9

LETOURNEAU, 6

LIBELO do Povo, 165, 200

LIBERAIS perderam a fé nas instituições, 175

LIBERALISMO, 36, 39

LIBERDADE política, 240

LIBERDADES civis, 139, 240, 254

LIBERDADES públicas no Brasil, 166, 274

LIBERTADORES e liberticidas no Rio Grande do Sul, 187

LIBERTICIDAS no Brasil, 166, 274

LIMA, Alceu Amoroso, 88

LINTON, Ralph, 248, 259

LIPPE, conde de. Frederico Guilherme, 146

LIVRO da Capa Verde, 35, 144

LOBATO, Monteiro, 132

LOBO, Aristides, 193

LOEWENSTEIN, Karl, 215, 219

LOPES, guia da retirada da Laguna, 230

LUCAS, Fábio, Prefácio

LUTA de classes no Brasil, 20, 24, 32, 34, 114, 150, 229, 243, 273

LUTAS: de famílias, 99; eleitorais, 93; indígenas, 83; negras, 128; sociais e raciais, 25

LUXO, 17-18, 267, 268, 270

LYRA, Augusto Tavares de, 2

M

MACAULAY, T. B., 96

MACEDO, d. Álvaro da Costa de Souza de, 48

MACHADO, Alcântara, 101

MADEIRA, Marcos Almir, 9, 44

MAETERLINK, 115

MAGALHÃES, Basílio de, 14, 100

MAGALHÃES, Juraci, 95

MALDONADO, Miguel Ayres, 26

MAMELUCOS, 24, 27, 33, 139

MANDÕES locais, absolutismo dos, 167

MANIFESTO: do Clube Militar, 172; radical de 1868, 174; republicano, (1870), 163, 174, 200, 237; republicano de São Paulo (1872), 172

MANUEL, Bento, 51

MARANHÃO, 90, 135, 141; açorianos no, 140

MARINHA nacional, 38

MARTINS, Silveira, 12, 212

MARTIUS, K. F. F. von, 11

MARX, Karl, 56, 150

MARXISTAS brasileiros, 25

"MASCATES" em Pernambuco, 32

MATOS, Luís J. Carvalho Melo, 11

MATUTO, 12-13, 58, 61
MAUÁ, visconde de. Irineu Evangelista de Sousa, 79, 95
MEDEIROS, Borges de, 53, 63, 211, 234
MÉDICI, general, 212
O MEIO e o homem, 103-107
MELO, José Antônio Gonçalves de, 124n
MELO MORAIS, 271
MENDES, Teixeira, 9
MENTRÉ, 106
MERCADORES vistos como classe inferior, 32
MERÊA, Manuel Paulo, 123
MESQUITA, Júlio de, 112
MESSIANISMO, 99, 101
MESTIÇAGEM e inteligência no Brasil, 40, 43
MESTIÇAGENS múltiplas, 24, 29, 67, 123, 127; do branco, índio e negro, 133
MESTIÇOS, 24, 27, 28, 29, 33-34, 63, 65, 67, 68, 75, 128, 138; de índios, 29, 45, 70; de negros, 71, 134, 164; que vencem é porque se arianizam, 110
MÉXICO, presa futura das nações imperialistas, 240
MILITARISMO, 25, 105, 162, 164, 181
MINAS GERAIS, 140, 147, 159
MINEIROS, 2, 3, 11, 20, 23, 33, 39, 40, 53, 65, 66, 80, 140
MINHOTOS, 80
MINORIA aristocrática, 250
MIRKINE-GUETZEVITCH, 244
MISSÕES, conquista das, 45, 46, 47
MOBILIDADE migratória, 26
MONARQUIA: a mais preciosa herança dos antepassados, 165-166; descrença na, 174; benéfica e popular, 178; e o movimento abolicionista, 171-173; o melhor da — obtido fora da

Constituição, 35; perde o apoio de fazendeiros e latifundiários, 158; queda da, 170, 176, 189
MONGELLI, Pierre, 136
MONTEIRO, Gabriel, 50
MONTEIRO, Tobias, 182
MORAIS, Ermírio de, 78, 95
MORUS, Thomas, 200
MOVIMENTO: abolicionista e a monarquia, 171-173; a favor da descentralização e da federação, 168; militar, objetivo inicial não era republicano, 190
MULATOS, 28-29, 65, 70, 135, 139; superiores quando arianizados, 29, 135; formam o grosso da plebe rural, 135
MUNICIPALISMO brasileiro, caráter aristocrático do, 261-262
MURTINHO, Joaquim, 97
MUSSOLINI, B., 170, 190, 219, 237, 242

N

NABUCO de Araújo, 39, 174, 202, 203; 254
NABUCO, Joaquim, 108-109, 159, 164, 166, 169, 170, 171, 217; Dantas e, 172; e o ideal republicano, 174, 175; e o ideal positivista, 186; maior pensador político brasileiro, 223; possibilidade de uma monarquia federativa, 168; profissão de fé em 7 de junho de 1889, 178
NACIONALIDADE, 38; consolidação interna da, 247
NACIONALISMO e a questão social, 91
NAPOLEÃO III, 9
NEGRÃO, Francisco, 270
NEGROS, 24, 28, 29-30, 33, 40, 57, 64, 66, 69, 127, 134, 137, 138, 228; importação (1701-1870) de, 133, 140

NEPOTISMO, 250-251
NORDESTE, 244-245
NICARÁGUA, futura presa das nações imperialistas, 240
NINA RODRIGUES, 227
NOBREZA: advento do luxo, 268; brasileira territorial e urbana, 20, 22, 24, 90, 267, 268, 270; barões do café, 271; da Península Ibérica, 268, 270, 273; de sangue, 269; dos colonizadores, 122, 123; eclesiástica, 268; européia, 267; fazendeira, 28, 32; fim da predominância da, 268; goza do monopólio dos cargos públicos, 268; précapitlista, 267-273
NORTE e Nordeste, 118, 129
NUNES Viana, 32

O

OBEDIÊNCIA, culto exagerado da, 62, 162-170
OBRA Jurídica, 230
OCASO do Império, 85, 86, 162-170
OEIRAS, conde de (depois marquês de Pombal), 146, 147, 262-270
OLIGARQUIA, 53; militar, 49-50, 53, 54, 55, 56; da costa litorânea, 99; monárquica, 178; republicana na América Espanhola, 178; única, 219
OLINDA, marquês de. Pedro de Araújo Lima, 23, 107; visconde de, 39
OLIVEIRA, Alberto de, 109
OLIVEIRA, Cândido de, 88
OLIVEIRA, João Alfredo Correa de, 187
OLIVEIRA LIMA, Manuel de, 20, 152
OLIVEIRA Martins, 148

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de: admiração pelo latifúndio, 3; avesso ao discurso, 2; cargos que ocupou, 1; conservador, 190; contra a democracia, 232, 233; fisiologia e estrutura das sociedades humanas, 5; inimigo do seu povo, 164; grande capacidade elucidativa, 101; historiografia ultra-reacionária, 3; idéias autoritárias, 217; interpretação original e coerente, conservadora, 29, 190; louvor da guerra, 60, 61; maior pensador reacionário do Brasil, 216; membro da Academia Brasileira de Letras, 1; metodologia da história de, 4; nascimento e formação, 1-2; obra harmoniosa e coerente, 11; obra jurídica, 229; pragmático, queria a volta do passado, 225; queria o povo brasileiro embranquecido, 6; operários brasileiros e ingleses, 221 e 30; pensamento reacionário, 3, 138, 171; pensamento regressista, 3; posição espiritualista-idealista vista como realismo, 197; queria a volta do passado, 225; queria o povo brasileiro embranquecido (considerava-se um mulato superior embranquecido), 6; racista arianista, 45; reacionário, 3, 60, 64, 81, 129; sentido da obra de, 3-4; teses elitistas de, 6
OPINIÃO pública: inexistia no Brasil, 221; inglesa, segredo da, 220-221
ORGANIZAÇÃO: corporativa, 198; das fontes de opinião, 198; municipal na Colônia, 144
ORTEGA Y GASSET, 111
OSÓRIO, general Manuel Luís. Marquês do Erval, 106; liberal, 182, 185

OTAVIANO, Francisco, 85, 86, 174, 203
OTTONI, Teófilo, 174, 202, 203
OURO PRETO, visconde. Afonso Celso de Assis Figueiredo, 87, 159, 168, 169, 171, 173, 176, 187, 188, 189, 190, 191; política antimilitarista, 193; programa de reação contra o "Exército Deliberante", 188

P

PAIS, José da Silva, 64
PALMARES, quilombo dos, 128
PAPEL do elemento militar na queda do Império, 44, 181-189
PARAGUAI, guerra do, 164
PARANÁ, 44
PARANÁ, marquês de. Honório Hermeto Carneiro Leão, 39, 93, 97, 107, 193, 241
PARANHOS, José Maria da Silva. Vide Rio Branco, barão e visconde do
PARANAGUÁ, 2.º marquês de. João Lustosa da Cunha Paranaguá, 193
PARETO, Vilfredo, 170, 242
PARLAMENTARISMO brasileiro, 39
PARLAMENTO: 39, 54; escolhido pelo poder central, 252; luta constante contra D. Pedro I, 202; teses debatidas no, 156
PARTIDO Político: Conservador, 107, 155, 165, 176, 178, 186, 187, 188, 189; Liberal, 155, 156, 164, 165, 169, 174, 176, 178, 186, 187, 189, 200, 203, 220; no Império, 218; Progressista, 109, 155, 156, 200, 202; Radical, 155, 156, 200, 203; Republicano, 155, 156, 174, 200
PARTIDOS políticos na República: 213, 241; desdém pelos, 94;

liberais, 36; nacionais, 103, 118; programas dos, 107
PAULISTAS: 2, 3, 11, 20, 23, 25, 27, 33, 35, 40, 65, 66, 80, 82-83, 84, 98, 101, 118; aristocracia dos, 110; três focos de expansão dos, 27
PEDRO I, D., 6, 7, 19, 20, 38, 40, 59, 151, 241; camarilha de favoritos de, 194; contra o regime parlamentar, 202
PEDRO II, D., 7, 39, 42, 63, 108, 121, 131, 157, 162, 165, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 182, 190, 193, 226; política rotativa dos Gabinetes liberal e conservador de, 168; luta contra o localismo e o provincialismo, 169; caráter de, 195, 226; isolamento no momento de sua queda, 193, 194; notas à margem do livro de Tito Franco, 39, 170; política rotativa dos gabinetes liberais e conservadores, 168; queda de, 190, 193, 194; tolerância de, 188
PELOTAS, 2.º visconde de. José Antônio Correia da Câmara, 182, 185, 187, 190, 191
PEQUENOS *Estudos de Psicologia Social*, 74, 109, 117
PEQUENOS proprietários, 123
PEREIRA, Astrogildo, 113, 114, 150, 208
PEREIRA BARRETO, 79
PERNAMBUCANOS, 84
PERNAMBUCO, 89
PESCADORES portugueses, 260
PESTANA, Rangel, 203
PIAUI, conquista do, 128n, 130
PIERSON, Donald, 248
PINHEIRO, João, 78
PINHEIRO MACHADO, 12, 54, 230
PINON, René, 116
PINTO FRANÇA, 153

- PIRATINI, República de, 49
- PLAY, Le, 8-9, 59, 62, 93, 102, 111, 112, 113, 119, 126, 150, 166, 263
- PLEBE, 2, 19, 21, 24, 124-125, 126, 150, 166, 263
- PODER: central, 35, 36, 37, 97, 110, 154; centralização do, 35, 110; civil, 103; colonial, 34-35; coordenador impede as lutas dos clãs, 234; estadual, 159-160; federal, 161;
- PODER: Moderador: 165, 175, 178, 202, 203, 237; baseava-se no equilíbrio das forças militares, 182; interpretação da Constituição de 1824, 178; uma espécie de "ditadura plácida", 154
- POINSARD, 5
- POLÍTICA externa portuguesa, 48
- POLÍTICOS civis e o Exército, 181, 184, 186
- POMPEU, Thomaz, 111
- POPULAÇÕES *Meridionais do Brasil*, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 17-42, 43, 52, 55, 57, 59, 62, 74, 87, 111, 112, 114, 163, 164, 206, 225, 248, 249, 274
- POPULAÇÕES rurais, 14, 18
- POPULAÇÕES setentrionais, 11
- POPULAÇÕES urbanas, 14
- PORTUGUESES no Brasil, 70, 71
- POSADA, Adolfo, 115
- POSITIVISMO no Brasil, 179-180, 184, 187, 190
- POVO brasileiro, 4, 6, 10, 16, 21, 27, 39, 40, 59, 61, 80, 91, 97, 138, 164, 166, 204; arianização do, 140; comparações incomparáveis com o povo inglês, francês e americano, 209; incapacidade democrática do, 168; indiferente às formas de governo, 193; marginalizado, 103; na Independência, Abdicação e Abolição, 217-218; não aparece na História do Brasil, 119; o que lhe falta em capacidade política sobra-lhe em atributos morais (resignação e submissão), 274; quixotismo e espírito de clã, 206
- PRADO, Antônio, 73, 85
- PRADO, Bartolomeu Bueno do, 128
- PRADO, Eduardo, 2, 87
- PRADO, Nazareth do, 77n
- PRADO, Paulo, 111, 112
- PRAIEIRA, revolução, 58, 61, 90
- PRESIDENTE DA REPÚBLICA: e o Poder Moderador, 158; pela Constituição de 1934 ficou dependente da Câmara, 213; pela Constituição de 1937 seria eleito por um Colégio Eleitoral, 215; único, exercendo o poder em nome da Nação, seria o ideal, 219
- PRESTAGE, Edgar, 46, 47
- PRÉVILLE, 5
- PRIMADO: do Executivo, 211, 212, 214; do Legislativo, 206-207, 210
- PRIMEIROS colonos da Nova Inglaterra, o voto era um privilégio e não um direito exercido por 1/3 dos brancos, na sua maioria irlandeses e alemães, 263
- PRIMEIROS núcleos coloniais, 130
- PROGRAMAS dos Partidos, 202; do Partido Liberal, em 1862 princípio das incompatibilidades e a representação das minorias dominantes fora do poder, 202; em 1868 inspiração nitidamente democrática; Partido Progressista, separação dos poderes, eleições sérias e a representação das minorias fora do poder, 202-203; Partido Radical, abolição do Poder Moderador, do Con-

selho de Estado e da vitalicieda-
de do Senado, 202
A PROVÍNCIA, 200
PROVINCIALISMO, 36
PROVÍNCIAS, centrifugismo das,
103; isolamento das, 153
PSICOFISIOLOGIA, 5
PSICOLOGIA coletiva, 5

Q

QUADROS, Jânio, 104
QUEDA do Império, 162, 189,
190-196
QUERINO, Manuel, 227
QUEIRÓS, Eça de, 270
QUEIRÓS, Eusébio de, 84, 193
QUESTÃO dos Bispos (de Recife
e do Pará), 107
QUESTÃO Militar, 162, 164, 184
QUESTÃO social, 91-93, 94, 229
QUILOMBROS, 40, 128

R

RAÇA: ariana, 30, 67, 120; con-
ceito de, 100, 120, 247; relação
de raça-classe, 30
RAÇA e Assimilação, 227-228
RAÇAS: arianas, 121, 158; euge-
nismo, 136; evolução das 133,
258, 259; inferiores, 138; pro-
blema no Brasil das, 67
RACISMO arianista, 2, 69
RAEDERS, Georges, 120n
RALÉ: excluída da posse da terra,
28, 128; hábito da guerra, 129;
utilidade da, 129
RANKE, L., 4, 117, 120
RATZEL, F., 5-6, 113, 116, 248,
255
RAU, Virgínia, 21
REALE, Miguel, 103, 165
REAÇÃO: conservadora de 1840,
175; liberal de 1868, 174

REALIDADE brasileira, consti-
tuintes precisam conhecer a, 210
REBELDIAS populares, 23
REBOUÇAS, André, 11
RECLUS, Elisé, 44
RECRUTAMENTO militar, 154
REFORMA Agrária: 24, 234, 238;
desde as capitânicas hereditárias
foi motivo de cadeia ou exílio,
238
REFORMA constitucional, 230,
231, 254; é apenas auxiliar das
reformas sociais e econômicas
para atingir o regime democrá-
tico, 210; sozinha nada resolve,
266
REGÊNCIA, 36, 39, 97, 103, 104,
131, 182
RÉGIME político: uns queriam
imitar os americanos, outros os
franceses e outros os ingleses,
200
REGIME totalitário, 219
RÉGULOS, 25
RENAN, 78, 109
REPRESENTAÇÃO: das classes
de interesses, 222; das minorias,
203; políticas, 198
REPÚBLICA, 14, 58, 90, 91, 182,
200, 202, 208; advento da, 189,
191; de Piratini, 53, 58; ditato-
rial, 234; em busca de uma nova
base econômica, 208
REPUBLICANOS, 176, 178, 179,
192, 204
RESENDE, marquês de. Antônio
Teles da Silva, 6-7, 200
RESENDE, Simplicio de, 185
REVOLTA pseudoliberal de 1842,
104, 105
REVOLUÇÃO: de 1930, 229;
Francesa, 15; republicana de
1817, 38, 57, 59
REVOLUÇÕES e contra-revolu-
ções, 60
RIBEIRO, João, 11, 19, 40, 173

RIBOT, T., 5, 6, 150
 RICKERT, H., 137
 RIO BRANCO, Barão do. José Maria da Silva Paranhos, 108, 109, 159, 202
 RIO BRANCO, Visconde de. José Maria da Silva Paranhos, 107, 108, 165, 166, 203
 RIO de Janeiro: 60, 65, 102, 146, 175; Corte no, 176; hegemonia do, 38; ordem para organizar uma guarnição poderosa no (1.º esboço do exército nacional), 146; vice-reinado no, 143
 RIO Grande do Norte, 176
 RIO Grande do Sul: 25, 44, 65, 68, 92, 98, 100, 107, 132, 159, 165, 178, 186, 187, 191, 211, 212, 213; guerras platinas, 147, 186; influência platina no, 59; militarização do, 146
 RIVADAVIA, presidente, 48
 RIVERA, Primo de, 190
 ROBERT, Paul, dicionário de, 23n
 ROCHA, Justiniano José da, 84, 199, 200, 252
 ROCHA POMBO, J. F., 14
 RODRIGUES, José Honório, 10n, 13n, 17n, 19n, 26n, 36n, 38n, 39, 42, 44n, 55n, 64, 66, 68, 78n, 80, 82, 87, 90, 105n, 109n, 128n, 131n, 147n, 152, 171n, 172n, 178n, 181, 182n, 185, 202n, 217n, 224n, 225n, 235, 244n, 262, 266, 271n, 275; 100, 102, 103, 105, 108, 124, 132, 166, 169, 170, 172, 174, 176, 177, 182, 183, 185-186, 188, 195, 202, 208, 210
 ROMERO, Sílvio, 10, 115, 116, 125n, 126n, 246, 255
 RONCALLI, José Casimiro, 147
 ROOT, Elihut, 109
 ROUSSEAU, 9, 204, 205, 252
 ROUSSIER, 18

S

SÁ, Correias de, prepotência dos, 82
 SÁ, Estácio de, 82
 SÁ, Mem de, 82
 SAINT-HILAIRE, A. de, 75
 SALAZAR, 237
 SALDANHA, general, 52
 SALGADO Filho, Joaquim Pedro, 260
 SALES, Herberto, Prefácio
 SALVADOR, frei Vicente do, 125
 SANTO Ofício, 273
 SANTOS, Joaquim Felício dos, 250
 SÃO Paulo, 60, 64, 68, 90, 100, 130, 147, 159
 SÃO VICENTE, capitania de, 125, 130, 135
 SÃO VICENTE, marquês de. José Antônio Pimenta Bueno, 172
 SARAIVA, José Antônio, 109, 159, 193; e a lei da eleição direta, 167, 168
 SARMIENTO, 166
 SAXE, marechal de, 147
 SCHMIDT, 257
 SEABRA Fagundes, Miguel, 87
 SEGUNDA Guerra mundial e guerras locais posteriores, 92
 SEGUNDO Reinado, 37, 58
 SENADO, 39, 155, 160, 185, 223, 231
 SENA Madureira, caso envolvendo os militares, 185-187
 SEPARAÇÃO dos Poderes, dogma da, 202
 SEPETIBA, visconde de. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, 39, 193
 SERGI, 5, 113
 SERTÃO, Domingos, 128n, 130
 SERTANEJO, 12-13
 SERTANEJOS, 102
 SESMARIAS, 30, 126, 130, 161, 238
 SESMEIROS, 130

SIEGFRIED, André, 244
SIGHELE, 5, 6, 113, 145
SILVA, Golbery do Couto e, 8, 9, 61, 73, 88, 212, 218; conferência pronunciada em 1980 na Escola Superior de Guerra torna nítida a influência de Oliveira Viana no pensamento de, 275; sobre essa conferência JHR publicou artigo criticando-a, 274
SILVA, Joaquim de Lima e, 147
SILVA, Rodrigo, 170
SILVEIRA Martins, Gaspar, 187, 191, 192
SINIMBU, visconde de. João Lins Vieira de Cansansão de Sinimbu, 107, 167-168; Gabinete liberal de, 167
SOBERANIA do povo, 175, 198
SOCIABILIDADE no Brasil, 84
SOCIEDADE brasileira: diversidades regionais, 144; evolução da, 120; inicial, 122, 124-125; pobres vivem em grande miséria, 124; pulverização do poder, 143; patriarcal, 167, sertaneja, 101
SOCIEDADES políticas no Império e mais antigas, 200
SOLIDARIEDADE social no Brasil só existe no Rio Grande do Sul, 32, 40, 54, 55, 59, 60
SOCIOLOGIA moderna, avanços da, 208
SOMBART, 269
SOUSA, Brás Florentino H. de, 202n
SOUSA, Otávio Tarquínio de, 36
SOUTHEY, 119
SPENCER, H. 114, 115, 116, 180
STROESNER, 92
SUBDESENVOLVIMENTO do Brasil, 142, 157, 161
SUFRÁGIO universal, 198, 252, 263

SUPERIORIDADE da raça germânica, 110
SUPREMO Tribunal de Justiça, 191
SUPREMO Tribunal Federal, 39, 155, 158

T

TAQUES, Pedro, 111, 269
TARDE, Gabriel, 5, 6, 113, 115
TAUNAY, Afonso d'E., 26, 44, 54, 100, 110, 112, 113, 140
TAVARES Bastos, 39, 169, 200, 223
TAWNEY, R. H., 77
TEIXEIRA, Anísio, 205
TEORIA da superioridade racial dos germânicos, 227
THOURVILLE, H. de, 114
TIMANDRO, pseudônimo de Sales Torres Homem
TIPO brasileiro, 25, 68-79, 142
TIRANIA, 34, 35
TITO Franco. Vide Almeida, Tito Franco de
TOPINARD, Paul, 6, 7, 120
TORRES, Alberto, 93, 97, 230-235, 238, 241, 245-247, 255
TOTALITARISMO, 148
TRABALHO livre, 90, 126
TRADICIONALISMO, 80
TRATADO de 1821 incorpora o Estado do Uruguai, 47-48
TUNER, F. J., 33, 101, 126, 132

U

UEKI, Shigeaki, 95
UNIÃO, história da, 159; prestígio crescente da, 161
UNIDADE nacional, 99, 103, 104, 109, 142, 149, 153-154, 161, 199, 233
URQUIZA, 57

URUGUAI ou Província Cisplatina
incorporado ao Brasil em 1821,
47-48
URUGUAI, visconde de. Paulino
José Soares de Sousa, 36, 39, 85,
99, 100, 105, 107, 225
UTI *Possidetis*, 47, 48
UTOPIAS retrógradas, 92

V

VARGAS, Getúlio, 11, 12, 13, 25,
33, 46, 52, 59, 70, 85, 93, 95,
97, 205, 211, 212, 215, 221,
222, 223, 229, 234, 238, 240
VARNHAGEN, F. A. de. Visconde
de Porto Seguro, 2, 3, 10, 56,
69, 119, 128, 129, 146, 147,
148, 149n
VASCONCELOS, Bernardo Pereira
de, 3, 36, 103, 106, 108, 152,
191, 202
VASCONCELOS, Simão de, 31
VASCONCELOS, Zacarias de Góis
e, 164, 165, 166, 167, 168, 175,
202, 203
VEBLÉN, Thorstein, 268
VEIGA, Evaristo da, 105, 106,
271
VELHO, Domingos Jorge, 26, 128,
130
VENEZUELA, futura presa das
nações imperialistas, 240
VERGUEIRO, visconde de. Nico-
lau Vergueiro, 108

VIAJANTES e naturalistas estran-
geiros dão informações valiosas
para os estudos antropológicos;
227
VIANA, Balbina de Azevedo (mãe
de Oliveira Viana), 1
VIANA, Francisco José de Oliveira
(pai de Oliveira Viana), 1
VIEIRA, Antônio, padre, 127, 205
VIEIRA Fazenda, 26, 109, 123,
124n, 270
VILELA, Teotônio, 87

W

WAGLEY, Charles, 10, 68, 72,
139
WASHINGTON, Booker, 137
WATJEN, Hermann, 145
WEBB, Walter P., 101
WEBER, Max, 57, 268, 270
WHITE, A. B., 261
WILLEMS, E., 249
WILSON, Woodrow, 92
WINSLER, 257

Y

YUNES, Jorge A. M. (Prefácio)

Z

ZACARIAS. Vide VASCONCE-
LOS, Zacarias de Góis e
ZAMA, Cesar, 178-179

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Em 1979 iniciou José Honório Rodrigues a publicação de uma extensa obra que seria como uma coroação de sua vasta produção: a *História da História do Brasil*. A primeira parte, *Historiografia Colonial*, tem, no mesmo ano, segunda edição. A segunda parte, *Historiografia Nacional, séculos XIX e XX*, desdobrou-se em mais de um tomo e ficou inacabada pela inclemência da morte prematura.

Num substancioso prefácio, sua exímia colaboradora e esposa Lêda Boechat Rodrigues fornece importantes elementos para compreensão desta obra e acerca do método de trabalho do Autor. Revela igualmente o conceito em que era tido por historiadores estrangeiros e nacionais.

"Em 1967, no volume *Perspectivas da História Brasileira*, com uma *Introdução e Ensaio Bibliográfico*" por E. Bradford Burns, foram incluídos nove ensaios, sendo três de José Honório Rodrigues.

"Na *Introdução*, o Professor Burns escreve: "José Honório Rodrigues, o historiador contemporâneo que contribuiu mais que qualquer pessoa para o estudo da historiografia brasileira (...) também ressaltou (ao lado de Viana Moog) a necessidade de "uma história interpretativa" (p. 2). A seu ver, "a variabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis os dois pólos do trabalho histórico. Mas, para distinguir as sombras e obscuridades, as teorias são indispensáveis" (p. 2 e p. 254 da *Teoria da História do Brasil*, 1ª ed., 1946). Ambos concordam com o eminente historiador britânico E. H. Carr, segundo o qual a "interpretação é o sangue vital da história".

"Na nota introdutória ao primeiro ensaio de José Honório Rodrigues (1913-1987), o Professor Burns declara que a bibliografia do Autor "é extensa e sua quantidade equivale à sua qualidade" (p. 102). Enumera seus principais livros, fala da preocupação do historiador brasileiro com a historiografia e prossegue: "Ele escreveu mais que qualquer outro brasileiro — na verdade, possivelmente mais do que todos os outros brasileiros reunidos — sobre este assunto. É autor de três dos nove ensaios incluídos neste livro, e senti a constante tentação de incluir outros ensaios seus. Estes, no entanto, serão mais que suficientes para demonstrar a profundidade e proeminência de sua contribuição ao estudo da historiografia brasileira."

Em nenhum trabalho do Autor se revela tão nitidamente seu estilo e seu temperamento. Mas como tantas obras de alto valor, ficará esta como uma coluna partida.

OSÉ HONÓRIO RODRIGUES

A morte de José Honório é uma perda para a cultura brasileira em geral e para todos os historiadores interessados na História do Brasil de 1500 a 1987. (...) Aprendi muito com José Honório e sempre o considerei meu *Mestre Exímio* na História do Brasil. Serve um pouco de consolo saber que os seus livros viverão muito depois de sua partida (...).

CHARLES R. BOXER, ex-Professor da Universidade de Londres.

O que encantava em José Honório Rodrigues, antes de qualquer outra qualidade, era sua dedicação plena ao trabalho. A vastíssima e variada obra não deixa dúvidas. Mais do que os escritos, seu entusiasmo, sua inquietação trepidante. (...) Devassando a história pátria como cruenta, lançou o foco sobre as classes populares e dominantes. Mas, além da profissão, fica a imagem de José Honório intelectual militante, especialmente no período após 1964. (...) Fará falta o historiador e o polemista, nessa hora de esperanças tão desgastadas.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO,
Folha de S. Paulo, 7 de abril de 1987.

Vou falar nele como diretor do Arquivo que foi de 1958 a 1962. Foi o homem que trouxe a modernização dos arquivos para o Brasil através de uma nova visão arquivística e de uma nova concepção sobre arquivos.

CELINA MOREIRA FRANCO,
Jornal do Brasil, 7 de abril de 1987.

José Honório pode ser considerado há muitos anos um historiador clássico e importante para a nossa cultura. O Brasil e o Rio, porque ele era carioca, perdem muito com a morte de José Honório.

ANTONIO HOUAISS, *Jornal da Tarde*, 7 de abril de 1987.

Fui um de seus maiores amigos na Academia, e foi a convite meu que ele ingressou no Conselho de Administração da ABL. Considero a sua obra *A História da Independência* uma das mais importantes contribuições para a compreensão de nossa História. Ele fez da História uma ciência.

BARBOSA LIMA SOBRINHO,
O Globo, 7 de abril de 1987.

José Honório já entrou para a imortalidade por causa de sua obra, perfeitamente comparável com a de Capistrano de Abreu.

AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE,
O Estado de S. Paulo, 7 de abril de 1987.

Era um historiador de grande vigor revisionista, e procurava ver o lado esquecido ou camuflado da História Nacional.

EDUARDO PORTELA, *O Globo*,
7 de abril 1987.